



Turismo de Base Comunitária

diversidade de olhares e experiências brasileiras

ORGANIZAÇÃO

**Roberto Bartholo
Davis Gruber Sansolo
Ivan Bursztyn**

Turismo de Base Comunitária

diversidade de olhares e experiências brasileiras

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DO TURISMO
Luís Eduardo Pereira Barreto Filho

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Mário Augusto Lopes Moyses

SECRETÁRIO NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
Frederico Silva da Costa

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE QUALIFICAÇÃO E
CERTIFICAÇÃO E DE PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO
Regina Cavalcante

COORDENADORA GERAL DE PROJETOS DE ESTRUTURAÇÃO
DO TURISMO EM ÁREAS PRIORIZADAS
Kátia T. P. da Silva

COORDENAÇÃO GERAL DE QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO
Luciano Paixão Costa

COORDENAÇÃO GERAL DE PRODUÇÃO ASSOCIADA
Ana Cristina Façanha de Albuquerque

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR
Aloísio Teixeira

DIRETOR DE COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA (COPPE)
Luiz Pinguelli Rosa

COORDENADOR DO PROGRAMA DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
COORDENADOR DO LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (LTDS)
Roberto Bartholo



Turismo de Base Comunitária

diversidade de olhares e experiências brasileiras

Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyn

ORGANIZADORES

Realização

Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social COPPE/UFRJ
Coordenação Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em áreas
priorizadas do Ministério do Turismo

Apoio

Fundação Banco do Brasil
Fundação COPPETEC

Auxiliares de pesquisa

Afonso Getúlio Zucarato
Ana Bauberger Pimentel
Gilberto Back
Nilton Henrique Peccioli Filho

Cartografia dos projetos

Gilberto Back

Agradecimentos

Os organizadores gostariam de agradecer o empenho e a colaboração de:
Andréia Ribeiro Ayres do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social
Kátia Silva, Rodrigo Ramiro e Breno Teixeira do Ministério do Turismo
e ainda aos coordenadores e responsáveis dos 50 projetos pelas informações
repassadas.

Aviso de licença copyleft



Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 2.5 Brasil

É autorizada a cópia, distribuição e exibição desta obra. Sob as seguintes condições:

- **Atribuição.** Deve-se dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.
- **Uso Não-Comercial.** Não se pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
- **Vedada a Criação de Obras Derivadas.** Não se pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta.
- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que se obtenha permissão dos orgaizadores.



MINISTÉRIO DO TURISMO
*Secretaria Nacional de Programas de
Desenvolvimento do Turismo*

Apresentação

O Turismo brasileiro enquanto setor econômico é reconhecido como importante gerador de divisas capaz de gerar oportunidades de trabalho e renda e de contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais em diferentes pontos do nosso território. O Plano Nacional do turismo consiste na ferramenta de planejamento e ação estratégica do governo federal, para estruturação e ordenamento da atividade turística, com respeito aos princípios da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional.

Entre as diretrizes do PNT 2007-2010 destacamos nosso compromisso com o desenvolvimento local e a inclusão social, com vetor no turismo, por meio da implementação de macroprogramas e programas orientados por objetivos como o de estruturar destinos, diversificar a oferta e dar qualidade ao produto turístico. Neste contexto identificamos que em um território ocorre a interação do homem com o ambiente, podendo resultar em diversas maneiras de se organizar e se relacionar com a natureza e a cultura transformando estes ativos em fonte de lazer, entretenimento e conhecimento para visitantes e inserção socioeconômica da população local nas atividades relacionadas com o turismo.

Sabemos das potencialidades do produto turístico brasileiro composto pela diversidade da nossa cultura e das inúmeras belezas naturais. Nesta perspectiva, o programa de regionalização do Turismo Roteiros do Brasil, nos indica os caminhos nos quais localizamos regiões e ou roteiros em que comunidades receptoras assumem o papel de atores principais na oferta dos produtos e serviços turísticos. Estes produtos e serviços ofertados por comunidades locais denominado de “turismo de base comunitária” é ainda um segmento pouco conhecido, todavia tem sido visível como campo de estudo e como demandante de uma ação mais efetiva por parte do poder público.

Esta publicação sobre “turismo de base comunitária”, por um lado, reflete um conjunto amplo de idéias resultados de pesquisas teóricas e empíricas produzidas no âmbito da academia, por especialistas de diferentes formações, e, por

outro, demonstra a preocupação do Ministério do Turismo em conhecer e apoiar iniciativas de turismo de base comunitária. Entendemos que esta é uma alternativa de organização singular para alguns roteiros e/ou regiões de compatibilizar a oferta de produtos e serviços turísticos diferenciados, com a promoção de melhorias na qualidade de vida das comunidades locais.

Luis Eduardo Pereira Barreto Filho
Ministro do Turismo



Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo - SNPDTUR

A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur) Ministério do Turismo, subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional. Também formula e acompanha os programas de desenvolvimento regional do turismo e a promoção do apoio técnico, institucional e financeiro necessário ao fortalecimento da execução e participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios nesses programas. Para a execução de suas atividades a Secretária conta com os Departamentos de:

- Infraestrutura Turística (DIETUR) que apóia projetos para a expansão da atividade turística e a melhoria da qualidade do produto para o turista em diversas regiões do País, como a implantação de sinalização turística, os centros de informações e infraestrutura turística como urbanização, acessibilidade, centros de eventos, entre outros.
- Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) que apóia projetos para a estruturação e o desenvolvimento da atividade turística em bases sustentáveis como forma de gerar benefícios econômicos e sociais para a população, com a implantação de infraestrutura necessária para o desenvolvimento do turismo, fortalecimento institucional, qualificação em ocupações básicas e empresarial promoção, entre outras ações;
- Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo (DFPIT) que elabora estudos e pesquisas para a melhoria da competitividade de empreendimentos turísticos e de setores auxiliares do turismo e a divulgação das oportunidades de investimentos no setor em eventos específicos, nacionais e internacionais;
- Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT) que apóia programas e ações de para o desenvolvimento da qualificação e certificação de profissionais, de equipamentos e serviços turísticos; ações de produção associada para o incremento da produção artesanal e demais produtos associados ao turismo que agreguem valor ao destino turístico, bem como sua promoção e comercialização e o fomento a projetos de desenvolvimento turístico local e de inclusão social, com o apoio técnico, institucional e

financeiro necessários às regiões com potencial turístico e de baixa renda per capita, em conformidade com o Plano Nacional de Turismo.

O investimento executado no âmbito da Secretaria pelos seus departamentos, em 2008, totalizou o valor de R\$1,7 bilhões. No âmbito do DCPAT, destacamos que os investimentos realizados totalizam o valor de R\$40 milhões em programas para qualificação em língua estrangeira; formação de gestores; turismo de aventura, gastronomia, incubação de cooperativas populares da cadeia produtiva do turismo, apoio a comercialização da produção associada ao turismo, entre outros.

O apoio ao turismo de base comunitária como uma ação do DCPAT, capitaneada pela Coordenação Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas – CGPE - tem como objetivo conhecer o potencial deste segmento, para, por um lado, agregar valor a alguns destinos, diversificar a oferta turística e, por outro, promover o desenvolvimento local e a inclusão social, em virtude das características peculiares da organização e estruturação dos produtos e serviços turísticos denominados como de base comunitária.

Em 2008, por meio do edital de chamada pública, foram selecionados 50 propostas para apoio nos exercícios de 2008 e 2009, representando 19 unidades da federação, e cerca de 100 municípios, com orçamento total previsto de R\$ 7,5 milhões. Em 2008, foram formalizados, por meio de convênio, 22 projetos, distribuídos nas cinco regiões do Brasil totalizando um investimento de R\$3,36 milhões. Os resultados dos procedimentos, as diretrizes e estratégias adotadas para o apoio aos projetos de turismo de base comunitária são objeto de análise da equipe técnica da Coordenação do DCPAT nesta publicação.

Assim, diante do desafio de aumentar e diversificar a oferta turística brasileira, associado ao objetivo de promover o turismo como vetor de desenvolvimento local com geração de trabalho e renda, esta publicação tem importância por contribuir para o diálogo entre a produção da Universidade sobre o tema e uma iniciativa de política pública do MTur, com o fomento às iniciativas de turismo de base comunitária.

Frederico Silva da Costa
Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo



Sumário

Apresentação	13
ROBERTO BARTHOLO, DAVIS GRUBER SANSOLO E IVAN BURSZTYN	

Parte I. Diversidade de olhares

O turismo rural comunitário na América Latina: gênesis, características e políticas	25
CARLOS MALDONADO	

Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária	45
ROBERTO BARTHOLO	

Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?	55
HASSAN ZAOUAL	

Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil	76
IVAN BURSZTYN, ROBERTO BARTHOLO E MAURICIO DELAMARO	

Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira	92
RITA DE CÁSSIA ARIZA DA CRUZ	

Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?	108
MARTA DE AZEVEDO IRVING	
Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil	122
DAVIS GRUBER SANSOLO	
Turismo de base comunitária: pontencialidade no espaço rural brasileiro	142
DAVIS GRUBER SANSOLO E IVAN BURSZTYN	
Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico	162
MARIA TEREZA DUARTE PAES	
Praia do Aventureiro: um caso <i>sui generis</i> de gestão local do turismo	177
GUSTAVO VILELLA L. DA COSTA, HELENA CATÃO E ROSANE M. PRADO	
Descubra a tradição de um lugar: o encontro entre nativos e biribandos em Trancoso, sul da Bahia	198
FERNANDA CARNEIRO E ROBERTO BARTHOLO	
Dádiva e hospitalidade no sistema de hospedagem domiciliar	216
ANA BAUBERGER PIMENTEL	
O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico	240
ROSANA EDUARDO DA SILVA LEAL	
Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó (PA)	249
MARIA GORETTI DA COSTA TAVARES	
Ecoturismo, cultura e participação: gestão do território indígena no alto Rio Negro	261
IVANI FERREIRA DE FARIA	

O turismo comunitário no nordeste brasileiro LUZIA NEIDE M. T. CORIOLANO	277
Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado TERESA CRISTINA DE MIRANDA MENDONÇA	289
Ecoturismo e inclusão social na Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI): tendências, expectativas e possibilidades FLÁVIA FERREIRA MATTOS	302
Turismo e população dos destinos turísticos: um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade - Paraty/RJ ALEXANDRA CAMPOS OLIVEIRA	319
Comunidade quilombola de Furnas do Dionísio: aspectos relacionais entre cultura, turismo e desenvolvimento local ANELIZE MARTINS DE OLIVEIRA E MARCELO MARINHO	334
O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local ENRIQUE SERGIO BLANCO	348

Parte II . Experiências brasileiras

Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo KÁTIA T. P. SILVA, RODRIGO C. RAMIRO e BRENO S. TEIXEIRA	359
<i>Projeto Nacional</i>	374
<i>Projetos na Região Norte</i>	378
<i>Projetos na Região Nordeste</i>	396
<i>Projetos na Região Centro-Oeste</i>	432
<i>Projetos na Região Sudeste</i>	438
<i>Projetos na Região Sul</i>	476
Resumos biográficos	495

Apresentação

ROBERTO BARTHOLO
DAVIS GRUBER SANSOLO
IVAN BURSZTYN



Esta publicação é fruto de uma trajetória. Encontros e reflexões que ao longo da última década consolidaram uma abordagem ao turismo desde uma perspectiva mais ampla e complexa do que seguidamente vem sendo tratada como exclusivamente uma atividade econômica. O Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS) está vinculado à área de Gestão e Inovação do Programa de Engenharia de Produção do Instituto Luiz Alberto Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e é liderado por Roberto Bartholo. O LTDS vem, desde 1996, realizando atividades que procuram unir a reflexão acadêmica ao enfrentamento de carências sociais, reunindo e formando profissionais interessados em aplicar critérios ético-valorativos à criação, gerenciamento e avaliação de modelos inovadores de intervenção e desenvolvimento. Além dos projetos que desenvolve e desenvolve, oferece cursos e mantém uma linha de publicações impressas e eletrônicas.

Uma das linhas de trabalho do LTDS é o grupo de pesquisa *Turismo e Desenvolvimento Social*, que tem como uma de suas mais importantes atividades manter o Instituto Virtual de Turismo (IVT), sediado no LTDS desde sua criação em 1999. Como atividades desenvolvidas nesse âmbito estão a vitalização de uma rede de pesquisadores, a manutenção atualizada do website que abriga o Instituto e a publicação do periódico on-line Caderno Virtual de Turismo.

O IVT tem por objetivos reunir e divulgar estudos, pesquisas, projetos e experiências sobre o turismo, assim como fomentar a reflexão interdisciplinar sobre o tema, relacionando esta atividade às dimensões econômica, social, cultural e ambiental. As atividades realizadas pelo Instituto têm por finalidade a troca de informações, saberes e serviços por meio do funcionamento de uma rede de pesquisadores associados, oriundos de diversas universidades, instituições de pesquisa, organizações governamentais e não-governamentais. Pretende-se assim colaborar para um enraizamento acadêmico da temática do turismo em instituições de excelência.

Entre os anos de 2001 e 2002, durante o estágio de pós-doutoramento do professor Maurício César Delamaro (viabilizado com o apoio da FAPERJ), um grande passo foi dado para a consolidação do IVT. A criação e manutenção do site do IVT (<http://www.ivt-rj.net>), juntamente com a sistematização dos procedimentos editoriais do Caderno Virtual de Turismo – CVT (<http://www.ivt-rj.net/caderno>) permitiram a dinamização da rede de pesquisadores e de difusão de reflexões e conhecimento sobre as relações entre turismo e desenvolvimento social. Um resultado importante desse trabalho conjunto de pesquisadores associados ao IVT, incluindo integrantes do LTDS, foi o livro “Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro”, publicado em 2005 pela Editora Garamond, primeira publicação integralmente dedicada a reflexões sobre o turismo no estado.

Em paralelo às atividades de cunho acadêmico, pesquisadores vinculados ao LTDS e ao IVT participaram de uma série de projetos junto a ministérios e outras entidades de governo. Algumas atividades mais recentes merecem destaque. Em 2004, fomos convidados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para coordenar o Programa de Promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande (Rio de Janeiro). Em 2005, em parceria com o Laboratório de Trabalho e Formação, também da COPPE-UF RJ, encomendado pelo Ministério do Trabalho e Emprego no âmbito do *Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem*, elaboramos o material didático do Arco Ocupacional “Turismo e Hospitalidade” e participamos do processo de formação dos educadores. E, em 2006, participamos do estudo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da Região Costa Norte. O projeto que envolveu uma cooperação entre o Ministério do Turismo e o Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (COPPE/UF RJ), teve por finalidade desenvolver metodologia de AAE para apoiar os processos de formulação de políticas e de planos de desenvolvimento do turismo sustentável no Nordeste, no âmbito do Programa PRODETUR NE II.

Em 2006, o pesquisador Davis Gruber Sansolo chegou ao LTDS para um estágio de pós-doutoramento, também com o apoio da FAPERJ. Suas atividades supervisionadas pelo Prof. Roberto Bartholo envolveram uma pesquisa com o título: Turismo de base comunitária no Brasil: indicadores para o desenvolvimento social. As reflexões e diálogos com a bibliografia pesquisada deram suporte para alguns trabalhos de campo que foram realizados com intuito de observar o caráter da diversidade dos casos de turismo de base comunitária no Brasil. Visitou-se a Reserva Ecológica da Juatinga e a Apa Cairuçu, em Paraty, onde em um micro cosmos, podem-se observar três tipos de culturas diferentes: caiçara, quilombola e indígena, todas inseridas em um território turístico e todas as três com projetos de turismo de base comunitária. Em seguida visitou-se uma experiência latina americana, na Bolívia, pois se trata de um país que possui uma rede (TUSOCO)

de empreendimentos de turismo comunitário e uma política federal de turismo comunitário. Constatou-se que a diversidade, seria um dos fundamentos teóricos inerentes a essa forma de atividade. No entanto, paradoxalmente, esse fundamento expôs o desafio de se compreender a complexidade dessa diversidade.

Constatada a necessidade de uma conceituação do turismo de base comunitária no contexto brasileiro, fomos em busca de parcerias para iniciar o mapeamento do turismo comunitário no Brasil. No mesmo período, durante as atividades do estudo de Avaliação Ambiental Estratégica mantivemos os primeiros contatos com o Ministério do Turismo sobre o interesse comum de estabelecermos uma parceria para trabalharmos especificamente o tema do turismo de base comunitária. As conversas evoluíram de modo que em outubro de 2007 realizamos um encontro durante a Feira da ABAV, no Rio de Janeiro, reunindo além do Ministério do Turismo, os ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário e alguns representantes de iniciativas locais. Esse encontro teve como principal resultado a certeza da existência de uma demanda social pelo reconhecimento da existência e apoio financeiro a experiências de turismo que tivessem como protagonistas organizações comunitárias.

Poucos meses depois, durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável realizado em Fortaleza (Ceará) em maio de 2008, foi anunciado publicamente o lançamento do Edital 01/2008 do Ministério do Turismo voltado para o financiamento específico de projeto de Turismo de Base comunitária. Embora não se possa definir como uma política pública federal, esse foi um marco das primeiras ações do poder público federal em apoio a um outro modelo de turismo onde as populações tradicionais, os trabalhadores rurais, os pescadores, os representantes das culturas indígenas são os principais protagonistas.

Também neste evento surgiu a idéia de produzirmos uma publicação sobre o tema. Um livro que reunisse algumas reflexões sobre fundamentos e práticas de turismo de base comunitária no Brasil e ao mesmo tempo pudesse evidenciar a diversidade existente em todo o território nacional. Trata-se de um trabalho introdutório, onde se apresentam olhares, idéias e se descrevem casos em todo o território nacional. Entretanto, ainda não se trata de um avanço analítico sobre os casos. Trata-se de uma obra que visa constatar, expor a existência de uma forma de turismo que visa constituir vínculos, tecer redes de relações, reafirmar identidades sem se fechar para o mundo.

A presente publicação está organizada em duas grandes partes. A primeira parte, intitulada “Diversidade de olhares” é dedicada a um enfoque teórico que possa dar contribuições para conceituação do turismo de base comunitária. Na segunda parte, intitulada “Experiências brasileiras” buscamos expor algumas características das iniciativas apoiadas pelo Ministério do Turismo no âmbito do edital 01/2008. Nossa intenção é dar visibilidade para a diversidade de projetos

e seus promotores, divulgando alguns dos lugares e iniciativas que compõem o cenário do turismo de base comunitária no Brasil.

Apresentar um marco conceitual para o turismo de base comunitária não é das tarefas mais fáceis. Muitas são as abordagens possíveis e as referências que podem guiar um discurso que busque definir esta atividade que em sua essência é diversa. Não se pode falar em modelos ou quaisquer outras formas simplificadoras. A diversidade de contextos, histórias, lugares e personagens fazem de cada uma das iniciativas autoproclamadas “comunitárias” únicas. Tentar compreender essa diversidade e extrair ensinamentos que possam subsidiar a formulação de políticas públicas é sem dúvida um grande desafio.

Convidamos, assim, 27 pesquisadores, doutores e mestres, para compartilharem suas visões e experiências. Oriundos dos mais diferentes campos do saber (engenharia, antropologia, geografia, sociologia, ciências ambientais, turismo, jornalismo, economia, etc) e dos quatro cantos do país e do exterior, os autores buscaram apresentar suas contribuições em forma de ensaios, artigos e estudos de caso. São textos que, no entender dos organizadores, podem contribuir para a compreensão das bases conceituais e, por conseguinte, fornecer ferramentas para o fortalecimento dessa forma de turismo, protagonizado por atores sociais cuja identidade foi forjada na história dos lugares. De forma alguma, desconectada com o mundo, mas distinguindo-se pela sabedoria construída no lugar, com suas crenças, valores, mitos, técnicas, enfim, por aqueles que detêm um patrimônio intangível, mas que existe, que resiste e que se dispõem a aqueles que compreendem o valor da diversidade, da alteridade.

Abrindo esta parte da publicação, Maldonado apresenta um panorama geral internacional do turismo de base comunitária. Analisa a gênese da atividade através de fatos históricos que explicam o seu surgimento para, em seguida, desenvolver alguns aspectos conceituais. As fraquezas inerentes à oferta do turismo comunitário foram realçadas, assim como o caráter heterogêneo de suas formas e graus de participação no mercado. Para finalizar, o autor analisa algumas medidas de política pública destinadas a reconhecer e a incentivar o exercício do turismo comunitário em alguns países da América Latina.

Na seqüência, Bartholo apresenta o sentido de proximidade como elemento fundamental não apenas nas relações internas que identificam a própria comunidade, mas também nas relações entre os visitantes e a comunidade. Assim, o conceito de sítio simbólico de pertencimento ganha importância, uma vez que é o elemento de vínculo e suporte para a relação dialogal. Essa abordagem relacional do turismo de base comunitária é corroborada por Zaual que, no artigo seguinte, faz uma análise das novas dinâmicas turísticas apontando para o crescimento de uma nova tendência de demanda cujo interesse não está mais no uniforme ou no homogêneo, mas sim na diversidade. Sua crítica ao chamado turismo de massas

é contraposta à noção de turismo situado, um turismo que tem como base o sítio simbólico de pertencimento e as relações nele presentes.

Bursztyn, Bartholo e Delamaro fazem uma crítica às políticas públicas de desenvolvimento turístico no Brasil, em especial ao PRODETUR-NE, que por meio do fomento a mega-empresendimentos hoteleiros alterou significativamente as dinâmicas sociais dos lugares onde se instalaram gerando impactos sociais e ambientais irreparáveis. O questionamento sobre quais os verdadeiros beneficiários de políticas com este viés coloca em cheque o discurso da inclusão social e do desenvolvimento socioeconômico a nível local. Buscando entender as dinâmicas entre o local e o global e a produção do espaço turístico, Cruz faz uma análise crítica da realidade brasileira no que diz respeito à sua relação com o desenvolvimento da atividade turística e seu lugar no processo social e histórico de produção do espaço.

Diante de tantas críticas às políticas hegemônicas emerge o turismo de base comunitária. Uma resposta que pode apontar caminhos profícuos para uma nova proposta de política de fomento turístico. Para compreender esse fenômeno social, Irving faz um breve resgate das primeiras discussões, em eventos e encontros acadêmicos buscando ressignificá-las e vinculando-as ao paradigma da inclusão social e da conservação ambiental. Palavras e expressões como *participação*, *protagonismo social*, *empoderamento*, *afirmação cultural*, *benefícios diretos*, ganham destaque nesse contexto e começam a se articular com o tema da conservação ambiental. É o que propõe Sansolo em sua análise sobre os paralelismos entre as políticas de proteção da natureza e de desenvolvimento turístico, principalmente no que diz respeito ao processo de descentralização e gestão compartilhada.

Com o intuito de sistematizar e sintetizar suas experiências de pesquisa, Sansolo e Bursztyn analisam o potencial do espaço rural para o desenvolvimento de iniciativas de turismo de base comunitária. Partindo de reflexões teóricas e verificações empíricas, os autores discutem uma nova multifuncionalidade dos espaços rurais, onde a diversidade de contextos e formas organizativas podem proporcionar terreno fértil para uma prática turística que tenha em sua essência a abertura para a relação dialógica.

Elemento fundamental para um diálogo genuíno é a simetria nas relações. Tratando-se de relações decorrentes de práticas turísticas, podemos dizer que a simetria se dá no reconhecimento e valorização mútua das identidades culturais. A construção e o resgate da memória dos lugares turísticos são tratados por Paes como essenciais para a afirmação de contextos e modos de vida. Suas análises e críticas a processos de revalorização e revitalização de patrimônios contribuem para uma reflexão sobre o valor simbólico da memória social.

A memória de um lugar é construída a partir das histórias, dos conflitos, dos encontros e desencontros que permeiam a dinâmica e os processos sociais.

Esses elementos em constante tensão geram coesões e dissidências que fortalecem o tecido comunitário e o próprio sentido de comunidade. Costa, Catão e Prado fazem uma análise dos conflitos que transformaram a dinâmica social na Praia do Aventureiro, na Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ), e contribuíram para unir a comunidade em torno de uma causa comum. Nesse processo, o aumento do turismo na região teve papel fundamental, ampliando redes de relações sociais e conhecimentos viabilizando, assim, a permanência da comunidade em seu local de origem. No entanto, não é incomum que o turismo provoque efeitos negativos, desestabilizando e desarticulando contextos sociais frágeis. É o que nos mostra Carneiro e Bartholo em estudo sobre os primeiros contatos dos nativos da vila de Trancoso (Porto Seguro, BA) com os *biribandos* – viajantes que redescobriram o pequeno vilarejo na década de 70. O encontro que teve início baseado no respeito mútuo a alteridade do outro foi atropelado pelo processo de turistificação...

O encontro entre visitantes e visitados, hospedes e anfitriões, é tema de reflexão de Pimentel. Em sua pesquisa sobre os meios de hospedagem na cidade do Rio de Janeiro, em especial os serviços de *bed and breakfast*, a autora analisa as relações de hospitalidade tendo como referência a teoria da dádiva de Marcel Mauss. O trabalho sugere a reflexão sobre o sentido de comunidade em áreas urbanas sendo que os resultados e reflexões apresentados podem contribuir para a formatação de sistemas de hospedagens nas localidades que promovem o turismo de base comunitária.

A questão do encontro nas comunidades tradicionais é diversa se comparadas aos centros urbanos. Nas comunidades tradicionais a fragilidade dos contextos pode por em risco a possibilidade de uma relação genuína e direta entre visitantes e visitados. Leal discute as estratégias de uma abertura para o turismo nos territórios indígenas, destacando a importância do planejamento e da participação para que os efeitos nocivos possam ser minimizados. A abertura para o turismo, que antes era vista como processo de aculturação, passa então a ser promovida como um veículo de reforço à etnicidade e revitalização cultural. Uma iniciativa neste sentido é apresentada por Faria. O projeto *Umukamé-sara: planejamento participativo e ecoturismo indígena* tem como objetivo expandir o conhecimento entre as comunidades sobre turismo e ecoturismo indígena, discutindo diretrizes e princípios que deverão nortear um possível planejamento ecoturístico em terra indígena.

Ainda na região norte, mas não mais tratando de turismo em terras indígenas, Goretti analisa a política de desenvolvimento turístico no arquipélago da Ilha do Marajó (Pará). Sua pesquisa discute a política e o planejamento de territórios voltados para o turismo, buscando perceber como a perspectiva de um planejamento territorial sustentável e o processo de mobilização dos grupos sociais tem sido considerado na formulação de políticas e do planejamento territorial.

Ao falarmos de turismo de base comunitária no Brasil, não podemos deixar de destacar a importância da região nordeste no cenário nacional. Coriolano faz uma análise das políticas de fomento ao turismo na região e do surgimento de movimentos sociais de resistência ao modelo hegemônico proposto. Inicialmente isoladas, essas iniciativas começaram a se articular e hoje promovem modos organizacionais e relações em rede inovadoras. A história de luta pela posse da terra, pela preservação do meio ambiente ou mesmo pelo direito ao modo de vida tradicional uniu comunidades e formou a base para o desenvolvimento de um outro turismo. Mendonça apresenta um pouco da história de organização e luta da Praia do Canto Verde, comunidade do litoral cearense pioneira na promoção do turismo de base comunitária. Enquanto Mattos relata os conflitos que permeiam a gestão local do turismo na Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba (Piauí).

A realidade de conflitos, especulação imobiliária e movimentos sociais de resistência não é uma novidade na história da ocupação do litoral brasileiro e nem tão pouco uma exclusividade da região nordeste. Oliveira resgata a história da vila de Trindade, no extremo sul do litoral fluminense, que já na década de 1970 enfrentava uma multinacional que projetava a construção de um condomínio de luxo na localidade. Alguns anos depois, já com a posse da terra assegurada, os moradores da vila tiveram que enfrentar outro desafio: o aumento no fluxo de visitantes e a turistificação acelerada. Mesmo sem contar com o apoio do poder público, os *trindadeiros* conseguiram através da organização comunitária e de ações de planejamento conter o desenvolvimento desenfreado da atividade turística.

Fechamos essa parte da publicação com mais dois relatos de experiências que buscaram no turismo de base comunitária um vetor de desenvolvimento local. Oliveira e Marinho apresentam a história da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio (Mato Grosso do Sul) e como o seu legado histórico-cultural tem sido fundamental no desenvolvimento social e humano da comunidade. Já Bianco discute o forte potencial na associação entre o turismo e o modo de vida das famílias rurais em projetos de agricultura familiar, especificamente no município de Dois Irmãos (Rio Grande do Sul).

Como os leitores puderam notar, buscamos contemplar nesta publicação uma diversidade de olhares e abordagens para tentar compreender melhor essa atividade que vem crescendo e se consolidando como um grande aliado de comunidades rurais, do interior ou do litoral, em todo o Brasil. Não pretendemos de forma alguma esgotar essa discussão. Muito pelo contrário, gostaríamos que este fosse um tema cada vez mais estudado, pesquisado e praticado para que possamos ter material para mais tantos volumes como este.

A segunda parte desta publicação é dedicada a uma breve descrição dos 50 projetos apoiados pelo Ministério do Turismo por meio do edital 01/2008. A chamada para o edital atraiu cerca de quinhentas propostas de todo o Brasil

das quais 50 foram selecionadas por uma banca formada por representantes do Ministério do Turismo, por professores e pesquisadores de algumas universidades brasileiras e por consultores especialistas no tema.

Todo o processo que envolveu o edital 01/2008 foi relatado e analisado por Silva, Ramiro e Teixeira, responsáveis pela iniciativa dentro do Ministério do Turismo. Foram recebidas propostas que representam todas as macro-regiões brasileiras, demonstrando uma verdadeira demanda por este tipo de chamada pública. Merece destaque, ainda, o resgate feito pelos autores das primeiras discussões sobre turismo de base comunitária no interior do Ministério.

A diversidade da natureza das propostas tornou-se um grande desafio para os organizadores do livro. A princípio definiu-se que as propostas seriam apresentadas utilizando-se um formato descritivo padrão para que favorecesse ao leitor um ritmo de leitura. Com base em experiências de pesquisa anteriores sobre o tema, elaborou-se uma ficha padrão que deveria ser preenchida. A ficha foi estruturada para se registrar a identificação do proponente do projeto, a localização e o acesso, o domínio de natureza na qual esta inserida, possíveis relações com áreas protegidas (visto que em pesquisas anteriores constatamos uma grande frequência da relação entre turismo de base comunitária e proteção da natureza), o patrimônio cultural tangível e intangível (com intuito de expor em parte a identidade cultural vinculada as propostas), as possíveis atividades convivenciais, pois partimos da idéia de que tanto quem recebe visitantes, quanto quem visita essas iniciativas, almejam experimentar novos vínculos, vivenciar experiências autênticas de convívio com o outro, estabelecer relações de hospitalidade. Dessa forma procurou-se descrever possíveis espaços convivenciais, onde o visitante tem a oportunidade de conviver com o anfitrião, seja nos espaços do trabalho, do lazer, da cultura ou do sagrado. Finalmente, procuramos expor qual a inserção da instituição proponente e seus parceiros na comunidade e o papel de cada uma em relação a proposta aprovada.

Para que pudéssemos levantar todas essas informações, contamos com o auxílio de quatro pesquisadores que ao longo de seis meses buscaram estabelecer contato, via internet e por telefone, com os representantes de cada proposta aprovada. Solicitamos que fizessem uma primeira rodada de contatos para que pudéssemos calibrar as fichas e readequá-las, pois prevíamos de antemão que haveria dificuldade no levantamento das informações.

Logo constatamos que a dificuldade seria maior do que o previsto. Entre as propostas, encontramos iniciativas que existem e funcionam como empreendimentos de turismo comunitário; propostas para formação de lideranças comunitárias; propostas cujo território envolve diversos municípios, propostas em áreas urbanas, propostas feitas pelo poder público municipal, enfim, uma diversidade que nossa ferramenta de pesquisa não estava preparada para receber.

Preparamos então outra ficha, com espaços para informações mais simples e que nos facilitasse a exposição das principais características das propostas que não se enquadravam na ferramenta inicial. Uma ferramenta flexível, para que a variedade de possibilidades pudesse ser representada no livro.

Contudo, outras dificuldades se apresentaram ao longo da pesquisa. Alguns proponentes não deram retorno aos contatos estabelecidos e alguns forneceram informações muito limitadas. A solução foi uma busca de informações em outras fontes como em sites da internet e nas próprias propostas enviadas ao Ministério do Turismo. Mesmo assim, não foi possível coletar informações sobre uma das 50 propostas. Por este motivo, o projeto “AYTY – Turismo de base comunitária do povo Tapeba” promovido pela Associação para o Desenvolvimento Local Coproduzido – ADELCO não consta nesta publicação.

Finalmente decidiu-se expor os casos em forma de textos e não de informações separadas por tópicos. Dessa forma, entendemos que conseguimos alguma uniformidade na forma de apresentação, respeitando a diversidade de conteúdos de cada proposta.

Uma vez finalizada a fase de levantamento de informações, decidimos finalizar esse trabalho com a exposição das propostas. O tempo para finalização do livro e o tamanho do que já havia sido reproduzido foi determinante na opção em não se fazer uma análise das experiências. Certamente esta será uma nova fase de trabalho que pretendemos em breve realizar.

Nosso objetivo foi o de reunir e apresentar as reflexões que hoje já estão disponíveis sobre o turismo de base comunitária, como um passo para um aprofundamento que exige olhares multifacetados, mas também que estejam abertos ao diálogo transdisciplinar que o tema necessita. Acreditamos que esta publicação marque o início de uma parceria entre o Ministério do Turismo e o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social da COPPE/UFRJ, visando o aprimoramento dos instrumentos públicos de fomento ao turismo de base comunitária no Brasil. A consolidação do turismo de base comunitária enquanto atividade geradora de benefícios diretos as comunidades locais necessita de um esforço conjunto dos setores público e privado, da sociedade civil organizada e de instituições de ensino em todo o país.

Esperamos que o leitor possa se inspirar e perceber que o turismo de base comunitária é antes de tudo, uma expressão do mundo contemporâneo, onde as pessoas não se contentam mais em comprar, em vender. Vive-se um período em que produzir simulacros de relações, da espetacularização da natureza e da cultura com intuito de mercantilização começa a ser questionado. O que o ser humano tem de mais rico é a sua possibilidade de relação direta com o outro e com o diverso.



Diversidade de olhares

O turismo rural comunitário na América Latina

gênesis, características e políticas

CARLOS MALDONADO



Introdução

A indústria do turismo precisa conquistar constantemente novos espaços e incorporar novas atrações à sua oferta habitual e maciça para dar respostas às novas tendências da demanda mundial. Milhões de pequenas empresas familiares, cooperativas e comunitárias contribuem ao enriquecimento da oferta nos âmbitos local, nacional e internacional, destacando-lhe diversos atributos próprios.

O turismo rural comunitário (TRC) encontra-se presente atualmente em todos os ecossistemas da América Latina. O fenômeno tem sido observado em grande ascensão em locais de beleza paisagística excepcional, dotada de vida selvagem e de atrativos culturais únicos. Florestas primárias ou secundárias, sejam estas secas de altitude ou tropicais; áreas lacustres, insulares ou costeiras; manguezais ou salinas cobrem um vasto leque de zonas ecológicas: de exuberantes vales amazônicos aos gélidos altiplanos. Diversas comunidades estão se abrindo para o mercado graças a “*um turismo com selo próprio*”, combinando atributos originais e autênticos, mas sem perder a sua alma.

A participação das comunidades indígenas e campestres no turismo é um assunto delicado e complexo. É complexo em função do impacto gerado por uma atividade muito competitiva e crescente internacionalizada em comunidades localizadas em regiões remotas, dedicadas às atividades tradicionais de so-

brevivência, com poucas fontes alternativas de rendimento. É delicado em função do caráter ambivalente do turismo: embora isto represente uma oportunidade para melhorar o bem-estar das comunidades, não obstante, sempre traz consigo “efeitos de pacote”, muitos destes irreversíveis, como as alterações nos padrões de produção e de consumo, e as ameaças a cultura indígena.

Este artigo abordará o TRC a partir de várias perspectivas. Primeiramente, sua gênese através de fatos históricos que explicam o seu surgimento para em seguida desenvolver alguns aspectos conceituais. As fraquezas inerentes a oferta do turismo comunitário serão realçadas, assim como o caráter heterogêneo de suas formas e graus de participação no mercado. Para finalizar, foram analisadas algumas medidas de política pública destinadas a reconhecer e a incentivar o exercício do turismo comunitário em alguns países da América Latina.

Origem do turismo rural comunitário

O TRC é um fenômeno recente na América Latina; as primeiras incursões de comunidades isoladas são datadas em meados dos anos 80. Diversos fatores de ordem econômico, social, cultural e político explicam a sua origem.

O primeiro fator refere-se às **pressões mundiais do mercado turístico**, cujas correntes mais dinâmicas são o turismo cultural e o turismo de natureza. Como resultado destas falsas tendências nas últimas três décadas, as comunidades rurais e indígenas vêm enfrentando crescentes pressões do mercado sobre seus patrimônios naturais e culturais. Muitas ONGs ambientais encorajaram diversas comunidades a receber turistas em seus territórios por considerarem uma opção viável para a preservação de seus recursos naturais, do meio ambiente e da biodiversidade local. Algumas autoridades públicas e empresas privadas, incentivadas por bancos multilaterais (como o BID e a CAF), juntaram-se a este esforço, convencidos de que as operações turísticas comunitárias contribuem para a diversificação da oferta nacional e são consistentes com as novas correntes da demanda mundial.

O TRC responde a um segmento do mercado especializado (nicho) ao dirigir-se a pequenos grupos de viajantes em busca de experiências pessoais originais e enriquecedoras, combinando vivências culturais autênticas, desfrutando de cenários naturais e de uma remuneração adequada do trabalho comunitário. Esta modalidade contrasta com o padrão convencional do turismo de massa, cujos pacotes rígidos e impessoais obedecem a uma lógica econômica de um retorno imediato e máximo dos investimentos.

O segundo setor explicativo do TRC deriva-se das necessidades econômicas e trabalhistas da grande maioria das comunidades que buscam superar uma si-

tuação de pobreza crônica. A incidência de pobreza na América Latina tem sido historicamente alta. O mapa de sua distribuição revela duas tendências: uma forte concentração geográfica nas áreas rurais e os indicadores são especialmente agravados nos povos nativos.

Na verdade, há mais de uma década, a pobreza na região manteve-se em torno de 45% da população, e a indigência em 20%; os índices para o setor rural representaram 65% e 39%, respectivamente, ou seja, o triplo dos índices urbanos. Ainda que a pobreza tenha diminuído em cerca de 10% durante o recente ciclo de bonança (2003-08), não obstante, a pobreza segue afetando 182 milhões de indivíduos; as mulheres são responsáveis por 20% destas famílias¹. Com relação aos povos indígenas, os índices tendem a piorar ou a diminuir mais lentamente do que no resto da população; uma situação preocupante para um continente que aspira cumprir o objetivo de reduzir pela metade os índices de pobreza até o ano de 2015.

A vontade de superar a pobreza levou milhares de comunidades a buscar fontes alternativas de renda frente aos limitados resultados da economia de sobrevivência. Uma das opções implementadas é a dinamização das atividades não-agrícolas: a pequena agroindústria doméstica, o turismo e os ecomercados possuem um potencial ainda não explorado. Sem ser uma panacéia, o turismo, gerido sob determinadas condições, pode contribuir na revitalização da economia rural, gerando novas fontes de emprego e de renda. A valorização do patrimônio ambiental e dos acervos culturais pode significar vantagens competitivas para os negócios comunitários.

O terceiro fator que explica o surgimento do TRC é o papel relevante que desempenham as pequenas e microempresas no desenvolvimento econômico local e na diversificação da oferta turística nacional. O setor do turismo cobre uma ampla gama de pequenos negócios que se encontram na base piramidal, configurando segmentos especializados.

As pequenas e microempresas têm como denominador comum a prestação de serviços personalizados ao cliente, operações com escala reduzida e uma grande flexibilidade de operação. Por serem espalhadas em todo o território nacional dão vida a um grande tecido que mobiliza recursos, gera riquezas e distribui renda para as economias locais. No entanto, dadas as poucas barreiras existentes à entrada neste setor, as pequenas empresas podem crescer rapidamente, criando uma concorrência exacerbada e a deterioração dos recursos naturais e dos serviços aos clientes.

O quarto fator associado à origem do TRC são **as estratégias políticas do movimento indígena e rural** da região para preservar seus territórios ancestrais – parte essencial do seu patrimônio e base material de sua cultura – na ótica de incorporação aos processos de globalização com sua própria identidade.

Com a aceleração da globalização, os interesses pelo controle dos cobiçados recursos naturais que agregam tais territórios aguçados, alcançando níveis dramáticos em determinados casos. Nos “planos de desenvolvimento” impulsionados por vários governos, colonizadores de “novas terras”, grandes consórcios de extração de recursos florestais, mineradores e petroleiros, empresas de exploração agrícola e pecuária têm invadido territórios dos povos nativos. Desta forma tem-se violado o direito de propriedade, assim como os direitos de consulta prévia e bem informada dos povos indígenas, segundo a Convenção nº 169 da OIT, ratificada pela maioria dos países da região.

Neste contexto, os receios de muitas das comunidades no que diz respeito aos impactos nocivos provenientes do turismo são bem fundamentadas. As intervenções externas podem significar um aumento na sua dependência no mercado, um desmembramento de seus territórios, uma aceleração na perda de sua identidade cultural, um enfraquecimento de suas instituições e a coesão social que estas seguem. A atitude hostil de uma parte da comunidade tem causado fortes tensões internas entre os que defendem posições distintas. A percepção, as atitudes e os interesses das comunidades em relação ao turismo estão longe de ser homogêneas e harmônicas.

Defendendo o turismo comunitário e seu patrimônio

Estabelecer a natureza de “*a comunidade*” implica definir os princípios, valores, normas e instituições que regem a forma de organização e convivência de um determinado grupo humano, que por sua vez os diferencia de outros atores da sociedade. O seu objetivo final é assegurar o bem-estar comum e garantir a sobrevivência de seus membros, preservando sua própria identidade cultural. Na esfera institucional, a comunidade rege-se por normas sociais, econômicas e políticas que regulam os processos de tomada de decisão, alocação de recursos, aplicação de justiça e repressão de delitos.

A “*comunidade indígena*” designa um sujeito histórico, cuja coesão interna sustenta-se na identidade étnico-cultural, a posse de um patrimônio comum e a aceitação de um conjunto de normas e valores. A base da identidade comunitária também pode ser enraizada na consciência de pertencer a um determinado grupo étnico, seja este descendente ou não de povos que habitaram e possuíram vastos territórios do continente, antes da época das colonizações, tal como é o caso dos povos afro-descendentes.

Contribuição dos povos indígenas à diversidade bio-cultural mundial.²

Representam 5% da população mundial.

Detêm 80% da diversidade cultural do planeta.

Conservam 80% da diversidade biológica do mundo em seus territórios.

Cultivam 65% das espécies vegetais consumidos no mundo.

60% dos medicamentos a base de plantas foram descobertos graças aos seus conhecimentos ancestrais (xamãs).

É mundialmente reconhecido que os povos indígenas possuem um caráter específico na medida em que são portadores de valores, de significado e de identidade histórica. A proteção e a valorização de seus patrimônios revestem um interesse excepcional à humanidade por ser parte de um legado universal: a riqueza cultural e a biodiversidade de seus territórios representam uma preciosidade em nosso planeta. A diversidade cultural para a humanidade é tão essencial como a diversidade biológica é para os organismos vivos.

O **patrimônio comunitário** é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza.

Com apoio nessas premissas, o turismo abre vastas perspectivas para a valorização do acervo do patrimônio comunitário. Diversas avaliações têm mostrado que, graças ao turismo, as comunidades estão cada vez mais conscientes do potencial que seus bens patrimoniais, ou seja, o conjunto de recursos humanos, culturais e naturais, incluindo formas inovadoras de gestão de seus territórios.

As estruturas de participação, decisão e controle que repousam sobre as instituições das comunidades indígenas na América Latina nutrem-se dos princípios da equidade, reciprocidade e confiança. Estes princípios constituem a base do **capital social**, que designa o conjunto de valores, conhecimentos coletivos (ancestrais), técnicas de produção, formas de conduta e de organização, suscetíveis de gerar comportamentos de cooperação entre seus membros e eficiência no trabalho, com a finalidade de preservar a coesão social e garantir suficientes meios de vida para assegurar a sobrevivência do grupo como tal.

Desde a perspectiva da **afirmação cultural**, é inegável a fascinação que a realidade indígena exerce sobre a imaginação do turista internacional e nas motivações pessoais dos viajantes. A riqueza cultural se manifesta através de uma variedade de rituais, celebrações e festividades civis, religiosas e comerciais (feiras agrícolas, de pecuária, artesanais, gastronômicas e medicinais) com um colorido e uma ex-

pressividade, sendo produto do sincretismo pré-hispânico, colonial e republicano. O fator humano e cultural da experiência é o que cativa o turista e precede a simples motivação de imersão na natureza.

Os princípios sobre os quais o turismo se baseia nas comunidades derivam da visão do mundo (cosmovisão) que estas possuem, ou seja, uma visão holística onde o homem e a natureza formam parte de uma unidade total e indivisível. A terra e as pessoas são complementares e estão unidas por um destino: garantir a harmonia do mundo que deve ser constantemente recriada, transcendendo o tempo e as pessoas. A regeneração da vida está baseada na reciprocidade de todas as formas de vida*. O conceito de desenvolvimento sustentável, hoje em voga, inspira-se desta visão do mundo e sua filosofia de vida.

“Nossa concepção de desenvolvimento do turismo é sustentado nos valores de solidariedade, cooperação, respeito pela vida, conservação e aproveitamento sustentável dos ecossistemas e da diversidade biológica que estes englobam. Consequentemente, nós somos contra qualquer desenvolvimento do turismo em nossos territórios que prejudique nossos povos, sua cultura e o meio ambiente.”

“Nós esperamos que nossas comunidades possam prosperar e viver com dignidade, melhorando as condições de vida e de trabalho de seus membros. O turismo pode contribuir na concretização desta aspiração na medida em que fizermos dele uma atividade socialmente solidária, ambientalmente responsável, culturalmente enriquecedora e economicamente viável. Com esta finalidade, exigimos uma distribuição justa dos benefícios que gera o turismo entre todos os atores que participam de seu desenvolvimento.” *Declaração de San José sobre o Turismo Rural Comunitário*, Arts. 1 e 2.

O turismo não deve competir nem, e menos ainda, suplantando as atividades tradicionais que têm garantido a sobrevivência de tais povos. É concebida como um complemento ao progresso econômico e ocupacional para potencializar e dinamizar as atividades tradicionais que as comunidades controlam com imensa sabedoria e maestria.

“Reafirmamos o direito de propriedade e controle de nossas terras e territórios – fonte de subsistência, identidade e espiritualidade –, direito consagrado na

* Nos contextos regionais, nacionais e locais, o autor deste artigo pôde verificar a presença desta visão nas esferas públicas, domésticas e pessoais dos povos nativos, Maias, Quechua, Aymara e Mapuche.

Convenção nº 169 da OIT, ratificado por todos os países presentes neste evento. Consideramos que ao empreender qualquer atividade econômica, e o turismo em particular, deve-se adotar uma política de planejamento e gestão sustentável dos recursos naturais. Queremos ser cautelosos quando da construção de novas infra-estruturas ou ampliação das já existentes. Declinamos vender ou ceder em concessão nossas terras a indivíduos que não sejam de nossas comunidades. Desaprovamos toda decisão que viole este princípio.” *Declaração de San José sobre o Turismo Rural Comunitário*, Arts. 7.

Por **turismo comunitário** entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.³

A empresa comunitária é parte da economia social, mobiliza recursos próprios e valoriza o patrimônio comum com finalidade de gerar ocupação e meios de vida para seus membros. A finalidade da empresa comunitária não é lucro nem a apropriação individual dos benefícios que são gerados, e sim a sua distribuição equitativa, através do investimento em projetos de caráter social ou de produção.

Deficiências e riscos da oferta comunitária

A globalização do turismo cria um importante estímulo às comunidades, mas também exerce fortes pressões, particularmente difíceis de serem encaradas por pequenos negócios que funcionam de forma isolada. Diversos estudos evidenciaram as graves restrições com que a maioria das comunidades enfrenta o mercado, ao permanecerem excluídas das instituições governamentais e discriminadas do acesso a recursos de produção, mercados, serviços empresariais e demais incentivos oferecidos a estratos empresariais. Em particular, o déficit na educação, formação profissional, serviços básicos de saúde e infra-estrutura rodoviária é notório. Tudo isto conduz a uma grande instabilidade e fraca competitividade dos negócios comunitários.

A avaliação de cerca de trinta projetos de turismo comunitário permite capitalizar ensinamentos sobre as experiências observadas, a fim de potencializar suas fortalezas, evitar erros do passado e, sobre tudo, atuar de maneira mais sábia

futuramente. A informação disponível permite entender o turismo comunitário, desde a perspectiva dos problemas que sofre e dos desafios que precisa encarar. Os mais notáveis estão enunciados no quadro a seguir.

As deficiências constatadas resultam, em parte, da incursão das comunidades no turismo em situações de improviso, ausência de profissionalismo, desconhecimento do mercado e dos instrumentos de gestão de negócios. Em todo caso, desde que devidamente ponderados os riscos e os pontos fracos, uma série de iniciativas operam em condições econômicas insustentáveis, no contexto de programas de suposto alívio da pobreza.

Deficiências da oferta de turismo comunitário
1. Oferta dispersa e fragmentada, carente de estruturas e mecanismos regulares de cooperação interna para organizá-la e externa para potencializá-la. Apesar das vantagens das parcerias serem percebidas, os esforços empreendidos ainda são incipientes e pouco sistemáticos.
2. Escassa diversificação dos produtos turísticos cujos componentes são baseados exclusivamente em fatores naturais e herdados. Existe potencial e vontade para empreender inovações que superem o mimetismo predominante.
3. Gestão profissional limitada, tanto operacional como gerencial dos negócios; as tendências e o funcionamento da indústria do turismo são desconhecidos. As aspirações das comunidades de acesso a serviços de informação e capacitação permanecem amplamente insatisfatórias.
4. Qualidade heterogênea dos serviços, com predominância de qualidade média e baixa. A competência aguda com outras empresas tende a resolver-se somente em curto prazo e através da baixa de preços.
5. Posicionamento incerto e imagem pouco divulgada do turismo comunitário em mercados e segmentos dinâmicos: a promoção e comercialização são realizadas geralmente, por meios rudimentares, individuais e diretos.
6. Deficiência dos mecanismos de informação, comunicação e organização comercial: a fraca representação e capacidade para negociação com outros agentes da cadeia turística não permite a tomada de decisões estratégicas, além do horizonte diário.
7. Participação marginal ou subordinada de mulheres e suas associações na concepção e condução de projetos turísticos e, conseqüentemente, na captação de benefícios.

8. Déficit notável de serviços públicos: rodovias, eletricidade, água potável, saneamento ambiental e esgoto, comunicações e sinalização turística. As comunidades não são capazes de cobrir estes custos; isto é responsabilidade dos governos locais ou nacionais.

Fonte: NETCOM: Manual Del facilitador, módulo 3, p.25, OIT-REDTURS, 2006.

O turismo não é isento de riscos ou ameaças; a comunidade deve conhecê-los e debater sobre estes antes de iniciar um negócio e durante todo o seu ciclo de vida, a fim de salvaguardar seus interesses e minimizar os efeitos indesejáveis. Mais do que uma simples abertura ao exterior, com o turismo as comunidades enfrentam uma série de desafios para os quais, muitas das vezes, não estão preparadas.

“Estamos conscientes de que o turismo pode ser uma fonte de oportunidades, mas também é uma ameaça para a coesão social de nossos povos, sua cultura e seu habitat natural. Por este motivo, propiciamos a autogestão do turismo, de modo que nossas comunidades assumam o verdadeiro papel no seu planejamento, operação, fiscalização e desenvolvimento.”

“Incentivamos a participação de equipes interdisciplinares no planejamento comunitário, na gestão e operação dos serviços turísticos, assim como na realização de estudos para avaliar a incidência do turismo na vida de nossas comunidades.” *Declaração de San José sobre o Turismo Rural Comunitário*, Arts. 3 e 9

O turismo é uma atividade invasora e exigente; frequentemente geram graves efeitos negativos. Os estudos consultados advertem sobre os riscos que conduzem a criação de conflitos internos, a aceleração de uma aculturação dos jovens e enfraquecimento da coesão social. Isto ocorre quando a atividade turística não foi debatida e planejada suficientemente na comunidade, quando a sua gestão é deficiente e quando tenha subestimado o comportamento dos visitantes e das exigências das operadoras de turismo.

As comunidades mais dinâmicas têm procurado abordar as exigências do mercado e suas próprias restrições de duas maneiras: diferenciando o seu produto e educando os seus profissionais. No primeiro caso, busca-se valorizar as manifestações de sua identidade cultural combinado com atrativos do turismo ecológico, histórico e recreativo, em função de uma específica dotação de recursos. No segundo caso, têm tomado medidas para preparar os seus profissionais na realização das funções complexas inerentes a operação turística e a gestão do negócio.

Formas e graus de participação das comunidades

Com base nos estudos mencionados, estabeleceu-se uma tipologia acerca de seis modalidades genéricas de participação das comunidades na indústria do turismo. A tipologia considera como fatores críticos a disponibilidade de recursos patrimoniais aproveitáveis pelo turismo (propriedade dos bens empresariais), o grau de iniciativa econômica da comunidade e sua participação na gestão do negócio.

O quadro a seguir ilustra as formas de propriedade que prevalecem nos destinos comunitários do Equador, e onde cerca de 60% são de propriedade e gestão das próprias comunidades. Depois seguem as iniciativas de tipo familiar dentro das comunidades, com 27%. As iniciativas em que o setor privado participa no investimento e na gestão da operação turística somam cerca de 8% do total, ilustrando assim a existência de uma postura flexível e aberta das comunidades, na sua adaptação às novas circunstâncias da globalização.

Formas de propriedade no turismo comunitário, Equador		
Propriedade	Frequência	Porcentagem
Comunitária	31	59.6
Familiar	14	26.9
Parcerias com o setor privado	4	7.7
Formas mistas	3	5.8
Total	52	100.0

Fonte: NETCOM: Manual del Facilitador, módulo 3, p.12.

1. Autogestão do negócio turístico. Uma comunidade decide por iniciativa própria criar um negócio turístico mobilizando seus recursos patrimoniais naturais, culturais e humanos. Esta forma de autogestão implica na participação de seus membros em todas as fases da operação turística: planejamento, prestação de serviços ao viajante, promoção e venda do produto e gestão. Obviamente, isso não exclui a contribuição de atores externos, como ONG, instituições acadêmicas, governo central ou local e cooperação internacional, que orientam seus recursos na formação de profissionais, complementar investimentos na infra-estrutura e equipamentos, reforço na promoção e comercialização do destino comunitário. *Exemplos:* A grande maioria das 300 comunidades promovidas através do portal REDTURS, na Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Peru, podem ser classificadas nesta categoria.

2. Parceria de negócios com uma empresa privada. Um investidor e a comunidade assinam um contrato, legalmente aprovado, sob forma de uma parceria de negócios. Cada sócio contribui com uma parcela de bens de capital social, tais como territórios comunais, conhecimentos coletivos, capital financeiro, competências técnicas e experiência empresarial. A comunidade tem o direito aos lucros variáveis e, além disso, recebe uma renda fixa, mensal ou anual. Sua participação na gestão do negócio é progressiva, podendo alcançar cargos administrativos e gerência de sua empresa. No final de um período determinado, geralmente entre 10 e 15 anos, a comunidade torna-se proprietária do investimento e, também, está livre da renovação do acordo com seu parceiro, de separar-se do parceiro e de firmar com outro diferente. *Exemplos:* O povo Ashuar (Kapawi Lodge, com Canodros), no Equador; a Comunidade Nativa Esse'uja de Infierno (Posada Amazonas, com Reinforest Expeditions) no Peru; a comunidade San Antonio (Takalik Maya Lodge com Agreco S.A.) na Guatemala, entre outras.

3. Parceria comercial com operadoras de turismo. Uma operadora de turismo ou uma agência de viagens faz acordo com uma comunidade de enviar turistas, com a obrigação de prestar atendimento durante poucas horas ou cuidar da estadia durante alguns dias na comunidade. Esta, por sua vez, recebe uma comissão por turista e recebe também pagamento pelos serviços prestados. Em alguns casos, a comunidade, que conserva a autogestão de seu negócio, tem a liberdade de fixar suas próprias tarifas diretamente aos turistas; em outros casos, é a operadora quem remunera a comunidade em termos dos serviços prestados. A operadora controla a promoção e a comercialização do produto e, conseqüentemente, o fluxo de turistas. Para que a comunidade alcance os padrões de qualidade exigidos pela operadora de turismo, esta prevê o suporte de diversas formas: formação, assessoramento, empréstimos para investimentos na infra-estrutura e equipamentos, capital de giro para a fabricação de artesanatos, organização de eventos culturais, etc. *Exemplos:* As experiências das comunidades Anapia e Llachón no Peru (ADETURS com All Ways Travel); Zábalo no Equador (Aguarico Trekking com Transturi); San Renato, Villa Carmen e Villa Vistoria na Bolívia (com Viajes Fremen) ilustram esta modalidade de fortalecimento de um negócio comunitário, graças a uma parceria com o setor privado.

4. Concessão de recursos comunitários em usufruto. Uma operadora privada solicita a uma comunidade o uso e o desfrute temporário dos recursos naturais de seu território e alguns serviços culturais. Eventualmente, instala-se um acampamento, sem edificar uma infra-estrutura fixa. A título de compensação pela concessão comunitária para garantir a operação turística (às vezes incluindo a renúncia do direito de caçar em algumas áreas), a empresa privada se compromete a assumir algumas obrigações, tais como a prestação de trabalho temporário à comunidade

(das transportadoras e acompanhantes de guías externos), entregar alimentos ou uma quantidade de dinheiro, realizar investimentos na infra-estrutura da comunidade (médicos, escolas, formação, transporte, etc.). Convêm observar que as obrigações assumidas pela operadora nem sempre são cumpridas. *Exemplos:* As comunidades quíchuas de Zancudococha no Equador, no acampamento Pacuya, localizado na Reserva faunística Cuyabeno, cooperam nestes termos com a empresa Transturi, proprietária do Flotel Orellana.

5. Trabalho assalariado para operários. Uma empresa privada se instala ou realiza atividades turísticas no entorno territorial de uma comunidade, em razão dos excepcionais recursos naturais e/ou culturais da região. Algumas famílias da região participam a título pessoal na operação turística fornecendo mão de obra assalariada e temporária para desempenhar atividades fora da comunidade tais como cozinheiros, limpadores, motoristas de barcos, guías naturalistas, etc. Este é um caso de proletarianização de famílias indígenas, não existindo um projeto comunitário para tal. *Exemplo:* As comunidades quíchuas de Playas de Cuyabeno, localizadas na Amazônia do Equador ilustram esta modalidade de participação com a empresa Transturi.

6. Formas híbridas. Algumas comunidades têm optado por parcerias com operadoras privadas que trazem turistas e, ao mesmo tempo, proporcionam trabalho assalariado. As comunidades realizam investimentos próprios para prestar serviços de estadia, transporte fluvial, guías nativos e eventos culturais (bailes e demonstração de técnicas de caça, etc.). Simultaneamente, a comunidade aproveita as oportunidades de emprego geradas pela empresa privada, distribuindo-as entre os membros da comunidade, através de um sistema rotativo. *Exemplos:* As tribos siona de Puerto Bolívar e as sequóias de San Pablo cooperam com várias agências de viagens; no primeiro caso com Nuevo Mundo e Neotropic; e o segundo com Etnotur. Ambas as experiências ocorrem na Reserva faunística Cuyabeno do Equador.

O que interessa destacar destas modalidades de participação é o grau de controle que a comunidade pode exercer sobre os bens da empresa, a gestão da mesma ou o poder de negociação ante os agentes econômicos e institucionais externos. A captação de benefícios depende do grau de “empoderamento” alcançado, fator chave para a realização dos objetivos de bem-estar da comunidade, equidade social e alívio da pobreza.

Empresas em rede e competitividade

A necessidade de atingir níveis mais elevados de eficiência econômica e competitividade que os alcançados por empresas isoladas, têm dado origem a novas abor-

dagens de integração econômica, organização de produção e desenvolvimento empresarial. Uma das abordagens mais difundidas é a da criação das “*empresas em rede*”. De maneira resumida, existem duas formas distintas de integração empresarial: a horizontal (agrupamentos, parcerias ou clusters) e a vertical (cadeias de produção). Ambas as abordagens são baseadas em formas de organização e cooperação mais eficientes do processo de produção, a valorização do recurso humano, o incentivo dos processos de aprendizagem contínuo e a gestão sustentável dos recursos.

As redes de integração horizontal (clusters) são parte de uma estratégia de cooperação entre empresas de um mesmo setor, que compartilham uma base territorial, uma forte consolidação ao seu conhecimento, competências técnicas e modos de produção (capital social). As empresas fazem parcerias para obter “vantagens cooperativas” derivadas do acesso aos serviços comuns, economias de escala e uma capacidade crescente de negociação. Estas vantagens estão destinadas a traduzirem-se em níveis mais elevados de eficiência econômica e, por tanto, a alcançar uma maior competitividade frente aos seus concorrentes e maiores cotas no mercado.

Exemplos: A título ilustrativo citaremos Runa Tupari (Província de Imbabura) e a Cooperativa Salinas (Província de Guaranda), ambas nos Andes do Equador; a Ruta Moskitia em Honduras; e a Cooperativa Campesina Agraria Atahualpa Jerusalén, em Granja Porcón (Província de Cajamarca), nos Andes do Peru.

As primeiras incursões da política pública

Embora o turismo represente uma fonte de reais benefícios para um crescente número de comunidades, existe um consenso sobre o fato de que estas não podem por si só suprir as insuficiências causadas pelo ambiente em que operam. Na verdade, ainda há muito por fazer no âmbito das políticas públicas para alcançar um ambiente propício para o desenvolvimento do TRC. Muitas tensões surgiram durante a última década por falta de diálogo e de mecanismos de conclusão entre as comunidades, a fim de criar condições favoráveis para o seu desenvolvimento.

Em conjunto com a problemática empresarial mencionada acima, as demandas mais frequentes das comunidades geralmente consistem no acesso aos mercados, linhas de crédito e assistência técnica, sem deixar de lado a melhora das qualificações profissionais. Os problemas gerais que os afetam são o reconhecimento legal para o exercício do turismo pelas comunidades, a prestação de serviços públicos e infra-estrutura rodoviária para o acesso dos visitantes aos destinos finais. Menos frequentes são as demandas para a atribuição de territórios para

o aproveitamento dos recursos naturais, a (co)gestão de sítios arqueológicos e a eliminação de algumas barreiras institucionais.

Um dos países que permite ilustrar uma situação de fato é a **Guatemala**. Embora nenhuma lei ou decreto declare dar qualquer prioridade ao TRC na política estatal, a verdade é que a ação do Instituto Guatemalteco de Turismo (INGUAT) tem sido relativamente constante nos últimos cinco anos. Os seus objetivos visam a melhora na comunicação com as comunidades organizadas em torno da Federação Nacional de Turismo Comunitário da Guatemala (FENATUCGUA); apoiá-las no desenvolvimento de projetos, no marketing e na gestão dos fundos; coordenar ações com as instituições do governo e as ONGs a favor do TRC; e apoiar a realização de eventos nacionais e internacionais.

Em 2007, o INGUAT emitiu um acordo de reconhecimento do exercício legal de guia comunitário, que, em troca de recompensas financeiras, assume a função de informar, acompanhar e direcionar o turista em sua comunidade rural, para demonstrar o modo de vida de sua cultura, seus costumes e o ambiente rural. Este instrumento estabelece os requisitos para o seu exercício, como a aprovação de um curso de formação realizado pelo Instituto Técnico de Formação e de Produtividade (INTECAP), sem a necessidade de um diploma universitário.

Em 2008 foi criada a Secretaria de Turismo Comunitário, um órgão de coordenação destinado a integrar os esforços de três atores fundamentais: os setores público, privado e comunitário, apoiados pela cooperação internacional. Cerca de 15 instituições participam desta secretaria e apóiam diretamente as iniciativas decididas. As linhas de ação impulsionadas nos últimos anos para a sustentabilidade dos destinos comunitários são: formação de guias de turismo comunitário (15 por destino) em cinco comunidades; curtas oficinas de marketing, serviço ao cliente e gastronomia internacional em benefício de cerca de 15 organizações comunitárias, em média; formação de 20 profissionais no planejamento do TRC e elaboração de planos de negócios com a metodologia NETCOM da OIT.

A **Costa Rica** é um dos países onde o TRC tornou-se mais enraizado, graças a uma dupla vertente: de base cooperativa (COOPRENA) e grupos familiares (ACTUAR), com importantes ligações com a população local através de múltiplas parcerias que trabalham pela proteção e pela educação ambiental e, mais genericamente, pela conservação da biodiversidade do país. Grande parte dos projetos tem sido impulsionada por organizações da sociedade civil, sustentadas por doações de cooperação internacional, principalmente através do PNUD, com o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM), criando na sequência da Cimeira da Terra (Rio de Janeiro, 1992)⁴. A Aliança do Turismo Rural Comunitário, uma organização profissional que reúne mais de 40 destinos no âmbito nacional, tem como objetivo estabelecer alianças estratégicas, consolidar esforços para impul-

signar ações a favor de seus membros com instituições governamentais centrais e locais, e uma sociedade civil organizada.

Em 2007, o Plano Nacional de desenvolvimento sustentável do Turismo do Instituto de Turismo Costarriquenho (ICT) reconheceu o TRC como um dos quatro eixos estratégicos para o desenvolvimento do turismo. Através de um decreto, declarou-se esta modalidade de turismo como de interesse público para o país. Graças à concessão de uma ação declaratória, os pequenos empreendimentos possuem a opção de sair do limbo da informalidade para acessar recursos técnicos e financeiros. Neste novo cenário, estes poderão ser incorporados às ações de promoção e comercialização conduzidas pelo ICT, e poderão ter como objetivo serviços de formação, capacitação e assistência prestados pelo Instituto Nacional de Aprendizagem (INA).

Uma Lei de Incentivo ao TRC foi aprovada pela Comissão Permanente Especial de Turismo da Assembléia Legislativa (abril 2009), devendo ser aprovada por todo o plenário legislativo.⁵ Este importante instrumento se propõe a incentivar o crescimento das atividades existente e o surgimento de novas atividades para gerar rendas familiares adicionais e contribuir para a diminuição da pobreza rural. Ela fornece incentivos à compra de veículos, micro-ônibus e motores de popa, assim como a importação de tecnologias alternativas (equipamentos, materiais e insumos) para o tratamento de esgoto.

Segundo o porta-voz do Instituto de Turismo da Nicarágua (INTUR), a política de promoção do TRC na **Nicarágua** surgiu de um processo de diálogo durante dois anos (2008 e 2009) entre o principal organismo público de turismo no país e a Rede Nicaraguense de Turismo Rural (RENITURAL), com objetivo de dinamizar o setor. A sua aplicação entrará em vigor em 2010. Segundo estimativas recentes, nos últimos dois anos o número de comunidades rurais ativas no turismo dobrou, chegando a cerca de 100 iniciativas em 2009. A lei irá regular a atividade destas e incluirá componentes de assistência para gerar capacidade rural comunitária, promover seus destinos nos mercados externos e melhorar a infra-estrutura rodoviária para o acesso aos viajantes.

No **Equador**, país pioneiro nesta questão, diversos instrumentos legais reconhecem os direitos das comunidades rurais turísticas. A Lei de Turismo de 2002, por exemplo, consagra o direito das iniciativas comunitárias indígenas, rurais, campestres (*montubia*) e afro-equatorianas a participar do turismo como prestadores de serviços, e fazer parte do Conselho Consultivo de Turismo, um órgão de assessoramento do Ministério do Turismo (MINTUR) que coordena as ações entre os setores público, privado e comunitário. A regulamentação das atividades turísticas nas Áreas Naturais Protegidas reconhece a participação das comunidades na preservação e conservação dos ecossistemas, graças às suas práticas ancestrais.

Após duras negociações com a Federação Plurinacional de Turismo Comunitário do Equador (FEPTCE), o MINTUR desenvolveu iniciativas ideais às comunidades para o exercício do turismo em seus territórios, chamado de “Centros de Turismo Comunitário”. Em fevereiro de 2008 foi emitido o regulamento para o seu registro, e em março de 2009, as instruções para o seu registro com os padrões mínimos para a prestação de serviços de estadia, alimentação e bebidas.⁶ No entanto, o processo burocrático que foi criado, o caráter convencional de certos padrões e o custo proveniente de uns e outros sugerem um risco de novas barreiras no exercício do TRC no Equador.

Em função dos avanços registrados em outros países, o Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR) do **Peru** tem feito nos últimos anos grandes esforços de aprendizagem e vontade de realizar o enorme potencial que o país possui na questão do TRC, incorporando-o na oferta nacional. O Plano Nacional Estratégico do Turismo (PENTUR) prevê a promoção da participação da comunidade, com foco principal nas mulheres e jovens, a fim de gerar formações no nível local para a operação e gestão do desenvolvimento turístico e o desenvolvimento empresarial do TRC. As “Orientações para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário” (setembro 2008) definem os objetivos específicos de: reforço da capacidade local de planejar e gerir o turismo comunitário; diversificação da oferta e a formação de novos mercados através do desenvolvimento de produtos turísticos especializados e competitivos nas zonas rurais; criação de empregos e melhora nos rendimentos da população local através da prestação de serviços turísticos e a venda de produtos relacionados; redução da migração das populações rurais.⁷

O principal instrumento de intervenção do MINCETUR é o projeto de fortalecimento e desenvolvimento do TRC no Peru (TURURAL: 2007-2010). O seu objetivo principal é a inclusão dos setores sociais marginalizados, com baixo potencial de produção, no desenvolvimento da atividade turística para sustentar um nível de vida digno e superar a pobreza. O fortalecimento das instituições públicas centrais e municipais para formular e implementar políticas a favor do turismo comunitário, por um lado, e a geração de capacidades locais para a promoção de serviços turísticos e artesanais na área rural através do MIPYMES, por outro lado, contribuirão para este objetivo. Cinco municípios-piloto, em igual número de regiões, implementarão as estratégias orientadas ao TRC.

O Plano Nacional de Turismo na **Bolívia** prioriza o desenvolvimento do TRC, no contexto da democratização dos benefícios do turismo, a partir da incorporação das comunidades indígenas, rurais e urbanas no planejamento e gestão do turismo a partir de uma perspectiva territorial. As propostas do Plano que preconizam um modelo de inclusão da gestão turística com promoção de empre-

sas comunitárias são, sem dúvida, as mais elaboradas da região tanto em termos estratégicos quando pragmáticos.

O universo do programa inclui 15.000 comunidades rurais e urbanas, com formas de organização tradicional e não tradicional, cujas características fundamentais são: a propriedade coletiva da terra e de seus recursos; a gestão de uma organização territorial estabelecida; e um sistema democrático participativo nas tomadas de decisão e a distribuição de benefícios e deveres.

O objetivo geral visa eliminar a pobreza graças a uma estratégia diversificada de geração de empregos e de receitas, articulando ações entre os setores privado e público. Distinguem-se dois programas: o fortalecimento dos destinos comunitários consolidados ou em vias de consolidação; e a criação da oferta turística indígena e comunitária em regiões com altos índices de pobreza.

O projeto de fortalecimento de empreendimentos turísticos comunitários existentes será implementado com base nas influências dos produtos, circuitos e destinos que já recebem fluxos de turistas no país e que têm sido priorizados no Plano Nacional (grandes locais naturais e monumentos históricos e culturais). Será igualmente apoiada a criação de novos empreendimentos comunitários ao redor destas áreas, diversificando e complementando a oferta de serviços turísticos. Para cada um destes projetos prevê-se a formulação e implementação de um plano estratégico participativo com seus componentes de diagnóstico, organização, formação, promoção, assistência técnica e infra-estrutura, e a confluência de ações e investimentos públicos e privados.

O projeto de criação de oferta turística indígena e comunitária nas regiões com altos índices de pobreza é muito mais complexo e de difícil viabilidade. Estas regiões padecem de um alto déficit de infra-estrutura, serviços básicos, potencial de produção e carecem de recursos humanos para criar, operar e administrar negócios. Além disso, para conseguir certo impacto, o desenvolvimento de novos destinos e complexos turísticos nessas condições requer uma ação simultânea de programas de proteção social, construção de infra-estrutura e investimento produtivo privado e público.

Além da complexidade da execução de um programa desta natureza, somam-se fatores como a deficiência institucional do país, e do turismo em particular, a instabilidade econômica e as tensões políticas, que minam as bases da sua viabilidade econômica, social e política.

REDTURS: Fortalecendo as redes do TRC

Um dos objetivos estratégicos da OIT é o fortalecimento das organizações de trabalhadores rurais e povos indígenas com a finalidade de reduzir o grave déficit

de trabalho decente e contribuir na eliminação da pobreza que os afeta. Sob esta perspectiva, é dada ênfase à criação de redes, ao intercâmbio de experiências e à participação destes atores no debate de questões prioritárias, incentivando processos de aprendizagem coletiva e elaboração de agendas de trabalho conjuntas.

O desafio das comunidades rurais da América Latina consiste na criação de estruturas e meios de pressão política que lhes permita incidir a seu favor as decisões econômicas e institucionais que afetam suas condições de vida e o bem-estar. Somente aumentando o seu poder de barganha as organizações poderão, por um lado, promover políticas públicas que incentivem seus projetos de produção e, por outro lado, subscrever acordos de comércio justo com operadoras de turismo nacionais ou transnacionais.

FEDERAÇÕES NACIONAIS E PARCERIAS LOCAIS DE TURISMO COMUNITÁRIO PARTICIPANTES NOS ENCONTROS REGIONAIS REDTURS: 2007-2008

1. **RITA:** Rede Indígena de Turismo do México.
2. **SENDA SUR:** Rede de Turismo de Chiapas Ecotours e Etnias, México.
3. **FENATUCGUA:** Federação Nacional de Turismo Comunitário da Guatemala.
4. **A Rota Moskitia:** Rede de comunidades, Honduras.
5. **MUTU:** Rede de Turismo Mulheres Garífunas, Honduras.
6. **RENITURAL:** Rede Nicaraguense de Turismo Rural.
7. **ACTUAR:** Associação Costarriquense de Turismo Rural Comunitário.
8. **COOPRENA:** Consórcio Cooperativo Rede Ecoturística Nacional, Costa Rica.
9. **Congreso KUNA:** Secretaria de Turismo, Panamá.
10. **KAÍ ECOTRAVEL:** Operadora Turística Comunitária, Colômbia.
11. **ASOPRES:** Associação de Prestadores de Serviços Turísticos, Cali-ma, Colômbia.
12. **Runa Tupari:** Rede Provincial de Imbabura, Equador.
13. **FEPTCE:** Federação Plurinacional de Turismo Comunitário do Equador.
14. **REDTURC-Titikaka:** Rede Comunitária, Puno, Peru.
15. **Capachica:** Rede comunitária de Capachica, Peru
16. **TUSOCO:** Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário.
17. **TURISOL:** Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário.
18. **ONPIA:** Organização Nacional de Povos Indígenas da Argentina.

19. **Turismo Campesino:** Rede dos Vales Calchaquíes, Salta, Argentina.
20. **Huella Gaucha:** Rede Provincial de Turismo Rural de base comunitária, Jujuy, Argentina.
21. **Mapu Lahual:** Rede de Parques Comunitários, Chile.

Para enfrentar este desafio, o primeiro imperativo é incentivar os processos associativos que articulam eficientemente a oferta de serviços e procuram uma inserção competitiva nos mercados, propiciando o uso sustentável do patrimônio comunitário. O segundo imperativo é o fortalecimento da sua capacidade de auto-gestão, tanto no âmbito empresarial como no organizacional, qualificando recursos humanos de uma nova geração.

Em resposta às aspirações manifestadas por diversas organizações indígenas e rurais, a OIT promoveu a criação da “Rede de Turismo Sustentável” (REDTURS), cujo propósito é acompanhá-las nos processos de pensamento, encontrar soluções e aplicação de estratégias que lhes permitam competir com vantagem no mercado, potencializando seus pontos fortes e superando suas carências. Sob esta perspectiva, seis encontros consultivos regionais (entre 2001 e 2008) foram organizados, com apoio dos respectivos governos anfitriões, com participação de mais de 20 organizações, de 13 países.⁸

A Declaração de Otavalo (2001) estabeleceu os princípios fundamentais e as linhas estratégicas de ação da RETURS, enquanto a Declaração de San José (2003) se deu pela auto-gestão e o papel das comunidades no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades turísticas em seus territórios. Um programa de ação de cinco anos foi delineado, e vem sendo aplicado até os dias de hoje. No Panamá (2005) foi discutida a criação de uma marca coletiva do turismo comunitário para colocá-la no mercado; também foram concebidas diretrizes de códigos de conduta para que as comunidades pudessem elaborar seus próprios regulamentos e desenvolver destinos turísticos sustentáveis.

No âmbito do encontro realizado na Bolívia (2007), foram debatidas questões dos governos locais e das comunidades, onde foi delineada uma agenda para o desenvolvimento turístico participativo; examinou-se um diagnóstico de 16 organizações nacionais e locais de turismo comunitário com objetivo de consolidar suas estruturas representativas na região. Finalmente, na Guatemala (2008), os dois temas analisados foram: conglomerados turísticos comunitários bem-sucedidos, sistematização do modelo e lições aprendidas; qualidade e sustentabilidade no turismo comunitário; uma Carta de Qualidade para serviços turísticos e uma Carta de Sustentabilidade para destinos comunitários.

Em conclusão, o TRC na América Latina surge em um contexto de grandes alterações sociais e econômicas. Em particular, a liberação dos fluxos comerciais e financeiros, a vigência de novos paradigmas como o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social empresarial. A força da indústria turística e as novas demandas expressas no mercado mundial representam uma fonte de oportunidade para os pequenos negócios comunitários. Os atributos de originalidade e autenticidade que o turismo comunitário combina constituem fatores de diferenciação e competitividade no mercado global e torna-o um nicho promissor para o futuro, desde que as empresas sejam geridas com uma crescente eficiência e uma maior integração na cadeia turística, em condições de equidade.

Para realização plena de seu potencial, as autoridades públicas, a cooperação internacional e a sociedade civil organizada devem acompanhar as organizações comunitárias em seus esforços de superação das restrições históricas acima mencionadas, que as impedem de liberar suas capacidades como indivíduo, como comunidade e como povos para uma vida digna. Os primeiros passos neste sentido começam a ser vislumbrados na região.

Notas

¹ CEPAL: *Pobreza rural e políticas de desenvolvimento: progresso dos objetivos de desenvolvimento do Milênio e retrocessos da agricultura de pequena escala*, Santiago, 2007; CEPAL: *Panorama social da América Latina 2008*, Santiago, 2008.

² UNITED NATIONS: *Dialogue Paper by Indigenous People*, Economic and Social Council, 2002.

³ MALDONADO, Carlos: *Negocios Turísticos con Comunidades (NETCOM)*, Manual de facilitador, Módulo 3: “El Turismo Comunitario em América Latina: p.11, OIT-REDTURS, Quito, 2006.

⁴ Arantxa Guereña: *40 projetos de ecoturismo comunitários apoiados pelo PPD-GEF-PNUD*, 2007; *Guía de Turismo Rural Comunitário: Costa Rica auténtica*, 3ª edição, San José, 2007.

⁵ Nuestro País: *Ley de Fomento del Turismo Rural Comunitario pasó em comisión*, abril 2009.

⁶ Equador: *Registro Oficial do Tribunal Constitucional*, nº 565, Ministério de Turismo, Quito, abril 2009.

⁷ Ministério de Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR): *Orientações para o desenvolvimento do Turismo Rural Comunitário no Peru*, Lima, 2009.

⁸ Os documentos resultantes destes eventos consultivos regionais encontram-se no www.redturs.org

Sobre o sentido da proximidade

implicações para um turismo situado de base comunitária



ROBERTO BARTHOLO

Em um de seus trabalhos sobre a teoria dos sítios, Hassan Zaoual¹ faz referência ao texto de Martin Heidegger *Unterwegs zur Sprache*². Aqui duas sentenças de base da proposição heideggeriana merecem destaque. São elas:

“... O sítio reúne em si o mais elevado e o mais externo. O que é assim reunido, penetra e perpassa todo o resto. Como lugar de recolhimento o sítio guarda e mantém em si o recolhido, mas não como num encapsulamento fechado, e sim de modo a animar e transparecer o recolhido, para deixá-lo em seu modo próprio de ser.”³.

“... O coração da proximidade não é a distância, mas sim encaminhamento do face a face”⁴.

A questão mais significativa neste contexto é que o *lugar* heideggeriano não se deixa reduzir a uma simples métrica topológica, uma vez que não se deixa nem caracterizar nem determinar pelos recursos do cálculo. O lugar heideggeriano *encaminha ao encontro face a face no vigor da proximidade*. Nele a centralidade do encontro face a face não é meramente topológica. Essa centralidade diz respeito ao próprio *sentido* do lugar.

Para Heidegger: “vizinhança quer dizer: habitar na proximidade.”⁵ Há aqui significativa convergência de perspectiva com Zaoual, que entende o sítio como proximidade que gera vizinhança (mas não o inverso, ou seja, uma vizinhança meramente topológica que gerasse proximidade). A convergência pode ser corroborada pelas palavras de Zaoual: “... a proximidade é antes de tudo um sentido e este não pode ser calculado”⁶ e de Heidegger “... a vizinhança da proximidade não repousa na relação espaço-temporal”⁷.

Em síntese: para a compreensão de um sítio simbólico de pertencimento, noções meramente topológicas de uma métrica da distância são vazias de sentido. Aqui se faz vigente a possibilidade de se estar *perto do que é topologicamente distante e longe do que é topologicamente próximo*. A intimidade da proximidade não é redutível à métrica do cálculo aplicada ao espaço (metros) e ao tempo (horas), porque, para Zaoual e Heidegger, *o lugar da proximidade é o encontro face a face*, um acontecimento que habita dimensões meta-espaço-temporais.

A perspectiva heideggeriana ganha ainda maior radicalidade se considerarmos sua explícita advertência de que o encontro face a face não se restringe ao domínio do *inter-humano*, mas diz respeito à plenitude de possibilidades do *sítio*. Nas palavras de Heidegger: “... costumamos considerar o encontro face a face exclusivamente como relacionamento entre seres humanos (...). O encontro face a face surge, no entanto, de bem mais longe. Surge daquela amplitude em que terra e céu, Deus e homens se atingem”⁸. Zaoual, comentando Heidegger, afirma que é nessa perspectiva que o sítio encontra toda sua plenitude e que a proximidade vigora como *aproximação e cumplicidade bem além da distância*⁹.

O mais importante de termos em mente é que, para Heidegger, os parâmetros fixados pela métrica e o cálculo não são apenas incapazes de *gerar* a proximidade. Eles sequer são capazes de medi-la, pois a proximidade heideggeriana resiste e se esquia às requisições do cálculo e da instrumentalização utilitária. Ceder a elas implicaria aceitar a possibilidade de se fazer do encontro face a face produto de planejamento e controle, abrindo portas para a pretensão de sua *reprodução seriadada segundo a lógica da produtividade mercantil-industrial*.

Para Heidegger isso significa que agora *a luta pela dominação da terra entrou em sua fase decisiva*, apoiada no empenho por conquistar *fora da terra* a posição extrema para o seu controle. Assim “... a luta por esta posição é a complementação da tradução em cálculo de todas as relações, que no interior do que quer que seja, não importando o distanciamento ou a proximidade, tornam-se apenas algo computável. Eis a devastação do face a face em todos os quatro cantos do mundo, a negação da proximidade”¹⁰.

Esta *recusa da proximidade*, se pensada na perspectiva da antropologia filosófica de Martin Buber¹¹, pode ser compreendida como uma recusa da relação

vinculante do tipo Eu-Tu. Suas implicações práticas são duplamente negativas. Não se nega apenas a alteridade do outro. Também se nega a possibilidade de se afirmar perante o Tu a identidade *própria* do Eu.

Em seus *Fragmentos Autobiográficos*,¹² o próprio Buber apresenta uma chave para a compreensão de sua obra: “... se eu tivesse que informar a alguém que pretenda saber qual seja, em linguagem conceitual, o principal resultado das minhas experiências e reflexões, não me restaria nenhuma outra resposta senão declarar-me partidário do saber que envolve aquele que pergunta a mim: *ser gente significa ser o ente que está face a face*. O conhecimento deste simples fato cresceu ao longo de minha vida”.¹³

Para Buber, a pessoa da relação Eu-Tu é o suporte relacional que permite fazer da alteridade uma presença, numa possibilidade relacional que se estende para além do campo do inter-humano. Nos *Fragmentos Autobiográficos* encontramos um notável relato-testemunho, onde Buber descreve como, quando criança, ia à estrebaria procurar um cavalo preferido para acariciar-lhe a crina:

“... o que eu vivenciei no encontro com esse animal foi o outro, a terrível, a imensa alteridade do outro, que na proximidade comigo me deixava tocá-lo. (...) Quando eu passava a mão sobre a poderosa crina, às vezes admiravelmente alisada, outras vezes também espantosamente selvagem, e sentia a vida palpitante sob a minha mão, era como se se aproximasse da minha própria pele o próprio elemento vital, algo que não era eu, que de modo algum me era familiar; evidentemente o outro, não meramente um outro, verdadeiramente o próprio outro, e que me deixava aproximar-me, que confiava em mim, que, naturalmente, ficou muito íntimo”.¹⁴

Emmanuel Lévinas aponta que uma das mais significativas facetas do pensamento de Buber é mostrar que a verdade não é um conteúdo que as palavras possam conter, pois ela fornece acesso ao que “... é mais objetivo que qualquer outro tipo de objetividade, isto é, àquilo que o sujeito nunca pode possuir, uma vez que é totalmente *outro*”.¹⁵

A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento de Hassan Zaoual afirma que o homem é *numa situação*. O pensamento situado é radicalizado na antropologia filosófica de Martin Buber que afirma o caráter relacional da condição humana. O homem é um ente que unicamente existe *na* relação, como um *eu* que se dirige ou a um *tu*, ou a um *isso*. Essa questão é colocada de modo incisivo nos parágrafos iniciais do primeiro capítulo da obra prima de Martin Buber, o livro *Eu e Tu*:

“O mundo é dual para o homem, segundo a dualidade da sua atitude.

A atitude do homem é dual segundo a dualidade das palavras-fundantes que ele pode falar.

As palavras-fundantes não são singulares, mas pares.

Uma palavra fundante é o par de palavras Eu-Tu.

A outra palavra-fundante é o par de palavras Eu-Isso; onde sem alteração da palavra-fundante no lugar do Isso uma das palavras Ele ou Ela pode aparecer.

Com isso é também duplo o Eu do homem.

Pois o Eu da palavra-fundante Eu-Tu é um outro, diverso da palavra-fundante Eu-Isso”.¹⁶

O *mundo do Isso* abrange todo o espaço de experiência humana com objetos de conhecimento objetivo, manejo operativo prático e apropriação utilitária. Para Buber a neutralidade genérica do *Isso* destitui o objeto individual *issificado* do que para Buber é “... propósito efetivo de todo conhecimento, isto é, o esforço por dar conta do que é independente e completamente outro”.¹⁷ Ao ente *issificado* se imputa o papel de servir como um *anônimo artigo de troca*, que se pode experimentar, analisar e instrumentalizar, mas com quem não se estabelece uma verdadeira *relação vinculante*.

Em contrapartida, a relação Eu-Tu pressupõe a confrontação imediata, face a face, com um ente exterior que é radicalmente um outro, e *em tanto que tal percebido na relação*. Esse reconhecimento e acolhida da alteridade numa *relação vinculante* deve ser diferenciado da simples *ideia de alteridade*. Ter uma ideia de algo, mesmo que esse algo seja *o outro* pertence ao âmbito da relação Eu-Isso.

Para Buber o acesso à alteridade do outro não é uma *percepção*, mas uma *interlocução*, pois o movimento da relação Eu-Tu instaura uma realidade relacional, não apenas estabelece um tema de discurso. Como aponta Emmanuel Lévinas: “... O ente que é invocado nesta relação é inefável porque o Eu fala *com* ele, não fala *dele*. (...) Falar com ele é deixar que ele realize sua própria alteridade. A relação Eu-Tu, portanto, escapa do campo gravitacional da Eu-Isso, no qual o objeto externalizado permanece cativo”¹⁸.

Emmanuel Lévinas enfatiza que a preocupação maior de Buber é “... basear a experiência humana no encontro”¹⁹. Na perspectiva buberiana a relação não se deixa identificar com um evento dito *subjetivo*. O Eu não constrói uma *representação* do Tu, e sim *o encontra*. O intervalo onde se dá a relação face a face é o *entre* (Zwischen), e não é concebível como um espaço vazio, independente.

Não há formalismo topológico que enquadre em sua métrica o *entre* buberiano. Esse *entre* é uma proximidade situada, singular e concretamente dual, só se abrindo para *esse* Eu e *esse* Tu. Sem *ambos* não existe. Esta perspectiva é pedra

angular da antropologia filosófica buberiana, pois, para ela “... o homem não deve ser construído como um sujeito constituindo realidade, mas sim como a própria articulação do encontro. (...) O homem não encontra, ele é o encontro”.²⁰

Na perspectiva buberiana importa distinguir entre uma verdade possuída como um resultado impessoal e anônimo, a chamada “verdade objetiva”, e a verdade situada como um “modo relacional de ser” que se consubstancia numa atitude concreta com relação aos entes, numa “prova de vida”. Na perspectiva buberiana, como afirma Emmanuel Lévinas, “... a verdade é inteiramente uma atitude em relação a, uma investigação sobre, uma luta por, isto é, a autenticidade de uma existência particular, antes de ser uma correspondência entre aparência e realidade”.²¹

Sendo, para a perspectiva buberiana, a verdade um *modo relacional de ser*, suas implicações podem ser surpreendentes para quem se habituou a pensá-la em termos estritamente conceituais como a adequação da coisa ao intelecto. A verdade buberiana remete a relações vinculantes e à hospitalidade: como acolhida do que o outro me revela, não como a aquilo que sei em razão das certezas que produzimos ou projetamos.

Aqui queremos apontar significativa convergência entre a antropologia filosófica buberiana, os sítios simbólicos de pertencimento e alguns importantes aportes críticos à teoria do desenvolvimento econômico.

Quando Martin Buber afirma basear a verdade no primado da *vida vivida* antes que na vida pensada, traz junto com essa proposição graves implicações. Em primeiro lugar, filosofar é, nessa perspectiva, um *modo de vida* que implica praticar o *diálogo com o real*, confrontado nos encontros face a face. Deve ser também destacado que na obra de Buber a erudição *livresca*, descolada da vida vivida, é tematizada com a mesma desconfiança imortalizada no *Fedro* de Platão, que adverte de seus riscos: induzir a negligenciar a memória, a pretender julgar antes de pensar, e ao perigo maior de identificar no lido a ilusão do já sabido, engendrando uma incapacidade de responder a quem no encontro face a face nos interroga²².

Os desafios éticos de nosso tempo vinculam-se a um contexto em que a tecnociência veio transformar em realidade efetiva o sonho utópico de Francis Bacon de que *saber é poder*. Elimina-se o espaço para que o outro seja manifesto em sua presença em si e para si. Na raiz dessa eliminação estão duas pretensões.

A primeira é a pretensão de se identificar o ato de conhecer com o empenho de ordenar uma totalidade como um sistema, fruto de uma “captura conceitual” da verdade pelo sujeito. E a segunda é a pretensão da liberdade do sujeito de justificar-se a si própria, numa espontaneidade supostamente inocente, que se desdobra em poder de agir sobre as vontades dos outros.

O discurso dos saberes tecnocientíficos contemporâneos, afirmando a predileção pelo conceito como único guia da compreensão, fez da réplica do mesmo

seu projeto ideal, na busca sistemática de estruturas repetíveis como fundamento da ordem. Daí decorre que toda alteridade resistente a tal processo possa ser identificada, como aponta Zigmunt Bauman²³, como *um pedaço de não-razão no caminho da razão* e, em tanto que tal, destinado a ser suprimido pelo conhecimento.

Nas sociedades da modernidade contemporânea crescem exponencialmente as relações que Martin Buber designou como do tipo Eu-Isso, em meio a um contexto institucional cada vez menos propício ao acontecimento de relações do tipo Eu-Tu. O “nexo dinheiro” da mercantilização invade cada vez mais os espaços relacionais, ampliando quase irrestritamente o campo de vigência do mundo das coisas que têm um preço. Nesse mesmo processo o cidadão vai sendo transfigurado no consumidor/espectador. Monetarização e espetacularização se retroalimentam como vetores de uma colonização da *vida vivida* por estruturas produtoras de experiências de segunda mão. A experiência relacional direta, face a face e situada vai sendo desqualificada como fonte de sentido na globalização da “*société du spectacle*”, caracterizada por Guy Debord²⁴ em meio aos movimentos de contestação de 1968.

Resgatar a proximidade relacional nesse contexto requer o empenho por tornar vigentes espaços institucionalizados mais propícios ao acontecimento de relações do tipo Eu-Tu. Isso pressupõe disponibilidade para encontro, diálogo e, por último mas não menos importante, vulnerabilidade para vínculos relacionais. É na vida vivida que as virtudes da ética são provadas, aprendidas e exercidas. Não num simples exercício de abstrações mentais. O lugar da vida ética não é o das generalizações anônimas. Ele é situado no *entre* das relações do tipo Eu-Tu, relações diretas, imediatas, face a face aos apelos da presença do rosto do outro.

O Eu situado não serve *apenas* de suporte às disposições de uma razão universal. E esse é um reconhecimento que traz consigo um mal-estar e uma inquietação, tão belamente expressos nas palavras de Martin Buber:

“... quando é que a ação de pensar terá por foco a presença de quem vive face a nós? Quando é que a dialética do pensamento vai se tornar dialógica? Quando é que ela vai se tornar diálogo, não sentimental e relaxado, mas um diálogo conduzido nos rigores do pensamento e da razão crítica com o homem presente a todo momento?”²⁵

A pergunta e o apelo de Buber podem ter fecunda interação com a prática de projetos de intervenção. Sítios simbólicos de pertencimento são, por excelência, lugares de relações vinculantes, não meros lugares de passagem e anonimato. Neles o *homo situs*, como um ser relacional, situacionalmente aberto e dialógico,

faz sua morada. As relações mantidas com seu sítio simbólico de pertencimento lhes são *identitárias*.

A ação humana objetivada na tecnologia da modernidade globalizada é funcional, instrumental, padronizada. Sua cadeia de causalidades eficientes pertence ao *mundo do Isso*. Nela não há lugar para proximidades vinculantes, que lhe permanecem uma exterioridade. Ela não conhece encontros face a face. Seu operar é uma repetida requisição da disponibilidade dos entes para serem usados como objetos de conhecimento, instrumentalização e controle.

Uma intencionalidade dialógica implica o reconhecimento de uma impossibilidade: fazer do encontro face a face objeto ou produto. Desconhecer que ele é um acontecimento. Negar ao encontro autêntico o atributo de ser um acontecimento enraizado em radical indeterminação é a pretensão de transformar o *Tu* buberiano num *Isso*. Essa pretensão instaura pseudo-conversações, que tomam o lugar dos diálogos. Em suma, o desenraizamento tem como contrapartida a vigência de monólogos técnicos, a serviço de poderes desenraizados do sítio.

No caso específico dos serviços turísticos os padrões relacionais de acolhida e hospitalidade são elementos-chave para práticas *situadas* de turismo de base comunitária. Como veremos ao longo deste livro, um elemento comum presente nas iniciativas de turismo de base comunitária é o comprometimento ativo dos atores locais, situacionalmente afetados e em redes informacionais transnacionais.

A mobilização das comunidades possibilita a resistência e o questionamento dos rumos do desenvolvimento turístico nesse território. A luta pela posse da terra, a luta pelo direito ao uso sustentável dos recursos naturais ou mesmo a luta pelo direito à simples existência formam a base de uma coesão que fortalece o sentido de comunidade. O turismo não é afirmado como elemento identitário no movimento de resistência das comunidades, e sim um meio para dar visibilidade aos conflitos dos modos de vida tradicionais com a chegada da modernidade.

Característica fundamental do turismo de base comunitária é a nítida preponderância dos padrões *relacionais interpessoais* nos serviços turísticos ali implementados. A dialogicidade situada foi facilitadora da abertura de fortes canais de interlocução com o patrimônio relacional do sítio simbólico de pertencimento. A prática das iniciativas turísticas de base comunitária exige então uma permanente interlocução, e uma pactuação negociada de compromissos.

A experiência corrobora a proposição de Zaoual de que o sítio não é apenas uma caixa-preta “... que contém mitos fundadores, valores, revelações, revoluções, sofrimentos e experiências do grupo humano em questão”²⁶. O sítio também inclui em si uma ‘caixa conceitual’, que abrange conhecimentos comuns empíricos e/ou teóricos, e ainda uma ‘caixa de ferramentas’, contendo seus modos de organização, seus modelos de comportamento e de ação, seu saber-fazer, suas

técnicas etc.”²⁷. E nenhum interlocutor genuíno deve considerar isoladamente as caixas simbólica, conceitual e de ferramentas, pois “... o todo está ligado pelo sentido implícito do sítio”²⁸, “... o senso comum que o sítio dá a seu mundo percorre o conjunto dessas ‘caixas’, nenhuma delas estando isolada do restante”²⁹.

Esta perspectiva tem profundas implicações para práticas turísticas *situadas* de base comunitária. Os sítios são *comunidades de sentido*. A ida de um viajante a um sítio é também uma possibilidade de compartilhar a experiência de sentido que ali se dá, pois os sítios como comunidades de sentido “... impregnam o conjunto das dimensões dos territórios da vida: com relação ao tempo, à natureza, ao espaço, ao habitat, à arquitetura, ao vestuário, às técnicas, ao saber-fazer, ao dinheiro, ao empreendedorismo etc. Antes de se materializar nos feitos e gestos dos atores ou em qualquer outra materialidade visível a olho nu, os sítios são entidades imateriais fornecedoras de balizamentos para os indivíduos e organizações sociais”³⁰.

Isso implica e requer, tanto dos viajantes como dos locais, uma *atitude dialógica*, o que significa a abertura para primordialmente falar *com* alguém, não *de* alguém ou alguma coisa. Uma abertura dialogal para a *vida vivida* se dirige para *os imaginários da situação*, não para as capturas conceituais pré-concebidas. Não basta apenas encontrar um pseudo-outro que se enquadre em minhas capturas conceituais. O que se requer é disponibilidade e vulnerabilidade para imaginar-se no outro, ampliando o senso de comunidade num encontro de um outro que podia ser eu. Aceitar a contingência das linguagens, das identidades e das comunidades e receber novas descrições da realidade que podem alterar as nossas verdades provisórias. Essa é a condição de possibilidade de se compartilhar comunidades de sentido, de se permitir a si mesmo genuína interlocução com sítios simbólicos de pertencimento. Pois os sítios simbólicos de pertencimento “... não são espaços geométricos euclidianos e vazios de sentido. Não são aqueles ‘não-lugares’ semelhantes às grandes estações ferroviárias ou a supermercados da mega-máquina da sociedade econômica”³¹.

Desde a perspectiva da antropologia filosófica de Martin Buber deve ser sempre destacado que o estabelecimento de relações do tipo Eu-Tu é sempre um *acontecimento surpreendente e incontrolável, que escapa ao determinismo dos planejamentos e projeções*. Pretender fazer das relações do tipo Eu-Tu uma resultante de projetos técnicos de intervenção significa o mesmo que querer fazer da liberdade humana uma resultante de requisições instrumentais.

Notas

¹ Zaoual, H. *Le Site ou l'Insaississable Proximité*, texte proposé au colloque international du Réseau Cultures Europe: *The Impact of Identity on Local Development and Democracy*, Bruxelles, octobre 2000. Incluído (p. 133-150) na coletânea de textos Zaoual, H. *A Nova Economia*

das Iniciativas Locais. Uma introdução ao pensamento pós-global (tradução brasileira de Michel Thiollent), DP&A e PEP/COPPE, Rio de Janeiro, 2006, com o título *O Sítio ou a Intangível Proximidade*.

² Heidegger, M. *Unterwegs zur Sprache*, Verlag Günther Neske, Pfullingen, 1959, referido por Hassan Zaoual a partir da tradução francesa *Acheminement vers la Parole*, Gallimard/Tel, Paris, 1976.

³ Heidegger, M. *Unterwegs zur Sprache*, op. cit., p. 37: “*der Ort versammelt zu sich ins Höchste und Äusserste. Das Versammelnde durchdringt und durchwest alles. Der Ort, das Versammelnde, holt zu sich ein, verwahrt da Eingeholte, aber nicht wie eine abschliessende Kapsel, sondern so, dass er das Versammelte durchscheint und durchleuchtet und dadurch erst in sein Wesen entlässt*”.

⁴ Heidegger, M. *Unterwegs zur Sprache*, op. cit., 211: *das Wesende der Nähe ist nicht der Abstand, sondern die Be-wägung des Gegen-einander-über*”.

⁵ Heidegger, M. *Unterwegs zur Sprache*, op. cit., p. 199: “*Nachbarschaft heisst: in der Nähe wohnen*”.

⁶ Zaoual, H. *O Sítio ou a Intangível ‘Proximidade’*, op. cit., p. 146.

⁷ Heidegger, M., *Unterwegs zur Sprache*, op. cit., p. 210: “*beruht die nachbarliche Nähe doch nicht auf der raumzeitlichen Beziehung*”.

⁸ Heidegger, M., *Unterwegs zur Sprache*, op. cit., p. 211: “*wir sind geneigt, das Gegen-einander-über nur als Beziehung zwischen Menschen vorzustellen. (...) Indes kommt das Gegen-einander-über weiter her, nämlich aus jener Weite, in der sich Erde und Himmel, der Gott und der Mensch erreichen*”.

⁹ Zaoual, H., *O Sítio ou a Intangível ‘Proximidade’*, op. cit., p. 147.

¹⁰ Heidegger, M., *Unterwegs zur Sprache*, op. cit., p. 213: “*der Kampf um diese Position ist jedoch die durchgängige Umrechnung aller Bezüge zwischen allem in das berechenbare Abstandslose. Das ist die Ver-wüstung des Gegen-einander-über der vier Weltgegenden, die Verweigerung der Nähe*”.

¹¹ Bartholo, R. *Martin Buber, Presença Palavra*, Garamond, Rio de Janeiro, 2001.

¹² Com o título *Begegnung. Autobiographische Fragmente*, foi publicada em Stuttgart, em 1960, uma primeira edição do escrito. Posteriormente houve uma edição revista e ampliada datada de 1963, que foi incluída na coletânea *The Philosophy of Martin Buber*, Schilpp P. e Friedman, M. (orgs), Open Court, La Salle, Illinois, 1991. As citações incluídas no presente artigo são transcritas da tradução brasileira dessa edição revista e ampliada: Buber, M. *Encontro. Fragmentos Autobiográficos* (tradução de Sofia Inêz Albornoz Stein), Vozes, Petrópolis, 1991.

¹³ Buber, M., *Encontro. Fragmentos Autobiográficos*, op. cit., p. 60.

¹⁴ Buber, M., *Encontro. Fragmentos Autobiográficos*, op. cit., p. 19.

¹⁵ Lévinas, E., *Martin Buber and the Theory of Knowledge*, in Schilpp P. e Friedman, M. (orgs), *The Philosophy of Martin Buber*, Open Court, La Salle, Illinois, p. 135.

¹⁶ Buber, M. *Ich und Du*. Heidelberg, Lambert Schneider, 1977, p. 9.

¹⁷ Lévinas, E. *Martin Buber and the Theory of Knowledge*, op. cit., p. 137.

¹⁸ Lévinas, E. *Martin Buber and the Theory of Knowledge*, op. cit., p. 138.

¹⁹ Lévinas, E. *Martin Buber and the Theory of Knowledge*, op. cit., p.139.

²⁰ Lévinas, E. *Martin Buber and the Theory of Knowledge*, op. cit., p. 140.

²¹ Lévinas, E. *Martin Buber and the Theory of Knowledge*, op. cit., p. 143.

²² “*Sócrates: At the Egyptian city of Naucratis, there was a famous old god, whose name was Theuth; the bird which is called the Ibis is sacred to him, and he was the inventor of many arts, such as arithmetic and calculation and geometry and astronomy and draughts and dice, but his great discovery was the use of letters. Now in those days the god Thamus was the king of the whole country of Egypt; and he dwelt in that great city of Upper Egypt which the Hellenes call Egyptian Thebes, and the god himself is called by them Ammon. To him came Theuth and showed his inventions, desiring that the other Egyptians might be allowed to have the benefit of them; he enumerated them, and Thamus enquired about their several uses, and praised some of them and censured others, as he approved or disapproved of them. It would take a long time to repeat all that Thamus said to Theuth in praise or blame of the various arts. But when they came to letters, This, said Theuth, will make the Egyptians wiser and give them better memories; it is a specific both for the memory and for the wit. Thamus replied: O most ingenious Theuth, the parent or inventor of an art is not always the best judge of the utility or inutility of his own inventions to the users of them. And in this instance, you who are the father of letters, from a paternal love of your own children have been led to attribute to them a quality which they cannot have; for this discovery of yours will create forgetfulness in the learners’ souls, because they will not use their memories; they will trust to the external written characters and not remember of themselves. The specific which you have discovered is an aid not to memory, but to reminiscence, and you give your disciples not truth, but only the semblance of truth; they will be hearers of many things and will have learned nothing; they will appear to be omniscient and will generally know nothing; they will be tiresome company, having the show of wisdom without the reality” (Phaedrus, 275a, translated from the Greek by Benjamin Jowett, in <http://ccat.sas.upenn.edu/jod/texts/phaedrus.html>).*

²³ Bauman, Z. *Postmodern Ethics*. Blackwell, Oxford, 1993.

²⁴ Debord, G. *La Société du Spectacle*. Gallimard, Paris, 1992.

²⁵ Buber, M. *Do Diálogo e do Dialógico*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1982, p. 63.

²⁶ Zaoual, H. *L'éthique du développement local. Le sens implicite des pratiques locales. Une démarche par les sites symboliques d'appartenance*, texto preparado para o Seminário do Centro de Economia e de Ética para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, organizado pela Université de Versailles – Saint Quentin em Yvelines, França, em 19 e 20 de março de 1999. Incluído (p. 23-54) na coletânea de textos Zaoual, H. *A Nova Economia das Iniciativas Locais. Uma introdução ao pensamento pós-global* (tradução brasileira de Michel Thiollent), DP&A e PEP/COPPE, Rio de Janeiro, 2006) com o título *A ética do desenvolvimento local. O sentido implícito das práticas locais: uma abordagem pelos sítios simbólicos de pertencimento*, p. 33.

²⁷ Zaoual, H.. *A Ética do Desenvolvimento Local*, op. cit., p. 33.

²⁸ Zaoual, H. *A Ética do Desenvolvimento Local*, op. cit., p. 34.

²⁹ Zaoual, H. *A Ética do Desenvolvimento Local*, op. cit., p. 33.

³⁰ Zaoual, H., *A Ética do Desenvolvimento Local*, op. cit., p. 34.

³¹ Zaoual, H., *A Ética do Desenvolvimento Local*, op. cit., p. 31-32.

Do turismo de massa ao turismo situado

*quais as transições?*¹

HASSAN ZAOUAL



Introdução

O objetivo deste artigo² é resumir os trabalhos do Grupo de Pesquisas sobre as Economias Locais na área do turismo³ e tentar aplicar os principais resultados aos quais chegou a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento⁴. Toda nova aproximação pressupõe verificações empíricas a fim de consolidar as aquisições teóricas e é ao que corresponde esta contribuição, numa área ainda nova como a do *turismo pós-industrial*. A teoria em questão emana da economia do desenvolvimento, à medida que esta é um *bom laboratório* de estudos para os fracassos das concepções econômicas que não levam em conta a complexidade, a diversidade e as contingências dos contextos da ação dos agentes econômicos. A capitalização destes *erros fecundos* deu lugar à aproximação particular pelos sítios, que colocam em destaque o papel das crenças partilhadas pelos atores em todo o processo econômico.

Sob o ponto de vista das experiências do desenvolvimento econômico dos países industrializados e dos países do hemisfério Sul, um dos princípios desta teoria consiste em postular que uma mudança econômica *consistente e durável* de um território dado, pressupõe a tomada do *senso comum partilhado* pelos atores da situação. E este senso comum indica como o sistema de valores e as representações que têm ocorrência no sítio considerado influenciam as práticas

econômicas, e, também, as práticas sociais. É a partir da matriz de ordem simbólica de um lugar que os comportamentos individuais e coletivos se manifestam em modelos de ação localizada e, em seguida, em comportamentos e atividades econômicas, aqui as diversas figuras do turismo contemporâneo.

O campo de investigação sobre as novas formas de existência do turismo é oportuno para uma leitura sobre as crenças dos atores, produtores e consumidores, já que se trata de estudar a metamorfose de certo número de valores imateriais em valores econômicos.

Por outro lado, trata-se de decifrar as motivações e as necessidades emergentes dos agentes implicados no turismo do patrimônio, verde, rural e cultural. A multiplicidade de fatores que entram em jogo nestas atividades e mercados estabelece a pertinência de uma conduta, ao mesmo tempo, interdisciplinar e intercultural das práticas sociais, já que elas são também econômicas. É somente nesta condição que nós poderíamos colocar em evidência os *motores simbólicos* e o sentido que motivam, profundamente, a irrupção dessas novas figuras do turismo.

Para fazer isso, nós iremos, primeiramente, começar por uma decifração das *novas dinâmicas turísticas*. Nós isolaremos de um lado as causas que trabalham em profundidade o *declínio do turismo de massa* e de outro, as variáveis que motivam a demanda emergente em direção a novos modelos e produtos turísticos. Esta releitura das *tendências do turismo* é feita, ora com a ajuda das constatações empíricas, ora com a ajuda dos argumentos lógicos e teóricos, abrindo o caminho a um aprofundamento da análise sobre os sítios simbólicos.

Em seguida, na segunda etapa desta contribuição, nos exercitaremos a precisar as contribuições dessa *aproximação situada do turismo*. O objetivo final de toda a progressão da nossa demonstração é de ampliar o debate sobre a *teoria do turismo situado*, associando a natureza, a cultura e uma economia que respeita a diversidade do nosso mundo.

As novas dinâmicas turísticas

O declínio do turismo de massa

Há duas décadas, apesar do crescimento turístico mundial estimulado pela redução dos custos do transporte*, os produtos que cobrem o turismo dito de massa marcam o progresso. Estes sinais, antes aventureiros, traduzem uma sufocação progressiva deste tipo de demanda turística. Historicamente, esta constatação foi

* O crescimento deste setor do turismo é estimado em 4% por ano, segundo a Organização Mundial do Turismo durante, pelo menos, as duas primeiras décadas do século XXI.

feita em razão da *crise do regime de acumulação fordista* nos grandes países industrializados. Aliás, é o que traz, com certa defasagem no tempo, os trabalhos especializados na matéria que trata também da *crise do turismo fordista*⁵.

A observação das tendências da demanda turística mundial deixa entrever, com efeito, que esse tipo de modelo de produção de serviços turísticos não está mais totalmente em uso com a evolução das necessidades que o mercado exprime. A demanda turística tornou-se mais exigente, variada e variável. Ela tende a se focar cada vez mais sobre a qualidade e exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente. Concretamente, a clientela procura *verdadeiros sítios* que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar.

Tais exigências parecem em total contradição com a oferta do turismo de massa que privilegia o lucro imediato e a grande escala, destruindo assim a qualidade relativa dos sítios turísticos. Como mostra Florence Deprest⁶ em uma pesquisa sobre o turismo de massa, este último perdeu seu atrativo, ao mesmo tempo, junto à clientela e aos especialistas, sociólogos ou economistas, do turismo. Este fenômeno de repulsão atinge também o turismo dito de elite, à medida que ele também não escapa da crise do gerenciamento uniformizador das atividades turísticas.

Essa multidão de anomalias que recai sobre o turismo dominante serve a compreender as novas tendências da *consumação turística*⁷. A crise do *reinado da quantidade* abriu então a porta à *qualidade*. O que é também sinônimo de uma crise do paradigma e das práticas clássicas do turismo em geral, abrindo assim o caminho a novas aproximações⁸.

As observações empíricas mostram bem que a demanda vira as costas, cada vez mais, ao turismo de massa e de grande distância. O declínio da imagem do turismo balneário dos *tropicais longínquos* é uma das ilustrações (o declínio do modelo *3 S: sea, sex and sun*). Valores negativos lhe são cada vez mais associados, de forma que a inatividade cultural e contatos superficiais com os meios da recepção, riscos nutricionais e poluição, e, principalmente, a conscientização dos efeitos cruéis de um produto uniforme. A Espanha nos fornece um triste exemplo com a *cimentação* da Costa Del Sol, assim como outros sítios sobre o planeta.

Vítima do seu próprio sucesso, o *mega turismo*⁹ parece, assim, responder à teoria do ciclo de vida dos produtos. Após a fase de iniciação e a do seu progresso (anos 60-70), os sítios, que constituem o objeto de um turismo de massa, perdem progressivamente seu atrativo. A oferta turística encontra-se na incapacidade de manter seu ritmo normal e se vê, assim, na obrigação de inovar para atender às novas necessidades.

Com evidência, a degradação dos sítios turísticos também deve ser considerada sob o ângulo do esgotamento dos ecossistemas¹⁰. A *capacidade de carga* de um

sítio, noção emprestada da ecologia global, não é sem limite, e o limite em questão parece expressar a lei dos rendimentos decrescentes, tão caros em Malthus e em Ricardo. O *modelo do estado imutável* é suscetível também de ser aplicado à saturação, da qual é vítima, hoje, o sistema econômico do turismo de massa. Com efeito, a qualidade de um sítio turístico recai sobre suas dotações *naturais* e *culturais*. Uma exploração sem limite e sem respeito destas últimas impulsiona irremediavelmente um esgotamento e conseqüentemente, uma repulsa da demanda, logo, de investimentos. A procura da rentabilidade máxima destrói, a longo prazo, as bases dessa mesma rentabilidade. À sua maneira, Karl Marx diria: *O capital é seu próprio coveiro ou a barreira de si mesmo*.

Tudo indica então, que quando uma prática social, aqui o turismo, constitui o objeto do único paradigma econômico na sua concepção e na sua gestão, periclita, além do seu limite de tolerância, e perde, assim, sua validade. A curto prazo, o lucro mata o lucro. Todo sistema vivo, biológico ou social, que se uniformiza e se especializa, desmorona. Este limite estabelece então a necessidade de uma nova aproximação, integrando a pluralidade dos aspectos de um dado sítio (cultura, natureza, arquitetura, história etc.), conscientizando-se da importância do *sensu implícito* das práticas dos atores, visitantes e habitantes do sítio.

É esta variedade de dimensões que está no centro da problemática das *novas faces do turismo*¹¹. A representação conceitual (teorias e modelos) e a gestão dessa diversidade não são os pontos fortes dos modelos padrões, longe disso. No entanto, nas realizações, a necessidade de um pluralismo e de harmonia na diversidade se faz sentir.

As variáveis das novas demandas turísticas

A SUFOCAÇÃO DO UNIFORME

Fundamentalmente, é na *diversidade* que a nova demanda turística esgota suas motivações profundas. Em um mundo atormentado pela perda de referências, a necessidade de pertencimento, bem como de um intercâmbio intercultural, exprimem o desejo de uma procura de sentidos da parte dos atores. Esta constatação está bem presente atrás das mudanças que se operam na superfície da área do turismo. Os turistas querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos.

Da mesma maneira, os atores locais dos sítios que constituem o objeto de um desenvolvimento turístico, procuram participar* de sua economia sem, para

* A coerência de um sistema de ofertas turísticas variadas supõe um nível mínimo de associação entre todos os atores envolvidos (população, coletividades locais, sociedade civil, profissionais etc.). A necessidade de colocar estratégias de redes turísticas se impõe. Intervêm necessariamente

tanto, abandonar o monopólio do processo sob pena de gerar os efeitos cruéis constatados nas experiências do turismo de massa: marginalização econômica e social dos atores locais, destruição cultural de sua identidade, esgotamento da qualidade ecológica dos sítios envolvidos etc. Há aqui uma *convergência* que interpela.

Se olharmos de perto, trata-se do desejo de um *diálogo de sentidos* entre os *visitantes* e os *visitados*, que procura abrir um caminho através dos escombros que o *turismo de massa* uniformizador deixa para trás. Aqui, o *reconhecimento intercultural* faz sua irrupção e se rebela contra as forças do mercado que invadiram o universo das viagens e da aventura. Elas constituem um produto padrão e organizado. Resumindo, a economia padrão do turismo impede o diálogo das culturas e o reduz, no máximo, a um folclore.

A indústria do turismo acaba assim, paradoxalmente, com o desejo da *descoberta mútua* que está, no entanto, na raiz do que motiva, realmente, os comportamentos dos atores presentes. À medida que esta intermediação constitui o objeto de uma comercialização, a autenticidade da relação de intercâmbio desaparece e dá lugar a uma *ilusão*, uma *artificialidade* que a demanda evita progressivamente. A viagem torna-se uma *jaula* e passa a impressão de que a mobilidade espacial é culturalmente imóvel, à medida que tudo é organizado de tal forma que o encontro com o outro aparenta um *simulacro*.

As variáveis da viagem se veem assim neutralizadas, imobilizadas, cortadas de seus objetivos profundos pelos modos de organização da indústria do turismo. Contraditoriamente, apesar do deslocamento geográfico, esta indústria também faz viajar seus clientes com seu próprio mundo. Os ritmos, a super organização, a procura de um lucro máximo, enfim, este programa mata o espírito de aventura. O inesperado não é esperado!

Não é então por acaso, que a *demanda turística* utiliza, hoje, outros caminhos e se expressa com outras exigências. O que revela que os fenômenos econômicos somente podem ser compreendidos, em toda sua profundidade, estando embutidos nas *mudanças de valores*. Em outras palavras, as representações simbólicas dos atores fazem parte de seus comportamentos econômicos, um dos princípios de base do paradigma dos sítios.

Esta exigência que altera a autonomia do econômico e lhe impõe a necessidade de incorporar outras dimensões, levou, aliás, a uma proliferação de novas concepções na área particular do turismo: turismo solidário, turismo intercultural, turismo da natureza, eco-turismo, turismo durável, turismo de proximidade,

te a definição conjunta dos objetivos (associação), da tentativa de um melhor conhecimento das expectativas dos turistas, das estratégias de produção, de promoção e de comercialização.

turismo de memória e de história, turismo de valores. Esta última noção é avançada por Roger Nifle*.

A VITÓRIA DO MÚLTIPLO

Esta tipologia não limitativa aqui descrita é reveladora de uma mudança na *antropologia do turismo*. Ela exprime novas necessidades, novos valores, quanto a esta atividade econômica. Este turismo de variedade** conhece um forte crescimento e traduz a multiplicidade que está no comando das novas dinâmicas turísticas.

Assim, a título de exemplo, ao *turismo verde* se associa também o *turismo de proximidade* sob modos culturais e rurais muito diversos. O *exotismo* está em nossas portas! A ideia de que a mudança de hábitos está ao seu lado, tem uma real importância. Esta *mudança de proximidade* confere um conteúdo empírico a um dos princípios da teoria dos sítios. Esta última postula que a diversidade é onipresente e até proliferativa da condição de *mudar de opinião*, em outros termos, abandonar todo pensamento uniformizador. Uma localidade é tão diversa quanto uma região, *assim como* um país. Cada território possui uma grande variedade de sítios, logo, de referências imaginárias, histórias e memórias. Estes últimos, com a máscara da uniformização, começam, por um tempo, despercebidos e somente se revelam com as mudanças de visões e paradigmas***.

* Fundador do Instituto do Turismo de Valores, Jornal permanente do Humanismo Metodológico [http:// journal.coherences.com](http://journal.coherences.com).

** O turismo de variedade (cultura, natureza, arquitetura, esporte e lazer etc.) conhece uma forte expansão, ver *Monitor do Comércio Internacional*. A especialização, que foi a abertura dos novos mercados, 11-17 1996 p. 51. O «*turismo verde*», por exemplo, constitui o objeto de um vivo sucesso, um fenômeno que não escapou dos observadores da evolução da sociedade e das novas necessidades que ela apresenta. É assim que o jornal *Le Monde*, em um artigo intitulado «*As pessoas que viajam nas férias se colocam no verde*» (19 de março de 1992), destaca: «*Que o verde esteja na moda, nós somente queremos que a paixão dos cidadãos pelas hospedagens rústicas, como por exemplo, os chalés rurais, seja o verdadeiro luxo, sendo a calma, a facilidade de circular e a autenticidade das relações humanas. Da mesma forma que, o desejo de entrar realmente em contato com outras culturas, outras maneiras de viver, motivação principal dos viajantes de férias, encontre hoje respostas que não são necessariamente distantes e exóticas. Assim, o retorno do interesse pelas culturas, as tradições e as festas regionais, o sucesso dos museus etnográficos. Como se, por sua vez, a mudança de hábitos se colocasse no verde.*»

*** Cada sítio é único contendo micro-sítios e estando em relação com outros mais ou menos distantes. São realidades entrelaçadas. De fato, a humanidade é única e múltipla ou, como diz o Sub-Comandante Marcos, líder do movimento de Chiapas do México: «*Um mundo pode conter muitos mundos, pode conter todos os mundos*» citado por John Berger, *Viver com as pedras*. Carta ao Sub-Comandante Marcos. *Mundo Diplomático*, Novembro, p. 23, 1997. Este caráter entrelaçado dos mundos humanos que povoam o planeta proíbe todo racismo de civilização ou de cultura e funda a força desta fórmula das teorias dos sítios: raízes sem racismo! Reportar-

Em outros termos, mesmo que um território dado, por menor que ele seja, nos pareça homogêneo em sua cultura, em sua história e em sua estrutura econômica, quanto mais se pratica a imersão ou toda forma de conhecimento do seu interior, mais se dará conta de que ele recebe também sua diversidade endógena herdada de seus intercâmbios com o mundo exterior. Resumindo, uma identidade regional é ao mesmo tempo única e múltipla, estando aberta ao resto do mundo.

Epistemologicamente, a percepção das realidades de um território ocorre em função do lugar e da maneira como é feita. Tudo depende do nosso local de observação (expressão emprestada do filósofo-matemático inglês Bertrand Russell). O que nós observamos depende estritamente das nossas crenças sociais e científicas, e do lugar de onde nós a fazemos. Nunca se fala de lugar nenhum. Assim, escreve Susan Hunt: “Os economistas conhecem as limitações de seus instrumentos teóricos, mas eles assinalam que esses instrumentos são os melhores que nós temos. No entanto, como Mark Twain observou outrora, *se a única ferramenta que nós possuímos é um martelo todos os problemas têm a aparência de um prego*”¹² (destaque nosso), o que justifica os erros frequentes que encontramos em matéria de concepção e de execução de projetos de desenvolvimento nacional ou local, e de aproximações de comportamentos dos agentes.

Assim, as realidades que nós observamos e sobre as quais nós queremos agir, podem mudar completamente em função dos sistemas conceituais adotados, o que justifica a quantidade de dificuldades que se coloca quando se trata de definir, como aqui, as principais categorias do turismo bem como as do lazer, do esporte e de suas articulações¹³. Estas complexidades levam a adotar o princípio da prudência do desenvolvimento dos sítios, colocando em evidência os limites dos modelos redutores provenientes da cultura de domínio que caracteriza as ciências sociais dominantes. Estas últimas são programadas para produzir princípios, definições e funções de comportamentos que seriam válidos, de uma vez por todas, em todo lugar e a todo tempo.

Ora, a concepção que tem o ator do seu mundo e do significado de suas ações deve estar na raiz das definições que nós propomos de uma dada situação. E, neste nível, nós não podemos escapar da complexidade que coloca a diversidade das práticas e aquelas dos pontos de vista feitos sobre elas. A complexidade da noção de território ilustra esse tipo de enigma¹⁴.

Como nós tentamos mostrar, um território, sendo um sítio, é povoado de sítios entrelaçados e únicos, e assim por diante. Este processo se estende ao infinito

se também às nossas intenções: O mosaico das culturas em face de um mundo uniforme *Fé e desenvolvimento* n° 290, janeiro de 2001, p. 1-5, Centro L. J. LEBRET. Texto reutilizado pela *Congo-Afrique*, n° 356, junho-agosto de 2001, p. 324-330.

e desvenda a grande relatividade de nossas representações e de nossas práticas, assim como a impotência das ciências compartimentadas da ideologia acadêmica, empobrecida pelo reducionismo.

Dessa forma, a falta de interatividade dos saberes impede de colocar em destaque as diversidades locais, fonte de riquezas para um território dado e, conseqüentemente, para o país onde se encontra. Entretanto, a variedade frequentemente invisível de um sítio está suscetível de melhorar seu *atrativo turístico* (expressão emprestada de Allioune Ba e Gerard Dokou)¹⁵. Este aspecto mosaico dos territórios é muito importante para que se leve em consideração que as novas atitudes turísticas parecem se focar sobre a diversidade das culturas e das paisagens da vizinhança.

Em resumo, os indivíduos não parecem mais procurar, exclusivamente, a mudança de hábitos, mas, também, as diferenças culturais locais ignoradas, ou ainda redescobrir o que lhes parece ser suas próprias raízes. O conjunto dessas motivações parece expressar um tipo de *turismo de emoções e de assombro*. Essas necessidades são, cada vez mais, sentidas pelas coletividades locais que reorientam seus esforços em direção à proteção da variedade dos patrimônios locais*.

Como nos fazem lembrar Jean-Michel Dewailly e Claude Sobry sobre o Nord Pas de Calais**, as potencialidades turísticas desta região não se resumem às grandes manifestações e aos sítios habitualmente conhecidos pela mídia ou visitados (o Carnaval de Dunkerque, a Feira de Lille, a Antiga Lille etc.). Além desta imagem redutora, a dinâmica turística regional é, na realidade, muito densa e se estende a todo tipo de atividades (esportes, lazeres, natureza e paisagens, gastronomia do local, turismo de guerra ou de memória etc.) e a incontáveis sítios que os nórdicos, eles mesmos, ignoram, pela falta de informação sobre a diversidade desta velha região industrial.

Contudo, nesta mesma região da França, os turistas/visitantes mostram um interesse grandioso sobre o patrimônio natural, cultural, bem como industrial. Com efeito, uma indústria, seja ela antiga ou empregadora de tecnologia de ponta, faz parte da *paisagem* e da história de uma localidade. Por exemplo, até a central nuclear de Gravelines tornou-se um lugar de inúmeras visitas. Os números são significativos quanto ao sucesso deste tipo de turismo local.

* De acordo com as últimas estatísticas trienais do Ministério da Cultura e da Comunicação (1996), o patrimônio recebe 32% dos gastos culturais dos municípios e consome mais da metade (52%) dos gastos dos departamentos (estados). Nas regiões, a conservação dos patrimônios está em segundo lugar, após a produção-difusão artística. *Dados da Gazette* n° 33, 1997.

** A Região Nord Pas de Calais, há várias décadas, conhece profundas mudanças sócio-econômicas. Suas antigas indústrias tradicionais (carvão, têxtil, siderúrgica, depósitos navais etc.) desapareceram ou perderam muito sua importância. A herança deste passado industrial influencia profundamente uma das atividades que contribui com a reconversão regional: o turismo.

Em razão da história industrial do Nord Pas de Calais, os habitats industriais constituem também o objeto de uma demanda crescente. De acordo com as estatísticas do I.F.R.E.S.I (Jornadas do IFRESI, março de 1997), 45% das pessoas que estavam praticando este tipo de lazer eram provenientes desta mesma região. Em nível nacional, 67% dos franceses já visitaram um sítio industrial, contra 57% que visitaram um museu nacional. Conseqüentemente, a região Nord Pas de Calais tem um trunfo importante nesta matéria, com a condição de saber valorizá-lo. Numerosos campos industriais da região são suscetíveis de ser valorizados como sítio turístico, combinando a cultura de hoje, a memória e diversas atividades a inventar. Incontáveis riquezas *imateriais* ficam para ser descobertas. Para os mais perspicazes operadores do turismo, a história está à venda, um passado conjugado no presente!

Os fundamentos do turismo situado

Os atores do novo turismo: homo oeconomicus ou homo situs

Antes de continuar a explorar o crescimento do *turismo de diversidade e de proximidade* tal como a teoria dos sítios¹⁶ o representa ao vislumbre da crise do turismo de massa, lembremo-nos brevemente a definição de sítio como conceito gerador da linha adotada e precisemos algumas de suas implicações turísticas.

De forma resumida, a teoria dos sítios postula que o sítio é uma cosmovisão, um espaço de crenças partilhadas que define o real, em um dado momento, bem como as concepções e as práticas de seus atores. O conceito de sítio articula assim suas crenças, seus conhecimentos e seus comportamentos. O que dá lugar a uma pedagogia de três caixas que é citada, abaixo, nesta aproximação. Um sítio é, antes de tudo, uma *entidade imaterial, invisível*. Ele impregna secretamente os comportamentos individuais, coletivos e todas as manifestações materiais de uma região dada (paisagem, habitat, arquitetura, saber-fazer e técnicas, utensílios, modo de coordenação e de organização econômica etc.). Deste ponto de vista, é um *patrimônio coletivo* vivo que tira sua consistência do *espaço vivido* pelos atores.

A *caixa-preta* de um sítio armazena os mitos fundadores, as crenças, os sofrimentos, as provas suportadas, as revelações, as revoluções, as influências sofridas e/ou adotadas por um grupo humano. Os conhecimentos, os modelos, as teorias e, mais concretamente, o saber social são fortemente influenciados pela cosmovisão do sítio. Esta relatividade sugere que cada *território* tenha sua própria *caixa conceitual* que o guie nas suas práticas quotidianas. Desta profundidade surge, na superfície dos feitos mais ou menos visíveis, uma terceira caixa, a *caixa de ferramentas*. Esta última armazena seu saber-fazer, suas técnicas, seus modos de explo-

ração do ambiente. Tudo indica que este saber-fazer está intimamente ligado a um saber-ser (*Know how and How to be*).

Os três níveis da realidade aqui descritos, pelo intermédio desta *pedagogia das três caixas*, estão embaralhados na arquitetura do sítio* como uma ligação fundamental de entendimento e de coordenação entre os aderentes**. À imagem da *mão invisível*, o sítio induz, com efeito, seus próprios modos de regulamentação e de coordenação individual. Logo, não há somente o mercado como modo de intercâmbio possível.

Deste ponto de vista, o *homo situs* se encaixa e ultrapassa o *homo oeconomicus* e lhe dá vida¹⁷. Situado em um espaço-tempo antropológicamente codificado, a racionalidade econômica não seria admitida pura, uniforme ou mesmo limitada, guardando uma única visão do mundo. Múltipla, ela se constrói *in situ* de maneira dinâmica e indeterminada. Em nome das forças de fixação do sítio, a *racionalidade situada* expressa o caráter heterogêneo dos universos complexos que têm ocorrência realmente na vida dos homens.

O *homo situs* como a *racionalidade situada* são conceitos múltiplos que fazem intervir múltiplos parâmetros ligados ao conjunto dos dados e dos valores do sítio considerado. Deste ponto de vista, eles apresentam um maior *empirismo* que os conceitos econômicos correspondentes. Assim, Claude Llena¹⁸, analisando os efeitos cruéis da indústria do turismo sobre um palmeiral da Tunísia, na fronteira da Argélia e ao nordeste do Saara, sublinha a importância dos conceitos sítológicos como aquele do *homo situs*. Com o *turismo das divisas*, é o *turismo de valores* (expressão emprestada de Roger Nifflé) que é destruído.

Com efeito, a valorização deste oásis da cidade de Tozeur, na Tunísia, de acordo com o modelo de indústria do turismo dominante, desencadeou uma total destruição cultural, social, econômica e ecológica deste sítio. Aqui, o mito do deserto para os turistas ocidentais e o mito do desenvolvimento e do Ocidente para aqueles que acreditam ser *subdesenvolvidos* se unem e dão lugar às catástrofes. Assim sendo, as miragens têm consequências bem reais.

Contrariamente ao *homo oeconomicus*, fundamento de um desenvolvimento impensado, o *homo situs* impulsionou a *harmonia do homem com seu meio*. A invasão do primeiro sobre o segundo, desde o começo dos anos 90, no contexto do exemplo de Trozeur, foi traduzida concretamente por construções de hotéis, campos de golfe,

* Percorridas pelo *senso comum* produzido pelas interações entre os atores, as três caixas se encaixam e dão lugar a uma coerência ao conceito de sítio. Esta interatividade contribui, na prática, em construir, de uma parte, uma ligação entre o imaginário do sítio e o real e, de outra parte, em formar um conhecimento comum e uma coesão entre os homens do sítio.

** É, aliás, o que confere, em particular às sociedades e às economias africanas, o caráter de *organizações em cachos*.

um aeroporto e todo tipo de infraestrutura, desfigurando o sítio. Rara nesta região, a água constituía o objeto de todo um saber-fazer local no seio do citado oásis. Sua captação e sua repartição constituíam o objeto dos códigos locais, assegurando gratuitamente uma distribuição equitativa a serviço de uma economia de subsistência auto-suficiente. Os *homo situs* locais, pela experiência adquirida com o tempo, sabiam renovar as capacidades de regeneração deste sítio em perfeita harmonia com a ecologia local. Eles realizavam um *desenvolvimento durável* à sua maneira.

A presença de um turismo de massa contribuiu para desviar os lençóis freáticos a seu proveito. Rega-se o gramado ao ar livre, o que quer dizer em pleno deserto! A plantação de palmeiras encontra-se progressivamente dessecada. Privado de uma das suas fontes vitais, o sítio é, nestas condições, incapaz de renovar sua *economia situada* e de transmitir seu saber-fazer. Os jovens do oásis acreditaram no progresso¹⁹ e romperam com esta tradição ética e técnica. Ahmed, antigo escritor público da cidade, foi testemunha: “*Há alguns anos ainda, os jovens queriam fazer esforços para respeitar a tradição... mas hoje, esta juventude nos desespera. Eles não querem mais trabalhar na terra de nossos ancestrais, eles preferem se corromper com o contato dos grupos de turistas. Eles procuram o dinheiro e não a amizade: que são duas coisas diferentes. O muçulmano deve acolher o estrangeiro e partilhar com ele o que ele tem de melhor. – Vocês não tentam mostrar aos turistas onde estão os valores do povo tunisiano? – É claro, mas eles são fascinados pelo mundo ocidental...*” conta o autor deste diagnóstico crítico da indústria do turismo.

Atualmente, a maioria dos jovens do oásis está desempregada, esperando eventuais turistas cuja vinda depende de múltiplos fatores de ocorrência incerta na conjuntura econômica dos países da Europa ou simplesmente de uma informação ou boato sobre o terrorismo. Destruindo a harmonia do sítio, a indústria do turismo a fez oscilar em uma *incerteza generalizada*, atingindo todos os aspectos de sua vida local.

Em resumo, o macro projeto governamental explodiu o sítio, sem poder assegurar-lhe uma prosperidade econômica e social. Uma parte do oásis serve agora como lugar onde os jovens em deserção se dedicam, às escondidas, às bebidas alcoólicas. É também um território que se tornou depósito de lixo da poluição turística (plásticos, garrafas de todos os tipos etc.). Definitivamente, neste caso preciso, bem como em outros, o *desenvolvimento invertido* leva à miséria e prepara, assim, os novos kamikazes sociais do futuro²⁰.

Diversidade de sítios e criatividade

O *turismo de diversidade* que está em questão aqui denota a extrema relatividade da noção de fonte em economia. Uma configuração apropriada do potencial local

de um sítio pode, com efeito, fazer surgir fontes ignoradas. Ou seja, as fontes turísticas ou outras se inventam e dependem, assim, dos sistemas de representação que têm os atores do sítio e da situação na qual se encontram²¹. E esta situação não pode, de forma nenhuma, ser corretamente identificada sem levar em conta a trajetória histórica e cultural dos sítios em questão e de sua releitura no presente. É neste nível que intervêm as capacidades de auto-identificação dos atores de um dado território. A inovação começa com uma *mudança no olhar*. Esta última somente pode realizar-se com um esforço de interpretação teórica e prática do senso comum e das potencialidades que as novas crenças comuns do sítio podem inspirar e consolidar sob a forma de atividades econômicas. É somente a este preço que aquilo que *não é fonte* torna-se fonte. Neste nível, todas as ramificações são possíveis.

A exploração dos potenciais de inovações locais do sítio (os P.I.L. do sítio) deve ser feita levando em conta o conjunto dos dados sítiológicos do contexto local (crenças, conhecimentos comuns, diversidade, memória histórica etc.). O que não fazem os tecnocratas e os economistas do desenvolvimento que, na maioria das vezes, se contentam em jogar de pára-quedas projetos sobre sítios que eles não conhecem profundamente. Os fracassos de tais procedimentos são comuns, tanto nos países industrializados em *má reestruturação*, quanto nos países ditos em desenvolvimento.

A razão epistemológica fundamental é a crença no automatismo das leis do mercado e a concepção cega de que todas as sociedades humanas, pequenas ou grandes, funcionam sobre o mesmo registro que aquele de um modelo de desenvolvimento e de evolução único para todos. A ciência, ainda dominante, mas em declínio intelectual irremediável, tem horror ao único e as *variáveis incalculáveis*, como os valores e as culturas dos atores presentes na situação. Ora, a experiência demonstra o contrário: a força da diversidade das situações. Assim, as mudanças sociais tomam ramificações inesperadas pelos experts do modelo único, em razão da reação dos sítios múltiplos²².

Nestas singularidades, a ética e o imaginário do lugar constituem partes importantes nas evoluções constatadas. É o que não leva em conta a economia, uma ciência, por excelência, do desenvolvimento e da globalização. Ela queria ser, até esta última década, *pura* de toda *substância local*. Hoje, o paradigma da mudança social está na necessidade de se abrir sobre o caráter múltiplo da realidade das situações dos atores. É preciso ter consciência de que *o saber é um estado impuro*²³.

É somente de maneira tímida que a teoria econômica se abre às aproximações do pensamento complexo e às crenças dos atores da vida econômica local e nacional²⁴. Frédéric Lordon, profissional da economia e pesquisador no CNRS, coloca em evidência, e de maneira explícita, a incapacidade da ciência econômica

de dar uma resposta, através de princípios *verdadeiros*, aos desafios das mutações das quais nós participamos.

Para a questão: a economia é capaz de nos fornecer os critérios pertinentes e incontestáveis na visão dos atores e dos que decidem?, ele dá como resposta: “*Aqui está uma pergunta que infelizmente a disciplina não está em estado de satisfazer — e por razões que não são somente uma incapacidade temporária*” (destaque nosso, citado por Yves Mamou). O que fundamenta a necessidade de uma mudança profunda em nossos raciocínios e nossas práticas.

Aliás, este mesmo autor avança a ideia de uma nova disciplina, a *sociometria*, que ele define como uma ciência de representações mentais da política econômica: nenhum projeto ou nenhuma política econômica é capaz de ter sucesso sem uma visão do mundo partilhada pelos atores. Esta reabilitação das crenças dos atores econômicos está em total conformidade com as principais conclusões às quais nós chegamos em nossas pesquisas sobre as práticas dos projetos de desenvolvimento nos países do Sul*. A adesão dos atores a uma política macro econômica ou a projetos de nível local aparece, assim, incontornável. Com relação a isso, não há a menor *lei natural* de evolução das sociedades e das economias sobre a qual poderia apoiar-se, permanentemente, o teórico ou o expert.

Estas novas concepções emergentes em economia são um tipo de *hermenêutica*, uma decifração dos sistemas cognitivos dos atores, permitindo que eles sigam seu senso comum e o grau de confiança nas ações e transações que são trazidas. Os feitos econômicos confirmam, aliás, que o crescimento pressupõe também a confiança. O que transforma os processos econômicos (e os sítios na nossa terminologia e conjuntura) em *profecias auto-realizáveis*. Nestas condições, as ciências, que querem ser *objetivas*, censuram a grande relatividade das subjetividades dos atores e mascaram as realidades observáveis sobre os terrenos. Enquanto aqueles que decidem e os sábios da economia ficarem impermeáveis aos enunciados descritos aqui, eles serão os brinquedos dos mercados e dos atores do terreno. É a miopia sustentada pela academia, os manipuladores encontram-se manipulados!

Como nos já remarcamos, as tendências do turismo pós-industrial são um *bom laboratório* para as alternativas que unem as crenças, as motivações e as práticas de atores. Na verdade, através dessas novas figuras do turismo, os atores tendem a participar de uma renovação econômica e social que não renega suas tradições, raízes e novas crenças que esgotam sua razão de estar no *desencantamento do mundo moderno*.

* A *Sociometria* é a « *irmã gêmea* » nos países industrializados da *Sitiologia* que nós elaboramos, na Rede Internacional Culturas para os países do Sul. Ver nossas publicações do Jornal internacional da Rede: *Culturas e desenvolvimento Quid Pro Quo* (quíproquô, equívoco) em Bruxelas.

Por esta escolha, os atores indicam os impasses da *economia despersonalizada* do velho capitalismo industrial, uma economia baseada na acumulação do capital, na consumação de bens materiais e na destruição da natureza sem limite. Os indivíduos são hoje requerentes de serviços de qualidade, de relações e de sentido. Aqui, a racionalidade do lucro a qualquer preço cede lugar à relação e à comunicação cultural e intercultural. O serviço turístico é um dos serviços mais relacionais. A relação é o intercâmbio, e o intercâmbio é aqui, antes de tudo, de natureza simbólica antes de ser monetária. É este *incalculável* que está no coração do valor econômico dos *novos serviços turísticos*. Estas características sugerem toda a importância que reveste a confiança e a profundidade intercultural nos intercâmbios mercantis ou não.

Esta harmonização da ética, da cultura com os mecanismos econômicos é rebelde para as antigas teorias econômicas e para o gerenciamento tradicional, que consideram os atores de uma situação como meros alvos, para não dizer *idiotas culturais*. O contexto atual é o da revanche dos atores sobre os sistemas. O estado da teoria econômica contemporânea demonstra bem esta situação. As crises consideram-se modelos, e em consequência, deixam entrever que seus enunciados são redutores.

Deste ponto de vista, o paradigma clássico do mercado está na incapacidade de ler os sinais adequados ao desenvolvimento dos serviços turísticos de qualidade. Os mais perspicazes economistas já demonstraram a incompletude dos mecanismos de mercado (economia das convenções). Nós fazemos, aqui, referência aos economistas que mostram um interesse grandioso sobre o papel das instituições nos processos econômicos. Ou seja, contrariamente às hipóteses de base da teoria padrão (transparência, informações completas, modelo determinista da racionalidade individual etc.), os mercados, sozinhos, não conseguem ficar em pé. Existiria uma zona de obscuridade, onde a incerteza é *rainha*²⁵.

As *turbulências do mercado* só podem ser combatidas por uma produção de convenções, de regras e de senso comum entre os atores, ofertantes e requerentes. O mercado, sem instituições adequadas, desaba, em razão de assaltos de incerteza e de desordem que lhe são inerentes. O que quer dizer, simplesmente, que a confiança, e de forma mais geral, as crenças comuns são um tipo de *combustível humano* necessário à estabilidade e aos dinamismos dos mercados. Em razão de sua natureza, os serviços e, particularmente os do turismo pós-industrial, têm um perfil totalmente em conformidade com a ideia de uma *economia da confiança*, que também levaria em consideração o conjunto do contexto onde são produzidos e consumidos os serviços em questão²⁶.

A necessidade de se situar em um mundo incerto

A *mudança de hábitos e recuperação das suas raízes* deve ser inscrita no esgotamento das crenças, que são próprias da grande sociedade industrial, que não é mais capaz de dar sentido à vida e às práticas quotidianas dos indivíduos e dos grupos de indivíduos. A consumação pela consumação não parece mais importante e o homem *sem qualidade* da sociedade da competição industrial está à procura do sentido de sua existência. A emergência de um *turismo de profundidade* baseado em novas relações com a cultura dos sítios e com o meio ambiente natural é um dos sinais da crise da civilização industrial. Esta última foi construída sobre uma cultura que produz, e sobre iniciações de multiplicação ao infinito de necessidades frequentemente artificiais.

O que deve ser observado de perto é o sistema da economia de mercado, que tem necessidade de necessidades para realizar os lucros esperados, sem os quais sua organização desmorona. Este processo funciona a base de uma psicologia de falta e de frustração permanente, fenômenos bem conhecidos dos psicólogos e especialistas do marketing. Este último consiste, aliás, em apressar e explorar sem moderação, para satisfazer as necessidades do sistema, uma das tendências da natureza humana, o desejo de ter e o mimetismo.

Desde o século XVII, Pascal descrevia o *mal natural da nossa condição* da seguinte maneira: “*Houve, outrora, no homem, uma verdadeira felicidade, da qual lhe resta hoje somente a marca e um rastro vazio, que ele tenta inutilmente preencher com tudo aquilo que está a sua volta, (...) porque este abismo infinito só pode ser preenchido por um objeto infinito e imutável*”. Este abismo é o da felicidade pela quantidade das necessidades criadas e satisfeitas pela civilização da consumação de massa. É esta concepção do desejo e da felicidade que está, hoje, em crise. O declínio relativo do *turismo de massa* é um aspecto.

A demanda que se exprime através do *turismo pós-industrial* é também um verdadeiro retorno de valores e de imagens da sociedade. A nova demanda turística é uma *demanda existencial*. É um sintoma de necessidades e de atividades cujo conteúdo *civilizacional* ainda não está decifrado em toda a sua profundidade, à medida que ele somente é definido pelo mesmo paradigma de antigamente, ou seja, aquele da economia. No entanto, esta *revolução silenciosa*, interpretada por novas aspirações cujo sentido foge ao reducionismo, estabelece a utilidade que tem a análise econômica de se abrir às outras ciências do homem e à pluralidade das culturas humanas.

É somente com estas novas perspectivas teóricas que o sucesso do turismo de patrimônio e de proximidade pode ser corretamente decifrado. A proximidade, a profundidade do intercâmbio cultural e intercultural, as novas percepções da natureza e das paisagens exprimem uma necessidade profunda de se situar em um mundo

anônimo e dominado pela técnica e uma economia mutáveis e alienantes. Esta necessidade de referências simbólicas de existência está na raiz do turismo alternativo. Ele estabelece, ao mesmo tempo, a necessidade de uma *governança turística*, valorizando não somente os atores do sítio turístico, mas também os turistas, colocando-os em um intercâmbio autêntico. Deste ponto de vista, o *turismo situado* organiza o intercâmbio intercultural e assegura as durabilidades sociais e ecológicas²⁷.

Não-situado, o homem moderno, aquele da sociedade da competição econômica com todos os efeitos cruéis que nós conhecemos, também está à procura das raízes culturais, biótipos e *nichos* sócio-relacionais suscetíveis de colocá-lo em harmonia consigo mesmo e com o mundo à sua volta. O *conbece-te a ti mesmo* de Aristóteles adquire assim certa consistência nesta pesquisa dos cidadãos da sociedade industrial sem direção*.

Na França, o sucesso dos dias do patrimônio desde 1997 testemunha, aliás, o interesse quase nacional pela descoberta de monumentos religiosos, usinas novas e antigas, museus e tudo que dá sentido ao pertencimento. Deste ponto de vista, o patrimônio deve ser considerado como uma *nova base de identidade* na qual o homem tem necessidade. Sobre este assunto, Daniel Fabre nota que “*Apesar de nossas sociedades se definirem como modernas, ou seja, engajadas em um processo contínuo de transformação histórica, elas são também sociedades de conservação. A febre patrimonial crescente é a forma presente deste apego com o passado*”²⁸. É o irresistível sucesso dos sítios simbólicos de pertencimento face à desordem da civilização econômica e tecnológica dominante.

Esta necessidade de ter um patrimônio cultural, ou em nossa terminologia, um sítio simbólico de referência, deve ser inserida no contexto de globalização e de crise do sentimento nacional, ou em outros termos, no *desaparecimento sensível da pátria como valor superior*. O sucesso dos patrimônios locais exprime a necessidade de *bússolas sociais* dos indivíduos e grupos sociais. O sítio cultural faz assim o papel de regulador destas crises: “*ele é verdadeiramente o bem comum, a base de uma identidade emocional. E o nacional esconde-se, ou talvez, encarna-se no próximo, na região, na localidade*”, segundo o etnólogo Daniel Fabre. Para Berard L. e Marchenay P., esta patrimonialização “*traduz um jogo sutil entre o dado local e as demandas de uma sociedade global*”²⁹.

* O déficit de crenças da sociedade contemporânea é tal que qualquer evento reprisado pela mídia pode tornar-se, em algumas situações, fundador de um *sítio turístico*. (Que é o caso da Ponte de l’Alma em Paris visitada por turistas do mundo inteiro após o acidente infeliz da Princesa Diana!). Aqui, é o caso de um *sítio simbólico adulterado* por esta mesma máquina econômica e da mídia que cria a vida social. Mas, é uma produção de sentido virtual que vem alimentar os mega-sistemas (economia, ciência técnica, mídias etc.) da sociedade de competição econômica esquivando os verdadeiros problemas de hoje.

A necessidade de vinculação e da auto-descoberta, bem como de abertura ao outro, parece então incontornável para explicar as novas atitudes cujos traços podem ser descobertos no turismo cultural e durável. Procurar conhecer seu lugar de origem, aprender suas tradições, visitar as construções antigas, enfim, o patrimônio da vizinhança e de pertencimento, exprime bem esta necessidade formidável de ter seu próprio sítio simbólico. É esta necessidade vital que desvenda o fato de que todas estas novas formas de turismo são, na realidade, um mercado de crenças sociais.

As demonstrações coletivas mudaram e demonstram que *as práticas econômicas são práticas sociais*³⁰ e simbólicas³¹. É assim que os sítios, como pátrias imaginárias, alimentam e dão sentido aos modelos de ação individuais e coletivos. Sendo únicos, eles são abertos sobre seus ambientes imediato, local, regional, nacional e internacional. As interações nesta matéria são incontáveis e complexas. É o que traz J. Gadrey, ao constatar, na área particular do turismo dos patrimônios, adoções recíprocas, logo cruzamento de sítios.

Com efeito, se nós considerarmos que cada localidade tem relações significativas com seu patrimônio, não é difícil admitir que este último é também portador de uma universalidade em sua singularidade. Os visitantes pertencentes de outros mundos humanos encontram, pelo princípio do ponto de vista na volta, não somente diferenças, mas também semelhanças com suas próprias concepções do mundo. J. Gadrey demonstra: *“o estrangeiro reencontra e reinterpreta uma parte de seu próprio passado ao contato com testemunhos do nosso, e ele divide conosco uma visão e uma cultura da grandeza ou da beleza destes elementos que não nos são reservados senão, nenhuma outra razão, a não ser uma curiosidade rapidamente satisfeita o levaria a se deslocar para beneficiar-se de tais serviços patrimoniais”*³². Segundo este autor, esta apropriação está *“na fonte do componente patrimonial dos serviços turísticos modernos”*.

Como já foi dito, estas novas perspectivas paradigmáticas que colocam no centro de seus dispositivos teóricos os sistemas de representação simbólica dos atores, podem, ao mesmo tempo, nos ajudar a decifrar o sentido das novas necessidades e a conceber as precauções que devem ser tomadas quanto a maneira de satisfazê-las. A demanda econômica e social em questão revela o esgotamento do reino da quantidade e correlativamente a necessidade de dar um significado às suas necessidades. Em consequência, os mercados emergentes exprimem alguma coisa mais profunda do que uma simples lei da oferta e da demanda. Esta última, em suas evoluções, é somente uma manifestação aparente. Trata-se, na verdade, de uma mudança nos valores e nas representações dos atores. É esta mudança no imaginário dos atores que está no centro das novas dinâmicas turísticas. Não se pode, então, separar o sentido que os indivíduos dão ao seu mundo exterior, às suas necessidades, bem como às atividades econômicas que os satisfazem. Sobre

este assunto, a teoria dos sítios nos ensina que toda economia *sã e sensata* tira sua vitalidade das crenças, logo, das motivações dos atores. Os fenômenos econômicos de oferta e demanda, bem como as condições sociais, institucionais e tecnológicas, não podem, de forma nenhuma, escapar às contingências culturais e históricas dos sítios. Estes últimos são um tipo de marcador para as práticas econômicas em sua concepção, realização e avaliação. A variedade dos sítios e suas evoluções fazem da ideia de um modelo único, a qualquer tempo e em todo lugar, uma ilusão.

Conclusão

Nos termos deste artigo, nota-se que o essencial dos argumentos expostos teve por objetivo mostrar que o turismo *pós-fordismo*, em suas diferentes variantes, coloca-se em relação com a evolução da sociedade contemporânea. Em seus valores e suas novas necessidades, esta última responde ao esgotamento das crenças e das práticas sobre as quais construiu-se a antiga sociedade industrial. As novas significações simbólicas que estão na raiz do *turismo situado* exprimem, como nós tentamos colocar em evidência, uma inversão das representações coletivas. O *mega turismo* de outrora encontra-se irremediavelmente afetado no seu crescimento econômico. O que demonstra, mais uma vez, que a mudança cultural pode ter efeitos significativos sobre o ciclo dos negócios de um setor de atividade. Esta correlação ignora as aproximações que querem ser exclusivamente econômicas da vida econômica de uma região, de um país ou de um lugar qualquer. Os ciclos econômicos têm também causas que somente uma atitude ampliada à pluralidade das dimensões da condição do homem pode tentar aproximar. E é ao que se aplica o paradigma dos sítios de forma a tentar unificar em uma mesma visão o que o pensamento acadêmico separa e formaliza com os modelos que só têm por objetivo eles mesmos.

Notas

¹ Artigo encaminhado pelo autor, por meio eletrônico em 17.03.2008, para Nilton Henrique Peccioli Filho, consultor da Global Turismo & Cultura (www.globaltc.com.br) responsável pela tradução. Revisão técnica de Dr. Davis Gruber Sansolo, professor do mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi-Morumbi.

² Este artigo é baseado na comunicação feita em colaboração com Cécile Pavot, doutoranda do GREL, em uma palestra sobre *Patrimoines et Images : Facteurs de Développement touristique dans le Nord-Pas-De-Calais* co-organizado pelo GREL-ERIM e o Conselho Regional do Nord Pas de Calais, no dia 11 de dezembro de 1997, em Calais. Esta comunicação intitulava-se:

Les nouveaux visages du tourisme. Une approche par les sites symboliques. Esta contribuição foi selecionada por sites da Internet: http://www.cybercable.tm.fr/~jarmah/public_html/hassan2.htm; www.reseautourisme.com/articles%20revues/lilianearicle.dwt

³ Estando ligada ao desenvolvimento local, esta área de pesquisa também constituiu objeto de duas teses de doutorado no quadro do nosso grupo de pesquisa: Delphine Roussel, *Tourisme et développement local. Expérience de la Réunion*, ULCO, dezembro de 2006, e Séloua Gourija, *Tourisme et développement durable : quelles conjugaisons ? (Expérience marocaine)*, ULCO, janeiro de 2007.

⁴ Para os primeiros artigos sobre esta aproximação, ver nossa contribuição, *Economie et Sites symboliques africains*. Número especial da Revista canadense Interculture, Volume XXVII, nº 1, Caderno nº 122, Inverno de 1994, Montreal. Esta teoria foi o objeto de um doutorado do Estado, *Du rôle des croyances dans le développement économique*, Universidade de Lille 1, 1996, publicado com o mesmo título pelas Edições l'Harmattan, 2002.

⁵ Ver Delphine Roussel, *Tourisme et développement local. Expérience de la Réunion*, ULCO, dezembro de 2006.

⁶ Florence Deprest, *Enquête sur le tourisme de masse. Ecologie face au territoire*, Edições Belin, 1997. Comentário que surgiu nas Ciências Humanas nº 75 p. 64, Agosto/Setembro de 1997.

⁷ Maurice Wolkowitsch (dir), *Tourisme et milieux*. Comitê de trabalhos históricos e científicos, 1997.

⁸ Cf. Delphine Roussel, *Tourisme et développement local. Expérience de la Réunion*, Doutorado, ULCO, dezembro de 2006.

⁹ Cécile Pavot, *Du méga tourisme au tourisme durable*, comunicação à palestra internacional organizada pela Universidade de Aix Marseille sobre *Le développement et l'environnement dans les régions méditerranéennes*, Junho de 1997, texto publicado com o mesmo título por Kherdjemil B., Panhuys H. e Zaoual H. (sob a dir.), *Territoires et dynamiques économiques. Au-delà de la pensée unique*, l'Harmattan, 1998. Para maiores detalhes sobre essa iniciativa interdisciplinar sobre o turismo, ver C. Pavot, trabalho que contém o mesmo título, D. E. A. (Diploma de Estudos Aprofundados) de Mudança Social, Faculdade de Ciências econômicas e sociais, Universidade de Lille 1, 1996.

¹⁰ Cf. Séloua Gourija, *Tourisme et développement durable : quelles conjugaisons ? (Expériences marocaines)*, tese de doutorado, ULCO, janeiro de 2007.

¹¹ Cécile Pavot e Hassan Zaoual, op.cit.

¹² Susan Hunt, *Le mouvement pour une économie alternative*, p. 17, Intercultura, Vol. XXII, nº 1, Caderno 102, Inverno 1989, Montreal.

¹³ Cf. Jean-Michel Dewailly e Claude Sobry: Introdução da obra coletiva intitulada: *Récréation, Re-création : Tourisme et Sport Dans le Nord - Pas- De - Calais*. L'Harmattan, 1997. Ver também a contribuição destes mesmos autores para esta obra coletiva: *Récréation, re-création : d'une dynamique récréative à un développement re-créateur*, capítulo 1, p. 21-48.

¹⁴ Ver Hassan Zaoual, (sob a dir.), *La socio-économie des territoires. Expériences et Théories*. L'Harmattan, Paris, 1998.

¹⁵ Allioune Ba e Gérard Dokou, *L'attractivité touristique*, comunicação à Palestra do GREL sobre *Les dynamiques du Développement local*, Dunkerque, 23 de Maio de 1997.

¹⁶ Para uma apresentação mais profunda desta abordagem reportar-se à nossa obra intitulada: *La*

socioéconomie de la proximité. Du global au local. L'Harmattan Collection Economie plurielle/ Série Lire le site, 189 páginas. 2005.

¹⁷ Ver nosso artigo intitulado: *Homo oeconomicus ou Homo situs ? Un choix de civilisation*. Finance & The Common Good, Observatório da Finança, n° 22, Genebra, Julhoagosto de 2005, p. 63-72. Site: www.obsfin.ch.

¹⁸ Claude Llena, Tozeur, *Ravagée par le tourisme*, Monde diplomatique, julho 2004.

¹⁹ Para uma análise crítica da globalização como ícone das receitas do desenvolvimento, reportar se ao nosso artigo intitulado: *Les illusions du monde global, La fin des mythes rationnels en économie*. Revista Générale, ano 139°, n° 10, Bruxelas, outubro de 2004, p. 31-37.

²⁰ Ver nosso artigo: *Migrations africaines et mondialisation. Les damnés de la terre à l'assaut de la forteresse européenne*, Foi et développement, n° 338, novembro 2005. Centro L. J. Lebre, Paris.

²¹ Cf. H. Zaoual, *Management situé et développement local*. Collection Horizon Pluriel, 2006, Rabat, Marrocos.

²² Ibid.

²³ Hilary Putman, Raison, *Vérité et Histoire*, p.54, Les Editions de Minuit,, 1981.

²⁴ Yves Mamou, *La croyance en économie*, Comentário da obra de Frédéric Lordon intitulado: *Les quadratures de la politique économique, Les infortunes de la vertu*. Albin Michel, Economia, 333 páginas, 1997, Le Monde de 7 outubro de 1997.

²⁵ Ver Catherine Derue e Hassan Zaoual, *Chaos et théorie des conventions. Un essai d'application au développement local*, Capítulo 3, pp.147-167 In: Territoires et dynamiques économiques op.cit. p.147-167.

²⁶ Cf. Khalid Louizi e Hassan Zaoual, *Les dilemmes de l'évaluation de l'action collective: l'expérience du tourisme social*, Comunicação ao colóquio: *Images et Patrimoine. Facteurs du développement du tourisme dans le Nord-Pas-de-Calais*. Universidade do Litoral, 11 de dezembro de 1997.

²⁷ Ver Delphine Roussel, *Tourisme et développement local. Expérience de la Réunion*, tese de doutorado, ULCO, dezembro 2006.

²⁸ Daniel Fabre, *Ethnologie et patrimoine en Europe*, Terrain, n° 22 (Les émotions), março de 1994.

²⁹ Berard L. e Marchenay P., *Le vivant, le culturel et le marchand. Les produits de terroir*. In: Denis Chevallier (dir.), Vives campagnes. Le patrimoine rural, projet de société, collection Mutations n° 194, Autrement, maio de 2000, p. 191-215.

³⁰ Jean Gadrey, *Patrimoine et qualité de vie : éléments pour une approche socio-économique*. In: P. Cuvelier, E.Torres, J. Gadrey, P Patrimoine, modèles de tourisme et développement local, L'Harmattan, 1994, p. 210.

³¹ Hassan Zaoual, *La socioéconomie de la proximité*, op.cit.

³² Jean Gadrey, op. cit., p. 203.

Referências bibliográficas

- BA, A.; DOKOU, G. *L'attractivité touristique*. Comunicação à palestra do GREL intitulada Les dynamiques du Développement local. Dunkerque, 23 de maio de 1997.
- BERARD, L.; MARCHENAY, P. "Le vivant, le culturel et le marchand. Les produits de terroir". In: CHEVALLIER, D. (Dir.). *Vives campagnes. Le patrimoine rural, projet de société*. Coleção Mutations, n. 194, Autrement, maio de 2000, p. 191-215.
- DERUE, C.; ZAOUAL, H. "Chaos et théorie des conventions. Un essai d'application au développement local". In: KHERDJEMIL, B.; PANHUYS, H.; ZAOUAL, H. (Dir.), *Territoires et dynamiques économiques. Au-delà de la pensée unique*. L'Harmattan, 1998, p. 147-167.
- FABRE, D. "Ethnologie et patrimoine en Europe". In: *Terrain*, n. 22, março de 1994.
- GADREY, J. "Patrimoine et qualité de vie: éléments pour une approche socio-économique". In: CUVELIER, P.; TORRES, E.; GADREY, J. *Patrimoine, modèles de tourisme et développement local*. L'Harmattan, 1994.
- GOURIJA, S. *Tourisme et développement durable: quelles conjugaisons? (Expérience marocaine)*. Tese de doutorado, ULCO, 2007.
- HUNT, S. "Le mouvement pour une économie alternative". In: *Interculture*, v. XXII, n. 1, Caderno 102, p. 17. Montreal, 1989.
- KHERDJEMIL, B.; PANHUYS, H.; ZAOUAL, H. (Dir.). *Territoires et dynamiques économiques. Au-delà de la pensée unique*. L'Harmattan, 1998.
- LLENA, C. "Tozeur, ravagée par le tourisme". In: *Monde Diplomatique*, julho de 2004.
- LOUIZI, K.; ZAOUAL, H. *Les dilemmes de l'évaluation de l'action collective: l'expérience du tourisme social*. Comunicação ao colóquio: Images et Patrimoine. Facteurs du développement du tourisme dans le Nord Pas de Calais. Universidade do Litoral, 11 de dezembro de 1997.
- MAMOU, Y. *La croyance en économie*. Comentário da obra de Frédéric Lordon intitulado: Les quadratures de la politique économique, Les infortunes de la vertu.
- MICHEL, A. *Economia*. Le Monde, 7 de outubro de 1997.
- PAVOT, C.; ZAOUAL, H. *Les nouveaux visages du tourisme. Une approche par les sites symboliques*. Comunicação à palestra Les nouveaux visages du tourisme. Une approche par les sites symboliques, co-organizada pelo GREL-ERIM e pelo Conselho Regional do Nord Pas de Calais. Calais, 11 de dezembro de 1997.
- PUTMAN, H. *Raison, Vérité et Histoire*. Edições da Minuit, 1981, p. 54.
- ROUSSEL, D. *Tourisme et développement local. Expérience de la Réunion*. Tese de Doutorado, ULCO, dezembro de 2006.
- WOLKOWITSCH, M. (dir.). *Tourisme et milieux*. Comitê de trabalhos históricos e científicos, 1997.
- ZAOUAL, H. (dir.). *La socio-économie des ter ritoires. Expériences et Théories*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- _____. *La socioéconomie de la proximité. Du global au local*. L'Harmattan. Coleção Economia Plural/Série Ler o site, 2005.
- _____. *Management situé et développement local*. Coleção Horizon Pluriel, Rabat, Marrocos, 2006.

Turismo para quem?

sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil

IVAN BURSZTYN
ROBERTO BARTHOLO
MAURÍCIO DELAMARO



Introdução

A Organização Mundial do Turismo (OMT) aponta o setor turístico como a segunda maior atividade econômica do mundo em geração de divisas e empregos, atrás apenas da indústria do petróleo e derivados. Em 2007, o número de chegadas de turistas ultrapassou a marca de 900 milhões em todo o mundo e foi responsável por gerar uma receita cambial de aproximadamente 850 bilhões de dólares (EMBRATUR, 2008). No Brasil, no mesmo ano, o número de chegada de turistas chegou a 5 milhões de visitantes e gerou uma receita cambial aproximada de 5 bilhões de dólares (EMBRATUR, 2008). Todavia, o potencial econômico da atividade turística não tem sido acompanhado, apenas, por efeitos positivos nas condições sócio-culturais e ambientais das sociedades e comunidades receptoras. E a avaliação desse impacto não se revela tarefa das mais fáceis, uma vez que as estatísticas disponíveis são predominantemente omissas quanto aos efeitos indesejáveis das práticas turísticas.

Com relação especificamente ao caso brasileiro, o poder público aposta no setor turístico, desde a última década, como um fator de equilíbrio das contas externas e de promoção do desenvolvimento regional, com criação de postos de trabalho e fortalecimento da infraestrutura. Os impactos provocados por muitos dos projetos que receberam apoio governamental ainda estão sendo estudados;

no entanto, alguns resultados negativos já têm chamado a atenção da comunidade acadêmica (Cruz, 2001; Seabra, 2001; Coriolano (Org.), 2003; Benevides, 1998; Rodrigues, 2001). Quanto às práticas turísticas em pequenas comunidades, o incremento das atividades turísticas apoiado por políticas públicas não trouxe os benefícios potenciais prometidos para as populações locais. Essa constatação implica em questionar tais práticas e as políticas públicas que as sustentam: a quem interessam? Quem são seus efetivos beneficiários? Não haveria um modelo alternativo?

Algumas experiências bem-sucedidas de turismo de base comunitária trazem importantes subsídios para essa discussão, apontando caminhos que podem ser fecundos na promoção de atividades turísticas enraizadas num modelo de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente responsável. As lições aprendidas com tais experiências são fundamentais para o debate sobre o direcionamento das políticas públicas para o turismo no Brasil, enraizado na questão mais ampla sobre o modelo de desenvolvimento.

Nesse sentido, o artigo apresenta noções de desenvolvimento que não se limitam à apreensão dos aspectos econômicos. O conceito de *desenvolvimento situado*, apresentado adiante, reforça a centralidade dos atores e do saber local no processo de transformação de sua realidade. Em seguida, constata-se, entretanto, que as ações públicas de fomento ao turismo ainda tratam o tema de forma homogênea, ignorando a diversidade cultural e paisagística de cada região e difundindo um turismo massificado que compromete as condições sociais, prejudica as condições ambientais e descaracteriza as heranças culturais de comunidades tradicionais. As políticas públicas de turismo implementadas no Brasil, a partir da década de 1990, não vêm apresentando os benefícios sociais esperados, ainda que a retórica do discurso oficial muitas vezes contemple a participação dos atores sociais locais e a promoção do desenvolvimento socioeconômico da região. Por fim, trazemos para a discussão a prática do turismo de base comunitária, mostrando que a atividade turística pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, desde que o foco de seu planejamento esteja na geração de oportunidades e benefícios reais para essas populações.

Sobre caminhos de desenvolvimento

Desenvolvimento é uma ideia que desde os anos 1950 marcou a discussão sobre as estratégias políticas e econômicas que permitiriam às nações menos favorecidas efetivar a superação da miséria. Nesse campo de debate, a ideia de desenvolvimento carrega um significado positivo, vinculado a um tempo futuro, onde se podem efetivar as potencialidades do mundo que se quer, e não a mera replicação

do mundo em que se vive. Por outro lado, ela tem sido em geral vista por uma perspectiva economicista que a vincula à noção de prosperidade e a associa ao processo de produção de riquezas, o crescimento econômico das nações.

Mészáros (2002: 39) adverte quanto a algumas falácias correntes da concepção de desenvolvimento hegemônica nas últimas décadas. Tais como pretender atribuir a um percurso específico e singular — o caminho de desenvolvimento de alguns países centrais, predominantemente Inglaterra e Estados Unidos — o *status* de uma regra universal a ser observada e seguida por todos os povos e países em desenvolvimento. E, também, pretender ignorar a existência de vínculos causais entre as condições de dominação neocolonial e a miséria de imensos contingentes populacionais do planeta. Ao que se agrega o uso predatório dos recursos naturais como padrão histórico de desenvolvimento dos países de *capitalismo avançado* e a inviabilidade de uma universalização de tais cursos de ação para toda a humanidade.* Dessa forma, o desenvolvimento é interpretado como um caminho único a ser seguido por todos os povos e suas economias, um modelo a ser transposto ao mundo em desenvolvimento, cujas consequências reais muitas vezes o contradizem.

Amartya Sen (2002), numa perspectiva que ultrapassa os horizontes restritos do economicismo, defende que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de *expansão das liberdades*. Isso implica assumir a liberdade individual como um *compromisso social* e referir o êxito das políticas de desenvolvimento de uma dada sociedade às *liberdades substantivas* — que incluem o direito universal ao acesso à educação, saúde, habitação e saneamento — que seus membros desfrutam, pois:

Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (Sen, 2002: 29).

Não se trata de negar significado para os indicadores econômicos tradicionais, como o Produto Interno Bruto (PIB) ou a renda *per capita*. Trata-se sim de referir e contextualizar tal significado com respeito a outros determinantes, como disposições sociais — como serviços de educação e saúde — e direitos civis, como a liberdade de participação na vida política. Compreender o desenvolvimento como *expansão das liberdades* recoloca o foco de atenção sobre os fins — e não apenas os meios — do

* Proposição corroborada pelo posicionamento do governo George W. Bush com relação ao Protocolo de Kioto e ao fato empírico da população norte-americana — cerca de 5% da população mundial — ser responsável por 25% do consumo dos recursos energéticos disponíveis (Mészáros, 2002: 40).

processo. E implica fazer com que as atenções se voltem, primordialmente, para o incremento das capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam, enfatizando-lhes a condição de agentes políticos num processo de superação das privações de liberdades que limitam escolhas e oportunidades pessoais e comunitárias.

Essa perspectiva se expressa na *teoria dos sítios* e na ideia de *desenvolvimento situado*, desenvolvidas por Hassan Zaoual (2003 e 2006), em convergência com reflexões de Serge Latouche (1991 e 1998). Para Zaoual (2003 e 2006), o *homo situs* é o homem concreto em seu espaço vivido, seu *sítio simbólico* de pertencimento, uma *comunidade de sentido* que congrega crenças, mitos, valores, experiências, conhecimentos empíricos e/ou teóricos, e o *saber-fazer* — técnicas de ação em seu próprio contexto. O *sítio* representa um conjunto integrado, singular, dinâmico e aberto às influências dos múltiplos ambientes (local, regional, mundial); que remete a um espaço material e imaterial, pois como afirma o autor:

Os sítios impregnam o conjunto das dimensões dos territórios de vida: a relação ao tempo, à natureza, ao espaço, ao habitat, à arquitetura, ao vestuário, às técnicas, ao saber-fazer, ao dinheiro, ao empreendedorismo etc. Antes de se materializar nos feitos e gestos dos atores ou em qualquer outra materialidade visível a olho nu, os sítios são entidades imateriais fornecedoras de balizamentos para os indivíduos e suas organizações sociais (Zaoual, 2006: 21).

Segundo Zaoual (2006: 98), no contexto da atual *globalização*, é preciso reafirmar o direito dos *sítios* se definirem a si mesmos e ao seu entorno, orientando as intervenções efetivadas em seu próprio espaço de interações e experiências. A apreensão dos eventos do mundo na perspectiva do *homo situs* permite romper com o *monopólio heterônimo do sentido* que o universalismo do *homo oeconomicus* pretende impor. Pois é por meio de sua capacidade de *se situar* que lhe é possível definir “os verdadeiros problemas e soluções em um real esforço de inovação local” (Zaoual, 2003: 75).

Como o formulou o professor Serge Latouche, nesses universos informais, os indivíduos são *engenhosos sem serem engenheiros*. As racionalidades operando nas micro-sociedades e nas economias informais remetem a imperativos diferentes dos do modelo econômico vigente. Conjugam dados comunitários, históricos e culturais que as tornam incompatíveis com as categorias e as leis econômicas do grande capitalismo (Zaoual, 2003: 42).

Cada *sítio*, seja país, região, comunidade, traça o seu próprio e singular caminho; não há um modelo que necessariamente tenha que ser transposto. Cada habitante assume sua cidadania como sujeito e/ou ator do processo. Dessa forma, Zaoual (2003: 58) defende um *desenvolvimento situado*, cuja racionalidade é “uma

construção social transformável que se ajusta continuamente aos dados do lugar, da situação, em sua dinâmica”. E, assim, afirmar as capacidades endógenas de juízo crítico como suporte de desenvolvimento *situado e criativo*, pois o *homo situs* tem no seu enraizamento numa localidade determinada uma condição de possibilidade para o exercício de sua liberdade e criatividade. Liberdade e criatividade que precisam ser afirmadas em contraposição à *ditadura dos saberes desenraizados*, pois:

A competência postulada dos especialistas e dos tomadores de decisão perpetua a incompetência dos atores do sítio onde, em outros termos, a incompetência eventual dos primeiros é substituída pela competência potencial dos segundos. Assim, estabelece-se o círculo vicioso da pobreza. O pobre não se torna cidadão, mas um cliente atomizado das instituições do social, as quais se profissionalizam sem poder resolver em profundidade os problemas econômicos e sociais legitimando sua existência (Zaoual, 2003: 77).

A perspectiva de Zaoual é convergente com críticas recentes feitas ao modelo de desenvolvimento da América Latina*. O *sítio* para Zaoual estabelece limites para falsos universalismos que sustentam a concepção desenvolvimentista, em convergência com as críticas de Escobar (1995), que implicam enormes consequências para a ciência política e a economia política, pela consideração da incrível diversidade local de ideias e interesses como “*a powerful reminder of the need to subject our theoretical pretensions to a close engagement with empirical materials of all kind, something Escobar has admirably done in the case of Colômbia*” (Magagna, 1995). Esta convergência pode também ser atestada pelas conclusões de Escobar (1995) “... *on how policies might be reoriented to benefit grass-roots community needs, seeking an alternative to the development paradigm that produced ‘fragmentation, polarization, violence and uprootedness’ in the Third World*” (Stein, 1996).

O *desenvolvimento situado* se caracteriza, portanto, pela participação dos cidadãos como atores e sujeitos do processo. Não se trata apenas de uma questão de transferência de um *pacote tecnológico*, mas um esforço de criação que articula

* Há um amplo conjunto de trabalhos significativos que podem ser citados nesse contexto, tais como os de autores como Milton Santos: *Por uma Outra Globalização*, Rio de Janeiro, Record, 2000; *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico científico informacional*, São Paulo, Hucitec, 1994; A. Escobar: *Encountering Development. The making and unmaking of the third world*, Princeton University Press, 1995; *Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization*, in *Political Geography* 20, 2001. Para fazer também ainda referência a um trabalho mais recente: Bernardo Sorj e Miguel Darcy Oliveira (Orgs.): *Sociedad Civil y Democracia en América Latina: crisis y reinención de la política*, Rio de Janeiro: Ediciones Centro Edelstein, 2007.

passado e inovação, tradição e modernidade, evidenciando a ilusão de se crer num desenvolvimento como fruto da mera transposição de modelos econômicos entre diversos tempos e espaços. (Latouche, Nohra e Zaoual, 1999). Pois como coloca Zaoual, “a *economia dos sítios* exige uma capacidade de adaptação à imensa variedade dos campos e o respeito à liberdade das populações para elas formularem e executarem seus projetos de futuro com base em uma estreita relação entre suas crenças e suas práticas” (2006: 129). Às instituições representantes do conhecimento moderno, cabe o fundamental papel de cooperação, marcado por uma *pedagogia de monitoramento e acompanhamento* a ser implementada de forma singular em cada situação. Espera-se uma perspectiva prudente e tolerante por parte dos especialistas, o que pressupõe a proximidade e a escuta da realidade vivida em cada *sítio*.

Pensar as atividades turísticas como promotoras do desenvolvimento na região onde se estabelecem requer, então, conceber modelos que busquem a superação das privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas e comunidades que têm seus modos de vida situacionalmente afetados pela implantação dessas novas práticas. Isto implica pensar uma política de turismo integrada a uma política de desenvolvimento mais ampla, cujo foco deve estar na inclusão social por meio da afirmação da identidade cultural e da cidadania como suporte da ampliação do exercício efetivo de liberdades substantivas.

Sobre políticas públicas de promoção do turismo no Brasil

O desafio de promover o desenvolvimento socioeconômico da região nordeste do Brasil a partir do aumento do fluxo de turistas foi assumido pelo governo federal no início da década de 1990. Até então nenhuma outra ação pública havia sido concebida e posta em prática com o objetivo de desenvolver uma região por meio do turismo. Mesmo contestado, esse conjunto de ações vem pautando uma série de investimentos, públicos e privados, que vem transformando o território e as relações sociais nas áreas de influência dos projetos. Para compreender melhor a gênese desse processo, suas consequências e seus desdobramentos, faz-se necessário um breve histórico da atuação do poder público brasileiro nas tentativas de regulação e fomento do setor turístico.

Até a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) em 1966, as políticas públicas de promoção do turismo eram praticamente inexistentes. O primeiro diploma legal que aborda algum aspecto da atividade turística é o Decreto-Lei 406, de 4 de maio de 1938, cujo artigo 59º dispõe sobre regulativos para a venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres.

Juntamente com a criação da EMBRATUR, o Decreto-Lei 55 de 1966 definiu pela primeira vez um conjunto de dispositivos que podem ser identificados como a gênese de uma Política Nacional de Turismo. Ainda assim, o papel inicial da EMBRATUR se restringiu à consolidação do mercado interno e à captação da demanda externa por meio de campanhas publicitárias. Somente a partir da década de 1990, a empresa, transformada em *instituto*, passou a ser peça fundamental na elaboração de políticas públicas para o setor.

Na década de 1970, os investimentos em infraestrutura e as agressivas campanhas de *marketing* do regime militar incentivaram as classes médias urbanas brasileiras a um maior consumismo turístico. Inicia-se, assim, um acelerado processo de *ocupação turistificada* da zona costeira brasileira (Becker, 1996), principalmente na região nordeste, que passa a atrair investimentos nos moldes dos grandes centros internacionais do padrão *resorts* e *villages* (Rodrigues, 2001).

Os anos 1980 são marcados pela articulação entre a promoção do turismo e a questão ambiental. Em 1987, a EMBRATUR, pressionada pela força crescente do movimento ambientalista que tinha por horizonte político a realização no futuro próximo no Rio de Janeiro da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (ECO 92), lançou um inovador programa de desenvolvimento do ecoturismo no país, mas que não deslança de imediato.

Nos anos 1990, há uma profunda crise fiscal do Estado. As políticas de ajuste e reestruturação propostas por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD) apontam a promoção de atividades turísticas como uma linha de ação promissora para o desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo, as ações da EMBRATUR reforçam o potencial da atividade turística como fator de desenvolvimento regional, num modelo de atuação que enfatiza a descentralização na gestão do setor. A EMBRATUR se fortalece como uma instituição de formulação de políticas públicas, delegando a execução para os governos estaduais e municipais, em parceria com a iniciativa privada.

Em julho de 1992, a EMBRATUR lançou o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), visando promover o desenvolvimento regional por meio da formação de pólos de turismo integrado, a serem implantados inicialmente fora do eixo Sul e Sudeste, numa ação que visava equalizar a distribuição geográfica das infraestruturas. De fato, o PLANTUR foi um plano que pouco saiu do papel. A única ação concreta foi o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro (Prodetur-NE) que, com apoio do Governo Federal e dos governos estaduais nordestinos reunidos na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), obteve aporte financeiro do BID.

Os investimentos do Prodetur-NE foram destinados à implementação de projetos de infraestrutura básica — como construção e reforma de rodovias, for-

ncimento de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento — e projetos de infraestrutura de sustentação do turismo — reforma e ampliação de aeroportos e rodoviárias. Cruz destaca que o Prodetur-NE é uma “política de turismo que faz as vezes de uma política urbana, pois se restringe à criação de infraestrutura urbana em localidades consideradas, pelos respectivos estados envolvidos, relevantes para o desenvolvimento do turismo regional” (Cruz, 2001: 11).

Com as metas mais ambiciosas de desenvolvimento regional fora do alcance das ações do Programa, os governos de estados nordestinos articularam as ações do Prodetur-NE com uma política que favorecia o investimento de grandes grupos transnacionais interessados em desenvolver pólos turísticos, replicando mega-complexos hoteleiros e de lazer, o que propiciou a implantação de grandes grupos internacionais: Accord, Marriot, Holliday Inn, Caesar, entre outros.

A modernização de espaços a serem apropriados pela atividade turística com a implantação de uma infraestrutura complementar gerou uma nova divisão territorial entre a faixa litorânea, ocupada pelos grandes empreendimentos, e as áreas reservadas às comunidades locais tradicionais. O modo de relação que se estabelece entre esses territórios vai depender do modelo de uso turístico adotado em cada situação, mas, como regra geral, os projetos de hotelaria que então se priorizaram para implementação no Nordeste do Brasil eram de frouxa vinculação com espaços e comunidades circunvizinhos. Baseados nos modelos de *resort* e *village*, os empreendimentos obedeciam a um modelo de gestão internacionalmente padronizado (Cruz, 2001), onde o que se prioriza não são os desejos das comunidades locais, mas sim a transposição espacial para os locais de visitaçã e lazer dos desejos dos turistas.

A implantação dessas *ilhas de paraíso* gerou impactos irreversíveis. A súbita valorização de territórios, antes esquecidos pelo mercado imobiliário, provocou forte impacto sociocultural desestruturador do modo de vida e do patrimônio relacional de comunidades que, pressionadas por forte especulação imobiliária, terminam muitas vezes por vender suas terras a preços irrisórios, passando a viver de subempregos vinculados ao turismo ou a residências-secundárias, como aponta Carneiro (2003) em estudo sobre o caso exemplar da Vila de Trancoso, no Estado da Bahia.

A questão fundiária é um dos principais problemas associados à política de mega-projetos, dela se derivando graves disfunções sociais. É assim que, por exemplo, Seabra (2001) destaca a implementação do Centro Turístico Guadalupe (CTG), única ação efetiva do projeto *Costa Dourada*, que previa a urbanização de aproximadamente 120 quilômetros de região costeira entre os municípios de Cabo, no Estado de Pernambuco, e Paripueira, no Estado de Alagoas, e cobria uma área de 8.803 hectares, entre os municípios de Sirinhaém e Rio Formoso, situados na zona litorânea ao sul de Pernambuco. Este projeto não deu atenção aos desequilíbrios so-

ciais locais vinculados à concentração da terra nos municípios do entorno do CTG, onde, segundo Seabra (2001: 44) apenas 9% dos estabelecimentos rurais ocupavam 60% das terras e 76% dos estabelecimentos ocupavam 9 % da área produtiva.

A questão ambiental é igualmente grave: a ocupação do litoral brasileiro vem se dando de maneira acelerada e, predominantemente, desordenada nos últimos 30 anos (Becker, 1996). E são exatamente áreas de reduto de ecossistemas costeiros, mais resistentes à ocupação devido a obstáculos naturais que lhes dificultam a acessibilidade, os alvos preferidos da política de mega-empresendimentos (Seabra, 2001). Com referência especificamente ao caso do CTG, Seabra (2001: 43-44) relata que após “poucos meses de obras, a destruição do quadro natural foi avassaladora: destruíram-se as paisagens naturais com a pavimentação de estradas, desmontes de morros, aterragem de mangues e construções de pontes”. Casos como o do CTG, infelizmente, não são exceções.

O não- aproveitamento da mão-de-obra local nos empreendimentos turísticos agravou desequilíbrios sociais regionais: como empregar nativos de hábitos, usos e costumes arraigados a um modo de vida tradicional em complexos hoteleiros de padrão internacional? São pessoas que até praticamente ontem viviam fundamentalmente da pesca artesanal e da lavoura. A tentativa de inserção num mercado altamente competitivo, desempenhando novas funções técnicas, exigiria que o poder público promovesse ações prévias de capacitação e formação profissional que nunca aconteceram.

O fracasso na obtenção do emprego e a expulsão gradual decorrente da especulação imobiliária desvelam uma realidade onde populações tradicionais despreparadas foram invadidas por interesses exógenos. Não lhes foi dada a oportunidade de escolher que rumo seguir. Como foi destacada anteriormente, a integração dos mega-projetos hoteleiros na região de sua implantação não acontece de forma espontânea ou natural. Para que se efetive, é necessário um ambiente propício de articulação e organização social que seja capaz de mesclar os interesses e anseios das comunidades locais e as demandas dos empreendimentos.

Os impactos negativos provenientes deste modelo de desenvolvimento do turismo não se limitam aos aspectos sociais e ambientais. Mesmo uma análise estritamente econômica pode evidenciar que dificilmente as populações locais se beneficiam com a implantação dos mega-empresendimentos. Isso pode ser corroborado, por exemplo, pela pesquisa de Ribeiro (2005), indicando que a implantação do complexo hoteleiro da Costa de Sauipe (um dos maiores empreendimentos brasileiros na área de *resorts* turísticos) não trouxe nenhuma contribuição significativa para melhorar os indicadores de desenvolvimento do município de Mata de São João (Estado da Bahia), sede do empreendimento. Com base numa série histórica de dados estatísticos anteriores e posteriores à implantação do mega-empresen-

dimento, Ribeiro evidencia que não houve melhoria significativa em indicadores como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de *Gini* ou Índice de Qualidade de Vida Urbana, dentre outros. O significativo aumento dos fluxos turísticos não propiciou efeito positivo para a qualidade de vida das populações locais. Suas condições de existência ficaram dependendo de um fortalecimento de políticas públicas sociais suplementares. Os investimentos da ordem de meio milhão de dólares voltados para a implantação do mega-empendimento não trouxeram consigo diminuição do processo de exclusão social (Ribeiro, 2005).

É, no mínimo, bastante duvidoso assumir que a modernização promovida pelo Prodetur-NE beneficiou efetivamente as comunidades situadas no entorno dos projetos, contribuindo para melhorar-lhes a qualidade de vida. Modelos alternativos de desenvolvimento do turismo, que levam em conta uma maior participação da população, têm apresentado maiores benefícios para as comunidades receptoras, convergindo para a proposição de Zaoual (1998) de um *desenvolvimento situado*.

Sobre práticas turísticas alternativas de base comunitária

Hoje, o principal vetor da *turistificação* dos lugares é o mercado globalizado, onde as estratégias de *marketing* fazem das imagens de lugares signos capazes de atrair um número crescente de consumidores de pacotes turísticos. A produção da experiência turística segue os padrões do modo de produção industrial em seu empenho por maximizar a programação e o controle e minimizar riscos e perdas. Dilui-se, assim, a surpreendente e imprevisível vivência de encontros com alteridades em proveito da afirmação do consumismo de *pseudo-eventos* desprovidos de espontaneidade (Boorstin, 1996). Nesse processo, boa parte das práticas turísticas se torna *busca do fotogênico* e o turista um consumidor de cenas, emoções e prazeres projetados pelo *marketing* (Urry, 2002).

O turismo massificado reproduz em diversos destinos o estresse de que os turistas buscam escapar durante as férias: viagens para lugares cada vez mais superlotados onde todos cumprem cronogramas pré-fixados para consumir os mesmos eventos indicados nos folhetos publicitários. Nas pequenas comunidades, esta unificação acontece, ainda, não apenas nos moldes de gestão padronizados, mas também no modo de vida e no patrimônio relacional das populações receptoras.

Essa verdade não é contradita, mas sim confirmada, pela presença de movimentos de resistência, empenhados por afirmar a valorização da diversidade cultural e salvaguardar as especificidades singulares de diversos *sítios de pertencimento*, de povos, comunidades e culturas regionais. A apropriação turistificada

do espaço não é um movimento que se dê no vácuo e isento de atritos. Alguns desses atritos expressam *resistências situadas* de comunidades cujos sítios de pertencimento são fortemente impactados por práticas turísticas por elas percebidas como predatórias de seus patrimônios relacionais.

O turismo alternativo de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação *situada* nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer *rotas exóticas*, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de um outro *modo de visita e hospitalidade*, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que porventura se dirija a um mesmo destino.

Esse turismo respeita as heranças culturais e tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las. Tem centralidade em sua estruturação o estabelecimento de uma relação dialógica e interativa entre visitantes e visitados. Nesse modo relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista.

Como afirma explicitamente a *World Wildlife Found* (WWF-International), no caso do ecoturismo de base comunitária: “*the local community has substantial control over, and involvement in, its development and management, and a major proportion of the benefits remain with in the community*” (WWF-International 2001: 2)¹. E Hatton destaca, mesmo, a possível convergência entre a proteção ambiental e o ecoturismo de base comunitária, afirmando que “*... the influx of tourists has in many cases actually increased environmental protection and conservation.*”²

Dentre os desafios e obstáculos para a construção de práticas turísticas de base comunitária, a participação da comunidade local é reconhecidamente um elemento crucial (Beni, 2004; Coriolano (Org), 2003; Irving, 2002; Sansolo, 2003; Rocha, 2003; Silva, 2004; WWF-International, 2001; Hall, 2000). A gestão democrático-participativa de práticas turísticas sustentáveis é um processo contínuo de aprendizagem (Meyer, 1991), que tem no grau de comprometimento da comunidade a garantia de sua continuidade.

Essa modalidade de turismo converge com a proposta de Zaoual (1998) de um *desenvolvimento situado*, que enfatiza a dimensão simbólica dos padrões relacionais e afirma a pluralidade. Dar sentido à coordenação e à atuação dos atores da sociedade civil requer afirmar seus vínculos com *espaços vividos*, onde a racionalidade se constrói *in situ*, tendo por horizonte a constituição de novos saberes e formas de ação que considerem as contingências qualitativas de cada meio. O turismo de base comunitária, enraizado num processo *situado* de desenvolvimento, é uma modalidade do turismo sustentável cujo foco principal é o bem-estar e a geração de benefícios para a comunidade receptora.

Nesse processo, a melhoria na distribuição da renda é uma consequência direta da ampliação de horizontes para o exercício das liberdades substantivas

apontadas por Sen (2002). Os cursos de ação, compatíveis com o desenvolvimento situado, são situacionais. O protagonismo das comunidades locais pode se efetivar sob uma grande variedade de formas de livres associações — por cooperativas, associações, *joint ventures*, empreendimentos comunitários ou micros, pequenos e médios empresários locais. Na perspectiva do desenvolvimento situado, a questão decisiva não diz respeito às formas de seus eventuais veículos e meios, mas sim à efetivação de sua finalidade: a ampliação das liberdades substantivas de comunidades *situacionalmente* afetadas, como agentes e beneficiários da implementação de determinadas práticas turísticas.

Considerações finais

Pensar a relação entre práticas turísticas e desenvolvimento parece conduzir à confrontação com uma dualidade de tipos ideais polares, que representam situações extremas. De um lado, os mega-emprendimentos hoteleiros do tipo *resort* e *village* seguindo o modelo *all inclusive*, autárquicos e isolados, sem relações vinculantes com as comunidades do território onde estão situados. Do outro, os empreendimentos de base comunitária com todos os benefícios das atividades turísticas revertidos para as pessoas situacionalmente afetadas.

No entanto, a realidade não é composta apenas por duas cores excludentes, mas de uma policromia de cores e tons variados. E tampouco este artigo pretende apresentar uma simples apologia dos empreendimentos de pequena escala, na linha do *small is beautiful*, popularizada por E. Schumacher. O cerne da problemática relação hegemônica vigente entre práticas turísticas e desenvolvimento no Brasil está no fomento de um modelo turístico homogeneizante, que torna escassos ou nulos espaços para afirmação de singularidades e enraizamento comunitário dos empreendimentos. Superar essa situação é uma tarefa complexa. Para isso não basta certamente apenas replicar as experiências bem-sucedidas de turismo de base comunitária, parte delas apresentadas ao longo deste livro, em outras localidades e contextos. Essa atitude seria pretender fazer do *desenvolvimento situado* um objeto de produção e reprodução seriada. O que significaria uma contradição nos próprios termos da questão.

Ao enfatizar a importância e o valor das experiências de turismo de base comunitária — passíveis de serem implementadas numa imensa variedade de formas —, o presente artigo se filia a uma perspectiva *possibilista* e não determinista e prescritiva dos caminhos do desenvolvimento *situado* e do turismo em particular. Tais empreendimentos não possuem uma configuração fixa. Eles corporificam situacionalmente estruturas e objetivos, contextos e valores culturais *situados*.

Tampouco se pretende afirmar serem tais empreendimentos isentos de influências externas, divergências internas e conflitos de interesse. O que se destaca é o significado de tais empreendimentos comunitários para a democracia e a qualidade de vida, quer as comunidades estejam ou não reunidas em cooperativas, micro-empresas, sindicatos ou outras formas de livre associação; e quer existam ou não redes solidárias com organizações não-governamentais internacionais ou apenas nacionais. As parcerias — acordos e pactos negociados para a implementação de tais projetos tanto junto à administração pública local como a outros níveis de governo e ao setor privado — são elementos constitutivos da democracia participativa e do desenvolvimento situado e sustentável.

Os casos expostos ao longo deste livro apresentam, para além de suas evidentes diferenças, significativos elementos em comum, a serem destacados. O primeiro deles é o forte componente de uma afirmação identitária de comunidades enraizadas em sítios simbólicos de pertencimento. O segundo deles é que essa afirmação se efetiva através de um movimento de ativa resistência contra as mais usuais formas de desenvolvimento do turismo. Esses dois elementos estão na base de grande parte das experiências que vêm apresentando relativo sucesso.

O esforço na promoção de ações situacionalmente respaldadas é fundamental para ampliar a possibilidade de se obter melhores resultados e maiores benefícios para as comunidades locais. As políticas públicas de promoção do turismo não podem se limitar, por exemplo, ao papel de aumentar o fluxo de viajantes em determinada região ou contribuir para a atração de divisas externas para o país. O cumprimento destes objetivos só se reverterá em êxito caso o incremento da visitação contribua na melhoria de qualidade de vida das populações receptoras. A compreensão de quais os *fins* e os *meios* no processo de desenvolvimento é central na formulação de políticas que busquem o bem-estar dos cidadãos.

A prática do turismo de base comunitária já evidencia implicações para a configuração das políticas públicas de turismo em diversos países. No contexto sul-americano, um caso exemplar é o da Bolívia que, em 2006, lançou seu Plano Nacional de Turismo integralmente dedicado ao fomento do turismo comunitário (BOLÍVIA, 2006). A formação de redes regionais, nacionais e internacionais de iniciativas de turismo de base comunitária permite a troca de informações entre essas experiências e contribui para seu fortalecimento. Neste contexto merece destaque a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS, <http://www.redturs.org>) que congrega iniciativas de 12 países do continente, e mais particularmente a Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário (TUSOCO, <http://www.tusoco.com>).

No Brasil, a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL) e a recém lançada Rede Cearence de Turismo Solidário e Comunitário (Rede TUCUM) merecem destaque devido ao caráter pioneiro e articulador, fundamentais

para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Brasil. No âmbito das políticas públicas, os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) vêm criando espaço em suas ações para o fomento a grupos organizados de base comunitária no entorno ou no interior de Unidades de Conservação, no caso do MMA, e/ou vinculados ao Programa de Agricultura Familiar (PRONAF), no caso do MDA. No entanto, tais ações isoladas estão longe de configurar uma política pública de estímulo e estruturação para este tipo de turismo. Apenas recentemente, no ano de 2008, o Ministério do Turismo, através do Edital 01/2008, passou a reconhecer as atividades de turismo de base comunitária e a aportar recursos para o fomento de tais iniciativas. Foram selecionados inicialmente 50 projetos num total de mais de 500 projetos submetidos. Esperamos que este seja o início de um novo ciclo para o desenvolvimento do turismo no país, onde haja cada vez mais espaço para o fortalecimento das organizações comunitárias e para um possível desenvolvimento situado.

Como destaca Latouche (1991), os bens relacionais são de importância nevrálgica para as políticas de desenvolvimento de países e regiões da periferia, devendo ser evitado o progresso predatório das redes relacionais comunitárias. As estratégias de desenvolvimento devem ser comunitariamente enraizadas, o que implica reconhecer o papel dos cidadãos, como atores e sujeitos do processo de transformação de seus territórios, e o protagonismo da *economia civil* na prestação de diversos serviços intensivos em informação, incluindo uma ampla gama de serviços turísticos e de hospitalidade. Às instituições públicas cabe o papel fundamental de criar condições para que os anseios da sociedade tomem forma, apoiando não apenas a concepção de iniciativas situacionalmente enraizadas, mas, principalmente, sua execução e seu monitoramento.

A sustentabilidade pode ser entendida, desde essa perspectiva, como vinculada a modos — qualificados e socialmente construídos — de inter-relação, tanto dos seres humanos com a natureza, como dos seres humanos entre si. E o desenvolvimento situado e sustentável requer enraizar políticas de turismo em diretrizes que, como destaca Sachs (2004), promovam não *apenas* a sustentabilidade econômico-financeira dos empreendimentos. Afinal, de que servirá o incremento dos fluxos turísticos se apenas alguns poucos atores, e tantas vezes os *mesmos*, disso se beneficiarem?

Notas

¹ <http://www.panda.org/downloads/policy/guidelinesen.pdf>.

² HATTON, Michael. “The character of community-based tourism”, disponível em <http://www.community-tourism.org/> (acessado em 15/11/2004).

Referências bibliográficas

- BECKER, Berta. “Políticas e planejamento do turismo no Brasil”, In: YÁZIGI, Eduardo *et alii* (Orgs.). *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 181-192.
- BENEVIDES, Ireno. *Turismo e Prodetur – Dimensões e Olhares em Parceria*. Fortaleza: BN/UFC, 1998.
- BENI, Mario. “Um outro turismo é possível? – a recriação de uma nova ética”. In: MOESCH, Marutschka; GASTAL, Susana (Orgs.). *Um Outro Turismo é Possível*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 11-24.
- BOORSTIN, Daniel. *The Image: A Guide to Pseudo-Events in America*. New York: Vintage Books, 1992.
- CARNEIRO, Fernanda. *Herdeiros da Terra: Memória, Alteridades e Comunidade – o Encontro entre Nativos e Biribandos dos Anos 70 em Trancoso, Sul da Bahia*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2003.
- CORIOLANO, Luzia (Org.). *Turismo com Ética*. Fortaleza: FUNECE, 1998.
- _____. (Org.). *O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local*. Fortaleza: FUNECE, 2003.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto, 2001.
- EMBRATUR. *Anuário estatístico Embratur – 2008*. Brasília: Ministério do Turismo/Instituto Brasileiro de Turismo/Diretoria de Estudos e Pesquisas, v. 33, 2007.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development. The making and unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- _____. “Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization”. In: *Political Geography*, n. 20, 2001.
- HALL, Colin Michael. *Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships*. Sydney: Prentice Hall, 2000.
- IRVING, Marta. “Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento”. In: IRVING, Marta; AZEVEDO, Júlia (Orgs.). *Turismo: o Desafio da Sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002, p. 35-45.
- KRIPPENDORF, Jost. *The Holiday Makers*. New York: Elsevier, 1999.
- LATOUCHE, Serge. *La Planète des Naufragés. Essai sur l’après-développement*. Paris: La Découverte, 1991.
- _____. *L’Autre Afrique. Entre le don et le marché*. Paris: Albin Michel, 1998.
- LATOUCHE, Serge; NOHRA, Fouad; ZOAUAL, Hassan. *Critique de la raison économique. Introduction à la théorie des sites*. Paris: L’Harmattan, 1999.
- MAGAGNA, Victor V. “Book Review of Arturo Escobar: Encountering Development. The making and unmaking of the third world”. In: *Comparative Politics*, Princeton University Press, setembro de 1995.
- MÉSZÁROS, István. *Beyond Capital – Towards a Theory of Transition*. Londres: Merlin Press, 1995.

- MEYER, Mônica. “Educação ambiental: uma proposta pedagógica”. In: *Aberto* 49, 1991, p. 41-45.
- OMT. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.
- Plano Nacional de Turismo da Bolívia (2006-2011). La Paz: Vice-Ministério de Turismo, 2006.
- RIBEIRO, Robinson L. M. *Políticas Públicas de Turismo e o Processo de Inclusão/Exclusão Social*. São Paulo: Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, 2005.
- RODRIGUES, Adyr. “Percalços do planejamento turístico”. In: RODRIGUES, Adyr (Org.). *Turismo e Geografia. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 147-162.
- SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/Sebrae, 2004.
- SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1997.
- SEABRA, Giovanni. *Ecos do Turismo: o Turismo Ecológico em Áreas Protegidas*. Campinas: Papirus, 2001.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1998.
- SILVA, Luiza. *Turismo Inclusivo: um Conceito a ser aplicado à Ilha Grande*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2004.
- SORJ, Bernardo; OLIVEIRA, Darcy (Orgs.). *Sociedad Civil y Democracia en América Latina: crisis y reinención de la política*. Rio de Janeiro: Ediciones Centro Edelstein, 2007.
- STEIN, Stanley J. “Book Review of Arturo Escobar: Encountering Development. The making and unmaking of the third world”. In: *American Historical Review*. Princeton University Press, dezembro de 1996.
- URRY, John. *The Tourist Gaze. Leisure and travel in contemporary societies*. Londres: Sage Publications, 2002.
- WWF-Internacional 2001. *Guidelines for community-based ecotourism development*, disponível em <http://www.panda.org/downloads/policy/guidelinesen.pdf>; acessado em 10/01/2005.
- ZAOUAL, Hassan. “De l’*homo oeconomicus* à l’*homo situs*”. In: *Les Nouveaux Cahiers de l’Institut Universitaire d’Etude du Développement*, p. 83-100, junho de 1998.
- _____. *Globalização e Diversidade Cultural*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- _____. *Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual

para pensar a realidade brasileira

RITA DE CÁSSIA ARIZA DA CRUZ



*O desenvolvimento desigual é, no mínimo,
a expressão geográfica das contradições do capital.*

Neil Smith¹

Introdução

A primeira premissa orientadora da análise empenhada neste texto é a de que o turismo, compreendido como prática social e também, sobretudo, como atividade econômica, é um vetor produtor de espaço.

Outra premissa orientadora desta análise é a de que a abordagem geográfica do turismo não pode furtar-se a considerar o movimento da totalidade-mundo como contexto geral no interior do qual se desenrola esta e todas as outras atividades humanas.

É nesse sentido que recorreremos ao conceito de “desenvolvimento desigual”, originalmente proposto por León Trotsky (desenvolvimento desigual e combinado), no início do século XX, e discutido por diversos autores ao longo do século passado.

A partir da ideia de desenvolvimento desigual, empenhamos uma análise crítica da realidade brasileira no que diz respeito à sua relação com o desenvolvi-

mento da atividade turística e seu lugar no processo social e histórico de produção do espaço, primeiramente pensando na escala nacional e, em seguida, recorrendo a casos específicos, em escala local.

Desenvolvimento desigual

Para Michael Löwy, uma das mais importantes contribuições da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky reside no fato de esta representar uma tentativa significativa de “romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o euro-centrismo” (Löwy, 2001). Ainda segundo Löwy, trata-se essa teoria, de uma tentativa de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo, compreendido este como uma fase da história marcada pela formação de “impérios”, fundados na propriedade econômica monopolista e na realização de investimentos espacialmente disseminados.

A análise de Trotsky recai sobre a Rússia do início do século XX e o reconhecimento de diferenças espaciais internas neste país, iluminadas por uma reflexão acerca de sua inserção no mundo capitalista, conduzem o autor a refletir sobre uma forma de desenvolvimento que se dá de forma desigual e contraditória:

(...) sobre o imenso espaço da Rússia (...) encontram-se todos os estágios da civilização: desde a selvageria primitiva das florestas setentrionais onde alimentavam-se de peixe cru e faziam suas preces diante de um pedaço de madeira, até as novas condições sociais da vida capitalista, onde o operário socialista se considera como participante ativo da política mundial e segue atentamente os debates do Reichstag. A indústria mais concentrada da Europa sobre a base da agricultura mais primitiva (Trotsky, 1909 *apud* Löwy, 2001).

Tanto quanto desigual e contraditório, o desenvolvimento é compreendido por Trotsky como fruto de um movimento “combinado”, ou seja, que se processa de forma combinada no movimento da totalidade:

Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas (Trotsky, 1909 *apud* Löwy, 2001).

A ideia de totalidade, vale ressaltar, é também fundante da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, posto que parte do entendimento do capitalismo como um modo de produção que se realiza em escala mundial. Na verdade, conforme aponta Smith (1988), o capitalismo representa a primeira vez na história em que um modo de produção se coloca, para o mundo, como um modo de produção hegemônico. O capitalismo (...) preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade (Trotsky, 1909 *apud* Löwy, 2001).

A ideia de desenvolvimento desigual, por sua vez, está diretamente relacionada ao conceito de Divisão Territorial do Trabalho (DTT). Segundo Smith (1988), a divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho.

Se, por um lado, o trabalho é “dividido territorialmente”, de outro, essa divisão não se dá no sentido de produzir, exclusivamente, um desenvolvimento igualitário. Considerando a imanência do modo de produção capitalista como a produção social da riqueza e sua apropriação privada, é mister reconhecer que o desenvolvimento se dá no âmbito de um processo contraditório, entre outras razões porque o capital é seletivo do ponto de vista espacial. Como assevera Chesnais, “não é todo o planeta que interessa ao capital, mas somente partes dele” (1996: 18).

Turismo e produção do espaço²

Desde que o filósofo francês Henri Lefèbvre cunhou, nos anos 60 do século XX, a expressão “produção do espaço”, a mesma tem sido utilizada nos mais diversos sentidos e, neste caso, a primeira necessidade que se coloca é definir o que entendemos por ela.

Ao debruçar-se sobre uma discussão acerca de uma das principais categorias de análise da Geografia — o espaço — e, especialmente, sobre o espaço urbano (como em “O direito à cidade”), as ideias e as obras de Lefèbvre influenciam o pensamento de geógrafos espalhados pelo mundo e se tornam objeto de discussões acaloradas. E como em ciências sociais não há verdades absolutas, é certo que essas discussões jamais findarão.

De modo sintético e objetivo, a produção do espaço significava para Lefèbvre a própria (re)produção da vida, ou seja, viver é, em síntese, produzir espaço.

Neil Smith vê na concepção de “produção do espaço” uma possibilidade teórica para superar o dualismo, historicamente construído, entre espaço e socieda-

de. Conforme o autor, não é verdade que espaço e sociedade “interagem”; é uma lógica histórica específica (a do acúmulo de capital) que guia a dialética histórica do espaço e da sociedade (1988, p. 122), já que duas coisas somente podem interagir ou refletir-se mutuamente se elas forem definidas, em primeiro lugar, como coisas separadas (1988, p. 122-3).

Na defesa desta concepção, reverbera Smith: com “a produção do espaço”, a prática humana e o espaço são integrados no nível do próprio conceito de espaço (1988, p. 123). O espaço é, para Smith, um produto social; um espaço geográfico que é abstraído da sociedade torna-se uma “amputação” filosófica, coloca o autor.

Tal afirmativa pode ser corroborada pelo pensamento de Milton Santos. Ao discutir a distinção entre espaço e paisagem, Santos lembra o projeto norte-americano, durante a Guerra Fria, de produzir uma bomba de nêutrons, capaz de aniquilar toda a vida, sem, entretanto, destruir os objetos (construções). Caso os americanos tivessem levado a cabo seu projeto, afirma Santos: “(...) o que na véspera seria ainda o espaço, após a temida explosão seria apenas paisagem” (1996, p. 85).

Converge, também, conseqüentemente, o pensamento de Milton Santos sobre a produção do espaço com o pensamento de Lefèbvre e de Smith. Conforme Santos: “(...) não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço” (1994, p. 88).

É a partir de tais pressupostos que Smith define o que entende por produção do espaço e, neste caso, se aproxima muito do pensamento de Lefèbvre. Para Smith, a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz; nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos “no” espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando (1988, p. 132).

Há, todavia, uma diferença importante entre os pensamentos de Lefèbvre, de Smith e de Milton Santos relativamente à concepção de “produção do espaço”. Para o primeiro, apoiado na tese reproducionista originada da experiência do capitalismo pós segunda guerra, é a reprodução das relações de produção o fio condutor do processo em tela; para o segundo, a teoria reproducionista pura, defendida por Lefèbvre, teria sido superada por acontecimentos históricos dos anos 80, em que, novamente, questões tradicionais de trabalho e da produção demonstram que conflitos sociais característicos da sociedade de classes capitalista não foram superados (Smith, 1988). A obra de Milton Santos deixa claro, também, que suas análises são fundadas na produção e não na reprodução.

Embora tais diferenças se apresentem como clara divergência teórica entre os autores, é preciso lembrar que não há reprodução que não seja, também, produção. Não é por acaso, portanto, que é o próprio Lefèbvre quem cunha a expressão “produção do espaço”.

Um ponto comum entre os três autores citados é o entendimento de que a produção do espaço é, antes de mais nada, um processo social e, consequentemente, histórico. Todavia, adverte Smith: “(...) por mais social que ele possa ser, o espaço geográfico é manifestadamente físico; é o espaço físico das cidades, dos campos, das estradas, dos furacões e das fábricas” (1988, p. 120).

O reconhecimento dessa natureza do espaço, ao mesmo tempo concreta e abstrata, está na base da definição miltoniana de espaço: “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 1996, p. 51).

É Milton Santos quem propõe, por sua vez, o conceito de “formação socioespacial” (em 1977) como conceito-chave na busca pelo entendimento do mundo. Cabe dizer, aqui, então, que não há conflito entre este e o conceito de “produção do espaço”, cunhado por Lefèbvre. Uma formação socioespacial é fruto de um processo social e histórico de produção do espaço. Também não há divergência entre a conceituação de espaço de Milton Santos e a de Smith, ao menos não no que se refere à sua historicidade, a seu conteúdo social e à sua concretude. Quando Santos fala em formação socioespacial, refere-se à escala das nações, embora não discuta a sua aplicação a outras possíveis escalas de análise. O conceito de produção do espaço não diz respeito, *a priori*, a uma escala específica de análise, mas a obra lefebvriana dá forte ênfase aos espaços urbanos e, por consequência, às escalas local e metropolitana. Sobre formação socioespacial, coloca Santos:

Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades (1996, p. 107).

Outra postura metodológica de Milton Santos fundamental a esta análise diz respeito ao conceito de Divisão Territorial do Trabalho (DTT). Por diversas vezes ao longo de sua vasta obra, o autor chama a atenção para a necessidade de se recorrer ao conceito de DTT para se compreender a organização espacial do mundo ou as diferentes formações socioespaciais. Não há produção do espaço que se possa compreender apartada de um entendimento de que o mundo é regido por uma Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e que esta divisão internacional não é apenas uma divisão social do trabalho, mas também e, fundamentalmente, uma

divisão territorial do trabalho. A divisão internacional do trabalho é o processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho, afirma Santos (1996, p. 106).

Os atores hegemônicos da produção do espaço ainda são Estado e mercado. Embora ao longo da história do modo de produção capitalista mudanças profundas tenham ocorrido nos papéis desempenhados por um e por outro, ambos continuam sendo ordenadores daquele processo.

Para Milton Santos, Estado e mercado formam um par dialético, mas isto não elimina o fato de que o Estado exerça o seu auxílio ao mercado (1994, p. 101)*. Neste caso, o autor chama a atenção para a cada vez maior subserviência do Estado aos interesses do mercado.

Subserviente ou não ao mercado, o Estado tem uma inquestionável hegemonia na produção do espaço, dado seu papel de ente regulador das relações sociais e de provedor de infraestruturas. Todo o conjunto de normas que emana do Estado regula tanto a vida pública quanto a vida privada. Não se pode, portanto, confundir “enxugamento da máquina estatal” com diminuição do Estado.

Por fim, cabe ainda nesta discussão, uma referência às escalas geográficas de análise. Há situações concretas nas escalas local e regional, em que agentes de mercado tomam para si a hegemonia do processo de produção do espaço no sentido de assegurar a consecução de seus interesses. Não são incomuns os casos de empresas que abrem vias de circulação e implementam todo tipo de infraestrutura necessária à realização de seus negócios, não raras vezes, inclusive, subvertendo normas.

Daí a necessidade de se “dar nome aos bois”, ou seja, o mercado não é um amálgama de empresas hegemônicas a render, todo o tempo e em todos os lugares, o Estado. O mercado é formado de sujeitos ou, melhor, de agentes. A forma como uma pequena indústria, voltada para um mercado consumidor regional, participa da produção do espaço é diferente, por exemplo, daquela de indústrias multinacionais, muito mais exigentes com relação à disponibilidade de infraestruturas e à eficiência e rapidez dos fluxos.

Por outro lado, a hegemonia de um e de outro não anula as possibilidades de contra-movimentos. A sociedade civil organizada, seja na forma de associações ou de Organizações Não-Governamentais ou outras, pode “tomar para si as rédeas do processo”, como demonstram experiências nas escalas local e regional. A ausência ou ineficiência do Estado e a voracidade conquistadora de agentes de mercado obrigam sociedades a reagirem na luta cotidiana pela sobrevivência.

* O conceito de Estado remete, também, à uma observação sobre níveis de governo, como nos chama a atenção Milton Santos. No caso brasileiro, o Estado se faz representar em três níveis: o federal, o estadual e o municipal.

Este é o pano de fundo sobre o qual se desenrola o turismo, que não é mais que uma pequena parte de um imenso jogo de relações. Se a produção do espaço é um processo complexo e conflituoso, entender a participação do turismo no mesmo requer o desvendamento de sua natureza, de sua complexidade e de seus conflitos. É o mundo que explica o turismo e não o contrário.

Há que se considerar, também, que a maior parte do turismo que se faz no mundo se dá em espaços previamente ocupados, ou seja, em lugares em que populações historicamente se estabeleceram e nos quais vivem suas vidas cotidianas. Aprender o papel do turismo na produção do espaço é tarefa, portanto, metodologicamente bastante complexa. O turismo é uma prática social e uma atividade econômica que, no mais das vezes, se impõe aos lugares, mas ela não se dá sobre uma “tabula rasa”, sobre espaços vazios e sem donos.

Portanto, não são apenas Estado, mercado e turistas que produzem os espaços relativos aos fazeres turísticos, mas também as sociedades que vivem nesses lugares, parte delas transformada, por força de novas contingências, em empreendedores turísticos ou, mesmo, em muitos casos, atuando como contra-racionalidades às determinações hegemônicas. A produção do espaço envolve seu uso e apropriação e, neste caso, o conflito termina por ser imanente ao processo.

Na busca, assim, por caminhos metodológicos que nos conduzam a análises teoricamente fundamentadas acerca das possíveis relações entre turismo e espaço, entendemos ser a “produção do espaço” um conceito revelador porque diz respeito a um processo revelador. Não há produção do espaço que:

- Não remeta à uma divisão territorial do trabalho;
- Não requiera uma análise sobre sujeitos sociais envolvidos;
- Não diga respeito a ambas as dimensões do espaço geográfico, ou seja, às suas dimensões material e imaterial;
- Não seja social e histórica.

Desenvolvimento local, expressão do desenvolvimento desigual

O conceito de desenvolvimento está, certamente, entre os mais imprecisos do vocabulário comum e acadêmico-científico.

Equivalente a crescimento, crescimento econômico e progresso, o conceito de desenvolvimento tem transitado entre leituras mais e menos economicistas e ganho novas adjetivações (tais como “sustentável” e “local”), motivadas pelo nascimento de novos paradigmas.

Debates acerca da ideia de desenvolvimento econômico acirraram-se no pós Segunda Guerra (Oliveira, p. 2002), momento em que é criada a Organização das Nações Unidas (1945), que define, por exemplo, a década de 1960 como “Primeira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento”. Nesse momento, a ONU entende desenvolvimento como um processo de crescimento econômico das nações.

É a partir do final da década de 1940 que economistas estruturalistas comecem a encarar o desenvolvimento como algo distinto de crescimento (Oliveira, 2002), ou seja, o crescimento passa a ser compreendido como uma mudança quantitativa em uma dada estrutura enquanto desenvolvimento diria respeito à uma transformação qualitativa de uma estrutura econômica e social (Scatolin, 1989 *apud* Oliveira, 2002).

O crescimento econômico tem sido considerado por muitos um pressuposto indispensável para o desenvolvimento, já que a população mundial cresce e, conseqüentemente, as demandas por bens materiais e imateriais. Daí, conforme Oliveira (2002, p. 40),

...o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento (...) transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras.

O questionamento do paradigma “crescimento econômico igual a desenvolvimento” leva ao nascimento do conceito de desenvolvimento sustentável, propalado pelo Relatório Brundtand (1987). Este relatório, motivado por uma discussão, em escala mundial, sobre os limites do crescimento econômico no que diz respeito ao uso dos recursos naturais, propõe uma mudança de paradigma que, em certo sentido, aproxima-se da abordagem estruturalista nascida ainda na década de 1940.

O desenvolvimento sustentável circunscreve o crescimento econômico ao desenvolvimento humano e social, colocando, ainda, em completa evidência, a necessidade de equilíbrio ambiental.

O reconhecimento, pelas sociedades, dos efeitos perversos do crescimento econômico e do desenvolvimento econômico, que desconsideram os desdobramentos indesejados desse processo sobre a vida no planeta, fez do conceito de desenvolvimento sustentável um paradigma a partir do final do século XX, período em que se consolida o processo de globalização. Sobre a globalização e seus efeitos perversos, coloca Santos (2000, p. 20-21):

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a AIDS se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção.

O quadro social descrito por Milton Santos coloca em xeque ideias utópicas sobre uma possível escala global do desenvolvimento sustentável. É, possivelmente, também por esta razão, que ganha corpo, ainda no final do século XX, a ideia de desenvolvimento local.

O conceito de desenvolvimento local parece ser um herdeiro direto do conceito de desenvolvimento sustentável e, embora os mesmos não sejam sinônimos, a literatura que consagra ambos aponta para indiscutíveis convergências entre eles, posto que ambos têm em seu cerne o pressuposto de que o desenvolvimento tem de ser, antes de mais nada, humano e social.

Desenvolvimento local é, segundo Carestiatto (2000, *apud* Mattos e Irving, 2005, p. 27):

Um modelo de desenvolvimento que permite a construção de poder endógeno para que uma dada comunidade possa autogerir-se, desenvolvendo seu potencial sócio-econômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando as suas limitações na busca contínua da qualidade de vida de seus indivíduos.

A ideia de poder endógeno relaciona-se, diretamente, ao conceito de “empoderamento”, derivado do inglês “empowerment”, conceito este que começa a ser difundido a partir dos anos 1970, nos EUA, e que embora tenha íntima relação com o ambiente empresarial, é assimilado por cientistas sociais que lhe atribuem uma abordagem humanitária, conforme se pode auferir a partir da definição que segue:

O conceito de empowerment tornou-se nos últimos tempos uma das mais requisitadas “buzz words” relativamente à intervenção social. O número de artigos e trabalhos acadêmicos onde se lhe faz referência tem aumentado em várias publicações de âmbito internacional ligadas ao serviço social e à política social. Neste artigo definimos empowerment como um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e

comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder — psicológico, sócio-cultural, político e econômico — que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania (PINTO, Carla. In: *Política Social*. ISCSP, Lisboa, 1998, p. 247-264)³.

A partir das conceituações ora explicitadas, conclui-se que desenvolvimento local não envolve, necessariamente, crescimento econômico, mas sim o alcance de melhores condições de vida pelos meios disponíveis a uma dada comunidade ou sociedade vivendo em um dado lugar. Neste sentido, o desenvolvimento local é um processo socializante, no qual as comunidades envolvidas são protagonistas de seu tempo e de seu espaço e não sujeitos hegemonzados. Trata-se de uma expressão espacial, em verdade, do desenvolvimento desigual.

O turismo como instrumento do desenvolvimento local

Como disse Alain Lipietz (*O capital e seu espaço*, 1988), “não há regiões pobres, mas regiões de pobres”, fazendo uma clara alusão à distribuição espacial da pobreza cujo completo entendimento somente pode ser pautado por uma análise profunda sobre seu contrário, ou seja, sobre a distribuição espacial da riqueza, sobre a Divisão Territorial do Trabalho, sobre os princípios daquilo que Trostky chamara de “desenvolvimento desigual e combinado”.

A pobreza tem, em essência, uma causa estrutural e como fenômeno social não pode ser alijada de contextos históricos e espaciais. A pobreza na região semi-árida do Nordeste brasileiro, por exemplo, não é fruto das condições naturais da região, embora não se possa negar que tais condições agravam os efeitos da pobreza bem como constituem, ao mesmo tempo, dificuldades conjunturais à sua superação.

No caso brasileiro, embora o país tenha, reconhecidamente, manchas de riqueza e de prosperidade econômica e social, a pobreza está em todos os rincões da nação, suscitando o reconhecimento de que a pobreza não é endêmica e que sua compreensão passa, necessariamente, pelo entendimento de dinâmicas sociais edificadas ao longo do tempo e no espaço.

Turismo e desenvolvimento na escala das nações

Com todas as ressalvas metodológicas que possam ser feitas, a comparação entre Índice de Desenvolvimento (IDH), produzido pelo Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), um indicador de qualidade de vida, e ranking do turismo internacional, produzido pela Organização Mundial do Turismo (OMT), relativo à recepção de fluxos internacionais de turistas, nos permite construir algumas reflexões que, ao fim e ao cabo, iluminam o conceito de desenvolvimento local.

QUADRO 1 – VINTE MAIORES RECEPTORES DE TURISTAS EM 2004* X IDH, 2007/2008**

País	IDH (posição no mundo)
1. França	10°
2. Espanha	13°
3. Estados Unidos	12°
4. China	81°
5. Itália	20°
6. Reino Unido	16°
7. México	52°
8. Turquia	84°
9. Alemanha	22°
10. Federação Russa	67°
11. Áustria	15°
12. Canadá	4°
13. Malásia	63°
14. Ucrânia	76°
15. Polônia	37°
16. Hong Kong, China	21°
17. Grécia	24°
18. Hungria	36°
19. Tailândia	78°
20. Portugal	29°

Uma das ressalvas metodológicas a se fazer diz respeito ao fato de que a Organização Mundial do Turismo reconhece que a maior parte dos fluxos de turistas do mundo é “doméstica”, ou seja, diz respeito a fluxos intra-nacionais. Todavia, é sabido que o turismo internacional tem importante impacto sobre as economias nacionais, ao promover, por exemplo, a entrada de divisas nesses países. Além disso, o ranking da OMT utilizado no quadro acima diz respeito ao número de turistas e não à receita gerada pela atividade.

* Conforme a Organização Mundial do Turismo.

** Conforme o Programa das Nações para o Desenvolvimento – PNUD (extraído de hdr.undp.org/en/statistics).

Outra ressalva importante diz respeito ao fato de que ambos os dados (ranking da OMT e IDH) referem-se a um momento da história dessas nações, não havendo qualquer possibilidade de se auferir, pelos mesmos, os processos subjacentes.

Diante do exposto, há que se reconhecer que somente uma análise aprofundada sobre cada caso poderia revelar o real impacto do turismo sobre o IDH de cada nação considerada. Ainda assim, insistimos nessa comparação porque entendemos que a mesma é indicativa de processos importantes em curso. Abaixo, listamos algumas dessas reflexões:

1. O México, sétimo colocado no ranking da OMT (2004) tinha, naquele ano, o 52° IDH do mundo;
2. Apesar de ser a oitava nação que mais recebe turistas no planeta, a Turquia tem o 84° IDH;
3. A Tailândia, colocada entre os vinte destinos mais visitados do mundo, tinha, em 2004, o 78° IDH do planeta.

O Brasil, não listado no Quadro 1, ocupa o 29° lugar no ranking da OMT, mas tem melhor IDH que a China.

A principal hipótese que levantamos a partir desse confronto é a de que, se de um lado o desenvolvimento econômico, social e humano de uma nação parece ser importante fator propulsor do turismo internacional (pela geração de fluxos emissores), a recíproca não é necessariamente verdadeira. De fato, o desenvolvimento econômico, social e humano de uma nação é fruto de um complexo feixe de fatores históricos, econômicos, sociais e políticos, do qual o turismo é apenas uma pequena parte.

Essa hipótese nos ajuda a compreender a aceitação que tem a ideia de desenvolvimento local relacionada ao turismo, que se coloca, mesmo, como um novo paradigma, também no final do século XX.

Turismo e desenvolvimento local: dois exemplos em território brasileiro

Conforme anteriormente colocado, o conceito de desenvolvimento local distingue-se de todas as outras abordagens sobre desenvolvimento que o antecedem, porque demarca uma escala geográfica, a escala local. A escala local remete a uma dada sociedade e ao território em que vive essa sociedade, com o qual a mesma tem uma relação mais próxima.

O processo de globalização, todavia, impacta as relações hierárquicas entre as diferentes escalas geográficas, rompendo com padrões históricos constituídos. A fluidez das ações hegemônicas e sua capacidade cada vez maior de penetrar os mais recônditos rincões do planeta impõe desafios a todo e qualquer projeto de desenvolvimento local, associado ou não à atividade do turismo. Ou seja, em tempos de mundialização dos mercados, desenvolvimento local soa contraditório. Neste caso, cabe dizer que entendemos que o desenvolvimento local resulta da hegemonia de lógicas horizontais (endógenas) que se contrapõem a lógicas verticais (exógenas), embora submetido, naturalmente, às contradições do modo de produção capitalista no seio do qual se desenrola.

Dadas as dificuldades em se superar as contradições a que fazemos alusão no parágrafo anterior (produção social da riqueza e sua apropriação privada; produção social do espaço e sua apropriação também privada, por exemplo), experiências reconhecidamente bem-sucedidas de desenvolvimento do turismo com base local, em território brasileiro, têm se restringido a experiências do chamado “turismo comunitário”, compreendido este como uma forma de turismo em que comunidades locais assumem o comando do desenvolvimento do turismo em seus territórios. Este é o caso, por exemplo, de Silves, Amazonas, e Prainha do Canto Verde, Ceará.

A experiência de Silves, Amazonas

Silves é um município do estado do Amazonas, maior estado da região norte do Brasil, distando cerca de 300 km da capital do estado, Manaus. Sua sede está localizada em uma ilha fluvial, no Rio Urubu. Com uma população de pouco mais de 8.200 pessoas, Silves tem uma área de 3.747 km², no interior da qual se destaca a presença de lagos, ricos em peixes e, até poucos anos atrás, ameaçados por uma exploração descontrolada.

Considerando a importância dos lagos para a comunidade moradora de Silves, setores progressistas da Igreja Católica que atuam no município estimularam a população local a unir-se em torno do interesse comum de proteger um de seus mais importantes recursos: o ecossistema lagunar e a ictio-fauna por ele abrigada. É assim que nasce a ASPAC (Associação de Silves para a Preservação Ambiental e Cultural), em 1993.

A institucionalização da Associação de moradores é o preceito legal necessário para a solicitação de recursos junto a organismos governamentais ou não-governamentais, como acontece um ano depois do surgimento da ASPAC.

Em 1994, a Associação recebe apoio financeiro do governo da Áustria e da Organização Não-Governamental WWF-Brasil, o que permitiu a construção de

um “hotel de selva”. A Pousada Aldeia dos Lagos é gerida pela comunidade local, que teve de aprender, por meio de oficinas de capacitação, aspectos da gestão em hotelaria.

Os recursos gerados pela Pousada, que tem 90% de seus hóspedes estrangeiros, são revertidos para os associados da ASPAC, além de promover projetos de proteção de lagos do município.

A atividade do turismo é utilizada pela população de Silves como alternativa à pesca comercial e predatória. Ao ocupar o pessoal ribeirinho em atividades diretamente relacionadas ao hotel e aos passeios oferecidos aos visitantes, o turismo gera renda no lugar, além de possibilitar a preservação de um de seus mais importantes recursos naturais, que provê o peixe, que está na base da alimentação dessa população. É por isso que Silves pode ser considerado um exemplo concreto de como a atividade do turismo pode ser um instrumento do desenvolvimento local.

A experiência da Prainha do Canto Verde

Prainha do Canto Verde é o nome que se dá a uma comunidade formada por pescadores artesanais (cerca de 1100 pessoas), localizada no município de Beberibe, estado do Ceará, região Nordeste do Brasil.

Embora vivendo por gerações nessas terras, a comunidade de pescadores de Prainha do Canto Verde não dispunha de documentação de posse dessas terras e, por isso, começa a sofrer uma feroz pressão de agentes imobiliários, ávidos pela exploração das qualidades ambientais e paisagísticas do lugar. Essas pressões chegaram ao extremo de ações criminosas como o incêndio provocado na casa de um pescador, enquanto toda a sua família dormia. Todos escaparam com vida.

Esse incidente, dada a sua gravidade, reforça na comunidade local o sentimento de união em torno de uma causa comum: a propriedade legal do solo.

Com o apoio do Centro de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos, da Igreja Católica, no Ceará, a comunidade de Prainha do Canto Verde enfrentou uma longa batalha judicial, estendida pelos últimos vinte anos.

De outro lado, a comunidade enfrentava dificuldades de sobrevivência somente a partir da pesca artesanal. E é neste sentido que acontece uma importante transformação no lugar.

Um executivo da Swissair (até 1992), de nome René Schärer, decide dedicar-se ao empreendedorismo social e, por ter conhecido a Prainha do Canto Verde e as dificuldades dessa comunidade de pescadores, envolve-se com a comunidade e decide instrumentalizá-la para o desenvolvimento de um turismo com base comunitária.

A partir do uso de técnicas de planejamento participativo, a comunidade é estimulada a pensar criticamente o uso de seu território e o desenvolvimento do turismo. Foi a comunidade que decidiu não querer um turismo massivo.

As casas dos pescadores foram adaptadas para receber turistas, sendo construídos apartamentos independentes, com banheiros que, embora simples, são limpos e aconchegantes. Existem hoje em Prainha do Canto Verde aproximadamente 40 leitos. Mais que isso, a comunidade, articulada, tem conseguido impedir a entrada de especuladores, ao construir uma espécie de “pacto social”, pelo qual todas as famílias se comprometem a não vender seus imóveis para sujeitos estranhos ao lugar.

A pesca continua sendo a principal atividade econômica da comunidade e o turismo uma atividade complementar. A renda gerada pelo turismo de base comunitária dinamiza a economia local e fortalece os laços sociais entre os membros da comunidade.

À guisa de conclusão

Embora os exemplos utilizados neste texto digam respeito a pequenas localidades, não consideramos o desenvolvimento local algo passível de ser alcançado apenas nesses casos.

Entretanto, é preciso reconhecer que quanto mais populosa uma localidade, sobretudo quando pensamos em cidades, as complexas teias de relações políticas, econômicas e sociais constituem, não raras vezes, obstáculos mais difíceis de serem transpostos no sentido de socializar os efeitos desejados do turismo.

Por outro lado, se considerarmos o fato de que há uma crescente internacionalização da atividade econômica do turismo, sobretudo no que diz respeito à expansão mundial de redes hoteleiras e, cada vez mais, de empresas que atuam no mercado imobiliário de residências secundárias, faz-se necessário reconhecer que o desenvolvimento local termina por ser uma forma de resistência ou mesmo uma contra-racionalidade à racionalidade hegemônica do capital.

Notas

¹ SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

² Publicado originalmente no livro *Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares*, de Rita de Cássia Ariza da Cruz, Editora Roca, 2007 (adaptado).

³ Disponível em www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/empowerment.htm.

Referências bibliográficas

- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Geografias do turismo, de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 2007.
- LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- LÖWY, Michael. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Disponível em www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2008.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. “Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento”. In: *Revista FAE*, v. 5, n. 2, maio-agosto de 2002, p. 41-48.
- MATTOS, Flávia Ferreira; IRVING, Marta de Azevedo. “Nos rumos do ecoturismo e da inclusão social. O caso da Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI)”. In: *Caderno Virtual de Turismo*, dezembro/2005.
- PINTO, Carla. “Empowerment – uma prática de serviço social”. In: *Política Social*. Lisboa: ISCSP, 1998, p. 247-264.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária

innovar é possível?

MARTA DE AZEVEDO IRVING



Resignificando o tema no contexto atual

O turismo define as suas próprias regras e traz a fantasia e o sonho a uma realidade de valores contraditórios, em uma sociedade globalizada. Mas o fenômeno turístico e o processo de globalização são irreversíveis, e o desafio para um horizonte desejável não mais se traduz na discussão de incompatibilidades e riscos, mas na concepção e desenvolvimento de alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que internalize a variável local e as identidades envolvidas como elemento central de planejamento.

Durante muitos anos, a reflexão sobre turismo de base comunitária, no Brasil, trazia em sua expressão um sentido marginal, periférico e até mesmo romântico, diante das perspectivas de um mercado globalizado e ávido por estatísticas e receitas. Neste período, poucos foram os pesquisadores que se atreveram a mergulhar neste campo de investigação, uma vez que esta marginalidade sutil vinha também impregnada de uma crítica silenciosa de distanciamento da realidade, considerando-se as tendências de políticas públicas, em âmbito nacional e internacional.

Assim, embora muitas tenham sido as iniciativas de se trazer este tema aos refletores, poucas foram as iniciativas capazes de mobilizar pesquisas e políticas públicas com este objetivo, até meados da década de 1990, quando um movimento coletivo de pesquisadores de diferentes inserções institucionais e regiões do país,

reafirmou a intenção de desenvolver esta discussão, no âmbito dos Encontros de Turismo de Base Local (ENTBL). As diversas edições deste encontro, desde então, ilustraram, de maneira evidente, a demanda silenciosa por fóruns desta natureza e o interesse interdisciplinar pelo tema. Da mesma forma, estes encontros viabilizaram a consolidação de redes não formais de pesquisadores engajados nesta reflexão que, a partir de então, passaram a desenvolver pesquisas em colaboração, projetos em parceria com a gestão pública, e a publicar importantes textos de referência em pesquisas sobre o tema. Estes trabalhos, no entanto, tinham alcance limitado no âmbito das pesquisas em turismo, centradas, até aquele momento, em leituras mais dirigidas à perspectiva de mercado. Da mesma forma, este tema praticamente não era referido em políticas públicas e nem considerado em uma perspectiva estratégica vinculada ao desenvolvimento do turismo no país, pelas razões mencionadas. Assim, a produção acadêmica sobre o tema permaneceu nos “bastidores” até recentemente, quando o turismo passou a ser interpretado, no país, como alternativa possível para inclusão social, e a discussão sobre participação social e governança democrática se tornou prioritária no âmbito internacional.

De maneira semelhante, projetos internacionais passaram a considerar, na elaboração e implementação das iniciativas propostas, o critério de existência de capital social* e o compromisso de “stakeholder engagement”** como essenciais ao êxito das ações empreendidas. Simultaneamente, Organizações Não Governamentais, de alcance internacional, passaram a incluir o turismo em suas pautas de discussão*** e, neste contexto, sua associação passou a ser inevitável com as temáticas social e ambiental.

Em um sentido mais amplo, no plano global, novas tendências tem marcado também a “resignificação” do turismo, como, por exemplo, uma mudança sutil no perfil de turistas, conectados progressivamente com os temas da responsabilidade social e ambiental, o que passou a influenciar operadoras e agências internacionais, que, por sua vez, buscaram dar maior visibilidade a destinos turísticos menos convencionais, mas capazes de viabilizar novas experiências e descobertas para um “cidadão global”, em busca de oportunidades de vivências e aprendizagens, para além do “cardápio” de opções disponíveis.

Além disso, a percepção de que o avanço no desenvolvimento turístico nem sempre tem ocorrido a favor das populações locais, e tem sido frequentemente responsável por fenômenos significativos de exclusão social, passou a exigir me-

* Na visão de Putnam (1993), o capital social está associado a valores partilhados, cultura, tradições, saber, redes de interação, em uma perspectiva de horizontalidade de poder.

** Envolvimento das partes interessadas.

*** WWF, 2001a e b.

didadas de ajuste em planejamento. Assim, as discussões realizadas no Brasil e no mundo sobre turismo e sustentabilidade passaram a recomendar para a prática turística: a conservação dos recursos naturais e culturais, o compromisso de desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras e a participação dos atores sociais em todas as etapas do processo de planejamento e implementação de projetos, com a geração de benefícios para a população local e sua autonomia no processo de decisão (IRVING, 2002a).

Com o objetivo de contribuir para o aprimoramento do setor, no âmbito de políticas públicas, alguns trabalhos iniciam também, criticamente, a análise das propostas governamentais para a área de turismo no âmbito de políticas públicas (CRUZ, 2000; SAN SOLO e CRUZ, 2003; SANCHO, 2007). Mas a preocupação com o tema da inclusão social passou a ocupar o discurso político em nível da gestão pública apenas nos últimos anos, notadamente a partir de 2003 (SANCHO, 2007; SANCHO e IRVING, 2008).

Assim, embora a discussão sobre turismo de base comunitária e sua vinculação com o compromisso de inclusão social não seja um tema novo em pesquisa no Brasil, ela emerge, na atual conjuntura política, com maior alcance e visibilidade, considerando o momento do país e os compromissos assumidos no plano global.

Com base neste contexto, o presente trabalho objetiva resgatar algumas questões centrais, já discutidas anteriormente em outros artigos publicados sobre o tema, no sentido de “resignificá-lo”, diante dos desafios a serem enfrentados, no futuro, para a construção de novas formas de se pensar o turismo no país.

Mas em primeiro lugar, é fundamental que se esclareça que esta discussão parte da interpretação do turismo não apenas em sua vertente de mercado, mas, principalmente, como fenômeno social complexo da contemporaneidade.

Assim, pensar o lugar turístico implica “resignificar” códigos e símbolos, a partir da compreensão do lugar como ponto focal da transformação social, como *locus* preferencial das identidades, contradições, sonhos e desejos (IRVING, 2003).

Caracterizar o lugar turístico representa, portanto,

(...) integrar olhares distintos, leituras antagônicas, percepções contraditórias, ideologias incompatíveis (...). Este lugar não é um lugar apenas, mas o palco de conflitos e o cenário de transformações; os vários lugares do mesmo lugar, em resposta aos vários olhares sobre o mesmo lugar (...). O lugar turístico é o palco da pluralidade de identidades e o cenário da trama complexa das relações sociais (IRVING, op. cit, p. 177-178).

Neste caso, pensar transversalmente universos de referência sociais e individuais

(...) significa abdicar do saber totalitário e optar por novas formas de construção da realidade baseadas no saber compartilhado, na experiência coletiva, no poder da participação” (IRVING, 1999, p. 141).

Considerando que o turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, interfere na dinâmica sócio-ambiental de qualquer destino, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo. Neste caso, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de *comum*, de *coletivo*. O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização.

Além disso, nesta forma de se pensar o turismo, “viajante” e “anfitrião” integram em suas tradições, necessidades, desejos e expectativas e suas experiências são resultantes das formas de relacionamento estabelecidas durante o encontro (WADA, 2003). Turismo de base comunitária, segundo esta percepção, implica não apenas a interpretação simplista e estereotipada de um grupo social desfavorecido que recebe “outsiders” curiosos e ávidos pelo exotismo em seu convívio cotidiano, para o aumento de sua renda e melhoria social, mas, antes de tudo, significa encontro e oportunidade de experiência compartilhada. Para Jovchelovitch (1998) é no encontro que saberes sociais se produzem e são renovados laços de diferença e solidariedade, que envolvem o sentido de comunidade e pertencimento.

Neste caso, é fundamental que se avance na discussão sobre o turismo de base comunitária segundo algumas de suas premissas centrais, apresentadas e discutidas, a seguir, a partir da experiência em projetos em desenvolvimento no país, e da perspectiva teórica, construída com base em pesquisas anteriores, no sentido de uma reflexão balizadora sobre o tema, em termos conceituais e metodológicos.

Refletindo sobre as premissas para o turismo de base comunitária

Na releitura proposta para o turismo de base comunitária, algumas premissas emergem como centrais e serão discutidas, a seguir, com o objetivo de, a par-

tir delas, se delinear uma conceituação capaz de ultrapassar a simples noção do “comunitário” como significado de comunidades carentes de baixa renda, para avançar no sentido de se pensar, no futuro, alternativas para a avaliação das iniciativas em curso.

Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local

Evidentemente que o turismo de base comunitária resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica. Assim, não é possível imaginar uma iniciativa de turismo de base comunitária resultante de uma decisão externa, de uma intervenção exógena à realidade e aos modos de vida locais. Neste caso, embora frequentemente atores externos funcionem como “indutores” do turismo de base comunitária, se a iniciativa não tiver motivação endógena e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social, condição essencial para este tipo de turismo. O protagonismo social resulta do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre os processos de decisão, e só pode ser expresso plenamente quando o ator social se reconhece como agente do processo de construção da realidade e da dinâmica de desenvolvimento.

Neste caso, o turismo de base comunitária se inscreve na perspectiva de desenvolvimento local, conforme discutido por diversos autores anteriormente (BRANDON, 1995; PEREZ e CARRILLO, 2000; CARESTIATO, 2000; PETERSEN e ROMANO, 1999; IRVING, 2003; entre outros). Iniciativas de turismo de base comunitária, para serem sustentáveis, econômica e socialmente, não podem prescindir de uma visão estratégica, que considere não apenas o “destino” turístico como a potencialidade econômica para uma determinada região, mas também as diferentes alternativas e variáveis associadas a um modo de desenvolvimento centrado nos recursos e demandas endógenos (IRVING *et alii*, 2005). Mas é importante também que se interprete o local como socialmente construído, “o espaço onde se conformam comunidades e constroem-se identidades territoriais” (COELHO e FONTES, 1998).

Para Perez e Carrillo (2000), desenvolvimento local corresponde a um novo enfoque do desenvolvimento, baseado em recursos endógenos (humanos, naturais, de infraestrutura):

(...) aquele processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que mediante o aproveitamento dos recursos endógenos que existem em uma determinada zona ou espaço físico é capaz de estimular e fomentar o seu cres-

cimento econômico, criar emprego, renda e riqueza e, sobretudo, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da comunidade local (PEREZ e CARRILLO, op. cit., p. 48).

Mas para além do conteúdo econômico e social desta interpretação, desenvolvimento local implica também a valorização da cultura, dos modos de vida, das tradições e das cosmologias locais (AZEVEDO, 2002), uma vez que é no “espaço simbólico” do lugar turístico que identidades se encontram e são intercambiadas. É importante enfatizar que, no sentido de Escorel (1997), inclusão social se relaciona com diferentes dimensões da existência humana em sociedade: do trabalho, social, política, cultural e humana. Assim, turismo de base comunitária se vincula, em última análise, a uma proposta de desenvolvimento local, capaz de contribuir para a consolidação ética destas dimensões e da própria expressão da dimensão simbólica da vida em sociedade.

Neste sentido, Zaoual (2008) formula a “Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento”, que postula que uma mudança econômica consistente e durável pressupõe o senso comum partilhado pelos atores da situação. E este senso comum indica como o sistema de valores e as representações influenciam as práticas econômicas e também as práticas sociais. A partir da matriz de ordem simbólica de um lugar, comportamentos individuais e coletivos se manifestam em um sistema de ação localizada e, em seguida, em comportamentos e atividades econômicas.

Esta base conceitual privilegia a contraposição a modelos homogêneos e burocratizantes e coloca em evidência o olhar do lugar, do “sítio simbólico de pertencimento” permitindo “a construção de poder endógeno para que um determinado grupo social possa autogerir-se desenvolvendo o seu potencial socioeconômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando as suas limitações, na busca contínua de qualidade de vida de seus indivíduos” (CARESTIATO, 2000, p. 27).

Neste caso, “poder endógeno” depende do “saber endógeno”, do conhecimento sobre a própria realidade e, se a iniciativa de desenvolvimento turístico não for resultante da inspiração e da motivação real dos grupos humanos que interagem diretamente e cotidianamente no lugar turístico, qualquer projeto com este objetivo tenderá a ser apenas formal e de duração limitada.

É importante mencionar ainda que, segundo Petersen e Romano (1999), projetos bem-sucedidos de desenvolvimento estão, em geral, associados a duas características interdependentes:

1. Enfoque local no processo de desenvolvimento;
2. Participação da sociedade local na elaboração e implementação de projetos e demais iniciativas.

Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos

Além da inspiração endógena para projetos desta natureza, a perspectiva da participação das populações locais no processo de planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos, representa um elemento essencial para a sustentabilidade das iniciativas propostas e para a garantia ética de conservação do patrimônio natural e cultural. Isso porque

As vantagens comparativas da participação nos estágios iniciais de concepção de um projeto de desenvolvimento são inúmeras, a começar pelo saber compartilhado da problemática local e a identificação de necessidades essenciais a serem incorporadas na visão de projeto. Da mesma maneira, o processo participativo nesse estágio é capaz de nortear o *timing* do projeto e sua adequação ao tempo de resposta do beneficiário. Nesse sentido, se abre a possibilidade de um engajamento efetivo dos diversos atores envolvidos e o desenvolvimento de uma postura pró-ativa na resolução de problemas sob a ótica da co-responsabilidade. Da mesma forma, o processo permite a avaliação realista de custo-benefício das intervenções propostas e, principalmente, a “apropriação” do projeto pelo próprio beneficiário, ponto fundamental para a sustentabilidade desejada (IRVING, 1998: 140).

A importância do tema da participação social como um real diferencial em turismo de base comunitária, em termos de possibilidade de empoderamento, governança democrática e inclusão social, pode ser ilustrada empiricamente pelos resultados de algumas pesquisas desenvolvidas em Santa Maria Madalena e no Distrito de Sana, no Estado do Rio de Janeiro (IRVING, 2001; IRVING *et alii*, 2002; IRVING *et alii*, 2003; NEVES-FILHO, 1999 e 2000; RODRIGUES, 1999 e 2000), na Prainha do Canto Verde no Estado do Ceará (MENDONÇA e IRVING, 2004) e no Delta do Parnaíba, no Estado do Piauí (MATTOS e IRVING, 2005). Estas pesquisas, embora qualitativas, mostraram que, direta ou indiretamente, quanto maior o envolvimento local e mais desenvolvidas as estratégias de participação social em planejamento e implementação de projetos, mais evidentes tendem a ser os níveis de protagonismo social e a sustentabilidade das iniciativas em curso.

Mas é também fundamental que se compreenda que os processos participativos são lentos, envolvem custos adicionais nem sempre considerados nos orçamentos em planejamento turístico, e exigem um elevado investimento em formação de recursos humanos e construção de arcabouços metodológicos capazes de lidar com as especificidades locais e gerar respostas. Sendo assim, não se pode

imaginar iniciativas de curto prazo com o objetivo de mobilização dos atores locais para o turismo de base comunitária, principalmente pelas questões culturais envolvidas, tanto no plano institucional da gestão pública quanto sob a ótica da dinâmica social do lugar turístico.

Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados

Roullet-Caire e Caire (2003) mencionam que o turismo, seja qual for sua forma, modifica profundamente o futuro de uma população, mais do que todas as outras atividades econômicas. Segundo os autores, o desenvolvimento do turismo internacional (já que ele opera entre o Norte e o Sul) é, sem dúvida, um fator majoritário de mudanças na sociedade.

No caso de turismo de base comunitária, uma premissa essencial é que este se desenvolva em escala limitada, definida a partir dos recursos locais, potencialidades e restrições identificadas com a participação direta das populações envolvidas. Seria um equívoco imaginar este tipo de turismo como uma alternativa em substituição ao turismo de massa em termos de geração de receita, pois este não é o objetivo de iniciativas desta natureza. Muito pelo contrário, esta proposta se vincula a um “nicho” específico e a uma nova filosofia de se fazer e pensar o turismo.

Por outro lado, o turismo de base comunitária se constitui em uma alternativa real aos padrões “pasteurizados” de mercado, principalmente no contexto atual, quando são evidentes as tendências de expansão de uma nova forma de se fazer turismo, associada a compromissos de responsabilidade social e ambiental.

Tendo com inspiração estas novas tendências, a temática da sustentabilidade social e ambiental passa a ocupar o primeiro plano em planejamento. Neste caso, não apenas se busca assegurar a participação das populações locais em todas as etapas do processo, mas também a “qualidade” ambiental e social do destino.

Evidentemente que isto requer a capacitação da população de um destino turístico, mas também indica a necessidade de parcerias com a gestão pública, segundo uma perspectiva estratégica. Sem qualidade social e ambiental, uma iniciativa comunitária tende a se fragilizar com o tempo e, se esta estiver associada a um projeto turístico, muito provavelmente terá a sua atratividade reduzida, progressivamente.

Geração de benefícios diretos à população local

O tema da geração de benefícios diretos à população local representa efetivamente um dos pré-requisitos para o turismo de base comunitária, uma vez que são frequentes as publicações que demonstram o processo de exclusão social resul-

tantes de projetos turísticos (BRANDON, 1996; IRVING, 2002b). No entanto, as discussões sobre o tema são frequentemente teóricas e tendem a recair, na maioria dos casos, na “armadilha” do turismo como garantia de geração de emprego e renda. Mais do que o discurso, iniciativas de base comunitária têm que assegurar dispositivos e mecanismos para que os recursos advindos do turismo sejam reaplicados em projetos de melhoria de qualidade de vida, a partir das demandas locais e de alcance coletivo. Da mesma forma, medidas devem ser colocadas em prática, no sentido de se evitar a concentração de benefícios para apenas uma parcela dos grupos envolvidos, como ocorre frequentemente em projetos comunitários.

Nesta reflexão, um ponto fundamental a ser considerado em planejamento é como avaliar a geração de benefícios em um projeto turístico de base comunitária. Para avançar nesta reflexão, é importante que sejam concebidos indicadores de avaliação que possam ser utilizados localmente, não apenas para avaliar as iniciativas em curso, mas também para assegurar a transparência do processo e os ajustes necessários de percurso.

Afirmção cultural e interculturalidade

A valorização da cultura local constitui parâmetro essencial em turismo de base comunitária, não no sentido de sua importância na configuração de um “produto” de mercado, mas com o objetivo de afirmação de identidades e pertencimento.

Isso só acontecerá em iniciativas de motivação endógena que internalizem cultura como patrimônio e história e, portanto, garantia de coesão social, conforme discutido por Azevedo (2002).

Por outro lado, o lugar turístico entendido como *locus* do encontro proporciona, ao mesmo tempo, o sentido de afirmação das identidades do destino e o compartilhamento das múltiplas identidades que se expressam e são intercambiadas nesta busca simultânea de “quem está” e “quem vem”, e que permite a relação local-global e a prática da interculturalidade (VERBUNT, 2001).

O “encontro” como condição essencial

Assim, a condição para o turismo de base comunitária é o “encontro” entre identidades, no sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua. Neste caso, seu planejamento deve considerar “o compromisso ético, de respeito e engajamento de ‘quem está’ e de ‘quem vem’ e o intercâmbio real entre os sujeitos ‘que recebem’ e os que ‘são recebidos’ e, destes, com o ambiente no qual interagem. Sem essa interação, a troca de valores não se efetiva e o ‘espaço da interação’ ganha contornos apenas circunstanciais” (IRVING, 2008).

Segundo esta interpretação, para que o encontro aconteça, atores locais e turistas são, simultaneamente, agentes, sujeitos e objetos no processo. Neste sentido, uma reflexão a ser trazida para o primeiro plano desta discussão se refere à interpretação do turismo no sentido da *dádiva*, conforme discutido anteriormente por PIMENTEL *et alii*, (2007) e reinterpretado a seguir, na perspectiva das condições essenciais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, que implica essencialmente a troca subjetiva entre “quem chega” e “quem está” no lugar turístico (IRVING, 2008).

Para Mauss (2003), o objetivo da dádiva “é produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas”. Para o autor, as trocas são simultaneamente voluntárias e obrigatórias, interessadas e desinteressadas, úteis e simbólicas. A tese central do *Ensaio* de Mauss (2003) é que a vida social se constitui por um constante dar-e-receber. Neste sentido, a dádiva, como relação, não é unilateral mas implica interação.

Neste caso, pensar a dádiva em turismo de base comunitária requer também uma nova percepção do significado de *hospitalidade*, uma vez que este ultrapassa a noção clássica vinculada apenas ao ato de receber para se expressar como troca, interação, descoberta e retroalimentação. O “encontro” representa assim dar, receber, retribuir, segundo uma dinâmica em que a qualidade da vivência do visitante está relacionada à qualidade de vida do anfitrião, conforme tem sido re-discutido e resignificado o sentido de hospitalidade (DENKER, 2003 e 2004), em um processo permanente de retroalimentação e construção de laços sociais.

Assim, no plano abstrato, a partir do encontro, do dar, receber e retribuir, laços sociais são estabelecidos e, no sentido da concepção de turismo de base comunitária que se deseja construir, “quem chega” está permeável e aberto a uma experiência integral no “lugar” e na relação com “quem recebe”. “Quem recebe” protagoniza o ato de acolher na busca da troca que potencializa o seu sentimento de pertencimento e a aprendizagem da diferença, na afirmação das identidades envolvidas.

Neste caso, a experiência integral do turista em sua relação com a realidade local passa a se constituir também premissa essencial em planejamento. Esta condição leva a outra reflexão: qual o perfil do turista desejado para iniciativas de turismo de base comunitária? Certamente este turista não se ilustra pelo perfil convencional do turismo de massa, uma vez que no encontro ele é também protagonista, o que implica como condição para que o processo aconteça, a sua permeabilidade à diferença, sua postura ativa em busca de conhecimento da realidade local e o seu compromisso com o que pode gerar de novo e ético nesta relação. Neste sentido, Elouard (1998) lança uma interessante questão sobre esse tema quando discute a “arte de viajar”, que distinguiria o turista cultivado solitário ou em pequenos grupos, o aventureiro ávido de “bons planos”, do “bando” que se beneficia de uma “superpromoção”.

Segundo o autor, os “bandos” tendem a viajar muito mais para confortar e reafirmar a opinião que têm de seu próprio mundo do que para apreciar outro. Eles “permanecem”, portanto, no seu lugar de origem, cultivam seus valores e querem reproduzir os mesmos hábitos, apesar do deslocamento que empreendem. Neste caso, o encontro não é possível e as populações de destino tendem a ser interpretadas segundo uma visão estereotipada do “exótico”.

Mas nesta dinâmica complexa, outras relações acontecem, interferindo na qualidade da experiência, no que se poderia denominar “sinergia” no lugar turístico, o que reafirma a leitura do turismo como fenômeno social. Segundo Roullet-Caire e Caire (2003) o turismo implica o contato direto entre turistas e profissionais e trabalhadores engajados nos diversos segmentos vinculados ao setor; turistas e populações locais (atores geralmente passivos); e turistas e o território de produção. Assim, o encontro (ou o não encontro) resulta do resultado desta sinergia, ainda que as intenções sejam as melhores. E frequentemente, neste balanço podem ocorrer conflitos, divergências, pactos e jogos, de difícil apreensão pelas estatísticas oficiais, mas fundamentais para se buscar a construção de novas alternativas sustentáveis de turismo, a médio e longo prazos.

Mas segundo os autores, o ponto comum da maior parte dos projetos de turismo solidário (e neste caso pode ser incluído o turismo de base comunitária) é a vontade de gerenciar o próprio rumo, ou um “alterturismo”, no qual gerenciar o próprio destino signifique três desafios centrais: a) refletir sobre e definir o destino desejável; b) escolher os meios de realização, tendo-se em conta a realidade do mundo; e c) avaliar se os resultados estão de acordo com as expectativas.

Assim, para práticas sustentáveis de turismo, Ceron e Dubois (2002) mencionam que um dos desafios para o futuro é exatamente se conhecer o turista, para que se possa buscar um perfil mais cultivado para iniciativas desta natureza, e que este possa operar como “agente de transformação”. Esta talvez represente a mudança essencial em planejamento turístico. Na verdade, um dos equívocos frequentes em planejamento turístico tem sido transformar o lugar turístico para que ele atenda “satisfatoriamente” às expectativas de uma demanda padrão, no sentido de aumento de receita e incremento das estatísticas turísticas. No caso do turismo de base comunitária, uma das questões chave em planejamento é qual o perfil desejado de turista.

Para Irving (2008) a interpretação dos desejos e motivações desse “sujeito oculto” implica a compreensão de suas subjetividades, de sua maneira de entender e se relacionar com o mundo, e suas aspirações como cidadão. Sem este conhecimento, o planejamento tende a perder em realismo e qualidade.

Não se pode também esquecer que, do lado privilegiado da equação, estão as populações do destino turístico, principais protagonistas do processo, atores e autores do roteiro a ser construído, mas estas se encontram frequentemente mar-

ginalizadas em sua própria estória, embora ávidas por melhorias de qualidade de vida. Para elas, a possibilidade do real do encontro tende a parecer uma abstração em um primeiro momento. Mas é nesta potencialidade do real encontro que se materializa a relação local-global e que se estabelece uma nova dinâmica de resgate de identidades e inovação. Assim, o **encontro** é também processo, descoberta, crítica e reinvenção de uma nova realidade.

Portanto, inovar é possível e o turismo de base comunitária talvez represente um excelente “laboratório” de construção de novas realidades e transformação social, no caso brasileiro, se for interpretado como alternativa ética, duradoura e humanizante.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, J. *Cultura, patrimônio e turismo*. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Orgs.). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002, p. 123-147.
- BRANDON, K. “Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza”. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. (Orgs.). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 1995.
- BRANDON, K. *Ecotourism and conservation: a review of key issues*. Washington D. C.: The World Bank, 1996.
- CARESTIATO, A. P. C. *Educação ambiental como estratégia de desenvolvimento local: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa EICOS/UFRJ, 2000.
- CÉRON, J. P.; DUBOIS, G. “Les enjeux oubliés du tourisme durable”. In: *Espaces*, n. 192, 2002, p. 16-20.
- COELHO, F. D.; FONTES, A. R. *As redes de desenvolvimento econômico local*. Cadernos Técnicos 2. Recife: Banco do Nordeste/PNUD, 1998.
- CRUZ, R. C. A. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000.
- DENKER, A. F. M. “A Abordagem Científica da Hospitalidade”. In: DENKER, A. F. M.; BUENO, MARILYS, S. (Orgs.). *Hospitalidade, Cenários e Oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003, p. 93-110.
- DENKER, A. F. M. “Considerações Finais: hospitalidade e mercado”. In: DENCKER, A. F. M. (Org.). *Planejamento e Gestão em Turismo e Hospitalidade*. São Paulo: Thompson, 2004.
- ELOUARD, D. “Culture en poche”. In: MICHEL, F. (Org.). *Tourismes, touristes, sociétés*. Paris: L’Harmattan, 1998.
- SCOREL, S. *Clarificando os conceitos: desigualdade, pobreza, marginalidade, exclusão. O que significa exclusão social?* 1997 (mimeo).
- IRVING, M. A. “Turismo e ética: premissa de um novo paradigma”. In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.). *Turismo com ética*, v. 1, p. 33-42. Fortaleza: UECE, 1998.

- _____. “Participação e envolvimento comunitário: garantia ética de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento”. In: *Espaço e Geografia*, ano 2, n. 1, v. 2, p. 135-141, 1999.
- _____. *Construindo um Modelo de Planejamento Turístico de Base Comunitária: Um Estudo de Caso*. Série Documenta, v. 7, n. 10, 2001, p. 59-82.
- _____. “Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento”. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Orgs.). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002a, p. 35-45.
- _____. “Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas”. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Orgs.). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002b, p. 47-68.
- _____. Turismo como instrumento para desenvolvimento local: entre a potencialidade e a utopia. In: D’ÁVILA, M. I.; PEDRO, R. (Orgs.). *Tecendo o Desenvolvimento: Saberes, Ética e Ecologia Social*. Rio de Janeiro, 2003, p. 167-184.
- _____. IRVING, M. A. “Ecoturismo em áreas protegidas: da natureza ao fenômeno social”. In: NEIMAN, Z.; CASTILHO, N.; CASTILHO, V. (Orgs.) *Nas trilhas do ecoturismo*. São Carlos: Editora Rima, 2008, p. 1-15.
- IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; PIVOTO, A. S.; MELO, G. M. “Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico”. In: *Caderno Virtual de Turismo*, n. 18, dezembro de 2005, p. 1-8.
- IRVING, M. A.; MONTECHIARI, A.; MATTOS, F.; MELO, G.; SIQUEIRA, L.; FARO, L.; SOARES, R.; NASCIMENTO, R. “Projeto Sana Sustentável: uma iniciativa de base comunitária”. In: D’ÁVILA, M. I.; PEDRO, R. (Orgs.). *Tecendo o Desenvolvimento: Saberes, Ética e Ecologia Social*. Rio de Janeiro, 2003, p. 201-212.
- IRVING, M. A.; RODRIGUES, C. G. O.; NEVES FILHO, N.C. “Construindo um modelo de planejamento turístico de base comunitária: Um estudo de caso”. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Orgs.) *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002, p. 93-112.
- JOVCHELOVITCH, S. “Re(des)cobrir o Outro: para um entendimento da alteridade na Teoria das representações sociais”. In: ARRUDA, A. (Org.). *Representando a Alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MATTOS, F. F.; IRVING, M.A. “Nos rumos do ecoturismo e da inclusão social: o caso da Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI)”. In: *Caderno Virtual de Turismo*. Instituto Virtual de Turismo, vol. 3, n. 14, 2005, p. 23-36.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MENDONÇA, T.; IRVING, M. A. “Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil: Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE)”. In: *Caderno Virtual de Turismo*. Instituto Virtual de Turismo, vol. 4, n. 14, 2005, p. 12-22.

- NEVES FILHO, N.C. *Relatório das oficinas de sensibilização ambiental – Programa Estratégico de Turismo Sustentável de Base Comunitária*, Rio de Janeiro, 1999.
- _____. *Relatório das oficinas vivenciais – Programa Estratégico de Turismo Sustentável de Base Comunitária*, Rio de Janeiro, 2000.
- PEREZ, B.; CARRILLO, E. *Desarrollo local: Manual de uso*. Madrid: Esic, 2000.
- PETERSEN, P.; ROMANO, J. O. *Abordagens participativas para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid, 1999.
- PIMENTEL, A. B.; BARBOSA, R.; IRVING, M. A.; SANSOLO, D. G. “Dádiva e Hospitalidade”. In: *Caderno Virtual de Turismo*. Instituto Virtual de Turismo, vol. 7, n. 3, 2007, p. 26-34.
- PUTNAM, R. D. *Making democracy work: Civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- RODRIGUES, C. G. O; IRVING, M. A. *Relatório do Inventário de Expectativas e Percepção Turística e Ambiental do Município de Santa Maria Madalena*. Rio de Janeiro, 1999.
- _____. *Relatório do Inventário dos Atrativos Naturais e Culturais do Município de Santa Maria Madalena*. Rio de Janeiro, 2000.
- ROULLET-CAIRE, M.; CAIRE, G. *Tourisme du Nord et développement durable du sud: la contribution de “l’alter-tourisme”*. Fórum International “Tourisme solidaire et développement durable”, Marseille, 2003.
- SANCHO, A. *Turismo: Alternativa Efetiva de Inclusão Social? Uma reflexão sobre as Políticas Públicas de Turismo no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa EICOS/IP/UFRJ, 2007.
- SANCHO, A.; IRVING, M. A. *Interpretando o tema da inclusão social no âmbito do Plano Nacional de Turismo*. 2003/2007 (no prelo).
- SANSOLO, D. G.; C, R. C. A. “Plano Nacional de Turismo: uma análise crítica”. In: *Caderno Virtual de Turismo*. Instituto Virtual de Turismo, vol. 3, n. 4, 2003, p. 1-6.
- VESRBUNT, G. *La société interculturelle*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.
- WADA, E. “Reflexões de uma Aprendiz de Hospitalidade”. In: DENCKER, A. F. M.; BUENO, M. S. (Org.). *Hospitalidade, Cenários e Oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003, p. 61-71.
- WWF-INTERNATIONAL. *Directrices para el desarrollo del turismo comunitario*. 2001a. Disponível em <http://www.panda.org/resources/publications/sustainability/indigenous/Guidelinesp.pdf> (acesso em 15/12/2002).
- WWF. *Guidelines for community-based ecotourism development*. Gland, Switzerland, 2001.
- ZAOUAL, H. “Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?” In: *Caderno Virtual de Turismo*. Instituto Virtual de Turismo, vol. 8, n. 2, 2008, p. 1-14.

Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil

DAVIS GRUBER SANSOLO



Apresentação

O século XX foi marcado por mudanças profundas no planeta, seja em termos sociais, (GRAHAM; BOYLE, 2002) econômicos (JOHNSON *et alii*, 2002), culturais (ROUTLEGE, 2002) e ambientais (MEYER; TUNER, 2002). O desenvolvimento do turismo como uma prática social de uso do tempo livre tornou-se uma das mais importantes atividades econômicas contemporâneas; por outro lado, a crise ambiental planetária também passou a ser um tema amplamente debatido, gerando diversos tipos de ações por parte dos governos e da sociedade civil, na busca pela melhoria das condições ambientais no planeta. Uma das opções foi a criação de áreas especialmente protegidas, as chamadas unidades de conservação.

A popularização do debate ambientalista criou uma massa crítica ao modelo de desenvolvimento e, por outro lado, gerou novas oportunidades ao capitalismo contemporâneo. Há uma demanda crescente por áreas naturais para o lazer e entretenimento (JELLICOE, 1995) em função do processo de urbanização no mundo ocidental. Consequentemente o turismo, como atividade econômica, encontrou nos territórios protegidos, em especial os parques nacionais, uma oportunidade de crescimento, seja pela pressão da demanda, ou pelo entendimento por parte do movimento ambientalista de que o turismo pode ser uma atividade

alternativa, diferenciada, de baixo impacto ambiental, e assim sendo, uma possível alternativa de geração de renda associada à proteção da natureza (WWF).

No Brasil a proteção da natureza tem sido protagonizada pelo estado, embora no último quartel do século XX a sociedade civil organizada tenha conquistado um importante espaço político, influenciando o direcionamento das políticas públicas de proteção à natureza (IRVING *et alli*, 2006). Quanto ao desenvolvimento do turismo no Brasil, até a década de 1990 foi conduzido pela iniciativa privada, sem que essa atividade tenha tido sua importância reconhecida pelo poder público. Com o crescimento da atividade turística no mundo, o poder público, sobretudo no nível federal, passou a liderar o desenvolvimento do turismo por meio de políticas públicas centradas na urbanização de espaços, tidos como potenciais ao desenvolvimento turístico.

Nesse trabalho se contextualizarão algumas modificações nas posturas da condução do processo de planejamento e gestão de áreas protegidas associadas de alguma forma com o turismo, e se buscará a exposição de contradições do processo. Como base para argumentação, cruzou-se informações de natureza diferenciada. Para expor a evolução dos paradigmas nas políticas de proteção à natureza no Brasil, o trabalho tem como base autores que pesquisaram o assunto. A evolução dos paradigmas da gestão do turismo foi baseada em autores que estudaram o assunto e na análise do conteúdo presente nos documentos públicos representativos das políticas atuais de turismo.

Como exemplos dos paradigmas adotados serão apresentados dois exemplos que foram trabalhados empiricamente: um no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, no litoral norte de São Paulo, e outro em Silves no Estado do Amazonas, onde os paradigmas de gestão centralizada e gestão participativa da proteção da natureza e do desenvolvimento do turismo podem ser observados e analisados.

No caso de Picinguaba as análises foram baseadas em entrevistas semi-estruturadas em períodos distintos, uma parte em 2002 e as posteriores entre 2005 e 2006. Em Silves foram aplicadas quinze entrevistas estruturadas, sendo doze junto a lideranças comunitárias e duas com coordenadores de projetos e uma para o coordenador geral da ASPAC. Portanto, o trabalho tem um caráter qualitativo, buscando apontar tendências e não conclusões generalizantes.

Introdução

A crise do pensamento moderno é apontada por Harvey (1989) como a força motriz de diversas outras crises da sociedade capitalista avançada. No campo da

ciência, Santos (1988) traça uma série de considerações a respeito do processo de transição entre a ciência moderna e a pós-modernidade, destacando-se o fato de que hoje vivemos em tempos sobrepostos, assim como em outros períodos de mudanças, tal qual o século XVI, “(...) um tempo de transição, síncrono com muita coisa que está além ou aquém dele, mas descompassado em relação a tudo o que o habita”.

As mudanças ocorridas no Brasil durante o século XX foram apresentadas por Portella (2001), com destaque para cultura, tecnologia e as modificações do estado brasileiro. Dentre as modificações ocorridas na esfera pública, pode se perceber as mudanças nos paradigmas da gestão público-estatal. O estado centralizador e burocrático, cujas ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social estiveram vigentes entre 1930 e 1979 (SOUZA; ARAÚJO, 2003). A partir da década de 1980, passou a emergir um novo paradigma: o do interesse público, de onde surge a vertente participativa na organização do estado com um amplo controle social (Id. *ibid*).

Em nome do interesse público, a descentralização do estado vem sendo defendida sob diferentes perspectivas ideológicas; a primeira sob o viés do neoliberal como meio de diminuir os gastos públicos e transferir para a iniciativa privada competências que sejam tidas como oportunidades de negócio. A segunda coloca a descentralização como parte do paradigma de gestão participativa (JUNQUEIRA *et alii*).

Um dos meios de efetivação das políticas públicas tem sido o planejamento governamental; no Brasil, depois de quase um século de experiências centralizadoras, o país se absteve dessa ferramenta (COSTA, 1971; IANNI, 1996). Ao longo da década de 1980, sendo retomada a partir da Constituição de 1988, onde foi explicitada a necessidade do desenvolvimento de planos plurianuais regionalizados.

No planejamento governamental se encontra exemplos da transição de paradigmas: de uma perspectiva que busca conhecer a realidade para posterior intervenção, para uma visão estratégica sobre a realidade. Trata-se de uma mudança de enfoques: do totalizante para o regional, o local, o específico; de uma perspectiva de racionalidade para intervenção, para uma perspectiva baseada em consensos (ROBLEDO, 1997).

Entretanto, há quem indique que a ruptura de paradigmas não é tão nítida e que o projeto de modernidade em si possui valores que não deveriam ser absolutamente rejeitados.

Para Habermas (*apud* ROBLEDO, 1997),

En lugar de abandonar el proyecto de la modernidad como una causa perdida, uno debería aprender de los errores de aquellos programas extravagantes que

intentaron negar a la modernidad. En una palabra la modernidad es un proyecto incompleto.

A Constituição Brasileira de 1988 marcou uma mudança de paradigmas na gestão do estado ao conferir aos municípios amplos poderes antes concentrados no governo federal. A Agenda 21 Global, produzida durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, contribuiu com o novo paradigma da participação, tornando-se um documento de referência para diversos setores governamentais.

Alguns exemplos de participação nas gestões públicas podem ser encontrados em Schvarsberg (1998) e em Mello (1998), que apresentam a experiência de gestão participativa do território no Distrito Federal. Ou em Neto (1998), que apresenta as dificuldades de se implementar uma metodologia científica de zoneamento socioeconômico e ecológico no Estado do Mato Grosso, quando se discute a participação popular.

Porém, não faltam críticos ao discurso fácil da participação como meio de emancipação popular. Jones e Allmendinger (1997) fazem uma crítica ao planejamento participativo, fazendo referências à ação comunicativa do filósofo alemão Habermas. Indicam que o planejamento participativo almeja chegar a um consenso em nome da justiça social ou do desenvolvimento sustentável, e que essas posições calam as opiniões divergentes, as oposições. Em segundo lugar, fazem observações sobre os aspectos práticos do planejamento participativo. Argumentam que as ideias ou problemas e decisões tomadas em um plano participativo são frequentemente decididas por lideranças nem sempre representativas, atendendo, muitas vezes, a interesses pessoais dessas lideranças. Também argumentam que as estruturas de poder e burocráticas não estariam preparadas para incorporar as decisões de um planejamento participativo com decisões tomadas de “baixo para cima”.

Atualmente, nas políticas de proteção da natureza e nas de desenvolvimento do turismo, está presente o discurso da participação, não obstante ainda conviver com estruturas e tradições centralizadoras do estado.

Proteção da natureza e turismo: do centralismo à participação

O discurso contemporâneo preponderante sobre a proteção da natureza é vinculado à crise ecológica planetária; entretanto, a proteção da natureza tem uma história anterior à crise anunciada. No Brasil a institucionalização política e administrativa da proteção da natureza foi iniciada durante o período Imperial, onde

algumas ações relativas à proteção da natureza tinham como objetivo a reserva de recursos madeireiros. Desde então, o processo tem sido lento e gradual e somente ganhou contornos mais consolidados a partir da segunda metade do século XX (MEDEIROS *et alii*, 2004).

A natureza “pura”, considerada uma externalidade humana, vem sendo defendida, conforme afirma Diegues (2004), sob a perspectiva do mito do paraíso perdido, da natureza intocada desde o início do século XX no Brasil, nos moldes da proteção à natureza norte-americana. O “paraíso perdido”, representado pelas áreas especialmente administradas e protegidas como estratégia de preservação de ambientes naturais, mais próximo da sua pureza sem as interferências humanas, segregando locais “puros”, ora a serviço da ciência, ora da educação, e por vezes adequados ao lazer fora do cotidiano das cidades, tem sido a forma mais convencional de conservação da biodiversidade no Brasil: são as chamadas Unidades de Conservação. O ideário protecionista iniciou-se durante a república por meio do fortalecimento do aparelho do estado, e inicialmente foram criadas uma série de Unidades de Conservação, isto é, territórios especialmente protegidos. Em 1934, surge o 1º. Código Florestal Brasileiro, que já definia o conceito de Parques Nacionais, Florestas Nacionais e Áreas de Preservação em Propriedades Privadas (BRITO, 2003).

Passados mais de 60 anos, após a criação do Parque Nacional de Itatiaia, vários outros Parques Nacionais ou Estaduais foram criados em quase todos os ecossistemas brasileiros. Conforme Diegues (*op. cit.*), a criação dessas Unidades de Conservação vem causando uma série de conflitos, em especial conflitos fundiários. Os parques são criados onde existem pessoas vivendo há muitos anos e que se veem impedidas de desenvolverem suas atividades, sejam elas tradicionais ou outras atividades econômicas. Segundo a legislação brasileira, essas pessoas deveriam ser realocadas e indenizadas (SNUC, 2002). Contudo, o orçamento governamental não prevê verbas suficientes para esse processo, o que faz das pessoas que vivem em parques viverem em um eterno impasse. Há que se destacar o papel geopolítico que os parques vêm exercendo, impedindo o avanço de empreendimentos agrários, industriais ou turísticos sobre ecossistemas importantes e sobre áreas de comunidades tradicionais.

Sublinha-se o fato dos parques nacionais e estaduais serem criados sobre territórios municipais ou estaduais, criando-se assim uma sobreposição de competências sobre o território. Em alguns casos, como no litoral norte de São Paulo, onde o parque estadual da Serra do Mar ocupa cerca de 80% do território do município, o conflito fica estabelecido à medida que os administradores dos parques são gestores técnicos que ocupam cargos de confiança e que administram a maior parte do território dos municípios. Por outro lado, a parte territorial administrada

pelo poder público municipal eleito diretamente pela população é a menor parte dos municípios. Cria-se aí um espaço de conflito de poder e competências sobre os territórios.

Durante a década de 1990, diversas ações da sociedade civil organizada passaram a ser consideradas no âmbito da gestão pública de áreas protegidas no Brasil, entre elas o próprio debate sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, finalmente promulgado em 2000 e posteriormente regulamentado em 2002.

Alguns instrumentos, como planos de gestão e planos de manejo, que possibilitariam a efetivação da conservação e o desenvolvimento de programas de uso público em parques nacionais, ainda estão por serem desenvolvidos (IBAMA, 2006). Isso, somado aos problemas fundiários e territoriais, permite colocar-se em dúvida o objetivo do governo brasileiro de atingir a meta de 10% de proteção do território nacional. Hoje nem mesmo o que está protegido na lei tem as condições necessárias para atingir os objetivos estabelecidos.

Chama a atenção o interesse por parte do governo federal de intensificar a visitação nos parques nacionais*, o que pode ocasionar um efeito inverso aos objetivos dos parques, pela falta de condições adequadas para a recepção de turistas.

No processo evolutivo das políticas públicas para o meio ambiente no Brasil, em especial a proteção da natureza, convivem paradigmas dicotômicos como preservação e conservação, centralismo e participação, como começa a ocorrer nas políticas de turismo.

As políticas públicas para o turismo no Brasil podem ser divididas em três grandes períodos, sendo o primeiro considerado a pré-história das ações públicas relativas ao setor, que se inicia na década de 1930 e se prolonga até a década de 1960. O turismo não possuía qualquer distinção no cenário econômico e político no Brasil. Praticado somente por uma pequena elite, do ponto de vista do poder público somente gerou algumas ações regulatórias, sem que isso se traduzisse em uma ação coordenada (CRUZ, 2000).

O segundo período tem início em 1966 — com a criação da Política Nacional de Turismo e do Conselho Nacional de Turismo — e é finalizado em 1991. O período foi marcado pelo desenvolvimento do turismo interno no Brasil, tendo como principal motor o modelo de segundas residências, isto é, capitaneado pelo setor imobiliário, que encontrou facilidades de incorporação do território cos-

* Segundo representante do IBAMA em apresentação no Núcleo do Conhecimento durante o Salão do Turismo, realizado em junho de 2006 em São Paulo, promovido pelo Ministério do Turismo, em 2005 foram registrados 2,3 milhões de visitantes nos parques nacionais do Brasil e a meta é aumentar para 10.000.000 até 2008, em 23 parques prioritizados.

teiro, em função da abertura de estradas e da valorização cultural de sol e praia como atrativos para o lazer e o turismo. Em termos do desenvolvimento, o poder público não foi o principal protagonista, tendo agido pontualmente e de forma desarticulada por meio de diplomas legais regulatórios e alguns planos pontuais (Id. *Ibid*).

A partir de 1991 inicia-se uma fase em que o turismo passa a fazer parte com maior peso da pauta das políticas públicas, sobretudo no que diz respeito a mudanças territoriais, sobretudo na região costeira do nordeste brasileiro.

Entre as principais ações em nível federal, efetuadas a partir de 1991, destacou-se o Plano Nacional de Turismo (Plantur) de 1992 e seus diversos programas, tendo relevância o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (embrião do Prodetur-NE) e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (BECKER, 1995).

Na década de 1970 no Plano Turis (EMBRATUR, 1975), um plano federal de ordenamento do solo a partir da abertura da rodovia Rio-Santos, o meio ambiente aparece como sinônimo de natureza a ser preservada para o que se designa como turismo de qualidade, denotando a relação entre integridade da natureza e turismo de elite.

Recentemente, as políticas públicas de turismo têm ressaltado a importância da questão ambiental, como se pode observar no Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2002). No entanto, a importância dada refere-se quase que exclusivamente ao aspecto econômico da natureza, isto é, a natureza como recurso, como mercadoria para o turismo. Quando muito, algumas iniciativas estaduais vêm propondo mitigações aos impactos potenciais ou medidas compensatórias a possíveis impactos, como por exemplo a criação de áreas protegidas.

Entre os objetivos, pressupostos e estratégias das políticas públicas mais recentes, é explícita a indicação do setor empresarial como principal protagonista do desenvolvimento, que então proporcionaria um maior equilíbrio social em função do aumento de emprego gerado pelos empreendimentos. Não aparecem nas políticas as classes populares como sujeitos da inclusão social, somente como uma parte passiva, como mão-de-obra a ser qualificada (FARIA; WHITHING, 2001).

A perspectiva ortogonal de planejamento, que é visto de cima para baixo, é o que vem predominando nas políticas de turismo. Entretanto, é possível verificar novos caminhos que possibilitem uma inversão do sentido do planejamento, isto é, da base para as instâncias superiores. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PMNT) foi exemplo de uma tentativa de possibilitar a participação no planejamento do turismo a partir das localidades. Recentemente, o Programa de Regionalização do Turismo também propôs uma metodologia que possibilita a participação no processo de planejamento do desenvolvimento do turismo. Con-

tudo, ainda não se encontram estruturas normativas que amparem e regulem os fluxos no processo de planejamento e tomada de decisão.

Como já se afirmou anteriormente, as políticas ambientais e de turismo vêm caminhando juntas e paralelamente. Contudo, o sentido dado ao meio ambiente pelo setor turístico é, sobretudo, como recurso ou insumo (água para abastecimento, matérias-primas para construção etc.) ou então como mercadoria (clima, praias, relevo, vegetação, hidrografia, paisagem etc.). Desta forma, as ações incluídas nos programas e planos voltados para a prevenção, conservação e recuperação, são previstas e efetivadas segundo esta lógica, isto é, a natureza como externalidade.

Como propor ao turismo um caminho alternativo, uma vez que ele é parte da mesma matriz econômica, social e política de outros setores, isto é, do sistema capitalista de produção?

Ainda são poucos os exemplos em que as lutas populares, nascidas das urgências locais, tenham se associado ao fenômeno turístico. Aqui trazemos dois exemplos que em nosso entender representam esses vínculos: o primeiro trata-se do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, no município de Ubatuba, no Estado de São Paulo. O segundo exemplo é Silves, no Estado do Amazonas.

O primeiro caso tem sido fonte para o pesquisador desde 1997, e o caso de Silves, desde 1999. Assim, parte das informações contidas a seguir são fruto da experiência do autor ao longo desses anos. No entanto, nesse trabalho, o que se destacará são as contradições existentes em ambos os casos a respeito do processo de gestão do meio ambiente e do turismo.

Núcleo Picinguaba-Ubatuba

O Parque Estadual da Serra do Mar estende-se do litoral norte do Estado de São Paulo, a partir da divisa com o Estado do Rio de Janeiro, até os municípios de Peruíbe e Pedro de Toledo, no litoral sul e Vale do Ribeira. É o maior parque estadual paulista, com 315.390 hectares. Em termos geomorfológicos, destacam-se as escarpas do Planalto Atlântico e promontórios da Serra do Mar, porções do planalto atlântico a sotavento, inclusive mares de morros, e segmentos restritos da planície costeira. Possui a maior parte das nascentes que vertem para o oceano Atlântico, sendo responsável pelo abastecimento das populações litorâneas. É a unidade de conservação com maior área de florestas do domínio da mata atlântica em São Paulo, além de possuir vários ecossistemas associados, como restingas, manguezais, costões rochosos, praias e campos de altitude. O parque foi criado pelo decreto estadual n. 10251, de 30 de agosto de 1977.

O Instituto Florestal é o órgão da Secretaria Estadual de Meio Ambiente responsável pela sua administração, e vem implantando núcleos de desenvolvimento em porções territoriais delimitadas, de acordo com as características específicas de cada região.

O Núcleo Picinguaba localiza-se no município de Ubatuba, litoral norte de São Paulo, e protege ambientes compostos por floresta ombrófila densa e ecossistemas associados, como mangue, costões rochosos, restingas e praias. É a única região do Parque Estadual da Serra do Mar que a cota zero está inclusa, protegendo portanto as praias e demais ecossistemas associados.

A partir da década de 1970, várias ações do poder público, em suas diversas esferas, promoveram mudanças importantes na paisagem da região. O marco inicial foi a abertura da rodovia Rio-Santos e o plano Turis. Desde então, diversas ações contribuíram para as mudanças ocorridas (SANSOLO, 2002; 2004).

Até a abertura da rodovia, o litoral norte de São Paulo manteve-se como uma região periférica no Estado (SILVA, 1975). Especificamente em relação à região de Picinguaba, o acesso era restrito, feito por trilhas ou de barco pelo mar. A população que habitava a região vivia da agricultura de subsistência e da pesca. Segundo Piccolo (1997), a técnica de produção agrícola conhecida como coivara, herdada dos indígenas da região, foi responsável pela grande biodiversidade da floresta na região.

A inclusão de Picinguaba ao parque trouxe uma série de restrições para as comunidades tradicionais, que tiveram que deixar a agricultura de coivara, ficando restrita a algumas áreas concedidas pela administração do parque como uma solução paliativa. Em 1997 iniciou-se um processo de planejamento estratégico denominado Plano de Gestão do Parque Estadual da Serra do MAR – PESM. O Plano foi promovido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, com apoio do banco alemão KFW. Esse plano se pretendia participativo, ou seja, proposto pelo Parque, com a participação de cientistas, representantes, moradores e ONG's.

Conforme MARETTI (1998),

o Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA) – apoiado pela cooperação financeira Brasil-Alemanha, através do governo do Estado de São Paulo e do banco KFW – tem duas linhas de ação: a melhoria do licenciamento e do controle ambiental florestal; e a consolidação de unidades de conservação, com renovação dos métodos de planejamento e gestão. Os objetivos dos planos de gestão ambiental e de manejo (PGAs) das unidades de conservação da SMA no PPMA, são, simplificadaamente, elaborar zoneamentos e programas de gestão e registrar as decisões para normatização para melhorar a gestão das UCs. Sua

elaboração, bem como sua implantação, estão abertas à participação das prefeituras e comunidades envolvidas, assim como de instituições, governamentais ou não, universidades, ambientalistas, organizações internacionais, entre outros.

Durante a oficina de planejamento estratégico no núcleo Picinguaba houve um espaço restrito para a participação das comunidades, sobretudo pela linguagem adotada na oficina, difícil até para os de maior instrução formal. A metodologia utilizada e a técnica denominada de ZOP (desenvolvida na Alemanha pela agência GTZ), mostraram-se de pouca valia para uma efetiva participação e promoção de um diálogo horizontal entre os participantes.

Especialmente durante o período de verão, a grande incidência de turistas no parque, em busca de atrativos como as praias, as trilhas no interior da Floresta Atlântica, as cachoeiras e os costões, tem trazido impactos ambientais consideráveis, principalmente relativos aos resíduos sólidos e à contaminação de águas, entre outros. O turismo no interior do Núcleo ainda é espontâneo e até o ano de 2002 ocorria com um baixíssimo nível de organização local, portanto com baixa participação organizada da comunidade local.

Nesse processo destaca-se um dos bairros contidos pelo Parque, o bairro do Camburi. Trata-se de um bairro muito visitado por turistas que utilizam as areias da praia para prática de camping, o que é proibido pela legislação, entre outros motivos por causa da escassez de opções para hospedagem nessa localidade.

Se por um lado esses turistas têm sido a única opção de geração de renda ao longo do ano, por outro lado, a renda arrecadada é pequena em função da desorganização da atividade empresarial. O que antes era visto como uma possível fonte de renda para alguns membros da comunidade, hoje é visto como um problema crescente a cada ano, principalmente por quem não se beneficia dessa atividade diretamente. Os turistas têm trazido problemas como a contaminação dos rios e por consequência da praia, brigas por alcoolismo, tráfico e uso de drogas abertamente em meio aos moradores, e acirramento de antigas disputas familiares, por privilégios relacionados à posição de terras atraentes aos turistas, sobretudo para acampamento*.

Atualmente, o turismo já é uma realidade, e de certa forma promovido pelo fato da área ser um parque, o que permite e incentiva a visitação.

Em 2005 o Parque Estadual da Serra do Mar iniciou uma outra fase de planejamento, tendo iniciado o plano de manejo de seu território. Tal processo tem sido elaborado com participação mais limitada das comunidades locais, sendo

* As informações sobre as condições do turismo e problemas ambientais foram resultantes de vários trabalhos de campo no Núcleo Picinguaba, desde 1996.

concebido por técnicos do Instituto Florestal com apoio de consultorias técnicas externas.

As ações do poder público na região resultaram na ampliação da cobertura florestal sobre as áreas antes cultivadas pelos habitantes locais, mas também promoveu o desenvolvimento do turismo, causa principal dos impactos ambientais que ocorrem na região (SANSOLO, 2002). As novas características da paisagem ocasionaram um processo de mobilização das populações locais. A questão fundiária, que antes não era tida como um problema, passou a ser um dos principais assuntos em todas as reuniões em que as comunidades participaram em conjunto com os órgãos do governo. No caso do bairro do Cambury, as discussões levaram o poder público a reconhecer o direito da população local ao território. Recentemente, o bairro foi reconhecido como território remanescente de quilombolas. Além disso, no plano de manejo que vem sendo produzido, no Núcleo Picinguaba há a possibilidade de permanência dessas comunidades dentro do parque, com base no artigo XI do Decreto nº 4.340 de 2002, que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Outros temas vêm sendo debatidos entre as comunidades e a administração do parque, como o saneamento básico, a luz elétrica e a organização do turismo.

Em todo esse processo, cujas ações têm sido protagonizadas pelo poder público nos últimos 30 anos, destaca-se a influência dos diversos gestores que estiveram à frente do Núcleo Picinguaba, pois devido à ausência de diretrizes para gestão de parques no estado de São Paulo, cada gestor assumiu um estilo seguindo suas características pessoais*. A gestora atual tem tido uma postura de diálogo com as comunidades na tentativa de conduzir a gestão considerando a existência das comunidades e seus problemas. Se por um lado, abriu-se espaço para conquistas das comunidades, por outro lado trata-se de uma situação passageira, pois sendo um cargo de confiança, um próximo gestor poderá ter um estilo de gestão diferente.

O que se sobressai são as contradições presentes na localidade. O parque é considerado pelas comunidades como responsável pelo engessamento de suas vidas, e trouxe outro significado ao lugar: a proteção da natureza acompanhada do desenvolvimento do turismo.

Pode-se deduzir pelo histórico das áreas lindeiras do parque, e mesmo por ações de grilagem em seu interior, que se o mesmo não existisse, as comunidades locais poderiam ter perdido suas terras. Ao longo dos últimos 30 anos as ações que incidiram sobre a região tiveram origem nas três esferas do poder público e de

* Todos os gestores que estiveram à frente do Núcleo Picinguaba foram entrevistados em 2002. Entre 2005 e 2006 a atual gestora foi entrevistada por três vezes, tendo relatado a atual situação da relação entre o parque estadual e a comunidade local.

forma centralizadora; entretanto, essas ações fizeram com que os moradores locais passassem a se organizar como comunidades, criando associações de moradores e agindo coletivamente na luta por seus interesses coletivos.

Silves - Amazonas

O município de Silves caracteriza-se por uma paisagem inserida no domínio da Floresta Equatorial Amazônica, que por sua vez engloba as Várzeas do Rio Amazonas, que na localidade em questão é delimitado pela Bacia do Rio Urubu e Lago Canaçari, e cujas fronteiras políticas envolvem os municípios de Itacoatiara, Silves e Itapiranga. Em uma escala mais detalhada encontram-se as diversas comunidades rurais do Rio Urubu a partir da confluência com o Rio Anebá, Itapani, Sanabani, Lago Canaçari e a Ilha de Saracá (sede do município de Silves) e duas comunidades na várzea do Rio Amazonas.

Considerada fisicamente, a região caracteriza-se por terraços aluvionários, cobertos de florestas de terra firme, solos hidromórficos, cobertos de mata de igapó e diques fluviais que formam lagos e várzeas. As comunidades se relacionam como esse ambiente por meio de uma cultura forjada pelo conhecimento indígena e europeu. Até a década de sessenta a região possuía um padrão de ocupação baseado no binômio floresta/rios, mas foi modificada com a introdução da rodovia que liga Manaus a Itacoatiara, cujo padrão interferiu na organização espacial definida hoje pela relação rio/várzea/floresta/rodovia (GONÇALVES, 2001).

A luta pela conservação dos lagos e rios no município de Silves remonta a um tempo onde a questão fundiária era o assunto prioritário.

O final da década de 60 foi marcado na região pelo processo de organização das comunidades rurais, liderado pela Igreja Católica e com apoio da Organização Não Governamental FASE, que organizou e executou uma série de oficinas de formação de lideranças comunitárias.

Ao final da década de 70, dezenas de barcos pesqueiros de grande porte chegavam à região, sem nenhuma restrição ou controle, tendo causado um grande problema ambiental com a diminuição brusca do estoque pesqueiro, atingindo a população ribeirinha, sobretudo em sua dieta alimentar. A resposta se deu por influência da Igreja Católica, inspirada pela teologia da libertação. Ao final da década de 1980 formou-se a Associação de Silves para Proteção Ambiental e Cultura (ASPAC), que segundo os membros fundadores foi herdeira dos ideais comunitários da pastoral da terra, inclusive sendo fundada por alguns membros da igreja que militavam na formação de lideranças comunitárias.

A ASPAC, em conjunto com as comunidades rurais, redigiu e conquistou a promulgação de uma lei municipal que proibiu a pesca comercial e estabeleceu

um zoneamento de lagos e rios. Criaram a figura dos lagos de preservação, cuja pesca é permanentemente proibida, com o intuito de proteger algumas áreas de reprodução da ictiofauna; lagos de conservação, onde parte do ano é permitida a pesca e parte do ano é proibida; e os lagos e rios livres para a pesca o ano inteiro. Ressalta-se o ineditismo desse tipo de proteção territorial, bem como a metodologia e os critérios de zoneamento que foram definidos segundo o conhecimento tradicional local.

Para apoiar a proteção dos lagos, a ASPAC conseguiu o apoio do WWF (World Wild Found) e do Governo Austríaco, para a construção da Pousada Aldeia dos Lagos e o desenvolvimento de um programa de ecoturismo. Em 1998 desenvolveram um programa de educação ambiental denominado “Caravana Mergulhão”, com o objetivo de difundir para as comunidades ribeirinhas os problemas e soluções relativos à conservação dos lagos e rios da região.

Em 1999 os membros da ASPAC apresentaram ao Ministério do Meio Ambiente um projeto, com o qual conseguiram melhorar a estrutura da ASPAC para conservação, com a aquisição de equipamentos voltados para a proteção dos lagos e para o apoio ao projeto de ecoturismo.

O segundo semestre de 2000 marcou um distanciamento entre a ASPAC e o WWF, em função da falta de recursos. Segundo relatos dos coordenadores da ASPAC, foi um momento muito difícil, pois como não sabiam administrar um negócio turístico, tiveram grandes dificuldades financeiras. Ao final de 2000 escreveram o projeto que encaminharam ao IBAMA, para ser desenvolvido como um subprojeto do Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (PróVárzea), que foi aprovado em 2001.

Em 2002, em função de aspectos legais, os membros da ASPAC instituíram a COOPTUR, empresa cooperativa de ecoturismo que passou a se responsabilizar pela administração da Pousada Aldeia dos Lagos e operação do ecoturismo.

Com novos recursos do WWF-Brasil, foi elaborado um novo projeto. Ao longo de três anos almejava-se a criação de uma unidade de conservação instituída a partir de um processo participativo. Assim sendo, foi proposto um planejamento ambiental participativo. Esse plano aproveitou a marca anteriormente criada, “Caravana Mergulhão”. Um dos objetivos da Caravana Mergulhão era o de se potencializar as atividades que já estavam sendo desenvolvidas pela ASPAC no subprojeto do PróVárzea, isto é, a potencialização dos componentes da Conservação e Educação Ambiental, Ecoturismo e Permacultura.

Segundo a entrevista feita com o coordenador de ecoturismo da ASPAC, houve um efetivo aumento da participação das comunidades e isso foi resultante da soma do trabalho executado pelo subprojeto do PróVárzea em conjunto com a Caravana Mergulhão. Houve efetivamente um aumento dos beneficiários, sobre-

tudo se for contabilizado o número de famílias que inicialmente trabalhavam com o turismo ecológico e o número provável* de famílias que passaram a trabalhar com essa atividade. Entretanto, segundo as entrevistas o incremento de renda ainda é incipiente uma vez que a frequência e o número de visitas ainda são muito baixos.

Conforme se constatou em campo, não há o controle e conhecimento preciso de quantas famílias hoje estão envolvidas com o ecoturismo. Entretanto, há a expectativa de aumento de renda em função do turismo, inclusive, hoje, em algumas comunidades, assim como na COOPTUR, parte da renda auferida com o turismo é investida na conservação dos lagos, base de reprodução da ictiofauna.

O componente turismo ecológico vem tendo importantes modificações. Até então, muitas foram as reclamações recebidas de turistas e operadoras em termos da qualidade da prestação dos serviços. Houve uma melhora considerável a partir de um processo de qualificação dos trabalhadores cooperados, tanto na pousada, quanto nas comunidades.

O ecoturismo e a proteção da natureza têm favorecido a organização comunitária, uma vez que todo o processo de planejamento e execução dos componentes do subprojeto tem sido efetivamente participativo, exceto a elaboração do projeto inicial, portanto um nível abaixo do que se poderia chamar de total autonomia à participação comunitária.

A metodologia utilizada nas reuniões entre a ASPAC e lideranças comunitárias, e com os comunitários em geral quando são realizadas em seus territórios, tem possibilitado um processo de debate democrático e deliberativo sobre os caminhos do ecoturismo e da proteção dos lagos e rios.

Contudo, aspectos da dinâmica política nas comunidades têm interferido no processo como um todo. A política eleitoral municipal é outro fator que interfere na política das comunidades e na relação com a ASPAC, o que efetivamente vem interferindo nos encaminhamentos do subprojeto.

O subprojeto do PróVárzea foi o primeiro projeto administrado pelos próprios membros da ASPAC, o que por si só vem trazendo um amadurecimento da instituição.

Na relação entre a ASPAC e as comunidades ribeirinhas rurais, houve um aprofundamento das relações entre as instituições. Contudo, especificamente em

* Não foi possível precisar o número de famílias que se envolveram com o turismo ecológico, pois o estado de organização do turismo é diverso em termos de tempo e espaço, isto é, há uma variação da eficiência organizacional entre algumas comunidades ao longo do tempo, pois em determinadas comunidades já houve períodos de maior visitação e envolvimento comunitário, enquanto em outras comunidades o envolvimento e a organização vem se dando a partir do ano de 2004.

relação ao componente turismo ecológico, essa relação precisa ser repensada, uma vez que se trata de uma relação entre comunidades e um empreendimento turístico que pretende ser reconhecido como turismo de base comunitária. Entretanto, hoje as comunidades participam somente como prestadoras de serviços remunerados e não têm qualquer poder de decisão sobre as atividades da cooperativa.

O ecoturismo tem tido um resultado expressivo ao longo do tempo (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de turistas recebidos na Aldeia dos Lagos

Ano	n. Turistas
2001	> 200
2002	258
2003	286
2004	< 300
2005	400

Fonte: SANSOLO, 2005.

Segundo o coordenador do componente (não tivemos acesso aos registros), o aumento deve-se à melhoria da prestação de serviços e a uma maior divulgação do empreendimento.

Nas comunidades o incremento econômico ainda não pode ser comemorado, devido à sazonalidade, volume e frequência da visitação. Como cada comunidade tem um determinado produto turístico (ainda por se consolidar) e o turista tem a opção de escolha do roteiro a ser visitado quando contrata um pacote com a COOPTUR, ocorre muitas vezes que em uma determinada comunidade haja uma maior frequência de turistas do que em outras. Embora a baixa frequência ainda não exerça grande influência em termos de concorrência entre as comunidades, isso poderá vir a ocorrer, caso o volume e a frequência de turistas aumente, podendo causar algum tipo de problema entre as comunidades.

A ASPAC vem demonstrando que está em processo de amadurecimento no que se refere à atividade turística. Com a fundação da COOPTUR, o negócio turístico vem sendo incrementado e ajudando a difundir a proteção dos lagos e rios, apontando uma alternativa para a complementação de renda da população da região. Hoje vários cooperados vivem exclusivamente da renda do turismo.

Um aspecto que ainda está por amadurecer é a simbiose entre ASPAC e COOPTUR, pois como a separação entre as duas instituições não é totalmente definida, há uma percepção tanto dos membros da ASPAC quanto das comunidades que ambas são a mesma instituição. Isso traz como desvantagem o fato de

cooperativa não ser vista exclusivamente como um empreendimento profissional, trazendo muitas vezes prejuízos para a operação do negócio turístico.

Internamente a ASPAC vem passando por mudanças substanciais em suas lideranças e na própria organização. O acúmulo de cargos e tarefas tem ocasionado problemas na eficiência e desempenho em relação às responsabilidades e compromissos assumidos com parceiros institucionais e com as comunidades. Tais problemas vêm gerando uma autoanálise por parte de suas lideranças, que por sua vez começam a buscar saídas organizacionais para a solução dos problemas ocorridos. Uma das soluções foi a criação de um conselho gestor da ASPAC, liberando os coordenadores de componentes e da coordenação geral do subprojeto da responsabilidade pela gestão organizacional da ASPAC.

Entretanto, as contradições se fazem presentes. Embora a ASPAC seja uma organização não governamental, parte de seus recursos advém de recursos do governo federal e do WWF Brasil, o que talvez seja um dos fatores que gerem internamente algumas assimetrias de poder, pois os responsáveis pela concepção dos projetos possuem privilégios sobre os que somente se incluíram posteriormente ou que estão na periferia da ASPAC, como os representantes das comunidades ribeirinhas. Embora boa parte das ações da ASPAC seja participativa, algumas ações são orientadas por atores externos, que desconhecem os meandros políticos locais, bem como as sutilezas das características culturais locais. Sendo assim, alguns temas prioritários para as comunidades não são considerados e outros são inseridos. As fontes externas de recursos também geram um processo de dependência, que mobiliza e articula as lideranças locais e as comunidades como um todo. Porém, quando os recursos se encerram há um processo de desmobilização.

O exemplo de Silves demonstra que a proteção da natureza associada ao turismo tem sua origem de uma luta pela sobrevivência e ao mesmo tempo também como uma possibilidade de renda extra, mas, sobretudo, trata-se de um processo de proteção da paisagem com história, em que a presença humana é a essência da paisagem, não a natureza desumanizada. O turismo se tornou uma possibilidade de apoio a uma luta de subsistência, mas também um meio de fortalecimento da auto-estima e da valorização do patrimônio cultural dessas comunidades, apresentado com orgulho aos que ali vem visitar.

Considerações finais

A análise sobre os paradigmas de gestão pública da natureza e do turismo indica que um dos maiores desafios no Brasil é a compatibilização entre a democracia participativa e a representativa.

A análise da questão remete a um trânsito por um terreno movediço da gestão pública, cujos atores sociais parecem não possuir papéis definidos e definitivos, onde os discursos da participação evidenciam paradoxos e convivem com práticas convencionais e centralistas, que por outro lado tem proporcionado ações participativas onde antes só existia o imobilismo.

A mudança de paradigmas traz à tona uma série de questões para serem ainda resolvidas. Uma delas é o modelo de proteção da natureza que se deseja, pois ainda se encontram em caminhos opostos as vertentes preservacionistas e conservacionistas.

A legislação atual, que instituiu e regulamentou os parques nacionais e estaduais, demonstra as mudanças de paradigmas, da centralização do planejamento e gestão para a possibilidade de compartilhamento com a sociedade, desde o processo de criação e delimitação desse tipo de unidade de conservação, até o seu manejo. Entretanto, ainda prevê a retirada das pessoas que vivem no interior desses espaços, destituindo do território a história e a territorialidade das pessoas que ali vivem. Trata-se da admissão da incapacidade da sociedade em se organizar de forma harmônica com a natureza a tal ponto de se fazer necessária a existência de espaços protegidos da sociedade.

Faz-se necessária a continuidade das discussões sobre o modelo de parques, sobretudo sobre os critérios para a proteção dos territórios. Por que privilegiar ecossistemas sem a presença humana, em detrimento das paisagens cuja ação da sociedade é parte importante a ser protegida?

Embora o Brasil ainda possua a maior biodiversidade do planeta, e assim, em tese, seja um grande atrativo para o turismo nacional e internacional, ainda lhe falta a condição necessária para garantir o equilíbrio entre a conservação e o turismo, visto que nem os requisitos básicos para a gestão da conservação vêm sendo satisfatoriamente desenvolvidos.

A diversidade de paisagens no Brasil parece estar longe de ter sua proteção garantida associada ao desenvolvimento do turismo, uma vez que ainda se dá privilégio ao valor da natureza como mercadoria, agravado pela tentativa de exclusão da história e cultura das populações que vivem no interior dos territórios protegidos.

A gestão compartilhada da proteção da natureza e do desenvolvimento do turismo já instituído pelo poder público por meio das políticas, planos e programas, não anula as contradições inerentes ao processo, e portanto não podem ser idealizadas, conforme afirmam Connley e Richadson. Se faz necessário um contínuo acompanhamento e avaliação das diversas experiências participativas de onde se pode identificar avanços e limitações para um contínuo aprimoramento das políticas públicas.

Os casos de Picinguaba e de Silves expõem cada qual em sua realidade própria, duas vertentes de gestão da proteção da natureza e do turismo: uma centralizada no estado e a outra liderada pela sociedade civil organizada. A primeira trouxe transformações importantes para as comunidades caiçaras que habitam o interior do parque, pois hoje vivem uma realidade que conjuga a proteção da natureza e o desenvolvimento do turismo sem que optassem por isso. Embora sejam cidadãos assim como os que vivem no centro de Ubatuba, não possuem o mesmo direito sobre o seu território, uma vez que não têm o direito de escolha de quem administra a dinâmica econômica, social e ambiental, que no caso dos habitantes do município 20% elegem seu prefeito e vereadores. Dessa forma, a única saída tem sido a organização comunitária, o fortalecimento das associações de moradores como meio de interlocução com o parque, fenômeno que merece ser acompanhado e pesquisado, pois daí podem surgir alternativas para uma gestão mais equilibrada da paisagem sem que se retire dela sua história.

Em Silves, o turismo e a proteção da natureza têm mediado a conexão entre as escalas local e global, tendo como atores a sociedade civil organizada, as organizações não governamentais, o poder público e a cooperação internacional. A história de formação de lideranças rurais e a luta em defesa dos recursos naturais, associadas ao interesse internacional na proteção da Amazônia, forneceram as condições estruturais para um processo participativo de proteção da natureza e desenvolvimento do turismo, embora venham gerando assimetrias de poder, privilegiando algumas lideranças e negligenciando temas prioritários para as comunidades ribeirinhas em detrimento de temas mais valorizados por atores sociais externos. O fortalecimento das estruturas comunitárias pode ser um caminho para a melhoria dos processos participativos em Silves.

Nesse trabalho a ideia foi expor a dinâmica de mudanças de paradigmas que estão ocorrendo na gestão da natureza e do turismo no Brasil, que são de difícil apreensão mas que demandam um contínuo acompanhamento e avaliação para um aprimoramento da gestão compartilhada.

Referências bibliográficas

- BERTA, K. B. *Levantamento e avaliação da política federal de turismo e o impacto na região costeira*. Brasília: PMNA, 1995.
- BRITO, M. C. W. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume, 2003.
- COSTA, J. G. *Planejamento Governamental: a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

- CRUZ, R. C. A. *Política de turismo e território*. São Paulo: Roca, 2000.
- DIEGUES, A. C. S. *O Mito Moderno da natureza Intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.
- EMBRATUR. Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Brasília: Embratur, 1999.
- EMBRATUR. *Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos – S/L*. Ministério da Indústria e do Comércio, Embratur, 1975.
- FARIA, D. M. C.; WITHING, S. S. *Avaliação dos Aspectos Sócio-Ambientais do Prodetur I*. Washington DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.
- GRAHAM, E.; BOYLE, P. "Population Crisis from the Local to the Global". In: JOHNSTON, R. J.; TAYLOR, P. J.; WATTS, M. J. *Geographies of Global Changes: remapping the world*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002, p. 198-215.
- GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1996.
- JELICOE, G. S. *The Landscape of The Man Shaping the Environment from Prehistory to the Present Day*. Londres: Thames & Hudson, 1995.
- JOHNSTON, R.J.; TAYLOR, P. J.; WATTS, M. J. "The reconfiguration of late twentieth-century capitalism". In: JOHNSTON, R. J.; TAYLOR, P. J.; WATTS, M. J. *Geographies of Global Changes: remapping the world*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002, p. 21-28.
- JONES, M. T.; ALLMENDINGER, P. "Deconstructing Communicative Rationality: a critique of Habermasian Collaborative Planning". In: *Environment and Planning*, vol. 30, n. 11. Londres: Pion Limited, 1998.
- JUNQUEIRA, L. A. P. "A descentralização e a gestão municipal da política de saúde". In: *Ciência e Saúde Coletiva*. v. 1, n. 1, 1996, p. 21-22.
- MEDEIROS, R.; IRVING, M; GARAY, I. "A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção". In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*, n. 9. Salvador, 2004, p. 83-93.
- MELLO, N. A. "Gestão Participativa: um processo possível, no espaço do Distrito Federal". In: *Espaço e Geografia*, publicação do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, ano 2, n. 1, p. 67-80. Brasília: Instituto de Ciências Humanas, UNB, 1998.
- MEYER, B. W.; TUNER, B. "The Earth Transformed: trends, trajectories and patterns". In: JOHNSTON, R. J.; TAYLOR, P. J.; WATTS, M. J. *Geographies of Global Changes: remapping the world*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002, p. 364-376.
- NETO, M. D. A. "Aspectos Metodológicos e Operacionais do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Mato Grosso". In: *Espaço e Geografia*, Publicação do Departamento

- de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, ano 2, n. 1, p. 21-32, Brasília: Instituto de Ciências Humanas, UNB, 1998.
- PICCOLO, P. R. *Ecologia da Paisagem e a Questão da Gestão dos Recursos Naturais: Um Ensaio Teórico-Metodológico Realizado a partir de Duas Áreas da Costa Atlântica Brasileira*. Tese de Doutorado. Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 1997.
- Planos de Manejo das Unidades de Conservação: Parque Estadual da Serra do Mar. Núcleo Picinguaba, Plano de Gestão Ambiental, Fase 1. São Paulo: Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Série Projeto de Preservação da Mata Atlântica, 1998.
- PORTELLA, E. “Modernidade no vermelho”. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 456-471.
- ROBLEDO, M. A. “El Debate Modernidad/Pós Modernidad y la Renovación del Discurso de la Planificación”. In: *Revista Interamericana de Planificación*. Buenos Aires: Sociedad Interamericana de Planificación, 1997, p. 7-28.
- ROUTLEGE, P. “Resisting and Reshaping: destructive development: social movement and globalizing networks”. In: JOHNSTON, R.J.; TAYLOR, P.J.; WATTS, M. J. *Geographies of Global Changes: remapping the world*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002, p. 310-327.
- SANTOS, B. S. “Um Discurso sobre as Ciências na Transição para uma Ciência Pós-Moderna”. In: *Estudos Avançados*, vol. 2, n. 2. São Paulo: USP/IEA, 1988, p. 46-81.
- SCHVASBERG, B. “Mudanças e Desafios ao Planejamento e a Gestão Territorial: a experiência do Distrito Federal”. In: *Espaço e Geografia*, publicação do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, ano 2, n. 1. Brasília: Instituto de Ciências Humanas, UNB, 1988, p. 45-56.
- SILVA, A. C. *O Litoral Norte do Estado de São Paulo: formação de uma região periférica*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1975.
- SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Decreto n. 4.340, de 22 de Agosto de 2002.
- SOUZA, A. R.; ARAÚJO, V. C. “O estado da reforma: balanço da literatura em gestão pública (1994-2002)”. In: *Revista do Serviço Público*, ano 54, n. 2, p. 59-98. Brasília: ENAP, 2003.

Turismo de base comunitária

potencialidade no espaço rural brasileiro

**DAVIS GRUBER SANSOLO
IVAN BURSZTYN**



Introdução

O objetivo desse artigo é resumir o trabalho de conceituação sobre turismo de base comunitária que vem sendo desenvolvido por dois grupos de pesquisa no Brasil: o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no âmbito da linha de pesquisa em “Turismo e desenvolvimento social”; e o grupo de pesquisa sobre “Indicadores de Sustentabilidade Ambiental para o Turismo e Hospitalidade”, da Universidade Anhembi-Morumbi.

Esse trabalho tem sido marcado por dois movimentos: um de construção teórica sobre o lugar turístico como possibilidade de lugar relacional. Lugar como espaço vivido, como sítio simbólico de pertencimento (ZAOUAL, 2006), cujas fronteiras são dadas pela identidade comunitária e essas são condição para o desejo de vínculos, de relações com quem possua outras referências identitárias. O outro movimento é o da verificação empírica, que fornece as fontes de constatação, análise e reflexão em exemplos desse tipo de organização no Brasil, que tem na diversidade de contextos sua característica principal.

Notadamente, as averiguações empíricas presentes neste trabalho são fruto de nosso percurso de pesquisa em áreas rurais do interior e da zona costeira do Brasil. Nestas localidades, o turismo de base comunitária vem se apresentando

como mais uma opção de desenvolvimento para pequenas comunidades de pescadores, agricultores familiares e extrativistas. Ao proporcionar a ampliação das práticas cotidianas em suas terras, o turismo de base comunitária se insere, segundo alguns autores, em um conjunto de atividades que representam uma nova multifuncionalidade dos espaços rurais.

Espaço rural brasileiro e as novas ruralidades

O espaço rural brasileiro contemporâneo vem passando por um processo de mudanças múltiplas, articuladas com a dinâmica global. Por um lado a recente valorização das *commodities* agrícolas no mercado internacional, somada à crise do petróleo, vem provocando uma reação no agro-negócio brasileiro, aumentando as áreas de produção de cana-de-açúcar, grãos cereais e outros produtos associados à cadeia produtiva agrícola com alto valor no mercado internacional. Esse processo vem ocasionando uma ascensão do valor da terra e novas relações de trabalho no campo.

Ainda sim, do ponto de vista espacial, vem sendo mantida a estrutura baseada no binômio minifúndio-latifúndio, inaugurada durante o período colonial. No entanto, o conteúdo desse binômio se alterou no ritmo das novas relações econômicas e políticas internacionais contemporâneas.

Por outro lado, parte dos agricultores familiares, pescadores artesanais e extrativistas que habitam o espaço rural — historicamente excluídos do agro-negócio internacional e, portanto, não integrados à agroindústria — vem passando por significativas transformações sob influência do debate internacional acerca da crise ambiental. Segundo Muller

a influência deste enfoque sobre a agricultura tem levado a uma série de rupturas do modo clássico de interpretação do desenvolvimento agrário. A principal delas é em relação ao conceito de “rural” e que incide de forma especial sobre o universo das unidades familiares de produção (MULLER, 2007, p. 2).

Esses pequenos grupos de agricultores, pescadores e extrativistas em geral passaram a buscar novas alternativas de sobrevivência, para além da subsistência tradicional, o que para Blanco (2004) configura-se como uma nova construção social rural, em que a terra passa ser percebida com valores potenciais múltiplos, por sua multifuncionalidade. Este termo também é adotado por Muller (2007) e abarca atividades tais como a tradicional produção agrária, os serviços ambientais que ela pode oferecer, os valores cênicos e paisagísticos e a própria cultura derivada da relação entre os habitantes e o meio onde vivem.

Dentre estas novas funções, o turismo tem sido uma opção adotada por famílias e pequenos proprietários rurais e, de alguma forma, vem sendo apoiado pelo poder público federal por meio de políticas públicas setoriais provenientes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério do Turismo (MTur).

O MDA¹ apresenta o turismo como uma atividade não agrícola com potencial para geração de trabalho e renda que pode auxiliar a conservação ambiental e a valorização cultural camponesa. Dessa forma, o MDA conduz o Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar, cujo objetivo é “promover o desenvolvimento regional e fomentar as atividades turísticas entre os agricultores familiares sempre integrados aos arranjos produtivos locais” (MDA, s/d).

Segundo informações do MDA, entre os anos de 1981 e 1997 ocorreu um crescimento das atividades não agrícolas da população economicamente ativa residente em domicílios rurais. SCHNEIDER e FIALHO (2000) destacam que em 1997 havia mais de 4 milhões de pessoas com domicílio rural no Brasil, ocupadas em atividades não agrícolas. Os mesmos autores relatam ainda que, dentre as atividades não agrícolas no espaço rural, a indústria de transformação, composta sobretudo por unidades semi-industriais que processam produtos agropecuários provenientes da avicultura, suinocultura e de laticínios, tem importância significativa neste contexto. A partir da década de 1990, no entanto, o turismo passa a ser uma dessas atividades não agrícolas que vem agregando valor às atividades dos agricultores familiares. Conforme os autores, no caso do estado do Rio Grande do Sul, o turismo nas áreas rurais vem crescendo em termos de importância para manutenção dos níveis de trabalho e renda, entre outros motivos devido à baixa qualificação que alguns serviços demandam para o exercício de atividades de apoio ao turismo, tais como a construção civil e atividades domésticas.

Em 2004, o Ministério do Turismo apresentou as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural Brasileiro. Os objetivos expostos pelas diretrizes evidenciam um privilégio ao incremento econômico da atividade, considerada como um segmento turístico. Dentre outros aspectos, chama atenção a abordagem territorial, cujas diretrizes apontam o turismo rural como um fator indutor ao desenvolvimento regional, tendo o território como ponto de partida para análise e realização de investimentos em infraestrutura. Contudo, o território é visto unicamente desde sua perspectiva econômica, deixando outros atributos como as características naturais/ambientais, culturais e políticas/institucionais em segundo plano. As diretrizes desenvolvidas pelo MTur também não discriminam pequenas e grandes propriedades rurais como se as necessidades fossem homogêneas.

Finalmente, em 2008, o MTur passou a reconhecer institucionalmente a existência do turismo de base comunitária, ao publicar um edital (MTur, n. 001/2008)

voltado para o fomento a essas atividades. No edital, este ministério define o turismo de base comunitária da seguinte forma:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTur, 2008).

Embora o edital não defina a espacialidade do turismo de base comunitária, uma análise preliminar nos permite dizer que dos 50 projetos selecionados para financiamento (dentre 500 submetidos), cerca de 80% estão ou são vinculados às áreas rurais, seja do interior do Brasil ou na região costeira. O que traduz a importância atual deste tipo de atividade hoje no Brasil.

Turismo de base comunitária

Encontramos, em um breve levantamento bibliográfico, diversos autores em todo o mundo que buscam abordar a relação entre o turismo e as comunidades locais receptoras. Mitchell e Reid (2001) estudaram a integração da comunidade de Ilha Tequile no Peru no processo de planejamento, desenvolvimento e gestão do turismo de base comunitária. Horn e Simons (2002) tratam comparativamente a relação do turismo com comunidades tradicionais na Nova Zelândia. Tosun (2006), estudando um caso na Turquia, aborda o sentido da participação comunitária no planejamento e desenvolvimento do turismo. Rugendyke e Thi Son (2005) estudaram no Vietnã a substituição das atividades agrárias tradicionais pelo turismo de natureza relacionado às unidades de conservação. Koster & Randal (2005) usam indicadores para avaliação do desenvolvimento econômico de comunidades no Canadá que estão envolvidas com turismo. Mansfeld e Jonas (2006) tratam da capacidade de carga cultural em uma comunidade judaica que trabalha com turismo em um Kibutz de Israel. No Brasil, podemos citar a quantidade e diversidade de casos e experiências de turismo de base comunitária apresentados em trabalhos científicos durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), realizado em Fortaleza (Ceará) no mês de maio de 2008.

As publicações acadêmicas evidenciam uma grande diversidade do sentido de comunidade, do tipo de turismo e do significado do turismo de base comunitária. O mesmo pode se inferir sobre o Brasil, considerando a vasta diversidade cultural e ambiental existente.

Assim como são vastos e diversos os casos de turismo de base comunitária, no Brasil e no mundo, também o conceito de turismo de base comunitária se apresenta de diferentes formas. Apresentaremos a seguir algumas destas definições que vêm pautando o debate sobre o tema.

Nos últimos anos, o governo boliviano redirecionou sua política de desenvolvimento turístico privilegiando o fomento ao turismo de base comunitária. Dessa forma, foi elaborado um plano de turismo que definiu o turismo de base comunitária como:

“Es un modelo alternativo de gestión turística, endógena y autónoma, manejado por las organizaciones comunitarias rurales-indígenas y urbanas, en el marco de la diversificación económica de sus sistemas productivos y la administración integral del desarrollo en sus territorios originarios” (BOLÍVIA, 2006).

Na Costa Rica, um dos principais destinos mundiais para a prática do ecoturismo, o turismo de base comunitária também vem ganhando espaço. Segundo o Consorcio Cooperativo Red Ecoturística Nacional (COOPRENA), o Turismo Rural Comunitário:

“Se trata de una oferta de turismo alternativo en el medio rural, gestionado directamente por y para el beneficio de las comunidades organizadas, basado en la conservación y el aprovechamiento de los recursos locales, tanto naturales como culturales” (COOPRENA, 2008).

No Equador, a Federação Plurinacional de Turismo de Base Comunitária (FEPTCE) utiliza o conceito abaixo para delinear suas estratégias de ação:

“El turismo comunitario es una actividad económica solidaria que relaciona a la comunidad con los visitantes, desde una perspectiva intercultural, con participación consensuada de sus miembros, propendiendo al manejo adecuado de los recursos naturales y a valoración del patrimonio cultural, basados en un principio de equidad en la distribución de los beneficios generados” (FEPTCE, 2008).

A ONG World Wild Found (WWF-International) define o turismo de base comunitária como:

“a form of ecotourism where the local community has substantial control over, and involvement in, its development and management, and a major proportion of the benefits remain with in the community” (WWF-International 2001, p. 2).

Dentre os conceitos e definições apresentados, podemos destacar algumas semelhanças e aproximações. Os componentes de conservação ambiental e valorização da identidade cultural sustentam esta proposta de turismo, bem como a geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras. No Brasil, essas definições e conceitos incorporam ainda as noções de empreendimentos comunitários e intercâmbio inter-cultural, como vemos a seguir:

Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade do território e da autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando o encontro cultural com os visitantes (TURISOL, 2008).

O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária (TUCUM 2008).

Não procuramos aqui esgotar o tema, nem tampouco chegar a uma definição única para designar o turismo de base comunitária. Buscamos apenas apresentar os princípios e fundamentos que norteiam este tipo de atividade.

Fundamentamos nossa reflexão inicial em parte na antropologia-filosófica buberiana, que propõe que o homem é um ser relacional cuja relação *dialógica* com o mundo se inscreve numa ontologia relacional.

A ontologia da relação será o fundamento para uma antropologia que se encaminha para uma ética do inter-humano. Diz-se então que o homem é um ente de relação ou que a relação lhe é essencial ou fundamento de sua existência” (BUBER, 1977, p. 23).

Buber considera o mundo duplo para o homem, segundo a dualidade da atitude de suas relações. Dessa forma, diferencia duas atitudes fundamentais do homem diante do mundo, expressas através das palavras-fundantes: EU-TU e EU-ISSO.

Enquanto as palavras-fundantes EU-TU sintetizariam o significado da pureza das relações, as palavras-fundantes EU-ISSO representariam as relações utilitaristas. Enquanto as primeiras referem-se à proximidade, a não à intermediação de outros interesses, na segunda entre os seres se interpolaria uma mediação por outros interesses que não somente o da relação.

Dentre as diversas formas de relação humana poderíamos destacar as relações religiosas, amorosas, políticas, econômicas e de hospitalidade.

Hospitalidade

Conforme Lashley e Morrison (2004) são vários os sentidos da hospitalidade. Trata-se de um termo polissêmico; todavia, nos dias atuais vem sendo representado por duas vertentes. Uma ligada aos serviços dirigidos aos viajantes, tais como hospedagem, transporte, alimentação e entretenimento. Refere-se, portanto, à gestão de serviços com finalidade lucrativa. Outra vertente dedica-se à compreensão da hospitalidade como um tipo de relação humana em que as explicações são tratadas pela filosofia (DERRIDA, 1987; LEVINAS, 1983), pela literatura (MONTANDON, 2004), pela antropologia (MAUSS, 2003), pela geografia (GOTMAN, 2001; RAFESTIN, 1997), entre outros campos do conhecimento.

Ao buscar um sentido essencial e profundo do significado de hospitalidade, a professora Olgária Matos se apoiou na mitologia grega para expor a antiguidade desse valor humano:

Que se pense na Odisséia, quando Ulisses é recebido por Eumeu, o guardador de porcos, que não reconhece seu senhor — que Athena transformara em homem idoso — quando exclama: “vem, ancião, segue-me; entremos em minha tenda; desejo que de alimentos e vinho te sacies, depois tu me dirás de onde vens e os males que teu coração suportou”.² Quem é esse homem, esse mendigo cuja identidade é, por ainda, desconhecida? Homero, em seu poema filosófico ensina que há relação entre hospitalidade e amizade — um laço afetivo entre os homens simplesmente por participarem de uma mesma humanidade (MATOS, 2005, p. 3).

Segundo Derrida, a lógica da sociedade cosmopolita é a da tolerância cuja relação estabelecida é de poder de quem recebe sobre quem é recebido. Diferente da hospitalidade, que é incondicional.

Onde encontramos o sentido da hospitalidade no mundo contemporâneo? Em Camargo (2004) e Bueno & Dencker (2003), encontramos a ontologia da hospitalidade relacionada com a teoria da dádiva de Mauss. O tripé dar, receber e retribuir fundamenta a relação de hospitalidade. Trata-se de uma antropologia da relação.

Buscamos compreender a hospitalidade como uma possibilidade de teoria para o turismo, fundamentada na relação que se estabelece entre hóspede e anfitrião, relação motivada pelo encontro, pela busca de vínculos diversos e complexos, que incorpora a relação weberiana do *homo oeconomicus*.

Embora essas relações possam ser encontradas em diversas situações, nos exemplos que se auto-reconhecem como turismo de base comunitária encontramos um fértil campo para pesquisa sobre possíveis relações de hospitalidade, onde o encontro que ocorre entre visitantes e visitados, entre hóspedes e anfitriões, se dá por motivações que vão além das relações econômicas (PIMENTEL, 2007).

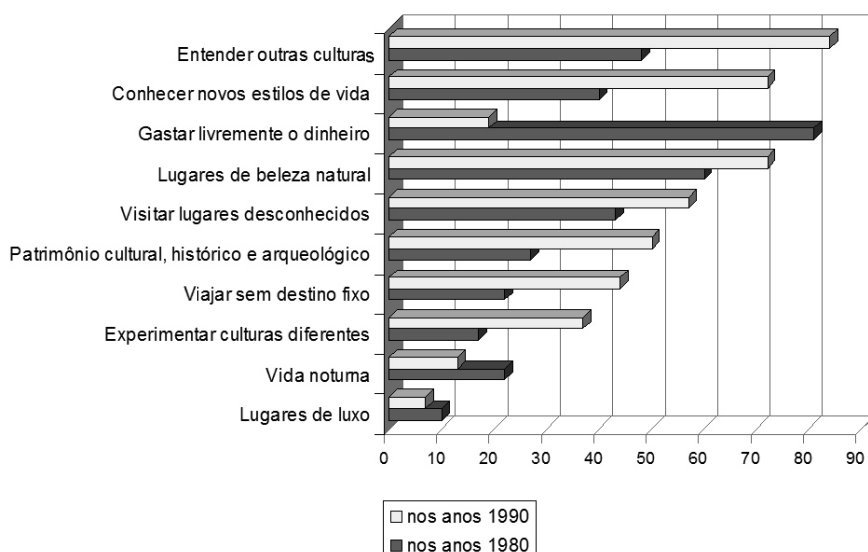
Turismo situado

Uma outra referência importante para nosso trabalho é o economista marroquino Hassan Zaoual. Em um trabalho recente, o autor desenvolve uma argumentação com base na teoria dos sítios simbólicos de pertencimento (ZAOUAL, 2003; 2006) sobre a tendência de crise no turismo de massa contemporâneo e argumenta em favor do que designa como turismo situado (ZAOUAL, 2008).

Segundo Zaoual, a teoria “pressupõe a tomada do senso comum partilhado pelos atores da situação”. Esse senso comum indica como o sistema de valores e as representações têm ocorrência no sítio, considerando as práticas econômicas e também as práticas sociais.

O autor preconiza o deciframento das motivações e necessidades emergentes dos agentes interessados em patrimônio, natureza, ambiente rural e cultura, à medida que esse mercado tem se demonstrado como crescente em nível mundial. Quais são os motores simbólicos, o sentido que motiva esses agentes? Dois aspectos são perceptíveis empiricamente. A demanda pelo turismo contemporâneo está atrelada a uma exigência variável e variada. Exigente pela qualidade cultural e ambiental. O homogêneo, o degradado, a relação mediada exclusivamente pelo poder de compra está dando lugar às relações autênticas, às possibilidades de intercâmbio cultural, de troca de referências e de experiências.

GRÁFICO 1 . Mudanças nas Motivações dos Turistas Internacionais



Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT) compilado a partir da apresentação do vice-ministro da Bolívia, realizado no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (Fortaleza, Ceará).

É na diversidade, como demonstra o Gráfico 1, que se assentam as principais tendências motivacionais para o turismo. Parafrazeando Zaoual, em um mundo atormentado pela perda de referências, a necessidade de pertencimento, bem como de um intercâmbio inter-cultural, exprimem o desejo de uma procura de sentidos da parte dos atores. Turistas querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos. Portanto desejam relações de hospitalidade, receber e ser recebido.

O lugar do encontro, o sítio, onde se recebe e é recebido, possui uma especialidade real, histórica e culturalmente construída. Diferente dos espaços turísticos produzidos, os sítios para serem percebidos como turísticos, antes de tudo são reconhecidos pelos próprios residentes; uma auto-identificação típica do sentido de comunidade (BAUMAN, 2003). O sítio é cheio de significados próprios, valorizados pela comunidade, e que se coloca disponível para o intercâmbio.

Não comercializam o que os turistas desejam; disponibilizam o que entendem ser valioso, em termos culturais e ambientais. No intercâmbio, as relações são o princípio fundamental do turismo de base comunitária, assim como quem busca está aberto a se adaptar e valorizar os códigos dos lugares visitados. Trata-se, portanto, de um turismo que tem nas relações de hospitalidade a principal motivação. Não se exclui do contrato, entretanto, que as relações econômicas são enriquecidas por outras relações que ultrapassam a racionalidade do lucro imediato.

No caso brasileiro, o turismo de base comunitária vem se apresentando em casos que têm em comum as lutas sociais, como a conservação dos recursos naturais, base da subsistência de diversas comunidades; a luta pela terra; a luta pelo direito à memória cultural; a luta por uma educação digna. Essas são algumas constatações alcançadas por averiguação empírica (SANSOLO, 2003; BURSZTYN, 2005; ROCHA, 2003; CORIOLANO, 2003; IRVING e AZEVEDO, 2002; dentre outros). No entanto, mais do que lutas sociais, são lutas comunitárias que hoje se articulam em redes, em circuitos análogos ao que Santos (1979) indicou nas áreas urbanas como circuitos inferiores da economia. Mas que em rede buscam empoderamento e articulação para se manterem como comunidades.

Um mapeamento do turismo de base comunitária no Brasil

Esse trabalho, ainda em andamento, busca apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa conjunta que vem sendo realizada sobre o turismo de base comunitária no Brasil por dois grupos de pesquisa. Sabe-se da existência de casos de turismo de base comunitária em todas as macro-regiões do país. Já foram realizadas pesquisas em lugares no interior: no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da

Serra do Mar, em Ubatuba, São Paulo (SANSOLO, 2002); na Vila de Trindade, município de Paraty, Rio de Janeiro (LTDS, 2006); na aldeia indígena Guarani Araponga, no quilombo do Campinho e na Vila de Picinguaba (SANSOLO *et alii*, 2008); nas comunidades caiçaras da Reserva Ecológica da Juatinga, no município de Paraty (SANSOLO *et alii*, 2007); na Prainha do Canto Verde no litoral do Ceará (BURTSZYN, 2005; ROCHA, 2003); e, na Pousada Aldeia dos Lagos, no município de Silves no médio Amazonas (SANSOLO, 2003). Outros trabalhos de campo realizados pelos autores também serviram como base para o acúmulo de experiência, como o caso da visita a Floresta Nacional Tapajós, no município de Santarém no Pará; a visita a São Gabriel da Cachoeira, no alto Rio Negro, no Amazonas; e à Fundação Casa Grande, no município de Nova Olinda, no Ceará. Tais pesquisas e trabalhos de campo foram realizados por vezes em conjunto pelos autores deste artigo, mas em alguns casos, separadamente.

Sabe-se da existência também de casos de organizações comunitárias que desenvolvem projetos de turismo na Reserva Extrativista de Curalinho, em Pedras Negras, Rondônia; na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá no Amazonas; na Chapada dos Veadeiros, no estado de Goiás; nos quilombos próximos ao Parque Nacional do Jalapão, no Tocantins; na Chapada Diamantina na Bahia; na serra catarinense, em Santa Catarina; dentre outros menos conhecidos. Portanto, este trabalho se configura como mais um importante passo para o mapeamento do turismo de base comunitária no Brasil.

Buscamos experimentar uma ferramenta de pesquisa criada a partir da experiência acumulada, que visa estabelecer algumas interpretações preliminares sobre os resultados encontrados que possam ser futuramente balizadores de outras pesquisas, à medida que a ferramenta, bem como as interpretações, sejam devidamente calibradas.

Metodologia da pesquisa

Essa pesquisa foi realizada em maio de 2008, durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável³, após alguns meses de negociações com os organizadores, que nos deram apoio e autorização prévia para que a pesquisa pudesse ser realizada. Este evento reuniu em Fortaleza (CE) cerca de 500 participantes, entre pesquisadores, organizações governamentais e não governamentais, movimentos sociais, operadoras de comércio justo, organizadores de viagens solidárias, lideranças comunitárias e representantes de iniciativas turísticas de base comunitária de 16 estados brasileiros e 12 países latino-americanos.

Na ocasião, foram aplicados 25 questionários aos representantes de iniciativas de turismo de base comunitária. Estes questionários foram formulados tendo como referência a metodologia para análise de casos de turismo de base

comunitária da Rede de Turismo Sustentável Comunitário para a América Latina (RedTurs), desenvolvida com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005). Os questionários estavam divididos em quatro grandes partes voltadas para a realização de um diagnóstico estratégico das dimensões econômica, social, cultural e ambiental de cada uma das iniciativas pesquisadas. Sua aplicação contou com o apoio de cinco alunos do curso de graduação do departamento de geografia da Universidade Federal do Ceará (UFCE).

A seguir, analisaremos os resultados da pesquisa agrupados nas quatro partes anteriormente descritas.

1ª parte: informações gerais

Do ponto de vista da escala espacial, a maior parte das experiências pesquisadas nesse trabalho se situa na região nordeste do Brasil (nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco); porém, como dito anteriormente, esses casos compõem um universo maior de experiências de turismo de base comunitária presentes em todas as macro-regiões. A pesquisa confirma o que já foi observado em outros trabalhos, isto é, os casos de turismo de base comunitária ocorrem em pequenas comunidades, assentadas em povoados, aldeias e vilas. Em nenhum dos casos aparece referência a experiências envolvendo um município como um todo. Sabemos que estão sendo estruturados alguns circuitos de turismo de base comunitária no litoral do estado do Ceará, o que poderia ser entendido como uma configuração regional; entretanto, entendemos ser necessário pesquisar mais a fundo este caso para confirmar a estrutura regional do turismo de base comunitária. Podemos então interpretar que o turismo de base comunitária não possui uma dimensão territorial muito definida, mas, sobretudo, prevalecem as relações de proximidade, de vínculos simbólicos, mas também vínculos territoriais, com o lugar vivido.

Dos casos pesquisados, grande parte dos situados na região nordeste está localizada na zona costeira, embora existam casos no sertão, seja nas proximidades das chapadas ou mesmo nas áreas semi-áridas da caatinga.

Constatamos que cerca de 80% dos casos estudados ocorrem nas proximidades, no interior ou contêm áreas protegidas, tanto unidades de conservação de proteção integral (Parques Nacionais e Estaduais, Reservas Biológicas etc.) ou de uso sustentável (Áreas de Proteção Ambiental, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Reservas Extrativistas). Além das unidades de conservação, com frequência estão assentadas em Áreas de Preservação Permanente (APP), como manguezais, dunas, restingas, topos de morros, nascentes e margens de rios; o que reforça a ideia de um potencial vínculo entre as questões relativas à atividade turística e à conservação ambiental. Embora no discurso a questão ambiental seja

parte fundamental do turismo de base comunitária, na prática esta é uma questão que ainda precisa ser profundamente pesquisada.

Pelo fato da matriz de transporte brasileira ser essencialmente rodoviária, o principal acesso aos casos pesquisados é feito por meio de rodovias. No entanto, como a maioria das experiências está assentada na zona costeira ou nas margens de rios, sugere-se a necessidade de investimentos no transporte fluvial e de cabotagem, com tecnologia ambientalmente compatível com a conservação ambiental e que ofereça conforto e segurança para os usuários.

Todos os lugares pesquisados apresentam uma diversidade de atrativos naturais, culturais e convencionais. Na maior parte deles, a água é um grande atrativo; entretanto, a balneabilidade de rios e praias pode ser comprometida visto que até o ano de 2003 somente 62,9% da população nordestina foi atendida por abastecimento de água tratada, enquanto no Brasil, somente 50,9% tem seu esgoto coletado e tratado⁴. Destacamos a região nordeste, onde somente 34,6% do esgoto gerado é tratado. Isso nos leva a indicar que o investimento em infraestrutura básica nas localidades onde ocorre o turismo de base comunitária é fundamental e estratégico, pois além de atender às necessidades urgentes das populações locais, também ofereceria segurança aos potenciais visitantes.

Dentre os atrativos culturais, as festas populares se destacam entre as respostas apresentadas. Festas religiosas, danças e ritmos regionais também são diversos e representam as crenças, os valores e o etnoconhecimento. São signos e símbolos do pertencimento e de identidade, portanto, elementos fundamentais nas relações de hospitalidade.

Os espaços de encontro (BAPTISTA, 2005) ou convencionais (ILLICH, 1973) são o que entendemos por espaços onde os comunitários compartilham em seu cotidiano o lazer, a religiosidade, o ócio, a política e o esporte, dentre outras atividades. São os espaços livres, como a sombra de uma grande árvore, as praças, parques e praias de rios, lagoas e mar; são as igrejas, os centros comunitários; os campos de futebol; os bares, botequins, lanchonetes, restaurantes, espaços para churrasco; enfim, espaços que favoreçam as relações interpessoais. Nesses espaços há também o encontro com os visitantes, com os turistas. Compartilha-se o lazer, o ócio, por vezes as festas religiosas, o esporte. Nos casos de turismo de base comunitária não há a sobreposição de territorialidades como ocorre no turismo convencional (KNAFOU, 1996). Embora seja um tema a ser aprofundado, o que se pode afirmar de antemão é que a essência do turismo de base comunitária se expressa no território. Enquanto o turismo convencional produz espaços segregados para o turista e para os moradores, o turismo de base comunitária disponibiliza seu lugar, espaços vividos, como espaços de encontro, de convivencialidade.

Segundo KNAFOU (op. cit.) são três os agentes de turistificação dos lugares: os planejadores e promotores do estado, os turistas e o mercado. Sansolo (2003) em estudo sobre o turismo de base comunitária em Silves, no Amzonas, apresenta a conjunção entre a cooperação internacional, as ONGs, o estado e as comunidades agindo sinergicamente para o desenvolvimento do turismo, que no caso específico tinham em comum o interesse pela conservação da natureza nas várzeas do Rio Amazonas. Nesse trabalho, ratificamos a convergência entre ONGs e comunidades na origem da operação turística. Podemos dizer que as ONGs nacionais e internacionais têm papel fundamental na inserção das comunidades na prática do turismo. Em algumas iniciativas, a abertura para o turismo foi uma iniciativa própria das comunidades, mas mesmo nesses casos as ONGs foram chamadas para dar suporte técnico e até apoio financeiro. Outra fonte de financiamento citada foi a cooperação internacional. Cabe o destaque quanto ao financiamento público do turismo de base comunitária: apenas uma das iniciativas pesquisadas teve apoio público para a sua estruturação, por meio do Programa de Projetos Demonstrativos (PDA) do Ministério do Meio Ambiente.

Na maior parte dos casos, as comunidades tiveram apoio externo para a realização do planejamento e da estruturação e operação do turismo. Esse apoio veio normalmente das ONGs e universidades.

As formas de propriedade e modo de gestão dos empreendimentos nas iniciativas pesquisadas são diversas, confirmando o que Zaoual (2006) argumenta sobre a diversidade de soluções existentes nas economias locais, em que as relações simbólicas permeiam as econômicas e vice-versa, configurando assim iniciativas enraizadas, típicas dos sítios simbólicos de pertencimento. Nos casos pesquisados, a noção de coletivo é preponderante. Em alguns casos, os empreendimentos são comunitários e geridos por cooperativas. Em outros, prevalece a organização familiar. Na maior parte, os empreendimentos ou cooperativas já estão legalmente instituídos ou em fase de legalização. No entanto, o Brasil não possui um arcabouço legal que ampare as economias comunitárias, como hoje já é reconhecido na Bolívia.

2ª parte: definição e caracterização do turismo

Com relação ao tipo de interação que o turista estabelece com o ambiente natural, podemos dizer que se dá de forma muito variada, desde atividades mais contemplativas como observação de fauna e flora até atividades que exigem maior esforço físico, como a prática de esportes, principalmente caminhadas, escaladas e *mountain bike*. Mas o importante de se destacar é que em todas as experiências pesquisadas o visitante tem a oportunidade de ter contato direto com a natureza. Encontramos aqui uma oportunidade para futuras pesquisas e reflexões, pois para os moradores locais a natureza pode ter significados distintos da interpretação que

os visitantes fazem da natureza segundo a carga cultural de suas referências. Para o local muitas vezes a natureza significa trabalho, para o visitante pode simplesmente significar oportunidade de lazer ou ainda uma perspectiva conservacionista. Tais percepções e representações podem vir a compor temas de futuras pesquisas.

Com relação ao acesso do turista ao patrimônio cultural TANGÍVEL, nas experiências pesquisadas não houve nenhuma restrição ao acesso dos visitantes. Os turistas são convidados a visitarem os museus e demais patrimônios arquitetônicos (quando existentes), as casas dos moradores, os bares e restaurantes e os centros de convivência das comunidades.

Com relação ao acesso ao patrimônio INTANGÍVEL, também não há restrições aos turistas. Eles são convidados a participar das festas religiosas e cultos sagrados, têm acesso às receitas tradicionais, às histórias e lendas locais e aos demais conhecimentos tradicionais que a comunidade dispõe, como medicina tradicional e dinâmica da natureza.

Cabe destacar que esse contato direto dos visitantes tanto com o meio natural como cultural é uma das características mais próprias do turismo de base comunitária. As comunidades que abrem suas portas para os visitantes, em geral, estão dispostas a compartilhar um pouco de sua cultura e os visitantes que buscam esses lugares também têm interesse em conhecer e vivenciar uma realidade diferente da sua de origem.

Com relação aos serviços de HOSPEDAGEM, prevalecem em todas as experiências pesquisadas os micro-empresendimentos ou empresendimentos de pequeno porte. Pequenas pousadas, hospedagens domiciliares e campings aparecem com muita frequência nesses casos. O modo de gestão desses empresendimentos varia: os empresendimentos privados são em sua maioria administrados por uma família, já os empresendimentos coletivos são gerenciados por cooperativas e/ou associações.

Na maioria dos casos são comercializados PRODUTOS ARTESANAIS de produção local (cooperativas e associações de artesãos ou produção individual). Os materiais utilizados na produção dos artesanatos são, de modo geral, específicos de cada localidade, como cocos, palhas, fibras, sementes, conchas etc. As peças de artesanato produzidas podem ser classificadas, em sua maioria, como réplicas de originais utilitários, reproduções de referências externas ou artes plásticas em geral.

Com relação aos serviços de COMUNICAÇÃO disponíveis nas localidades, podemos destacar que em todas há algum serviço de telefonia, seja pública, fixa ou celular, e em grande parte dos lugares pesquisados há disponibilidade de acesso à internet. Como as localidades pesquisadas são em maior parte localizadas em zonas rurais, o uso do rádio (transmissor, receptor e portátil) ainda é muito frequente.

Com relação aos serviços de TRANSPORTE disponíveis, podemos dizer que são diversos e variam em função da localização dos lugares pesquisados. Os casos localizados no litoral ou nas margens de rios contam, em sua maioria, com opções

de transporte marítimo e/ou fluvial, mas na maior parte dos casos são serviços privados. Quando o caso está localizado mais no interior, as opções mais frequentes são os transportes rodoviários públicos (ônibus de linha, táxis, vans etc). Cabe destacar que em geral os casos estudados estão localizados fora dos centros urbanos e, por isso, o acesso por vezes é um pouco dificultado. Alguns empreendimentos oferecem serviços de transporte particular para atender a demanda turística.

Com relação à PROGRAMAÇÃO DAS VISITAS, em praticamente todos os casos pesquisados há a opção de visitas de um dia e visitas escalonadas em mais de um dia, ficando a critério do visitante a definição de sua programação. No entanto, cabe destacar que a utilização de circuitos envolvendo mais de uma experiência ainda não é muito difundida.

O PERÍODO DE ESTADIA recomendado varia de caso a caso, mas podemos dizer que a maior parte das experiências pode ser conhecida em um fim de semana (de 2 a 3 dias). No entanto, houve casos em que o período recomendado chegou a 7 dias.

O CUSTO DOS PASSEIOS também varia muito, pois depende da localização dos casos (passeios que utilizam embarcações tendem a ser mais caros devido ao preço da gasolina e do óleo) e do tipo de programação. De um modo geral os preços praticados não são abusivos e giram em torno de R\$ 35,00, podendo chegar a R\$ 300,00*.

Em todos os casos pesquisados há ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO do turismo de base comunitária. Porém, a frequência das reuniões varia bastante, desde encontros semanais até anuais. Nesses encontros são definidos objetivos e metas a serem atingidas, individual e coletivamente, através de processos participativos que envolvem em alguns casos apenas as lideranças formais. Porém, em outros casos, o processo é mais aberto podendo envolver também lideranças informais, demais membros da comunidade e, por vezes, até pessoas externas à comunidade.

3ª parte: mercado e comercialização

A maior parte das experiências pesquisadas está em processo de consolidação. Alguns manifestaram preocupação em não acelerar o processo para que ele seja assimilado pela comunidade, evitando a entrada de “estrangeiros” (nacionais ou internacionais).

Em todos os casos pesquisados a comercialização do turismo é feita de forma independente e conta com o “boca-a-boca” como principal estratégia de divulga-

* Somente a título de referência, quando da redação deste trabalho o dólar estava cotado em R\$ 1,70. Dessa forma, os preços praticados pelas experiências pesquisadas variam entre cerca de US\$ 20,00 a US\$ 180,00.

ção. Apenas em dois dos casos há alguma vinculação com operadoras e agências locais. Cabe destacar ainda o trabalho de algumas ONGs que organizam viagens de grupos para visitar algumas das experiências pesquisadas, com destaque para o Projeto Bagagem⁵. Como consequência, não há em nenhum caso estrutura de venda de pacotes fora das comunidades.

Dentre os materiais promocionais mais utilizados para divulgação das experiências pesquisadas destacamos os folhetos e *folders*, os *websites* e, curiosamente, os vídeos promocionais. Também são utilizados, em alguns casos, anúncios em mídia impressa, em rádios e TVs.

Como esta pesquisa foi realizada durante o Salão do Turismo de Base Comunitária (uma das atividades paralelas do II SITS), todas as experiências pesquisadas informaram participar de feiras e eventos. Porém, essa é uma afirmação que não pode ser generalizada para as demais experiências de turismo de base comunitária no Brasil. Cabe refletir sobre a avaliação dos entrevistados sobre esta participação. A totalidade avaliou como muito positiva a oportunidade de participar da feira. A divulgação, as trocas de experiências, os contatos e o fortalecimento das iniciativas de turismo de base comunitária foram apontados como os principais benefícios.

4ª parte: articulação interinstitucional

Algumas das experiências pesquisadas relataram que já começam a trabalhar em parceria com outras iniciativas similares. No entanto, esta articulação ainda não é o padrão. Boa parte dos casos ainda permanece isolada, sem trocas significativas com outras comunidades que praticam o turismo de base comunitária.

Outra consideração importante diz respeito ao poder de difusão dos casos de turismo de base comunitária. Metade das iniciativas pesquisadas informou estar difundindo este modo de turismo em comunidades do entorno.

O retrato da falta de articulação entre as iniciativas de turismo de base comunitária é o fato de grande parte dos casos pesquisados não fazerem parte de nenhuma rede. Isso mesmo com a pesquisa tendo sido feita durante o II SITS, evento onde foi lançada a Rede de Turismo de Base Comunitária do Ceará (TUCUM) e estiveram presentes representantes da Rede TURISOL, além de outras redes internacionais.

Considerações finais

O trabalho realizado nos proporcionou uma análise dos casos presentes durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), que representam sobretudo os principais casos de turismo de base comunitária existentes na região nordeste brasileira. Para essa análise utilizou-se uma ferramenta de pesquisa

construída a partir das pautas metodológicas para análise de experiências de turismo de base comunitária (OIT, 2005), que demonstrou ser adequada para uso em futuras pesquisas mais abrangentes, sendo necessárias algumas adaptações de linguagem para que sejam melhor compreendidas pelos entrevistados.

Foi possível identificar características das singularidades dos casos e estabelecer algumas generalizações a respeito do conceito de turismo de base comunitária. Com base nas experiências de pesquisa acumuladas e nas análises efetuadas nesse trabalho, consideramos o turismo de base comunitária não como mais um segmento de mercado, mas como a possibilidade de um novo paradigma para o turismo, cujas bases se assentam nas relações de hospitalidade, da vontade de receber para intercambiar o que se tem de mais caro, que é o sítio simbólico de pertencimento (ZAOUAL, 2008), e de ser recebido, estar aberto, viajar deslocando-se do seu centro de referência para encontrar o outro.

O turismo de base comunitária no Brasil, portanto, tem a possibilidade de ser aberto ao próprio Brasil e aos demais visitantes de outras partes do planeta. Basta que se respeite a diversidade, a identidade e se dê condições para que as comunidades apresentem suas demandas, suas limitações. O turismo em nenhuma das situações pesquisadas é a única atividade e, muitas vezes, nem a mais importante enquanto atividade econômica. Mas certamente tem sido um apoio ao fortalecimento da autoestima dessas comunidades e se torna um meio de apoio às lutas sociais dos moradores.

A pesquisa aponta para a necessidade de políticas públicas que deem apoio às iniciativas comunitárias de desenvolvimento turístico, uma vez que os lugares que hoje promovem este tipo de turismo são carentes de infraestrutura básica. Outra questão relativa ao papel do poder público diz respeito ao auxílio no planejamento e financiamento de ações nestas comunidades.

Podemos afirmar que o turismo de base comunitária vem se apresentado como uma nova funcionalidade para as comunidades do meio rural do interior e da região costeira. Seu potencial vai além do mero benefício econômico que as populações locais podem ter com o aumento no fluxo de visitantes. Através do turismo de base comunitária essas populações vêm revalorizando sua identidade cultural, lutando pela manutenção de seus modos de vida, pelo direito à terra, se empoderando, por meio da criação de redes solidárias, de proximidade, por meio da criação de novos vínculos sociais, econômicos e culturais, bem como da valorização da conservação ambiental como um valor intrínseco aos seus modos de vida e não como uma externalidade a ser mercantilizada.

No Brasil e na América Latina como um todo, o inchaço dos grandes centros urbanos acarreta a perda da qualidade de vida das populações menos favorecidas, comumente provenientes das zonas rurais. A criação de alternativas para a manu-

tenção do homem no campo pode representar um caminho fértil para a melhora da qualidade de vida em nossos centros urbanos.

Notas

¹ Ver http://comunidades.mda.gov.br/dotlm/clubs/redestematicasdeater/turismoagriculturafamiliar/one-comunity?page_num=0, acessado em 2008.

² *Odisséia*, 14.45-47.

³ <http://www.sits2008.org.br>

⁴ http://www.snis.gov.br/Arquivos_PMSS/7_PUBLICACOES/7.6_Palestras/2institucional/institucional_seminario_regulacao_30102003.pdf

⁵ <http://www.projeto bagagem.org>

Referências bibliográficas

- BAPTISTA, I. “Para uma Geografia de Proximidade Humana”. In: *Revista Hospitalidade*, ano 2, n. 2, São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2005.
- BAUMAN, Z. *Comunidades*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BLANCO, H. S. “O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as ‘novas ruralidades’ e a sustentabilidade do desenvolvimento local”. In: *Caderno Virtual de Turismo*, v. 4, n. 3, 2004, p. 44-49.
- BUBER, M. *Eu e Tu*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1977.
- BUENO, M.; DENCKER, A. F. *Hospitalidade, Cenários e Oportunidades*. São Paulo: Thomson Pioneira, 2003.
- BURSZTYN, I. *Políticas públicas de turismo visando a inclusão social*. M.Sc. thesis. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2005.
- CAMARGO, L. O. L. *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph, 2004.
- COOPRENA. “Consortio Cooperativo Red Ecoturística Nacional. Experiencias de turismo rural comunitario en Costa Rica”. Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism. Fortaleza, 2008.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. (Eds.). *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNECE, 2003.
- DERRIDA, J. *De ‘l’hospitalité’: Anne Fourmannelle invite Jacques Derrida à répondre*. Paris: Calmann-Lévy, 1997.
- Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.
- FEPTCE. Federação Plurinacional de Turismo de Base Comunitária. “El turismo comunitario esta basado en la cosmovision andina de Sumak Kawsay”. Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism. Fortaleza, 2008.

- GOTMAN, A. *Le sens de Lhospitalité: Essai sur les fondements sociaux de Laccueil de Lautre*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- HORN, C.; SIMMONS, D. "Community adaptation to tourism: Comparisons between Rotorua and Kaikoura, New Zealand". In: *Tourism Management*, v. 23, 2002, p. 133-143.
- ILLICH, I. *Tools for conviviality*. Disponível em <<http://opencollector.org/history/homebrew/tools.html>> 1973.
- IRVING, M.; AZEVEDO, J. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.
- KANFOU, R. "Turismo e Território: Por uma Abordagem Científica do Turismo". In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). *Turismo e Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- KOSTER, R.; RANDALL, J. E. "Indicators of community economic development through mural-based tourism". In: *The Canadian Geographer*, v. 49, n. 1, 2005, p. 42-60.
- LASHLEY, C.; MORRISON, A. *Em Busca da hospitalidade: Perspectivas para um mundo globalizado*. São Paulo: Ed. Manole, 2004.
- LEVINAS, E. *Le tempet l'autre*. Paris: PUF, 1983.
- LTDS. Relatório técnico-científico: Análise de iniciativas turísticas com base comunitária: os casos de Trindade (Paraty-RJ) e Conceição de Ibitipoca (Lima Duarte-MG). Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2006.
- MDA. Turismo na Agricultura Familiar. <http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/turismoaagriculturafamiliar/one-community?page_num=0> Ministério do Desenvolvimento Agrário (acesso em 10 de setembro de 2008).
- MANSFELD, Y.; JONAS, A. "Evaluating the socio-cultural carrying capacity of rural tourism communities: a 'value stretch' approach". In: *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 97, issue 5, 2006, p. 583-601
- MATOS, O. *Babel e Pentecostes: heterofilia e hospitalidade*, 2005 (mimeo).
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MITCHELL, R. E.; REID, D. G. "Community integration: Island tourism in Peru". In: *Annals of Tourism Research*, v. 28, n. 1, 2001, p. 113-39.
- MONTANDON, A. *Accueil de l'étranger dans l'histoire et les cultures*. Paris: Ed. Le Livre de l'hospitalité, 2004.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. *Chamada Pública MTUR n. 001/2008 – Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária*. Brasília, 2008.
- MULLER, J. "Multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: a reconstrução dos espaços rurais em perspectiva". In: VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção (proceedings). Fortaleza, 2007.
- OIT. "Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitário. Programa sobre intensificación del empleo mediante el desarrollo de pequeñas empresas". Departamento de creación de empleos y desarrollo de la empresa, Oficina Internacional del Trabajo, 2005.
- PIMENTEL, A. B. "Hospedagem Domiciliar na Cidade do Rio de Janeiro: O Espaço de Encontro entre Turistas e Anfitriões". M.Sc. thesis. Rio de Janeiro: Programa EICOS (UFRJ), 2007.

- Plan Nacional de Turismo 2006-2011*. La Paz: Vice-Ministerio de Turismo, 2006.
- RAFFESTIN, C. "Reinventer l'hospitalité". In: *Comunicacions*. Paris, Seuil: 1997, p. 165-177.
- ROCHA, S. S. *O turismo na Prainha do Canto Verde (CE): comunidade e sustentabilidade*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2003.
- RUGENDYKE, B.; THI SON, N. *Conservation costs: Nature-based tourism as development at Cuc Phuong National Park, Vietnam*. Asia Pacific Viewpoint, v. 46, n. 2, 2005, p. 185-200.
- SANSOLO, D. G. *Planejamento Ambiental e as Mudanças na Paisagem no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, Ubatuba, São Paulo*. PhD thesis. São Paulo: USP, FFLCH, Departamento de Geografia, 2002.
- _____. "Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no município de Silves, AM". In: PASOS. *Revista de Turismo e Patrimônio Cultural*, v. 1, n. 1, 2003, p. 39-50.
- SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I.; LIMA, R.; LANGENBACH, M.; SALTOUN, S. "Projeto Azul Marinho: circuito ecoturístico de base comunitária da Reserva Ecológica da Juatinga". In: III SAPIS: *Seminário sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social*. Teresópolis, 2007.
- SANSOLO, D. G. *et alii*. "O turismo comunitário em pequenos núcleos populacionais no Mosaico Bocaína". Brasília: IV Encontro Nacional da ANNPAS (proceedings), 2008.
- SANTOS, M. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Francisco Alves, 1979.
- SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. "Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul". In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Eds.) *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: EDUSC, 2000.
- TOSUN, C. "Expected nature of community participation in tourism development". In: *Tourism Management: Research, Policies, Practice*, n. 27, 2006, p. 493-504.
- TUCUM. Rede Cearense de Turismo Comunitário. Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism. Fortaleza, 2008.
- Turismo Comunitario como Estrategia de Desarrollo*. Presentation of the Vice-Minister of Bolivia, held at the II International Seminar on Sustainable Tourism Fortaleza, 2008.
- TURISOL. Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário. Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism. Fortaleza, 2008.
- WWF-INTERNACIONAL. *Guidelines for community-based ecotourism development*. <http://www.panda.org/downloads/policy/guidelinesen.pdf>. Julho de 2001, (acesso em 10 de janeiro de 2005).
- ZAOUAL, H. *Globalização e Diversidade Cultural*. São Paulo: Publisher Cortez, 2003.
- _____. *Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- _____. "Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?". In: *Caderno Virtual de Turismo*, v. 8, n. 2, agosto de 2008, p. 1-14.

Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais

um olhar geográfico

MARIA TEREZA DUARTE PAES



Em todo o mundo assistimos a euforia pela recuperação de centros históricos urbanos, muitos abandonados à própria sorte, durante algumas décadas de descentralização e, agora, reincorporados à economia política das cidades e às lógicas da economia global, ofertados aos olhares atentos e às singularidades locais como uma nova mercadoria, chamada patrimônio cultural.

O patrimônio cultural, quer seja natural, material ou imaterial, possui uma expressão espacial significativa e constituinte da própria identidade cultural: a sua inerente territorialidade (DI MÉO, 1995, p. 20). O enraizamento da memória se dá em uma escala territorial — em alguma paisagem, em algum lugar. É no espaço material e da memória que a identidade permanece enraizada; quando o espaço passa a representar o tempo na memória social, ele torna-se patrimônio, campo conflituoso de representações sociais (LAMY, 1996, p. 14; CANCLINI, 1994).

A *patrimonialização* (JEUDY, 2005) é, hoje, um recurso recorrente para a conservação de símbolos e signos culturais, sejam eles monumentos ou objetos aparentemente banais, cidades, sítios históricos, paisagens naturais, festas, ritmos, crenças, modos de fazer, o *savoir faire*, seja um artesanato, um prato típico ou uma técnica construtiva. Nessa esfera, ao menos uma questão nos concerne e merece enfrentamento: como apreender esse fenômeno a partir de uma abordagem geográfica, preocupada com as questões do planejamento do território, da valorização turística das paisagens e da identidade dos lugares?

Em primeiro lugar, devemos discernir a diversidade de interesses e de definições sobre o que vem a ser patrimônio cultural, e os diferentes modos de apreendê-lo respeitando as escalas do tempo, ou sua história, e do espaço, ou suas variadas formas de expressão locais e globais. Inúmeras disciplinas, instituições e organizações sociais vão defini-lo de maneiras variadas. Deste modo, não podemos tomá-lo em sua totalidade como um inventário descritivo, mas podemos elaborar uma abordagem interpretativa que comporte várias dimensões (DÉGREMONT, 1996).

O patrimônio cultural é herança, mas é também propriedade. Para Gonçalves (2005), não basta uma decisão política do Estado para legitimar um patrimônio, é preciso ‘ressonância’ junto a uma população, a um público. Para ele,

patrimônios culturais seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios sociais e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres etc (pp.16-17).

A categoria patrimônio serviria como ponte, mediação entre dimensões que foram tratadas comumente na ciência moderna como oposições — o material e o imaterial, o sujeito e o objeto, o corpo e o espírito, o sagrado e o profano, o passado e o presente...

Na modernidade a cultura assumiu a sua interpretação mais pelo viés das relações sociais simbólicas, embora o caráter material desta esteja sempre presente. É dessa forma que, mesmo o patrimônio imaterial, intangível, possui um lugar, um território, uma espacialidade e um sistema de objetos que dá concretude a este universo simbólico. Para Gonçalves (2005, p. 31), o patrimônio rematerializa a noção de cultura que foi condicionada, no século XX, a noções mais abstratas como estrutura, estrutura social, sistema simbólico. Os objetos, os bens e sua espacialidade são a substância de nosso universo social e simbólico, produtor de cultura. E não nos são úteis apenas para construirmos um sistema abstrato de interpretação da vida, mas para vivê-la, prosaicamente, em sua cotidianidade.

Interpretado desta maneira, o patrimônio não é só a expressão da sociedade, ele movimenta, aviva, põe em evidência as passagens, as vias de acesso entre o material e o simbólico, entre o sujeito e o seu meio, entre uma razão prática e uma razão simbólica. O patrimônio cultural torna-se um fato social.

Uma das formas recorrentes de interpretar o patrimônio nos remete à história sócio-cultural que deve ser preservada. Essa necessidade nos conduz às dimensões cultural, técnica e política. Cultural, porque somos nós, homens, no exercício da cultura, que elegemos o que deve ser preservado, imprimindo uma dimensão valorativa

aos bens materiais ou intangíveis. Técnica, pois devemos desenvolver saberes, instrumentos e normas para levar a termo o processo de preservação. Política, porque esta seleção e normatização dos bens que devem ser patrimonializados envolvem ações e decisões, resultantes de conflitos de interesses, que devem ser normatizadas — o tombamento é, assim, uma ação cultural, técnica e política.

A patrimonialização envolve, então, um conjunto de práticas sociais, desde as mais diversas formas de produção cultural, de saberes simbólicos e técnicos, até os inúmeros processos de institucionalização do patrimônio como tal, que permitem a preservação dos bens culturais.

As origens da concepção de patrimônio possuem inúmeras raízes, e todas se firmam na ideia de preservação da memória coletiva por meio de critérios valorativos, estéticos, históricos, culturais, sempre em atenção aos riscos que a modernidade impõe às tradições.

Mas como podemos dar conta de um fenômeno tão abrangente? Choay (2001, p. 12) distingue três aspectos para facilitar sua apreensão: em primeiro lugar, a expansão de seu conteúdo, que parte das formas arquitetônicas até incorporar a natureza como bem a ser preservado, incluindo inúmeros elementos entre esses dois termos; em segundo, uma expansão cronológica, pois, inicialmente, apenas os bens muito ‘antigos’ ganhavam legitimidade para preservação; e em terceiro, uma expansão espacial — muito importante como objeto de uma abordagem geográfica — considerando que, antes, os monumentos ou bens patrimonializáveis ficavam limitados aos museus e às áreas restritas e, hoje, transformamos cidades inteiras em patrimônio, em bens culturais, além de imensos sítios históricos e diversas formações naturais.

Então, se pretendemos desvendar as múltiplas espacialidades do presente processo, essa nova escala espacial do fenômeno nos obriga também a uma revisão teórica e conceitual. Categorias caras à geografia, tais como as de território*, territorialidade, lugar e paisagem são nossos guias nessa reflexão.

Tomando tal processo como objeto de uma reflexão geográfica, encontramos uma geografia atenta às relações entre o sujeito e o seu meio, ambos mediados pelas representações, pelas práticas e discursos globais e locais.

A produção de identidades territoriais (HAESBAERT, 1999) se manifesta em escalas variadas, das nações e regiões aos espaços sociais nas cidades, territorialidades muitas vezes marcadas pela segregação ou pela auto-segregação. Estas

* Além das possíveis abordagens do território do ponto de vista político, já tradicionalmente desenvolvidas, cabe lembrar aqui que, ao inventariar o patrimônio imaterial no Brasil, o IPHAN elegeu o termo “territórios do patrimônio imaterial”, assumindo, mesmo neste caso, a sua inerente espacialidade.

territorialidades podem também ser projetadas por práticas sociais (festas, rituais), pelo mercado (enclaves homogêneos de consumo), ou por estratégias e discursos políticos (valorização e institucionalização de paisagens e monumentos), lembrando que o sujeito e o meio estão em contínua integração e são constitutivos um do outro (BERDOULAY; ENTRIKIM, 1998, p. 118).

Nesse sentido, “a memória dos lugares é seletivamente empregada para planejar os lugares de memória*” (BERDOULAY, 2007, p. 1). Berdoulay faz uma leitura crítica a Pierre Nora, para quem os *lugares de memória* são apenas os institucionalizados pelo Estado, subestimando seu componente espacial, assim como as ações sociais não institucionalizadas, igualmente produtoras de identidades territoriais.

Para Berdoulay, os lugares de memória são marcados por dimensões espaciais, elaboradas por imagens e tramas narrativas (íconografias); por uma dimensão epistemológica (o material e o imaterial); e por uma dimensão política (as identidades eleitas no planejamento do espaço público). Para ele, os *lugares de memória* permitem que uma coletividade atribua uma imagem a ela mesma, tanto para se reconhecer como para se fazer reconhecer por sua singularidade em relação aos outros. Esta imagem funcionaria como uma mediação entre o grupo social e seu meio, lembrando que a produção de imagens pode ser tanto visual quanto discursiva.

A produção de íconografias — entendendo-as aqui como um conjunto de símbolos variados, materiais ou abstratos, que exprimem as crenças e os valores de uma coletividade em torno de suas identidades territoriais —, revela uma organização simbólica, seja a partir de suas dimensões sócio-culturais, ou daquelas orientadas ou impostas pelo Estado.

Para Berdoulay, a memória, materializada nos *lugares de memória*, é uma fonte inesgotável de re-semantização do espaço geográfico, de reorganização dos territórios, e de conflitos de interpretação na seleção de paisagens. Lembrando que as íconografias são também produzidas por tramas narrativas que legitimam sua dimensão espacial, Berdoulay (2007, p. 7) se pergunta, em relação ao planejamento do território, quais são os pactos narrativos por detrás da criação de territórios particulares a partir da memória dos lugares? Quais discursos são difundidos e quais cenários são mais eficazes? Refletir teoricamente sobre estas questões nos ajuda a discernir as referências epistemológicas para a interpretação da produção do espaço material e simbólico.

Tomando emprestadas as palavras de Bailly (*et alii* 1991, p. 21), podemos dizer que esta geografia, consciente de sua subjetividade, nos permite, por meio

* Tradução livre.

da análise das representações sociais em suas lógicas espaciais, analisar discursos e práticas, razão e sentimentos enraizados no lugar.

A esfera simbólica ordena o mundo por meio dos discursos que unem os homens ao meio, reproduzindo a estrutura social vigente, seja esta ideológica, política e de dominação, como acentua Bordieu (1980), ou nas relações intersubjetivas de pertencimento ao lugar, como assinalam Berdoulay e Entrikim (1998). No processo contemporâneo de valorização turística das identidades territoriais expressas nas paisagens, nos objetos, nas expressões intangíveis do patrimônio cultural, a gestão do patrimônio é tanto palco privilegiado dos discursos explicativos e ideológicos dos agentes institucionais, políticos e administrativos, nas práticas do urbanismo e do planejamento do território; como bandeira de pertencimento territorial no universo simbólico, e também político, das práticas sócio-culturais que expressam relações de identidade entre determinadas coletividades e o seu meio.

As ideologias constitutivas da vida social, ao serem consideradas como práticas empregadas nas decisões do planejamento do território, mobilizam o imaginário social na produção do espaço e nos permitem compreender melhor a valorização turística do patrimônio no planejamento do território, afirmando a concepção de espaço geográfico como portador de representações, de imaginário social e de tramas narrativas que o estruturam.

E é na paisagem que essas heranças e memórias, tornadas patrimônio, ganham materialidade. A paisagem é sempre uma herança material e simbólica, patrimônio coletivo, continente de signos e significados historicamente localizados*. A paisagem, resultado da produção social e da determinação natural, é uma forma pela qual a sociedade vê o mundo. Ela reclama um sujeito que a signifique e que lhe confira valor. A valorização do patrimônio cultural para fins turísticos evidencia a associação entre o urbanismo e o planejamento do território na produção de imagens e discursos que privilegiam ou excluem determinadas memórias e paisagens do território. As imagens valorizadas, construídas ou recuperadas com o objetivo de mercantilização das paisagens, de fortalecimento dos lugares e de produção de territorialidades, participam de uma construção simbólica com base espacial.

Ao analisarem dois processos de reabilitação de centros históricos, o de Barcelona, na Espanha, e o de Bordeaux, na França, Vlès e Berdoulay (2005) identificam um processo de *redução narrativa* nestas intervenções. Lembram que a seleção feita para recriar a imagem destas cidades exclui a diversidade da memória de outras identidades culturais que não aquelas eleitas para a produção de

* Em artigos anteriores analisamos mais demoradamente a natureza, as definições e a valorização contemporânea das paisagens (LUCHIARI, 2001, 2002; PAES-LUCHIARI, 2007).

uma imagem de riqueza, opulência, beleza, prestígio, entre outros atributos que conferem, segundo os especialistas em planejamento e marketing, positividade à imagem destas cidades.

Este tipo de reabilitação centra esforços na produção estética das paisagens atrativas para o turismo, na produção do cartão-postal fixo do patrimônio arquitetônico eleito, e homogeneiza as imagens em detrimento de identidades culturais variadas que convivem no espaço público urbano. O espaço público assim concebido orienta o olhar e elimina a diversidade de símbolos e signos culturais que coexistem nas cidades.

É sabido que as ideologias são constituídas por um sistema de ideias, próprias de um grupo e de uma época, e que traduzem uma situação histórica. A seleção e a valorização de identidades territoriais, bens materiais e expressões simbólicas, eleitos como patrimônio cultural, podem ser compreendidas como uma produção ideológica espacializada, como acentua Dégremont (1996, p. 10), pois nos fornece uma nova interpretação da cultura pelas práticas do consumo de massa no território.

É este universo material e simbólico da produção cultural do espaço que tem se tornado objeto do olhar turístico, fenômeno que valoriza os bens de diferentes expressões culturais, fortalecendo a atratividade dos lugares. Identidades territoriais, muitas vezes esquecidas pelos próprios grupamentos culturais aos quais pertencem, emergem como objetos de consumo valorizados na mercantilização turística das paisagens, dos lugares e dos territórios, e ganham novas dimensões econômicas, políticas e também culturais.

A relação entre a patrimonialização de bens culturais e o crescimento da visitação turística já é bastante conhecida; seja na escala internacional ou nacional, para patrimônios mundiais ou não, em sítios naturais ou urbanos, todos foram transformados em lugares de grande visitação turística (LAZZAROTTI, 2000, p. 15; PAES-LUCHIARI, 2005, 2007). Ao analisar a correspondência entre sítios de patrimônio mundial e sítios turísticos internacionais, Lazzarotti (2000, p. 1) afirma que patrimônio cultural e turismo participam de um mesmo movimento mundial e de um mesmo sistema de valores.

Tendo em vista que os bens patrimoniais pertencem à cultura, e que o uso do solo, o zoneamento, a disputa pela apropriação se dão pelo planejamento territorial e pelas estratégias espaciais do mercado, é de fundamental importância compreender o poder simbólico destes bens, e os diferentes interesses que envolvem estas relações. É com este objetivo que esta reflexão parte do pressuposto de que a atual valorização do patrimônio histórico e arquitetônico legitima a mercantilização da cultura como um bem distintivo de classe, e toma como referência a valorização contemporânea de inúmeras áreas centrais, com sítios históricos urbanos

preservados — cenários de identidades culturais variadas. Estes sítios, que constituem patrimônios representativos da história urbana, acumularam, na vitalidade do tempo, formas e funções imprescindíveis à formação das cidades.

Aprofundar as reflexões acerca das diferentes estratégias de valorização, representação, apropriação e uso dos bens patrimoniais das áreas centrais urbanas, hoje em processo de *refuncionalização**, nos possibilita compreender de que modo o patrimônio histórico foi incorporado à esfera do consumo cultural, agregando valor econômico às paisagens urbanas e aos lugares-símbolo de pertencimento de identidades territoriais, e contribuindo na seleção de um conjunto de formas e expressões culturais que passaram a ser atrativas para o olhar turístico.

As áreas centrais urbanas acumulam as marcas de processos históricos variados. A sucessão do tempo na dinâmica das áreas centrais permanece como memória nas edificações e estruturas remanescentes. A mudança funcional desses centros *refuncionalizados* vem realçar a valorização econômica destas áreas constituídas por diferentes representações sócio-culturais e políticas. Para Santos (1995, p. 16):

o turismo vai aparecer como um fator extremamente importante na compreensão da centralidade, porque, ao lado dos habitantes que têm uma lógica de consumo do centro ligada ao seu poder aquisitivo e à sua capacidade de mobilização, vêm os turistas, que são os homens de lugar nenhum, dispostos a estar em toda parte e que começam a repovoar, a recolonizar, a refuncionalizar e a revalorizar, com a sua presença e o seu discurso, o velho centro.

O planejamento urbano do território, que contém intencionalidades afeitas à preservação do patrimônio cultural e ao uso turístico, irá implicar em um novo conjunto normativo referente àquele espaço. É uma equação difícil essa, pois enquanto a preservação patrimonial tende a congelar os bens tombados, restringindo ou limitando mudanças formais ou funcionais, a valorização turística incorpora novos usos ao território. Nesse duelo entre a preservação e a modernização, o uso público e o uso privado, a identidade e a diversidade, as forças de mercado e os interesses sociais, estes sítios históricos — objetos do imaginário cultural do nosso tempo — rendem-se à economia política da cidade.

* Na dinâmica do espaço geográfico, as formas e objetos assumem continuamente novas funções, respondendo a novas lógicas sócio-espaciais. Este processo de *refuncionalização* tem sido acentuado na valorização turística de patrimônios culturais, sejam estes objetos, conjuntos paisagísticos ou práticas sociais. Nesse sentido, a *refuncionalização* é uma atribuição de novos valores e conteúdos às formas herdadas do passado, que refletem uma renovação das ideologias e dos universos simbólicos (Berdoulay, 1985; Santos, 1996; Paes-Luchiarí, 2005).

Meneses (2006, p. 36) aponta a trama imbricada entre preservação patrimonial e ordenação urbana. Para ele “(...) o caráter problemático da cidade não se encontra nela — entendida como uma forma espacial de assentamento humano — mas na sociedade, no tipo de relações entre os homens que a institui e organiza”. Para entender as qualidades atribuídas à cidade, Meneses (2006) põe em foco três dimensões distintas que compõem sua natureza: a dimensão do artefato, a do campo de forças e a das significações. Como afirma, “a cidade é coisa feita, fabricada” (MENESES, 2006, p. 36), natureza artificializada, reproduzida socialmente num campo de forças de origens e interesses diversos — todos alimentados de significação. Para Meneses, “as práticas que dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato, também lhe dão sentido e inteligibilidade e, por sua vez, alimentam-se, elas próprias, de sentido”.

Para melhor compreender as inter-relações entre patrimônio cultural, planejamento urbano e valorização turística, destacamos aqui alguns centros históricos, tais como os de Recife (PE), Salvador (BA) e Ouro Preto (MG), incluídos no Programa *Monumenta*, do Ministério da Cultura (MinC), e como centros históricos culturais e turísticos, presentes no site do Ministério do Turismo/Embratur, sendo que Ouro Preto e Salvador estão também na lista de Patrimônio Mundial tombado pela Unesco; além de São Luiz do Paraitinga e Cunha, ambas cidades do Estado de São Paulo, no Vale do Paraíba*.

O caso de Recife, no Estado de Pernambuco, contemplou principalmente a área do cais, antes degradada, abrigando a zona de prostituição e pensões de alta rotatividade em meio aos prédios históricos deteriorados. Com a reabilitação dessa área, os prédios foram restaurados e passaram a abrigar atividades turísticas variadas, como bares e restaurantes de luxo que disputam territorialidades (CAMPOS, 2002) e legitimidade social com os grupos mais populares, moradores e usuários. Para a compreensão de processos de intervenção contraditórios como este, é preciso fortalecer as análises, de modo a estimular a politização das diferenças e a reinvenção dos centros históricos como espaços públicos, conforme aponta Leite (2004, p. 19), a partir de suas pesquisas no centro histórico de Recife.

Mais de cem anos depois, as práticas de intervenção urbana continuam a ‘embelezar’ estrategicamente as cidades históricas por meio de políticas de *gentrification* do patrimônio cultural. No entanto, ao contrário de evitar barricadas,

* Muitas cidades que mantiveram seu passado colonial preservado na arquitetura são agora valorizadas para a visitação do lazer e do turismo cultural. Vale destacar que, no Brasil, muitas cidades se mantiveram preservadas justamente por terem se mantido à margem do processo de industrialização/urbanização/modernização. Aquelas mais dinâmicas nestes processos foram, de maneira geral, conduzidas pelas ideologias de modernização/renovação urbana, tendo como sujeitos principais a construção civil e os promotores imobiliários.

essas políticas erguem suas próprias fronteiras — ao mesmo tempo em que removem outras — quando segmentam e disciplinam certos espaços urbanos para uso extensivo de lazer, turismo e consumo. As novas barricadas urbanas reeditam política e espacialmente formas históricas de desigualdade e exclusão social quando restringem os usos dos lugares da vida cotidiana pública aos moradores e frequentadores dessas áreas.

Salvador, no Estado da Bahia, apesar de ser uma boa referência em termos de recuperação da arquitetura colonial, e de organização das atividades turísticas, do ponto de vista da sua refuncionalização foi segregador, pois a população do Pelourinho, sobretudo de pobres e negros, foi direta ou indiretamente expulsa, mudando completamente as características do lugar. Conforme relata Vasconcelos (2003, p. 117):

A reação ao declínio da área do Pelourinho começou a se dar em 1975, com as primeiras restaurações e com a indicação, em 1985, do centro de Salvador como ‘Patrimônio Histórico da Humanidade’, pela UNESCO. A grande reforma, em andamento, teve seu início em 1993, com a inauguração de quatro etapas em 1994, correspondendo a 16 quarteirões, e a abertura de dois prédios de estacionamento. De fato trata-se de um processo parcial de gentrificação, com a implantação de estabelecimentos comerciais e de serviços, no que ficou conhecido como ‘Shopping do Pelô’, pela expulsão de 1.967 famílias, através de indenização. Os dados populacionais para o conjunto da freguesia refletem a saída da população: 11.630 habitantes (1970), 9.853 (1980), 6.645 (1991) e 3.924 (1996). Essa reforma transformou também o traçado da antiga cidade colonial, na medida em que antigos quintais foram transformados em praças, e tornou a própria área um parque temático colonial, correspondendo a uma ‘disneylização’ das cidades antigas, uma das referências principais da pós-modernidade.

Para Sotratti (2005, p. 172): “A história e evolução do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador evidenciam a intencionalidade do Estado em criar e fortalecer a territorialidade turística na área”. Sotratti elabora uma carta demarcando os pontos atrativos que conduzem o fluxo turístico a partir de uma visão serial da paisagem. Esta pesquisa deixa claro que a estratégia de apropriação turística do Centro Histórico e a supervalorização estética de suas paisagens se sobrepõem ao lugar — espaço vivido cotidianamente pelos habitantes. Segundo a sua pesquisa na área que cobre as sete etapas do Programa de Recuperação, as residências ocupam apenas 10% do uso dos imóveis, enquanto 36% deles destinam-se ao comércio e aos serviços turísticos. Nesse caso, os esforços do Estado

da Bahia e a espetacularização da identidade africana como uma imagem a ser vendida tiveram um papel decisivo na sua refuncionalização turística.

Só recentemente, na sétima fase do Programa de Reabilitação do Pelourinho, a preocupação com a permanência da população que sobreviveu ao processo aparece como uma das prioridades, após a constatação de que a dinâmica dos centros históricos está visceralmente marcada pela presença de suas populações, por mais que o turismo seja ativo nestas áreas.

Em São Luiz do Paraitinga, pequena cidade situada no Alto do Vale do Paraíba Paulista, esquecida durante décadas pelo dinamismo econômico do Estado, após a decadência da produção do café na região, pertencente ao conjunto que Monteiro Lobato denominou de *idades mortas*, ganhou recentemente os títulos de Patrimônio Histórico, em 1982*, e Instância Turística, em 2001. A partir daí, a pacata cidade de origem rural, situada entre os remanescentes da Mata Atlântica, viu a sua rotina totalmente alterada pela valorização turística de seu patrimônio arquitetônico, agora restaurado e refuncionalizado. Além do patrimônio material, a valorização do modo de vida caipira, identidade territorial associada à vida rural, às festividades, à musicalidade e aos costumes do campo e às tradições religiosas da Igreja católica, têm descaracterizado o patrimônio imaterial que, ao responder às demandas turísticas, reproduz as festas e as crenças como espetáculos agendados para as altas temporadas, alterando o seu significado cultural para a população local (PRADO SANTOS, 2006). Em relação à valorização turística do patrimônio imaterial, tudo indica que Cunha, no Vale do Paraíba Paulista, vá seguir o mesmo caminho (MESQUITA, 2007).

Em São Luiz do Paraitinga, assim como em inúmeros outros casos, é visível que a preocupação do poder público com a organização do turismo no território se sobrepõe às estratégias de desenvolvimento local para a população como um todo. Os moradores vão ocupando cada vez mais as áreas periféricas ao Centro Histórico, e habitando em loteamentos ainda muito carentes em infraestrutura urbana, transformando os traços identitários desta população em artigo de luxo para ser vendido nas temporadas turísticas.

Caso semelhante ocorre em Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, exemplo emblemático do movimento preservacionista no Brasil**, analisado por Cifelli (2005) e Oliveira (2005), entre muitos outros autores. O aproveitamento do potencial paisagístico do Centro Histórico e do seu universo simbólico que remete ao Brasil

* Tombado em 1982 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT/Secretaria de Estado da Cultura).

** Tombado em 1938 como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN.

colonial agregou “uma valorização econômica aos seus bens patrimoniais que são requisitados a atender a uma demanda de novas funções, destinadas à promoção do desenvolvimento turístico de Ouro Preto” (CIFELLI, 2005, p. 153). Enquanto o seu Centro Histórico recebe os aportes de infraestrutura e serviços para receber os turistas, grande parte da população local passa a residir em bairros afastados do centro, descaracterizando, inclusive, o entorno paisagístico do sítio tombado. Segundo Cifelli, muitos dos moradores antigos, que ainda permanecem no Centro, também já pensam em vender ou alugar os seus imóveis para o uso turístico.

Estes e inúmeros outros exemplos de refuncionalização ilustram os novos valores atribuídos ao patrimônio histórico e arquitetônico brasileiro. As consequências mais enfáticas desse processo são aquelas relacionadas à seletividade social que estas novas territorialidades do patrimônio passam a impor*. Com isso, a identidade e o sentimento de pertença ao lugar se diluem no consumo cultural, na valorização estética e mercadológica. Neste caso, são priorizados os signos, os símbolos, os discursos e as imagens na construção de uma identidade distintiva como estratégia importante de venda das cidades — seja a cultura africana, na Bahia, o caipira, a religiosidade e a musicalidade no Vale do Paraíba Paulista, ou a história colonial.

Tomando o urbano e suas representações, podemos nos perguntar: o valor mercadológico incorporado aos bens patrimoniais tombados destas cidades-paisagens-mercadorias macula o valor simbólico da memória social, ou organiza outra estrutura urbana igualmente simbólica, mediada, agora, pela técnica e pela racionalidade econômica?

As diferentes concepções estéticas impressas na cidade ao longo da história, e o nosso desejo de preservar diferentes estilos arquitetônicos, teceram cidades com os mais variados signos e símbolos que, oriundos de representações diversas — ou mesmo de reproduções espetacularizadas — vão proporcionar uma apropriação imaginária do espaço urbano. Representações que recortam a cidade e se abrem a percepções variadas deste território que é “ao mesmo tempo prisão e liberdade, lugar e rede, fronteira e ‘coração’” (Haesbaert, 1999, p. 186). Neste território que é também *lugar de memória*, como o interpreta Piveteau (1995, 114), a memória semiotiza o espaço, enquanto o espaço estabiliza a memória. O espaço torna a memória durável. O espaço substancia o ser social e a memória.

* Apesar da intencionalidade positiva dos programas, inúmeros projetos de requalificação urbana têm sido responsáveis pela expulsão das populações locais; seja diretamente, pela desapropriação e introdução de novos usos às edificações, seja indiretamente, pela valorização econômica atribuída ao solo urbano, o que leva as populações mais pobres a venderem os seus imóveis, evitando o pagamento dos impostos que se elevam com a valorização urbana, ou mesmo buscando a obtenção de lucros e migrando para áreas periféricas menos valorizadas, o que desloca a visibilidade da segregação sócio-espacial.

Há uma alquimia entre espaço e memória que permite que o tempo seja capturado e ganhe substância nesse híbrido de solo e significado que se mostra no presente. O território, ou o lugar de memória, permite que ganhe concretude e se torne estável.

Ao discorrer sobre o uso das formas geométricas e da monumentalidade na produção das paisagens urbanas na história, Cosgrove (1998, p. 115) afirma que tais paisagens simbólicas não são apenas afirmações estáticas, formais. Os valores culturais que elas celebram precisam ser ativamente reproduzidos para continuar a ter significado. A cidade enclausurada do período medieval, o espaço geométrico que se abre no Renascimento, os contrastes entre as concepções racionalistas e culturalistas, que vão opor controle e disciplina a criatividade e liberdade, são formas de representação do urbano que hoje buscamos recuperar, reproduzir e preservar para manter a identidade original do lugar — sem nos darmos conta de que as representações de temporalidades diversas se embaralham na cidade. As identidades territoriais, hoje, existem, mas são cada vez mais embaralhadas, misturadas, pressionadas pela referência do outro, tão presente e tão perto, fazendo contato.

A cidade, vitrine de tempos diversos, se oferece à percepção dos seus signos e símbolos e reduz suas narrativas ao ser preservada como paisagem representativa de um tempo único. Subversiva, ela emerge vigorosa, com uma energia que perturba estas representações visuais estabelecidas por concepções verticais. Como afirma Gandy (2004, pp. 85-86):

A paisagem urbana não é apenas um palimpsesto de estruturas materiais. É também o lugar onde se sobrepõem, de maneira singular e complexa, várias perspectivas e diversos símbolos culturais que não podem mais ser rebaixados à categoria de simples determinantes estruturais (...); a paisagem é o lugar da superposição de jogos de poderes e de símbolos que têm influência na imaginação dos homens.

É dessa forma que os centros históricos tombados e refuncionalizados para o uso exclusivo do turismo cultural perdem a vitalidade original e deixam de ser o *locus* da liberdade, da diversidade e da criatividade. Ficam os objetos e vão-se os sentimentos de pertencimento que lhes davam sentido, porque a esperança das pessoas gira em torno de determinados lugares carregados de história e símbolos. Não podemos afastá-las de seu território sem que isso pareça um etnocídio (Bonnemaison, 2002, p. 108).

Na busca frenética por tomar as identidades territoriais como uma marca na venda das cidades, os gestores do urbano ordenam as representações eleitas como hegemônicas e serram os olhos para a escala humana da vida cotidiana na cidade.

As experiências com a organização de turismo comunitário no Brasil, embora ainda pontuais e quase sempre associadas às Unidades de Conservação e às comunidades não urbanas, poderiam ser estimuladas nestes centros históricos urbanos onde o turismo e o lazer desempenham os principais objetivos. Os moradores destas áreas, em geral populações pobres, não têm sido computados nas estratégias de desenvolvimento local; no entanto, se pensarmos nas inúmeras possibilidades de inclusão social a partir da participação da população nos processos decisórios, na gestão do turismo, na educação patrimonial, na capacitação destas populações para ofícios ligados à preservação, restauração e inúmeras atividades associadas ao setor turístico e ao patrimônio cultural, teremos criado inúmeras alternativas, não só de geração de renda para estas populações, mas também uma nova dinâmica sócio-espacial para estas áreas. Mais dinâmica, mais diversificada, mais humana.

Esta importante ferramenta, ao ser estimulada em programas, planos, projetos do governo ou da sociedade civil, pode vir a valorizar a cultura e a vida local nestas áreas, e amenizar a sua inevitável elitização.

Na variação de significado nas representações do patrimônio animado pela experiência de identidades territoriais legítimas, e um patrimônio apenas objetivado em sua identificação, classificação e preservação, desvendamos a diferença entre um patrimônio vivo, de um patrimônio tomado como uma ideologia, sobretudo ideologia do espaço no planejamento do território.

Referências bibliográficas

- BAILLY, A.; FERRAS, R.; PUMAIN, D. (Dir.). *Encyclopédie de Géographie*, Paris: Economica, 1992.
- BERDOULAY, V. “Les ideologies comme phénomènes géographiques”. *Cahiers de géographie du Québec*, n. 29, 1985, p. 205-216.
- _____. “Enjeux iconographiques dans l’aménagement des lieux de mémoire”. *Cahiers de géographie du Québec*. Contribution à l’ouvrage prévu sur le thème “Lieux de mémoire, commémoration et identité dans la francophonie canadienne”, 2007.
- _____; ENTRIKIN, J. N. “Lieu et sujet: perspectives théoriques” In: BRUNET, R. *Géographie universelle BELIN-RECLUS*. Paris: Diffusion Belin, 1998, p. 111-121.
- BONNEMAISON, J. “Viagem em torno do território”. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) *Geografia Cultural: um século* (3). Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2002.
- BOURDIEU P. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- CAMPOS, H. A. “Refletindo sobre o papel das representações nas territorialidades urbanas: o exemplo da área central de Recife.” In: *Geosp*, n. 11, 2002.

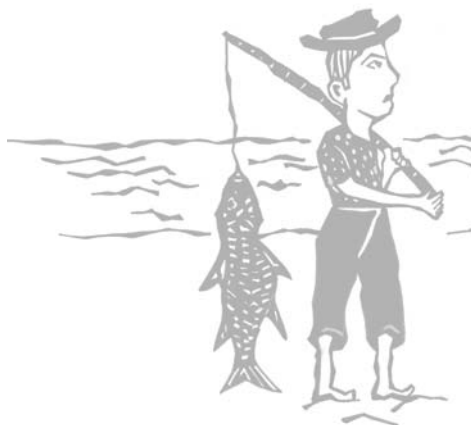
- CANCLINI, N. G. “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23. Brasília, 1994, p. 95-111.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp/Estação Liberdade, 2001.
- CIFELLI, G. “Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto (MG)”, Dissertação de Mestrado em Geografia. São Paulo: Unicamp, 2005.
- COSGROVE, D. “A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL Z. (Orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1998.
- DEGRÉMONT, I. “Patrimoine et aménagement: etude géographique d’un outil d’aménagement”. These de Doctorat Géographie-aménagement, Université de Pau et des Pays de L’Adour (IRSAM/SET), Pau, 1996.
- DI MÉO, G. “Patrimoine et territoire: une parenté conceptuelle”. In: *Espaces et Sociétés*, n. 78, Paris: Édition L’Harmattan, 1995.
- GANDY, M. “Paisagem, estéticas e ideologia”. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2004.
- GONÇALVES, J. R. S. “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio”. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 11, n. 23. Porto Alegre, 2005, p. 15-36.
- HAESBAERT, R. “Identidades Territoriais”. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1999, p. 169-190.
- JEUDY, H-P. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- LAMY, Y. (Org.). *L’alchimie du patrimoine*. Talence: Ed. De la Maison des Sciences de l’Homme D’Aquitaine, 1996.
- LAZZAROTTI, O. “Patrimoine et tourisme: un couple de la mondialisation”. In: *Mappemonde*, n. 57, 2000.
- LEITE, R. P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora Unicamp/UFS, 2004.
- LUCHIARI, M. T. D. P. “A (re)significação da paisagem no período contemporâneo”. In: LOBATO CORRÊA e ROSENDAHL (Orgs.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2001.
- _____. “A mercantilização das paisagens naturais”. In: BHUHNS; GUTIERREZ (Orgs.). *Enfoques contemporâneos sobre o lúdico*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, p. 25-42.
- _____. “A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades”. In: *GEOSP – Espaço e Tempo*, n. 17, São Paulo, 2005.
- MESQUITA, E. “Cunha: cidade morta, presente e pretérito vivos”. Dissertação de Mestrado em Geografia. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. “Política de reabilitação de áreas urbanas centrais”. In: *CADERNOS Cidades/Programas Urbanos: Planejamento territorial urbano e política fundiária*, n. 3, Brasília, 2004, p. 69-84.

- PAES-LUCHIARI, M. T. D. “Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano”. In: *Revista Geografia*, vol. 31, n. 01, p. 47-60, Rio Claro: AGETEO/UNEP, 2006a.
- _____. “A valorização dos centros históricos urbanos: os dilemas entre o consumo cultural e a habitação”. In: *La dimensión social del patrimonio – VIII Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación*. Buenos Aires: 2006b, p. 251-261.
- _____. “Centros históricos: mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano”. In: *GEOgraphia*, Revista de Pós-graduação em Geografia, n. 15. Rio de Janeiro: UFF, 2005.
- _____. “Turismo e patrimônio natural no uso do território”. In: PAES-LUCHIARI, M. T. D.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (Orgs.). *Patrimônio, Natureza e Cultura*, p. 25-45. Campinas: Editora Papirus, 2007.
- PIVETEAU, J-L. “Le territoire est-il un lieu de mémoire?”. In: *L'Espace Geographique*, n. 2, p. 113-123, doin éditeurs.
- PRADO SANTOS, C. M. “O reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga (SP)”. Dissertação de Mestrado em Geografia. Campinas: Unicamp, 2006.
- SANTOS, M. “Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea”. In: GOMES, M. A. F. (Org.). *Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade*. Salvador: Editora da UFBA, 1995.
- _____. *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOTRATTI, M. A. “Pelos ladeiras do Pelô: A requalificação urbana como afirmação de um produto turístico”. Dissertação de Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências. Campinas: Unicamp, 2005.
- VASCONCELOS, P. A. “A cidade alta de Salvador: de cidade colonial a ‘centro histórico pós-moderno’”. In: CARLOS, A. F.; LEMOS, A. I. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.
- VLÈS, V.; BERDOULAY, V.; CLARIMONT, S. “Espaces publics et mise en scène de la ville touristique”. Rapport Final de Recherche, Ministère délégué au Tourisme. Université de Pau et des Pays de l’Adour/CNRS, Aquitaine, 2005.

Praia do Aventureiro

*um caso sui generis de gestão
local do turismo*

GUSTAVO VILELLA L. DA COSTA
HELENA CATÃO
ROSANE M. PRADO



Introdução: o turismo na Ilha Grande e o turismo no Aventureiro

Este trabalho trata de um caso bastante peculiar de gestão do turismo pela comunidade receptora, no sentido clássico da compreensão do par “visitantes e visitados”, ou “hóspedes e anfitriões” (Smith, 1989), no campo dos estudos do turismo, aqui focalizando o pólo dos “visitados” e sua atuação. É o caso da Praia do Aventureiro, na Ilha Grande, município de Angra dos Reis, RJ. Corresponde, em parte, a uma adaptação do texto do documento intitulado “Argumento Pró-Aventureiro” (2006), que, redigido por nós, foi assinado por vários pesquisadores da Ilha Grande* e encaminhado ao Ministério Público Estadual em apoio ao

* O “Argumento Pró-Aventureiro”, foi assinado por: Aparecida Vilaça (MN/UFRJ); Daniel Di Giorgi Toffoli (UFRJ; Analista Ambiental do IBAMA); Gema Juárez Allen (EICOS/UFRJ); Gustavo Villella Lima da Costa (MN/UFRJ); Helena Catão (CPDA/UFRuralRJ); Luiz Renato Vallejo (UFF); Marc-Henry Piauxt (EHSS Paris); Marcus Machado Gomes (UERJ; Analista Ambiental do IBAMA e Repr. do CNPT/IBAMA no Rio); Myrian Sepúlveda dos Santos (UERJ); Patricia Birman (UERJ); Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas (PUC-RJ); Rogério Ribeiro de Oliveira (PUC-RJ); Rosane Manhães Prado (UERJ); Sven Wunder (CIFOR). Agradecemos aos demais pela companhia nessa mobilização em favor dos moradores do Aventureiro, baseada na contribuição do nosso olhar de pesquisadores da realidade social local, bem como pelas fontes que seus trabalhos significam para nós.

direito dos moradores do Aventureiro de ali se manterem e realizarem atividades relacionadas ao turismo, num complexo contexto que será exposto ao longo deste trabalho. É resultado também das nossas próprias observações de pesquisa na Ilha – que por sua vez já resultaram em diferentes trabalhos, conforme aparecem nas referências bibliográficas (Catão, Costa e Prado) – bem como das observações de nossos colegas em trabalhos afins realizados sobre a Ilha Grande.

Começemos por situar a praia do Aventureiro no próprio contexto da Ilha Grande, que é reconhecida como um destino turístico de destaque, tanto em termos de visitação de brasileiros como de estrangeiros, tendo o turismo se tornado a sua principal atividade econômica. Na “história da Ilha Grande” repercutiram todos os ciclos econômicos reconhecidos na “história do Brasil”, sendo que, no período recente, destaca-se a passagem da atividade da pesca para a do turismo. Diante da redução da atividade de pesca na Ilha (a partir dos anos 1970, e relacionado a diferentes processos concomitantes, tais como a pressão de grupos externos de pesca industrial de grande porte, a redução dos estoques pesqueiros, e o fechamento das fábricas de sardinha locais); da criação de áreas protegidas (a partir dos anos 1970); da implosão do presídio (1994) – o turismo vem se consolidando como a atividade econômica mais importante da Ilha Grande.

Por outro lado, as preocupações “ecológicas” de várias fontes, locais e externas, têm se voltado para a Ilha Grande, com base, sobretudo, na ideia de um “paraíso ecológico” a ser preservado. Ressalvando-se que essa própria ideia pode ter muitos significados, tais preocupações se ligam, sobretudo, ao fato de que o território da Ilha corresponde, desde a década de 1970, a diferentes Unidades de Conservação.*

Se, de um lado, a Ilha Grande pode ser considerada em sua totalidade – e é assim que se expressam as referências e representações em relação a ela (ver, por exemplo, os folhetos turísticos e os sites www.ilhagrande.com, www.ilhagrande.org, www.ilhagrande.com.br) –, de outro lado, deve-se reconhecer a própria diferenciação interna da Ilha, composta de várias comunidades, em geral referidas localmente pelos mesmos nomes das praias, enseadas e pontas onde se localizam. Dentre estas, podem ser citadas como exemplo de diversidade algumas que se destacam em termos populacionais e históricos, e de qualquer modo sempre com marcas peculiares: a *Vila do Abraão*, ou o *Abraão*, considerada a porta de entrada da Ilha, onde chegam e de onde saem as barcas (antigamente da CONERJ e atualmente da companhia Barcas S.A.) que fazem conexão com Angra e Mangaratiba no continente, e onde há grande concentração de pousadas e estabelecimentos

* Parque Estadual da Ilha Grande (gerido pelo IEF-Instituto Estadual de Florestas); Reserva Biológica da Praia do Sul (gerida inicialmente pela FEEMA-Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente; e atualmente pelo IEF); Parque Estadual Marinho do Aventureiro (idem); APA Tamoios (idem).

comerciais; a *Vila Dois Rios*, onde era situado “o presídio” (Instituto Penal Cândido Mendes), implantado em 1903 e demolido em 1994, ao qual se liga a própria história política do país, e em torno do qual gravitava uma população de funcionários do estado e cujos remanescentes ainda permanecem juntamente com as ruínas da prisão, hoje sob a administração da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), que ali possui um campus e mantém um centro de estudos; *Provetá*, a praia onde se encontra uma população que se considera como “uma comunidade evangélica” (que disputa com o Abraão a condição de ser a mais populosa da Ilha), e a única que conseguiu manter-se vivendo quase que exclusivamente da atividade pesqueira, que foi um dia a sustentação econômica de toda a Ilha; e o *Aventureiro* – objeto deste artigo –, a praia que, ao mesmo tempo em que se situa em uma Unidade de Conservação, abriga a população que é considerada como a “mais caiçara”³ da Ilha e que há mais de uma década vem acolhendo, nos campings em seus quintais, um tipo de turista específico que são os “mochileiros”. Estas são algumas entre as muitas localidades da Ilha Grande – das mais visíveis e procuradas às mais recônditas – hoje de um modo ou de outro alcançadas pelo turismo.

Assim, do mesmo modo que se deve reconhecer a diversidade das comunidades da Ilha Grande exemplificada acima, deve-se igualmente reconhecer a variedade das manifestações do turismo em cada uma delas. E é primeiramente nesse sentido – em relação ao contexto da própria Ilha – que nos referimos ao *Aventureiro* como um caso *sui generis* de relação da comunidade local com o turismo. As marcas desse caso dizem respeito basicamente aos seguintes componentes de uma configuração que se faz tão peculiar: essa população que se considera como a “mais caiçara”, leia-se “a mais tradicional” (assim mesmo com todas as aspas, indicaremos depois por que tal cuidado) da Ilha Grande; dentro de uma Reserva Biológica, que é um tipo de área protegida/Unidade de Conservação das mais restritivas; e um tipo de turismo que ali se desenvolveu sob a orientação e administração dos moradores, apesar de – e ao mesmo tempo, pode-se mesmo dizer, em diálogo com – todas as restrições, adversidades e paradoxos da situação. Vejamos um pouco dessa configuração.

³ Se a categoria “caiçara” é usada às vezes de forma naturalizada por parte dos estudiosos, é importante lembrar que, como outras tantas classificações – “índios” e “populações tradicionais”, por exemplo –, esta também é atribuída de fora; e os grupos assim classificados não necessariamente assim se auto-classificam. É comum que se auto-identifiquem de modo específico e que usem a designação externa e genérica apenas contextualmente e já em diálogo com ela. Na Ilha Grande, em certos contextos, as pessoas usam o termo caiçara quando querem marcar que se trata de alguém “verdadeiramente do lugar”, “nativo da Ilha Grande”. Assim, na situação atual de intensificação do turismo e da vinda de muita gente de fora, igualmente se intensifica uma polaridade entre “nativos” e “não-nativos”; e diante da fluidez e da manipulação possível dessas próprias categorias, nos termos locais, os caiçaras são designados como os “mais nativos”.

Com o objetivo de proteger importantes trechos de Mata Atlântica e ecossistemas associados, como restinga e manguezal, além de representativos sítios arqueológicos existentes no local (ver Tenório, 2006), em 1981 foi criada a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, na parte sudoeste da Ilha Grande, que passou a ser administrada pela FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente). Essa reserva, entretanto, inseriu dentro de seus limites a praia do Aventureiro, onde havia uma população morando há cerca de 300 anos. Sendo a Reserva Biológica uma categoria de Unidade de Conservação das mais restritivas quanto à presença humana em seu interior, não admitindo habitantes em sua área e nem mesmo visitantes que não sejam estritamente motivados pela pesquisa científica, tornou-se, portanto, ilegal a permanência daqueles moradores em seus limites. Por esse motivo, no momento de criação da reserva no Aventureiro, foi prevista a retirada da população nativa, que seria re-allocada em Angra dos Reis, fato que não ocorreu, por decisão da própria FEEMA. A reserva foi criada ali sem um trabalho de informação ou de consulta à população local, que, além de ficar em uma posição de ilegalidade, teve seu modo de vida tradicional ameaçado pela legislação. Desde 1981 até os dias de hoje, essa população foi levada a conviver com tal situação de ilegalidade e a tutela de órgãos ambientais.

A população auto-denominada “povo do Aventureiro” vive naquela região há pelo menos quatro gerações, como indicam os relatos orais de moradores, que afirmam que os “avós de seus avós” nasceram naquela praia da Ilha Grande. Um importante símbolo local de pertencimento é o enterro do cordão umbilical dos recém-nascidos nos terrenos, o que na visão nativa representa o nascimento de mais um “filho do Aventureiro”. A praia, com suas encostas íngremes e seus costões rochosos, voltada para o mar aberto, pode ser considerada como uma terra em constante processo de conquista por parte de seus habitantes, que sempre tiveram que lidar com a dificuldade de acesso e com poucos recursos econômicos e de infraestrutura. Destaca-se que a dificuldade de viver naquela região se torna ainda mais aguda no inverno, quando as condições do mar podem isolar totalmente o povoado do continente. Ao longo dos séculos a população local adquiriu um importante conhecimento empírico do seu ambiente – das espécies vegetais, da fauna marinha, do regime de marés e do clima, por exemplo. Ao longo da história, os diversos ciclos econômicos também marcaram a vida do local, entre os quais o extrativismo de madeira, plantações de cana e café e criação de gado, além de formas mais recentes de trabalho como a pesca embarcada assalariada e o turismo.

Esse cenário de sucessivas mudanças econômicas é propício para que se observe que, apesar do isolamento em que sempre viveram os moradores do Aventureiro, houve inúmeras adaptações aos ciclos econômicos vividos na região. E esse é um dado que contribui para que não se crie a imagem de uma população cristalizada e

imune à passagem do tempo, ao contrário da armadilha de se atribuir categorias ou rótulos – como o de “população tradicional”, por exemplo – usados de um modo que não contemple essas mudanças que são incorporadas à vida cotidiana dos moradores, como demonstram estudos realizados no local (Catão, 2004; Costa, 2004 e 2008; Vilaça e Maia, 2006; Wunder, 2006). Entre os ciclos econômicos mais recentes, citados por moradores em entrevistas, podemos destacar os seguintes: trabalho na construção da Rodovia Rio-Santos, trabalho na pesca embarcada a partir dos anos 60, trabalho de pesca para as fábricas de sardinha que funcionaram com força na Ilha Grande entre os anos 1930 e 1970, e mais recentemente, o turismo. Esses dados são importantes, pois demonstram que as pessoas do lugar, embora tenham mantido formas tradicionais de trabalho como a roça e a pesca, sempre precisaram de trabalho externo, mantendo contato com os mercados das cidades e com empregos que surgiam de acordo com a conjuntura econômica. Estudos demonstram ainda que uma das características das populações litorâneas do sudeste-sul brasileiro é sua capacidade de adaptação e de inovação e que, também, seu isolamento é relativo (Willems, 1952; Mussolini, 1980).

Apesar dessas adaptações, é importante destacar que a população local adota um padrão tradicional de organização do trabalho, baseado no trabalho familiar e na divisão sexual de tarefas. As técnicas de roçado (rodízio de plantações, produção de farinha) e da pesca (rede de espera) também se mantêm. O turismo, que, como no restante da Ilha, foi se firmando no Aventureiro a partir de meados da década de 1990 com a desativação do presídio na Vila Dois Rios, mesmo sendo uma atividade recente, é mais uma atividade sujeita a esse padrão de adaptação e inovação conjugadas à manutenção do trabalho familiar e de práticas como a pesca artesanal e as roças. No trabalho de Vilaça e Maia (2006), a roça aparece constituindo a unidade familiar e hoje podemos afirmar que esse papel é representado pelos campings nos terrenos (Catão, 2005; Costa, 2004 e 2008; Wunder, 2006).

Um fator fundamental na história recente do povoado do Aventureiro foi a já referida desativação do presídio da Ilha ocorrida em 1994. A convivência de um século com uma instituição penal na Ilha Grande tem efeitos até os dias de hoje, sobretudo para a população do Aventureiro, que sempre viveu mais isolada e distante de postos policiais. O presídio passou por inúmeras fases como demonstram os estudos de Sepúlveda (2008), mas após os anos 70, com o aumento da violência urbana e a reclusão na Ilha Grande de bandidos perigosos, ligados ao crime organizado, houve também o aumento do risco para as populações locais.*

* Há inúmeros registros de fugas de presos que, além de escapar da prisão, tinham que conseguir sair da Ilha Grande e chegar ao litoral. Por esse motivo era comum o sequestro de moradores que os levariam em alguma embarcação para o continente. No ano de 1987 houve o sequestro

Nessa época, é importante ressaltar, os homens adultos passavam boa parte do tempo fora de casa pescando, e apenas os mais velhos faziam a vigia da praia. As mulheres, com seus filhos, agrupavam-se em algumas casas onde dormiam várias famílias juntas, a fim de buscar maior proteção. Essas dificuldades também serviram para aumentar a coesão social das famílias e o sentido de comunidade, de pertencimento ao “povo do Aventureiro”. A vila vizinha da Parnaióca, por exemplo, mais próxima à vila onde se situava o presídio, tornou-se praticamente desabitada em decorrência das fugas constantes de presos (Vilaça e Maia 2006).

Após a desativação do presídio, acompanhando a tendência que se observa em toda a Ilha Grande, a população do Aventureiro se viu livre da ameaça constante dos presos fugitivos e passou a conviver com novos atores sociais: os turistas. O turismo, gerenciado pela própria população local, como analisaremos adiante em detalhes, vem se constituindo na principal atividade econômica do povoado, que hoje depende dos insumos provenientes dessa atividade. Além disso, as famílias conseguiram uma significativa melhoria de suas condições de vida, com acesso a bens de consumo e a serviços antes fora do seu alcance (Catão, 2005; Costa, 2004 e 2008; Wunder, 2006). Veremos a seguir com mais profundidade como se traduz a questão jurídica que envolve o Aventureiro e que é diretamente relacionada a esse turismo que ali ocorre.

A questão jurídica do Aventureiro

Desde a criação da REBIO (Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul) em 1981, existem conflitos entre a população do Aventureiro e o órgão ambiental gestor da reserva, a FEEMA, em função de, como já foi colocado, esta Unidade de Conservação ser totalmente proibitiva quanto à presença humana dentro de seus limites. Ao longo dos anos, entretanto, esses conflitos se tornaram ainda mais agudos quando os moradores passaram a viver exclusivamente do turismo. As áreas naturais, sobretudo as protegidas, transformam-se em grande atração tanto para os habitantes dos países a que pertencem, quanto para turistas do mundo inteiro (Ceballos-Lascuráin, 1995). A demanda das populações urbanas por áreas naturais é atribuída, por um lado, à vida conturbada e estressante das grandes cidades e, por outro, à propagação de conceitos e visões sobre a natureza e o mundo selvagem trazidos por um ideário ambientalista, que estimulou a produção de uma grande quantidade de documentários e programas de televisão sobre ecologia, vida animal, locais distantes, florestas,

de uma pessoa do Aventureiro e que terminou com a morte dos três presidiários envolvidos. Os moradores, ameaçados por presos que juraram vingança, viviam atemorizados por essas fugas.

parques nacionais e, mais recentemente, culturas exóticas. Essa invasão dos meios de comunicação pelo tema ajudou a ampliar e a generalizar de tal forma essa demanda que, hoje, um dos principais problemas das áreas protegidas é lidar com o enorme contingente de turistas que atraem.

A situação do Aventureiro se tornou progressivamente insustentável do ponto de vista legal, explicitando-se de vez o conflito com a entrada do Ministério Público Estadual (MPE) no ano de 2000, quando um inquérito civil público movido por iniciativa de uma entidade ambientalista pedia, em última instância, a remoção dos moradores do Aventureiro. A partir daí, as negociações a respeito da permanência da população na praia do Aventureiro passou para o campo jurídico, já que no ano de 2000 foi também criada a AMAV (Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro) em resposta às pressões do Ministério Público. No período, que vai do ano de 2000 até os dias de hoje, consolidou-se a AMAV, que reivindicou não somente a permanência da população no Aventureiro, mas também outras questões de direito como, por exemplo, o transporte escolar (que passou a ser feito por barco, pago pela Prefeitura de Angra dos Reis, entre o Aventureiro e a praia vizinha do Provetá desde o ano de 2001). Essa conquista fortaleceu entre os moradores a crença de uma possível eficácia das ações da AMAV nas negociações com o poder público. Outra ação importante foi a instauração da cabine de barcos, que organizou o transporte de turistas para o Aventureiro, assim como a venda das passagens, criando ainda dois novos postos de trabalho na cabine e um fundo de poupança para a AMAV. Com o tempo, portanto, a Associação estabeleceu-se como um novo canal legal e legitimado para reivindicar inúmeras questões importantes para a população local, tais como a instalação de luz elétrica, telefone, posto médico e a legalização dos campings.

Após esse momento de intensa vigilância que se seguiu às pressões do MPE no ano de 2000, podemos dizer que, de 2001 até o ano de 2003, a situação no Aventureiro se estabilizou, havendo novamente um período de menor vigilância, mesmo que ainda sob as pressões do órgão ambiental, que possibilitou, novamente, um crescimento do turismo, e a inserção cada vez maior da praia do Aventureiro como um dos principais destinos de verão de jovens, do Rio de Janeiro e São Paulo predominantemente. Nos períodos de Ano-Novo e Carnaval, por exemplo, chegavam a acampar nos terrenos das famílias do Aventureiro mais de duas mil pessoas. Inúmeros moradores reclamavam da situação que saía do controle em função da superlotação da praia, já que muitas de suas reivindicações, tais como a presença de um posto policial no Aventureiro, não eram atendidas pelo poder público em função de a área estar inserida em uma Unidade de Conservação de proteção integral.

A situação de ilegalidade do trabalho dos moradores tornava-os suscetíveis a praticamente qualquer ação de vigilância ou de possíveis ameaças de proibição

de suas atividades e até mesmo de expulsão de suas terras. No Carnaval de 2003, ocorreu um fato marcante na história recente do Aventureiro, que ilustra bem a condição de ténue equilíbrio em que viviam as famílias daquele povoado, quando uma operação ilegal de policiais militares retirou turistas do Aventureiro, de maneira truculenta, ameaçando, fisicamente inclusive, alguns moradores. Esta expulsão de turistas causou, além do grande prejuízo econômico para as famílias, uma enorme tensão e revolta por parte dos moradores, que mais uma vez foram obrigados a conviver com a situação de ilegalidade que criminaliza suas atividades. Eles entraram em contato com o Comando da Polícia Militar, que não sabia dessa operação e que a caracterizou como uma incursão policial ilegal. O evento causou a mobilização da população, que fretou um ônibus para o Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, quando seus representantes foram atendidos pela então governadora Rosinha Mathews. O caso do Aventureiro começava a ganhar visibilidade pública, em meio aos debates mais amplos relativos à ocupação e gestão da Ilha Grande.

Entre os anos de 2003 e 2006, a situação cotidiana voltou a se estabilizar no Aventureiro, que continuou recebendo cada vez mais turistas, mantendo a AMAV como um canal de negociações junto ao poder público para tentar solucionar de vez a situação ambígua em que as famílias viviam, na tentativa de legalizar os campings, os bares, restaurantes, assim como o transporte dos turistas. Essa situação de aparente estabilidade terminou, de vez, com a Operação Angra Legal, realizada no Carnaval de 2006, proibindo totalmente os campings, considerados ilegais em toda a Ilha Grande (com exceção dos que têm licença da Prefeitura, como no Abraão), com grande aparato policial, que contava com lanchas e helicóptero de apoio. Como o Aventureiro é o único povoado da Ilha Grande que se mantém exclusivamente dos campings, podemos afirmar que as famílias que ali vivem foram as mais prejudicadas com essa operação, já que as pessoas perderam, de uma hora para outra, sua principal fonte de renda e sustento. No primeiro dia da operação os turistas foram retirados, e os moradores tentaram, em vão, negociar com as autoridades, já que não tinham sido avisados previamente da proibição. Ainda durante o Carnaval, um turista, advogado, tentou junto com os moradores entrar com uma liminar na justiça, que garantisse o funcionamento dos campings naquele feriado. Essa liminar foi imediatamente cassada, mantendo-se a proibição e a retirada dos turistas. Os moradores resolveram respeitar totalmente a proibição, com medo inclusive de multas ou de perder seus direitos sobre a terra e passaram, ao longo do ano de 2006, a negociar seus direitos exclusivamente no campo jurídico.

A partir dessa situação extrema e inédita de proibição total dos campings no Aventureiro, a AMAV se articulou junto a ONGs locais e a outros mediadores tais como pesquisadores de universidades, cineastas, amigos pessoais e turistas, em geral, acionando o Ministério Público Estadual em março de 2006 e instaurando um

inquérito civil público que forçou o cumprimento da lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), que previa não só a permanência de populações que já viviam em áreas que se tornam Unidades de Conservação, mas também, uma solução definitiva para a situação de ilegalidade dos residentes. Inúmeras reuniões e algumas manifestações foram realizadas junto ao poder público e à sociedade civil pelos moradores, que buscavam seu direito de trabalhar e de viver no Aventureiro. Em novembro desse mesmo ano, após mais de oito meses de negociação, houve a assinatura de um termo de compromisso entre a Prefeitura de Angra dos Reis, a FEEMA e a Associação de Moradores do Aventureiro, permitindo a prática dos campings, desde que dentro de novos limites (que reduziram o número de visitantes para 560 pessoas por dia) e demandando a recategorização do território correspondente à praia do Aventureiro, como outro tipo de Unidade de Conservação compatível com o turismo e com os anseios da população local.

Nos anos de 2007 e 2008 houve a volta dos turistas que visitam a área sob as novas regras que entraram em vigor após a assinatura desse acordo entre as partes. Além disso, nesse período houve a mudança no governo do estado do Rio de Janeiro, com a gestão do governador Sérgio Cabral, sob a qual houve uma reorganização das atribuições dos órgãos ambientais do estado. A FEEMA deixa de administrar as Unidades de Conservação, para tratar apenas de questões relativas ao licenciamento ambiental; e o IEF (Instituto Estadual de Florestas) passa a assumir a administração de todas as Unidades de Conservação do estado, tornando-se mais um ator social legítimo a participar das negociações com os moradores do Aventureiro a respeito da regularização fundiária das famílias. Nesse período tem início, portanto, o processo de retirada da praia do Aventureiro dos limites da Reserva Biológica, de acordo com os termos do SNUC, que prevê que Unidades de Conservação criadas antes do ano de 2000, quando foi instaurada a nova lei, podem ser recategorizadas e rediscutidas com a participação popular. As duas propostas para o novo estatuto jurídico para a praia do Aventureiro são a criação de uma RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) correspondendo ao seu território, ou a transformação daquele território em uma APA (Área de Proteção Ambiental), cujos requisitos permitiriam suficiente flexibilidade para o exercício das atividades turísticas, sendo que a RDS com mais ressalvas do que a APA. O fato mais importante, no entanto, parece ser o consenso entre as partes no sentido de que manter o Aventureiro inserido em uma Reserva Biológica é uma situação jurídica absurda, o que abre caminho para uma negociação em novos termos, em uma balança mais igualitária entre as partes no que se refere às tomadas de decisão quanto ao futuro do lugar.

É importante destacar que as pressões por que vem passando a população do Aventureiro nos últimos anos, e que alcançaram seu momento mais agudo

em 2006, estão inscritas em um processo histórico mais amplo de expropriação de moradores ao longo dessa região, que se tornou, após a década de 1970, um cenário de intensa especulação imobiliária. Esse processo de expropriação das populações do litoral, ao longo da rodovia Rio-Santos, está inserido em uma lógica que, tanto se dá por métodos violentos (ver caso da Praia Grande, em Paraty), quanto pela compra de terrenos (ver Laranjeiras, em Paraty, e diversas praias da Ilha Grande), quanto pela transformação de praias em áreas de proteção ambiental, tornando ilegal a presença de pessoas (ver Luchiarí, 2000). Dessa maneira, aqueles que detêm maior capital econômico acabam adquirindo os melhores terrenos, expulsando os moradores para as cidades. As encostas da cidade de Angra dos Reis são um bom exemplo desse processo de expulsão dos moradores das ilhas e enseadas da região, pois uma grande parte dos moradores desses bairros é oriunda das diversas ilhas e praias próximas à cidade (ver Prado, 2008). O cenário de Angra dos Reis pode ser considerado como um dos mais polarizados no Brasil, pois ali estão lado a lado proprietários das maiores fortunas do país, grandes investidores do mercado imobiliário, mansões e iates convivendo com pescadores, pequenos produtores rurais e até grupos indígenas, que ficam despojados de suas terras, à margem do processo histórico que valoriza a cada dia seus terrenos ancestrais. Como resultado, observa-se o crescente processo de expansão do número de moradias nas encostas dos morros de Angra dos Reis, do desemprego e da miséria social, ao mesmo tempo em que as ilhas, enseadas e penínsulas são apropriadas por proprietários com grande capital, que ou tornam as praias privadas e/ou procuram mantê-las desertas para reserva de mercado.

A explicitação do conflito, através da entrada do Ministério Público Estadual, tanto no ano 2000, quando chegou a pedir a remoção dos moradores, quanto no ano de 2006, quando determinou o cumprimento do SNUC, exigindo não somente a permanência da população, mas a futura recategorização da praia do Aventureiro, demonstra o caráter polissêmico da ideia do que venha a ser o meio ambiente, e de que maneira a questão ambiental se torna uma nova linguagem em que são resolvidas e negociadas as questões de terra na Ilha Grande, a exemplo do que observa Lopes (2004) sobre a “ambientalização dos conflitos sociais”. É interessante perceber que o meio ambiente é acionado como justificativa, para sua preservação, tanto para os que queriam a retirada da população e o rigor da Reserva Biológica, quanto para os argumentos contrários, que pedem a desafetação do Aventureiro da área da REBIO e a permanência da população. O Ministério Público Estadual foi acionado em ambas as ocasiões, mostrando como existem múltiplas visões e discursos sobre o que venha a ser o meio ambiente e de que forma, também, as questões são levadas adiante pelos promotores de justiça, pessoalmente, reforçando a ideia de que os funcionários não são abstrações do

sistema, mas sujeitos em constante interação com a sociedade e com os grupos que a compõem.

Todos reconhecem que, apesar dos impasses, a condição de Reserva Biológica protegeu a área do Aventureiro de um tipo de situação que caracteriza outras localidades da Ilha Grande e do litoral brasileiro, que é a da avassaladora especulação imobiliária, também referida acima, que acaba por expulsar os nativos de seu lugar de origem (ver Catão, 2004; Luchiari, 2000; Prado, 2008). Dessa forma, o argumento mais forte contra a simples desafetação é o de que essa solução significaria deixá-los expostos a tal especulação.

Em termos ambientais poderia ser desastroso, considerando-se, de um lado, a tendência de seguir o modelo mal-sucedido do restante da Ilha (vide o Abraão), e de outro lado, a vizinhança da Reserva Biológica da Praia do Sul com uma área assim exposta ao que nos referimos acima. Desde a década de 1980, o trabalho de Aparecida Vilaça e Angela de A. Maia (2006), que foi originalmente elaborado como um relatório da própria FEEMA, recomendou que fosse atribuída à localidade do Aventureiro uma categoria de área protegida que a separasse e distinguísse da reserva, sendo que naquela ocasião ainda não existia a lei do SNUC, nem a categoria de RDS.

Os argumentos a favor da categoria RDS, ainda pouco utilizada na criação de áreas protegidas no Brasil, e, portanto, sensível à criação de um projeto inovador, dão conta de que esta resolveria a contradição entre os usos de recursos naturais demandados contemporaneamente e as necessidades da própria conservação. No caso em questão, ninguém melhor do que a população do Aventureiro para colaborar com/garantir a preservação da Reserva Biológica da Praia do Sul. Ela funcionaria ali, inclusive como uma área de amortecimento em relação à pressão sobre a reserva, guardando uma continuidade em relação à mesma. Ao mesmo tempo seria possível a manutenção do tipo de turismo que ali ocorre sob o controle dessa mesma população, cuja configuração analisamos a seguir.

O turismo no Aventureiro

Com a já mencionada desativação do presídio, não só o turismo, mas o mercado imobiliário encontrou uma fronteira aberta para expansão na Ilha Grande. Na praia do Aventureiro, em função da existência da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, ocorreram algumas diferenças com relação ao tipo de turismo e à maneira pela qual a população local foi afetada por esse desenvolvimento turístico, em relação a outras localidades da Ilha Grande. Em primeiro lugar, não ocorreu a intensa especulação imobiliária que afetou grande parte da Ilha Gran-

de, já que a legislação ambiental rígida da Reserva Biológica sobre o Aventureiro impediu a ocupação daquela parte da ilha. Em segundo lugar, o tipo de turismo, realizado apenas por “mochileiros” interessados em acampar em um local de intensa preservação da natureza, inicialmente nos terrenos das famílias e posteriormente nos campings, se diferencia do que ocorre em outras praias na Ilha Grande, cuja atividade turística demanda maiores investimentos, em torno de pousadas, bares e restaurantes, em equipamentos tanto para atender à classe média, quanto de luxo para a classe alta. Em terceiro lugar, destacamos a base comunitária do tipo de turismo realizado no Aventureiro, cuja gestão ficou nas mãos da própria população local, ou seja, os moradores se tornaram os administradores do negócio de turismo nos campings, encontrando nessa atividade um meio de vida que possibilitou, em grande medida, uma ascensão social coletiva das famílias. Além disso, os moradores abandonaram progressivamente os trabalhos, tanto na pesca embarcada assalariada, quanto nas lavouras, para se dedicarem quase que inteiramente à administração dos campings ou transporte de turistas, garantindo um número maior de empregos para os membros das famílias, que dessa forma são os responsáveis por todo um trabalho de base familiar.

Logo no ano de 1994, em que o presídio foi demolido, muitos “mochileiros” começaram a caminhar nas várias trilhas pela Ilha Grande, que ligam os inúmeros povoados e praias. Essas trilhas foram inclusive marcadas oficialmente pelos órgãos públicos, em mapas espalhados nos caminhos ao longo da ilha. Os primeiros turistas do Aventureiro pagavam quantias hoje consideradas irrisórias para dormir nos terrenos dos moradores e praticamente realizavam o chamado “camping selvagem”, já que ainda não havia a estrutura que existe atualmente. De ano em ano, a fama de um lugar chamado “Aventureiro” cresceu progressivamente, a partir dos contatos pessoais, no chamado “boca-a-boca” e o lugar se inseriu nos roteiros turísticos, tanto nacional quanto internacionalmente. Concordamos, portanto, com Wunder (2006), quando em seu trabalho resultante de pesquisa ali realizada, rejeita a ideia de que os “mochileiros” não geram renda para a Ilha Grande, considerando-se que, embora gastem pouco por pessoa, em lugares onde o número de visitantes é grande, a renda desse turismo é muito alta, “se comparada com qualquer atividade produtiva tradicional, o que reduz consideravelmente a pobreza local”. De acordo com este autor, o volume de dinheiro movimentado com o turismo na região foi utilizado para a reconstrução de residências, para a compra de bens duráveis e para o tempo de lazer adicional (WUNDER, 2006, p. 135-6), afirmando ainda que o turismo proporcionou um significativo aporte de renda (idem, p. 156).

Como os meios de hospedagem existentes são móveis (barracas de camping), o turismo no Aventureiro assemelha-se a um cenário que se monta e desmonta

periodicamente. Apresenta intensidades diversas dependendo da época observada, em que um número maior ou menor de barracas e uma aglomeração maior ou menor de pessoas, incluindo o burburinho e a agitação provocados por elas, compõem o cenário, ficando inclusive desativado durante longos períodos, sem os visitantes, que, em certas épocas, como principalmente no inverno, desaparecem de lá. Nos campings, os banheiros melhoraram e os proprietários discutem como será quando a energia elétrica chegar e puderem colocar chuveiros elétricos. Os restaurantes, na verdade pequenos bares, geralmente contíguos às casas, servem pratos feitos. O cardápio de todos eles é praticamente o mesmo: peixe, arroz, feijão e batata frita. Às vezes, o peixe pode ser substituído por frango. Pode-se encontrar também sanduíches de misto- quente ou hamburger. Tudo muito simples. No entanto, os “PFs” têm se sofisticado. Uma ou outra fornecedora de refeições percebeu que alguns turistas gostam de salada e passou a servi-la, hábito que não fazia parte da cultura local e que antes não constava no cardápio. Vendem também bolos, salgadinhos e pizza. Uma das “tias”, como são chamadas as mulheres que fazem os “PFs”, já serviu estrogonofe de lula. O turista que frequenta o Aventureiro não costuma ser exigente. O “PF” está ótimo para substituir o “miojo” diário dos campistas e é até considerado um luxo.

O Aventureiro é um local de atração de turistas jovens, com a faixa etária que vai dos 16 aos 24 anos aproximadamente. Além das belezas naturais, da Mata Atlântica preservada e dos próprios moradores que se tornam amigos de muitos turistas, o Aventureiro é considerado um excelente local para a prática do surfe, o que torna o local especialmente atraente para um grande número de turistas. De acordo com os dados da pesquisa realizada por Wunder, em uma amostra de 74 questionários com turistas no Aventureiro e na praia vizinha da Parnaióca, coletada entre outubro e novembro de 1999, podemos complementar o perfil dos turistas: a idade média dos visitantes é de 22,5 anos, nenhum deles viajava com crianças e permaneciam em média por pouco mais de três noites. Dentre eles 70% eram homens, e 60% eram estudantes universitários. A média de tempo de trabalho semanal dos visitantes era de 21 horas. Muito tempo livre é uma vantagem em função da longa viagem para se chegar ao Aventureiro, pois em média, os visitantes gastam sete horas e dez minutos para ir de suas casas até ali. A renda média mensal dos entrevistados, na época era de R\$ 878,00, mas sua renda familiar era de R\$ 4.033,00, refletindo o grande número de estudantes que não trabalham ou trabalham em meio expediente com pequena renda individual, mas com uma origem de famílias de classe média ou classe média alta (WUNDER, 2006, p. 165-6). Esses jovens se reúnem nos feriados, aglomerando-se nos campings, tendo o número de turistas – antes do limite atualmente vigente – chegado a duas mil pessoas nos campings em momentos de alta visitação.

A adaptação de todo o povoado do Aventureiro à atividade turística, é, portanto, recente e, assim, é interessante observar de que forma esse trabalho se torna uma atividade empreendedora, tanto individual como coletivamente e, neste ponto, recorremos a Barth (1972), que define a atividade empreendedora como intimamente associada com a questão da liderança e que envolve o gerenciamento de uma unidade de negócio, que recebe lucro, com um componente de inovação nos negócios e uma maior capacidade de suportar as incertezas. Assim, nos termos de Barth, um empreendedor é alguém que toma a iniciativa na administração de recursos e que possui uma política de expansão econômica e, nesse sentido, a figura do empreendedor nos leva a questões importantes sobre a mudança social e aos processos sociais em curso no Aventureiro, pois muitas inovações e padrões que obtêm sucesso podem se tornar protótipos para a formação de unidades similares. Ao longo da história recente do lugar, podemos citar inúmeros exemplos de inovações que são feitas por algum morador e que são copiadas pelos demais, gerando um padrão de certos serviços ou melhorias feitas nos campings mais bem-sucedidos.

Também ao longo desse processo notamos que algumas famílias fazem parte de uma espécie de “elite local”. O que estamos assim denominando é o conjunto daquelas famílias que possuem maior poder aquisitivo por estarem inseridas na maioria das atividades econômicas locais, algumas possuindo inclusive barcos com os quais fazem transporte de passageiros. Estas, que geralmente são ocupantes das áreas mais próximas à praia, nas épocas de alta estação do turismo, costumam empregar em seus negócios os menos favorecidos economicamente. Estes costumam morar nas casas construídas na encosta do morro e são dedicados ainda, em primeiro lugar, à roça e/ou à pesca e, secundariamente, aos acampamentos em seus terrenos ou a outras atividades ligadas ao turismo, como a venda de artesanato, de “sanduíches naturais”, ou trabalhando no negócio de amigos e parentes. O turismo parece assim reafirmar uma certa estratificação social já existente de longa data no Aventureiro. Foram geralmente as famílias com melhores condições econômicas, que tinham mais roças, tinham barco e que ganharam mais dinheiro com a pesca embarcada, as que se ligaram mais prontamente ao turismo, estabelecendo os campings na praia, lugar privilegiado para esta atividade. Foram elas que construíram os melhores banheiros, são elas que oferecem maior diversidade de produtos para venda etc.

Como abordaremos mais detidamente adiante, esse tipo de mudança social não ocorre somente no Brasil, e o turismo como provocador de mudanças em “comunidades” litorâneas também é destacado por diversos autores. Mas cabe aqui já lembrar um exemplo positivo e bem semelhante ao do Aventureiro que nos é fornecido por Packer, quando analisa mudanças ocorridas a partir do turis-

mo na Grécia, na década de 1970. De acordo com esse autor, na ilha de Mykonos ocorreu também uma crise do setor pesqueiro e muitos pescadores, com o aumento do afluxo turístico, passaram a viver dos passeios, transformando suas embarcações para o transporte de passageiros e, além disso, muitos moradores passaram a alugar suas casas na alta temporada. O dinheiro do turismo permitiu aos jovens do lugar continuarem na ilha de Mykonos, garantindo sua reprodução social (PACKER, 1974, p. 41).

Destaca-se a permanência dos moradores, sobretudo dos mais jovens, no Aventureiro, que mesmo com maiores dificuldades financeiras de alguns, conseguem trabalho no local, ainda que seja apenas nos períodos de feriados e de alta temporada. O modo de trabalho familiar é que garante o sucesso da empreitada das famílias do Aventureiro com o turismo. Esse tipo de divisão de tarefas é um conhecimento que vem de gerações, relacionado com trabalhos do passado tais como a pesca da tainha, a lavoura e os mutirões, por exemplo. Hoje, essa divisão de tarefas e a participação de todos os membros da família são fundamentais, desde a limpeza, manutenção e ampliação do negócio, passando pelo trabalho na cozinha, na pesca, no bar, até a contabilidade e o controle. O trabalho com o turismo gira em torno dos terrenos das casas de família, ao contrário do passado recente, em que muitos trabalhavam nas lavouras, que eram cultivadas nas encostas, e na pesca, realizada nas traineiras. O camping absorve toda a força de trabalho da família e ali é produzida toda a renda. A exceção ocorre nas famílias que possuem barco, nos quais, em geral, um membro da família vai trabalhar com o frete de turistas ou na compra de mercadorias para o camping.

Um fator que favoreceu a mudança de atividade econômica, da pesca assalariada ao turismo, por parte das famílias do Aventureiro é a pouca necessidade de investimento financeiro para começar o negócio dos campings. No início, praticamente o retorno era total, já que não havia banheiros, nem a área para restaurantes e outras melhorias. Essas modificações foram feitas com a poupança dos primeiros anos de visitação e o dinheiro só então foi reinvestido. Essa dinâmica de re-investimento dos ganhos é uma condição muito importante para compreendermos a rápida mudança observada no Aventureiro. Além disso, o camping, ao contrário de outras atividades de hospedagem como pousadas e hotéis, não demanda nenhuma especialização imediata da mão-de-obra, nem grande investimento em logística. As melhorias e a construção dos bares e a abertura dos restaurantes nas cozinhas das casas é que, progressivamente, foram exigindo uma especialização dos membros das famílias e uma logística maior para realizar com sucesso as tarefas comerciais dos campings, destacando que essas adaptações foram graduais. O volume de dinheiro movimentado pelo turismo do Aventureiro é insignificante se comparado com o de outras localidades. É bastante representativo, no entanto,

para essa população que anteriormente vivia da pequena agricultura e da pesca. Suas condições materiais de vida sofreram transformações. Deve-se ao turismo, por exemplo, a entrada definitiva da televisão em suas vidas. Antes existiam apenas dois ou três aparelhos a bateria em toda a vila. Hoje, praticamente todas as casas têm televisão e antena parabólica. As próprias casas mudaram. Quando não foram totalmente reconstruídas em alvenaria, têm pedaços em alvenaria acoplados ao restante de estuque. Não se vê mais nenhum telhado de sapê. Alguns poucos são de telhas, mas a maioria é de amianto, material mais leve e barato. A televisão e outros eletrodomésticos foram possíveis porque agora todos possuem geradores. Assim, chegaram também liquidificadores, máquinas de lavar roupa, freezers e geladeiras, tão importantes para armazenar as bebidas e comidas servidas aos turistas. Essas mudanças são entendidas como parte de uma “melhoria” de suas vidas em geral. Com a televisão, tudo “ficou mais animado”. “Agora a gente tem distração” (dona de camping e funcionária da Prefeitura).

O turismo inseriu também no Aventureiro uma nova temporalidade, que altera a vida de todos os moradores, já que a atividade turística se caracteriza pelos períodos de alta e de baixa visitação. Na baixa temporada, embora o ritmo de trabalho não seja tão intenso quanto o que ocorre no verão e nos feriados, os moradores, em geral, aproveitam esse tempo para realizar obras de reparos e de infraestrutura. É na baixa temporada que o dinheiro é reinvestido nas propriedades, seja para fazer reparos nas casas, principalmente na substituição do estuque por tijolos e cimento, seja nas ampliações e construção de novas casas, para os jovens que se casam. Na alta temporada, além do trabalho intenso em torno do trabalho nos campings e de toda a logística prévia de compra de provisões, ocorre um importante fenômeno social que é a interação social entre os moradores e os turistas, o que ao longo dos anos ampliou as redes de relações sociais. A partir da circulação de pessoas, em torno da vida nos campings, houve também a circulação de várias visões de mundo distintas, estilos de vida e conhecimentos diferentes, que transformaram intensamente a vida dos moradores do Aventureiro. Não se pode compreender o processo de negociação dos moradores com o poder público, sem se levar em conta a importância do impacto que esses novos conhecimentos e o alargamento dos contatos pessoais tiveram em suas vidas – tanto nas questões em que mediadores colaboraram na defesa de interesses das famílias do Aventureiro, quanto na apreensão local de valores e tradições de conhecimento, que em grande medida são oriundos de centros urbanos. Tal apreensão propiciou elementos discursivos e práticas sociais que, por sua vez, favoreceram um diálogo mais igualitário entre as partes e uma atuação bem-sucedida na defesa dos interesses dos moradores, que, a partir de sua base comunitária de organização social, souberam construir um futuro com suas próprias mãos.

Sustentabilidade: ponto para o povo do Aventureiro

Com as escolhas e procedimentos que analisamos no item anterior, para atendimento do tipo específico de turista que recebe, a comunidade do Aventureiro iniciou um processo que, sempre sujeito a ajustes, pode ser qualificado com a tão valorizada categoria de “sustentabilidade” em relação a diferentes aspectos.

Em primeiro lugar, pode-se considerar que, como mostra Sven Wunder (2006) em trabalho já referido acima, a significativa melhora das condições de vida da população do Aventureiro através das atividades relacionadas ao turismo não impede a conservação da mata.*

Segundo, pode-se também comparar o caso do Aventureiro com o restante da Ilha Grande e com o modo como diferentes localidades vêm ali absorvendo o turismo intensificado a partir da década de 1990: marcado por toda sorte de problemas num processo intempestivo de urbanização, sendo a população local em grande parte colocada numa posição subalterna/excluída em relação aos mais diversos interesses dos que vêm de fora para explorar ou usufruir o turismo.**

Terceiro, em termos ambientais, é também possível observar que, mesmo na área onde a população reside e onde se opera o turismo, as condições são as melhores de toda a Ilha Grande, não ocorrendo as inúmeras construções que desmatam e se multiplicam incessantemente nas outras localidades. O turismo no Aventureiro, como mostramos, assemelha-se a um cenário que se monta e desmonta periodicamente.

Não depende da população do Aventureiro o turismo que atinge a Ilha Grande, e nem a atração que exercem as áreas naturais, fenômenos contemporâneos de ordem global. Evidentemente que tal demanda turística requer regulação onde quer que ocorra e nesse sentido essa população já é vitoriosa, tendo inventado suas próprias soluções para atender a essa demanda. Se fez isso no contexto que aqui analisamos – sob restrições e ambiguidades numa área de reserva e sem apoio governamental ou técnico – é de se supor o quanto poderá aprimorar o sistema até aqui utilizado se tiver essa possibilidade mediante uma recategorização da área do Aventureiro a partir da qual os moradores possam contar com a regulação, a infraestrutura e o planejamento turístico demandados. É um processo já iniciado

* Entre outros aspectos, Wunder mostra os índices da prosperidade local relacionada ao turismo, e rebate certas ideias cristalizadas que atribuem aos turistas frequentadores do lugar uma atitude predatória (como, por exemplo, responsabilizá-los por um acúmulo de lixo na praia que se trata na verdade do chamado “lixo de maré”). Ver Wunder (2006).

** A propósito, ver os trabalhos de Prado (2003a, 2003b, 2006) focalizando tal processo no Abraão.

ao qual resta apenas dar continuidade, dentro do diálogo já estabelecido entre a comunidade, os valores de preservação e o turismo ali incidente*.

Finalizando, queremos chamar a atenção para um aspecto que nos parece crucial em relação ao caso da praia do Aventureiro e que diz respeito ao estatuto de “população tradicional” – no caso, “caçara” – que tem sido por alguns atribuído e por outros negado à população ali existente. Em função dessa condição de ser, ou de “não ser mais”, “tradicional” – sobretudo pelas atividades relacionadas ao turismo que agora exerce –, questionou-se em diferentes momentos dos processos jurídicos que analisamos o seu direito de ali permanecer; e ainda se questiona se caberia a recategorização da área por ela habitada dentro da atual Reserva Biológica como uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que demandaria o exercício de “atividades tradicionais”. Em função disso e de todos os fatores correlacionados na configuração aqui analisada por nós, ao longo destes últimos anos em que o turismo se consolidou na praia do Aventureiro da maneira peculiar também mostrada neste artigo, a situação vivida ali se constitui num verdadeiro *imbróglío*, um *caso surreal*.

Sobre esse aspecto, consideramos – sem entrar na polêmica, no âmbito acadêmico e/ou político, a respeito das “populações tradicionais”** – que, para avaliar a situação, é bom ter em mente a ideia elementar da condição dinâmica da vida/cultura de qualquer grupo humano. Nesse sentido, entendemos que é mais adequado referir-se simplesmente a *populações locais* – assim mesmo: de modo aberto e flexível. E, recorrendo a Tim Ingold e Terhi Kurtilla (2000), lembramos o que esses antropólogos veem como “conhecimento tradicional local”: não como algo herdado e cristalizado – o que permite dizer que “não são mais tradicionais”, “não são mais caçaras”, com base em conceitos de tradição que podem inclusive levar ao prejuízo dos “povos nativos” aos quais se atribui tal tradição – mas sim como algo vivido e “inseparável das práticas que ocorrem por se habitar uma terra”. Em outras palavras, julgamos que no caso do Aventureiro, como, aliás, em tantos outros, *não vem ao caso* a questão de tratar-se ou não de uma “população tradicional”, o que, aliás também, só Deus sabe o que seria, considerando-se as tantas perspectivas possíveis. O que vem ao caso é que se trata de saberes, práticas, vivências e direitos do – assim auto-designado – “povo do Aventureiro” (Catão,

* Catão (2004) mostra como se relacionam FEEMA, moradores e turistas, numa configuração em que os moradores do Aventureiro já vêm há anos adaptando seu modo de vida à existência de uma reserva e se relacionando com o turismo de uma maneira singular associada ao seu “modo de fazer a própria vida”.

** A propósito referimos os trabalhos de Cunha & Almeida (2004) e Barreto Filho (2006), que discutem a fundo e se posicionam quanto à questão das populações tradicionais e sua relação com áreas protegidas.

2004, 2005, 2006 a, 2006 b; Costa, 2004, 2008; Mendonça, 2007). Entre as marcas locais está o formato do turismo que ali ocorre e que atualmente representa entre outras coisas a base da economia local.

A comunidade do Aventureiro é a *única* na Ilha Grande – e um caso raro, pelo menos no Brasil* – que criou uma solução própria para lidar com o turismo, gerenciando ela mesma as atividades turísticas que ali ocorrem. Esse tipo de turismo é hoje classificado como “de base comunitária” ou “de base local”, entendido como aquele que, além de ser organizado de maneira peculiar e própria à comunidade onde ocorre, produz ganhos para ela mesma e não para pessoas de fora que lá estejam para explorar a atividade (DENMAN, 2001; MALDONADO, 2005). Tudo isso, que tem ocorrido *apesar* das tantas dificuldades, e de um modo quase defensivo, deve ocorrer e ser reconhecido de um modo afirmativo: *por causa* das condições de sustentabilidade do turismo do Aventureiro e *em prol* do povo do Aventureiro.

Referências bibliográficas

- ARGUMENTO PRÓ AVENTUREIRO, 2006 (mimeo).
- BARRETO FILHO, H. “Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção”. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs.). *Sociedades Caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BARTH, F. (Ed.). *The Role of Entrepreneur in Social Change in Northern Norway*. Bergen: Scandinavian University Books, 1972.
- BIRMAN, P. “O Espírito Santo, a mídia e o território dos crentes”. In: *Ciências Sociais e Religião*, 2006.
- CATÃO, H. *Redefinindo territórios: preservação e transformação no Aventureiro, Ilha Grande-RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRuralRJ, 2004.
- _____. “Território caiçara: memória e identidade na demarcação do espaço social”. Seminário Memória e Contemporaneidade, Centro de Memória da Unicamp. Campinas, 2005
- _____. “Redefinindo territórios: disputa por significação e direito de uso do espaço social na construção de ruralidades contemporâneas”. Brasília: III Encontro da ANPPAS, 2006a.

* Um desses casos raros é o da Prainha do Canto Verde, no Ceará, estudado por Teresa Mendonça e exposto em sua dissertação de mestrado (2004). Em outro trabalho, Mendonça (2007) estabelece um paralelo entre os casos da Prainha do Canto Verde e este do Aventureiro que estamos abordando aqui.

- _____. “Território e identidade: os caiçaras do Aventureiro”. Goiânia: 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, ABA, 2006b.
- CATÃO, H.; CARNEIRO, M. J. “Conservação ambiental, turismo e população local”. In: *Cadernos EBAPE / FGV n. 3*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, H. “O ecoturismo como um fenômeno mundial”. In: *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Editora Senac, 1995.
- COSTA, G. V. L. *A população do Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul: Conflitos e disputas sob a tutela ambiental*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2004.
- _____. *O Aventureiro, Ilha Grande-RJ: uma análise de mudança social*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2008.
- CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. “Populações tradicionais e conservação ambiental”. In: CAPOBIANCO, J. P. R. *et alli* (Orgs.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade/ISA, 2004.
- DENMAN, R. *Guidelines for community-based ecotourism development*. WWF-International, 2001.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- GEERTZ, C. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do conhecimento antropológico”. In: *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GERHARDT, C. H. *A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas*. Recife: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007.
- INGOLD, T.; KURTTILA, T. “Perceiving the environment in Finnish Lapland”. In: *Body and Society*. Sage Publications, 2000.
- LTDS (Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social). *Programa de Promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2004.
- LOPES, J. S. *et alii*. *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: NUAP/Relume Dumará, 2004.
- LUCHIARI, M. T. D. P. “Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista”. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo. Modernidade. Globalização*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MALDONADO, C. *Pautas metodológicas para análise de experiências de turismo comunitário*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2005.
- MENDONÇA, T. C. *Turismo e participação comunitária: “Prainha do Canto Verde, a ‘canoa’ que não quebrou e a ‘fonte’ que não secou?”*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: EICOS/UFRJ, 2004.
- _____. “Turismo de base comunitária: soluções locais em defesa do local herdado. Estudos de caso: Prainha do Canto Verde (Beberibe/CE) e Vila do Aventureiro (Ilha Grande, Angra dos Reis-RJ)”. João Pessoa: X Encontro Nacional de Turismo de Base Local, Universidade Federal da Paraíba, 2007.

- MUSSOLINI, G. *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- PACKER, L. V. *Tourism in the Small Community: A Cross-Cultural Analysis of Developmental Change*. Ann Arbor: University Microfilms International, 1974.
- PEREIRA, V. C. *Território sagrado: A geografia das relações sociais em uma comunidade evangélica da Ilha Grande*. Monografia de graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Uerj, 2007.
- PRADO, R. M. “Tensão no paraíso: Aspectos da intensificação do turismo na Ilha Grande”. In: *Caderno Virtual do Turismo* n. 7. Rio de Janeiro: Instituto Virtual do Turismo/COPPE/UFRJ, 2003a.
- _____. “As espécies exóticas somos nós: Reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande”. In: *Horizontes Antropológicos: Antropologia e Turismo*, ano 9, n. 20, Porto Alegre: UFRGS, 2003b.
- _____. “Depois que entrou o ‘Imbamba’: Percepção de questões ambientais na Ilha Grande”. In: PRADO, R. M. (Org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj/Garamond, 2006.
- _____. “De praias que viram morros: deslocamento de população na Ilha Grande”. In: CARNEIRO, Sandra de Sá. *A cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008 (no prelo).
- PRADO, R. M. *et alii*. “Caracterização das vilas e povoados”. *Estudos para o Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande*. Item 7.10.2. Rio de Janeiro: Instituto Estadual de Florestas, 2008 (mimeo).
- SANTOS, M. S. *et alii*. “História da Ilha Grande”. In: *Estudos para o Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande*. Item 9.10. Rio de Janeiro: Instituto Estadual de Florestas, 2008 (mimeo).
- SMITH, V. (Org.). *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. 2ª ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.
- TENÓRIO, M. C. “Povoamento pré-histórico da Ilha Grande”. In: PRADO, R. M. (Org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj/Garamond, 2006.
- URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1999.
- VILAÇA, M. A.; MAIA, A. A. “O povo do Aventureiro”. In: PRADO, R. M. (Org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj/Garamond, 2006.
- WILLEMS, E. *Búzios Island: A Caiçara community in southern Brazil*. Seattle/Londres: University of Washington Press, 1952.
- WUNDER, S. “Modelos de turismo, florestas e rendas locais”. In: PRADO, R. M. (Org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj/Garamond, 2006.

Descubra a tradição de um lugar

*o encontro entre nativos e
biribandos em Trancoso,
sul da Bahia*

**FERNANDA CARNEIRO
ROBERTO BARTHOLO**



Deixar raízes talvez seja a necessidade mais importante e ignorada da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. Um ser humano tem uma raiz em virtude de sua participação real, ativa e natural na existência de uma comunidade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. O ser humano tem necessidade de deixar múltiplas raízes, de receber a totalidade de sua vida moral, intelectual e espiritual dos meios de que forma parte naturalmente.

Simone Weil

Introdução

Este artigo apresenta uma reflexão a partir de uma pesquisa de doutorado: *Herdeiros da terra: memória, alteridades e comunidade: o encontro entre nativos e viajantes dos anos 70 em Trancoso, Sul da Bahia*, de Fernanda M. Carneiro Silveira, COPPE/UFRJ, Engenharia de Produção, 2003. Apresenta também aspectos metodológicos da pesquisa.

É a experiência do encontro que se tenta narrar como guia para ações urbanas e comunitárias afirmativas.

Acredita-se que a contação de histórias e a construção das cidades têm um entrelaçamento, na informação e reflexão sobre a identidade social e cultural do

lugar. Todo escrito é uma interpretação de ideias e histórias ouvidas ou lidas, e nenhuma leitura é inocente.

Sendo a autora, uma *biribanda*, ou seja, uma viajante dos anos 70, como sujeito da pesquisa, tem um compromisso com o lugar no sentido da recuperação e valorização da memória e do modo relacional nativo. Nos anos 70, quando Trancoso foi “re-descoberto”, havia cerca de trezentos moradores naquele povoado de pescadores e roceiros. Ainda era uma comunidade.

O território de antanho abrigou uma cultura eminentemente plástica como aldeia indígena, transformada em missão jesuítica e mais tarde vila colonial, até se tornar um povoado no século XX. Permaneceu isolado, mas alterou-se pelo crescimento urbano abrupto dos anos 80-90, valorizando-se a terra e empurrando os nativos para fora da larga praça verde.

Como evitar a desagregação de uma comunidade num lugar que se tornou, a partir dos anos 90, um pólo de turismo nacional e internacional com quase vinte mil habitantes? Como promover modos de vida, festas e tradições mantenedoras da coesão e dos valores comunitários? Como transmitir às novas gerações de moradores, viajantes contemporâneos e gestores de políticas públicas a memória do que não deve ser perdido?

Acreditamos, também, que Trancoso contemporâneo poderá ser compreendido e enriquecido no encontro com o outro se forem estipuladas novas regras de convivência cumpridas por nativos, biribandos e turistas.

Além da tese de doutorado, concebemos o Projeto *Trancoso: um legado ao futuro* (Minc/Petrobras/AAOT), produzindo:

1. Um livro de 330 páginas com texto literário e fotos de época de João Farkas (CARNEIRO, Fernanda e AGOSTINHO, Cristina. *Nativos e Biribandos*, Petrobras, 2004);
2. Um documentário de S. Sbragia, *Viajantes ao Quadrado – o redescobrimento de Trancoso*;
3. Placas biográficas nas casinhas históricas;
4. Um projeto concebido com os nativos, de implantação da Casa das Festas Tradicionais do Povo de Trancoso, conquistado por eles para ser uma referência física e fonte de ações culturais agregadoras.

Nossa pesquisa se alimenta de 25 anos de convivência-reflexão com pessoas íntegras, de grande sabedoria e bem-humoradas*. A tarefa de produzir conheci-

* Ouvimos no total 82 pessoas, entre nativos e biribandos. Organizamos um banco de dados categorizados em temas, palavras-chaves e personagens que nos serviram de base para ações e

mentos e contar histórias a partir de histórias ouvidas, assuntando com a população local, observando, contemplando e tomando conhecimento íntimo, configura um modo relacional onde a reflexão teórica e o trabalho de campo são enraizados numa abertura dialógica de espírito buberiano (Buber, 1982). Esse trabalho é uma resposta, um testemunho de geração*, e se apresentou à autora como tarefa, pois:

1. A população mais velha está em idade muito avançada, tornando premente não deixar que o esquecimento apague sua preciosa memória.
2. Existe o apelo dos que buscam pensar um turismo de base comunitária no Brasil por afirmar um compromisso ético que valoriza positivamente a história do lugar e a vida em comunidade (Irving, 2002).

Modos de *assuntar*: aspectos metodológicos

Delimitamos um corte no tempo. Os acontecimentos vividos que se quer memorar referem-se ao período até 1982, ano da inauguração da luz elétrica, *a energia*, com forte impacto no ritmo e modo de vida local. Até então, em noite escura, havia um meio próprio de ver o mundo:

Você tem que prestar atenção, sentir os obstáculos (...) quando chega gente de cidade aqui, cai dentro do buraco, da lama, tropeça no degrau, bate com a cabeça nos portais. Com o tempo, você anda por aí no escuro com muito mais facilidade. São coisas que você aprende (biribando, 1975).

Os encontros de uma geração e de uma época são aqui percebidos com base nos conceitos de alteridade e comunidade, conforme os ensinamentos de Martin Buber. Para este mestre, a fenomenologia da palavra e a ontologia da relação fundamentam uma antropologia filosófica e uma ética do inter-humano, onde se distinguem três esferas relacionais fundamentais: com a natureza; com os homens; com os seres espirituais. Em cada esfera é possível distinguir dois modos relacionais fundantes – Eu-Tu e Eu-Isso –, onde os Eus expressam diferentes possibilidades existenciais: a relação vinculante e interpessoal Eu-Tu e a experiência objetivante Eu-Isso. O Eu da relação Eu-Isso quer conhecer o mundo, ordená-lo,

produções culturais, e outras futuras, voltadas para preservar o patrimônio relacional e imaterial de um território histórico na formação social brasileira.

* “Experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração julgam-se, a princípio, diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando iguais, para se dissolver nas características gerais de sua época”. Antônio Cândido. Prefácio de *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, 1991, p. 9.

estruturá-lo, vencer sua resistência ou inércia e transformá-lo em objeto de posse, uso e experiência, se afirmando no modo de fazer ou ter. Cada Eu da relação Eu-Isso se afirma no que pode fazer ou ter. O Eu da relação Eu-Tu configura um outro modo de existir. Um movimento de recuo abre espaço para a presença da irredutível alteridade do Outro, valor primordial.

Consideramos nativos os nascidos na região e moradores do território da antiga aldeia no momento do Redescobrimento (1970-1982), pertencentes às famílias tradicionais, ligados por **afinidades relacionais***, com valores, costumes e hábitos comuns. Os nativos têm seus credos e condutas configurados pelo *ethos* de Trancoso Antigo (Vaz, 1993, p. 14-15)**. Cada um deles se identifica como nativo e se reconhece da comunidade, e a comunidade se reconhece neles.

A tradição do lugar

Na beira da praia, num altiplano de frente para o mar, havia um povoado de gente da roça.

Aluguel não tinha, comida ganhava. Não via nota de dinheiro. Comer carne ninguém comia a não ser caça do mato. E muito peixe. Muita fartura, muita fartura, até de caranguejo. Em ponto da falta, não faltava nada, a não ser energia e água encanada. Nós apanhava água no rio, fazia adjunte de roçagem e das casinhas – todas lindas, alisadas com as mãos. Todo mundo ia ajudar no barreiro... tinha um canto... é, cantavam... pra roçá, pra barreá... num instante subia a casa. De barro, palha, cipó e madeira, a maioria permanecia vazia... mas era ocupada pelo povo das roças nos dias de festa! Porque aqui, ó, o primeiro interesse do pessoal daqui era fazer uma festa.***

* Afinidade seria o princípio de instabilidade responsável pela continuidade do processo vital do parentesco (Viveiros de Castro. Atualização e contra-efetuação do virtual: o processo do parentesco, p. 423). Esse conceito, assim referido ao “parentesco” da sociedade ameríndia foi-me útil para a compreensão da trama familiar da comunidade que, até então, se me apresentava confusa. É uma comunidade com forte ascendência indígena, influência bastante nítida nos costumes.

** O conceito de *ethos* é aplicado aqui nas duas acepções apresentadas por Lima Vaz (1993, p. 14-15): 1) morada dos seres; a casa dos humanos, habitat construído; 2) costumes e estilos de vida e ação que garantem o abrigo protetor, incessantemente reconstruído, sempre em relação a outro, na prática de cada indivíduo. O *ethos* diz respeito, então, a um constante repetir dos mesmos atos. “O modo de agir do indivíduo, expressão de sua personalidade ética, deverá traduzir, finalmente, a articulação entre o *ethos* como caráter e o *ethos* como hábito”.

*** Todas as frases em itálico são construções a partir das falas dos entrevistados. Quando o informante for nativo identificaremos com a referida idade no momento da entrevista; quando a fala

Muitos foram os que passaram por Trancoso, desde o Descobrimento: navegadores, escrivãos, jesuítas, viajantes, e até um príncipe, o Maximiliano, de Wied-Neuwied*, que era curioso e caçador. Com diferentes objetivos, crenças, ideais e histórias de vida, eram contadores de causos. Deram notícias de suas andanças em livros, cartas, a prosa de um botequim... ou em volta de fogueiras ou de um fogão a lenha com uma xícara de café na mão, *a cocada do lado, né? conversando, sabe?* ou em filmes, vídeos, teses... e agora, neste texto.

Gente desconfiada, vivia à espera. De um tropeiro, romeiro, visitante, e das graças do Divino Espírito Santo.

Assunte aí o que contam os mais velhos nativos sobre o isolamento de Trancoso Antigo** até a chegada dos novos biribandos:

De primeiro, aqui pintava muito deportado, ladrão de estrada, ciganos... gente de bando. Nós sofrimos muito com isso. Biribando era alguém esperto que roubava as mercadorias na estrada. Aí, pessoa que você não sabe de onde vem, não sabe a origem, era “deportado de biribanda”, vindo de outro canto, não prestava. O pessoal chamava biribandos aqueles que chegavam e ninguém sabia quem eram.***

Trancoso era escondido. Não tinha rodagem em canto nenhum! Tinha um paradeiro... o lugar estava em decadência. Naquela época vinham muitos

for de viajante, colocaremos a palavra biribando entre parênteses indicando a data de chegada do informante a Trancoso. Todas as entrevistas foram dadas entre 1999 e 2003.

* Após a abertura dos Portos em 1808, virou “moda” viajar e relatar viagens ao Brasil. O Príncipe de Wied-Neuwied passa pela região de Belmonte até Porto Seguro, e nos deixa o relato mais minucioso que se tem da região de Trancoso, no século XIX. As caçadas são centrais em suas narrativas, a alteridade que encontra é para ser dominada, e dos índios, o que ele quer é a sabedoria que têm da mata e a resistência para carregamentos, numa relação meramente utilitária (SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. *Espelho do Progresso: O Brasil sob o olhar dos viajantes estrangeiros: 1808-1858*. Tese de Mestrado, COPPE/UFRJ, 1993).

** Texto editado das falas de Daglória, Bernarda, Dica e Délcio Borges, Zé Lumbriga, Raimundão, Flô, Seu Pedro Palma, Dona Angelina, Damião, Florisvaldo, Dona Inácia.

*** Biribando era o termo usado de forma bem-humorada pelos nativos para se referir a nós, viajantes dos anos 70 – *ô biribando!*. Mariângela Daibert cita “nas décadas de 1920 e 1940 há notícias de ‘biribandos sem qualificação’ deixados nas praias de Porto pelos navios de linha” (*Trancoso: uma história de vida e educação*, Tese de Mestrado, p. 42. São Paulo: Associação de Ensino de Itapeatinga, 2002). O *Novo Aurélio, século XXI: o dicionário da língua portuguesa* (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999) traz o termo biriba com vários significados regionais: tropeiro de mula (RS), cheio de melindres, desconfiado. É citado em *O livro de ouro da História do Brasil* (Mary Del Priore et alii. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p. 55), que no século XVII, entre os colonos que se fixavam com seus gados e escravos, muitos podiam ser ladrões, e não faltava quem organizasse bandos, agindo em assaltos pelas estradas.

ciganos, tropas com animais, romeiros, e ninguém sabia de onde eles vinham. Era mais um forasteiro que estava aparecendo por aí, não vinha em massa, vinha pouca gente. Ninguém ficava. Uma vez por mês vinha uma navegação baiana. Tinha a primeira classe, segunda classe, trazia mercadorias e uma terceira classe de malandros que despejavam em Caravelas. Por isso sempre que alguém andava na praia podia topor com um tipo desses.

Essa estrada aqui pra Porto Seguro foi feita a braço de homem. Todinha. Que estrada mesmo não tinha. Essa estrada por baixo, que chamava Estrada do Escondido, era tão estreita que até rasgava a moqueca de farinha, aqueles toco, apertado. Tinha que andar no meio do mato, na perna, tudo! A estrada positiva que tinha era a praia. No invernao mesmo, que é julho e agosto, quando batia o vento sul... dá a barra pesava, ninguém saía, ninguém entrava, num vinha nada pra cá, num ia nada pra lá! Era preciso esperar navios com notícias e coisas. Notícia vinha por código de navio. Aí a notícia chegava aqui. Vinha por telégrafo também.

Quem fez a primitiva estrada de chão aí foi Joaquim Grande junto com os outros*. Ele trabalhava na estrada com um candeeiro**. Foi Delcio que botou nós pra trabalhar. Foi feita a braço de homem. Foi nosso primeiro ganho. Toda vez que passo ali, me lembro também do velho Antônio Grande. Foi uma fera aquilo ali. Primeiro ele esticou tudo, marcou o lugar, pra depois nós botar barro, em galeota***, até fazer estrada cortando por aquele brejo. Quando nós chegamos ali no mangue ele pensou: ‘E agora, a travessia?’ Aí, ele estudou, ele mais João de Antídio, parecia um engenheiro, e o João de Antídio aprontou as madeiras.

Faz só uns 30 e poucos anos que começaram chegar os primeiros turistas; hoje é turista, naquele tempo era ríp (hippie). Depois é que foi chegando os mais ricos. Os primeiros que ficaram foram Joel e Leila. Os dois começaram a fazer o mapa, foram mandando o mapa pra fora e outros foram chegando.

Leila e Joel, os primeiros biribandos, nos contam o impacto de sua chegada, em 1973, quando tinham 20 anos de idade.

Meu Deus! Que encanto! Quando subi a ladeira... uma visão! Eu olhei esse Quadrado, a igrejaíinha, tive assim, como um... sabe quando seu coração para

* Feita no final dos anos 60, sob o comando de Délcio Borges, hoje com 95 anos, o primeiro vereador eleito pela Comarca de Trancoso, Distrito de Porto Seguro, em 1970.

** Lamparina

*** Carrinho de mão.

um pouco e depois começa a bater acelerado? Todo esse verde, essa mata atrás das casinhas, e aquele pé de goiaba também... Tinha jaqueiras carregadas pelos caminhos. Diante daquele quadro ficamos ali parados. Aí eu disse: 'Ah, eu vou ficar aqui'. Todo mundo tinha sumido, não tinha um ser vivo. Não tinha uma galinha, um jegue, nada. Na hora que subimos a ladeira o pessoal já sabia que vinha gente de longe. Eles acharam que eu e o Joel éramos ciganos. O Joel tinha o cabelo comprido e eu também, uma riponga. Devia estar envolta em algum pano ou alguma coisa assim.

Víamos procurando um lugar tranquilo, um tipo de vida simples. Eu queria sair de São Paulo, fugir de algumas coisas. Na época eu já morava em Paraty, que já estava sendo ocupada pelo turismo que estava chegando, e um amigo, Omar, tinha passado aqui pra ver uma fazenda 'pra fazer uma comunidade'. E fizeram várias fotografias. Falou que era uma região onde 'só Cabral tinha passado', e depois tinha sido esquecida. Isso me encheu de ilusão.

Contou sobre Porto Seguro, que a gente atravessava um rio e tinha um lugarzinho, Arraial d'Ajuda, com uma igreja, e que o padre emprestava casa pra ficar. E Joel e eu viamos ver. Era uma vilazinha encantadora. Chegamos no dia de São Pedro. Dia de festa. Aí passamos o mês de julho. Até que um dia, seu Zé de Efigênia tinha um trabalho em Trancoso e chamou a gente pra vir junto, a pé. Era um senhor que sabia fazer fogão a lenha e fornos de barro. Foi o nosso guia. A gente veio vindo pela praia e foi assim... uma viagem.

A praia é toda muito linda. Mucugê... Pitinga... Pedra Preta... Lagoa Azul... Rio da Barra: um paraíso! Uma parada. Aí fomos apresentados a dona Ordana. Tomamos café, comemos biscoitinhos de nata e de goma que ela mesma fazia na farinheira. Cercada de coqueiros, o marzão pela frente, o rio sinuoso, o mangue... senti aquela coisa boa que a gente sente quando está chegando em Trancoso.

Seu Zé conhecia todo mundo. Era uma pessoa falante, gostava de uma cachacinha, um bom amigo. E assim foi fácil se relacionar. E fomos de casa em casa, sendo apresentados. Eles queriam saber tudo da gente. E nós queríamos saber tudo deles. Tudo sem pressa... Bernardo Guarda e Madalena nos convidaram pra pernoitar na casa deles, mas não antes de ir a uma festa no Rio Verde, um recanto bem guardado pela gente do lugar. Que pernoitar que nada! Foi uma farra até de manhã. Só voltamos a Arraial d'Ajuda pra pegar nossas coisas.

E Dona Inácia arremata: *As pessoas chegavam, a gente ficava muito curiosa. Uns diziam: 'Cuidado, povo hippie é gente perigosa, é subversivo'*. Tinham notícias da ditadura. De fato, a realidade ficou longe e *dismaginada*, e em Trancoso, o sonho da liberdade individual parecia bem perto.

Era uma vez... a utopia...
serra, rocinha, dunas, água doce, areia, mata fechada...
temporal vem e deixa o mar manso...
a terra é perfumada, o movimento vivo é a pesca, a caça e a festa.
Espiritualidade é ajuda, sua construção, a comunidade.
Espaço e ritmo parecem perfeitos.

O encontro com o *outro* – alteridades e comunidade

A região do Descobrimento não foi marcada por ciclos econômicos notáveis. Nos anos 70, as casas de farinha, pequenos engenhos, roças e o pequeno comércio compunham sua economia. Situada em lugar mais escondido, a gente de Trancoso só sabia esparsas notícias do que se pensava e do que se passava no “mundo de fora”. Mas sabia tudo do lugar.

O mundo de fora vivia mudanças éticas e ideológicas importantes. Tem destaque aqui a subversão contracultural dos movimentos hippies, feministas e ecológicos. Cada viajante tinha lá suas influências e histórias de vida. Mas o que se descobre não é independente do momento da sua descoberta. Era o tempo do “milagre econômico brasileiro” e da Ditadura Militar, promotora da chamada “integração nacional” apoiada na construção de estradas.

Em Trancoso viviam-se costumes do século XVIII e XIX.

Foi a estrada BR-101 que permitiu o redescobrimento da região de Porto Seguro e do litoral do sul da Bahia. A paisagem, habitada há quatro séculos por descendentes de índios, portugueses, negros e caboclos, numa convivência peculiar, sitiava uma formação social que não recebeu impacto significativo das iniciativas modernizantes dos processos de desenvolvimento brasileiros.

Para os biribandos, que chegaram a Trancoso nos anos 70 (e alguns fizeram dali sua morada e contribuíram para a identidade contemporânea de Trancoso) a viagem assume o aspecto de encontro com a alteridade.

Porém, diferentemente dos viajantes estrangeiros dos tempos coloniais e imperiais, esse encontro com os nativos revela algo paradoxal: uma realidade familiar e sedutora, mas ao mesmo tempo diferente, inteiramente outra. Parecia pertencer a um mundo não demarcado por vantagens de natureza econômica, nem por algum pressuposto utilitarista ou individualista que intermediasse a relação interpessoal.

No encontro dos biribandos com os nativos, abria-se um mundo repleto de sentido que eram impedidos de perceber em seus lugares urbanos de origem. Esse encontro lhes propiciava incluir cada pessoa face a si, e a viver um diálogo com o acontecimento do mundo. Era a vivência do acolhimento e da reciprocidade (Buber, 1977, p. 3-18). Não foi uma viagem comum, foi um toque existencial.

Uma comunidade veio ao nosso encontro.

Qual o significado da categoria comunidade, conforme pensava Buber, aplicada à situação de um povoado nos anos 70, ou na contemporaneidade? Não seria anacrônico adotar neste princípio de milênio tal perspectiva? E ainda mais fazer dela elemento de base no esforço de compreensão da identidade de um povo rústico do Brasil?

A obra de Buber me leva à janela e aponta com a mão para algo que não havia ainda sido foco de minha atenção. Naquele povo, naquele lugar, naquele momento histórico de minha hora biográfica, cada lembrança de encontro concebia o outro como referência de um vínculo de compromisso pessoal. A alteridade permanecia como valor de referência mais elevado na comunidade. “Quem se isola profundamente e mergulha profundamente em si mesmo, encontra a mais antiga e universal comunidade: com o gênero humano e com o cosmos”*. Assim Buber (1987, p. 36) compreende uma vivência de comunidade, ainda que transitória.

Buber nos diz, ainda, que a forma da vida humana em comum não pode ser imposta de fora, mas emergir do interior em cada tempo e lugar. E nos convence de que “somente quando o alegre ritmo da vida vence a regra, somente quando a eternamente fluente e variável lei interna da ‘vida vivida’ substitui a convenção morta, a humanidade pode estar livre da coerção do vazio e do falso, só então encontrará a verdade, pois só o que é fértil é verdadeiro” (Buber, 1987, p. 37-38).

Não queremos idealizar uma vivência, mas constatar que a comunidade persistia num povoado de economia simples, isolado, esquecido das políticas desenvolvimentistas. Era um paradeiro... e tudo era encontro. Imensas extensões de terra pareciam ainda demarcadas desde os tempos de fundação da Villa Nova Trancoso, em 1759. Alguns nativos tinham documentação dos terrenos, outros proprietários já haviam desaparecido... e a terra não tinha valor algum.

Ainda que fossem os primeiros agentes que provocaram a valorização da terra, os biribandos dos anos 70 viveram um denso encontro com as raízes do Brasil e com as misturagens de outras gentes que ali fincaram sementes, colheram frutos, conheciam profundamente as madeiras, caçavam e pescavam, e eram muito habi-

* Frase de Gustav Landauer citada por Buber para expressar “esta rara e decisiva vivência”.

lidosos. A abertura ao outro, o acolhimento, a hospitalidade e a festa são marcas identitárias do povo que habitava a larga praça, desde antes da invasão dos portugueses, da catequese dos missionários, do desembarque dos negros escravizados, e das tentativas de colonização.

A identidade festeira de Trancoso veio de longe...

A atual Praça São João, Quadrado Histórico, tombado pelo Patrimônio Histórico, era a antiga Aldeia Itapitanga, mais tarde tornada Aldeia São João dos Índios, fundada pelos jesuítas (1586). Consultar pistas documentais nos revela que aquela comunidade começa a existir nas culturas e na História do Brasil pela palavra do jovem jesuíta Aspilcueta, em 1555, revelando ser um lugar repleto de encontros. Ele relata em carta à Padre Manoel da Nóbrega seu espanto de encontrar uma “aldeia onde estava gente de outras aldeias que eram vindas às festas dos feiticeiros” (Capistrano de Abreu, 1960).

Aquí nós faz festa, damos comida e bebida pro povo, duram dois dias e duas noites, tem o batuque nativo, a troca dos mastros e a dança do pau. Onde mais se faz isso? (João de Antídio, 83 anos).

São ecos de relatos muito antigos, datados do século XVI:

Este gentio come em todo o tempo, de noite e de dia, e a cada hora e momento, e como tem que comer não o guardam muito tempo, mas logo comem tudo o que têm e repartem com seus amigos, de modo que de um peixe que tenham repartem com todos (Cardim, 1980, p. 88).

Para os biribandos, a chegada a Trancoso faz ressoar as palavras de um mestre: “no começo é a relação” (Buber, 1977, p. 20), um momento “fortemente rico de presença” onde o corpo comovido experimenta o estar bem longe. E até os anos 70, Trancoso era só aquela praça retangular, encabeçada pela Igreja São João, de desenho delicado e as casinhas de um lado e de outro, algumas bem arruinadas, com cara do século XVIII; *pra lá era mata, mata, mas mata, mata mesmo!*

Naquele tempo, na concretude dos vínculos interpessoais, os biribandos interagiam, aprendiam e transmitiam saberes. E vão deixando também suas influências. Na reciprocidade, ao pisar a terra, viveram a oportunidade de assumir um movimento que não é a contemplação exterior de um espetáculo-objeto, mas um movimento de iniciação que penetra na realidade e costumes do lugar e da comunidade de que se quer tomar conhecimento íntimo.

Ao contrário da postura consumista tão comum de pessoas em viagens turísticas, foi possível, nos primeiros anos, ainda que provisoriamente, conviver sem querer se apoderar. Foi possível encontrar na pessoa e no ambiente, alguma coisa “que eu nem consigo captar de forma objetiva, que diz algo a mim, transmite algo, fala algo que se introduz em minha própria vida (...) algo que eu deva responder, mas antes, trata-se do meu ‘aceitar’” (Buber, 1982).

E foi também por isso que, nos ecos da contracultura, as pegadas dos “hippies” marcaram essas praias e o antigo povoado e suas roças em ritmo mais lento do que aconteceu em outros lugares da vizinhança. A ocupação especulativa e predatória não foi acelerada como na sede do município, a cidade de Porto Seguro. Os primeiros biribandos, ainda que alguns fossem informados quanto à futura valorização das terras em áreas privilegiadas para o turismo, não chegaram no ritmo dos especuladores de terra. Mas testemunharam e foram protagonistas de um tempo de profundas mudanças nas relações inter-humanas. E no valor da terra.

A gente ainda chegou naquela de “tudo bem, paz e amor”, porque a gente não queria nada deles. E eles também não com a gente. Como nós chegamos falando que queríamos terra para uma comunidade, então eles mostraram interesse em vender. E mais nada também. Não tinham, em princípio, a ânsia de vender. Talvez isso tenha contribuído para amortecer um pouco a avidez especulativa do lugar (biribando, 1973).

Para Buber, comunidades baseadas em laços de parentesco e cegamente seguidoras de tradições imemoriais configuram o tipo de comunidade que ele denomina “antiga comunidade”. Para ele, tribo, seita, família não esgotam o conceito de comunidade. E Trancoso ia mais além, pois

era uma coisa muito boa, pura solidariedade. Isso praticamente acabou e faz falta – reagir como aldeia. Acontece alguma coisa com alguém, você responde imediatamente e todo mundo está envolvido. É problema coletivo (biribando, 1975).

Para mim foi impactante. No mesmo dia em que cheguei eu fui ver se tinha alguma coisa na praia pra vender. Eu queria uma fazenda na praia. O Moacir* já estava comprando tudo, já tinha comprado as praias do sul todas, mas tinha ainda uma prainha que era a praia de Trancoso. Eu morei ali alguns anos. Reformei a casinha de Jeová que era 3x4 (biribando, 1975).

* Primeiro comprador das terras da praia. Comprou Itaquena (vasta praia ao sul de Trancoso) no final dos anos 60, ficou anos e anos sem recortá-las e sem uso durante toda a década de 70 e 80.

Ainda que alguns estivessem chegando com um “objetivo” de adquirir terras, a mudança da maioria para a relação instrumentalizada veio muito depois, ou seja, o modo relacional Eu-Isso a que se refere Buber se espalhou a tal ponto que colocou em risco a existência de uma comunidade.

O mestre aponta-nos que há uma reversibilidade nas relações comunitárias e sociais, estas últimas reguladas por princípios utilitários, instrumentais, funcionais e por relacionamentos externalizados. Embora no quadro da modernidade industrialista prevaleça a relação social sobre a comunitária, Buber acredita que uma nova comunidade (grifo da autora) pode ser efetivamente apoiada no princípio criativo e em relações autênticas (Buber, 1987, p. 52). No modo relacional predominante entre os nativos havia nitidamente a reciprocidade e o movimento dialógico.

...e Deus me abençoou que o destino mudou e foi a minha valença, porque se eu vou pro destino que eu ia, eu hoje não tinha nem pra comprar um pão. Deu certo. Meu filho me disse ‘não vou tirar o sentido do senhor nem os seus agrados, mas já estou acostumado aqui e aqui fico perto da roça’ (...) aí tomei aquilo que tava certo, mais certo que eu, né? (Manoel de Vitória, nativo, 85 anos).

E testemunho não falta:

Os filhos dos meus amigos são uma grande família, têm muito respeito pelos outros. Aqui era uma comunidade. Você vivia pra fulano e fulano vivia pra você. Se na sua casa não tem comida, a outra dava comida pros seus filhos comer. Ninguém passava fome. Era como uma aldeia de índios. As pessoas eram responsabilidade de todo mundo. Todo mundo cuidava de todo mundo. Era bom (nativo, 65 anos).

O problema de um era o problema de todos. A gente dependia muito um do outro para viver. Alguém chamava... o primeiro que ouvia largava tudo e ia correndo (biribando, 1975).

Em Trancoso eu senti estar com eles mesmo, de ser uma delas, de ter um reconhecimento pelas coisas que cada um sabia fazer. Então aqui cada um era reconhecido como pessoa. Seu Dudu já tinha um poder aquisitivo, Dona Higina tinha bem menos, mas tinha mais que as outras pessoas. Mas o respeito que eles tinham entre eles... cada um tinha uma função. O que a pessoa sabe fazer bem, ela está sempre pronta. Chegava a hora de uma reza, era fulano que vinha rezar, chegava a hora de pegar e lidar com uma torcedura, era beltrano... tirar taubilha com facão era Antônio Coco, a dança do pau era Francisco Grande e Irênio (biribanda, 1973).

Era uma comunidade. Antigamente não tinha médico: tinha que ser que nem índio mesmo, na roça. Eu nasci assim. Por quê? Foi porque tinha fé em Deus! O pessoal tinha mais fé (Léo, nativo, 30).

Para Buber, comunidade é também uma união de homens que têm em Deus o horizonte último da alteridade, que só pode efetivar-se através dos encontros face-a-face dos entes, no imediato de seu ato de oferecer algo e de seu receber. Retirados os véus conceituais, instrumentais e utilitários o indivíduo pode manifestar-se em pessoa.

A religiosidade festiva dos nativos em Trancoso é fruto de recriações culturais e transpira por todos os poros sem dogmas ou obediências. Em Trancoso, sagrado e profano não eram dicotomias, mas vínculo, e desconsiderar isso seria “um equívoco”. Equívoco este que vem desde os tempos dos jesuítas – ideia que tomo emprestada de Viveiros de Castro (2002, p. 185) – que lamentavam que a palavra de Deus aos *gentios* fosse acolhida por um ouvido e ignorada com displicência por outro. Aquilo que parecia inconstância, a nossos olhos contemporâneos, já pode ser apreendido como um modo de existir onde a memória permanece num ambiente que se transforma. Naquela aldeia antiga, isolada, nem os padres faziam morada permanente.

A memória de longo prazo se faz visível na intimidade com que os nativos de Trancoso brincam com os santos nos dias de festa. Assim acontece a “dança do pau”, com fogos de artifício, dança, bebidas, com linguagem própria – *quase um dialeto*, com maneirismos, trejeitos, e os tambores dos velhos no comando do rito. É uma cultura genuína.

E, até hoje, lá vem o povo da roça, pra fazer festa todo dia santo da devoção do lugar – São Sebastião, São Brás, São João, Divino, Rosário, Ano-Novo e Reis, com rituais e costumes próprios, com padre ou sem ele. É o Brasil diverso e singular que o viajante ainda encontra.

Suas oferendas e acolhimento aos viajantes, para aproximação e contato, não são “coisas”. Os nativos parecem crer em tudo! Seria por que, na sua perspectiva, o outro, o exterior – os viajantes, o céu, os mitos, os inimigos, os deuses, tudo é bem recebido, acolhido? Talvez creiam que esses outros teriam competência cognitiva e sabedoria, e antes de serem um problema são uma solução (Viveiros de Castro, 2002, p. 208-220).

Naqueles anos 70, a relação humana na comunidade de Trancoso era uma oferta diária – recebíamos presentes todos os dias: mamão, abacaxi, peixe, jaca. Não pediam nada em troca. Queriam ouvir-nos falar do mundo. Nós éramos um mundo de fora. O presente que eles desejavam (Omar, 1974).

Segundo Buarque de Hollanda (2001, p. 40) “... a experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida”. O isolamento de Trancoso permitiu, presumimos, enraizar uma singularidade resguardada pela prática do acolhimento, e um orgulho imenso de se apresentar: *sou nativo!* A alguns é dado perceber. Se “no começo é a relação”, o que emerge de modo mais forte aqui é a autenticidade da acolhida do outro, uma hospitalidade, algo que não cabe num conceito:

... a coisa forte de Trancoso é essa mistura. Aqui tem histórias incríveis, tem gente que conhece o mundo inteiro, chega aqui e fica desbundada! Um amigo que morou na Tailândia, conhece ilhas maravilhosas no Pacífico, lugares paradisíacos, várias experiências distintas, outros que tiveram fazendas na praia chegam aqui e ficam completamente desbundados. “Eu posso comprar? Eu posso ser dono?” E aqui não é mais bonito, não tem uma cultura forte, não tem como base culturas sólidas de milênios, de história como o México! México tem cidades astecas maravilhosas, a Guatemala... Mas aqui tem uma coisa... essa coisa do povo, essa coisa doce (biribando, 1975).

Os jovens viajantes que chegam a Trancoso em 1970 logo aprendem que não podiam ali viver de outro modo, exceto entrando em tal fluxo de doação e entrega criativa e divertida. Não me furtarei de ressaltar que ao procurar “terra para uma comunidade” ou para uma “fazenda na beira da praia”, ou simplesmente viver simplesmente, muitos deles não se deram conta de que uma comunidade autêntica estava vindo a seu encontro. E que preservá-la supunha esforço e desejo de mudança pessoal e de construção de uma cidade com novas leis, onde a inclusão vencesse o banimento.

Memória, ambiente e cultura - E agora?

Naqueles anos que antecederam a luz elétrica, a velha comunidade-dos-que-viviam-voltados-uns-para-os-outros foi se transformando. O *dinbeirinho* circulando, mais serviço aparecendo. Atos fortemente ricos em presença onde todos os meios são abolidos passam a ser intermediados.

Até que a gente acorda... e já estamos pensando em vender nossa casinha e se sente sem lugar... Os moradores mais velhos daqui foram vendendo, foi chegando o pessoal de fora... Aí foi tomando conta aqui do Quadrado (nativo, 50 anos).

Algo mudou. Tudo mudou?

Antes da invasão turística e eletrônica com todos os seus bens e males, as relações entre nativo(a)s não eram certamente amenas complacências, mas é fato marcante que as pessoas vão se distinguindo de seu próprio meio e os novos interesses pelo território exigem novas regras que promovem, ou não, a inclusão:

Dói na gente passar ali que era uma praia onde a gente mariscava, jogava bola, pegava polvo em noite de lua, e a gente nem mais passa por ali e quando passa não vê mais nem um nativo. Só garçons, garçonetes e na cozinha* (nativo, 40 anos).

Na era turística contemporânea, como podem nativos e biribandos alimentar o desejo de comunidade no processo imperativo de colocar chaves nas portas, cercas para dividir os terrenos, e moeda para intermediar o alimentar-se, o trabalhar, o banhar-se, o festejar, e continuar a receber entusiasticamente “o que vem de fora”?

Faço menção a algo que mereceria maior dedicação reflexiva. Em meio às exigências de um progresso sempre voraz e desordenado, operativamente eficiente, podemos ouvir a palavra de quem percebe a principal mudança, um certo anestesiamiento do mistério e o “dolorido sinal de uma ausência” (Bartholo, 2002, p. 141):

O povo fazia festa pela fé. Então foi perdendo essa coisa. A festa de Nossa Senhora do Rosário parou porque roubaram a imagem da santa que tinha na igreja. Há alguns anos atrás começaram a roubar os santos, e uma das santas foi Nossa Senhora do Rosário, aí, ficou sem a santa, ficou a sem festa**. As visage, as alma, até se mandaram daqui...

As grandes figuras ou estão envelhecendo ou *já foram pro andar de cima*, como dizia o finado Licínio (nativo, 80 anos). Enquanto isso, o mar permanece eterno, com seu sussurro que “nenhuma voz humana interrompe”***.

* Refere-se a uma pousada na beira da praia, bastante sofisticada, que recebe artistas e empresários do Brasil e do mundo. São os trabalhadores nativos que fazem os serviços de hotel e são também os mais bem pagos do povoado.

** Essa festa foi *desencostada* por ação resultante do movimento cultural do Projeto *Trancoso - um legado ao futuro*, em 2001.

*** Maximiliano, Príncipe de Wied Neuwied (1989, p. 223).

A desagregação da comunidade poderia ser um processo reversível?

Respondemos que sim, se fizermos, buberianamente, o que pode ser conseguido, se desejarmos a comunidade, na contemporaneidade. Isso implica fazer da palavra e da memória uma oportunidade de expressar a polaridade modernidade/tradição garantindo-se que as culturas nativas e biribandas se ponham em jogo existencial. Modos de relação com o ambiente, narrativas, risos e rituais comunitários se oferecem ao viajante que também acolhe.

Quem deixa seu rastro no chão de Trancoso, atento para a presença nativa, ainda encontra jovens e velhos com os valores éticos e a graça de outrora, assimilando o *moderno* e guardando a tradição, conhecendo palmo a palmo as belezas do lugar. Ou pode escutar numa boa prosa sábios conselhos como o de um velho nativo, seu Manoel de Vitória (87 anos):

é o respeito que protege! Porque se eu adesrespeitar o seu, tô adesrespeitando o meu e de qualquer um cidadão.

Permanecem as condições de sustentabilidade da comunidade? A fé não costuma falhar, diz-se. Acontecem nas festas religiosas/profanas (conforme o calendário nativo), no trabalho e na ajuda mútua, e nos ciclos e círculos de boa prosa que mantêm uma coesão. E nas festas onde se encontram nativos e biribandos.

Afirmamos, sem medo de errar, que qualquer política de promoção do turismo em Trancoso deve re-elaborar a questão trancosense no quadro da transformação social e ambiental contemporânea, atenta para evitar os efeitos predatórios da desigualdade e da exclusão. Ações para o desenvolvimento humano – com respeito à pessoa e à comunidade entre nativos e sua descendência e os viajantes contemporâneos – podem gerar abertura para encontros autênticos e oportunidades de reconstruir, a cada instante, a nova comunidade que acontece como presença e reciprocidade:

Trancoso tem um encanto particular que não tem em lugar nenhum! Ainda tem uma união, um conservadorismo dos antigos, nas primeiras pessoas que chegaram aqui e ficaram pra morar. Estamos ocupados em preservar a nossa amizade e a nossa maneira de ser – manter uma casa do jeito simples que é, um coração no peito pra receber um monte de gente que chega e você senta e olha e está ali, receptiva (biribanda, 1980).

Como? Por ora, vale dizer que em meio a um mundo que oferece atrações, estímulos, atividades, informações e conhecimentos em profusão, a comunidade ainda vem a seu encontro, para buscar-te. Ela te ensina, toca o íntimo e provoca o “pressentimento da eternidade”, porém, “se não te alcança, se não te encontra, se dissipa” (Buber, 1987).

À guisa de conclusão

Nossa pesquisa pode ser considerada de interesse social. Gerou um movimento de revitalização da memória, de valorização das coisas do lugar, e do ofício de contar histórias, fertilizando a construção de uma referência cultural: A Casa das Festas Tradicionais.

Permanecem ainda muitas questões.

Falar da conexão íntima entre construir uma nova comunidade e construir uma história feita de palavras poderia provocar o reconhecimento em cada nativo e biribando de que o encontro autêntico é a essência da vida humana? Depois da revelação e da perda, seria possível a todos os que desejam a nova comunidade recriarem processos sustentáveis de organização da vida urbana local? Seria possível construir a nova comunidade voltada para acolher “o que vem de fora” evitando o esquecimento dos tempos em que nativos e biribandos andavam ombro a ombro, de aventura em aventura, promovendo a inclusão?

As ambições dos cidadãos contemporâneos podem ser temperadas com a sabedoria dos antigos nativos. A cidade é lugar de intercâmbio social e só adquire identidade comunitária se os moradores atuais unirem-se aos visitantes e tirarem proveito do apoio mútuo.

Cidadãos de todas as culturas se enriquecem melhorando seu modo relacional com o território e as pessoas, encontrando fora de si algo que o enriqueça, enriquecendo-os também. A graça e um gosto de brincar estão presentes nas culturas nativas e são condutas predominantes no modo de vida de Trancoso, pois o lúdico, associando a ética à estética que era imanente em cada momento da vida cotidiana de antigamente, ainda pode permanecer.

Como já dissemos, toda história é uma interpretação de histórias e nenhuma leitura é inocente, mas novas regras a serem estipuladas e obedecidas podem suscitar ou resolver conflitos e produzir maior convivencialidade, proteção do ambiente e dos patrimônios históricos.

Uma cidade precisa criar suas próprias leis, neste caso, com nativos e biribandos unidos uns aos outros, num esforço constante de inclusão e de ações plásticas e éticas, num esforço pessoal permanente do face-a-face, pois “para saber o que cada um é, são necessários ao menos dois” (Manguel, 2008).

Unir-se uns aos outros na busca de conquistas urbanas torna possível entender as razões que nos levam a viver juntos ainda que sejamos tão diferentes.

Ações sociais e políticas voltadas para a centralidade do encontro, do acolhimento e da festa na trama comunitária são possíveis – *porque aqui, ó, o primeiro interesse do pessoal daqui era fazer uma festa*, aspecto fortemente enraizado na dinâmica das identificações culturais do povo brasileiro.

Referências bibliográficas

BUBER, M. *Do Diálogo e do Dialógico*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

_____. *Eu Tu*. Campinas: Editora Moraes, 1977.

_____. *Sobre comunidade*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BARTHOLO, R. *Passagens: ensaios entre teologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAPISTRANO DE ABREU. Carta ao Padre João de Aspilcueta (última coleção de 1555).

In: *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/Livraria Briguiet, 1960.

CARDIM, F. *Tratados da terra e gente do Brasil (Séc. XVI)*. São Paulo: EDUSP, 1980.

DAIBERT, M. *Trancoso, uma história de vida e educação*. Tese de Mestrado. São Paulo: Associação de Ensino de Itapetininga, 2002.

DEL PRIORE, M. *et alii. O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

IRVING, M. Palestra de Marta Irving em www.ivt-rj.net. Ensaios, 2002.

MANGUEL, A. *A cidade das palavras. As histórias que contamos para saber quem somos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MAXIMILIANO, Príncipe de W. N.. “Viagem de Caravelas ao Rio Grande de Belmonte”.

In: *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

VAZ, H. C. L. *Escritos de Filosofia II. Ética e Cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

VIVEIROS DE CASTRO, E. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”.

In: *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WEIL, S. *Echar raíces*. Madrid: Editorial Trotta, 1996.

Dádiva e hospitalidade no sistema de hospedagem domiciliar

ANA BAUBERGER PIMENTEL



Introdução

O objetivo deste artigo é analisar o sistema de hospedagem domiciliar na cidade do Rio de Janeiro, sob a luz dos conceitos de encontro e hospitalidade e da teoria da dádiva. A reflexão envolveu uma articulação entre as questões associadas aos modelos clássicos de hospitalidade e as premissas associadas ao conceito da dádiva, tais como reciprocidade, gratuidade e espontaneidade.

A reflexão partiu de um estudo bibliográfico centrado na obra de Marcel Mauss — *Sociologia e Antropologia* (MAUSS, 2003) — sobre a teoria da dádiva e dos autores que interpretam essa temática na sociedade contemporânea. O referencial teórico de inspiração do trabalho partiu também dos estudos sobre hospitalidade.

A pesquisa de campo se deu entre março de 2005 e fevereiro de 2007 e abarcou dezesseis entrevistas (oito de anfitriões e oito de hóspedes), cinco de associados à rede Cama e Café, e três de associados à rede Bed and Breakfast Brasil. A metodologia desenvolveu-se fundamentada com base na abordagem qualitativa, a partir de entrevistas semi-estruturadas.

Este trabalho se deu no contexto do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Instituto EICOS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em cuja conclusão foi apresentada a

dissertação “Hospedagem domiciliar na cidade do Rio de Janeiro: o espaço de encontro entre turistas e anfitriões”.¹

Marcel Mauss e o *Espírito da Dádiva*

A troca de dádivas foi descrita pela primeira vez por Mauss em seu célebre *Ensaio sobre a Dádiva* (*Essai Sur le Don*, no original), publicado pela primeira vez em 1923. Analisando comparativamente um amplo material etnográfico, Mauss descobriu que os habitantes das sociedades da orla do Pacífico e do noroeste da América do Norte, que compunham um cenário cultural extremamente diversificado, e praticavam um tipo de intercâmbio de prestações e de contraprestações, denominadas pelo autor de “prestações totais”, caracterizadas basicamente pela oferta voluntária de presentes, livre e gratuita, e, simultaneamente, interessada e obrigatória (MAUSS, 2003).

A obra de Mauss tem inspirado a reflexão de cientistas sociais contemporâneos das mais diversas inclinações teóricas. Ela favorece interpretações múltiplas, convergentes e divergentes, dentro e fora da antropologia, a começar pelo autor do prefácio de seu livro *Antropologia e Sociologia* — Lévi-Strauss (STRAUSS-LÉVI, *Prefácio*. In: MAUSS, 2003). E, atualmente, há um considerável universo de pesquisadores trabalhando acerca da dádiva, considerada um fenômeno importante ou princípio de base de um modelo sociológico, ou até mesmo um novo paradigma.

A maior contribuição do *Ensaio* de Mauss (2003) talvez seja a de mostrar como as mais diferentes civilizações revelam que trocar é mesclar almas, permitindo a comunicação entre os homens, a inter-subjetividade, a sociabilidade. Assim, para Mauss (2003, p. 211), o objetivo da dádiva “é produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas”. Não são apenas bens e riquezas que são trocados, ou seja, bens econômicos no sentido estrito, mas, sobretudo, “amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente” (MAUSS, 2003, p. 191). Note-se que as trocas não são só materiais: a circulação pode implicar prestações de valores espirituais, assim como maior ou menor alienabilidade do que é trocado (LANNA, 2000).

Um aspecto fundamental também discutido é o fato de as trocas serem simultaneamente voluntárias e obrigatórias, interessadas e desinteressadas, úteis e simbólicas. Coexistem, portanto, uma liberdade e uma obrigação de dar e receber, assim como uma liberdade e uma obrigação de retribuir.

O ato de dar pode, assim, se associar em maior ou menor grau a uma ideologia da generosidade. Mas, se não há (e nem deve haver) uma certeza ou garantia estabelecida, também não existiria dádiva sem a expectativa de retribuição. A dádiva não procura a igualdade ou equivalência, ela está no cerne de incertezas que caracterizam o vínculo social. A dádiva, como a relação que esta estabelece, não é unilateral. Afinal, uma relação de sentido único não seria uma relação — o equilíbrio da dádiva está na tensão da dívida recíproca. Para Goudbout (1998, 1999), em todo tipo de dádiva se encontra essa estranha relação com a regra, esse paradoxo da obrigação de ser livre, da obrigação de ser espontâneo, que faz com que a dádiva seja fundamentalmente diferente do mercado e do Estado. Segundo esse autor, ela não corresponde ao modelo mercantil — os agentes sociais buscam se afastar da equivalência de modo deliberado. A retribuição não é o objetivo.

“É um equívoco aplicar a ela o modelo linear fins-meios e dizer: ele recebeu depois de ter dado, portanto deu para receber; o objetivo era receber, e a dádiva era um meio. A dádiva não funciona assim. Dá-se, recebe-se muitas vezes mais, mas a relação entre os dois é muito mais complexa e desmonta o modelo linear da racionalidade instrumental.” (GODBOUT, 1998)

Essa é a dialética inerente à dádiva perante a hospitalidade: ao receber alguém estou me fazendo anfitrião, mas também crio, teórica e conceitualmente, a possibilidade de vir a ser hóspede deste que hoje é meu hóspede. A mesma troca que me faz anfitrião faz-me também um hóspede potencial. Isto ocorre porque “dar e receber” implicam não só uma troca material, mas também uma troca espiritual, uma comunicação entre almas.

Ao dar, dá-se sempre algo de si e, ao aceitar, o recebedor aceita algo do doador. Ele deixa, ainda que momentaneamente, de ser um outro; a dádiva aproxima-os, torna-os semelhantes (LANNA, 2000). Nas palavras de Mauss (2003, p. 212): “Trata-se, no fundo, de mistura. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca.”

A dádiva, portanto, serve

“para se ligar, para se conectar à vida, para fazer circular as coisas num sistema vivo, para romper a solidão, sentir que não se está só e que se pertence a algo mais vasto, particularmente a humanidade, cada vez que se dá algo a um desconhecido, um estranho que vive do outro lado do planeta, que jamais se verá” (GODBOUT, 1998).

A tese principal do *Ensaio* de Mauss (2003) é, portanto, que a vida social se constitui por um constante dar-e-receber. A reflexão mostra ainda como, universalmente, dar e retribuir são obrigações, mas organizadas de modo particular em cada caso. A dádiva produz aliança, tanto as matrimoniais como as políticas (trocas entre chefes ou diferentes camadas sociais), religiosas (como nos sacrifícios, entendidos como um modo de relacionamento com os deuses), econômicas, jurídicas e diplomáticas (incluindo-se aqui as relações pessoais de hospitalidade) (LANNA, 2000). A dádiva serve, portanto, antes de mais nada, para estabelecer relações. “Ela é mesmo a relação social por excelência” (GODBOUT, 1999, p. 16).

Segundo Pereira (2000), tudo indica que a teoria da dádiva é uma aparelhagem adequada à apreensão dos mecanismos subjacentes às trocas simbólicas nas sociedades contemporâneas. Para Godbout (1999, p. 20), ela é “tão moderna e contemporânea quanto característica das sociedades primitivas”. O mesmo autor afirma, ainda, que “o indivíduo moderno está constantemente envolvido em relações de dádiva” (GODBOUT, 1999, p. 113).

Para Godelier (2001), em nossa sociedade a dádiva se tornou uma operação subjetiva, pessoal, individual. “Ele [o dom]* é a expressão e o instrumento de relações pessoais situadas além do mercado e do Estado” (GODELIER, 2001, p. 314). Este é um fenômeno essencial na sociedade contemporânea. Basta pensar no que circula entre amigos, entre vizinhos, entre parentes, sob a forma de presentes, de hospitalidade e de serviços. Mas Godbout (1998, 1999) lembra que, na sociedade contemporânea, ela circula também entre desconhecidos: doações de sangue, de órgãos, filantropia, doações humanitárias, benevolência etc.

O autor (*op. cit.*) afirma, ainda, que a dádiva se “infiltra” nos interstícios dos sistemas do mercado e do Estado. Goubout (1999, p. 188) diz ainda que “o que caracteriza a modernidade não é tanto a negação dos vínculos quanto a tentação constante de reduzi-los praticamente ao universo mercantil ou então de pensar os vínculos e o mercado de maneira isolada, como dois mundos impermeáveis”.

Para Lanna (2000), se, em determinados contextos, há conflito entre as lógicas da dádiva e da mercadoria, em outros pode haver complementaridade. Assim, “há instâncias onde cada uma dessas ideias opostas se verificam, a mercadoria ora pressupondo ora destruindo a dádiva” (LANNA, 2000). No caso da hospitalidade, principalmente ao se pensar no âmbito da hospitalidade tradicional, ou seja, de uma rede de serviços que oferece alimento, bebidas e hospedagem a pagamento, essa complementaridade fica bem visível.

* “Dom” e “Dádiva” são duas traduções diversas para a mesma palavra. No original, em francês, *don*.

Hospitalidade e dádiva

Hospitalidade é um conceito polissêmico, com definições tão diversas quanto o enfoque dos autores que trabalham com o tema, seus usos e seus contextos. Gidra e Dias (2004, p. 119) acreditam que não há nem virá a existir uma definição e um sentido únicos, “da mesma forma como não existe uma maneira única de a hospitalidade expressar-se no plano real e objetivo”.

Para Lashey (2004), hospitalidade pode ser analisada com base em três domínios: social, privado e comercial, e representa fundamentalmente troca. Em todas as perspectivas, hospitalidade é interpretada como uma forma de relação humana baseada na ação recíproca entre visitantes e anfitriões. Portanto, ela está associada à relação social, aos vínculos, em suma, à dádiva. Segundo Decker (2004, p. 189),

“A hospitalidade manifesta-se nas relações que envolvem as ações de convidar, receber e retribuir visitas ou presentes entre os indivíduos que constituem uma sociedade, bem como formas de visitar, receber e conviver com indivíduos que pertencem a outras sociedades e culturas; desse modo, pode ser considerada com a dinâmica do Dom.”

Para Camargo, “Toda hospitalidade começa com uma dádiva. (...) A dádiva desencadeia o processo de hospitalidade (...) numa perspectiva de reforço do vínculo social” (Camargo, 2004, p.19). Já para Godbout (1999, p. 198),

“o vocabulário da hospitalidade está impregnado de ambiguidade. Receber designa, evidentemente, o fato de acolher alguém em casa, mas também, o que é igualmente importante, o fato de dar, oferecer alguma coisa: hospitalidade, uma refeição etc. Receber alguém é dar-lhe algo. É exatamente o contrário daquilo que o mercado procura: criar condições de troca de bens entre estranhos iguais.”

O que não significa, no entanto, que hospitalidade como dádiva não possa ocorrer em espaços e atividades de caráter comercial. Se for verdade que na hospitalidade comercial, a reciprocidade é primariamente baseada em troca monetária (LASHEY, 2004), não há impedimento que a relação entre hóspede e anfitrião extrapole aquela prevista pelo contrato. Nas palavras de Camargo (2004, p. 46), “na hospitalidade comercial, a hospitalidade propriamente dita acontece após o contrato, sendo que esse ‘após’ deve ser entendido como ‘para além do’ ou ‘tudo o que se faz além do’ contrato”. Para Godbout (1999, p. 200) “a dádiva contém

sempre um além, um suplemento, um algo a mais que a gratuidade tenta denominar. É o valor do vínculo”.

A troca humana baseada na equivalência monetária garante o serviço contratado pelo preço determinado. Isto é, paga-se a bebida e a comida, assim como o uso da mesa, da louça e dos talheres, eventualmente a entrega e recolhimento dos produtos na mesa e a limpeza do ambiente em um restaurante ou bar. Em um hotel ou pousada, paga-se e recebe-se pelo uso do espaço, alimentação acordada e por demais serviços, conforme a categoria e luxo do local. A preocupação da recepcionista zelosa ao perceber que o hóspede chegou encharcado após um temporal, ou o garçom que informa o resultado do futebol e comenta as qualidades do time de seu cliente, no entanto, são “adicionais”, “um suplemento situado fora do sistema de mercado”, assim como os aplausos a um artista a quem se assiste em um show. (Godbout, 1998, 1999). A hospitalidade é, enfim, algo não previsto, independente do contrato, livre. Esse “extra” é claramente sujeito ao contexto, pois algo está sujeito ao inesperado em um local e é mero comportamento esperado em outro.

É o espaço praticamente protegido de possíveis vínculos que traz a sensação moderna de liberdade. Basta pensar nos grandes hotéis, impessoais, onde não há signos que permitam reconhecimento nem mesmo da cidade ou país onde estão localizados, e nos quais se cria um ambiente “neuro” que permite que se assumam os papéis que são escolhidos, protegidos pela máscara de um ser desconhecido. Guerrier (1997, apud LASHEY, 2004) argumenta inclusive que a ausência de hospitalidade e a anonimidade dos grandes hotéis é parte de sua atração. “A cultura moderna, ao invés de se preocupar principalmente com aquilo que nos vincula uns aos outros, visa, em primeiro lugar, a libertar-nos dos outros, emancipar-nos dos vínculos sociais concebidos como formas de obrigação inaceitáveis” (GODBOUT, 1999, p. 188).

Godbout (1998), no entanto, acredita que “a dádiva também pretende sujeitar os outros sistemas à sua lei, que consiste em liberar a troca e fazer surgir algo imprevisto, fora das regras”. É nesse sentido que Dencker (2004, p. 189) afirma que “as relações de mercado não existem isoladamente, coexistem com outras formas de relação de troca, uma vez que faz parte da condição humana interagir com o outro, trocar emoções, compartilhar sonhos, esperanças, tristezas, aflições, reconhecer e ser reconhecido pelo outro”.

Portanto, se o sistema normativo e institucional tende a integrar esse “a mais” introduzido pela dádiva, reduzindo-o a uma troca equitativa, os seres humanos tendem a reinventar e a escapar continuamente daquilo que se fixa, que se normatiza, fugindo-se das equivalências mecânicas, calculáveis. “Saímos do mercado toda vez que introduzimos o valor do vínculo. Saímos voluntariamente da relação mercantil e reintroduzimos um gesto inesperado, imprevisto, uma graça” (GODBOUT, 1999, p. 223).

Hospedagem domiciliar

Se pesquisar o campo do turismo mostra-se um desafio por sua complexidade e polissemia, ainda mais desafiador é analisar experiências ainda pouco estudadas e sistematizadas, como no caso do modo de hospedagem domiciliar.

A existência de experiências de *bed and breakfast* e demais modos de hospedagem domiciliar no Brasil, principalmente de forma mais estruturada e organizada, ainda é recente. Há pouca literatura nacional especializada, tanto acadêmica como técnica. Internacionalmente, a situação também não é muito diferente. Alguns pesquisadores se dedicam ao tema, e alguns (poucos) artigos foram publicados em revistas científicas, mas ainda não há uma forte atenção das instituições de ensino e pesquisa nem livros publicados sobre o assunto.

Em seu site *Resource Guide to Homestay Accommodation*², Paul Lynch afirma que “não existe algo como uma literatura sobre hospedagem domiciliar no presente. Entretanto, a descrição de um setor de hospedagem domiciliar não é ainda popularmente reconhecida”^{*}.

Lynch (2004, p. 165), que chegou a publicar um artigo sobre essa lacuna^{**}, chama a atenção para que:

É necessário fazer uma pesquisa futura nessa área, que foi surpreendentemente negligenciada. (...) Além disso, é preciso um maior entendimento sobre os modos pelos quais as pessoas vivem no mesmo lugar, sobre a importância do cenário na dinâmica entre hospedeiro e hóspede em estabelecimentos de hospitalidade, como por exemplo, no que se refere ao controle social, autenticidade e integração com o hospedeiro.

Para Lashley (2004), a exploração dos domínios social e privado da hospitalidade tem sido limitada, assim como a hospitalidade em estabelecimentos comerciais pequenos, que combinam os domínios privado, social e comercial.

Mas afinal, do que se trata hospedagem domiciliar? A hospedagem domiciliar é uma estrutura residencial na qual moradores recebem turistas a pagamento. Para Lynch (2004, p. 146),

* No original: “There is no such thing as a homestay sector literature at present. Indeed the description homestay sector is not popularly recognised yet”.

** Lynch, P. A. (1996) The Cinderella of Hospitality Management Research: Studying Bed and Breakfasts, *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 8(5), 38-40.

a hospitalidade comercial em uma casa particular se refere a uma variedade de acomodações, desde alojamentos particulares com café da manhã até casas para hóspedes, desde pequenos hotéis até casas urbanas, desde casas campestres em que o hóspede providencia sua própria alimentação (*self catering cottages*) até famílias hospedeiras. Esses tipos de operação têm em comum o fato de que a instalação física é a residência principal para os hospedeiros.

Este tipo de hospedagem pode assumir quatro diferentes modalidades: 1. Casas construídas e mantidas prioritariamente para aluguel de temporada. Neste caso elas só são ocupadas ocasionalmente pelos proprietários, que tanto podem habitar na mesma cidade, quanto serem de fora e usarem a casa eventualmente, principalmente durante feriados ou férias. 2. Casas habitadas que são alugadas para temporada; os moradores deixam temporariamente suas casas para deixar espaço para receber os turistas. 3. Casas onde os moradores disponibilizam um cômodo para os turistas, mas não se preocupam em oferecer serviços, como limpeza, arrumação e café da manhã. 4. Casas onde os moradores disponibilizam um cômodo da casa e se encarregam dos serviços.

Lynch (2004, p. 152) distingue três tipos principais de hospedagem domiciliar: 1. A hospedagem comercializada dentro de casa particular; incluído aí o *bed and breakfast*; 2. Hospedagem comercializada onde o dono reside e a unidade também é o lar da família, mas em que o espaço público para o visitante é separado do espaço familiar e 3. A acomodação tipo *self-catering*, na qual os donos não vivem no local.

Lynch and MacWhannell (2000, Apud Lynch 2000) sintetizam a literatura sobre casas privadas e definem três tipos de “casas comerciais”, de acordo com características como o local onde vive a família, se há espaço compartilhado na casa, o grau de interação entre o visitante e as atividades da família anfitriã, e se “lar” é um conceito produzido.

A relação entre outros meios de hospedagem (domiciliares ou não), ou seja, o grau de associativismo, também pode variar, ainda que a organização em forma de rede pareça ser a mais eficiente e também a mais popular. “Diferentemente das outras formas de receptividade, entretanto, esta atividade tipicamente empreendedora não se concretiza a nível do operador único, mas de rede”^{*} (MASINI, 2001, p. 42).

* No original: “A differenza delle altre forme di ricevità, tuttavia, questa attività tipicamente imprenditoriale non si concretizza a livello di singolo operatore ma di network”.

Bed and breakfast (cama e café)

Quando os moradores não se ausentam durante a estadia do hóspede, prestam a estes serviços e oferecem o café da manhã, trata-se do que é classicamente conhecido como *bed and breakfast (b&b)* ou *home stay*. No Brasil, ainda não há um termo cunhado devido a novidade do sistema, ora se mantendo os termos em inglês, ora fazendo uso da tradução literal, “cama e café” *. Esse tipo de hospedagem, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será o objeto dessa pesquisa.

Segundo Smith & Smith (2002), as hospedagens domiciliares denominadas *bed and breakfast* (ou b&b) correspondem a residências privadas habitadas onde o hóspede tem uma cama para passar a noite e um café da manhã. Junto com a “cama”, um banheiro é oferecido, podendo ser ou não também compartilhado com os moradores.

De acordo com esse autor, o termo *bed and breakfast*, nasceu nas ilhas britânicas e é popular em toda Europa há muitos anos. Segundo Pimentel (2003)** , os proprietários de ricas mansões, empobrecidos, começaram a cobrar uma taxa aos seus hóspedes, como um modo de ampliar sua renda. Mais ou menos há 40 anos atrás, alguns habitantes tinham o costume de exibir, fora das portas das suas residências, as famosas placas com a escrita “*bed & breakfast*”. Deste modo, viajantes e turistas da ilha sabiam que nestas casas havia uma boa cama e um café da manhã abundante. A princípio popular na Irlanda, esta fórmula começou a ser usada também na Escócia, Inglaterra e Gales. Aos poucos, outros países da Europa e do mundo começaram a adotar a mesma ideia, reinventando o modo de hospedar turistas.

Segundo Smith (*op. cit.*), nos Estados Unidos, durante a grande depressão, muitas pessoas abriram suas casas para acrescentar uma renda extra à família. Nessa época, o termo usado para a atividade era “*boarding house*”. Após um período de declínio da atividade, ela renasceu, e recentemente, houve um crescimento exponencial no interesse dos americanos para esse tipo de hospedagem. Atualmente há, nos Estados Unidos, mais de 20.000 b&bs.

* A rede Cama e Café entrou com um processo de registro de marcas para ter exclusividade sobre o termo. No entanto, por se tratar de tradução de uma denominação utilizada internacionalmente, não há garantias de que o direito de uso venha a ser concedido.

** As informações nesse artigo, não acadêmico, foram colhidas de forma aleatória, de fontes diversas como sites, artigos, folhetos e, principalmente, palestras e conversas ouvidas de especialistas na área. Não são, portanto, cientificamente comprovadas. Vale ressaltar que o Ministério do Turismo (2006) reproduz integralmente o texto acima, não acrescentando outras informações provenientes de outras fontes.

Aos poucos, a prática foi se ampliando e tomando a forma de um verdadeiro serviço turístico internacional. Ou seja, além de cama e café da manhã, o turista encontra um sistema de recepção, apoio e informações turísticas sobre a área. Entretanto, nesse tipo de estabelecimento, o negócio de hóspedes pagantes é secundário ao uso como residência privada.

O proprietário e sua família, que vivem no local, o administram, algumas vezes com a ajuda de associações, cooperativas ou agências que organizam as reservas e a política de marketing. O café da manhã é normalmente a única refeição servida, mas em alguns casos o anfitrião pode oferecer também outras opções, a serem feitas junto com a família ou isoladamente. A estrutura física das casas varia muito de acordo com as tradições de cada local, mas apresentam, normalmente, de um a três quartos destinados (não sempre exclusivamente) à atividade.

A dupla função da residência — moradia e hospedagem de turistas — aproxima o proprietário e sua família dos hóspedes, inclusive expondo naturalmente aspectos do dia-a-dia, como tarefas domésticas, preferências pessoais, cultura, lazer e relacionamentos. Para Stankus³ (1987, apud Smith & Smith, 2002), o tempo que o proprietário gasta com os hóspedes é reconhecidamente um dos principais motivos que atraem o turista para o b&b, sendo a maior diferença para as outras formas de acomodação. Para o autor, cada b&b tem sua própria personalidade.

Em relação à imagem do b&b para os potenciais hóspedes, com reflexos diretos nos preços cobrados, Smith & Smith (2002) posicionam-se dizendo que atualmente esse meio não é visto como uma opção barata de hospedagem, e sim como uma alternativa aos tradicionais meios de hospedagem onde a arrumação e itens de decoração, entre outras coisas, não variam com as regiões.

A hospedagem domiciliar no Brasil

No Brasil, a prática do *bed & breakfast*, assim como de outras formas de hospedagem domiciliar, ocorre já há alguns anos, embora de modo informal e desarticulado. Existem ofertas deste tipo de hospedagem no Rio de Janeiro e em diversos estados brasileiros, além de episodicamente por ocasião de grandes eventos regionais, como o Boi Bumbá em Paritins, *October Fest* em Blumenau e o Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Estas experiências adaptaram a fórmula b&b à realidade brasileira.

A situação legal e organizativa pode variar. As hospedagens domiciliares podem ser formais – com CNPJ e registro no Ministério do Turismo; semi-formais – quando há uma instituição “guarda-chuva” dando apoio, como o Sebrae, As-

sociação de Moradores, Secretaria de Turismo Municipal ou Estadual, etc; ou completamente informal.

Há casos de associativismo inexistente e associativismo em construção – tanto com ajuda e/ou estímulo de outros (Sebrae, Secretaria de Turismo, ONGs) ou de forma espontânea – além de casos de associativismo já estabelecido.

Não há ainda regulamentação jurídica ou definição oficial desenvolvida pelo governo federal que possa balizar uma conceituação. Esta vem sendo formada principalmente através das empresas existentes e iniciativas municipais isoladas, através de contatos dos empresários com técnicos e profissionais da área e poder público e da divulgação a mais longo alcance pela mídia.

Recentemente, a Prefeitura do Rio de Janeiro, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Turismo, implementou um projeto com o objetivo de informar e estimular a população carioca a implementar esse tipo de hospedagem, tendo em vista o fluxo de turistas esperado em virtude dos XV Jogos Panamericanos do Rio de Janeiro (Pan 2007), em julho de 2007.

Ainda não existe um inventário detalhado do estado da arte da atividade no Brasil. Muitas vezes não há divulgação suficiente da iniciativa. Em outros casos, há um projeto de desenvolvimento em andamento, mas sem ainda muito sucesso, o que se reflete na não existência de informações claras e públicas a respeito. Há pouca articulação entre as redes existentes (menos ainda entre as iniciativas isoladas) e percebe-se a ausência de apoio do poder público, principalmente federal.

As principais iniciativas nacionais identificadas durante a pesquisa foram:

Acolhida na Colônia	Em Santa Catarina, uma associação de turismo rural, ou agroturismo, também tem se dedicado a receber hóspedes em residências particulares.
Bed and Breakfast Brasil	Em 2004, forma-se a rede Bed and Breakfast Brasil, com casas em diversos estados do Brasil. A rede é composta por um núcleo central de coordenação geral, com sede no Rio de Janeiro, e possui uma sede de representação em Roma, na Itália. Segundo seu site, a rede está presente, em abril de 2007, com 94 meios de hospedagem divididos entre os estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Assim como na rede Cama e Café, a rede Bed and Breakfast Brasil apresenta um perfil dos anfitriões junto à descrição da casa.

<p>Cama e Café no Espírito Santo</p>	<p>O Projeto Cama e Café originou-se em 1998, por uma iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria Extraordinária de Turismo, em parceria com o Sebrae-ES. O projeto tem o objetivo de promover hospedagem alternativa em casas de família e em propriedades rurais, nos municípios que não possuem sistema de hospedagem formal. Atualmente, o projeto Cama e Café está sendo revisado com objetivo de criar regras/normas específicas do Cama e Café no Espírito Santo. Foi realizada uma oficina com os atores e proprietários inseridos no projeto, visando coletar subsídios para a proposta de regulamentação.</p>
<p>Cama e Café no Rio de Janeiro</p>	<p>A rede carioca de b&b começou com quatro casas oferecendo estadia, e foi testada pela primeira vez no carnaval do ano de 2003. Em abril de 2007, 18 opções de casas apareciam no <i>site</i> da empresa. Uma característica bastante interessante da rede é o fato do <i>site</i>⁴ apresentar uma descrição das características das casas, assim como de seus proprietários (indicando, entre outras coisas, profissão, idade, <i>hobbies</i> e gostos pessoais), fazendo com que o turista escolha não só o tipo de casa que pretende se hospedar, mas também o anfitrião que irá recebê-lo. Em 2006, a rede também passou a operar em Olinda (PE), com dez casas em operação.</p>
<p>Cama, café e rede</p>	<p>No Rio Grande do Norte, na região sertaneja do Seridó, o Sebrae-RN foi o idealizador e principal agente de um projeto, que ganhou o divertido nome de “Cama, café e rede”, de estabelecimento de uma rede de casas que oferecem hospedagem domiciliar. Segundo a coordenadora do projeto, Daniela Tinoco, do Sebrae-RN, no início, em 2005, 40 casas aderiram ao projeto. Entretanto, eles ainda não tiveram resultados concretos, pois emperraram em uma questão essencial: o desenvolvimento e a manutenção de uma central de reservas. Não se conseguiu montar uma estrutura que atendesse satisfatoriamente aos sete municípios. “Tentamos algumas alternativas que não deram certo, além de ser uma questão muito nova o fato das pessoas deixarem de estar em hotéis para se hospedar nas casas. Ainda não temos turistas com esse perfil” (TINOCO, D.)⁵.</p>

<p>Couch Surfing</p>	<p>Organização internacional sem fins lucrativos, que, segundo o site do projeto⁶, tem como missão “criar uma rede internacional de pessoas e lugares, criando trocas educacionais, aumentando a consciência coletiva, espalhando tolerância e facilitando o entendimento cultural”. Apesar de ser bem diferente das outras redes de hospedagens tratadas nessa pesquisa, pois não se caracteriza como hospedagem comercial, o grande número de usuários no Brasil faz com que deva ser citada aqui.</p>
<p>Favela Receptiva</p>	<p>O objetivo da Favela Receptiva⁷, localizada nas comunidades de Vila Canoas e Vila da Pedra Bonita (RJ), é fomentar o intercâmbio sócio-cultural e a preservação da mata atlântica, além de conectar voluntários aos diversos projetos comunitários das ONGs locais e das comunidades próximas. Portanto, além da hospedagem domiciliar em residências de favelas, oferece passeios pela cidade do Rio de Janeiro e pelas trilhas do entorno com guias locais e voluntariado. Em 2005, no primeiro carnaval em que Vila Canoas e Vila da Pedra Bonita receberam hóspedes, o projeto contou com apenas 4 residências e 3 anfitriões, hospedando 10 turistas por dia. Em 2006, no mesmo período, a taxa de ocupação foi de 30 turistas diários, o que representou um crescimento superior a 100%, de um ano para outro.</p>
<p>O caso de Alagoas</p>	<p>Segundo Fátima Torres, coordenadora da área de turismo do Sebrae-AL, a experiência em Alagoas restringiu-se a cidades pequenas e por ocasião de algum evento – “uma coisa pontual, portanto”⁸. Ainda segundo Torres, eles pretendem incrementar esse tipo de hospedagem de forma mais sistemática em algumas cidades de roteiros turísticos e com deficiência de leitos, mas ainda não concretizaram nada.</p>
<p>O caso de Fernando de Noronha</p>	<p>Em Fernando de Noronha (PE), há um sistema de pousadas familiares em muitos pontos similares ao b&b. Segundo Lima (2006), “Além das suas singularidades naturais e culturais, Fernando de Noronha possui uma característica peculiar, que são as pousadas domiciliares, único meio de hospedagem encontrado na Ilha. As pousadas domiciliares, em sua grande maioria residências convertidas em meios de hospedagem, de caráter familiar e rústico, são locais onde é possível estabelecer uma boa interação entre visitantes e população local, sendo a hospitalidade um forte aspecto presente”.</p>

<p>O caso de Parintins</p>	<p>A Ilha Tupinambarana, em Parintins, oferece opções para uma estadia familiar, com direito a café da manhã e dicas para transitar na ilha. Segundo o <i>site</i>, o objetivo do projeto⁹ é: proporcionar aos turistas e visitantes hospedagem e serviços de qualidade, procurando desenvolver o espírito criativo no atendimento e ser empreendedor na atividade, buscando o bem-estar sócio-econômico.</p>
<p>O caso do Ceará</p>	<p>Em Viçosa, Guaramiranga, Taíba, Prainha do Canto Verde, Tauá e Tejuçuoca, foi implementado um programa denominado “Hospedagem Domiciliar”, com o apoio do Sebrae-CE.</p>
<p>Pouso e Prosa</p>	<p>Em Minas, a prefeitura de Itabira está implementando um projeto similar, chamado “Pouso e Prosa”. O objetivo do projeto, segundo o <i>site</i> da prefeitura¹⁰, é o de “preparar residências que possam receber de forma estruturada os turistas, em locais de pouca oferta de hospedagem”.</p>

Além disso, há no Rio de Janeiro algumas ofertas de hospedagem domiciliar que não são organizadas em rede e não formais. Buscando na internet através do *site* Google, e também através de *sites* específicos de busca e reserva de hospedagem, como www.bedandbreakfast.com, www.travellerspoint.com, www.lanierbb.com, www.inn26.com, www.hostelsclub.com e www.travel-library.com, entre outros, é possível encontrar diversos estabelecimentos que se auto intitulam *bed and breakfast*, entre eles hospedagens domiciliares, mas também albergues e pequenos hotéis.

Muitas escolas de línguas que oferecem aulas de português para estrangeiros têm a sua própria rede. Escolas como Bridgetfl¹¹, Languages Abroad¹², A2Z Languages¹³, Bridge Brazil¹⁴ e Ibeu¹⁵ oferecem essa opção de hospedagem a seus alunos. O Ibeu (Instituto Brasil Estados Unidos) funciona há 25 anos, tem 100 famílias cadastradas e já hospedou mais de 800 alunos, provenientes de um convênio com a Universidade da Flórida. A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)¹⁶, também organiza uma rede própria para hospedar seus alunos internacionais.

Bed and Breakfast e relações de hospitalidade

Nos *bed and breakfasts* pesquisados viu-se que há o espaço para que se estabeleça uma relação de dádiva e hospitalidade. Esse modo de se relacionar, que aparece diversas vezes nas falas dos entrevistados, mostra que há um encontro

entre hóspedes e anfitriões. É, segundo Mauss (2003), a troca, que permite a comunicação entre os homens, a inter-subjetividade e a sociabilidade. Uma anfitriã afirma:

Então, eu sempre fiz disso uma questão de troca, né? [...] Eu acho que eu ganho mesmo essa troca, a troca dos olhares, né? Meu olhar e o olhar da pessoa... O olhar sobre as coisas, né?

e outra reafirma a mesma ideia

Então a gente troca, né? Coisa da vida, né? Experiência, as estórias...

Nas entrevistas, a troca de experiências foi sempre mencionada ao se perguntar sobre os pontos positivos da hospedagem, muitas vezes sendo definida como o melhor nesse processo. Diz uma anfitriã:

Eu acho essa uma troca muito interessante, muito bacana. E conhecer as pessoas também, né? Não só mostrar o lugar que você vive, como você vive, e também você conhecer pessoas. Eu adoro conhecer pessoas, sou jornalista, então... Eu adoro conhecer, adoro conversar, acho uma oportunidade única de você conhecer, você trazer gente, trocar, acho muito legal! É a minha cara!

E também um anfitrião:

É a experiência de troca, né? Sendo hóspede estrangeiro ou não, troca de conhecimento, visão, de... Enfim, é uma sinergia legal, tem sido, né? Não há garantia que vai ser legal, mas tem sido. Desde que eu comecei tive muito mais experiências positivas do que negativas. Acho que negativas eu tive uma ou duas experiências...

Não há garantias no sistema de dádiva; essas trocas são simultaneamente voluntárias e obrigatórias, interessadas e desinteressadas, úteis e simbólicas. Ela também é assimétrica, não há igualdade no dar e retribuir, a desigualdade é que permite que haja a interação. Diz um hóspede:

É realmente uma situação onde você recebe muito mais do que você dá... *

* No original: "It's really a situation where you get much more than give..."

A dádiva aproxima os homens, torna-os semelhantes. Ela é uma forma de conexão e de circulação, tanto de bens materiais e imateriais, como de pessoas, que procuram afastar-se da solidão, juntando-se em grupos, criando comunidades, conectando-se. Um anfitrião mostra que o que ele oferece “fora do contrato” é intangível:

Eu não ofereço luxo, nem nada material. Realmente, é mais essa troca de experiências...

Outra anfitriã declara que o bem trocado na relação da dádiva é a sua hospitalidade, ou seja, a relação que esta constitui.

Então, eu acho que hospitalidade é o que eu posso oferecer, e eu acho que o que eu tenho mais pra atender, é isso, são as relações interpessoais. Eu não sou uma pessoa muito sociável, assim, eu tenho um certo receio de gente. [risos]
Então, eu acho que aprender a conviver com o outro é interessante.

A relação de hospitalidade e de dádiva pode acontecer mesmo nos espaços das relações na esfera do mercado, como na rede de serviços da hospitalidade comercial. O *bed and breakfast* é sem dúvida um espaço comercial e anfitriões e hóspedes estão cientes desse âmbito. O hóspede sabe sempre que será necessário pagar para fazer a reserva e obter os serviços desejados. O anfitrião se dispõe a receber hóspedes em casa em troca de uma quantia combinada. Um anfitrião é bem claro:

Eu não receberia hóspedes se não fosse remunerado, somente por intercâmbio. O intercâmbio é uma consequência, que talvez se não tivesse eu não me entusiasmaria tanto por essa atividade... Acho que é isso.

Mas em outro momento da entrevista, o mesmo anfitrião levanta algumas desvantagens financeiras, e acaba se contradizendo, demonstrando a ambiguidade que a própria dádiva comporta:

Às vezes vale mais a hospedagem pela experiência própria do que pelo dinheiro que eu ganho, né?

Outro anfitrião reforça a ideia da união dos âmbitos comercial e de dádiva no sistema de hospedagem *bed and breakfast*:

O que eu quero dizer é o seguinte: se você for receber visando somente o quanto aquilo possa ser rentável, você está numa furada, eu acho que não vai dar certo, né? Acho que o valor maior é no seu interesse de receber as pessoas, né? [...] Eu nunca perco de vista o fato de que eu estou trabalhando, né? As pessoas estão pagando para estar aqui, né? Acho que esse é um tipo de relação específica.

Outro anfitrião diz esquecer-se do pagamento, mesmo sendo este premissa e base do sistema comercial de hospedagem. A relação comercial é criada através da moeda, do pagamento de serviços contratados, mas a relação de hospitalidade se constrói opondo-se a esta. Ele alega, portanto, que se esquece do pagamento, e negando procura deixar livre o campo para a dádiva se dar.

Eu não recebo dinheiro diretamente do hóspede, então, né? Essa questão de dinheiro não se interpõe na relação... A gente até esquece que o cara está aqui pagando. A gente sai, começa a frequentar (...), a gente vai para um bar, o cara não deixa que eu pague, aquela coisa, né? Os caras não querem deixar a gente pagar a conta, né? Então no atual sistema que eu trabalho, isso não interfere, não afeta em nada. É como se eu tivesse recebendo a pessoa e não tivesse (...). Eu sei que no final eu vou lá, né? Vou pegar meu cheque... Mas na relação isso não aparece, então parece que eu estou fazendo um intercâmbio mesmo, né? Quer dizer, no dia-a-dia, não estou preocupado se a pessoa vai comer muito, se vai comer pouco. “Ah, vai lá na geladeira!”. Eu sei mais ou menos quanto eu estou gastando, se eu tiver isso sobre controle, o resto não compromete, né?

No entanto, o pagamento não impede que, no interstício, “algo mais”, inesperado e fora do contrato, se crie, uma relação se desenvolva. Há o espaço para o gratuito, seja algo concreto, como aulas de português como lembra um hóspede, dicas e informações, ou imaterial, como experiências, afinidades. Diz um anfitrião,

Sempre recebo alguma coisa, uma carta, cartão, um presente que chega.

Outra anfitriã conta:

Um dia elas saíram e ficaram tão agradecidas à gente que saíram, compraram coisas, e fizeram um jantar chinês pra gente. Todas foram pra cozinha, ajudaram elas a fazer, fizeram vários pratinhos chineses, foi maravilhoso. Sabe assim, é uma coisa que você diz: “Gente, que presente!”. Aí, no último dia você ganha flores, sabe assim, porque vai ficando uma coisa que você acaba virando família, sabe, choram no último dia, tiram fotos, aquelas coisas... Elas agradecem tanto a gente quando vão embora...

Um hóspede enumera o que ganha gratuitamente: as aulas de português, as dicas sobre o bairro, e conclui:

Você ganha e dá mais do que apenas o seu dinheiro!*

Outro, falando sobre o seu anfitrião, diz:

Ele fez muito mais do que o necessário.

Assim como uma hóspede que conta:

Quando eu cheguei, eles me deixaram super a vontade, até mais do que eu achei que seria.

Ou seja, os anfitriões foram além do que se esperava, do que estava estabelecido em contrato.

Em alguns casos, a dádiva domina e acaba impossibilitando a existência da relação comercial. Uma anfitriã conta que conheceu uma pessoa recebendo-a comercialmente em sua casa. Elas tiveram grande afinidade e mantiveram o contato. Algum tempo depois a anfitriã a visitou em seu país, e logo em seguida a recebeu novamente em sua casa, mas dessa vez não cobrou as diárias:

Não foi comercial, ninguém me pagou, mas teve uma troca. [...] Porque eu fiquei na casa dela, porque eu conheci os amigos, a família, tia, avó, papagaio, periquito... Achei fantástico, eu acho que é essa troca, né? Essa coisa do dar e receber, é exatamente isso!

Caso similar aconteceu com outra anfitriã:

Foi a maior diversão da minha vida, o rapaz era simpaticíssimo, animadíssimo, bem-humorado, engraçadíssimo. Eu sei que ia ficar três semanas, acabou ficando quatro, trouxe a namorada, ficou uma semana aqui com ela, não cobreí essa semana que ele passou com a namorada aqui, porque eles eram simpaticíssimos, nos divertimos horrores.

Já outras vezes a dádiva caminha junto com a atividade comercial, como no caso da anfitriã que comentando seus planos de comprar uma vã para passear com os hóspedes que recebe a pagamento, diz:

* No original: "You take and leave more than just your money behind!"

Tenho até vontade de comprar uma vã! Não é pra ganhar dinheiro não, é só porque eu gosto mesmo... Pegar um fim de semana, assim, e sair por aí, adoro fazer isso!

E é a dádiva que justifica a própria atividade, dando um sentido maior à tarefa de ganhar dinheiro, mas sempre mostrando-se livre.

Aliás, se eu achasse que eu perdesse, então não fazia, porque estou numa fase da vida que eu não faço nada que eu não quero, só se for obrigada. Assim, pra ganhar dinheiro, poderia fazer outras coisas, mas não botar gente dentro da minha casa... Não seria a maneira de ganhar dinheiro, acho que é uma coisa, assim, muito íntima sua... E se não gostar não pode fazer. Muito difícil você ter gente na sua casa, se você não...

Portanto a relação de hospitalidade se faz sentir, e o encontro acontece, como é ilustrado no relato de um anfitrião:

E foi tão legal, assim, foi um encontro, assim, tão bonito, aquela coisa assim de... Eu senti uma afinidade, assim, muito forte no pouco tempo que a gente conversou... Não sei bem como isso acontece, não é uma coisa muito racional, mas acho que a gente percebeu uma certa visão do mundo, uma certa maneira de sentir as coisas... Não precisa falar muito para você perceber que aquela afinidade está presente, né? Foi uma coisa muito intensa, muito forte.

Conclusão

A pesquisa indica que os *bed and breakfasts* existentes na cidade do Rio de Janeiro funcionam como um espaço de encontro entre hóspedes e anfitriões, e que esse encontro se dá através de uma relação de hospitalidade e dádiva. Esta, trata-se de uma relação fundamental para o desenvolvimento de uma experiência integral no turismo.

Na atividade turística, a relação de hospitalidade se dá quando a dádiva acontece entre hóspedes e anfitriões, ainda que esta esteja inserida em um ambiente marcado pela esfera do mercado, como na rede de serviços da hospitalidade comercial, caso dos *bed and breakfasts*. Diferentemente do que acontece em uma relação puramente mercantil, nas relações de hospitalidade o processo de dádiva se estabelece e acontece o encontro.

Esse encontro permite que a experiência do turismo seja vivenciada de um modo diferenciado, acrescentando outros significados, profundos e duradouros,

tanto para os turistas como para a comunidade anfitriã. O *bed and breakfast*, portanto, favorece o intercâmbio cultural entre os turistas e os habitantes locais, estimulado pela convivência direta e cotidiana entre quem hospeda e quem é hospedado. A recepção do turista em uma estrutura domiciliar facilita a troca de informações, experiências e afabilidades, e, até mesmo, a constituição de amizades.

Nesse processo, há nos hóspedes uma disponibilidade de sair de seu lugar de origem e estar aberto para o conhecimento de outras pessoas e para os possíveis encontros. Assim como os anfitriões, que estão dispostos a conhecer, encontrar as pessoas que recebem, fazendo que se estabeleça não apenas uma atividade comercial, mas uma relação de hospitalidade. Essa disponibilidade é fundamental para que se estabeleça essa relação e qualquer tipo de vínculo.

No entanto, para que a atividade se dê de modo satisfatório, para que haja uma percepção de qualidade da experiência tanto para hóspedes como para anfitriões, e para que haja realmente um espaço para vínculos, é necessário que se cumpram algumas premissas. A existência de algumas regras básicas de convivência permite que a dádiva se instaure, que o relacionamento se desenvolva de modo agradável.

É importante ressaltar que uma maior atenção ao sistema por parte da academia, com mais estudos, nas diversas áreas do saber, como sociologia, administração, economia, psicologia e antropologia, poderia estimular, apoiar e monitorar o desenvolvimento desse modelo de sistema de hospedagem, tanto no Rio de Janeiro, como em outras cidades brasileiras, além de auxiliar a melhoria da qualidade da experiência percebida, tanto para hóspedes como para anfitriões. Maiores estudos acadêmicos podem também dar subsídios e ajudar na formulação de políticas públicas para o setor.

O sistema e modo de gestão das redes de *bed and breakfast* pode influenciar as relações de hospitalidade que se estabelecem entre hóspedes e anfitriões. A análise dessa gestão poderia lançar novas possibilidades de ação, tanto de empresas privadas quanto do poder público. A relação dos gestores com os afiliados e com os hóspedes, e a forma como se dá essa triangulação poderia ser um tema para outras pesquisas, assim como as condições de reserva e pagamento, e a estratégia de marketing utilizada.

A ampliação dessa pesquisa, incluindo entrevistas com turistas hospedados em estruturas de hospedagem convencionais, como hotéis, poderia criar um panorama comparativo entre as relações de hospitalidade no *bed and breakfast* e as que podem se dar em outras estruturas.

Outro relevante estudo comparativo que poderia ser realizado engloba as diferenças nas relações de hospitalidade estabelecidas no sistema de *bed and breakfast* no Rio de Janeiro e a que se dá no mesmo sistema de hospedagem em outras

localidades brasileiras. Além disso, as diferenças entre os diversos sistemas brasileiros, tanto de objetivos e propostas, como de público-alvo e gestão, incluindo experiências de gestão privada e de instituições públicas, oferecem uma possibilidade de pesquisa muito rica.

Sem dúvida, como o *bed and breakfast* é uma atividade internacional, cada vez mais difundida entre os cinco continentes, uma análise transnacional poderia responder a diversas questões, como a existência ou não de uma especificidade nas relações de hospitalidade que ocorrem no Brasil, e as diversidades na percepção do sistema entre anfitriões de países diferentes.

O estabelecimento de um cenário de casos de experiências de implementação do sistema de *bed and breakfast* no Brasil, iniciado nessa pesquisa, deveria ser complementado, através da verificação *in loco* das iniciativas, e sistematizado de modo que possa ser útil tanto para os gestores das redes como para o poder público, no estabelecimento de ações de incentivo, monitoramento e controle da atividade.

Esforços conjuntos, a nível estadual e federal, para a realização de um inventário detalhado do estado da arte da atividade no Brasil e a disponibilização pública de informações claras a respeito possibilitariam um melhor planejamento. Recomenda-se também o apoio à articulação entre as redes e iniciativas isoladas existentes, melhorando, assim, a chance de sucesso das iniciativas em andamento.

Aos poucos o poder público começa a prestar atenção a esse modo de hospedagem, apesar de ainda não haver um posicionamento claro nesse sentido, se revestindo na formulação de políticas, principalmente a nível nacional. Para que as hospedagens domiciliares sejam incluídas nas políticas públicas de turismo, como meio de possibilitar a inclusão de um número maior de pessoas e localidades na atividade, é necessário que, antes de mais nada, haja um acordo sobre a definição dos termos hospedagem domiciliar e *bed and breakfast* (cama e café). É também necessário o estudo e a implementação de uma regulamentação para o setor.

Segundo o Ministério do Turismo (2006), o *bed and breakfast* se baseia na premissa da sustentabilidade no turismo, e um dos aspectos levantados para justificar essa afirmação é justamente o intercâmbio cultural. Nesse sentido, o poder público, que historicamente define políticas estruturantes e que privilegiam a dimensão econômica, inicia a perceber a importância das relações, e de como estas se dão na atividade turística.

A inclusão de outras dimensões, como as de domínio da dádiva, hospitalidade, encontro e alteridade, permite que novas perspectivas sejam levadas em conta no planejamento, implementação e gestão da atividade. Isso poderia se concretizar através de incentivos, esforços para regulamentação, controle de indicadores e novas estruturas, que permitam um tipo de dimensão que vai além da questão econômica, e que são fundamentais em uma política de inclusão social.

Acredita-se que a análise desse sistema de hospedagem na cidade do Rio de Janeiro, e das relações interpessoais que se estabelecem, pode trazer, assim, *insights* interessantes, com aplicabilidade em outros setores da atividade turística. Recomenda-se, assim, que o poder público pense propostas de desafios de sustentabilidade no turismo a partir de alternativas inovadoras que privilegiem os atores locais e as trocas interpessoais.

O *bed and breakfast* ou cama e café pode ser, portanto, considerado como uma alternativa de hospedagem que contribui para o processo de sustentabilidade no turismo. O turismo realizado do ponto de vista cultural é realizado na escala humana e significa aprendizagem, encontro de pessoas. Funciona como estimulante da vitalidade, como fator educativo, como realização do direito ao lazer e como crescimento pessoal. Turismo é diálogo entre culturas diversas, e a riqueza das culturas está em suas especificidades, nas diferenças.

Afinal, se através do turismo se pode descobrir a diversidade e exercitar a capacidade de conviver com a diferença, se podemos exercer a comunicação, a negociação e o compromisso mútuo, enfim, estreitar os laços sociais e pessoais e aproximar os homens, estruturas que facilitem esses encontros devem ser estimuladas e perpetuadas.

Notas

¹ A dissertação, defendida em junho de 2007, foi orientada pela professora Ruth Machado Barbosa e co-orientada pelo professores Davis Gruber Sansolo e Marta de Azevedo Irving.

² <http://www.hlst.heacademy.ac.uk/resources/homestay.html>

³ Stankus, J. *How to open and operate a bed and breakfast home*. Chester, Connecticut: The Globe Pequot Press, 1987

⁴ www.camaecafe.com.br

⁵ Em comunicação pessoal por e-mail.

⁶ <http://www.couchsurfing.com>

⁷ www.favelareceptiva.com

⁸ Em comunicação pessoal por e-mail.

⁹ http://www.amazonastur.am.gov.br/programas_02.php?cod=1724

¹⁰ <http://www.itabira.mg.gov.br/sistemas/noticia/ler.aspx?codnot=173>

¹¹ www.bridgetefl.com/brazil.html

¹² www.languagesabroad.com

¹³ www.a2zlanguages.com

¹⁴ www.bridgebrazil.com/accommodation.htm

¹⁵ www.ibeu.org.br

¹⁶ www.puc-rio.br/ensinopesq/ccci/housing.html

Referências bibliográficas

- CAMARGO, L. O. L. *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph, 2004.
- DENCKER, A. F. M. “Considerações Finais: hospitalidade e mercado”. In: DENCKER, A. (Coord.). *Planejamento e Gestão em Turismo e Hospitalidade*. São Paulo: Thomson, 2004.
- GIDRA, G.; DIAS, C. M. M. “Hospitalidade: da simplicidade à complexidade”. In: DENCKER, A. (Coord.). *Planejamento e Gestão em Turismo e Hospitalidade*. São Paulo: Thomson, 2004.
- GODBOUT, J. *O Espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- _____. “Introdução à dádiva”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n. 38, outubro de 1998, p. 39-52.
- GODELIER, M. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LANNA, M. “Note on Marcel Mauss’s *essai sur le don*”. In: *Revista Sociologia Política*, n. 14 junho de 2000, p. 173-194.
- LASHLEY, C. “Para um entendimento teórico”. In: LASHLEY, C.; MORRISON, A. *Em Busca da hospitalidade: Perspectivas para um mundo globalizado*. São Paulo: Ed. Manole, 2004.
- LASHLEY, C.; MORRISON, A. *Em Busca da hospitalidade: Perspectivas para um mundo globalizado*. São Paulo: Ed. Manole, 2004.
- LEVIS STRAUSS, C. “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- LYNCH, P.; MACWHANNEL, D. “Hospitalidade doméstica e comercial”. In: LASHLEY, C.; MORRISON, A. *Em Busca da hospitalidade: Perspectivas para um mundo globalizado*. São Paulo: Ed. Manole, 2004.
- LYNCH, P. “Setting and its significance in the homestay sector: explorations”. In: *CHME Hospitality Research Conference*. Division of Hospitality Management. The University of Huddersfield, abril de 2000.
- MASINI, F. “Bed and Breakfast in Italia: dall’emergenza alla politica turistica”. In: *Turistica*, ano 10, n. 1-2, Firenze: Mercury, 2001.
- MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva”. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. *Documento técnico analítico de projetos e políticas sobre hospedagem domiciliar em dois casos de sucesso para subsidiar a elaboração de publicação para orientar empreendedores de meios de hospedagem domiciliar no Brasil*. Brasília, maio de 2006 (mimeo).

- PEREIRA, G. R. M. “Disciplinary rules of value, of knowledge: some topics concerning the gift anti-economy”. In: *Educ. Soc.*, vol. 21, n. 72, agosto de 2000, p. 73-86.
- PIMENTEL, A. “*Bed and Breakfast: Um projeto de desenvolvimento turístico sustentável no sul da Itália*”. In: *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, 2003.
- SANSOLO, D. (ed.) *Revista Hospitalidade*, ano I, n. 1. São Paulo: Ed. Anhembi-Morumbi, 2004.
- SMITH, E. L.; SMITH, A. K. “Business management and marketing: bed and breakfast”. In: *Tourism educational materials*. Michigan: Michigan State University Extension, 2002.
- VAN DER BERGUE, P. *The Quest for the other: ethnich tourism in San Cristobal, Mexico*. Seattle/Londres: University of Washington Press, 1994.

O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico



ROSANA EDUARDO DA SILVA LEAL

O turismo como objeto de estudo antropológico

O turismo desenvolveu-se sobretudo na sociedade pós-industrial, como possibilidade de fuga do cotidiano e atividade prazerosa desenvolvida no tempo livre. Mas foi apenas na contemporaneidade que sua força eclodiu preponderantemente, tornando-se parte das prioridades dos governos mundiais, sobretudo pela sua capacidade de geração de divisas e empregabilidade.

Como atividade em intenso desenvolvimento conceitual-reflexivo, a definição do turismo constitui um tema ainda controverso, principalmente pela diversidade de propostas que buscam esclarecer esse complexo fenômeno. Trata-se do

[...] deslocamento de pessoas que, por diversas motivações, deixam temporariamente seu lugar de residência, visitando outros lugares, utilizando uma série de equipamentos e serviços especialmente implementados para esse tipo de visitação. A atividade dos turistas acontece durante o deslocamento e a permanência fora da sua residência. Os negócios turísticos são os realizados nos equipamentos ou durante a prestação de serviços que os turistas utilizam na prestação e na execução da sua atividade (BARRETTO, 2003, p. 20).

Como campo de pesquisa, o turismo é relativamente recente, sendo disseminado a partir da década de 40. Os estudos antropológicos foram iniciados na década de 60 e intensificaram-se na década seguinte, tendo como foco principal as pequenas comunidades e as interações sociais entre os turistas e as populações residentes (BARRETTO, 2003, p. 20). Atualmente os estudos da Antropologia do turismo estão preocupados com os impactos sociais, culturais e econômicos da atividade em determinadas localidades, agregando temas como relações étnicas, de classe, gênero, de poder e alteridade.

Conforme Burns (2002, p. 93), a Antropologia oferece várias contribuições para a análise do turismo. A primeira se dá pela sua *base teórica comparativa*, que permite o estudo de uma variedade de fenômenos em diferentes locais. Depois vem o *enfoque holístico*, que leva em consideração fatores sociais, culturais, simbólicos, políticos e econômicos. E posteriormente existem as questões de cunho *metodológico e conceitual*.

O metodológico diz respeito principalmente ao desenvolvimento do trabalho de campo e à observação participante, que tem contribuído para uma perspectiva mais profunda de análise. Já o segundo diz respeito à base teórica, que possibilita entender o turismo não apenas pelo viés parcial e funcional, mas como um *fato social total*, como declara Barretto (2003).

A Antropologia do turismo, conforme Grünewald (2003, p. 15) é “um rótulo que indica estudos em antropologia dirigidos pela análise de processos sociais (ou culturais) gerados no âmbito da atividade turística em todas as suas manifestações, institucionalizadas ou não”. Seu olhar leva em conta aspectos como a relação entre visitantes e visitados; a cultura como um bem turístico; o turismo em comunidades tradicionais e grupos étnicos; os estabelecimentos de acolhimento; as motivações, comportamentos e o consumo nos deslocamentos turísticos. Além dos

[...] estudos em turismo religioso, turismo e mudança social, turismo e mercantilização cultural, turismo e globalização, veraneio, turismo e lazer, Ecoturismo, mediadores culturais na empresa turística, impactos sociais do turismo, turismo e produção de artesanato, turismo e etnicidade, entre outras rubricas (GRÜNEWALD, 2003, p. 143).

Autores clássicos como Mauss, Marx, Malinowski, Durkheim, Van Gennep e Simmel deram, a partir de seus conceitos, a sinergia para dar impulso à Antropologia do turismo. Como principais referências atuais, podemos citar Graburn, Nash, Selwyn, Jafar Jafari, Urry, MacCannell, Boissevain, Cohen e Dann. E no Brasil, Margarita Barretto e Rodrigo Grünewald.

“Indigenização da modernidade”

Para tratar do atual desenvolvimento do turismo em territórios indígenas é necessário, antes de tudo, desvencilhar-se de percepções românticas que primam pelo distanciamento do primeiro diante do segundo. A verdade é que cada vez mais os povos indígenas têm pensado na atividade turística como uma alternativa sustentável de desenvolvimento local, empreendida a partir de critérios estabelecidos pelos próprios grupos étnicos. É nesta perspectiva que segue o presente artigo, que tem como objetivo discutir teoricamente este contexto, utilizando-se dos paradigmas da Antropologia como instrumentos que possam dar conta dessa realidade. Para isso, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e a visita a algumas páginas virtuais de grupos indígenas, que têm como característica o protagonismo no desenvolvimento turístico de seus territórios.

Como identifica Sahlins (1997) e Ortner (1984), os anos 50, 60 e 70 foram permeados por paradigmas representados pelo funcionalismo, pela antropologia simbólica, pela economia política de Marx e pelo estruturalismo francês. Mesmo divergindo em vários aspectos, tais empreendimentos convergiam em certo ponto, pois tinham algo em comum: a concepção do comportamento humano. Tais modelos foram chamados de “Teorias de Constrangimento” por considerarem que as ações dos indivíduos seriam moldadas, ordenadas e definidas por forças externas a sua natureza, tais como a cultura, as estruturas mentais e/ou o capitalismo.

No contexto dos povos indígenas, alguns desses paradigmas acreditavam que o imperialismo Ocidental provocaria a devastação dos valores, instituições e consciência cultural das comunidades. Mas o que tais modelos teóricos não deram conta foi exatamente das diversas formas de resistência indígena que vinham sendo empreendidas nos mais distintos contextos culturais. Por isso é que muitos estudos passaram a utilizar teorias que privilegiassem a ação humana diante da dominação social vigente, investigando não só as estruturas dominantes mas a criatividade dos “considerados” dominados.

A Teoria da Prática, por exemplo, possibilitou restabelecer o ator ao processo social, sem obter uma visão perdedora da estrutura dominante. Abarcou três áreas principais: *a troca de poder* (reunindo trabalhos sobre temas como colonialismo, gênero, raça, e etnicidade); *a volta histórica* e *a reinterpretção da cultura* (ORTNER,1984).

Conforme Grünwald (2003), a Teoria Pós-Colonial também apareceu como uma das possibilidades de estudar os povos indígenas. Sua contribuição foi compreender a existência de várias dinâmicas antagônicas e ambivalentes no interior da racionalidade moderna, criticando os discursos que concebiam homogeneamente o *desenvolvimento irregular* e as *histórias diferenciadas* de nações, etnias, comunidades e povos. Tais estudos buscaram construir formas de pensamentos

que possibilitassem abarcar realidades culturais fora do eixo ocidental capitalista e no contexto de países terceiro-mundistas (as chamadas periferias mundiais), como uma reação aos riscos de produzir estudos etnocêntricos sobre as minorias no contexto mundial contemporâneo.

Hoje, para desenvolver estudos sobre comunidades indígenas é preciso perceber que a dominação Ocidental não tem conseguido atingir completamente as culturas tradicionais, uma vez que estas são capazes de sorrateiramente subvertê-las, mediante uma contracultura. Ao invés de seguir esta perspectiva, outro modo de desenvolver constatações antropológicas é reconhecer o desenvolvimento de uma integração global que ocorre simultânea e dialeticamente a uma diferenciação local, reconhecendo que a integração e a diferenciação são co-participantes no interior do contexto mais amplo da globalização.

Sobre o envolvimento dos povos indígenas com o turismo, também é necessário relativizar, uma vez que é preciso inicialmente desenvolver uma reflexão sobre como tais povos têm extraído condições de garantir sua existência nesse cenário capitalista desigual, utilizando-se também da atividade turística como possibilidade de revitalização cultural. Os estudos antropológicos atuais consideram as aldeias indígenas não só como receptoras passivas do fluxo de visitantes, mas também como empreendedoras turísticas atuantes, que dialogam com a estrutura oficial do setor.

Sahlins (1997) observa que, diferentemente do que se pensou, ou seja, que os povos indígenas seriam subjulgados pela hegemonia da globalização, muitos grupos têm se posicionado conscientemente diante dessa realidade, acionando a cultura não só como marcador de identidade, mas também como mecanismo político de retomada do controle da própria autonomia.

O cenário mundial atual, em que coexistem realidades sincréticas, translocais e multiculturais, tem viabilizado a tais culturas a produção de uma *indigenização da modernidade* (SAHLINS, 1997), ou seja, uma compreensão do cenário moderno sob o ponto de vista local capaz de produzir outras modernidades.

As culturas supostamente em desaparecimento estão, ao contrário, muito presentes, ativas, vibrantes, inventivas, proliferando em todas as direções, reinventando seu passado, subvertendo seu próprio exotismo, transformando a antropologia tão repudiada pela crítica pós-moderna em algo favorável a elas, 'reantropologizando', se me permitem o termo, regiões inteiras da Terra que se pensava fadadas à homogeneidade monótona de um mercado global e de um capitalismo desterritorializado (LATOURET *apud* SAHLINS, 1997, p. 52).

Nesse contexto, a tradição não aparece emparedada e fixa, podendo ser constantemente revisada, inventada, reinscrita e transformada pelos grupos, de

acordo com suas experiências e prioridades. “A tradição consiste aqui nos modos distintos como se dá a transformação: a transformação é necessariamente adaptada ao esquema cultural existente” (SAHLINS, 1997, p. 62).

Trata-se de uma negociação complexa, em andamento, que permite inserir outras temporalidades culturais, afastando qualquer acesso imediato a uma identidade original. Nesse sentido, a tradição funciona menos como doutrina do que como *repertório de significados*, como define Hall (2006, p. 70).

A cultura, nesse sentido, deve ser concebida como um sistema de formas significativas de ação social, levando em consideração a capacidade de atuação dos povos indígenas diante do sistema mundial capitalista (TURNER *apud* SAHLINS, 1997). Ela deixa também de ser percebida como imóvel, pois na contemporaneidade a cultura viaja e transgride limites geográficos. Assim, o olhar antropológico passa a considerar não só as culturas fixas territorialmente mas também os fluxos culturais globais e seus agentes periféricos. É o que Sahlins (1997) chama de *Cultura Translocal* e Hall (2006) chama de *Cultura Diaspórica*, consideradas como sociedades com culturas transculturais dispersas, mas centradas na terra natal e unidas por uma contínua circulação de pessoas, ideias, objetos e dinheiro.

Nessa realidade de mobilidade cultural, a relação espaço-tempo é reconfigurada e impulsionada pelas tecnologias, afrouxando a relação entre a cultura e o lugar. O caminho da diáspora não é concebido pelo apego a modelos fechados e homogêneos, pois abarca a relação entre semelhança e diferença — já que em todo o mundo os fluxos migratórios, forçados e livres, estão pluralizando e construindo identidades culturais híbridas e múltiplas, desestabilizando os antigos Estados-nação.

É o que João Pacheco de Oliveira (1988) define, no contexto indígena, como processo de *etnogênese*, que abrange tanto a *emergência de novas identidades*, a *construção cultural* como também a *reinvenção de etnias já existentes*, como tem ocorrido no Nordeste brasileiro.

O turismo em territórios indígenas

Frequentemente nos deparamos com estudos sobre o desenvolvimento do turismo em territórios indígenas cujas concepções estão diretamente ligadas ao processo de aculturação desencadeado pela atividade, acreditando que tal influência levaria os nativos a abandonarem seu modo de vida para se inserirem nesta atividade. É bem verdade que a relação entre turismo e os povos tradicionais é bastante criticada, sobretudo por problemas sociais e culturais que suscita, que levam ao desenvolvimento de realidades inadequadas (como por exemplo a submissão

econômica, a degradação ambiental, a artificialização das manifestações culturais, entre outros aspectos).

Já na década de 70 observou-se o início de novas compreensões sobre o tema, a partir da visualização do turismo como um veículo de reforço à etnicidade e revitalização cultural. Os povos tradicionais passam a ser vistos não só como esse Outro a ser visitado e explorado, mas também como indivíduos atuantes no processo de planejamento sustentável do turismo. É o que Hall (2006) chama de *minorização*, pois ao mesmo tempo em que há um perigo de homogeneização global dessas minorias, ocorre também o seu engajamento no movimento transnacional sem necessariamente a subjugação ao processo homogeneizante. Tem-se então a compreensão da possibilidade de atuação das minorias ao lidar com o contexto transnacional mediante novas construções e adequações locais.

Com as mudanças ocorridas na política indígenista nacional iniciada na década de 70, em que ocorreu o reconhecimento de grupos e a legalização dos seus direitos constitucionais, houve um favorecimento à retomada de práticas tradicionais. Estas passaram a ser resultado não só de heranças ancestrais, mas também de um intenso intercâmbio com a sociedade mais ampla, com a invenção e propagação de uma série de manifestações culturais que, além de serem constituídas de elementos nativos, também absorviam fragmentos do contexto regional, nacional e transnacional.

O artesanato tem sido um dos principais elementos de reconhecimento oficial dos povos indígenas, sendo substancialmente utilizado no contexto turístico. Como lembra Wallace Barbosa (1999, p. 1) “este movimento resultou em um intenso intercâmbio cultural, com a invenção e propagação, entre os grupos locais, de determinadas práticas culturais e na criação de uma série de objetos e adornos, feitos com materiais e técnicas nativas [...]”.

Nas terras indígenas brasileiras a atividade turística tem sido incorporada paulatinamente, despertando o interesse de algumas comunidades.

No final do ano 2000, o então Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da Funai enviou um questionário com o objetivo de levantar dados sobre as iniciativas de Ecoturismo em TIs. Do total de 47 questionários enviados, 19 foram respondidos e destes, 13 informaram a existência de visitação nas comunidades, ou seja, cerca de 27,65% do total, o que indica a urgente necessidade em se avançar nas discussões sobre a regulamentação da atividade turística em terras indígenas (CHAVES, 2006, p. 1).

O turismo étnico é alimentado pelo interesse dos visitantes em ter acesso à cultura e ao povo indígena, buscando conhecer seus costumes e crenças no próprio

ambiente de vivência dos mesmos. Para isso, muitas populações selecionam símbolos que conferem ao grupo distinção, tradição e prestígio diante dos fluxos turísticos, utilizando-se de sinais diacríticos que são fundamentais na arena turística.

Para entender a criatividade indígena em planejar a atividade turística em seu território, recorremos a Bhabha (1998) quando esclarece que é a *prática enunciativa* do sujeito que importa, sendo a cultura o lugar onde ocorre um processo dialógico que é resultado de antagonismos e articulações culturais, que subverte a razão hegemônica e recoloca lugares alternativos de negociação cultural. O autor defende que o contexto *liminar* aparece como terreno da construção e elaboração de estratégias de subjetividades singulares e coletivas que dão início a novos signos de identidade.

O que se deve fazer é não subestimar a capacidade dos povos indígenas em planejar, empreender e conduzir o desenvolvimento turístico em seu território. Um bom exemplo disso é a Reserva Indígena da Jaqueira, no município de Coroa Vermelha na Bahia, descrita por Grunewald (2003). A Reserva faz parte do território dos índios Pataxó, que criaram a Associação Pataxó de Ecoturismo, permitindo que o espaço fosse visitado por turistas, estudantes e pesquisadores desde 1999. Os Pataxó fizeram acordo com empresas de turismo para transportarem os visitantes até o local, desenvolvendo atividades como trilhas ecológicas com guia local, palestra sobre lendas, hábitos e costumes, contato com o Pajé para conhecer um pouco da medicina indígena, degustação da culinária tradicional e visualização da confecção do artesanato. A visita é concluída após uma apresentação de músicas e danças cantadas na língua Pataxó, com duração de três horas.

Mesmo com bons exemplos de experiências turísticas bem-sucedidas, como a citada anteriormente, alguns autores identificam muitos efeitos nocivos trazidos pelo turismo em território indígena, como a criação de “aldeias turísticas” e o aparecimento do “índio turístico”. Um deles é MacCannell (*apud* GRÜNEWALD, 2003, p. 147) que chama a atenção para o perigo do desenvolvimento da artificialização dos contatos entre índios e visitantes, a partir de uma *etnicidade-para-turismo*, concebida como a produção de novas formas étnicas difundidas para o turismo de massa.

O foco está num tipo de etnicidade-para-turismo no qual culturas exóticas figuram como atrações chave: onde os turistas vão ver costumes *folk* no uso diário, loja para artefatos *folk* em bazares autênticos, ficar alerta para forma de nariz, lábios, seios e assim por diante, aprender algumas normas locais para o comportamento, e talvez aprender algo da linguagem. Os esforços aqui não são como os resultados frequentemente bizarros dos esforços dos turistas para “fazer-se-nativo”. Antes, são com os esforços dos nativos para satisfazerem a demanda turística, ou para “fazer-se-nativo-para-turistas” (MACCANNELL *apud* GRÜNEWALD, 2003, p. 147).

Para MacCannell, no turismo étnico o nativo não está no local apenas para servir ao turista, pois ele próprio já faz parte da atratividade turística do ambiente visitado, estando em exposição permanente. O que pode favorecer o aparecimento do *tourée* — termo utilizado para designar o nativo que altera seu comportamento conforme a necessidade do visitante para tornar-se atrativo na arena turística. Tem-se aí mudanças nos hábitos, na postura e nas mais diversas práticas cotidianas desenvolvidas na aldeia (GRÜNEWALD, 2003).

Considerações finais

O que se conclui após as discussões feitas anteriormente, é que a etnicidade reconstruída pelos povos indígenas na contemporaneidade passa a ser o lugar onde emergem identidades capazes de possibilitar a participação e a convivência com o turismo.

São elaborações de novos signos destinados ao contato turístico, constituído por zonas de visibilidade e invisibilidade cultural que são acionadas de acordo com as necessidades das etnias, que optam por exhibir ou ocultar aspectos da sua tradição para viabilizar a convivência entre anfitriões e visitados. Trata-se do resultado das relações dos povos indígenas com o contexto das transações comerciais globais e, por isso, não devem ser consideradas como inautênticas, já que resultam de ações criativas dos próprios grupos.

Por isso, compreendemos que o ser índio na contemporaneidade é constituído por elementos culturais de dentro e de fora dos limites do seu grupo étnico. É o lugar da construção e elaboração de estratégias de subjetividades singulares e coletivas que dão início a posições inovadoras de colaboração e contestação no ato de definir a própria ideia de turismo étnico.



Símbolo da Associação Pataxó de Ecoturismo.

Fonte: <http://www.portosegurotur.com.br>. Acesso em 9 de janeiro de 2007.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, W. D. *O artesanato e os 'novos índios' do Nordeste*. Revista IPHAN, 1999.
- BARRETTO, M. “O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo”. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 9, n. 20, Porto Alegre, outubro de 2003, p.15-290.
- BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BURNS, P. M. *Turismo e antropologia: uma introdução*. São Paulo: Chronos, 2002.
- CERTEAU, M. “Introdução geral”. In: *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAVES, R. R. *O turismo étnico em Comunidades Indígenas no Brasil*. Anais da Associação Brasileira de Antropologia, Goiás, 2006.
- GRÜNEWALD, R. A. *Os índios do descobrimento: turismo e tradição*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.
- _____. Turismo e Etnicidade. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 9, n. 20, Porto Alegre, outubro de 2003, p.141-159.
- HALL, S. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- IGNARRA, L. R. *Fundamentos do turismo*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.
- OLIVEIRA, J. P. *O “nosso governo”: os Ticuna e o regime tutelar*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 1988.
- OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Ed. Roca, 2001.
- ORTNER, S. “Theory in Anthropology since the sixties”. In: *Comparative studies in Society and History*, vol. 26, n. 1, 1984, 129-165.
- SAHLINS, M. “O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extensão” (Parte I). *Mana*. v. 3, n. 1, Rio de Janeiro, 1997.
- _____. “O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extensão” (Parte II). *Mana*. v. 3, n. 2, Rio de Janeiro, 1997.

Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira

*algumas considerações sobre o
arquipélago do Marajó – Pará*



MARIA GORETTI DA COSTA TAVARES

Introdução

O turismo enquanto temática vem se constituindo não só como preocupação de políticas públicas, mas também como objeto de reflexão e análise de diversos campos do conhecimento. A geografia tem buscado contribuir para o debate e avanço teórico-metodológico desse saber específico, uma vez que o desenvolvimento de ações nessa área envolve o uso de territórios e lugares.

Na realidade brasileira, os debates e reflexões que dominaram o campo epistemológico da geografia relacionado ao turismo na década de 1950 até início dos anos de 1990, estiveram voltados, de um lado para o planejamento e dimensões quantitativas, de outro para os impactos que as atividades turísticas provocavam nos recursos ambientais e nos modos de vida das populações locais. A partir de meados da década de 1990, começou a ocorrer uma mudança nessa produção do conhecimento. No que se refere à geografia brasileira, começou a haver uma preocupação mais efetiva com a questão do aprofundamento teórico, conceitual e metodológico do turismo sob a ótica da ciência geográfica.

Considera-se que as políticas e o planejamento do território para a dinamização do turismo, enquanto atividade humana que coloca em jogo o território e as relações das sociedades com a natureza, não podem ser formulados sem levar em conta o contexto, as práticas ambientais e os saberes de atores sociais

presentes nos territórios recortados para a implantação de ações voltadas para o turismo. Portanto, este trabalho estuda a política e o planejamento de territórios voltados para o turismo buscando perceber como a perspectiva de um planejamento territorial sustentável e o processo de mobilização dos grupos sociais têm sido considerados na formulação de políticas e do planejamento territorial voltado para o turismo.

De fato, são inúmeras as comunidades amazônidas, que apesar de habitarem territórios apropriados para as práticas turísticas, continuam à margem dos processos e práticas deste setor, e quando absorvidas, sem qualificação, ou, ainda, mesmo qualificadas no contexto de suas culturas e saberes locais, não sabem o que fazer diante dos valores externos voltados para o mercado.

Segundo dados do PNUD, o arquipélago do Marajó, um dos territórios paraense que exerce maior atração no imaginário do turista nacional e internacional, é onde estão concentrados os menores índices de desenvolvimento humano (IDH). Dos 16 municípios que fazem parte da região do Marajó, apenas Souré (18°), Salvaterra (23°) e Cachoeira do Arari (58°) têm posição menos crítica em relação aos outros municípios paraenses, pois Melgaço ocupa a última posição nesse *ranking*.

Os sítios arqueológicos, as ruínas do período da colonização que ainda são possíveis de ser encontrados no arquipélago, a produção de cerâmica marajoara que também vem perdendo qualidade e mercado em face da falta de incentivo e a formação continuada dos artesãos, são elementos que têm sido pouco valorizados como atrativos turísticos no planejamento territorial voltado para o turismo. A falta de incremento de tecnologias que permitam o desenvolvimento de alternativas econômicas e agregação de valores em produtos da floresta de baixo impacto ambiental, que reflita a diversidade cultural e saberes tradicionais também é um fator de exclusão das comunidades locais.

Esses dados revelam um cenário de exclusão local e de distanciamento de uma política de desenvolvimento territorial local, em que de fato o turismo possa contribuir efetivamente para a equidade e sustentabilidade socioeconômica. Tal fato se coloca como um elemento importante à necessidade de uma participação efetiva das universidades em projetos coletivos e interinstitucionais, que possibilitem a inserção dessas comunidades, viabilizando não só o acesso, mas também a sua participação nas tomadas de decisões.

A temática de estudo tem como recorte espacial o Arquipélago da Ilha do Marajó, localizado no norte do Brasil, que não foi impactado por grandes projetos, minero-metalúrgicos e rodoviários, e que tem a sua natureza considerada exuberante e pouco modificada. A sociedade que ocupa este território é caracterizada como tradicional, constituída em sua maioria pelo caboclo amazônico.

O Arquipélago tem sido alvo nas últimas décadas de ações de políticas públicas voltadas para o turismo, principalmente na modalidade do Ecoturismo, dada a exuberância de sua natureza. No entanto, o arquipélago constitui-se uma das regiões mais pobres social e economicamente da Amazônia brasileira, em que seus 16 municípios possuem os índices mais baixos de IDH do Estado do Pará. Diante deste contexto questiona-se: as ações para o desenvolvimento do turismo vêm contribuindo para o desenvolvimento sócio-espacial do arquipélago?

A Amazônia como objeto de estudo

A Amazônia sempre foi reconhecida e definida como uma região natural, onde o equilíbrio entre homem e natureza gerou símbolos tais como: “inferno verde”, “pulmão do mundo”, “floresta exuberante”, entre outros que foram perpetuados ao longo dos quatro últimos séculos por viajantes, estudiosos, botânicos e naturalistas.

A partir das décadas de 1940 e 1950, o governo federal, vislumbrando o desenvolvimento do interior e das regiões brasileiras, instalou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, que ultrapassou os limites administrativos da região norte, abrangendo o norte de Mato Grosso e Goiás e o noroeste do Maranhão. Com a criação da SUDAM ficou estabelecida uma nova região dentro da região amazônica, objetivando o “**desenvolvimento**” e o planejamento regional, que promoveu a criação de rodovias, o estímulo à imigração, a liberação de incentivos fiscais e a instalação de grandes projetos agrícolas, minerais e hidrelétricos que interligaram a região ao centro-sul e ao capital multinacional.

Essa intervenção estatal na região provocou uma nova dinâmica sócio-espacial. A região-planejamento ao se superpor à região natural promoveu um processo dinâmico e contraditório no contexto da relação sociedade natureza; a natureza já não se apresenta intocável e nem em equilíbrio perfeito com o homem e o homem não se encontra em equilíbrio com os outros homens. Há uma justaposição de degradação da natureza e de desigualdades sociais, que dão forma a territorialidades múltiplas, diferenciadas e contraditórias no espaço amazônico. A pretensa unidade regional em torno da natureza “caducou” com a dinâmica dos processos de apropriação que passaram a ocorrer na Amazônia ao longo desse processo histórico em contínuas reformulações.

O avanço da técnica e das mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorreram no espaço mundial e a própria leitura da natureza e de sua relação com a sociedade a partir do dinamismo das relações, instigaram este repensar. Assim sendo, não é mais viável para a leitura do real pensar-se em regiões naturais, pois a

sociedade de alguma forma já se apropriou de todo o espaço terrestre, aparecendo agora como elemento central deste processo, já que pensa, planeja e apropria-se do espaço terrestre para os mais variados fins.

Nesse sentido, ao tomar-se a Amazônia como objeto de estudo, assume-se como perspectiva político-metodológica que não cabem mais estudos isolados sobre a sua posição geográfica e limites; elementos da natureza, clima, vegetação, relevo, exaltando a exuberância da floresta e do rio com maior volume de água do mundo; a sociedade como mero dado populacional absoluto e relativo e suas etnias; a produção econômica, exaltando os principais produtos produzidos, cultivados ou extraídos na região. O entendimento é de que se trata de uma região em que a dicotomia entre natureza e sociedade tem que ser superada, apreendendo-se as multidimensionalidades, diferenciações e especificidades das territorialidades existentes, assim como suas diferenças culturais e contradições sociais.

Turismo e ecoturismo na Amazônia brasileira

O turismo, na visão de Knafou (1999, p. 71), é uma atividade multiforme que evoca a um só tempo uma atividade humana e social atualmente fundamental; no mesmo sentido, De La Torre (1994) é enfático ao tratar das múltiplas inter-relações de relevância econômica, cultural e social imersas no turismo, o que corresponderia ao deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos, do seu local de residência habitual para outro, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde.

O *locus* de atração do ecoturismo pressupõe um ambiente onde o espaço é vivido, sentido e marcado por uma afetividade que, segundo Tuan (1980), revela o apego à terra, à familiaridade e o amor pelo lugar cuja natureza desperta e produz sensações capazes de tornar seus moradores profundamente conscientes de sua beleza e da necessidade de manejo adequado de seu ambiente. Num esforço de análise que aponte tendências para uma percepção do turismo ecológico como totalidade diferenciada dos outros movimentos turísticos, vislumbra-se a possibilidade da captação da interação entre o natural e o social através do vivido, das relações que ligam o homem a um certo meio e que nele e com ele imprimem sua materialidade.

É nessa relação que se deve pautar o ecoturismo, renegando intervenções impositivas sem, no entanto, negar o acesso das populações tradicionais às inovações técnicas. O vivido não é um museu vivo, como nos lembra Figueiredo (1999), onde se deva transformar qualquer curiosidade humana das comunidades visitadas em atração “circense” e atribuir-lhe um valor monetário, ou ainda onde

em nome do preservacionismo, deva ser mantido estático, a-histórico. A cultura, relata Santos (1999), é uma herança, mas também um re-aprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio.

Na prática, no entanto, é impossível negar a mercantilização da natureza e da cultura, consideradas as principais matérias para o turismo ecológico, mesmo enquanto espaço vivido. Contudo, ao se partir da análise de Aulicino, para quem “O turismo deve constituir-se numa atividade centrada no homem, no ser humano, no enriquecimento cultural do visitante, através do fortalecimento cultural de quem o recebe” (1997, p. 41), pode-se compreender a força do espaço vivido, não só, mas, fundamentalmente, para o turismo ecológico.

Segundo Diegues (1996), os aspectos culturais das populações tradicionais resultam de uma interação dialética das relações homem/meio, sendo essa interação enaltecida pelos planejadores e pelos operadores do turismo ecológico, que buscam envolver a população no desenvolvimento dessa atividade, exacerbando seus aspectos culturais mais pitorescos. Mesmo para Fenell (2002), para quem os aspectos culturais são pano de fundo no turismo ecológico, de fato a abordagem da relação homem/meio pode contribuir com a gestão turística dos ecossistemas quando apresenta uma compreensão histórica significativa e atraente para uma ampla gama de cidadãos e, assim, para complementar a visão daqueles que são atraídos pelo turismo ecológico apenas por sua perspectiva biológica ou científica.

De acordo com Fenell (2002), não poderá ocorrer uma gestão humana eficaz dos ecossistemas por meio do ecoturismo sem uma clara compreensão do lugar das pessoas no contexto deles. O lugar apresenta-se como dimensão única, socialmente concreta, onde os fenômenos sociais são agregados em organizações comunitárias que resistem ao processo de individualização por meio de um acontecer solidário, cujo prolongamento ao longo do tempo gera um sentimento de pertencimento. O ecoturismo não pode prescindir da existência dessa instância social, o lugar, pois é nela que se constrói as relações de ambientalidade, promovidas pelo movimento de cooperação e seus “esboços simbólicos” (SANTOS, 1999, p. 266).

Os “esboços simbólicos” revelam faces da identidade cultural de um povo, as identidades organizam significados e esses a identificação simbólica que marca o espaço vivido desse povo; ao internalizar os significados, seus sujeitos abarcam a totalidade da universalidade e nela se descobrem como singularidades. A identidade cultural é arquitetada por categorias valorativas que, como admite Azevedo (1997, p. 163), constituem-se por: 1. valores peculiares individuais – hábitos, ideias e reações emocionais; 2. valores alternativos – caracterizados por representarem reações diferentes frente a uma mesma situação (técnica de ensino, religião

etc.); 3. valores como especialidades – reconhecidos no curso de sua divisão do trabalho, que embora não sejam eles próprios partilhados pela sociedade, os benefícios emergentes deles o são; 4. valores universais – pertencentes abaixo do nível de consciência, como a língua, padrão de moradia e costumes, formas ideais de relacionamento.

É nesse contexto que a cultura particular de uma população — cultura popular, vivenciada num espaço que simboliza o próprio homem, onde as relações são limitadas segundo Santos “por uma interação profunda entre o homem e seu meio”, e, portanto, “encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar” (1999, p. 268), deve ser apreendida pelo ecoturismo, evidenciando os mosaicos culturais resultantes das inúmeras relações mútuas e das adaptações dos organismos ao meio, sem coisificá-los; no dizer de Diegues, não representam “uma submissão às imposições da natureza, mas uma correlação de ampliação de seus efeitos positivos e a atenuação de seus efeitos negativos” (1996, p. 76).

Todos os caminhos conduzem a uma percepção nítida de que a exploração turística dos recursos ambientais revela em primeiro lugar a prestação de um serviço, cujo objetivo final é, sem dúvida, o lucro, mas também, a uma percepção de que não se pode reduzir exclusivamente à mercadologia a vida das populações, principalmente das tradicionais, que se assentam em alicerces mais profundos, conforme relata Azevedo (1997), em pilares da cultura que respondem pela afirmação da sua respectiva identidade sem se fechar a outras contribuições.

As políticas de turismo no estado do Pará: o arquipélago da ilha do Marajó

Com o advento do Programa de Regionalização do Turismo, os estados brasileiros foram demandados a apresentar ao Ministério do Turismo (MTur) suas regiões turísticas. No caso do Pará, a oficina referendou as regiões já definidas no Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, a saber: Xingu, Tapajós, Belém, Amazônia Atlântica, Araguaia-Tocantins e Marajó. A concepção do Programa de Regionalização do Turismo, no âmbito do Ministério do Turismo (2004, p. 9), deve ser entendida como uma proposta cujo objetivo é

transformar as ações, antes centradas nos municípios, em uma política pública mobilizadora, capaz de promover mudanças por meio de um planejamento sistematizado e participativo, a fim de coordenar o processo de desenvolvimento turístico de forma regionalizada no Brasil.

O arquipélago do Marajó é composto por 14 municípios, constituindo, em termos de promoção turística, o pólo turístico do estado do Pará com maior visibilidade no mercado. No entanto, as ações turísticas para o arquipélago restringem-se aos municípios de Soure e Salvaterra, pois o roteiro Amazônia do Marajó, apresentado pelo Governo do Estado do Pará (através da Paratur) para comercialização no âmbito das ações promocionais do PRT, só contempla aqueles dois municípios. Pode-se observar abaixo o quadro de sinalização do pólo turístico que está localizado na cidade de Soure, considerada a porta de entrada da ilha, pela sua facilidade de acesso de via fluvial a partir da capital, Belém.



FIGURA 1. Sinalização do Pólo Turístico do Marajó no município de Soure, considerado a porta de entrada da ilha.

Fonte: Maria Goretti Tavares (abril, 2006)

Observa-se que assim como para toda a Amazônia, no Marajó as ações estão direcionadas para o ecoturismo, com algumas tentativas de inserir o potencial cultural do arquipélago, como é o caso dos Jogos de Identidade Cultural do Marajó, promovidos em novembro de 2005, conforme a figura a seguir.



FIGURA 2. Cartaz de divulgação dos Jogos de Identidade Cultural do Marajó, realizados na cidade de Soure.

Fonte: Maria Goretti Tavares (outubro, 2005)

O arquipélago, apesar de ter sido eleito como um dos pólos das ações turísticas do estado, possui uma configuração socioeconômica das mais precárias de toda a região. Tomando como exemplo os dados do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, observa-se que os municípios apresentam baixo índice de IDH (ver figura n. 3). Nesse sentido, as políticas de turismo devem buscar inserir a sociedade destes municípios, de forma a permitir melhorias nas condições sociais e econômicas locais. Portanto, devem ocorrer de forma integrada com outras políticas (saneamento, educação e habitação, por exemplo), buscando integrar não apenas o capital natural, mas, sobretudo, o capital social e cultural, que é diverso e extremamente rico na região. É importante ressaltar que as ações do turismo não podem também estar direcionadas para um único tipo de turismo, o ecoturismo, já que a ilha apresenta uma grande potencialidade para o turismo cultural, gastronômico e histórico, como se pode observar na figura n. 4.

IDH do Marajó alerta para as muitas necessidades da ilha

■ **Lilian Leitão**

Trze dos 16 municípios marajoaras estão em posição desconfortável na lista dos municípios paraenses pesquisados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), num trabalho que envolveu também o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro. A pesquisa é relativa ao decênio 1991/2000 e a partir dela foi gerado o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A publicação do Atlas em 2000 causou enorme repercussão em todos os Estados. No Pará, tirou a humilde Melgaço do ostracismo ao conferir-lhe o título de cidade de pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

do Pará. Dando uma boa olhada nas conclusões do relatório, porém, é possível perceber que não só Melgaço merece os holofotes da mídia, já que quase toda a ilha do Marajó está mergulhada nos mais baixos índices no Estado. Há três exceções: Soure, que ocupa a 18ª posição no Pará; Salvaterra, na 23ª posição; e Cachoeira do Arari, na 58ª posição.



Municípios da Mesorregião do Marajó e Belém	IDH	IDH Educação	IDH Longevidade	IDH Renda	Taxa bruta de frequência à escola	Taxa de alfabetização	Situação no Estado
Melgaço	0,525	0,546	0,598	0,431	47,62	58,09	143ª
Bagre	0,571	0,624	0,637	0,453	55,54	65,80	141ª
Chaves	0,581	0,568	0,710	0,464	44,50	62,89	139ª
Anajás	0,595	0,529	0,733	0,524	57,37	60,63	136ª
Curralinho	0,596	0,606	0,655	0,468	64,22	67,72	135ª
Portel	0,608	0,574	0,721	0,528	60,53	55,90	132ª
Afuá	0,612	0,598	0,745	0,494	66,66	56,39	130ª
Breves	0,630	0,671	0,706	0,514	72,74	64,22	114ª
Santa Cruz do Arari	0,630	0,733	0,664	0,492	62,95	78,52	114ª
Curupá	0,631	0,679	0,721	0,493	73,75	64,96	113ª
Fronteira de Pedras	0,652	0,736	0,710	0,510	62,99	78,83	95ª
Muaná	0,653	0,734	0,710	0,514	62,76	78,78	93ª
São Sebastião da Boa Vista	0,666	0,779	0,734	0,484	75,89	78,95	76ª
Cachoeira do Arari	0,680	0,766	0,710	0,563	66,92	81,49	58ª
Salvaterra	0,715	0,856	0,745	0,544	80,81	88,16	23ª
Soure	0,723	0,856	0,747	0,564	83,73	86,89	18ª
Belém	0,806	0,928	0,798	0,732	88,55	94,96	1ª

8 | Amazônia em Outras Palavras - dezembro/2005

FIGURA 3. IDH para os municípios do Marajó.

Fonte: Amazônia em Outras Palavras (dezembro, 2005)



FIGURA 4. Ruínas Jesuítas do século XVII, localizadas em Joanes, município de Salvaterra.

Fonte: Maria Goretti Tavares (abril, 2006)

Os sítios arqueológicos, as ruínas do período da colonização que ainda são possíveis de ser encontradas no arquipélago, a produção de cerâmica marajoara que também vem perdendo qualidade e mercado em face da falta de incentivo à formação continuada dos artesãos, são elementos que têm sido pouco valorizados como atrativos turísticos no planejamento territorial voltado para o turismo.

A ausência de incremento de tecnologias que permitam o desenvolvimento de alternativas econômicas e agregação de valores em produtos da floresta de baixo impacto ambiental, que reflita a diversidade cultural e saberes tradicionais, também é um fator de exclusão das comunidades locais.

Para não concluir

O turismo no estado do Pará, apesar dos passos que tem dado no sentido de divulgar as suas potencialidades territoriais atrativas para a dinamização turística, ainda não alcançou o patamar de contribuição efetiva para o desenvolvimento local. As suas ações têm se dimensionado, também, como outra forma de exclusão, seja porque reduz suas práticas aos atrativos naturais, seja porque não tem oportunizado às populações locais espaços para participação de seus saberes, ou por ter deixado de incorporar o patrimônio histórico, arqueológico e cultural dos lugares.

Trata-se de processos que têm assumido no espaço amazônico formas de territorialidades múltiplas, diferenciadas e contraditórias, acompanhadas de uma degradação dos meios, de conflitos de uso e de novas desigualdades sociais. Nesse sentido, identificar apenas potencialidades turísticas não é suficiente, sendo necessário torná-las dinâmicas e concretas ao nível local, ou seja, não basta apenas identificar o “capital natural” existente. Além disso, as ações devem estar direcionadas para a integração do “capital natural e sócio-cultural”, respeitando a diversidade social, econômica e cultural.

O reconhecimento e a inserção das lideranças locais devem estar inseridos na elaboração de ações pelo poder público na atividade turística, que deve ser considerada uma atividade transversal e interligada aos demais setores de planejamento, como por exemplo, a educação, a saúde, o saneamento etc. A importância da qualificação do trabalho da mão-de-obra local também tem que ser ressaltada, a fim de permitir a inserção econômica da população na atividade.

No caso do arquipélago do Marajó, as ações não podem ser direcionadas apenas para o aproveitamento do potencial dos recursos naturais, sem considerar a potencialidade turística histórica, cultural, patrimonial e da sociodiversidade

existente no arquipélago. Um outro turismo pode ser possível e implementado, desde que possa incorporar a sociedade local como ser participante e ativo das políticas de turismo para os municípios selecionados para implementação de ações no setor turístico.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as políticas direcionadas para o arquipélago do Marajó, ou o Pólo Marajó, são ainda bastante pontuais e direcionadas para a valorização apenas da natureza, sem a inserção do homem. Portanto, o desenvolvimento não se caracteriza pela inserção social e econômica que busque a justiça social, equidade e a participação da sociedade local. Por outro lado, as ações são pontuais por se direcionarem a apenas um tipo de turismo e não inserirem, por exemplo, o turismo histórico e cultural, e não estarem integradas com outros setores do planejamento, como por exemplo, educação, saúde, saneamento, qualificação de mão-de-obra e outros.

Para possibilitar o levantamento do debate sobre a temática, propõe-se alguns princípios para o debate e a reflexão da prática turística na região:

1. Incorporar o conteúdo do espaço, não como palco das ações, mas considerando o seu conteúdo na elaboração das mesmas;
2. Incorporar a importância das pequenas e médias cidades (rios x rodovias) da Amazônia;
3. Considerar o turismo como uma atividade transversal e interligada aos demais setores, como educação, saúde e saneamento;
4. Valorizar as várias possibilidades da atividade a partir da realidade sócio-espacial (turismo patrimonial, cultural, religioso, de base comunitária);
5. Pensar o turismo na região em uma perspectiva da Pan-Amazônia, de cooperação entre os países amazônicos;
6. Buscar a gestão integrada dos aspectos físicos, territoriais, ambientais, políticos, administrativos, econômicos e sociais;
7. Qualificar a população da região para o turismo (educação, valorização do patrimônio natural e cultural, mercado de trabalho);
8. Inserir uma política de valorização do turismo pela população local (a partir da educação básica, por exemplo);
9. Diminuir o distanciamento entre os dados do PIB (crescimento econômico), do IDH e do IDEB (desenvolvimento no sentido amplo);
10. (Re)tomar as rédeas da gestão do território nas diversas escalas de planejamento, da comunidade ao Estado.

Referências bibliográficas

- AULICINO, M. P. *Turismo e Estâncias: impactos e benefícios para os municípios*. São Paulo: Futura, 1997.
- AZEVEDO, J. “Enraizamento de propostas turísticas”. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DE LA TORRE, Ó. *El turismo – fenómeno social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- FENELL, D. A. *Ecoturismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002.
- FIGUEIREDO, S. L. *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1999a.
- FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *O Ecoturismo e a Questão Ambiental na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 1999b.
- KNAFOU, R. “L’invention du lieu touristique: la passation d’un contrat et le surgissement simultané d’un nouveau territoire”. In: *Revue de Géographie Alpine*, n. 4, 1991.
- _____. “Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo”. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). *Turismo e Geografia – Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 627-650.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

Ecoturismo, cultura e participação

*gestão do território indígena
no alto Rio Negro*



IVANI FERREIRA DE FARIA

Introdução

O projeto *Umukamé-sara: planejamento participativo e ecoturismo indígena* nasceu da necessidade de expandir o conhecimento entre as comunidades sobre turismo, ecoturismo indígena, diretrizes e princípios que deverão nortear um possível planejamento ecoturístico em terra indígena, proposto pela Oficina Yaneratama: sustentabilidade e Ecoturismo Indígena, realizada pela FOIRN em junho/2004. Consistiu na realização de oficinas de formação em 2005, sendo todo o processo de execução acompanhando por membros da diretoria da FOIRN, lideranças das comunidades envolvidas, Ibama e Funai.

Objetivos específicos:

- Diagnosticar o pensamento da comunidade sobre turismo: temores, desafios e perspectivas;
- Levantar o potencial ecoturístico da comunidade;
- Elaborar coletivamente princípios, critérios e diretrizes para o ecoturismo indígena na região do Rio Negro por meio do planejamento participativo e comunitário;
- Elaborar coletivamente material didático específico sobre ecoturismo indígena na região;
- Subsidiar a construção de um projeto piloto de ecoturismo em terras indígenas na região.

Inicialmente, o projeto pretendia abranger as comunidades indígenas da região do Rio Negro (Balaio, Maturacá, Iauareté, Pari-Cachoeira, Taracuí, Assunção do Içana, Tunui Cachoeira, Assunção do Içana, São Jorge, Cué-cué, Santa Izabel-Cartucho e Barcelos), utilizando exemplos específicos da realidade sociocultural e territorial do lugar com duração de 7 meses (Figura 1). Infelizmente, devido às condições geográficas adversas e à agenda da comunidade, não foi possível realizar reuniões na comunidade do Balaio e em Barcelos.

A metodologia é participativa, através de dinâmica de grupo, inicialmente, por meio da exposição do conhecimento pré-existente dos participantes, suas dúvidas e questões que gostariam de saber sobre o tema, sempre na língua indígena pública da comunidade.* Posteriormente, ainda em grupo, através da técnica da mediação, por meio de outras perguntas, são levados a responder as perguntas feitas por eles mesmos. E ao final, sintetizamos os resultados das discussões usando as próprias palavras utilizadas pelos grupos, demonstrando que eles já tinham um conhecimento, faltando apenas uma discussão mais aprofundada e articulada sobre o tema.

Esta metodologia tem como finalidade promover o engajamento das lideranças indígenas, representantes das associações que compõem a FOIRN, alunos e professores das escolas indígenas e demais cidadãos indígenas no processo de discussão e gestão do turismo em suas terras sem a tutela do Estado ou de organizações não-governamentais.

O 4º objetivo foi desenvolvido gradualmente ao longo do trabalho por meio da exposição e compreensão dos temas pelos grupos organizados com a construção do material didático de acordo com a linguagem e língua específica de cada comunidade.

Todo o trabalho foi acompanhado por um monitor indígena falante da língua da comunidade que teve a função de orientar, estimular, traduzir a nossa fala e, principalmente, apoiar na articulação do conhecimento indígena e não indígena, sempre utilizando a técnica da escuta sensível e da mediação para não direcionar os resultados da oficina.

Principais resultados alcançados:

- Esclarecimento das comunidades indígenas sobre as vantagens, riscos, desvantagens e desafios para o desenvolvimento do turismo e ecoturismo indígena;
- Identificação do ecoturismo indígena como segmento adequado às terras indígenas;

* Língua pública é a língua indígena mais falada na comunidade, uma vez que as comunidades são plurilíngues devido à exogamia linguística característica da região.

- Subsídios para elaboração de um projeto piloto de ecoturismo indígena através do planejamento participativo, comunitário e da interpretação do patrimônio;
- Subsídios para a elaboração de uma política pública por meio de diretrizes e princípios definidos pelas comunidades indígenas da atividade ecoturística em terra indígena;
- Difusão do conhecimento científico e do conhecimento tradicional indígena;
- Valorização e estímulo do uso das línguas indígenas nos materiais didáticos produzidos;
- Valorização e capacitação dos recursos humanos indígenas locais;
- Definição das comunidades do Rio Curicuriari (Fonte Boa/Curicuriari, São Jorge, Inebo e Tumbira) para realização de um projeto experimental de ecoturismo, uma vez que o turismo já é uma realidade para elas. Esta atividade foi aprovada em assembleia da recém criada associação Arko Iwi e, anteriormente, durante as duas oficinas ocorridas nas comunidades de São Jorge (2005) e Fonte Boa (2006).

Ressaltamos que mesmo com a realização das oficinas, as comunidades, lideranças e demais indígenas ainda não se sentem com domínio de conhecimentos suficientes para decidirem sobre o desenvolvimento do ecoturismo indígena em suas terras no momento, mas sim a longo prazo e, por isto, sinalizaram para a elaboração do projeto experimental que foi prontamente aceito pelas referidas. Estas definiram que o segmento do turismo que poderá ser desenvolvido em suas terras é o ecoturismo indígena, cujos princípios e diretrizes foram apontados para sua execução e que serão abordados a seguir.

O turismo a partir do olhar dos povos indígenas

Nós indígenas somos turistas quando deslocamos da nossa comunidade de origem para outra, para visitar nossos parentes. Assim estamos fazendo turismo (Assunção do Içana).

Os temas abordados aqui são frutos do projeto Umukamé-sara: planejamento participativo e ecoturismo indígena, no qual os indígenas definem turismo, apontam seus medos e expectativas, discutem os impactos desejáveis e indesejáveis e o que pensam sobre o desenvolvimento do turismo em suas terras, bem como os princípios que deverão nortear a prática do ecoturismo indígena. As questões iniciais a, b e c foram levantadas antes de qualquer esclarecimento nosso nas reuniões e as últimas d e e, após alguns esclarecimentos solicitados pelas comunidades.

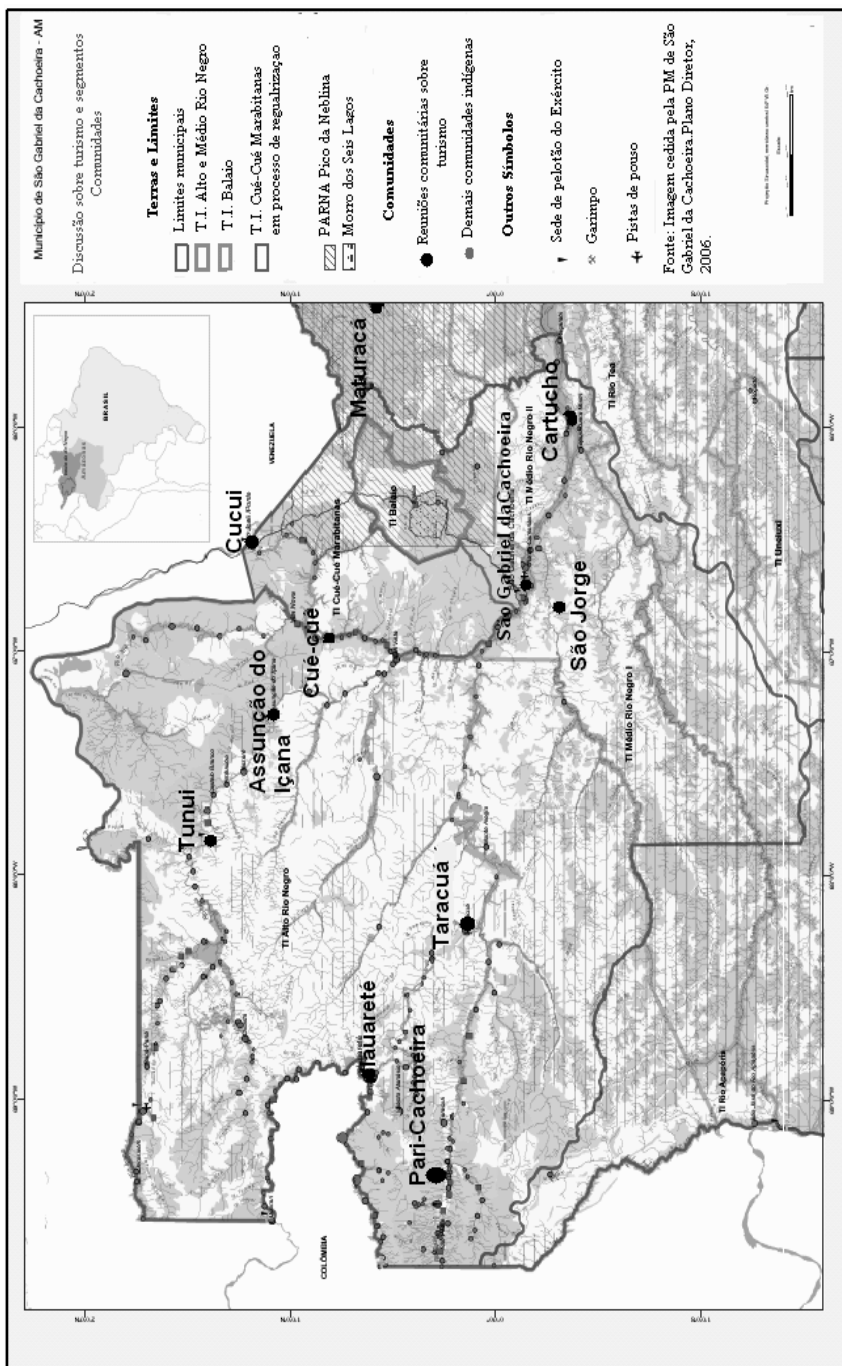


FIGURA 1. Discussão sobre turismo nas comunidades indígenas do Alto Rio Negro (FARIA, 2007).

Entendemos sobre ianhikhetti (turismo em Baniwa):

Turismo é a viagem feita pelas pessoas por prazer e interesse de esclarecer lugares ou locais preferidos (Mario, Adelson, Edmilson, Osmarino, Aldo, Jaime, Clarindo, São Jorge, 2005).

São aqueles que têm interesse de conhecer fauna, flora, minérios e na nossa própria cultura. Na realidade muitos são universitários, que fazem mestrados e querem usufruir da nossa riqueza (Suegu, Manuel, Yepa Suri, Afonso, Doetiro, Elizeu, Diakuro, Braselino, Mirupu- Pedrino, Diatho, Marta, Zelia, Tereza, Pari-cachoeira, 2005).

Entendemos por turismo pessoas que saem de um determinado país ou de uma determinada cidade. Alguns vêm com o objetivo apenas de conhecer e passear, mas existem também alguns que vêm com objetivo de usufruir de certas coisas de nossa comunidade. Viagens, excursão, passeios, gastar dinheiro, conhecer novos lugares, línguas e povos, culturas (Maria Luci, Florize, Luiz, Clarice, Elisângela, Cucui, 2005).

Forma usada pelas pessoas para conhecer determinados lugares e costumes, e também uma fonte de renda para aquela região ou localidade (Tunui, 2005).

Uma atividade que ocorre em determinado local ou região, onde aparecem duas situações; do indivíduo que chega ao local e outro que o recebe. (Dzoodzo-Juvêncio, Aaphe-Alfredo, Goela-Gielson, Katshiri-Trinho, Garcia, Luiz, Mateus-Paare. Tunui, 2005).

O que vocês sabem sobre o turismo (Watasá em Nheengatu)? Não sabemos nada. Só sabemos que turista é aquele que anda fotografando as coisas nas comunidades. Que tem interesses próprios (Madalena, Cleocimar, Elisângela, Laura, Liliana. Assunção do Içana, 2005).

Turistas (Siagi em Tukano) são pessoas diferentes, são estrangeiros e também brasileiros que viajam ou fazem excursão por prazer nos locais que despertam os seus interesses (Juscelino Carlos, José Graciliano, Francisca, Marlene, Fortunato, Libório, Edivan, Paulo. Grupo Ita, São Jorge, 2005).

Nós não conhecemos bem ainda sobre turismo, mas já ouvimos comentários de que o turismo é a pessoa que filma a natureza, faz pesca, esporte e tira foto de qualquer objeto. Pessoas que viajam para conhecer outros lugares, pessoas, culturas (Francisco Costa-Irã pe porí, João Duarte-Irêmiri, Jackson-Seribh, Paulo Cezar-Irêmiri, Aparecida M.-Umusipo, Celestino A.-Ahkito, Tarcísio G.-Soegi, Juarez M. B.-Waikhĩ, Iltom Barbosa-Wini, João Lucas-Soe. Taracua, 2005).

Sim, ouvimos falar, mas ninguém tem conhecimento profundo e não sabemos exatamente o que é turismo (Yãshiãshé em Tukano), isso é novidade (Rosalina Vasconcelos SlaneSocorro Teles Matos, Marcelo Lopes, Josival Caldas Pedrosa, Evaldo Neves Pedrosa, Everaldo Freitas Monteiro, Dernival Ferreira Meireles. Taracua, 2005).

Nós sabemos que o turista gosta de filmar, fazer entrevista, fotografar mistério da natureza e levar ervas (Olímpia Pereira, Arthur Pereira, Natalia Ramos, Juarez Candido, Erivaldo Baltazar, Hudson Tomas, Gerônimo Baltazar, Gilberto Tomás. Grupo Werekena. Cué-cué, 2005).

É a visita de pessoas desconhecidas em busca de conhecimentos culturais indígenas ou de certo lugar (Aldo, Oscar, Tiago, Jocimar, Rafael, Gabriel, Ismael, Lúcia Maia. Iauareté, 2005).

Ninguém sabe. Entendemos como um passeio (Argemiro, Aldomiro, Ainda, Edílson, Joaquim, Jorge. Cartucho, 2005).

Turismo é uma atividade que envolve grupo de pessoas (turistas), cuja finalidade é oferecer oportunidade a essas pessoas envolvidas de conhecer as diversas partes do mundo (Patrícia Melgueiro, Roseane, Josinho Anes, Camila, Felipe, Francisco de Paula. Cucuí, 2005).

Os turistas são as pessoas que fazem a viagem pelos rios para o reconhecimento da cultura indígena e também sobre as plantações sobre a floresta (Amância, Francisca, Antonio Barbosa, Anacleto Marques, Gregório Emanuel, Amância, Adão. Grupo Mabé e São Luís. Cué-cué, 2005).

Turismo é a maneira de viajar de um lugar para outro em busca de conhecimentos diferentes (Marcelino, Erivaldo, Ivan Fortunato, Maria Gorete, Zenaide, Genivaldo, Miguel. Iauareté, 2005).

Queremos saber sobre Yãshiãshé (turismo em Tukano):

Se o turismo traz algum benefício para melhoria das condições de vida dos povos indígenas? (Nildo Costa, Sergio Farid, Bentos dos Santos, Marcílio, Domingos, Roberval, Glória dos Santos. Cucuí, 2005).

Quais são os tipos de turismo existentes? Qual é o tipo de turismo conveniente para essa área? Quais as vantagens e desvantagens? (Idenilson, Lúcio, Geovani. Cucuí, 2005).

Diz-se que a lei proíbe a entrada de turistas (watawera em Nheengatu) nas terras indígenas. Porque eles continuam a entrar? Quem apoia? Cabe a algum órgão responsável fiscalizar estes fatos ocorridos em nossas regiões? (Edicley, Ernandes, Daniele, Daniela, Eliane, Aparecida. Cucuí, 2005).

Mais esclarecimento sobre a diferença de turismo e ecoturismo (Wiopehsá yãshiãshé em Tukano) e suas vantagens e desvantagens e a quem beneficia, os indígenas ou as empresas? (Rosalina Vasconcelos SlaneIr, Socorro Teles Matos, Marcelo Lopes, Josival Caldas Pedrosa, Evaldo Neves Pedrosa, Everaldo Freitas Monteiro, Dernival Ferreira Meireles. Taracua, 2005).

Como podemos ter o manejo do turismo nas áreas indígenas? (Agridipino, Edenir, Adair, Valdecy, Aylton, Afons. Cartucho, 2005).

Já que não há leis práticas nem teóricas a favor do turismo nas terras indígenas. Quem é o responsável para elaborar essas leis? O que é turismo? Para que serve? Como funciona? Quem é o turista? Aonde acontece? Quais são os interesses? Indígenas podem fazer turismo? (Madalena, Cleocimar, Elisângela, Laura, Líliliana. Assunção do Içana, 2005).

Como será beneficiada a comunidade após a realização do trabalho turístico? Existe um tipo de formação turística para os indígenas? Quando e como podemos dizer que uma pessoa é turista? Caso ocorra degradação da natureza, como devemos evitar? Quais serão as vantagens e desvantagens do turismo? Qual a finalidade dos pontos filmados e fotografados? O turismo é uma empresa particular ou da união? O turista que vem de fora paga ou não imposto para a união federal? (Odair José, Lucinéia Lily, Nazaré de Lima, Miguel de Lima. Iauareté, 2005).

Para que servem as pesquisas que os turistas fazem? Filmando serras, cachoeiras, animais, aves e cultura indígena. E onde eles deixam as pesquisas que fazem? Para ganhar dinheiro ou para estudo? (Domingos, Anildo, Admilson, Tarcila, Robertinho. Assunção do Içana, 2005).

Medos e impactos do watasá (turismo em Nheengatu):

Pode causar mal para a comunidade invadir a comunidade sem autorização, intimidar as pessoas, desrespeitar os costumes (Lindacira Gomes, Maria Dalva, Laura da Silva, Lodimira Feliciano, Maria Auxiliadora, Almira Garrido, José Gomes, Reinaldo Garrido, Adão Fonseca. Cué-cué, 2005).

Medo de tomar conta ou se apropriar do que tem nas comunidades. Exemplos: comer peixe, levar ervas medicinais e minério (Argemiro, Aldomiro, Aínda, Edílson, Joaquim, Jorge. Cartucho, 2005).

Koake matsiadali. Koakalie karodali matsia (Vantagens do ecoturismo em Baniwa):

- Proteger a terra indígena;
- Ganhar dinheiro;
- Melhorar as condições de vida da comunidade por meio de projetos de desenvolvimento sustentável;
- Melhorar as condições de vida em três pilares da sociedade que são: saúde, educação e lazer.

Desvantagens:

- Risco de descaracterizar a cultura;
- Risco de vender os produtos naturais e culturais em grandes quantidades causando problemas à natureza;

- Risco de trazer maus hábitos e vícios para a comunidade;
- Individualismo e desunião por causa de dinheiro, ganância.
(Trinho Paiva, Alfredo Brazão, Gielson Paiva, Luiz Garcia, Dzoodzo, Aparecida, Mateus. Tunui, 2005).

Medo de que levem a riqueza da floresta. Venda de plantas e ervas. Não entendemos o que “eles falam” (Tereza Alemão, Honório da Silva, Valniza Alemão, Lucia da Silva, Juraci da Silva, Delzita Alemão, Bonifácio Miranda, Juracy Melgueiro, Maria de Lourdes, Dionísio Alemão, Miguel Miranda, Porfírio André, Raul Coelho, Olavo Baltazar. Grupo Juruti, Cué-Cué, 2005).

Tem problema com os siagi (guia em Tukano) dos turistas (eles não consultam a comunidade) para entrar em nossas terras. A vantagem é que seria bom ajudar a comunidade, por exemplo: alimentação, gerador, escola, rádio, melhoria de artesanato. Desvantagens: bater fotos sem autorização das pessoas da comunidade, levar plantas medicinais, pedras preciosas (Jorge, Maria, Olegário, João, Gabriel, Sidney, Gessi, Gerson, Valton, Dorso. Grupo Wariró, São Jorge, 2005).

Esperamos que o turismo traga benefícios para nossa comunidade, como escola, saúde, associações e geração de empregos (Juscelino Carlos, José Graciliano, Francisca, Marlene, Fortunato, Liborio, Edivan, Paulo. Grupo Ita, São Jorge, 2005).

Medo de serem traficantes, guerrilheiros, espíões e... (Luzineia Albino Antonica Albino Eder M. da Silva, João dos Santos, Roberto Gonçalves, Adalberto Alemão, José Miguel. Grupo Tabocal e São Francisco, Cué-cué, 2005).

Vantagens: mostrar a cultura valorizando os costumes, melhorar as condições de vida da comunidade e ganhar dinheiro. Desvantagens: risco de trazer doença para a comunidade, traficantes, risco de trazer vícios. Atrativos (serakwena em Nheengatu): Lagos, ilhas, árvores, pedras, animais, dança do mawaco, dabucuri, wakaro, comida: mujeca, xibé de açaí, artesanato, aturá, tipiti, peneira” (Amância, Francisca, Antonio Barbosa, Anacleto Marques, Gregório Emanuel, Amâncio, Adão. Grupo Mabé, São Luís, Cué-cué, 2005).

Esperamos que eles tragam um bom início de desenvolvimento para a comunidade fazendo um projeto de auto-sustentabilidade e educação (Adalgiza, Adão, Armando, Helen, Francivalda, Anazilda, Maria Rosivalda, Maria dos Anjos. Grupo Basé boo, São Jorge, 2005).

Quais as vantagens e desvantagens do ecoturismo (poranga Watasá em nheengatu) indígena?

Vantagens:

- Mame yamukamẽ yakwasá.
- Yamukamerã umba waré tâmara.
- Yayuka ram papera yane wí resewára.
- Ypisika ram ginhero urupí.
- Yamukamearama kariwa tamaram manhêta yaikú yane relama upé.

Desvantagens:

- Tayuyukarã dinheiro resewára.
- Tamukiya yame Paraná asuí kaá.
- Masisá tewa yakwa masuí uyukwá.
- Tia tauruyái yaneramunha ambira ita tasaisú wakwera. Ex: pena kuira, akutiwaya ita, raidua ita siinha amuita.
- Yawaité tamunha piriam cariwa tamuaquí ape taresarai yanekitiwara kwera.
- Yawaité ta kuyaú yanemainta kapiira asuí yarikwaitá yansé yawe yawaité umuíwa yandé yaneretana upé.
- Kurum taumpuwam kunhã mukuitá. Irundí uyumuãtirisa.

(Amarildo, Marciel, Samuel, Rosilda, Carlos, Salomão, Josivaldo, Jesuína, Divinório, Laura, Milano, Estelita, Joaquina. Assunção do Içana, 2005).

O que pensamos sobre o desenvolvimento do ecoturismo no Alto Rio Negro?

Tudo pode depender da primeira experiência e teste de funcionamento do ecoturismo e busca de um lugar (projeto piloto) (Dohetiro, Bu'u, Yupuhri, Ahkutho, Kumahrõ, Buhá, Kumarõ, Tõramu. Pari-Cachoeira, 2005).

É uma opção de trabalho e sobrevivência, mas de uma forma bem organizada e participativa, com respeito e valorização, cultural, natural e ambiental. Projetos que beneficiem investimentos em prol da comunidade (Adelson, Arsenio, Eugenio, Henrique Castro Celeste, Berta, Daria, Waldenice, Fátima, Edmilson, Roberto. Pari-Cachoeira, 2005).

Por enquanto não é viável, inicialmente devido ao acesso, que não recompensaria as viagens. Devemos preparar recursos humanos próprios da nossa região para o futuro (Tereza Cristina Serra Machado, Ercília dos Santos Brandão, Nazária V. de Alencar, Adelson dos Santos Moura, Rafael M. P. Castro. Pari-Cachoeira, 2005).

Positivo: Aceitando dessa forma, para ajudar as comunidades na educação, na saúde, na proteção do meio ambiente e respeitando a nossa cultura. Gostaríamos que fosse o ecoturismo, porque além de conhecer a nossa cultura e a nossa natureza, nos ajuda nas alternativas econômicas (Nildo Costa, Sérgio Fariad, Bentos dos Santos, Marcílio, Domingos, Roberval, Gloria dos Santos, Claudenor, Jorgina, Lucia, Maria Nair, Maria Videira, Laci Cabui. Cué-cué, 2005).

A nossa opinião é favorável quanto à implantação do ecoturismo no Rio Negro, desde que venha oferecer condições ao povo do lugar para usufruírem dos benefícios a serem gerados. (Siata, Altair, Rosangela, Mariluz, Chaga e Joana. Cucui, 2005).

Na nossa opinião, o ecoturismo na região do Alto Rio Negro é uma atividade econômica que pode beneficiar as comunidades indígenas, que podem melhorar o

seu (benefício) desenvolvimento econômico e cultural (Agridino, Ailton, Edemir, Afonso, Adair, Valdecy. Cartucho, 2005).

Ecoturismo indígena será muito bom porque ajudaria a conservar nosso meio ambiente, nossas tradições culturais (Janilson, Dirceu, José Carlos, Edimilson, Celestino. Cartucho, 2005).

O ecoturismo indígena traz o conhecimento, além das outras características que vem surgindo, como a valorização cultural: danças, comida etc. Tudo isso traz a união da comunidade, pois tudo o que acontece no ecoturismo é analisado pela comunidade (Trinho Paiva, Alfredo Brazão, Gielson Paiva, Luiz Garcia, Dzoodz, Aparecida, Mateus. Tunui, 2005).

O que pensam sobre o ecoturismo indígena? (Nheengatu)

Yamanduai ramem puranga sesé kwa kariwa taunbeúwa ecoturismo indígena, yasãnhâ yipé manunga purangawá. Ayunte sunderé purangatéyayumuatiri yamarâ sã umewâ yapuraki arama inugara irumo, sa yarikwã maãnunga. Supiara makití yarwatará aintá, sã yarikwã murasíta yakwa wana waitá puranga (yengarisa irumo waitá) asui amuitá. Mã panhe kwá, yandé yarikú temaã yasenüi yaneeana-maitá upuraki waitá Foirn upe; Isa upe, Funai upe, Funasa upe. Asui amum itá, yamuati arama yepeyü. Manduari sawa. Tiara kuri yandete yapurará manunga puxuwerawa irumo (Brasilino Clarindo, Cláudio Rochas, Armando Livino, Divinória, Ednéia, Valquiria. Assunção do Içana, 2005).

O planejamento tem que partir da própria comunidade de acordo com seus valores culturais. E pode ser feito fora da terra indígena, para mostrar a nossa identidade cultural (Rosilda-yiisiô, Salete, Das Dores. Taracúá, 2005).

Em primeiro lugar as comunidades indígenas pertencentes à região do Rio Negro devem ser bem conscientizadas, depois as comunidades devem criar regras para estas atividades, e finalmente planejar, gerenciar e executar o ecoturismo na sua região ou comunidade; sem imposição de órgãos municipais, estaduais, federais e empresas privadas (Armando, Maria Salete, Maria das Dores, Rita Maria, Maria Rosimar, Rosilda, Maria Taracúá, 2005).

Na nossa opinião, o ecoturismo seria viável conforme a realidade de cada comunidade, primeiro com a conscientização da população local, a organizar, especificar as regras, visando o bem comum para a comunidade (Jonas Alexandre, Luiz Augusto, Silas, Augusto, Erácito Tunuí, 2005).

Princípios do turismo

O tipo de turismo que a comunidade do Alto Rio Negro quer é o ecoturismo indígena. Porque é onde a natureza não se separa da cultura, e assim sendo as duas convergem na mesma direção, criando assim explicações notáveis através

da história dos nossos ancestrais e conseqüentemente do aparecimento de cada povo na face da terra (Armando, Edgar, Jesuíno, Nazareno, Gelson, Fortunato. Iauareté, 2005).

A comunidade quer que o turista não atrapalhe suas atividades diárias. Não trazer bebida alcoólica. Não visitar a comunidade se estiver doente. Não estimular a venda clandestina de recursos naturais e culturais. Os recursos que vierem do turista devem ser gastos na comunidade, as decisões devem ser participativas (Jorge, Maria, Olegário, João, Gabriel, Sidney, Gessi, Gerson, Valton, Dorso. Grupo Wariró. São Jorge, 2005).

Participativo com a comunidade deve ser aquela pessoa que pensa em conservar a natureza e eles devem passar primeiro no posto de saúde para serem vacinados para não trazer doenças nas aldeias ou vice-versa. Respeitando a cultura, as línguas, comidas típicas. Respeitando os mais velhos, as moças e as crianças. Não jogar lixo na água ou no rio, no terreiro etc. (Adalgiza, Adão, Armando, Helen, Francivalda, Anazilda, Maria Rosivalda, Maria dos Anjos. Grupo basé boo. São Jorge, 2005).

Respeitando os valores, os costumes, os mitos, as tradições culturais de cada etnia, com planejamento participativo da comunidade, orçamento participativo (dinheiro) (Juscelino Carlos, José Graciliano, Francisca, Marlene, Fortunato, Liborio, Edivan, Paulo. Grupo Ita, São Jorge, 2005).

Ecoturismo, porque a comunidade trabalhará com atrativos naturais e culturais. Todo turista deverá respeitar regras e princípios estipulados pela comunidade. Ex: Não jogar lixo, não fotografar sem autorização. Respeitar a privacidade dos moradores da comunidade, não levar plantas ou sementes etc. (Ocimar, Tiago, Teles, José, Evandro, Anamias, Juliana, Eulison, Rosevandro. Grupo Aké, São Jorge, 2005).

Turista que visita a área indígena ou a comunidade de uma aldeia tem que ter preocupação em conservar e valorizar a cultura conforme as regras estabelecidas pela comunidade (Henrique Castro, Rafael M. P. Castro, Carlos E. F. Machado, Carlos Miguel Fortes, Danilo José, Alcides P. Costa, Rufino Castro, Evaldo P. Cabral, Laurentino Marques, Nelzareno Moura Fernandes. Pari-Cachoeira, 2005).

Sim, sabemos que pode trazer benefícios para o melhoramento das comunidades, valorizar a cultura, preservar o meio ambiente. Normas: Obedecer a comunidade, ver se tem autorização do órgão competente como Funai, FOIRN, Ibama; respeitar lugares sagrados. Não venham enganar, não pode comprar animais de toda espécie e não explorar a comunidade (Walter Feliciano, Artemísio Melgueiro, Juarez Candido, Josimar S., Hudson Tomas, Erivaldo Baltazar, Gerônimo Baltazar, Gilberto Tomas. Grupo Werekena, Cué-Cué, 2005).

Nós gostaríamos de receber ecoturistas porque eles sabem respeitar a natureza e as pessoas da comunidade, sendo compreensivos para que não sejam

mal recebidos na comunidade. “Di’seré kamutá bôsari wiope’sayāgi marî yamakā e’takare? Deró webosari kipi do’atisé, masose mitāti kato nirã?”.

Cuidados que as comunidades devem ter com os ecoturistas:

- Mari a’té no’hore kamuta ma’si bosá.
- Pehkapawi, si’biokê, doatisé.
- Du’tipé, úiri kutí.
- Ma’kâre úiri kutí ne dî’a ne mapirâre.
- O’tesé, a’kó, tédiká, o’ri, mi’si, tohô ni’ikâ a’peyé...
- Nê dunití, nê yihadutiti.
- Nê iyamite mari iyatiró.
- Nê iyakuti mari a’kô da’reseré, tohô nikâ marî daraseré.
- A’kowií waá bu’bé, do’atise mômi niripurí mi thoa, a’ti masibôsami” (Odair José, Lucinéia Lily, Nazaré de Lima, Miguel de Lima. Iauareté, 2005).

Por que alguns povos trabalham com turismo ou ecoturismo?

Os povos indígenas trabalham em turismo e ecoturismo com as seguintes soluções: Sobrevivência, Melhoria de vida, Resgate cultural, Identidade (Abraão Mendes Vieira, Custódio Benjamim, Joel Camico, Silvio Bejamim. Tunuí, 2005).

Análise e resultados

Diante do exposto e dos relatórios das reuniões em cada comunidade, verificamos que antes de esclarecer as dúvidas e questões levantadas, havia uma confusão entre turismo/turista e entre o turista e o biopirata ou o pesquisador. Como as atividades de pesquisa são frequentes na região, acabaram por pensar que todo pesquisador é turista por ser diferente deles e quase sempre estrangeiro.

Confundiam a atividade com o sujeito da ação também porque a maioria não sabia o que é turismo e seus segmentos, suas vantagens, desvantagens, quem é responsável pela sua organização, se é privado ou público, se eles podem desenvolver o ecoturismo, se existe curso de formação para eles, quem são os beneficiados com o turismo etc.

Dentre os temores, o que ficou mais explícito foi a preocupação com o desrespeito com a cultura, costumes, tradições do povo, seguido da invasão das suas terras, levando minérios, ervas medicinais e seus conhecimentos.

Todas as comunidades aceitaram desenvolver o turismo com o segmento do ecoturismo porque entenderam que é mais adequado à realidade sociocultural e ambiental com possibilidades de geração de renda, devido às dificuldades econômicas e sociais que passam em função da escassez de peixes e da fragilidade da terra que não possibilita grandes áreas agricultáveis com roças.

desenvolvimento do ecoturismo pode acontecer, mas a longo prazo, pois precisam conhecer melhor o tema e formar recursos humanos indígenas para assumirem a gestão da atividade. As comunidades do rio Curicuriari aceitaram de imediato a implantação do ecoturismo. As outras comunidades propuseram, então, um projeto experimental para verificarem a melhor forma de desenvolverem o ecoturismo, verificando acertos e erros e tendo a chance de reavaliação para ajustes.

Os princípios gerais apresentados por eles são: conservação e preservação do patrimônio (natural e cultural); planejamento participativo; programa de formação e capacitação para indígenas; respeito para com a identidade cultura e territorial; renda que vier do ecoturismo deve ser revertida para o bem da comunidade em projetos coletivos; programa ecoturístico planejado deve estar de acordo com os valores culturais da comunidade e regras definidas por ela, fundamentados no intercâmbio cultural entre os povos; autorização para entrada nas comunidades junto aos órgãos competentes; respeitar as regras impostas pelas comunidades; não atrapalhar as atividades diárias com tempo estipulado para a visitação em pequenos grupos.

Como parte da expansão do vocabulário nas três línguas co-oficiais, definiram algumas palavras importantes, como turismo, ecoturismo, turista, ecoturista, atrativo, patrimônio material e imaterial, que serão ampliados durante outras oficinas, entre elas a de tradutores para formação de agentes linguísticos.

- Turismo – yāshīāshé (tukano), watasá (wa) em neengatu, ianhikhatti (baniwa);
- Ecoturismo – wiopehsá yāshīāshé (tukano), poranga watasá;
- Turista – siagi (tukano), watawera (nheenagtu), ianhikaitawa (baniwa);
- Ecoturista – wiopehsá siagi (tukano), watawera ukwawara (nheengatu);
- Atrativo – ñnata ayusé (tukano), serakwena (nheengatu);
- Patrimônio – mani ye’ (tukano), panheña (nheengatu).

Reflexões finais

O poder do mercado e dos promotores e planejadores do turismo, denominados de “atores hegemônicos do mundo do turismo” por Cruz (2000, p. 20), mesmo com a força do marketing, que homogeneiza e massifica os padrões de consumo e os dissemina espacialmente, não conseguiram alcançar o absoluto controle da mobilidade espacial dos turistas.

Entretanto, consideramos que os impactos do turismo sobre o território e comunidades poderão ocorrer de duas formas. 1) Indesejável: Promovida por planejamento turístico que ignora a identidade étnica e territorial, bem como as

territorialidades, resultando na despersonalização do lugar, descaracterização da cultura sob a influência dos fatores da globalização nos territórios turísticos e no turismo sem território; 2) Desejável: Quando considera a cultura, a identidade do lugar e do território para fins de intercâmbio de conhecimentos.

A segunda forma acima pode representar uma nova face do turismo que dependerá da inclusão da gestão do conhecimento e do território no seu planejamento.

Acreditamos que o fortalecimento da tradição e da cultura, a conscientização e valorização de um povo, nação e comunidade sobre a sua a identidade étnica e cultural, e um planejamento adequado à realidade cultural e territorial do lugar, podem impedir ou minimizar os impactos indesejáveis promovidos pelo turismo, tanto pela influência de outras culturas quanto pela economia de mercado.

Qualquer tipo de gestão e planejamento do turismo em terra indígena ou em outras comunidades tradicionais deve partir da participação, discutindo com as comunidades, esclarecendo as dúvidas, receios, formas de organização, valorizando o conhecimento pré-existente (tradicional ou não), a identidade cultural e territorial do lugar e as territorialidades, permitindo que os atores sociais envolvidos possam decidir e serem donos do próprio destino.

Para os povos indígenas do Rio Negro, este controle da própria vida é denominado de autonomia (FARIA, 2003).

Neste contexto, eliminam-se as formas de participação forçadas e articuladas pelo Estado e outras instituições que se aproveitam das metodologias participativas para controlar a vontade e o projeto de futuro das comunidades, dos povos tradicionais ou não, minoritários ou não.

Brandão (1981) definiu três estilos de participação. O primeiro estilo ocorre quando o projeto é conduzido exclusivamente pelo Estado, onde há certo grau de envolvimento comunitário em determinada fase, mas é pouco expressivo. É um simulacro apresentado para a maioria das pessoas que acredita ser esta a metodologia participativa mais eficiente na inclusão popular. Neste caso, não passa de um modelo instrumental e funcional de planejamento, que não consegue e também não pretende assegurar um nível de participação que assegure a autonomia destas comunidades e/ou povos locais e/ou tradicionais.

O segundo estilo de participação indicado por Brandão como *consorciada*, ocorre quando Estado e ONG evocam a participação da comunidade local em determinadas ocasiões; e participação *associada*, que ocorre quando a ONG e a organização popular atuam em conjunto em todo o projeto ou em determinadas fases. Neste caso, a ONG tem papel central, exercendo o controle das ações do Estado e criando canais de interlocução com a comunidade local, estilo no qual está a maioria dos projetos ambientais aprovados pelas agências de cooperação internacional.

Assim, concordamos com o terceiro estilo de participação segundo Brandão (op. cit), que ocorre quando há um maior grau de envolvimento popular, onde os projetos são pensados, elaborados, intermediados, executados e gerenciados pelas entidades populares sem a intermediação do Estado ou de ONGs. É uma batalha a ser conquistada diante da conjuntura histórica e política da nossa sociedade, marcada pela exploração e desigualdades sociais.

A metodologia proposta permite, por meio da participação efetiva, que os envolvidos demonstrem seus conhecimentos sobre o território e a cultura, fortalecendo tanto sua identidade, enquanto povos indígenas, quanto sua autoestima e dignidade, possibilitando-lhes reafirmarem-se como protagonistas de suas histórias, ao assumirem o controle das forças de transformação da sociedade, promovida pelo contato com a economia de mercado, predominante na sociedade contemporânea. Tal participação pode minimizar ou excluir os riscos dos impactos indesejáveis que o ecoturismo pode ocasionar, propiciando-lhes incorporar valores, funções e significados do sistema mundial de acordo com seus interesses e visão de mundo.

Segundo Sahlins (1997, p. 17):

Tudo que se pode hoje concluir a respeito disso é que não conhecemos a priori, e evidentemente não devemos subestimar o poder que os povos indígenas têm de integrar culturalmente as forças irresistíveis do Sistema Mundial. Portanto, não basta assumir atitudes de denúncia em relação à hegemonia.

Referências bibliográficas

- BRANDÃO, C. R. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CRUZ, R. C. A. *Política de Turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000.
- FARIA, I. F. *Território e territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro*. Manaus: EDUA, 2003.
- SAHLINS, M. “O Pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção?”. In: *Mana*. v .3 n. 1. Rio de Janeiro: Museu Nacional, abril de 1997.

O turismo comunitário no nordeste brasileiro

LUZIA NEIDE M. T. CORIOLANO



O turismo e a preferência pelo litoral

A revalorização do litoral nordestino brasileiro para o lazer e o turismo, pela reestruturação capitalista, ampliou a disputa desse espaço para novos usos, e fez dele a principal mercadoria imobiliária. Ocorreu a transformação da costa nordestina, segregando e expropriando populações ditas nativas ou tradicionais em face dos reordenamentos necessários à ocupação turística que se apropria dos melhores lugares, aqueles considerados mais belos e atrativos. O turismo foi instalado nessas localidades, constituindo núcleos receptivos de turismo para onde seguem fluxos turísticos das agências de viagens, conduzidos por guias de turismo.

No Nordeste, especialmente no Ceará, este fato ocorreu de forma arbitrária e centralizada sob comando dos interesses externos. Por exemplo, em Jericoacoara e em Canoa Quebrada, os territórios turísticos de maior expressão, voltados às demandas internacionais, foram alvo de massiva presença de empreendedores estrangeiros, tanto turistas como empresários vendedores de serviços, dominando ou fazendo submergir o mercado turístico local. As duas comunidades pesqueiras, além de serem expropriadas de suas terras, tiveram seus espaços descaracterizados pela construção de novos empreendimentos, de enormes projetos turísticos. Estes megaprojetos dirigem a atual estruturação territorial

ocupando grandes porções do solo dessas vilas. Instrumentos jurídicos estão nas mãos de proprietários estrangeiros, tendo estes grandes facilidades jurídicas para adquirir imóveis que se destinam a construções de hotéis, condomínios privados, restaurantes, discotecas, bares, centros comerciais, centros de convenções e flats, sendo que muitos deles situam-se em zonas de construções proibidas do litoral. O Brasil está se consolidando como novo mercado para o turismo dito residencial ou imobiliário, que tem os ingleses como principais compradores mundiais, donos de imóveis fora da Inglaterra. As aquisições dos europeus de propriedades para segunda residência em terras estrangeiras crescem anualmente, o que significa novos imóveis e vendas, o que desperta o interesse do mercado imobiliário internacional, e exige assim estudos e pesquisas, pois expropria brasileiros, parecendo para muitos outra forma de colonizar.

Os governos, geralmente, posicionam-se a favor desses empreendimentos hoteleiros transnacionais e facilitam o que for necessário para garantir a atração do capital estrangeiro, assegurando infraestrutura básica de serviços urbanos relacionada a transportes, comunicações, abastecimento de água potável, pavimentação, esgotos etc. Partem do suposto que tais empreendimentos são propulsores de desenvolvimento. Contraditoriamente se dá um processo de descaracterização de comunidades pesqueiras para alocação da infraestrutura para o turismo, a exemplo do que ocorreu em outros núcleos nordestinos voltados ao turismo internacional, tais como a Praia do Porto de Galinhas, em Pernambuco; a Praia de Pipa, no Rio Grande do Norte; Trancoso, Arraial D'Ajuda, Grarajuba, Itacaré, Porto Seguro, Praia do Forte, na Bahia; e Maragogi em Alagoas.

A hospedagem e a apropriação de espaços

De todas as atividades do turismo, a hospedagem é a mais impactante por exigir apropriação de espaços, ou seja, produzir territórios, e por ser em torno dela que gravitam os demais serviços. A oferta de hospedagem não significa apenas dispor de espaços para dormir, mas, para brincar e consumir uma infinidade de bens e serviços de que o turista necessita ao sair de casa, mas, sobretudo objetos induzidos pelo mercado, transformando assim os hotéis em mini centros comerciais. O poder simbólico do turismo, segundo Bourdieu (2000), ajuda a construir os sonhos dos turistas, pois funciona sorrateiramente tornando cúmplices aqueles que a ele se submetem.

Os *resorts* são enormes complexos hoteleiros, verdadeiras obras arquitetônicas que utilizam muitos espaços, pois entendem a hospedagem no sentido pleno, formas de proporcionar prazer ao hóspede. Multiplicaram-se assim os espaços

especializados para as mais diversas situações, surgindo os campos de *golf*, salões de beleza, *spas*, salões de tênis, jogos, boates, ginásios, centros de convenções, cinemas, lojas, ou seja, uma variedade de ambientes, de serviços e bens. Despontam formas sofisticadas de hospedagem, tais como *condobotéis*, que oferecem condomínios em tempo compartilhado, *flats*, administrados pelas próprias cadeias hoteleiras, condomínios privados e residências particulares de turistas. Estas organizações apresentam dificuldades na forma de computar dados estatísticos do setor, pois não entram na categoria hóspede, já que os donos têm direito ao livre uso da propriedade por alguns anos, e desse modo adquirem em aparência uma categoria diferente de turista. E assim há imigrantes que se passam por turistas, e vice-versa, tornando-se difícil saber o que são e o que fazem no país. Estes espaços estão voltados ao turista convencional, que tem condições de consumir lazer e que gosta do distanciamento da população residente.

No Brasil, o turismo cresce e se consolida como atividade geradora de riqueza, tornando-se importante produto de exportação. No Nordeste brasileiro, em especial no Ceará (estado emergente para o turismo nacional), o turismo ocupa o quarto lugar entre os produtos de exportação*. No entanto, quanto mais se torna estratégia de desenvolvimento econômico, mais sua imagem é reduzida à dimensão mercadológica. O empobrecimento de significados para o setor pode ser percebido nos programas governamentais, nas práticas do chamado *trade* turístico, nos comportamentos dos empresários da cadeia produtiva. As consequências desse reducionismo são desastrosas para a atividade turística, que na esfera pública é considerada um grande “negócio”, reduzindo políticas públicas a meras ações de marketing, para venda de destinos turísticos. No espaço privado, a cadeia produtiva do turismo é estruturada nas mesmas bases das economias dos setores primário e secundário. Dessa forma, os projetos públicos e privados para o setor turístico constroem-se pelos modelos mentais e bases semânticas da economicidade que transforma terras, lugares, viagens, sonhos, imagens em mercadorias. Os discursos políticos, jurídicos e econômicos são justificados por este mesmo modo de pensar no que se refere às questões de sustentabilidade ambiental, marcados pela vagueza, ambiguidade, omissão. Mostram assim incapacidade na solução dos problemas socioambientais e quanto ao estabelecimento de normas e institucionalização efetiva dos serviços turísticos.

Os países pobres são levados a acreditar no turismo como atividade indutora do desenvolvimento, o que não acontece, pois se sabe que o chamado desen-

* O primeiro item de exportação é o calçado, o segundo os produtos têxteis e o terceiro a castanha de caju. Depois do turismo são produtos de exportação: couros e peles, camarão, lagosta, frutas tropicais, confecções, ceras vegetais e ferro.

volvimento econômico tem base em atividades produtivas sólidas, com grande respaldo na industrialização. E que primeiro o lugar precisa crescer e se desenvolver para poder o turismo se estabelecer com sucesso. A história do turismo nas comunidades litorâneas tem revelado o abuso do poder econômico no processo de especulação de terras para o lazer, sendo a problemática da expropriação de terras um dos fatores de exploração econômica da renda da terra e da força de trabalho, tendo desencadeado o processo de organização do turismo comunitário como atividade de defesa e de reação ao turismo invasor de comunidades. O turismo comunitário surge como contraposição ao chamado turismo dos *resorts* e dos mega-empresendimentos e como forma de evitar que empreendedores externos dominem as comunidades. Algumas comunidades litorâneas maltratadas pelo processo de especulação imobiliária, em nome do turismo, criaram um novo eixo do turismo — o turismo alternativo ou comunitário, portanto associado à luta pela propriedade da terra litorânea, e gestado por comunidades.

O turismo comunitário: um novo eixo

No Brasil, muitas comunidades fazem parte dessa Rede de Turismo Comunitário, destacando-se entre estes sujeitos sociais alguns movimentos sociais, comunidades, organizadores de viagens, operadores de comércio justo, de economias solidárias, organizações ambientais e ONGs, todos empenhados nesta tarefa de encontrar outros caminhos para o desenvolvimento. Como exemplos temos Pedras Negras no Vale do Guaporé (em Rondônia), Mamirauá e Silves no Amazonas, Ilha de Cotijuba, em Belém, Diogo Lopes, no Rio Grande do Norte, e as comunidades de Ponta Grossa, Tremembé, Tatajuba, Balbino, Batoque, Coqueirinho, Conjunto Palmeiras, Nova Olinda, Barra das Moitas, Caetanos de Cima, Cural Velho, Praia do Canto Verde, no Ceará. Sampaio (2005) destaca o Projeto Acolhida na Colônia com sede no município de Santa Rosa de Lima (SC), o Projeto de Turismo Comunitário (no âmbito da Agenda 21) da Comunidade Lagoa de Ibraquera nos municípios de Imbituba e Garopaba (SC), e o Projeto Zona do Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento na micro-bacia do Rio Sagrado, município de Morretes, Paraná.

Se os grandes hotéis e os *resorts* simbolizam a acumulação e concentração de capital no setor turístico, as pousadas ou os pequenos hotéis podem simbolizar novas imagens de um turismo menos concentrador e mais solidário, menos pasteurizado e mais atento à diversidade cultural. O turismo não somente mapeia territórios, mas cria territorialidades, pois define destinos, propõe roteiros, dando visibilidade a espaços até então “invisíveis”. Além de construir espaços

simbólicos, a atividade turística tece rede extensa de pequenos negócios que, por sua vez, cria sociabilidades as mais diversas. Assim, seguem *pari passo* os dois eixos do turismo: o globalizado e o de base comunitária, que em efervescência se contrapõem e se complementam, e este segmento muitos governos não conseguem apreender.

Muitos acreditam que a atividade foi introduzida nas comunidades como alternativa de geração de emprego e renda para residentes, pois foi tornada como verdade a ideia de que o turismo se configura como uma grande oportunidade de empregos para as populações locais. Ocorre nos países periféricos intensa competição entre regiões e lugares para que sejam receptores de grandes projetos e empreendimentos turísticos. Daí por que aquelas comunidades que não estão inseridas nos roteiros do turismo convencional lutam para incluir-se e atrair visitantes que comprem seus produtos, provem a comida típica local, adquiram artigos artesanais, usem a hospedagem e usufruam da natureza ou paisagem com as trilhas para passeios e deleite das paisagens. Surgiram assim os arranjos produtivos de base comunitária, que fogem ao modelo dos arranjos produtivos locais, pois são totalmente desvinculados de normas e formalidades e não se enquadram nos conceitos já institucionalizados de APLs.

As bases da ideologia do turismo são divulgadas assegurando que esta atividade econômica além de gerar emprego e renda e de promover o desenvolvimento, é capaz de promover um desenvolvimento ecologicamente sustentável, por não poluir o meio ambiente como a atividade industrial e nem degradar a natureza como faz a agricultura. Estes fortes argumentos sustentam a ideologia do turismo e convencem comunidades a desenvolver atividades turísticas, muitas vezes abandonando as anteriores, sobretudo as tradicionais básicas e mais sustentáveis, o que tem criado sérios problemas socioambientais. Neste impasse, pescadores transformam-se em garçons, jardineiros, vigilantes; rendeiras em camareiras, garçonetes, renegando as atividades tradicionais mais duras; mas como estas atividades são sazonais, criam dificuldades. Assim, o turismo nas comunidades tem sido uma atividade arriscada, às vezes desagregadora das atividades tradicionais e nem sempre seus resultados são satisfatórios, o que levou Cazes a afirmar que:

Um cálculo minucioso das contas exteriores do turismo, levando em consideração o conjunto das entradas e das saídas financeiras produzidas pela recepção do turismo internacional, conduz mais frequentemente a confirmar o pensamento pessimista de François Ascher: não é o turismo que permite o desenvolvimento, mas é o desenvolvimento geral de um país que torna o turismo rentável (1999, p. 80).

Como o turismo globalizado voltado para os mega-empresendimentos chegou aos países ditos em desenvolvimento sem levar em consideração as ocupações anteriores, não ofereceu oportunidades e vantagens às comunidades litorâneas, pois não as incluiu em seus projetos, criando em algumas delas reação negativa ao turismo dito global, que passou a ser visto como ameaça a seu modo de vida. Assim, muitas comunidades, especialmente no Nordeste e Norte do Brasil, as regiões mais injustiçadas socialmente, inventaram uma forma diferente de organizar a atividade, o turismo comunitário em defesa das populações litorâneas e ribeirinhas. Programaram o turismo de base local, que se volta para a oferta de serviços, passeios, entretenimentos associados aos valores dos residentes, priorizando o rústico e não o luxo, associado a atividades que dizem respeito à sustentabilidade socioespacial, priorizando valores culturais e descobrindo formas inteligentes de participação na cadeia produtiva do turismo, com produtos diferenciados. E, sobretudo, com uma visão própria de lugar, de lazer e turismo. Um turismo que não seja apenas voltado ao consumo, mas à troca de experiências, fortalecimento de laços de amizade e valorização cultural.

O que é o turismo comunitário?

Assim, o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios. Uma das primeiras ações que as comunidades realizam é a elaboração de um pacto interno com os próprios residentes em defesa de suas propriedades. Todos se comprometem com a preservação de suas terras, delas não se desfazendo, e aqueles que precisam de fato vendê-la submetem o negócio à apreciação da comunidade, que analisa quem é o comprador, verifica se este pode ser um parceiro, e como pode ser feita a parceria. Sendo este novo proprietário médico, professor, engenheiro ou de profissão qualquer, que deseje ali instalar-se para veraneio, questionam se ele se identifica com os objetivos da comunidade, convencem o novo morador de que sem isso não teria sentido sua presença naquele lugar. Alguns desistem de comprar, mas os que compram se empolgam, se comprometem e ajudam a comunidade a crescer. Atender doentes por três horas nos finais de semana em uma comunidade passa a ser prazeroso. Ensinar a plantar corretamente, ou selecionar sementes para plantio, participar de campanhas educacionais e de mutirões, são formas de colaboração comunitárias, vistas como bom passatempo, como gestos solidários necessários. Algumas

comunidades possuem essas normas escritas nos Estatutos das Associações de Moradores, outras não, pois quando as imobiliárias chegam com escrituras de cartórios dizendo que são donas das terras, estas escrituras são falsas, o que leva a desacreditar a validade de documentos adquiridos por métodos escusos.

Ponto crucial resultante do avanço do turismo no litoral foi a decadência e o desaparecimento de muitas atividades econômicas tradicionais, como a pesca, a renda, o labirinto, pela substituição de atividades ligadas a hotéis, pousadas, restaurantes e bares. Comunidades litorâneas, que sempre viveram da pesca, da agricultura de subsistência e do artesanato acabam abandonando estes trabalhos tradicionais, pela concorrência promovida pela pesca industrial, e pela perda das terras com a aquisição de terrenos e expulsão dos pescadores e suas famílias da orla marítima. Essa arbitrariedade foi realizada por atividades imobiliárias especulativas, ligadas ao lazer e ao turismo, ou seja, para alocação de empreendimentos hoteleiros, *resorts*, parques aquáticos, restaurantes, lojas, dentre outros empreendimentos. Ocorreu assim uma desestruturação de economias locais, aliada ao processo de mudança no uso e ocupação das orlas marítimas, os espaços à beira-mar, no Nordeste.

No turismo comunitário os residentes possuem o controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos. Assim, conseguem melhorar suas economias, as oportunidades para o lugar, e se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista; daí o avanço para as gestões integradas dos arranjos produtivos que passam a ser comunitários, e facilitam os enfrentamentos. Realizam, assim, projetos que garantem a melhoria das condições de vida local, além de prepararem condições para receber visitantes e turistas de uma forma mais digna. Diferente da forma que há quase três décadas ocorre no Nordeste, com o crescimento do turismo dito global, que explora a força de trabalho de homens e mulheres remunerando mal, e com jornadas de trabalho pesadas, para atender turistas que brincam, passeiam, comem e bebem sem se preocupar com hora, pois turista viaja exatamente para brincar, e precisa ter suas necessidades atendidas.

No turismo globalizado, os residentes envolvidos com a atividade nem sempre melhoram suas condições de trabalho, continuam residindo em áreas desestruturadas com condições precárias em suas residências e na própria comunidade. Muitos trabalham exaustivamente, inclusive jovens e crianças, havendo também casos de alguns serem explorados sexualmente. É assim que o turismo acontece na periferia do capitalismo, com os crescentes níveis de exploração humana e de segregação espacial. Castells (1999, p. 182) mostra em relação ao turismo internacional que essa exploração atinge muitas vezes as próprias crianças, ao dizer que:

a globalização das atividades econômicas oferece oportunidade de ganhos substanciais ao se empregarem crianças, obtidos a partir das diferenças entre o custo da mão-de-obra infantil nos países em desenvolvimento e o preço dos bens e serviços cobrados nos mercados mais abastados. Esse é, claramente, o caso do setor de turismo internacional. Os serviços de luxo dos quais os turistas de uma renda média podem usufruir em muitos “paraísos tropicais” dependem, em grande medida, da super exploração da mão-de-obra local, inclusive de um número significativo de crianças.

Em muitos núcleos receptores de turismo convencional as crianças vendem suvenires, atuam como guias, trabalham em restaurantes. Basta visitar o Pelourinho em Salvador, Olinda em Pernambuco, e as praias do Ceará para constatar tais arbitrariedades. No turismo comunitário, o interesse volta-se para o trabalho dos adultos para melhorar a renda das famílias, e as crianças são preservadas da antecipação do trabalho. As atividades turísticas comunitárias são associadas às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, tornando estas atividades preexistentes ao turismo mais sustentável. Prioriza a geração de trabalho para os residentes, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos, dando espaço também às mulheres e aos jovens. Assegura a participação de pessoas das comunidades com o planejamento descentralizado e associativo, luta pela regulamentação fundiária das terras litorâneas, muitas de marinha, pela garantia da posse da terra de populações indígenas, pesqueiras, as chamadas comunidades nativas. Busca a regulamentação de unidades de conservação, assim como organizar comitês para cuidar da gestão ambiental de seus espaços, com planos de manejo e de conservação compatíveis com o turismo.

As referências de turismo comunitário

A comunidade de Canto Verde, no Ceará, situada a 126 km de Fortaleza, capital do estado, uma típica colônia de pescadores artesanais, serve de referência ao turismo comunitário, e lidera um conjunto de comunidades. Ali uma população de 1.100 pessoas vive do mar e dele depende. Destaca-se pela pesca da lagosta, embora pesquem outras espécies. Ajudada pela ONG Terramar, lidera a rede de destinos de turismo comunitário no Ceará, em articulação com outras redes, latino-americanas, africanas e européias, e integra a Rede de Destinos Comunitários no Brasil. As comunidades experimentam, assim, formas novas de produção de

serviços turísticos, sem padronização, com bastante criatividade, compromisso e solidariedade. O turismo comunitário é um processo de descoberta, quando a comunidade discute o que quer e o que pode fazer para o desenvolvimento das pessoas e do lugar.

Assim, ao lado do turismo global, caminha a passos largos o turismo de base comunitária, destacando-se no Nordeste e no Norte do país, especialmente no Ceará, onde apresenta a especificidade de ser realizado de forma solidária, mostrando indícios de outro turismo. Maldonado (1993, p. 34), em estudo sobre núcleos pesqueiros, ressalta que a noção de lugar é fundamental na análise de comunidades, pois revela a existência local dos fenômenos tanto no espaço físico como no espaço social, “conferindo essência, significado e transcendência, pois é localmente que nos situamos e é localmente que as coisas acontecem”. Acrescenta-se que é localmente que se percebe, no empírico, as contradições do mundo, lembrava Santos (2005, p. 161), dizendo “hoje, certamente mais importante do que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar”. As comunidades se preocupam com este debate para a compreensão e formação dessa consciência, e além do mais recebem acompanhamento sistemático de colaboradores vinculados a ONGs, igrejas e universidades, para suporte tecnológico, jurídico e teórico-ideológico.

As contradições da sociedade de consumo, contudo, são reproduzidas nas comunidades, visto que o capitalismo se reproduz em cadeia e em várias escalas. Embora as comunidades lutem pela solidariedade e cooperação entre seus membros, muitas vezes o realce à solidariedade, coesão e existência de interesses comuns, desconhecendo esta realidade, tende a conduzir a ação social a ser promovida para a reprodução da ordem social. Ao se buscar compreender a comunidade, é fundamental considerar as relações e correlações em que estão inseridas, pois:

Elas não são realidades autônomas que possam se traduzir em elementos distintos da própria sociedade na qual se situam. A sociedade, no entanto, se expressa em situações sociais diversas, algumas das quais assumem características específicas. A comunidade é uma dessas situações. Nesse sentido, a compreensão da sua realidade supõe a compreensão da realidade global. Por sua vez, também as suas particularidades próprias atuam sobre essa realidade (SOUZA, 2004, p. 64).

As comunidades tradicionais diferenciam seus territórios urbanos, apresentando descontinuidades na ocupação, e usos temporários de espaços, conforme explica Diegues (2002, p. 85) afirmando que:

O território das sociedades tradicionais, distinto das sociedades urbanas industriais, é *descontínuo*, marcado por vazios aparentes (terras em pousio, áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano) e tem levado autoridades da conservação a declará-lo parte das “unidades de conservação”, porque “não é usado por ninguém”. Aí reside, muitas vezes, parte dos conflitos existentes entre as sociedades tradicionais e as autoridades conservacionistas.

Assim, a realidade relativa à produção e consumo nas comunidades receptoras de turismo explicita também a natureza contraditória desta atividade, que por se tratar de capitalismo, inerente à sua essência está a contradição como fato marcante desse modo de produzir que, enquanto oferece lazer para uns, explora o trabalho de muitos em uma mesma dinâmica. Martins (1999, p. 29) diz que “a reprodução ampliada do capital implica a reprodução ampliada das contradições que seu movimento incorpora e engendra”. À medida que os mercados vão se ampliando, agudizam-se as contradições imanentes à produção do espaço que é transformado em recurso especialmente para o turismo, pois o lugar e mesmo as pessoas exóticas são transformadas em atrativo turístico. O turismo, ao se alocar nas comunidades litorâneas implantando seus empreendimentos, desencadeia embates quando se acirram conflitos entre os residentes e os novos promotores da produção espacial, que desencadeiam formas de especulação imobiliária a fim de implantarem seus hotéis ou *resorts* nacionais ou de redes internacionais. Quando a lógica empresarial entra em confronto com a lógica das comunidades, cada um defendendo seus interesses, quase sempre leva vantagem o mais forte, que tem maior capacidade de persuasão.

A expansão capitalista impõe-se, no dizer de Santos (1996), com a chamada “inclusão perversa”, mostrando formas diferenciadas de inclusão no trabalho e na sociedade. Assim, pescadores, operários, camponeses e nativos servem de mão-de-obra temporária e barata, incluídos na forma explorada do trabalho pelo turismo, pois esta atividade remunera mal os prestadores de serviços. As comunidades pesqueiras tornam-se parte desse processo e acabam por serem transformadas em núcleos receptores do turismo. Quanto mais exótico o lugar, mais atrativo para a alocação de resorts e para o *marketing* turístico. O turismo é uma atividade que implica o consumo dos espaços com diversidade de formas de utilização de paisagens e de negócios, e dá agilidade a processos dotados de grande capacidade de organização espacial, alocando-se em comunidades. Assim, materializa-se nos lugares; fora deles é pura abstração.

Princípios do turismo comunitário

O desenvolvimento comunitário exige um conjunto de princípios que configuram as estratégias desse desenvolvimento, tais como o princípio das *necessidades sentidas*: significa dizer que as iniciativas de trabalho nas comunidades têm que partir das necessidades sentidas pela população e não apenas da consciência e orientações técnicas, de pessoas externas à comunidade; princípio da participação: requer envolvimento profundo da população residente na construção de um processo que pode ser considerado um desenvolvimento; princípio da cooperação: a ação comunitária não dispensa a iniciativa privada ou a participação pública. Ao contrário, formam-se parcerias com setores público e privado nos projetos de desenvolvimento comunitário; princípio da auto-sustentação: os processos de transformações econômicas e sócio-espaciais podem sofrer discontinuidades, mas precisam ser susceptíveis de gestão, manutenção e controle comunitários mediante mecanismos que previnam os efeitos perversos de possíveis alterações provocadas por interesses externos; princípio da universalidade: o êxito esperado é para a população na sua globalidade (e não apenas subgrupos), alterando profundamente as condições de subdesenvolvimento das comunidades (Carmo 1999, p. 80). A filosofia do trabalho comunitário mostra que não há grandes mistérios quanto ao que se quer como comunidade e sociedade:

Apenas a segurança do necessário para uma vida digna, a tranquilidade no relacionamento social, o sentimento de participar criativamente das coisas que acontecem, a liberdade moderada pelas necessidades, a paz do amor, o estímulo do trabalho, a alegria de rir com os outros, o realismo de rir de si mesmo. Mas, estes objetivos passam por um valor essencial que precisa ser resgatado: a solidariedade humana (Dowbor, 1998, p. 9).

Lutando pelo desenvolvimento comunitário, as comunidades não desconhecem a presença do Estado e a mundialização do capital, pois vivem os conflitos da inserção nessas realidades, questionando as políticas neoliberais, sobretudo a estatal, para voltá-las aos interesses das economias populares, com resultados mais socializados.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CARMO, H. *Desenvolvimento Comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.
- CASTELLS, M. *Fim de milênio*. “A era da informação: economia, sociedade e cultura”. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAZES, G. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- DOWBOR, L. *A Reprodução Social*. Proposta para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Da Globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos Espaços. In: FREITAS, M. C. *A reinvenção do futuro*. São Paulo: Cortez, 1996.
- MALDONADO, S. C. *Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1993.
- MARTINS, S. Crítica à Economia Política do Espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. *O Espaço no fim do Século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- SAMPAIO, C. A. C. *Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia*. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2005.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOUZA, M. L. *Desenvolvimento de Comunidade e Participação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde

uma solução em defesa do local herdado



TERESA CRISTINA DE MIRANDA MENDONÇA

Introdução

A Prainha do Canto Verde, localizada no município de Beberibe, litoral leste do Ceará, à 126 km da capital Fortaleza, tem sido considerada e divulgada nacional e internacionalmente como um caso de sucesso em desenvolvimento turístico, que se apresenta de maneira distinta das demais iniciativas em curso no Brasil (MENDONÇA, 2004; MENDONÇA; IRVING, 2004).

O turismo na Prainha do Canto Verde representa um modelo inovador, tendo como premissa a construção de um projeto de base comunitária, no qual os moradores têm participação efetiva em sua concepção, desenvolvimento, implantação e gestão. A Prainha do Canto Verde apresenta, desta forma, um projeto de turismo que pode ser considerado uma solução local na busca de alternativas contra um sistema caracterizado pela crise da pesca, especulação imobiliária, grilagem de terras, pela expulsão dos nativos de suas terras, pela falta de participação efetiva dos moradores na tomada de decisão em instâncias diversas.

A base do êxito dessa iniciativa parece se encontrar nos elementos chaves do “capital social” (valores partilhados, espírito público, cooperação, solidariedade, confiança, saber acumulado, expectativa de comportamento recíproco). O processo histórico de participação, luta e resistência fortaleceu o “capital social”

da comunidade, que foi se acumulando e se consolidando progressivamente. Esse “capital social” resultou na criação de um modelo de turismo que se apresenta como a expressão do desejo de seus moradores, denominado por muitos como “O Nosso Turismo” (MENDONÇA, *op. cit.*).

Exemplos de práticas de turismo de base comunitária como o da Prainha do Canto Verde, localidade permeada por uma nova lógica econômica, ditada pela introdução do turismo, tido como uma nova alternativa para o desenvolvimento local, se constituem em exemplos de populações que, segundo Shalins (1997) se distinguem entre si pelos modos específicos de viver e se apropriam de elementos externos, regidos por lógicas e sistemas vistos como impositivos, e os transformam em favor de seus próprios referenciais culturais locais. Presencia-se, então, uma ruptura com um modo anterior de vida essencialmente pesqueira, o que impõe uma nova lógica na dinâmica socioambiental e cultural no lugar.

Turismo de base comunitária: premissas e desafios

O turismo, referido por muitos autores como uma “indústria”, é um fenômeno que tem seu crescimento coordenado e orientado pelo mercado e pelos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais, sem muitas vezes considerar, de maneira apropriada, os demais atores envolvidos no processo (BARRETO, 2000). O contexto atual, no entanto, mostra que o modelo de desenvolvimento econômico vigente não pode mais ser mantido, pois as diversas estratégias econômicas em curso estão associadas a um sistema político-operacional que rapidamente impacta dois processos importantes para a vida humana: o processo de preservação de recursos naturais e o desenvolvimento das comunidades locais. Em todo o mundo há inúmeras evidências de que as diversas atividades econômicas têm afetado de forma significativa a qualidade de vida das comunidades locais. Na atividade turística, este contexto não é diferente. Refletindo sobre o tema, Krippendorf (1989, p. 90) alerta que:

A promoção do turismo é vital para a aldeia e para a região e chega a ser de interesse nacional. Mas ninguém fala das eventuais repercussões negativas, apenas de rendimentos, de trabalho e de melhor qualidade de vida. E quando o turismo tiver invadido a região e os viajados* tiverem tomado conhecimento da verdade, às suas próprias custas, a euforia inicial dará lugar à desilusão e à visão

* Segundo Krippendorf, os viajados são as populações dos países ou regiões que acolhem os turistas, ou seja, que vivem no destino turístico.

realista das coisas. Mas, então, talvez seja tarde demais, porque os nativos terão perdido o controle do próprio destino.

Este modelo vigente é um dos principais obstáculos para a promoção da participação efetiva dos moradores em projetos de turismo. No entanto, segundo uma nova ordem mundial de desenvolvimento, o turismo passa a exigir a incorporação de uma outra forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios e a configuração de um novo modelo de implementação de projetos, centrados em parceria, co-responsabilidade e participação (IRVING, 2002). Esta nova ordem inclui constantemente em suas discussões as questões sobre participação comunitária em projetos turísticos, pois segundo Clark e Banford (*apud* WEARING; NEIL, 2002, p. 132): “Não há razão pela qual países ou comunidades não devam decidir que tipo de turismo estão dispostos a aceitar e pela qual não imponham limites ao grau de mudança que estão dispostos a tolerar (...)”.

A análise sobre as questões levantadas incentiva a busca de uma nova forma de desenvolvimento do turismo. Uma possível alternativa poderia estar centrada na promoção do turismo de base comunitária, que segundo WWF-Internacional (2001, p. 2) pode assim ser apresentado:

O termo ecoturismo de base comunitária leva a dimensão social de forma mais aprofundada. Esta é forma de ecoturismo em que a comunidade local tem grande controle e envolvimento em seu desenvolvimento e gestão e que a maior parte dos benefícios permanece na comunidade.*

Como resultado, segundo Morgado (2006), o turismo de base comunitária é capaz de modificar a forma pela qual se dá a apropriação dos benefícios gerados pela atividade, pois diante desta perspectiva a comunidade se torna participante ativa de seu próprio desenvolvimento e não apenas espectadora das atividades turísticas organizadas externamente em que os benefícios não são percebidos localmente.

No entanto, Irving (*op. cit.*) relata que a realização de projetos de turismo de base comunitária, com a incorporação e participação efetiva dos moradores, ainda constitui um desafio para muitos e uma realidade para poucos. Apesar de se constituir uma realidade para poucos, na contramão da história, desafiando as regras de uma sociedade regida prioritariamente pelo sistema de interesse, este desafio está sendo enfrentado pela comunidade da Prainha do Canto Verde. Essa comunidade pesqueira (jangadeiros), que teve sua origem, segundo relatos orais,

* Tradução nossa.

em 1860, tem a pesca como a principal atividade econômica e a luta pela posse da terra contra grileiros e agentes imobiliários iniciada em 1979 a principal bandeira. A questão da terra ajuda o processo de organização da comunidade e leva ao surgimento, em 1989, da Associação de Moradores, seu núcleo central e norteador (MENDONÇA, *op. cit.*).

A organização dos moradores resultou em uma valiosa vitória. No dia 14 de março de 2006, o Supremo Tribunal de Justiça se pronunciou, em última instância, sobre a ação rescisória dos moradores da Prainha do Canto Verde contra a usucapião da Imobiliária Henrique Jorge e julgou a ação em favor dos moradores, anulando qualquer direito da imobiliária. Na nova fase, surge a preocupação sobre a organização da ocupação do espaço e a forma de dar continuidade ao espírito de luta para garantia da manutenção dos moradores no local herdado. A alternativa encontrada foi a criação de uma Reserva Extrativista (RESEX)*. Em 2001, é iniciado o processo de solicitação de criação da RESEX. Em janeiro de 2007, é realizada uma consulta pública com os moradores sobre a criação e a formalização de solicitação do pedido ao Governo Federal.

A organização e os resultados alcançados pela comunidade da Prainha do Canto Verde levam também a referenciar a citação de Jeffrey Weeks *apud* Bauman (2003, p. 91) quando revela que: “O mais forte sentido de comunidade costuma vir dos grupos que percebem as premissas de sua existência coletiva ameaçadas e por isso constroem uma comunidade de identidade que lhes dá uma sensação de resistência e poder...”. Este é, certamente, mais um exemplo de populações que, conforme Bauman (*op. cit.*), foram deixadas órfãs pelo Estado pela renúncia deste às funções geradoras de segurança e confiança.

Projeto turístico socialmente sustentável

A história de resistência e luta dos moradores da Prainha do Canto Verde se constrói no litoral cearense, caracterizado por grande potencial turístico devido a seus recursos naturais e beleza cênica. O histórico de crescimento e desenvolvimento da região costeira e litorânea brasileira, incluído o Estado do Ceará, se efetiva pela rápida inserção e ocupação da zona costeira por diversos agentes econômicos, a partir de um processo de caráter eminentemente político, tendo como consequên-

* A RESEX é uma categoria de unidade de conservação da natureza criada em áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais. O objetivo principal desta unidade de conservação é a preservação dos modos de vida destas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. Essas áreas são de domínio público da União com uso concedido às populações tradicionais extrativistas.

cia a ocupação desordenada do espaço, sem a participação das populações locais (DIEGUES, 2001).

Como consequência de todo o processo migratório para o litoral cearense, surgem graves problemas de ordem social e espacial, tais como expulsão de moradores, conflitos de posse e uso da terra e destruição de recursos naturais (SALES, 1995 *apud* LIMA, 2002). Diante deste contexto, estas áreas têm sido apropriadas para atender a interesses que estão além das demandas locais resultando na agressão à natureza; falta de espaço para lazer; não disponibilidade de terra para as novas famílias dos nativos; privatização do espaço público, entre outras (SARAIVA, 2002 *apud* MENDONÇA, *op. cit.*).

Neste cenário, se insere a Prainha do Canto Verde, com cerca de 1.100 habitantes, estabelecidos em uma área de 749 hectares com praia de aproximadamente 5 km de extensão, que tem a Associação dos Moradores como seu principal núcleo representativo, criada em 1989. Ligados a este núcleo central surgiram os conselhos comunitários pela necessidade de melhor atender às demandas da comunidade: educação, pesca, saúde, cidadania e ética* (questões do uso da terra) e a COOPECANTUR – Cooperativa de Turismo e Artesanato (2001)** (MENDONÇA, *op. cit.*).

Apesar de algumas resistências, a comunidade percebeu que a chegada do turismo na localidade era inevitável, levando às primeiras discussões na comunidade sobre o tema em 1993 e 1994. A partir deste momento, o turismo entrou na pauta de discussão das reuniões da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde.

A construção do “Projeto Turístico Socialmente Responsável” da Prainha do Canto Verde teve como ponto de partida a preocupação de “ouvir a voz” dos moradores. A pesquisa, realizada em julho de 1994, objetivou saber dos moradores sua opinião sobre o turismo e sua chegada à Prainha. O resultado da pesquisa mostrou que a comunidade percebia a geração de trabalho e renda como um dos principais benefícios a serem trazidos pelo turismo. Em contraponto, eles viam na exploração do lugar por agentes externos os riscos ligados à prostituição, ao roubo e à venda das terras. A pesquisa revela que os moradores desejavam que esta atividade fosse desenvolvida e explorada pelos próprios moradores.

Pela necessidade de levantar informações referentes às comunidades onde o turismo já havia efetivamente se estabelecido, a pesquisa foi estendida para outras

* Antes da garantia da posse da terra, este conselho se chamava Conselho da Terra, que tinha como seu principal representante a Associação de Moradores, que representa oficialmente a comunidade nos processos judiciais. O objetivo do Conselho de cidadania e ética é discutir sobre o uso da terra e seu ordenamento.

** O Conselho de Turismo criado em 1994 foi transformado em cooperativa em 2001.

localidades vizinhas que não tiveram a oportunidade de participar da concepção e desenvolvimento do projeto turístico: Morro Branco, Canoa Quebrada, Parajuru e Praia das Fontes. A pesquisa de campo realizada revela que o turismo desenvolvido em Canoa Quebrada, Praia das Fontes, Morro Branco e Parajuru não representava o turismo que eles desejavam. Os moradores da Prainha do Canto Verde se identificam com a construção de um sistema diferente: “Um turismo onde nós somos os articuladores, construtores, donos de empreendimento, organizadores e onde a renda e o lucro ficam dentro da comunidade, para melhorar a nossa qualidade de vida e não a dos outros”, conforme documento informativo sobre o turismo na localidade (MENDONÇA, *op. cit.*).

Os resultados das pesquisas foram apresentados e discutidos com a comunidade durante a Primeira Oficina de Turismo (1994). A partir deste momento é criado o conselho de turismo. A análise dos resultados levou à identificação, na perspectiva dos moradores da Prainha, de dois tipos de turismo. O primeiro, denominado como “Turismo dos Barão”, que seria aquele em que “Eles decidem e ficam com o lucro e Nós obedecemos e ficamos com o prejuízo”. O segundo denominado de “O Nosso Turismo”, aquele em que “Nós aprendemos. Nós decidimos. Nós mandamos. Ficamos independentes”. A análise inspirou a primeira proposta de Turismo Comunitário (1995). O conselho de turismo é transformado em cooperativa comunitária – COOPECANTUR em janeiro de 2001 com o apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Ceará – UFC (Universidade Federal do Ceará). Para melhor operação e funcionamento da cooperativa e oferta dos serviços, ela foi dividida em 7 grupos de trabalho: hospedaria, barraqueiros, cozinha e mercearias, guias de turismo e trilhas, excursões e passeios, artesanato e estagiários (MENDONÇA, *op. cit.*).

No modelo de gestão local do turismo é criado o Fundo Social. Ao final de cada gestão anual, um percentual (20%) do saldo das operações ligadas ao turismo é repassado para a comunidade, representada pela Associação de Moradores, que decide quais são os investimentos prioritários para a aplicação dos recursos. Desta forma, o turismo passou a ser visto de forma mais clara pela comunidade, como uma nova prática que traz retornos positivos para o desenvolvimento da localidade, uma vez que os recursos são aplicados para a melhoria da qualidade de vida local, como um todo, e não para beneficiar a alguns privilegiados. Outra parcela (80%) do resultado das operações é destinada ao Fundo de Reserva. O Fundo de Reserva é utilizado para investimento em diversos projetos, com o objetivo de prover as melhorias necessárias para o turismo (infraestrutura, equipamentos e capacitação de mão-de-obra). O fundo também é destinado para a realização de pequenos empréstimos aos membros da COOPECANTUR, para melhoria do empreendimento e abertura de novos negócios (MENDONÇA, *op. cit.*).

É importante destacar dois elementos de relevância do projeto de “Turismo Socialmente Responsável” da Prainha do Canto Verde: O primeiro se refere à gestão dos empreendimentos que são, em sua totalidade, de propriedade dos “nativos” e administrados por eles. O segundo elemento se refere à premissa básica de que o turismo surge para agregar valor à principal atividade econômica, a pesca, e não com o objetivo de substituí-la. O projeto, desta forma, valoriza a cultura litorânea cearense influenciada pelo mar onde a pesca artesanal realizada pelos jangadeiros se reveste de rituais e aspectos simbólicos e pela terra onde se concretiza a realização de trabalhos manuais artesanais como bordados, labirintos, rendas, além dos pequenos plantios de subsistência.

O projeto de “Turismo Socialmente Responsável”, levou a Prainha do Canto Verde a receber prêmios e indicação de reconhecimento internacional, o que tem projetado a localidade nacional e internacionalmente (MENDONÇA, *op. cit.*).

Em 2000, o projeto “Turismo Socialmente Responsável” da Prainha do Canto Verde:

- Recebeu o Prêmio TODO!99* durante a Feira Internacional de Turismo em Berlim e o Prêmio Toura D’or 2000 para melhor filme documentário sobre Turismo Sustentável; concedido a projetos socialmente responsáveis;
- Foi indicado no Guia de Turismo Comunitário, criado pela ONG Britânica Tourism Concerns**, dedicada a estimular o desenvolvimento do turismo socialmente responsável.

Em 2002:

- Recebeu prêmio do concurso promovido pelo SESC/SENAC pelo Estudo de Caso do Projeto Turismo Responsável da Prainha do Canto Verde.
- Em novembro de 2003:
- A Prainha do Canto Verde recebeu menção honrosa do “Prêmio de Turismo para Futuro da British Airways” (British Airways Tourism for Tomorrow Awards). Mais de 70 projetos de 37 países foram inscritos no concurso, que avaliou como cada um deles beneficia a comunidade local, protege a herança cultural e natural, controla o uso de energia e água, educa os moradores e os visitantes e contribui para uma vida melhor.

* Este prêmio é concedido a projetos socialmente responsáveis pela ONG alemã *Studienkreis für Tourismus um Entwicklung*. A Prainha do Canto Verde foi premiada na edição do prêmio de 1999, mas recebeu o prêmio em 2000 na feira de Berlim.

** Tourism Concern é uma organização que luta pela ética do mercado turístico. Trabalha com as comunidades dos destinos turísticos com o objetivo de reduzir os problemas ambientais e sociais relacionados com a atividade.

Em 2004:

- A revista Super Interessante (Editora Abril) oferece o Prêmio Super Ecologia 2004 na categoria comunidade ou ONGs.

Como resultado surge, também, a comparação inevitável que os visitantes fazem entre a Prainha do Canto Verde e alguns outros destinos cearenses (Morro Branco, Praia das Fontes, Canoa Quebrada, Fortaleza e Jericoacoara). O olhar dos visitantes sobre a Prainha do Canto Verde demonstra as avaliações deste ator sobre este destino e revela quais fatores motivaram a sua escolha como opção de passar seus dias de férias, feriados ou momentos de lazer (MENDONÇA; IRVING, *op. cit.*).

As belezas naturais da praia, das dunas e das lagoas, ainda bem preservadas, são indiscutíveis na avaliação dos turistas sobre a Prainha do Canto Verde; porém a comunidade; o relacionamento entre os seus membros; a sua história de organização, luta e resistência; os esforços para manter a preservação do seu espaço; a estrutura de organização comunitária; a relação com a pesca; a tranquilidade do local; a oportunidade de passar dias vivendo seu modo de vida, ainda não estereotipado; a ausência de empreendedores externos com a oferta de acomodações em pousadas comunitárias, se constituem nos pontos centrais de destaque da hospitalidade na Prainha do Canto Verde. Esses fatores são, portanto, essenciais e a diferenciam e a qualificam e geram naturalmente um olhar comparativo com outros destinos do litoral cearense (MENDONÇA, *op. cit.*; MENDONÇA; IRVING, *op. cit.*).

A forma de relacionamento entre os membros da comunidade e seus visitantes também aparece como fator de destaque. Relacionamento que parece criar um laço de amizade muito forte entre estes atores, o que extrapola as relações comerciais. A partir deste momento os atos relacionados com a hospitalidade na Prainha consolidam estruturas de relação que segundo Selwyn (2004, p. 26-27 *apud* MENDONÇA; IRVING, *op. cit.*) transformam “(...) estranhos em conhecidos, inimigos em amigos, amigos em melhores amigos, forasteiros em pessoas íntimas, não parentes em parentes”.

Analisando os vínculos sociais instituídos para o desenvolvimento dos projetos de base comunitária

O aparecimento de grupos organizados de resistência para lutar contra alguns conflitos que surgiam relativos à terra, moradia, questão ambiental etc., se deu no litoral brasileiro basicamente por conta da ausência das colônias de pescadores

nas discussões sobre as novas necessidades que surgem e passam a fazer parte do cotidiano das comunidades litorâneas. A colônia, que era um instrumento de organização dos pescadores, sempre foi voltada basicamente para as questões bem específicas ligadas à vida na pesca. As diversas comunidades, no entanto, foram diversificando suas atividades por não terem mais a pesca como sua única alternativa de sustentação econômica, financeira e cultural. Como resultado, segundo Diegues (*op. cit.*), o turismo passa a ser tema relevante de discussão nas comunidades pesqueiras na década de 90.

Outros temas comuns surgem no mesmo período e permeiam o caso da Prainha do Canto Verde: a conservação dos recursos pesqueiros, a criação de unidades de conservação, a organização social dos pescadores, a sobrevivência da cultura associada a essas comunidades, entre outros (DIEGUES *op. cit.*). Surgem, desta forma, as associações locais para representar a comunidade e lutar por diversas questões. Associações que, muitas vezes, mantêm em sua estrutura elementos baseados na solidariedade de vizinhos e parentescos (COSTA, 2004). Isto é exemplificado no caso da Prainha do Canto Verde.

A descrição do estudo de caso apresenta a comunidade na perspectiva de Bauman (2003), como um grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas, ligados ao solo, pois estes vivem permanentemente em determinada área e têm consciência de pertencer tanto ao grupo como ao lugar. Comunidade que tende a ser um sistema social mais forte e efetivo quando estabelecida em vilas pesqueiras, rurais etc., distantes das complexidades e da especialização urbana ou na perspectiva de Tonnies (1973, p. 97), a comunidade “compreendida como tudo que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto...”. No entanto, quando se refere à comunidade territorial, é importante destacar a declaração de Fichter (1967, p. 154 *apud* Bauman, *op. cit.*) de que “(...) a proximidade já não garante a intensidade da interação”. Porém, outros elementos são fundamentais contextualizados neste território, como os laços familiares, identificados por Tonnies (*op. cit.*).

A luta pela posse da terra e contra a expulsão da população do local herdado foi fundamental para o surgimento de um núcleo comunitário de famílias que estabeleceu um novo olhar sobre a questão do espaço em que vive. Esses núcleos familiares foram os responsáveis pelo aparecimento das associações comunitárias, que hoje se apresentam como núcleos legítimos de diversas comunidades. Se inicia, então, o processo de organização da Prainha do Canto Verde. As famílias tiveram um papel fundamental na construção da história de organização, luta e resistência. A atuação das famílias e da associação de moradores contribuiu para o fortalecimento do sentimento de pertencimento à terra e para a perspectiva de futuro.

Este exemplo destaca as declarações de Tonnies (*op. cit.*), no que se refere à formação das comunidades territoriais. Para ele, é a partir das famílias que se

formam, com suas devidas especificações, os complexos determinados pelo solo distinguidos como: o país; a região; a aldeia. O autor declara, também, que todas essas diferentes formações “estão contidas ou provêm da ideia de família, enquanto expressão geral da realidade comunitária” (*op. cit.*, p. 106).

A análise do caso da Prainha do Canto Verde instiga a busca de uma resposta para a questão levantada por Bauman (*op. cit.*, p. 102): “Onde o estado fracassou poderá a comunidade local — uma comunidade corporificada num território habitado por membros e ninguém mais, fornecer aquele estar seguro que o mundo mais extenso claramente conspira para destruir?”. Como resposta, pode-se considerar que exemplos como da Prainha do Canto Verde exemplificam que populações distintas trazem soluções que mostram “como diferentes povos se apropriam, a seu modo, das “imposições” do mercado, transformando-as, fazendo uso delas conforme seus valores e “interesses” demarcados culturalmente e “devolvendo-as” — se não confrontando, afrontando o sistema de modo inusitado” (PRADO, 2003, p. 219).

As imposições dominantes obrigaram os moradores da Prainha do Canto Verde a se organizarem, dentro de um cenário caracterizado por um processo de resistência e pela busca de novos modelos locais de desenvolvimento, tendo como elemento principal os núcleos familiares. Assim como declara Coriolano (2001), diante de crises provocadas pela política pública, a responsabilidade pelo desenvolvimento local deixa de ser apenas do poder público e passa a depender também da criatividade local.

Considerações finais

Em várias regiões brasileiras, assim como no litoral, o turismo surge como alternativa de desenvolvimento local. Deve-se, então, levantar a questão de como as comunidades podem participar efetivamente dos benefícios advindos das atividades geradas pelo setor. Os projetos de desenvolvimento turístico têm se constituído pelo benefício efetivo dos agentes externos, negligenciando a participação dos locais na tomada de decisões, assim como na melhor distribuição dos resultados. Em resposta a este modelo de desenvolvimento, a comunidade da Prainha do Canto Verde criou seu próprio modelo de turismo. O modelo de turismo de base comunitária que surge em contraponto aos modelos de desenvolvimento caracterizados por ações de exclusão e à promoção do crescimento das desigualdades sociais. Estes modelos locais de turismo foram construídos em um cenário de lutas permanentes contra agentes externos (grileiros, agentes imobiliários, poder público, poder judiciário, entre outros). Por esta razão destaco a declaração de McLean (1989, *apud* Sahllins, *op. cit.*, p. 67):

Não se deve pensar que, nessa dialética global entre uma economia monetária capitalista e uma formação social local, haja qualquer necessidade histórica que a resolva por uma redução da economia local a uma espécie de simples reflexo da economia monetária. Para compreender a natureza dessa dialética local, o analista deve não somente considerar as características estruturais e ecológicas, mas também restituir às pessoas o estatuto de atores em seu próprio mundo, e considerar o significado dessas condições para elas; descobrir o que, de fato, informa suas respostas práticas e estratégicas às circunstâncias específicas que se apresentam.

Os moradores da Prainha do Canto Verde não são apenas habitantes do local herdado, mas sim seus construtores. Eles não são atores sociais, eles são sujeitos sociais, que atuam também como autores de seu destino, pois criam, escrevem, roteirizam e atuam na sua história.

A análise do processo de construção do projeto de “Turismo Socialmente Responsável” da Prainha do Canto Verde, conforme concluído por Mendonça e Irving (*op.cit.*), confirma que a história e o exercício de participação ultrapassam a barreira do limitado nível de escolaridade de toda uma geração. Geração esta que, ironicamente, exercitou um elevado nível de articulação e politização, impulsionada pela luta da terra, pela coragem de enfrentar agentes externos em defesa do local herdado onde vivem e do qual dependem para a sua sobrevivência e a das gerações futuras.

A realidade vivida pelos moradores da Prainha do Canto Verde, marcada pela luta diária pela sobrevivência, poderia representar um fator desfavorável à participação dos atores sociais no processo de tomada de decisões. No entanto, a comunidade, consciente de seus direitos, tem na luta pela posse da terra uma questão de sobrevivência. As dificuldades diárias, enfrentadas pela comunidade, ao contrário do que poderia se supor, se tornaram a força motora para o processo participativo. Apesar do desafio, a comunidade da Prainha do Canto Verde, de maneira contraditória às demais práticas turísticas em curso no Brasil e, cansada de esperar do Estado soluções para a melhoria da qualidade de vida, buscou o engajamento e a autonomia para o desenvolvimento de seu próprio projeto turístico.

Na Prainha do Canto Verde, mesmo com os resultados alcançados com diversos projetos desenvolvidos e conquistas, os moradores, certamente, percebem que ainda existe uma diferença entre o contexto atual em que vivem e o de seus sonhos, o idealizado.

Da mesmo forma, não se pode afirmar que os moradores, em sua totalidade, consideram o turismo comunitário a melhor opção. Algumas pessoas explicitam que preferem vender a terra para agentes externos porque acham que é a forma mais fácil e rápida de ganhar dinheiro. Assim como alguns moradores continuam

achando que o modelo de turismo desenvolvido nas praias vizinhas ainda é o melhor, pois para eles a maior disponibilidade de casas de veraneio e de grandes empreendimentos hoteleiros é sinônimo de maior geração de emprego e renda.

Após cerca de 15 anos da concepção do projeto de turismo, alguns moradores também acham que a forma pela qual o turismo está sendo implantado ainda não é a desejada. Segundo eles, na prática, o projeto perdeu um pouco a essência de sua concepção de exercer suas atividades na busca do bem coletivo e na oferta de oportunidades de forma igualitária.

Apesar das considerações, a história de participação e organização dessa comunidade e da concepção e desenvolvimento do projeto turístico vêm transformando o conceito de turismo de base comunitária em realidade. O projeto turístico de base comunitária da Prainha do Canto Verde tem sido referência para a construção de um modelo que viabiliza a inclusão das comunidades do litoral cearense no desenvolvimento do turismo e que contribui para a melhoria dos padrões socioeconômicos, respeitando as tradições e a cultura dos “Povos do Mar”. Por esta razão, a Prainha do Canto Verde lidera a criação “Rede Cearense de Turismo Comunitário — TUCUM”, em parceria com as comunidades de Coqueirinho, Ponta Grossa, Praia de Tremembé e a Cooperativa popular Bodega Nordeste Vivo e Solidário, que tem como objetivo a formação do que eles denominam de “cluster solidário” para a promoção e comercialização de serviços e produtos locais.

A forma de organização em rede apresenta a premissa básica de utilizar o turismo como uma das alternativas para a organização, com o fortalecimento comunitário e a defesa do local herdado e não apenas para o aumento da geração de emprego e renda. Esta premissa é revelada em apresentação de representantes da Turisol durante encontro realizado em Fortaleza em maio de 2008:

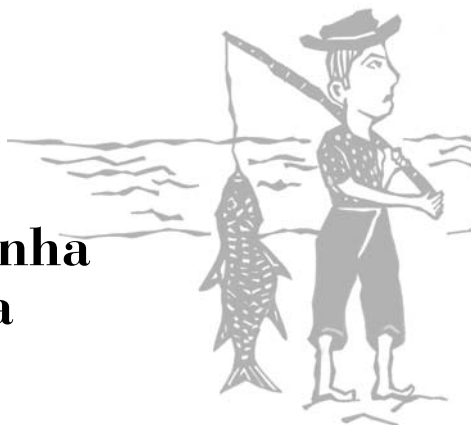
Não se deve ver a atividade do turismo comunitário somente como a geração de renda e riqueza com uma visão empresarial, mas também como uma oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a co-gestão para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território.

Referências bibliográficas

BARRETO, M. As Ciências Sociais Aplicadas ao Turismo. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Org.). *Olhares Contemporâneos sobre o Turismo*. Campinas: Papirus, 2000. p. 17-36.

- BAUMAN, Z. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CORIOLANO, L. N. M. T. *Do local ao Global: o turismo litorâneo cearense*. 2 ed. Campinas: Papirus, 2001.
- COSTA, G. V. L. *A população do Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul: conflitos e disputas sob tutela ambiental*. Dissertação de mestrado: Rio de Janeiro: UFRRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2004.
- DIEGUES, A. C. *Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras*. 2 ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Costeiras, USP, 2001.
- IRVING, M. A. Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. São Paulo: Futura, 2002, p. 35-45.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do Turismo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.
- LIMA, M. C. *Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos*. 2002. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2002.
- MENDONÇA, T. C. M. *Turismo e Participação comunitária: Prainha do Canto Verde: a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou*. Dissertação de Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- MENDONÇA, T. C. M.; IRVING, M. A. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil: Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). *Caderno Virtual de Turismo*, v. 4, n. 4, p. 12-22, 2004.
- MORGADO, H. F. M. Turismo comunitário: una nueva alternativa de desarrollo indígena. *AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana*. vol. 1, n. 2, Madrid: 2006, p. 249-264.
- PRADO, R. As espécies exóticas somos nós: Reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. *Horizontes Antropológicos – Turismo*. n. 20, ano 9, Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção - Parte I. *Mana 3/2 (Estudos de Antropologia Social)*. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional, UFRJ/Ed. Contracapa, 1997.
- TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1973.
- WEARING, S.; NEIL, J. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. Barueri: Manole, 2002.
- WWF-INTERNATIONAL. *Guide line for community-based ecotourism development*. Julho de 2001.

Ecoturismo e inclusão social na Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI)



tendências, expectativas e possibilidades

FLÁVIA FERREIRA DE MATTOS

Introdução

Num passado recente, o “ecoturismo” no Brasil revelava um cenário marcado por contradições conceituais, práticas incompatíveis, desarticulações setoriais e exclusão social, refletindo opções políticas clássicas de desenvolvimento (Irving, 2001). Hoje, a situação não é tão caótica quanto no passado; alguns avanços já são notados, o que não significa que não existam grandes desafios a serem enfrentados.

A partir da última década, principalmente, se observa uma tendência em considerar o ecoturismo como estratégia de desenvolvimento aliada à conservação. Nessa tendência, se destaca a valorização da atividade ecoturística em áreas protegidas. A interface ecoturismo/unidades de conservação é facilmente compreendida, uma vez que essas áreas concentram necessariamente os aspectos e atrativos valorizados no ecoturismo e concretizam uma estratégia global para a conservação. Conforme destaca Irving (2002):

A utilização de áreas protegidas para o ecoturismo reflete algumas tendências globais, entre as quais, o crescimento da consciência ambiental, em razão dos níveis crescentes de degradação da base dos recursos naturais, incluindo a destruição de ecossistemas de alta relevância para a preservação da biodiversidade global, e o processo de reencontro do homem com sua própria essência,

abandonada pela sociedade de consumo, e profundamente afetado pelo fenômeno da globalização (p. 48).

O ecoturismo em unidades de conservação de uso sustentável, em particular as Reservas Extrativistas (Resex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), e o envolvimento com as populações tradicionais, além de um diferencial no produto ecoturístico, passaram a representar uma alternativa econômica e uma ferramenta para a conservação (Coutinho, 2000).

Como se pode notar, algumas iniciativas de políticas públicas vêm fomentando essa nova visão. Em 2002, foi lançado pelo Ibama o Programa Estratégico de Incentivo ao Ecoturismo nas Reservas Extrativistas e, recentemente, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente vem desenvolvendo ações integradas relacionadas ao ecoturismo e turismo sustentável em parceria com o Ministério do Turismo, apoiando o ordenamento das atividades no país, com foco nas áreas naturais protegidas. Entre os objetivos programáticos dessa iniciativa está a Carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária, que tem por objetivo o fomento da participação das comunidades moradoras nas áreas de interesse, além da salvaguarda do patrimônio natural.*

Algumas experiências de ecoturismo de base comunitária também despartaram a partir de iniciativas locais. Entre elas, o ecoturismo realizado nas reservas extrativistas de Currallinho e Pedras Negras, no estado de Rondônia (Coutinho, 2000); na RDS Mamirauá, no estado do Amazonas (Bannerman, 2001), e na comunidade da Prainha do Canto Verde, no Ceará (Mendonça, 2004).

No entanto, como afirma Irving (2001), ainda hoje o modo de vida e o patrimônio natural, histórico e cultural das comunidades tradicionais são pouco conhecidos para efeito de planejamento. Além disso, é preciso refletir sobre a autonomia das próprias comunidades em decidirem que trajetórias pretendem seguir e de que forma seria possível encontrar caminhos para assegurar os benefícios e a melhoria da qualidade de vida condizentes com seus valores, desejos e aspirações.

Neste contexto, o debate sobre a participação dessas comunidades no processo de tomada de decisões vem sendo realizado, uma vez que historicamente essas populações permaneceram alijadas desses processos e nem sempre recebem os benefícios anunciados ou participam da gestão desses espaços protegidos. Esta reflexão está intimamente ligada ao fortalecimento dos movimentos socioambientais, vincula-se a uma revisão crítica e proativa da academia, com base na susten-

* Workshop Virtual de Turismo e Desenvolvimento Social, promovido pelo Instituto Virtual de Turismo – IVT, realizado em agosto de 2007. Disponível em: <http://www.ivt.net/>, acesso em 2 de fevereiro de 2008.

tabilidade ecológica, equidade e inclusão social, e objetiva promover uma revisão das práticas políticas no Brasil.

Uma importante questão expressa por Irving (2001), que observa as características dos projetos de desenvolvimento no Brasil ao longo dos últimos anos, diz respeito à fragilidade da organização e participação de determinadas comunidades no planejamento de estratégias para desenvolvimento local. Como assinala a autora:

Um dos pontos reconhecidos de maior fragilidade nas iniciativas em andamento se refere ao compromisso de engajamento (dos atores locais) e o compromisso de conservação ambiental no processo de planejamento do Ecoturismo em áreas de elevado valor ecológico ou Unidades de Conservação (Irving, 2001, p. 50).

Lima (1997), a partir da experiência da implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá em Tefé (AM), observa que a diversidade social implica a necessidade de se conhecerem em profundidade as formas de reprodução social, para que se desenvolvam modelos de participação, manejo e preservação, específicos para cada situação. Nesse sentido, a autora assinala que:

O envolvimento das populações locais em unidades de conservação não deve seguir um modelo muito rígido. Ao contrário, as experiências precisam ser construídas no decorrer de um processo de interação contínua com a população, ajustando as demandas e costumes locais à intenção de se construir um sistema de uso sustentado do ambiente, que, combinado com a preservação da biodiversidade, garanta uma melhoria da qualidade de vida da população (p. 311).

É necessário ressaltar que semelhante às RDS, as Reservas Extrativistas também investem na parceria ecológica com as populações locais e apresentam como fundamento a participação de seus moradores na gestão da área. Porém, a dificuldade de implantação das Unidades de Conservação na realidade brasileira, a complexidade de operacionalização do ecoturismo devida aos diferentes grupos de interesses envolvidos e às nuances características das práticas políticas, constituem grandes desafios na atualidade e incentivam, sobretudo, a investigação acerca das bases em que estão sendo construídas as relações com as populações extrativistas locais nas parcerias existentes.

Para esta reflexão, se utiliza o enfoque de desenvolvimento local, que vem influenciando as estratégias para o ecoturismo e é entendido por Carestiatto (2000) como:

Um modelo de desenvolvimento que permite a construção de poder endógeno para que uma dada comunidade possa autogerir-se, desenvolvendo seu potencial

socioeconômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando as suas limitações na busca contínua da qualidade de vida de seus indivíduos (p. 27).

Segundo essa perspectiva, o desenvolvimento, a partir do enfoque local, além de circunscrever a questão no espaço de inserção de um grupo social com suas especificidades, valoriza o envolvimento comunitário, se alicerça em relações horizontais e na noção de empoderamento das comunidades, valores que, segundo Irving (2002), constituem a garantia ética de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento.

É nesse cenário de análise que se inserem as comunidades que habitam tradicionalmente a Ilha das Canárias e que, a partir de 2000, foram circunscritas na Resex Marinha do Delta do Parnaíba e, mais intensamente a partir da última década, passaram a sofrer o impacto da valorização da região no cenário turístico.

Visitando o contexto local

O Delta do Parnaíba é uma importante área da zona costeira brasileira, que se destaca por ser o único delta “em mar aberto” das Américas. Formado por cinco barras (Igaracu, Canárias, Caju, Carrapato ou Melancieira e Tutóia), a partir do rio Parnaíba, divisor natural dos estados do Piauí e do Maranhão, é composto por mais de 75 ilhas, classificadas como ilhas de aluvião, que se formam em águas calmas (Savaget, 2002). É uma área extremamente dinâmica do ponto de vista geomorfológico e, sob a ótica ecológica, se caracteriza pela presença de endemismos e alta biodiversidade. É ainda uma das áreas mais produtivas do caranguejo uçá e, recentemente, vem se consolidando como destino turístico.

Em meados do século XVIII, o Delta do Parnaíba presenciou o ciclo da carne-seca e, a partir do século XX, a exploração agroextrativista da carnaúba (ZEE do Baixo Parnaíba, 2002). Há alguns anos a região passou a enfrentar um grave problema socioambiental: o aumento do número de pessoas dedicadas à cata do caranguejo uçá, tornando excessiva a sua exploração. Esse fenômeno ocorreu principalmente pela facilidade de comercialização do crustáceo, devido, sobretudo, ao mercado existente nas praias de Fortaleza, capital do estado do Ceará, onde o seu consumo passou a ser valorizado. A personalidade que comprava o caranguejo da região, conhecida no delta como pioneira e desbravadora, é o “Chico do Caranguejo”. Localidades próximas à Ilha das Canárias, como as cidades de Barreirinha e Carnaubearas, também se consolidaram como importantes centros de produção. A extração excessiva desse animal passou a ser motivo de preocupação de ambientalistas e dos órgãos ambientais pelo desequilíbrio gerado no meio natural, o que for-

taleceu a demanda urgente do estabelecimento de medidas de controle e culminou com a criação da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, como forma de alcançar esse objetivo, levando em conta os habitantes locais.

A Resex Marinha do Delta do Parnaíba, composta de algumas ilhas do delta, compreende os municípios de Ilha Grande (PI) e Araíoses (MA) e abrange uma área de aproximadamente 275,6 km² (ZEE, 2002). Essa unidade de conservação de uso sustentável foi criada em 2000 e nela se destaca a Ilha das Canárias, a segunda maior do delta, com cinco povoados (Canárias, Passarinho, Caiçara, Torto e Morro do Meio) e aproximadamente 3.000 habitantes, que vivem em sua maioria basicamente da pesca, da cata do caranguejo e da agricultura em pequena escala. A Resex Marinha do Delta está sobreposta à outra unidade de conservação de uso sustentável, a Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, que abrange parte dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, com área aproximada de 3.031 km² (ZEE, 2002). Além da APA e da Resex presentes no Delta do Parnaíba, a Ilha do Caju também se enquadra como uma das categorias de unidades descritas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Trata-se da Reserva Particular do Patrimônio Natural Ilha do Caju, onde se instalou uma pousada ecológica*, que veio fomentar o interesse pelo ecoturismo na região.

Tendo em vista as peculiaridades apresentadas sobre a região do Delta do Parnaíba na atualidade — seu expressivo acervo natural, a presença de áreas protegidas e populações tradicionais, o crescente aumento do interesse turístico pela região e a formulação de políticas para o desenvolvimento do ecoturismo —, pretende-se aprofundar a investigação a partir da análise da dinâmica dos habitantes locais.

Objetivos

O estudo teve como objetivos a compreensão da dinâmica local e a busca do olhar dos moradores da Ilha das Canárias (em especial, dos povoados de Canárias e do Passarinho), suas inquietações, medos e expectativas ao longo dos últimos anos, tendo em vista a chegada do turismo na ilha e as novas estratégias de desenvolvimento da região dirigidas ao ecoturismo.

Buscou-se compreender as seguintes questões: Qual o histórico de ocupação da Ilha das Canárias? Como vivem os moradores da Resex ao longo dos anos? Qual a leitura que estes fazem da chegada do turismo na ilha? De que maneira a chegada do turismo tensiona a vida do habitante local? De que maneira eles se inserem na construção das políticas de ecoturismo dirigidas ao Delta do Parnaíba?

* A pousada Ecológica Ilha do Caju está entre os destinos do Roteiro de Charme.

Constituem, portanto, objetivos desse estudo: Sistematizar informações sobre o modo de vida local; compreender os significados locais, ou seja, a percepção dos moradores com relação à chegada e intensificação do turismo na ilha; analisar de que maneira as populações locais se situam frente às políticas de ecoturismo dirigidas à região do Delta do Parnaíba.

Metodologia

Este estudo foi realizado a partir de levantamento bibliográfico e documental e da pesquisa de campo realizada em dois momentos: o primeiro, em 2002, que resultou na monografia de conclusão do curso de Psicologia da UFRJ, realizado enquanto participava como monitora do Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo (MPE/Funbio)* na região; o segundo, em 2005, que resultou na dissertação de mestrado defendida na UFRRJ. Em ambas as ocasiões se privilegiou a abordagem qualitativa como base metodológica. Foram realizadas entrevistas a partir de um roteiro previamente planejado, com tópicos e perguntas abertas, do tipo semi-estruturado, de maneira a tornar possível a percepção de outros aspectos. Os focos das entrevistas foram os moradores dos povoados de Canárias e Passarinho, residentes na Ilha das Canárias, e o responsável pelo órgão ambiental gestor da Resex, o Ibama. Além das entrevistas, o tempo de convívio no cotidiano na localidade permitiu realizar a chamada “observação participante”.**

Canárias é o maior povoado da ilha, com cerca de mais de 1.200 habitantes. É também o mais próximo do Porto dos Tatus e passou a sofrer a influência direta do turismo. Já o Passarinho, com média de 300 habitantes, situado mais ao interior da ilha, ainda não é afetado em seu espaço comunitário pela circulação expressiva de pessoas vindas de outras localidades, embora seja o povoado mais próximo de Canárias.

Uma breve retrospectiva do turismo no Delta do Parnaíba

A partir da década de 1980 e, mais intensamente, na de 1990, traduzindo a tendência pela procura de ambientes naturais, o Delta do Parnaíba passou a ser ex-

* Funbio – Fundo Brasileiro para Biodiversidade.

** Em 2002, permanência de quatro meses na região, com visitas aos povoados; em 2005, permanência de 30 dias nos povoados.

plorado por algumas operadoras de turismo na região. Os passeios ao Delta do Parnaíba passaram a ser oferecidos por essas agências, sendo realizados normalmente em grandes embarcações, a partir do Porto das Barcas, no município de Parnaíba, ou, eventualmente, do Porto dos Tatus, no município de Ilha Grande de Santa Isabel (PI). No trajeto realizado ao longo dos rios Iguaraçu e Parnaíba, passando ao longo das Canárias e demais ilhas do delta, os turistas têm a oportunidade de apreciar a região, tomar banho na praia dos Poldros e passear nas dunas do Morro Branco, em duas paradas estratégicas. Ao longo do passeio são servidas frutas, uma caranguejada e o almoço. Esses passeios duram em média oito horas e em 2002 custavam, aproximadamente, R\$ 30,00 por pessoa.

Como destino de grande potencial turístico, o Delta do Parnaíba passou a ser integrado nas estratégias governamentais de desenvolvimento desse setor, ao lado de outros importantes destinos, como o Parque Nacional da Serra da Capivara, o Parque Nacional de Sete Cidades, no Piauí, Lençóis Maranhenses (MA) e Jericoacoara (CE). Em 2001, a Embratur e o IEB lançaram o Programa Pólos de Ecoturismo e o Delta do Parnaíba foi indicado como uma das regiões prioritárias para o desenvolvimento da atividade. No estudo do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do baixo Parnaíba, apresentado em 2002, também se considera que o ecoturismo é a melhor opção para que a região retome o ciclo de desenvolvimento. No mesmo ano, o Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo (MPE/Funbio), atuante na região, realizou uma oficina de Planejamento Estratégico para o Pólo Delta do Parnaíba, com o objetivo de apresentar os trabalhos de planejamento realizados para o Pólo. O programa e a oficina foram promovidos pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente. Uma reunião pública também foi realizada para a instalação do Comitê Gestor Local do Pólo Ecoturístico Delta do Parnaíba, envolvendo entidades locais no processo de “gestão participativa” do Pólo.

Sob a ótica geográfica, a região do Delta do Parnaíba se encontra entre os Lençóis Maranhenses, no lado maranhense, e o complexo turístico do litoral oeste do Ceará, o que fortalece a sua inserção como destino turístico integrado a essas duas outras regiões. Dessa forma, com o passar dos anos e o crescente aumento do fluxo turístico no local, os habitantes tradicionais das ilhas do delta passaram a ter que conviver com certa “espetacularização” do ambiente. E, em muitos casos, deles próprios.

Entre os diversos municípios que compõem a região, Araióses, no Maranhão, e Parnaíba, no Piauí, disputam para si, no cenário turístico e nas políticas de desenvolvimento, um lugar por excelência, o “portão de entrada” para o Delta do Parnaíba. O lado maranhense se sente em desvantagem quanto aos benefícios gerados pelo turismo, apesar de abranger a maior parte do delta.

Recentemente, empreendimentos hoteleiros de grande porte se dirigem à região do Delta do Parnaíba, como foi possível constatar na consulta a um *site*, que disponibilizou informações sobre esta intenção*.

A chegada do turismo na Ilha das Canárias

Em 2002 foi observado o início de visitas sistemáticas na Ilha das Canárias (inserida na área da Resex), em particular a chegada semanal de grupos de turistas de origem holandesa, levados por guias de uma agência de turismo de Parnaíba, e o início da construção de uma pousada à beira-rio.

A constatação da problemática local com a chegada dos primeiros indícios de turismo nas comunidades do delta, a falta de dados sistematizados e instrumentos de manejo da referida Unidade de Conservação, bem como a incerteza com relação ao papel assumido por essas comunidades, inspirou a investigação para o aprofundamento da questão, apresentando o morador local como protagonista desse cenário.

Assim, no intuito de refletir sobre a participação dos moradores da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, buscou-se compreender a dinâmica local com relação ao turismo existente; a percepção dos moradores locais com a chegada do turismo na ilha e sua inserção nos programas de ecoturismo dirigidos à região.

Aspectos das comunidades da Resex Marinha do Delta do Parnaíba

O contexto geográfico da Ilha das Canárias permite que os povoados realizem atividades diversificadas em seus territórios — tanto voltadas para a terra quanto voltadas para o rio. Em cada período da história é possível perceber uma variação na intensidade das atividades exercidas. No entanto, em diferentes relatos é possível registrar que existe predominância de uma atividade que diferencia os povoados da Ilha das Canárias e confere certa identidade. Enquanto os moradores de Canárias se reconhecem mais como pescadores, no Passarinho o predomínio no trabalho na roça, aliado à pesca, caracterizou, desde a sua origem, o modo de sobrevivência dos moradores e, mais recentemente, a cata do caranguejo é também praticada por um grupo de pessoas. Embora o aparecimento do mercado de

* Cf. Hochheimer Imperatori Arquitetura. Disponível em <www.hiarq.com.br>, acesso em 17 de novembro de 2005.

caranguejo no Delta do Parnaíba tenha se dado entre os anos 80 e 90, no povoado Passarinho a organização dos moradores para atender esse mercado veio mais tarde.

A cata do caranguejo, no Passarinho, é considerada uma atividade relevante “de uns seis anos para cá”, relata um morador em 2005. Da mesma forma que o peixe, a ostra e o sururu, o caranguejo, quando retirado do mangue, servia apenas para o próprio consumo familiar. Os relatos que seguem ilustram essa observação:

A época que eles começaram foi lá pelos anos 70/80. Porque aqui na nossa comunidade o pessoal vivia só da pesca e de trabalhar na roça. Não tinha os “catadores de caranguejo” como eles chamam (risos). Tinha em outros lugares como nos Tatus, no Morro da Mariana, mas aqui mesmo na comunidade nossa não tinha (antigo morador de Passarinho).

Quando pegava caranguejo, pegava pra comer, não sabe? Mas não tiravam as compras como hoje não... mas pra vender não tinha, não tinha compra de caranguejo, só veio a ter de certos tempos pra cá (antiga moradora de Passarinho).

Para os moradores locais esta atividade é marcada pelo esforço físico e, por isso, costuma ser menos apreciada. Por outro lado, é uma atividade que garante uma rentabilidade imediata. Neste povoado, a cata do caranguejo é organizada por um morador local que possui um barco a motor e compra a produção local, transporta e revende a outros atravessadores. A “turma”^{*} do Passarinho possuía, em 2005, aproximadamente 15 integrantes, que afirmavam manter a fidelidade ao comprador local.

Em Canárias, a realidade local é mais complexa, conjugando várias atividades. Além da pesca e da roça, alguns moradores dedicam-se à criação de gado (vaqueiro) e a atividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços públicos (professor, agentes de saúde, auxiliar da escola, entre outros).

No povoado das Canárias, além da presença de apossamentos recentes (pessoas que foram morar na ilha), dos apossamentos pertencentes a membros de famílias tradicionais locais e os apossamentos pertencentes a figuras externas à comunidade, existe uma forma peculiar de apropriação do território que pode ser incluída na categoria de “terras de uso comum”, com referência à Igreja católica. Em Canárias, parte da terra é reconhecida como pertencente a São José^{**}. Andrade

^{*} Como são conhecidos os grupos de catadores de caranguejo.

^{**} De acordo com os moradores do povoado de Canárias, no passado houve uma divisão das

(2003) observa as categorias de entendimento que definem as chamadas “terras de santo” ou “terras de santíssima”:

Terras que o grupo não apenas chama de terras de santíssima – e aqui não estamos diante de pura terminologia, mas de categorias de entendimento, de categorias que definem princípios de territorialidade, que organizam sistemas de apropriação dos recursos da natureza, de categorias que fundamentam a identidade étnica desses grupos – mas que vive, em suas práticas e em suas representações como terras de santíssimo (p. 39).

No Passarinho, não há relatos de incidência de “terra de santo”, como nomeada em Canárias. Neste povoado, grande parte das terras é ocupada por pessoas que não possuem titulação, mas possuem o seu cercado. É também caracterizada por inúmeros espaços de uso comum, como as lagoas, as cacimbas e os espaços de pesca, a área de lazer (campo de futebol) e também a igreja. Conforme Almeida (2006), nestas situações de apossamentos, prepondera a adoção de um “sistema de uso comum da terra”, onde o seu controle não é exercido livre e individualmente por um grupo doméstico determinado, mas sim através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares de pequenos produtores diretos que compõem uma unidade social.

O que se observa, ao percorrer esses dois povoados, é uma multiplicidade de arranjos locais de domínio e acesso aos recursos naturais, formalizados do ponto de vista comunitário, invisíveis do ponto de vista técnico e ignorados do ponto de vista legal.

Há também que se destacar que em toda a ilha não existe tratamento sanitário. A água para o consumo é retirada das cacimbas e o lixo produzido é queimado ou enterrado. Dados do Programa Saúde da Família (2006) revelam um índice elevado de doenças parasitológicas entre os moradores, principalmente as crianças.

Percepções locais com relação ao turismo

O recorte no tempo, com relação aos períodos de pesquisa realizados na localidade, em 2002 e em 2005, permitiu observar modificações nas percepções com

terras feita pelos próprios moradores. Nessa divisão, uma área foi destinada à Igreja católica, sendo reconhecida como pertencente a São José. Nessa área, onde se encontra a maior parte dos domicílios, não se compra ou vende terreno.

relação à chegada do turismo na ilha e a construção de uma pousada. Com relação à pousada*, construída por pessoas vindas de São Paulo em sociedade com um “filho da terra”, que viveu 15 anos neste estado, as impressões se transformaram significativamente. Em 2002, a expectativa circulava em torno das promessas com relação aos benefícios que poderia trazer para o povoado. Um abaixo-assinado foi feito apoiando a construção, e a permissão da moradora representante da Igreja católica, responsável pela ordenação do território pertencente a São José, foi dada. Entre os benefícios prometidos na obtenção do consentimento e esperados pela população foram citados: oportunidade de trabalho, escola e até mesmo a tão sonhada chegada da luz**.

Com relação à chegada do turismo na ilha e em particular do grupo de origem holandesa, algumas percepções tiveram destaque. Entre elas: muitos moradores não consideravam a ilha um atrativo para os turistas, desconhecendo os motivos que os atraíam. Para eles, o importante eram as praias e não o povoado. Esses grupos, levados ali por guias de agências de turismo de Parnaíba, percorriam o interior da ilha, tiravam fotos, filmavam e, frequentemente, arremessavam “bombs” (balas) às crianças, que se aglomeravam para também observá-los. Quando perguntados sobre os benefícios e prejuízos com relação à visita, muitos se manifestaram indiferentes, em alguns casos demonstrando estranhamento com relação à língua falada por eles e o biótipo e, também, desconforto com relação à forma com que as crianças se comportavam.

Por outro lado, foi possível observar também algumas iniciativas isoladas, demonstrando interesse em beneficiar-se com a chegada do turismo. Entre elas: uma moradora, proprietária de um bar, que passou a oferecer alimentação e abrigar em uma casa pessoas que decidiam pernoitar na ilha; um proprietário de outro bar, que, diante do público estrangeiro, passou a estudar a língua inglesa, no intuito de se comunicar com os visitantes; algumas reuniões promovidas pela enfermeira do Programa Saúde da Família, com o intuito de fomentar a organização do artesanato; alguns bares surgindo na beira da praia.

Ainda em 2002, relatos apontavam para a chegada de pessoas vindas de outras regiões que propunham aos moradores investirem em construções e reformas com interesse em explorar o turismo na ilha.

Em 2005, o cenário do turismo no povoado de Canárias estava fortalecido. A pousada estava funcionando e o fluxo de turistas se intensificou, mas a frus-

* A construção de uma pousada no povoado de Canárias na beira do rio Parnaíba, entendida como um marco simbólico e concreto da chegada do turismo na ilha, foi um fato motivador para a realização da pesquisa em 2002.

** A luz chegou para os povoados da Ilha das Canárias em 2005, quando foram contemplados pelo programa Luz para Todos do Governo Federal.

tração dos moradores com relação a esse empreendimento turístico era visível, pois a pousada apenas havia beneficiado os proprietários de origem paulista, que, inclusive, desfizeram a sociedade com o elo local, o morador nascido no povoado.

Outras mudanças também puderam ser observadas: outros empreendimentos destinados ao turismo (bar-restaurant) e residências foram construídos à beira-rio e alguns jovens da comunidade foram instruídos a acompanhar os visitantes e lhes mostrar o lugar. Em troca recebem gorjeta, como forma de pagamento, conforme relata um jovem morador imbuído desta função, ao discorrer, também, sobre os interesses peculiares do público estrangeiro que visita a ilha (nome dos pássaros e plantas etc.).

Portanto, em Canárias, já é notória a transição nas atividades dos moradores para se beneficiarem-se do turismo. Este fato vem acompanhado de outras propostas de investimento externo para o incremento local, o que acaba alterando a configuração socioespacial do povoado.

Já no povoado do Passarinho, o turismo ainda é visto como algo distante e não pertencente à dinâmica local, como um dia também o foi em Canárias. Resta saber até quando.

Reflexões finais e contribuições para o debate

Embora a região do Delta do Parnaíba se constitua em grande potencialidade para o desenvolvimento do ecoturismo, muitas questões ainda precisam ser equacionadas para o afloramento efetivo da atividade como possibilidade para a Resex. O primeiro aspecto diz respeito à própria relação dos moradores com os mediadores da Unidade de Conservação.

Lustosa (2005), que realizou pesquisa sobre as representações sociais do grupo de catadores de caranguejo do Delta do Parnaíba, percebeu o descrédito dos moradores nas instituições político-burocráticas em geral, como o estado e suas estruturas de administração, especialmente nas ações implementadas pelo Ibama. Conforme o relato dos moradores, na pesquisa realizada por esta autora, algumas iniciativas propostas pelo Ibama e demais órgãos que atuam no local, entre eles o Sebrae, a Embrapa e o Banco do Nordeste, não tiveram continuidade ou não deram certo, como a criação de ostras incentivada como renda alternativa à comercialização do caranguejo, que não obteve mercado consumidor. Na pesquisa de Lustosa foi identificado que, apesar dos muitos esforços do órgão ambiental para organizar os moradores visando à sua participação na gestão da Resex, não se tem obtido êxito.

Embora reconheça a importância das culturas tradicionais e da participação comunitária nos processos decisórios, a autora desconsidera as formas tradicionais de uso e ocupação do território, ao afirmar que:

A categoria Reserva Extrativista, sendo mais restritiva quanto ao uso dos recursos ambientais do que a Área de Proteção Ambiental, não encontrou nenhum impedimento legal para a sua criação, e tampouco enfrentou conflitos de ordem fundiária, pois a dominialidade da área é da União, sob responsabilidade do Ibama, não havendo assim dispêndios financeiros para fins de desapropriação na ocasião de sua criação (Lustosa, 2005, p. 75).

Ao contrário dessa colocação, a presente pesquisa tentou identificar, do ponto de vista local, a complexidade dos processos sociais no universo da Resex. Contrariando os preceitos dessa modalidade de Unidade de Conservação, a Resex do Delta foi criada sem a efetiva participação dos habitantes dessa área. Quando entrevistados em 2002, grande parte dos moradores desconhecia os objetivos e o papel necessário para a criação e implantação da Resex Marinha do Delta do Parnaíba. Foi observada também certa vulnerabilidade diante da intensificação do turismo na localidade, em consequência da valorização da região no cenário ecoturístico e do surgimento de propostas externas para o uso do espaço local (Mattos, 2003).

Esta constatação sugeriu observar que por mais que algumas categorias de Unidades de Conservação tragam em si a legitimação das populações locais, o modo como estas estão sendo replicadas no território nacional nem sempre é fruto de uma efetiva parceria de diálogo e construção.

A hipótese interpretada na presente pesquisa é que a negligência do histórico das formas tradicionais de ocupação do espaço comunitário na criação da Resex criou obstáculos e resistências, aflorou diferentes formas de conflitos intracomunitários e contribuiu com passivos com relação à atuação do órgão ambiental, gerando estagnação nos processos de organização para a co-gestão da Resex. Um boicote silencioso diante de uma proposta que não foi internalizada, não é reconhecida e não se legitima.

Bensusan (2006) observa as dificuldades relacionadas aos títulos de propriedade no país, entre elas os vários títulos existentes para uma mesma terra e o apossamento tradicional das diversas populações — como seringueiros, remanescentes de quilombo, castanheiros, ribeirinhos, entre outros — que, como afirma a autora, devem ser respeitados e integrados às políticas de conservação e desenvolvimento. Para ela, conhecer e lidar com a questão fundiária é parte importante para o estabelecimento e gestão exitosa de uma área protegida.

No caso das Reservas Extrativistas, a posse da terra é coletiva, fundamentada na exploração sustentável dos bens naturais. O Ibama repassa e/ou outorga o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso dos recursos naturais às populações tradicionais (Lustosa, 2005). No entanto, ao mesmo tempo em que se impõe a necessidade de respeito à cultura e construção coletiva de alternativas de desenvolvimento, utiliza-se uma concepção técnico-econômica em que se ignoram os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade e da cultura (Morin e Kern, 2003, *apud* Cunha e Loureiro, 2006).

No caso da Resex do Delta do Parnaíba, a redefinição de regras de uso e acesso aos recursos naturais vem suscitando diferentes posturas e entendimentos com relação aos efeitos da criação da Resex, uma vez que as regras anteriormente exercidas foram suspensas e ainda não foram construídas e internalizadas outras de caráter conservacionista.

Na tentativa de reconstituição do histórico do domínio da terra no povoado do Passarinho, foi observado que a ocupação da área foi feita por duas famílias, e até hoje o povoado é dividido entre o lado dos Brancos (da família Cardoso) e o lado dos Adrião. Com o passar dos anos, grande parte das terras foram compradas por “coronéis”, que passaram a cobrar a “renda” dos moradores pela produção. Como afirmam, antes na proporção 4:1 e mais tarde passando para 10:1, ou seja, a cada 10 sacas de arroz, uma se destinava ao “dono” da terra.

Na pesquisa de campo realizada em 2005, foi observado que os representantes do Ibama tentavam explicar aos moradores que as terras eram deles próprios, pois a área havia se tornado uma Resex. No entanto, alguns ainda mantinham as antigas relações e pagavam a “renda” ao suposto dono da terra, pois, como alegavam, havia o “combinado”. Por outro lado, foi observado, no povoado de Canárias, que alguns moradores se diziam possuidores de terras, alegando terem pagado impostos rurais durante muitos anos e queixavam-se de suas terras estarem sendo apropriadas por outros moradores sem nenhum regulamento, inclusive destruindo áreas consideradas de conservação no antigo sistema.

Segundo um antigo morador, nascido no povoado, antes da criação da Resex se impunha o respeito e, portanto, havia a regularização no uso de determinadas áreas. Com a criação da Resex e o Ibama anunciando que a terra “é dos moradores”, o que significa um avanço do ponto de vista do histórico da política ambiental brasileira*, muitos se sentiram no direito de plantar e derrubar árvores onde bem quisessem. Um efeito colateral de uma medida que se pretende conservacionista.

* A criação das áreas protegidas no Brasil seguiu um modelo preservacionista, que excluía a presença humana desses territórios. No entanto, o fortalecimento dos movimentos socioambientais contribuiu para a formulação de novos modelos de proteção, com caráter inclusivo, a partir da reflexão sobre a superação da dicotomia sociedade X natureza, imposta nos modelos existentes até então. Para um aprofundamento deste tema, consultar (MEDEIROS, IRVING e GARAY, 2004).

O que se observa é que, embora seja considerada uma “população tradicional” e, portanto, seus habitantes vivam intimamente ligados à manutenção dos recursos naturais e estabeleçam entre si relações de compadrio, confiança, ajuda mútua e apresentem-se circunscritos a códigos e valores perpetuados pela tradição através da oralidade, a população da Resex não é homogênea. A diversidade pode ser percebida, como nesse exemplo, pela existência de hierarquias sociais entre os moradores de um mesmo povoado, fundada em diferentes critérios, como a anterioridade da família na localidade ou laços de amizade, e nas diferenças entre os povoados que foram incluídos na Resex (Mattos, 2006).

Outro aspecto que caracteriza a dinâmica local e interfere de maneira negativa na gestão da Resex é o fato de grande parte da sua área ser, supostamente, de domínio do então prefeito de Araíoses, conhecido como Zé Tude.

Embora o órgão ambiental afirme que a área sempre foi de domínio da União, e, portanto, não exista proprietário, o que se observa na área da Resex é uma sucessão de domínios da terra e dos recursos naturais pertencentes a moradores locais e pessoas de outras regiões, que ali exercem o seu poder. Não existe, portanto, um entendimento sobre essa questão, o que vem suscitando conflitos de interesses e resistências para uma efetiva gestão.

O projeto de criação da Resex esbarra nos interesses particulares da figura político-administrativa do município, mas também desconsidera o fato de que parte da terra do povoado de Canárias pertence à Igreja católica, doada aos moradores, como relatam os representantes católicos do povoado. Nessa área, reconhecida como de São José, a apropriação do espaço é feita de maneira coletiva, administrada localmente por uma moradora representante da Igreja, que herdou de seu tio essa responsabilidade.

Considera-se que a apreensão do modo de vida dos habitantes locais, de suas percepções e formas de representar o território constituem elemento fundamental para a compreensão da dinâmica e dos conflitos presentes nas Unidades de Conservação dessa natureza.

Há que se considerar que o ecoturismo, como estratégia para o desenvolvimento local, só alcançará frutos se os moradores se tornarem protagonistas na construção de uma proposta coletiva e de maneira integrada com as políticas que se configuram na região do Delta do Parnaíba. Até o momento da pesquisa, os programas de desenvolvimento do ecoturismo presentes na região, entre eles o programa Melhores Práticas para o Ecoturismo (MPE/Funbio) e o programa Pólos de Ecoturismo, pouco investiram na parceria com os habitantes dos povoados das ilhas do delta e se tornaram superficiais do ponto de vista do desenvolvimento local.

A questão é que, para uma postura proativa é preciso enfrentar os conflitos aflorados por uma conduta homogeneizadora da proposta ambiental, que enco-

briu as diferenças intra e intercomunitárias e suas expressões, e acaba distanciando o público-alvo da proposta de engajamento e co-gestão da área.

A questão é urgente, pois enquanto não se solucionam os entraves de co-gestão da Resex, onde o ecoturismo de base comunitária poderia ser vislumbrado, o turismo de massa, realizado de maneira desordenada, continua chegando à Ilha das Canárias, assim como a especulação imobiliária do espaço, gerando uma situação insustentável a médio e longo prazo.

Nos últimos anos, com a chegada da luz à ilha, algumas iniciativas mais recentes de organização comunitária começaram a aparecer, principalmente no povoado de Canárias, influenciadas por uma profissional da Saúde, que ali atua e que se tornou referência para a mobilização comunitária, fomentando o associativismo e promovendo campanhas de educação ambiental. No entanto, faz-se necessário fortalecer os canais de diálogo e mediação entre as demais comunidades e o órgão ambiental co-gestor da Resex, e destes com os demais espaços de articulação, a fim de tornar visível o caso das populações do Delta do Parnaíba, e aproximá-lo de exemplos de iniciativas sustentáveis de turismo em curso em âmbito nacional e internacional.

O ecoturismo de base comunitária é uma possibilidade que merece ser amadurecida e priorizada nas estratégias de desenvolvimento da região do Delta do Parnaíba. No atual momento ainda esbarra nos entraves da gestão da Resex, mas apresenta, no afloramento da diversidade social dos habitantes do delta e no reconhecimento dos conflitos e tensões, a possibilidade de um caminho rumo ao protagonismo.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. W. B. “Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito”. In: *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanbais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- ANDRADE, M. P. *Terras de índio: identidade étnica e conflitos em terras de uso comum*. São Luís: UFPS, 1999.
- BARNNERMAN, M. *Mamirauá: um guia da história natural da Várzea Amazônica*. Tefé: IDS, 2001.
- BENSUSAN, N. *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CARESTIATO, A. *Educação ambiental como estratégia de desenvolvimento local: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa EICOS/IP/UFRJ, 2000.
- COUTINHO, M. *Ecoturismo: reservas extrativistas no Brasil e experiências da Costa Rica*. Dissertação de Mestrado em Integração da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

- CUNHA, C.; LOUREIRO, C. F. B. *Discutindo as reservas extrativistas num contexto de exclusão social*. Artigo apresentado no II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social. Rio de Janeiro: EICOS/IP/UFRJ, 2006. Disponível em: www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/ClaudiaCunha.pdf
- FEYDIT, L. M. D.; COSTA, M., M. O. *Perfil sócio-econômico, demográfico e ambiental da Ilha de Canárias*. Araiões (MA), 2006 (mimeo).
- IRVING, M. A. “O ecoturismo no Brasil: retrospectiva e tendências”. In: *Boletim de Turismo e Administração*. Centro Universitário Ibero-Americano, v. 10, n. 2. São Paulo: Unibero, 2001.
- _____. “Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas: tendências no contexto brasileiro”. In: IRVING, M; AZEVEDO, J. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.
- LUSTOSA, A. H. M. *Práticas produtivas e (in)sustentabilidade: os catadores de caranguejo do Delta do Parnaíba*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Piauí: MDMA/Prodema/Tropen/UFPI, 2005.
- LIMA, D. “Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade”. In: CASTRO, E.; PINTO, F. (Eds.). *Faces do trópico úmido*. Belém: Cejud, 1997.
- MATTOS, F. *O Delta do Parnaíba nos rumos do Ecoturismo: um olhar a partir da comunidade local*. Monografia de Graduação. Orientação: Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving. UFRJ: Instituto de Psicologia, 2003.
- _____. *Reservas Morais: estudo do modo de vida de uma comunidade na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba*. Dissertação de Mestrado. Orientação: John Cunha Comerford. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRJ, 2006.
- MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. “A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção”. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*. ano VI, n. 9, Salvador, janeiro de 2004.
- MENDONÇA, T. C. *Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não virou e a “Fonte” que não secou*. Dissertação de Mestrado do Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social. Rio de Janeiro: EICOS/IP/UFRJ, 2004.
- MMA/SDS. *Zoneamento Ecológico Econômico do Baixo Rio Parnaíba: Subsídios Técnicos, Relatório Final*. Brasília, 2002.

Vídeo consultado

Pólo de Ecoturismo Delta do Parnaíba. Produção: Raiz Savaget Comunicações. Realização: Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. MMA, 2002.

Turismo e população dos destinos turísticos

um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade - Paraty/RJ



ALEXANDRA CAMPOS OLIVEIRA

Introdução

O município de Paraty, localizado ao sul do litoral fluminense, é considerado um dos mais importantes pólos turísticos nacionais. Área turística de alcance internacional, tem como atrativo principal seu centro histórico, constituído por casario de arquitetura genuinamente colonial.

No entanto, o município de Paraty possui uma grande variedade de atrativos que exercem apelo a outros segmentos turísticos. Rodeado pela Mata Atlântica, possui 80% de seu território composto por unidades de conservação. Além das belezas naturais, possui vários bens imateriais de grande relevância à história paratiense, como as culturas caiçara, negra, indígena, dos quilombos e portuguesa. Tais atrativos se localizam ou manifestam-se majoritariamente nas áreas periféricas do município.

Nesse cenário, destaca-se a Vila de Trindade, localizada na região mais ao sul de Paraty, cujas praias são consideradas as mais belas do município. Parte de seu território está inserido na Área de Preservação Ambiental do Cairuçu. Possui, ainda, traços remanescentes da cultura caiçara. Tais características contribuíram para que a Vila de Trindade passasse a experimentar significativo desenvolvimento turístico, tornando-se a segunda região de maior crescimento da atividade, perdendo apenas para o centro histórico.

Antecedentes históricos

Durante o ciclo do ouro, o município de Paraty tornou-se um entreposto comercial de significativo desenvolvimento, chegando a possuir o segundo mais importante porto do Brasil. Por este escoava para a Europa o ouro vindo de Minas Gerais (rota conhecida como Caminho Velho). Posteriormente, era escoado o café do Vale do Paraíba que, juntamente com a produção de pinga e derivados de cana, auxiliou no desenvolvimento da economia local.

A partir de 1725, com a abertura do Caminho Novo, “que a excluía do roteiro para as Minas Gerais, reduziu-se o seu comércio” (Enciclopédia dos Municípios, 1950, p. 359). Já em 1870, aberto um caminho ferroviário entre Rio de Janeiro e São Paulo através do Vale do Paraíba, sua economia se viu ainda mais abalada (Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty, vol. I, 2003, p. 30).

O colapso da economia de Paraty deu-se com a Abolição da Escravatura, em 1888, causando um êxodo populacional de grande dimensão: “dos 16.000 habitantes existentes em 1851, restaram, no final do século XIX, apenas 600 velhos, mulheres e crianças, isolando Paraty definitivamente por décadas” (Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty, vol. I, 2003, p. 30).

A falta de comunicações terrestres contribuiu para o isolamento do município. Durante esta época, o acesso à Vila de Trindade se dava somente por mar ou, como relata moradores, feito a pé. Devido ao isolamento, as populações caiçaras passaram “a viver quase que exclusivamente de suas culturas e estratégias de sobrevivência”, tecendo as redes do modo de vida tradicional (Luchiari, 2000, p. 137).

A implementação da Rodovia Rio-Santos (BR-101), ocorrida no período de 1978-1985, inaugurou uma nova fase no município: depois do ouro e do café, o turismo, devido à preservação de seu patrimônio histórico e elementos naturais, passou a constituir, ao lado da agricultura e da pesca, o principal suporte financeiro.

Paraty passou, então, a receber um grande número de visitantes que buscava “a sensação de estar numa pacata vila colonial perdida e cercada por um paraíso natural” (Wilk, 1997, p. 44). Ao lado deste fluxo, passou também a atrair empreendedores que investiam em diversos ramos da atividade turística, integrando-se o município à economia de mercado com a transformação de seu espaço em produto turístico, atendendo à demanda de lazer das populações urbanas.

À primeira vista, a atividade turística pode ser considerada estritamente benéfica, imprimindo uma nova dinâmica à economia local que, então, se encontrava em estado de estagnação. Wilk, entrevistando D. João Maria de Orleans e Bragança, neto da princesa Isabel, que se instalou definitivamente em 1972 em Paraty, relata entusiasticamente o “desenvolvimento” proporcionado pelo turismo no município:

O casarão real da Rua Fresca, de portas e janelas verdes, única construção residencial não-germinada da cidade, foi arrematado por uma ninharia de um nativo. Como, de resto, aconteceu com muita gente depois da abertura da Rio-Santos. Muitos cariocas e paulistas arrumaram a trouxa, compraram seu casarão colonial da mão de pescadores por uma pechincha, abriram pousadas, lojas e restaurantes e vão muito bem, obrigado (1997, p. 44).

Se, por um lado, a atração de empreendedores possibilitou a transformação e adequação de Paraty ao mercado turístico, trazendo consigo novo conhecimento e nova dinâmica, por outro, se deu mediante a marginalização da população local. Em outra passagem da reportagem de Wilk, tem-se um retrato da exclusão da população paratiense no processo de ocupação turística da região central do município:

Já os paratienses nativos não moram mais no Centro Histórico e nem ao redor dele. Os que conseguiram garantir uma casinha perto do pedaço preservado pelo Patrimônio Histórico tiveram sorte. A maioria foi mesmo para a zona rural e para a vizinha cidade de Cunha (Wilk, 1997, p. 47).

De uma maneira geral, observa-se que o desenvolvimento turístico em Paraty está vinculado ao poder econômico, frequentemente favorecendo grupos ou indivíduos de outras localidades e não englobando grande parte da população local. Meneses, nesse sentido, afirma que o município, “como bem cultural não é, para seu habitante, cidade boa para viver enquanto cidade, mas boa, enquanto cenário, para fruição dos proprietários, paulistas ou cariocas, de seus imóveis mais carregados de valor” (2002, p. 98).

Os residentes das áreas periféricas ou mesmo aqueles que se dirigiram a essas áreas com o desenvolvimento turístico na região central, mais tarde (re)viveriam essa realidade. Alheio à ausência de instrumentos de incentivo ou reguladores do poder público, o turismo passou a se constituir, por um lado, em uma oportunidade de renda para essas populações e, por outro, em uma ameaça às suas estratégias de sobrevivência. Brandão trata desta questão aliada às mudanças culturais na Praia Grande do Cajuíba, zona rural do município:

Dos velhos bailes de bate-pé, com dança de tamanca em piso de tábua, restaram apenas versos de canoa. (...) Não faltam sinais da morte iminente da cultura caiçara na Praia Grande da Cajuíba. Num recanto litorâneo ameaçado por violentas disputas de território, pelo turismo predatório e pela ausência do poder público, a grande vítima é o nativo: dos 87 caiçaras residentes na região até junho do ano passado, restam apenas 23 (2004, p. 28).

Brandão (2004) se refere, em seu artigo, à assinatura de comodatos pelos caiçaras, em sua maioria analfabetos, efetivada por uma família que se diz proprietária da praia e que tem vetado o comércio na praia. A população ali residente, no entanto, tornou-se dependente deste comércio, possibilitado através do turismo.

À medida que o turismo avança pelo território paratiense, através do modelo excludente de desenvolvimento da atividade que vem se perpetuando, mais indivíduos se veem ameaçados. São diversos os exemplos de conflitos existentes entre poder econômico e interesse das populações locais, não raro, com a prevalência do primeiro.

Dentro desse cenário de marginalização dos paratienses, situa-se a Vila de Trindade. Na década de 1970, seu conjunto de sete praias, caracterizado pela cor esverdeada da água e rodeado pela Mata Atlântica, conquistou a atenção de uma multinacional. Esta pretendia construir na Vila um condomínio de luxo e passou a comprar terras dos nativos, muitas vezes mediante ameaça: “quando ela [multinacional] chegou, ela disse que isso aqui não era da gente, que a gente não tinha escritura. Eles diziam “se você não vender, a gente vai trazer o perito da companhia, vai botar valor nisso aqui e vai te dar o quanto a gente achar que tem que te dar”, relata Saulo Alves, presidente da Associação de Moradores Nativos Originários da Trindade.

Muitos se recusaram a deixar suas casas. A multinacional enviou para área, então, jagunços armados, reclamando o direito de posse de terra, passando a destruir o pouco da área construída existente, desabrigando moradores (Pereira, 2001, p. 11).

Em Laranjeiras, próximo à Trindade, a mesma multinacional construiria o luxuosíssimo Condomínio de Laranjeiras, um dos mais exclusivos condomínios do país. Nessa região, contrariamente à Vila, não houve uma luta pela terra: “Laranjeiras resolveram de maneira pacífica, porque não existia praticamente ninguém. Na Trindade eles passaram por uma questão mais agressiva, usando pessoas armadas, usando poder econômico”, relata Antônio Porto Filho, paratiense envolvido com a política municipal.

A população de Trindade conseguiu garantir o direito à terra na justiça, através da ajuda dos poucos turistas que, apesar do isolamento, frequentavam a Vila. Estes instruíram e apoiaram os moradores, conseguindo a divulgação da invasão na mídia nacional e internacional e a ajuda de um grande jurista, Dr. Sobral Pinto (que hoje dá nome à rua principal de Trindade). Foi devido a essa articulação entre visitantes e população local que a Vila não deu lugar ao empreendimento. Em 1981, estabelecia-se um acordo entre a multinacional e nativos, segundo o qual grande parte das terras ainda permaneceria sob o poder da primeira. Porém, além do direito a terras, os nativos conquistaram a garantia da liberdade de acesso às

praias. Qualquer empreendimento da multinacional não poderia, assim, privatizar espaços públicos, tampouco se diferenciar significativamente das construções locais, o que impede a existência de mega-projetos na Vila.

Após este acordo, deu-se início o processo de recuperação do lugar, da moradia, modo de vida e cultura local que, segundo Guadalupe Lopes, presidente da ONG local Caxadaço Bocaina Mar, não logrou êxito: “foi um processo doloroso, no qual os caçaras conseguiram permanecer, mas teve uma ruptura cultural muito grande que mexeu muito com a autoestima deles e seus valores”. Isso porque, paralelamente ao processo de recuperação da Vila, ocorria também o processo de desenvolvimento turístico, caracterizado por uma atuação deficiente do poder público.

Os reflexos do turismo na Vila de Trindade

O desenvolvimento do turismo em Trindade se deu de forma diferenciada da região central. Enquanto esta percebia a atração de investimentos e o aumento da especulação imobiliária imediatamente após a abertura da Rodovia Rio-Santos, Trindade se encontrava, ainda, relativamente isolada. A razão está na distância da Vila da região central, totalizando 30 km, dos quais 22 km correspondem a um trecho da Rodovia Rio-Santos e 8 km se faziam por uma trilha. Somente após a construção do Condomínio de Laranjeiras, implantou-se uma estrada aproveitando-se o corte da trilha (PRT-101). Porém, tal via não foi asfaltada, ficando conhecida como Morro do Deus-me-livre, devido às suas curvas sinuosas, declives e aclives, bem como ao fato de que se apresentava uma estrada intransponível em dias de chuva.

Em 1999, esse trecho foi asfaltado por uma companhia telefônica que implantou uma espécie de subestação em Trindade. De acordo com Leila Anunciação Oliveira, nativa de Trindade e então diretora de marketing da Secretaria de Turismo e Cultura de Paraty, este asfaltamento foi conquistado pela Associação de Moradores Nativos e Originários da Trindade, através do bloqueio à obra de implantação de fibras óticas que vinha sendo efetivada pela companhia telefônica.

A pavimentação do Morro do Deus-me-livre, ao lado da chegada da energia elétrica à vila, além de beneficiar aos moradores, contribuiu para o aumento considerável do fluxo de visitantes:

Uma ladeira denominada “Deus me livre”, com uma inclinação fortíssima e totalmente enlameada selecionava naturalmente os frequentadores. Hoje o asfalto e a iluminação elétrica chegaram até a vila, aumentando bastante o número de turistas, grande parte vinda de Paraty para passar o dia. (...) Os mais radicais já elegeram a Praia do Sono, a alguns quilômetros por trilhas ou barco, como

novo refúgio contra a civilização moderna. Entre as duas, como que desafiando a ideologia vigente, está o luxuoso condomínio da Praia de Laranjeiras com suas belas mansões (Revista Scuba, 2003, p. 22).

A notoriedade adquirida pelo conflito com a multinacional na década de 1970 ensejou o processo de desenvolvimento turístico e melhorias como o acesso e iluminação proporcionaram o contínuo crescimento da atividade.

O aumento do fluxo turístico teve como consequência a atração de empreendedores de diversas localidades, que se dedicam a atividades ligadas direta ou indiretamente ao turismo. Assim, o estilo das construções, organização dos serviços e composição demográfica vem sofrendo profundas alterações. Como afirma Pereira, as casas de veraneio, pousadas, restaurantes e bares, feitas de modo desorganizado, “concorrem com as práticas comerciais dos nativos, aumentando o impacto de desordem social já bastante grave entre os nativos e novos residentes lá estabelecidos” (2001, p. 7).

Nesse processo, a cultura caiçara passou a sofrer modificações significativas, enfatizadas por Guadalupe Lopes. Segundo ela, poucos antigos moradores da Vila “permaneceram dentro das atividades originárias: a pesca, o artesanato. A economia passou a ser o turismo, que é uma coisa que eles construíram, mas não sabem administrar”. Ela também cita, dentre essas mudanças, a alteração na alimentação, o contato com a poluição, violência, drogas, e novos costumes aos quais os caiçaras tentam se adaptar. Os benefícios, segundo Guadalupe Lopes, estão no contato com o dinheiro: “os valores eram outros, eles tinham um sistema de troca, todo mundo plantava, todo mundo pescava. Muitos deles acham que a vida de hoje é muito melhor. São os empresários, os que conseguiram se dar bem”. Porém, ressalta que a maioria não obteve o mesmo êxito.

Grande parte da população da Vila de Trindade, assim como em diversas áreas do município, vem sofrendo um processo de marginalização resultante do “desenvolvimento”, proporcionado pelo turismo. Além do desconhecimento das novas formas de trabalho, a população possui ainda desvantagens econômicas com relação aos empreendedores vindos de outras localidades.

Não se trata aqui de criticar a atração de empreendimentos ou a mobilidade de indivíduos que vieram à Vila se dedicar ao turismo. Pelo contrário; em Trindade, tais empreendedores trazem consigo novo conhecimento e nova dinâmica à atividade. Muitos se envolvem na luta pela preservação das características locais e estabelecem relações mais que econômicas com a região. A distinção dos indivíduos que residem nos núcleos turísticos (população original e correntes migratórias) tem apenas a intenção de mostrar que os benefícios advindos do turismo à “população local” não são percebidos igualmente por todos que a compõem. Fre-

quentemente estes benefícios atendem aos interesses de determinadas empresas e grupos dominantes e de indivíduos que estão mais preparados para participar desse processo de exploração turística, ficando à margem, geralmente por ignorância e inexperiência, aqueles que viviam anteriormente nestes núcleos.

Outro ponto levantado por moradores é o superfaturamento dos preços de mercadorias básicas que promove o aumento do custo de vida em Trindade. Segundo o morador A*, apenas o peixe é negociado mais barato: “Somos turistas permanentes. Pagamos o mesmo preço que os turistas durante todo o ano”. Ele critica também a tarifa de ônibus em Trindade (linha Trindade-Paraty), que corresponde ao valor de R\$ 5,00. Os moradores da Vila possuem uma carteirinha, lhes sendo cobrados R\$ 2,60 pela mesma passagem. Ainda assim afirma: “é o ônibus mais caro do Brasil”.

Os diversos problemas e alterações advindos do desenvolvimento turístico, bem como o direcionamento da população da Vila de Trindade à atividade, dão ênfase à necessidade do planejamento do turismo. A histórica exclusão da população no processo de ocupação turística no município de Paraty, por sua vez, destaca a necessidade de participação da população da Vila neste planejamento.

Planejamento turístico e a Vila de Trindade

A deficiência da atuação do poder público municipal em Trindade não só é apontada pela população da Vila como também é reconhecida pelo próprio poder público. Deve-se em grande medida ao foco do órgão oficial de turismo do município, a Secretaria de Turismo e Cultura, no desenvolvimento da atividade em torno do centro histórico paratiense. Tal realidade é confirmada pela então responsável pela Secretaria, a turismóloga Valéria Mozzer.

A Secretaria de Turismo e Cultura de Paraty é responsável pelo planejamento estratégico e operacional da atividade turística. A atual gestão é apontada pelos moradores de Trindade como a que mais se empenhou no desenvolvimento turístico municipal. No entanto, os mesmos criticam sua atuação na Vila. Segundo eles, a população de Trindade participa muito pouco das ações de Paraty.

De acordo com Valéria Mozzer, não existem registros de ações de planejamento turístico anteriores à atual gestão da Secretaria de Turismo e Cultura. Tal realidade denuncia a inexistência de vínculos entre uma gestão e outra, caracterizando uma descontinuidade do planejamento turístico e desperdício de informações que se perderam com a mudança de governo.

* Os nomes de alguns moradores da Vila de Trindade foram omitidos a fim de preservar a integridade dos mesmos.

Antônio Porto Filho, envolvido na política municipal há muitos anos e ex-secretário de Turismo de Paraty, diz não terem sido realizadas muitas ações de planejamento por parte do poder público em Trindade. Das ações catalogadas através do discurso do poder público e dos próprios moradores da Vila, identifica-se uma atuação voltada para a divulgação da mesma e iniciativas incipientes no sentido de organizar a atividade que ali se desenvolve. Dentre elas, cita-se a proibição de estacionar veículos na rua principal em feriados e no verão; a criação da Rua das Artes para exposição de artesanato (não necessariamente artesanato local), evitando o comércio desorganizado também na rua principal; a implantação do Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO) no acesso à Trindade; a sinalização do trevo de acesso à Vila e mais duas placas no interior da mesma; e a distribuição de folheteria.

Grande parte dessas iniciativas se deu através do envolvimento e pressão populares. A criação da Rua das Artes se restringiu apenas à indicação de um local para venda de artesanato, não havendo um projeto ou investimentos adequados em infraestrutura. Pôde-se presenciar, em dias de chuva intensa, a destruição das estruturas improvisadas pelos moradores. A sinalização é deficiente, complementada por iniciativas da população, encontrando-se, assim, despadronizada e, ainda, provocando poluição visual em alguns locais. Segundo Leila Anunciação, existe a intenção de se aproveitar o trabalho realizado pela Escolinha de Entalhes existente em Trindade: “além de a comunidade ficar mais bonita, as crianças ganham com isso e a comunidade também”, afirma.

Com relação à divulgação da Vila, observa-se que esta não é acompanhada por investimentos em infraestrutura e capacitação da população envolvida com o turismo. Ainda, tendo em vista que a região central possui infraestrutura e visibilidade maiores, muitos dos turistas que vão à Trindade apenas permanecem na Vila durante o dia. Com isso, reduzem-se os gastos dos mesmos no local.

Outra realidade que contribui para a redução da permanência e dos gastos do turista é a estagnação da diversificação da oferta turística em Trindade. Segundo Leila Anunciação, os serviços oferecidos na Vila se restringem à tríade “pousada, restaurante e lojinha”. No entanto, a população aponta como necessária uma efetiva capacitação da mão-de-obra local e dos pequenos empreendedores. Uma vez que os moradores não estão devidamente preparados nem mesmo para lidar com essa tríade, não é difícil imaginar que terão dificuldades em desenvolver outros serviços e atender a outros segmentos do mercado turístico. Ressalta-se a importância da intervenção do poder público neste sentido. Por outro lado, são louváveis as iniciativas de muitos membros da população no sentido de desenvolver a atividade. A capacitação profissional possibilitar-lhes-ia, segundo relatos de moradores, maior inserção no processo de desenvolvimento turístico.

Tendo em vista o contexto em que se desenvolve o turismo em Trindade, de que maneira, então, a Vila alcançou a segunda colocação no ranking de atração de turistas do município? Seus atrativos naturais, ao lado da criatividade local e de uma infraestrutura razoável, apesar de rústica (que imprime um diferencial à Trindade, inclusive), atraem cada vez mais turistas. No entanto, esse fluxo é concentrado em determinadas épocas do ano (especialmente durante os períodos do Reveillon, Carnaval e Semana Santa e feriado de Sete de Setembro). Durante a alta temporada, a Vila de Trindade recebe número maior de turistas que efetivamente tem condições de comportar. O resultado é uma superutilização dos serviços urbanos, já deficientes para o atendimento à própria população. Segundo Leila Anunciação, a pavimentação do Morro do Deus-me-livre contribuiu para uma melhor distribuição do fluxo turístico ao longo do ano. Ainda assim, a população se encontra dependente dos rendimentos da alta temporada, não permanecendo, entretanto, inerte mediante essa maléfica dependência.

Através da iniciativa dos moradores, a Secretaria de Turismo e Cultura incluiu dois eventos de Trindade no calendário de Paraty, visando atrair turistas em épocas de fluxo turístico reduzido. Dentre esses, chama a atenção o “Trindade em Festa”, evento que ocorre na mesma data em que se fez o acordo entre população de Trindade e a multinacional que na década de 1970 invadiu a vila. A organização do mesmo, segundo Leila Anunciação, é de responsabilidade da Associação de Moradores Nativos e Originários da Trindade em conjunto com a população da Vila: “a Secretaria de Turismo estará dando o apoio necessário”, afirma.

Considerando-se as iniciativas do poder público acima citadas, pode-se prematuramente inferir que a população de Trindade possui grande participação nas mesmas. No entanto, se por um lado o interesse da população na organização da atividade se faz visível, por outro o interesse do poder público em alavancar esse potencial de envolvimento é obscuro.

Participação da população da Vila de Trindade no planejamento turístico

Toma-se como exemplo a aplicação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), elaborado pela Embratur em 1994 e aplicado em Paraty no final da mesma década. Tal programa, cujo pilar é exatamente a participação da população no planejamento turístico, não teve repercussões na Vila de Trindade. Nem mesmo as lideranças locais participaram de suas oficinas e grande parte da população não tem conhecimento do programa.

Em 2003, uma empresa de consultoria paulista elaborou o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty (PDDT), que passou a balizar

as ações do poder público. Entrevistando lideranças da Vila de Trindade, verifica-se que estas também não participaram da elaboração do PDDT. Se as lideranças locais envolvidas diretamente com o turismo não participam do planejamento turístico, não é de se admirar que grande parte da população não tenha nem mesmo conhecimento da existência do PDDT.

A elaboração desse plano por uma consultoria indica o fracasso do PNMT em seu objetivo final, que seria a criação de um plano estratégico de turismo pela própria população em conjunto com lideranças definidas pelo poder público.

Observa-se que a participação da população de Trindade no planejamento turístico municipal ocorre pontualmente, em ocasiões específicas e parte da iniciativa da própria população, ainda que a Vila se constitua em área de grande potencial turístico, de frequência nacional e internacional, e que o turismo tenha se tornado o esteio da economia local.

O abandono do poder público é evidente no que se refere à infraestrutura urbana. Se a população da Vila e o fluxo turístico sofreram aumentos significativos, os serviços urbanos, por outro lado, experimentaram poucos avanços.

Mediante a ausência de ações do poder público, os moradores de Trindade passaram a envolver-se de maneira positiva para intervir na realidade local. Porém, não obtêm apoio adequado dos governantes municipais: “a gente vai lá, conversa, reivindica tudo, mas eles não fazem muito. Você anda na Trindade e não vê obra da Prefeitura. Tudo o que a gente tem a gente ganhou”, afirma Saulo Alves.

As melhorias na Vila são mais que “ganhos”: são conquistas que vêm se perpetuando desde o conflito com a multinacional através de mobilizações e reivindicações da população. Outras são investimentos dos próprios moradores. Dentre suas ações está a disponibilização de um médico e enfermeira durante o Carnaval de 2004, mediante rateio em conjunto com a Associação de Moradores. Esta Associação é também responsável pela implantação de um sistema de água na Vila, ainda que de maneira improvisada.

Houve também a tentativa de se implantar uma rede de coleta de esgoto, iniciativa apontada como a ação do poder público mais urgente pelos moradores entrevistados. Guadalupe Lopes diz que sua filha, devido a essa deficiência no saneamento urbano local, adquiriu uma doença e veio a falecer em 1997. Desta forma, iniciou-se em Trindade um levantamento de fundos para que fossem realizadas obras nesse sentido. Guadalupe relata o apoio externo adquirido pelos moradores: “o pessoal do Partido dos Trabalhadores de Santos mandou os técnicos, começamos a fazer a obra. Quando chegou em uma certa hora da obra a Prefeitura entrou. O Secretário do Meio Ambiente apresentou uma verba mirabolante e com essa verba desmobilizou a comunidade inteira. Todo mundo ficou por conta desse dinheiro. O dinheiro veio só a metade, ninguém conseguiu pegar o resto até hoje. E está aí abandonado, ninguém conseguiu concluir a obra”.

Outra iniciativa dos moradores se refere à coleta do lixo, realizada apenas duas vezes por semana, resultando em um acúmulo na alta temporada. Segundo Guadalupe Lopes, houve uma tentativa de se implementar a coleta seletiva na Vila: “colocamos coleta seletiva na comunidade, estávamos de parceria com a SOS Mata Atlântica, estava dando tudo certo. Fizemos um galpão, a comunidade estava separando, estávamos com um trabalho de educação ambiental. Tinha até uma cartilha. Mudou de governo, passou-se toda a coleta seletiva para as mãos da Prefeitura. A única coisa que a Prefeitura precisava fazer era organizar a coisa da coleta, buscar o nosso material. Ela não conseguiu fazer isso, o galpão começou a ficar uma monstruosidade. Acabou a coleta seletiva”.

Guadalupe conclui que a Prefeitura, ao invés de oferecer apoio à população, só a prejudica: “[a Prefeitura] quando quer ajudar, só atrapalha. E sempre pega na coisa pior que é o lixo e o esgoto. Não deixa a gente resolver, não dá uma força pra gente conseguir fazer isso”. Ainda, Guadalupe conclui: “até onde eles vão querer chegar? Acho que eles vão querer dar mais um tempo para destruir as comunidades, porque quem fica aqui somos nós. A população começa a ficar enfraquecida, doente, começa a vender suas terras e pronto. Há um interesse por parte de Paraty em Trindade, mas não é com a comunidade que está presente. Ela quer para esse lugar uma outra história, para daqui a alguns anos. Mas um interesse com a comunidade em si, não sinto. Nenhuma prefeitura. Não é uma coisa deste governo. E é um lugar que tem uma importância histórica, é um lugar que deveria ser apoiado, porque tem uma resistência aqui dentro para poder permanecer onde nós estamos”.

O morador B concorda: “a Trindade como pólo turístico para a cidade de Paraty não é muito negócio para o governo do município, porque eles querem imposto, arrecadação. E caíçara não tem dinheiro para pagar imposto. Agora o pessoal de Laranjeiras, os magnatas, gente que tem grana para implantar um condomínio desses é que paga impostos, altos. Então para eles é negócio que os caíçaras saiam daqui e venha para cá gente que tem grana. Se dependesse deles já não tinha mais essa comunidade aqui”.

Saulo Alves diz que, em 2003, a Prefeitura apresentou um projeto de criação de uma estrada-parque em Trindade. Assim, seriam cobrados R\$ 10,00 dos turistas para entrada na Vila. A receita seria destinada à Prefeitura Municipal de Paraty. A Associação de Moradores rejeitou esse projeto. Para Saulo Alves, a cobrança desta taxa poderia engendrar, por um lado, a diminuição do fluxo turístico na Vila, do qual os moradores são extremamente dependentes. Por outro, Saulo Alves afirma que seria uma forma de atrair um turista de maior poder aquisitivo e, sem capacitação profissional e melhoria da infraestrutura, muitos moradores se veriam prejudicados: “o morador da comunidade não teria para quem vender o seu prato de comida, alugar seu camping, sua pousada”.

O projeto não foi aprovado, porém Saulo Alves relata que, em dezembro do mesmo ano, houve uma outra tentativa de implantá-lo: “ele [Prefeito] votou a mesma lei. Ele mandou uma pessoa cobrar aqui no alto no Carnaval. Na Semana Santa ele não cobrou mais, agora está parado”. Saulo reconhece a necessidade de enfrentamento de problemas advindos do crescimento do turismo, porém completa: “o que adiantaria seria a gente ficar na Trindade e ser participante do que ele [prefeito] tem a fazer”.

A partir dessa realidade percebida pela ótica de muitos moradores, torna-se difícil o envolvimento da população com o poder público: “a comunidade está abandonada há tanto tempo que não acredita mais em nada. Então é difícil você articular uma reunião, organizar um curso”, afirma Guadalupe Lopes. Nesse sentido, ela ressalta a importância de se estudar o fator histórico da Vila. Além de passar por toda a questão da luta pela terra, o nativo teve uma difícil reconstrução de seu modo de vida que, sofrendo influência do turismo, passou por alterações profundas. Ainda, grande parte da população, embora envolvida com a atividade, não tem um conhecimento maior a respeito do turismo, o que vem ameaçando sua inserção no processo de ocupação turística.

É necessária a existência de uma política de inclusão que contemple a preparação e capacitação da população para o turismo. Como afirma o morador B, os habitantes de Trindade dedicam-se majoritariamente à atividade, tornando-se dever da Prefeitura apoiá-los no desenvolvimento da mesma. Ressalta que as atuais gestões da Prefeitura e Secretaria de Turismo e Cultura, ainda com todos os problemas, foram as que mais investiram no turismo: “mas ao mesmo tempo em que investe quer cobrar um preço muito alto. A condição é a comunidade se submeter ao controle deles. Queriam cobrar para controlar o fluxo turístico, mas primeiramente tem que investir na infraestrutura do lugar. Novamente rede de saneamento, a educação, a preparação dos profissionais que trabalham com o turismo aqui para o turista vir e pagar por uma coisa que ele está recebendo: o conforto e a consciência de que o lugar está sendo preservado”.

Uma política de inclusão da população deve ser acompanhada por investimentos em infraestrutura. É certo que muitas das deficiências existentes em Trindade aqui apontadas não competem diretamente ao órgão oficial de turismo. No entanto, considerando-se que o turista depende desses serviços e provoca a superutilização dos mesmos, acredita-se que a Secretaria de Turismo e Cultura deveria somar esforços àqueles que cobram por melhorias nesse sentido. Ressalta-se que, como afirma Antônio Porto Filho, a Secretaria de Turismo e Cultura tornou-se a Secretaria mais importante do município, podendo contribuir para a mudança da realidade na Vila.

Considerações finais

O turismo em Paraty (incluindo-se o turismo de segunda residência) tem promovido significativa atração de investimentos ao município. Praias e ilhas, patrimônio da sociedade, têm se tornado áreas exclusivas da elite nacional e internacional. Em áreas menos exclusivas, porém bastante valorizadas, verifica-se a presença cada vez maior de indivíduos dos grandes centros.

A atração desses investimentos é associada à promoção do desenvolvimento do município: a decadente Paraty, ao ser “descoberta” pelo turismo, passa a reviver tempos prósperos. A adequação do espaço de Paraty (e tudo que esse espaço contém: suas populações e relações sociais) ao consumo das elites dá ao município uma simbologia vinculada ao status social de seus consumidores. Pouco se fala a respeito da marginalização da população local.

O “desenvolvimento” paratiense ocorre de maneira controversa: aqueles que sobreviveram aos períodos de decadência econômica não conseguem sobreviver ao “progresso”. Não parece existir o interesse em se elevar os níveis técnicos e de conhecimento da população para acompanhar esse processo de “desenvolvimento”. A sua função seria outra dentro da engrenagem da ocupação turística: a sua exclusão é mais lucrativa do ponto de vista dos interesses dominantes. A população é, assim, incorporada ao novo sistema de produção e consumo com papel distinto dos novos proprietários e produtores do espaço, bem como dos novos usuários (turistas). Constitui-se, quando muito, na mão-de-obra barata empregada na nova economia.

A população de Trindade representa um movimento de resistência a essa realidade. Para os moradores da Vila, o “desenvolvimento” não é apenas obra dos detentores de capital ou do poder público. Apesar da ausência deste, a população de Trindade busca sobreviver intervindo na realidade local.

O abandono do poder público enseja o afastamento da população com relação ao mesmo. É preocupante a constatação de que, para muitos moradores, esse abandono é intencional. Seria uma crítica dos habitantes da Vila não exatamente à Secretaria de Turismo e Cultura, mas a toda Prefeitura, e não especificamente à atual gestão, mas também às gestões anteriores. Para eles, a Prefeitura teria sim interesse em Trindade, porém direcionado a grupos de hegemonia econômica que têm interesse na região e, portanto, não direcionaria esforços para que a população que hoje vive na Vila fosse beneficiada através do desenvolvimento da atividade.

De maneira geral, o modelo de desenvolvimento turístico exógeno, dependente de investimentos externos e excludente com relação à população local, é comum no Brasil. Diversas localidades que apresentam vocação natural para a atividade optam por esse modelo, passando a adequar seus territórios aos padrões

de consumo da elite nacional e internacional. Ao mimetizar características de outras localidades, perdem, assim, exatamente os traços que originaram o fluxo turístico inicial. Seguem a padronização vigente da produção dos espaços turísticos. Desta forma, compreende-se a afirmação de Yázigi: “por toda parte, o que vejo são fragmentos de cidade grande espalhados pelo interior que, mais cedo ou mais tarde, tendem a deixar tudo igual” (2002, p. 135).

A inércia da espera por investimentos que possam promover o desenvolvimento turístico parte de uma visão míope dos responsáveis pelo planejamento da atividade. Não se acredita à população dessas localidades, desprovida de maiores recursos financeiros e de conhecimentos das formas de trabalho do turismo, a responsabilidade pelo desenvolvimento da atividade.

De fato, o desenvolvimento endógeno apresenta diversos desafios. Porém, ao se descartar essa hipótese opta-se por endossar os mesmos modelos excludentes baseados na exploração turística por grupos de poder econômico, obtendo, por um lado, resultados mais facilmente e, relativamente, em curto prazo. Por outro, a marginalização da população e deterioração dos indicadores sociais; a construção de um produto turístico desprovido de relação com o cotidiano da população local, receptáculo para o turista; a padronização dos serviços e aspectos urbanos; a descaracterização cultural, dentre outros impactos negativos. A experiência turística deixa de ser o contato com a realidade local para constituir-se em contato comercial com um espaço “mercadorizado”.

A participação da população no planejamento turístico se apresenta enquanto diferencial estratégico no desenvolvimento da atividade. Através dessa participação, promove-se a construção de um modelo de ocupação turística, e não apenas a cópia e aplicação de modelos, comumente adotada por todo o país. Cria-se um produto que estabelece maior relação com a realidade local e com os interesses, desejos e valores da população.

Uma relação positiva entre turismo e desenvolvimento passa, primeiramente, por uma nova formulação no planejamento turístico, que implique uma visão mais humana que mercadológica da atividade, bem como a atribuição de novos papéis à população local. Além de servir à adequação e competitividade das localidades turísticas, o planejamento deve conceber uma política de inclusão da população no desenvolvimento turístico, especialmente em áreas mais sensíveis aos impactos negativos da atividade.

A Vila de Trindade representa a possibilidade de desenvolvimento turístico que contemple essa inclusão. Enquanto o modelo dominante excludente de ocupação turística não extingue qualquer capacidade de resistência local, perdura-se a oportunidade do turista conviver com a cultura caçara: ouvir histórias da “aldeia antiga”, como chamam os moradores a Vila antes do conflito com a multinacio-

nal; histórias do próprio conflito ou de piratas que teriam sido atraídos pelo ouro que de Paraty era transportado para Portugal; com sorte pode-se experimentar a comida caiçara ou acompanhar o cerco dos pescadores. Dentre os empreendedores, pode-se encontrar nativos da Vila. Dentre as construções existentes, pode-se observar técnicas utilizadas pela cultura caiçara, como nos ranchos de pesca transformados em bares e restaurantes à beira-mar.

No entanto, tais traços se veem, especialmente na alta temporada, em segundo plano, tendo em vista o crescimento desorganizado da atividade. Toma-se como atrativo apenas os elementos naturais da Vila que, diga-se de passagem, são de rara beleza. Isso porque o “turismo cultural” elegeu o centro histórico e seu rico patrimônio, embalagens de status dos novos empreendimentos, como cenário para se desenvolver. A cultura das áreas periféricas não tem merecido atenção equivalente, apesar de sua riqueza. Talvez essas áreas venham a alcançar destaque a partir da atração de novos empreendedores, retirando a população “incapaz” desse progresso, por seu despreparo e desvantagens econômicas, tornando-se apenas cenário desprovido de um conteúdo autêntico.

Referências bibliográficas

- BRANDÃO, T. A Meteórica Agonia dos Caiçaras de Paraty. *O Globo*. Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2004.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS. Paraty, 1950.
- LUCHIARI, M. T. D. P. “Turismo e Cultura Caiçara no Litoral Norte Paulista”. In: *Turismo. Modernidade. Globalização*. RODRIGUES, A. B. (Org.). 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.
- MENESES, U. T. B. Os “usos culturais” da cultura. In: YÁZIGI, E. , CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Org.). *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 88-99.
- PEREIRA, F. M. *Vila da Trindade, Paraty, RJ: Turismo Sustentável?*. Monografia de Bacharelado. Santo André: UNI ABC, 2001.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE PARATY, vol. I. Paraty, 2003.
- REVISTA SCUBA. *Paraty: Turismo Aventura*. São Paulo: Vox Editora, número 59, 2003.
- WILK, C. *Parati: uma Cidade de Outro Tempo. Viagem e Turismo*. São Paulo: Editora Azul, ed. 25, novembro de 1997.
- YÁZIGI, E. *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

Comunidade quilombola de Furnas do Dionísio

*aspectos relacionais entre cultura,
turismo e desenvolvimento local*



**ANELIZE MARTINS DE OLIVEIRA
MARCELO MARINHO**

Considerações iniciais

A Fundação Cultural Palmares — órgão ligado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça — catalogou até o ano de 2004, 743 núcleos remanescentes de quilombos espalhados pelo território nacional, trabalhando com uma estimativa representada por uma população em torno de 2.000.000 de habitantes numa área de 30.581.787,58 hectares. No entanto, pode-se observar que os números aumentaram consideravelmente no decorrer dos anos, sendo que ainda no primeiro semestre de 2008 foram emitidas certidões a 1.038 núcleos quilombolas distribuídos de norte a sul do país.

Acredita-se que tais comunidades são consideradas depositórios culturais em função de sua existência em núcleos relativamente isolados na malha geográfica regional. Essas comunidades buscam o auto-reconhecimento identitário e a afirmação sócio-cultural, questões que vêm se agregar aos problemas econômicos resultantes do isolamento geográfico e do processo de formação histórica do país.

No mundo globalizado, a diversidade cultural local cede lugar à massificação, enquanto as disparidades do Desenvolvimento Humano (medido pelo IDH) acentuam-se nos planos local, regional e global. Essa questão é amplamente discutida no Relatório “Liberdade Cultural num Mundo Diversificado”,

elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com base no Índice do Desenvolvimento Humano relativo ao ano de 2004. O relatório demonstra que a erradicação da pobreza e a solução de problemas em setores prioritários como educação, saúde, meio ambiente e crescimento econômico, passam pela diversidade cultural e pela inclusão social.

Com o tema *Cultura, turismo e desenvolvimento local: potencialidades e perspectivas na comunidade de Furnas do Dionísio*, este artigo é resultante da dissertação de mestrado defendida em 2004 e traz à discussão o significado da cultura como uma ferramenta para o desenvolvimento, razão pela qual se busca analisar, na comunidade quilombola Furnas do Dionísio, como os aspectos culturais próprios podem estimular o desenvolvimento econômico e humano. Contudo, é fundamental levar em consideração as expectativas da população local: pouca chance de sucesso terá todo e qualquer processo de desenvolvimento que desconsidere os fatores endógenos.

Cultura: questão e conceitos

Marvyn Claxton (1994) relembra que, em 1982, a UNESCO definia o termo “cultura” como o conjunto de manifestações humanas que engloba não somente as artes, mas também o modo de vida e os sistemas de valores de uma dada sociedade ou grupo social. No entanto, por sua natureza sistêmica, a cultura deve ser analisada como um processo de compreensão e transformação do mundo, no qual se estabelecem relações intrínsecas entre diferentes aspectos da vida humana e ao qual incorporam-se preceitos econômicos, sociais, artísticos, intelectuais, espirituais, entre outros.

Verhelst (1992, p. 37) defende a ideia de que cultura é um “conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa a fim de se adaptar ao seu ambiente natural e social”. O autor considera vários aspectos vivenciados pelo ser humano, como por exemplo, *savoir-faire*, conhecimentos técnicos, costumes relativos à vestimenta, alimentação, religião, mentalidade, valores, língua, símbolos, comportamento econômico e sócio-político, formas autóctones de tomar decisões e exercer o poder.

Quanto ao dinamismo da cultura, Cunha (1986, p. 101) salienta que “a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados”. Assim, Cuche (1999, p. 143) relembra que “[...] se cultura não é um dado, uma herança que se transmite imutável de geração em geração, é porque ela é uma produção histórica, isto é, uma construção que se inscreve na história e mais precisamente na história

das relações dos grupos sociais entre si”. Na mesma linha de raciocínio, Ullmann (1991, p. 83) sublinha a ideia de que:

[...] o comportamento humano é um comportamento aprendido. O homem não vive predeterminado pelo instinto, o qual adotou, de maneira completa, a vida dos irracionais [...]. Aprendendo a viver, pode, também, aprender a viver melhor. Essa característica de aprender a viver e a humanizar-se recebe o nome de cultura.

Retomando as ideias de Cuche (1999, p. 140), observa-se que “não existem, conseqüentemente, de um lado as culturas puras e, de outro, as culturas mestiças. Todas, devido ao fato universal dos contatos culturais, são, em diferentes graus, culturas mistas, feitas de continuidades e descontinuidade”. Assim, a cultura passa por um processo constante de desestruturação e reestruturação que afeta diretamente a identidade, pois, como aponta Castells (2000), os indivíduos agrupam-se, de forma maleável, em organizações sociais que, ao longo do tempo, podem gerar sentimentos de pertença ao território e, em muitas ocasiões, uma identidade cultural amplamente compartilhada.

Hermet (2002) afirma que as atividades culturais — aqui interpretadas como manifestações de afirmação coletiva — simbolizam uma identidade comum e tornam-se fator de autoestima à medida que as comunidades tendam a caracterizá-las como expressões culturais de seu próprio grupo. Igualmente, quando uma sociedade se comprometer com a valorização de sua cultura e identidade, passando a reconhecer sua história coletiva como instrumento para o enfrentamento dos problemas compartilhados socialmente, a cultura será peça chave para se buscar alternativas que promovam o desenvolvimento local.

Cultura e desenvolvimento

Como relembra Arocena em seu livro *El desarrollo local: un desafío contemporáneo*, as diferenças de idade, etnia, nacionalidade ou religião devem ser consideradas quando se trata do desenvolvimento humano. O conjunto da sociedade — representada por agentes governamentais e não-governamentais, agências de fomento e órgãos internacionais, entre outros — está se tornando mais consciente das diversidades sócio-culturais e da existência de uma sociedade mais complexa e multicultural.

Sob o mesmo enfoque, Kliksberg (1999) afirma que um novo modelo de desenvolvimento deve valorizar o ser humano, de forma que até mesmo o pensa-

mento econômico de modelo capitalista — baseado na ideia de que o progresso material reduziria a pobreza e a disparidade social — está se tornando mais flexível e considerando um processo de desenvolvimento voltado aos valores humanos e à diversidade cultural. Segundo o autor, o processo de desenvolvimento só será autêntico se estiver direcionado ao bem-estar do ser humano que, por sua vez, deverá ser o agente do próprio desenvolvimento.

A cultura, nessa perspectiva, consolida a identidade coletiva e viabiliza novas estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural, mormente no caso de comunidades tradicionais, tais como as comunidades quilombolas.

Comunidade quilombola de Furnas do Dionísio: formação sócio-histórica

Localizada a 48 km de Campo Grande, no município de Jaraguari, a comunidade quilombola de Furnas do Dionísio foi fundada em 1901 por Dionísio Antônio Vieira, ex-escravo oriundo de Minas Gerais, que se deslocou com sua família na expectativa de encontrar solo produtivo no qual pudesse garantir a subsistência de seus familiares.

Seis anos após sua chegada, Dionísio decidiu requerer definitivamente a posse das terras, recebendo o título provisório junto à Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, do então Estado de Mato Grosso. Dez anos mais tarde, foi-lhe outorgado o título definitivo de apropriação, relativo a 914 hectares.

Após sua morte, por volta de 1920, seus onze filhos inventariaram a gleba, demarcando-a em linhas familiares com área entre dois e cinquenta hectares, conforme o tamanho da família beneficiada. Na expectativa de alcançarem melhores condições de vida, muitos dos herdeiros venderam suas terras e migraram para a cidade, restando atualmente apenas 580 hectares pertencentes aos mais de 400 moradores, agrupados em aproximadamente 86 famílias que descendem diretamente de Dionísio.

Aspectos econômicos de Furnas do Dionísio

Segundo os estudos de Leite (1995), a economia dos Dionísios, voltada para a subsistência e para o pequeno comércio, baseia-se na criação de animais de pequeno ou médio porte, na produção de leite e seus derivados, na agroindústria caseira, assim como na agricultura familiar, que ocupa mão-de-obra local, provê o sustento em épocas difíceis e reduz a migração para outras áreas.

Deste modo, a maior parte dos membros da comunidade tem produção própria, cujos excedentes são comercializados em cidades próximas: rapadura, farinha de mandioca, açúcar mascavo, melado, frutas locais em compota (doces de caju, mamão, goiaba, guavira, entre outros), ainda produzidos segundo processos artesanais e métodos passados de geração para geração.

Há também aqueles que trabalham em fazendas da região, como empregados rurais, ou nas três escolas locais (duas municipais e uma estadual), como professores, auxiliares administrativos, merendeiras ou serventes, contribuindo para aumentar a renda de suas próprias famílias. Em média, as famílias compõem-se de cinco membros e têm uma renda mensal que varia de R\$ 400,00 a R\$ 800,00.

Nos últimos anos, observa-se a chegada espontânea de um pequeno contingente de visitantes em busca dos produtos locais e de contato com o modo de vida daquela população quilombola, surgindo, daí, formas incipientes de turismo tanto cultural quanto em espaço natural, incluindo o ecoturismo e o turismo rural. Contudo, a renda gerada por esses visitantes ainda está distante de satisfazer as necessidades da comunidade.

Aspectos sócio-identitários da comunidade de Furnas do Dionísio

Em consequência dos estudos técnicos e antropológicos promovidos pela Fundação Cultural Palmares, em 2000 Furnas do Dionísio recebeu a denominação de “remanescente de quilombos” ainda com base na definição adotada em 1994 pela Associação Brasileira de Antropologia, o que significa “toda comunidade negra rural, que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e tenha vínculo com o passado”. No entanto, o conceito foi alterado e ficou estabelecido pelo art. 2 do decreto federal nº 4887, de 20 de novembro de 2003: “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

A identificação de uma comunidade como quilombola é essencial para garantir o direito à propriedade. Para definir Furnas do Dionísio como território quilombola, a FCP elaborou um relatório técnico, informando sobre os aspectos étnicos, históricos, culturais e socioeconômicos do grupo, para que as terras suscetíveis de reconhecimento e demarcação fossem delimitadas, evitando posteriores questionamentos e disputas territoriais. Muito embora a questão da terra ainda evidencie uma problemática na comunidade e, embora tenham recebido o título de remanescentes de quilombos estejam respaldados pela Constituição Federal, a ocupação da região por famílias que não pertencem ao legado de Dionísio afronta

o registro constitucional, cabendo à justiça a determinação do território ocupado por seus herdeiros e dando-lhes a conquista efetiva pelo título da terra.

Abre-se uma ressalva quanto aos usos e sentidos dos termos *remanescentes* e *comunidades quilombolas*, à medida que o reconhecimento como remanescente de quilombos muitas vezes tenha sido apontado como alternativa para a garantia de suas terras e sua voz política, concebida como ato natural de identificação, obrigando-as conseqüentemente a entender as mudanças na ideologia dominante e promover uma adaptação a esse novo papel.

Por este prisma antropológico, a análise da singularidade de distintos *quilombos* tem permitido ampliar tal conceito ao reconhecer processos históricos e caminhos diferenciados da formulação de pleitos coletivos; o que promove uma percepção a respeito do modo como esses novos atores sociais manipulam e reafirmam seu *ethos* em prol de uma legitimação de direitos e dinâmicas tanto culturais como territoriais, entendidos como elementos significativos para a existência do próprio grupo; assim, o uso terminológico de “comunidades quilombolas” deve vislumbrar a pluralidade conceitual e dinâmica da qual se reveste a aplicabilidade teórica e o entendimento prático em consonância com o verdadeiro significado social e histórico desta categoria: diz respeito à formação de um espaço de resistência, liberdade e relações comunitárias, seja sua formação estratificada na condição de pré ou pós abolição, operando em um sentido de litígio histórico que necessita de um respaldo legal com a finalidade de resguardar e instituir igualdade de direitos; atentando-se também para a categorização enquanto significado político, social, econômico e cultural.

Não apenas por compartilhar características físicas comuns, mas também, e sobretudo, por suas práticas culturais tradicionais, Furnas do Dionísio é uma comunidade que se auto-identifica com o território de que é parte integrante. Em outras palavras, acredita-se que a questão do território acaba por exercer uma influência significativa na reprodução e reconstrução de suas particularidades sociais e culturais, tomado como elemento basilar para a constituição da territorialidade, ou seja, o território na realidade apresenta-se mais que uma base geofísica, sobretudo porque permite uma representação de suas práticas culturais tradicionais que refletem diretamente na comunidade à medida que os membros se auto-identificam com o território e passam a interpretá-lo como a personificação de sua historicidade e cultura.

Vale observar, por esse prisma, que Poutignat e Fenart (1998, p. 189) ressaltam que “os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas”. Dessa forma, os modelos culturais podem ser constantemente reelaborados, com base nas origens, tradições e culturas comuns ao grupo. Ou seja,

as manifestações culturais tanto se originam do grupo quanto dão forma a esse mesmo grupo.

Amorim (1998) ressalta que as comunidades remanescentes de quilombos desenvolveram, ao longo de sua formação, uma identidade que se define pelas experiências vividas e compartilhadas em relação às suas trajetórias históricas. Assim, a identidade tem o território como referencial determinante como ponto de articulação da existência e da memória coletiva.

Em Furnas do Dionísio, as pesquisas revelam que os membros da comunidade valorizam em alto grau a base familiar e os laços de amizade. A organização das atividades desempenhadas muitas vezes depende da cooperação mútua. Tal fato pode ser explicado pela relação de coexistência harmoniosa entre os membros mais antigos e mais jovens, com permanente legado de histórias, tradições e experiências. Boa parte dessa tradição quilombola resultou na publicação do livro “Flor do Quilombo”, compêndio de experiências coletivas realizado por Sirlene Jacquie de Paula Silva, moradora que transformou a história dos Dionísios em literatura infanto-juvenil.

Manifestações culturais em Furnas do Dionísio

Entre as práticas culturais levadas a efeito entre os Dionísios, os momentos de festejo pessoal e devoção religiosa organizam-se em torno da comunidade. As comemorações locais apresentam principalmente caráter religioso e as tradições são transmitidas de geração em geração, preservando-se a memória local. Dessa forma, a integração em torno de manifestações culturais oferece aos membros da comunidade uma estratégia de prevenção quanto aos tempos futuros, como reflexo do desejo de reprodução perene da própria história local. O leque de tradições transmitidas é amplo e inclui vários aspectos, da dança à culinária, da história à farmacopéia.

Saúde coletiva e plantas medicinais

Em Furnas do Dionísio, a diversidade das plantas existentes e o importante conhecimento de ervas medicinais propiciam aos moradores o emprego de uma eficaz farmacopéia local. Nesse sentido, Cuéllar (1997) ressalta que a relação entre natureza e cultura deve fundamentar-se no conhecimento tradicional das comunidades autóctones, de forma a incentivar a gestão sustentável dos bens coletivos.

Assim, além das tradicionais rezas e benzimentos que, no mínimo, trazem algum reconforto e reforçam a identidade comunitária, algumas enfermidades

são tratadas com a farmacopéia regional. Dentre essas plantas, destacam-se, por exemplo, a cancorosa, empregada para combater dores estomacais; o babatimão, como cicatrizante; o marmelinho, empregado para combater a anemia e o reumatismo; a erva cidreira, para gastrite; a flor de laranjeira, um calmante natural, entre várias outras espécies.

Todavia, ressalta-se que o uso de ervas e raízes não é uma forma de recusa voluntária ao tratamento clínico. Pelo contrário, o emprego da farmacopéia natural é uma forma local para paliar o deficiente atendimento semanal do único posto de saúde existente num raio de aproximadamente 15 km.

Festas religiosas

Em junho é festejado Santo Antônio — padroeiro da comunidade —, com rezas, terços e novenas. Paralelamente, realizam-se jogos, preparam-se coletivamente pratos da culinária local, organiza-se um leilão para arrecadar fundos para custeio de despesas definidas pela comunidade. Essas manifestações culturais encerram-se com a queima de uma fogueira. Durante o evento, os Dionísios participam de danças tradicionais, como a catira e o engenho novo, transmitidas de geração em geração.

Nossa Senhora Aparecida também é homenageada no dia 12 de outubro, data em que igualmente comemora-se o Dia da Criança. Para a comemoração de Nossa Senhora, realiza-se uma procissão e a reza do terço. A festividade termina com o almoço em que se servem comidas típicas — arroz com palmito gariroba ou com galinha caipira, frango caipira com gariroba ou com mandioca, arroz carreteiro, bolo de goma de mandioca, quibebe de mandioca (carne refogada com purê de mandioca). Ao término da refeição, são oferecidos doces e bolos às crianças.

Outras comemorações importantes

A Festa da Primavera, comemorada em setembro, convoca a prosperidade, reunindo a comunidade para a realização de atividades culturais, como gincanas, jogos esportivos e outras brincadeiras. Ao anoitecer, membros mais idosos realizam danças típicas e contam histórias de seus ancestrais, enquanto os mais jovens demonstram a harmonia de gerações que marca a festividade.

Em 20 de novembro, comemora-se o Dia da Consciência Negra, com a reunião dos moradores de Furnas do Dionísio, as lideranças políticas e as entidades ligadas à questão do Negro. No plano dos festejos individuais, os aniversários dos mais idosos são uma ocasião em que se reúne grande parte da comunidade. Nessa perspectiva, como sustenta Moura (In: Funari e Pinsky, 2001, p. 38), “as

festas apresentam um caráter ideológico uma vez que comemorar é, antes de tudo, conservar algo que ficou na memória coletiva”. Observa-se, portanto, que os Dionísios se agrupam para celebrar acontecimentos importantes segundo os valores locais, reforçando assim a aliança comunitária e a identidade cultural.

Como demonstram as manifestações culturais dos Dionísios, o reconhecimento do saber e da história local é uma das chaves para ações que viabilizem processos de desenvolvimento sócio-cultural e de sustentabilidade ambiental. Desse modo, os recursos existentes e compartilhados podem ser utilizados para implementar outras atividades de desenvolvimento coletivo, como é o caso do turismo.

O turismo com base local em Furnas

Como orienta Benevides (In: Rodrigues, 1999), o turismo com base local pode ser sistematizado como uma estratégia eficaz de inclusão social, de desenvolvimento sócio-cultural e de preservação ambiental. Para tanto, todo e qualquer projeto deve levar em consideração as reais necessidades da comunidade, da saúde à educação, da geração de empregos ao fortalecimento da identidade cultural, cuja gestão participativa é um item criterioso no momento de aporte à atividade turística. Avalia-se que, se a comunidade não está preparada para receber o turista, seja pela deficiência de equipamentos e objetos que servem de apoio à sua prática social, seja por carência de preparação da coletividade, o turismo será uma atividade meramente econômica que não reproduz benefícios sócio-culturais em comunidades que se esforçam em abrir suas portas para visitaçãõ.

Barreto (2000) sustenta que a atividade do turismo deve servir como estímulo às manifestações da alteridade e da identidade cultural local. Entretanto, as manifestações culturais locais devem evitar a armadilha de se tornarem apenas o reflexo daquilo que o turista busca encontrar naquela comunidade. Enquanto que em Swarbrooke (2000) o turismo de base cultural varia conforme os diferentes espaços geográficos. Em áreas urbanas, o turismo volta-se para atrações turísticas físicas e artes performáticas; em áreas rurais, o turismo centra-se na observação e na vivência de estilos de vida tradicionais.

Portanto, os hábitos culturais dos Dionísios podem servir de estímulo à implantação tanto do turismo em espaço natural — que envolve o exercício de atividades realizadas junto ao meio ambiente e ligadas ao cotidiano rural — quanto do turismo cultural; aquele direcionado às pessoas que desejam vivenciar tradições e costumes específicos dessa comunidade quilombola. Para a Organização Mundial do Turismo (2003, p. 76):

[...] elementos culturais podem encontrar no turismo um importante veículo de revitalização e conservação, geralmente de forma seletiva. Ao observarem que os turistas apreciam suas tradições, é mais provável que os residentes renovem seu orgulho em relação à sua cultura e apoiem a sua conservação.

De acordo com o Guia de desenvolvimento do turismo sustentável (2003), por não exigirem grandes investimentos de capital, as atividades ligadas ao ambiente natural e cultural fazem com que os moradores sejam os primeiros beneficiários; por outro lado, os visitantes podem tirar benefícios do aprendizado sobre o local, sobre seu estilo de vida, suas tradições, sua culinária típica e suas atividades econômicas.

Diante desta premissa, nota-se que os Dionísios vêm apostando em novas alternativas para o desenvolvimento territorial e social, tornando-se assim os protagonistas do processo e não meros coadjuvantes, pois a capacidade endógena dos agentes em realizar ações coletivas é peça chave para o desenvolvimento de competências e vantagens para criar novos modelos que elevem o dinamismo e a inovação. Portanto, não adianta apenas ter o conhecimento, é necessário ter capacidade para inovar e redimensionar os saberes em função de novas perspectivas que possam criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento, inserindo-se dentro deste contexto, a atividade turística.

Em relação às atividades desenvolvidas pelos Dionísios, observa-se que efetivamente a vocação primária é a fabricação de produtos artesanais derivados da cana, da mandioca e do leite. Por intermédio dessa produção artesanal, preserva-se parte da história e da identidade local. Nesse contexto, o turismo pode gerar benefícios sociais e econômicos, não apenas em relação à geração de emprego e renda, mas também no tocante ao fortalecimento da cultura local e da autoestima da comunidade. Consequentemente, a produção poderia sofrer um incentivo a mais para a comercialização e intercâmbio financeiro entre comunidade e visitante, à medida que estes obtivessem nesta transação econômica uma atividade não somente promulgada para o turismo, e sim como oportunidade de atingir mercados externos.

Aqui, cabem duas análises interpretativas: a primeira, relacionada aos postulados teóricos expostos até o presente em conformidade com a realidade investigada quanto às potencialidades que podem ser trabalhadas; e segundo, a visão que a própria comunidade tem em relação ao turismo. Logo, não menos importante de ressalva no tocante à realidade vivenciada no decorrer do processo investigatório é que se pode discorrer que o processo participativo ocorre em uma via de mão dupla dentro da comunidade. Por um lado, organismos de fomento ao turismo têm interesse em tornar a atividade uma realidade para o local – uma vez que a

comunidade agrupa significativos recursos naturais e culturais — e por outro, a comunidade apresenta um receio em desenvolver a atividade por não conseguir se enxergar inclusa no processo de planejamento.

Por conta deste fato é que a visão que a comunidade apresenta frente às questões pertinentes ao turismo, de certa forma encontra-se um tanto fragmentada quanto aos benefícios que podem ser reproduzidos por sua prática socialmente planejada. De fato, os moradores avaliam o turismo como uma atividade que apenas incorpora modelos de desenvolvimento em que persista como consequência o aumento de emprego e geração de renda para a comunidade. E neste caso específico, qual seria a melhor solução?

Partindo-se de pressupostos que ponderem a questão ecológica, processo de inclusão ao território e adaptabilidade sócio-cultural em relação a Furnas do Dionísio, é necessário delimitar o papel do turismo com base local e fazer com que repercutam questões de sustentabilidade ambiental e singularidades culturais. Portanto, o desenvolvimento local alavancável por meio desse tipo de turismo deve constituir-se de cinco elementos básicos em se tratando do contexto sócio-cultural da comunidade: preservação/conservação do ambiente, identidade cultural, geração de oportunidades de emprego e renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

Conforme as necessidades citadas pelos próprios moradores, é importante verificar com a comunidade a real situação para efetivação do turismo no local e, por conseguinte, dispor de mecanismos para analisar os benefícios e malefícios que o impacto do turismo poderia desencadear na região. Cabe nessa etapa a realização de oficinas para discussão do que é o turismo, suas causas e consequências, para que posteriormente a comunidade seja sensibilizada para a importância da atividade planejada no local, embora este tipo de iniciativa já tenha sido desenvolvida.

De posse dos dados compilados junto aos Dionísios, traçar estratégias e um planejamento de ações que devem ser propostas como modelos de desenvolvimento local, ou seja, a viabilização deve partir da prática participativa em conjunto com parcerias responsáveis por sua consecução, além de elencar alternativas auto-sustentáveis ligadas ao turismo. Além de oficinas e sensibilização comunitária, a inserção de programas de qualificação de mão-de-obra seria outra atividade a ser estimulada, visando a habilitação dos agentes locais em desenvolver o turismo na região, atentando-se, todavia, para a mobilização das forças produtivas como fator emergente em que sejam reportadas a capacitação dos recursos humanos locais em trabalhar com a atividade, bem como tornando-os aptos para outras atividades reproduzidas em seu território.

Sem o devido planejamento e participação dinâmica na gestão do turismo, é quase que impossível que a atividade seja conduzida de maneira que possibilite

a inserção da comunidade aos efeitos benéficos que podem ser sancionados. Até mesmo quando apontados os serviços de apoio ao turismo, como bares, restaurantes e dormitórios, melhorias em áreas destinadas ao lazer e infraestrutura básica a ser implantada devem ser disponibilizadas às reais necessidades da comunidade, e não por consequência da atividade no local.

Sob este enfoque, é categórico afirmar que o turismo pode vir a estimular e renovar alguns aspectos das manifestações culturais, que, de uma forma ou de outra, estão sendo transfiguradas devido às forças de desenvolvimento do mundo globalizado. A questão que emerge das potencialidades locais em parâmetros de deficiência dos recursos que conduzem a atividade do turismo podem ser considerados meros paliativos que possam a vir a fortalecer a atividade.

Diante desse fato, novas estratégias de introdução da comunidade em roteiros turísticos se fazem necessárias, a partir do fomento de uma dinâmica em que se possa subsidiar e agregar a maximização de benefícios locais em harmonia com a divulgação e valorização de suas manifestações culturais. No caso de Furnas, as festas de caráter religioso poderiam estar presentes em guias turísticos (regional ou nacional), despertando, no imaginário coletivo, interesse pela cultura da comunidade. Da mesma forma, o desenvolvimento do turismo na comunidade deve se tornar um fator de valorização sócio-cultural e integrar, necessariamente, o planejamento participativo. O fato é que hoje a comunidade está mais ciente de suas potencialidades e acredita fortemente que o turismo pode ser uma indução de práticas sociais e economicamente viáveis, desde que possa ser organizado de maneira participativa e cujo modelo de gestão venha legitimar os moradores como beneficiários primários de toda e qualquer ação do turismo de base local.

Considerações finais

A cultura não é um conjunto cristalizado de valores, uma vez que se recria à medida que as pessoas redefinem suas práticas em função das mudanças globais. Assim, as formas de afirmação cultural atribuem sentido de identidade e de pertença, cuja gestão territorial, nesse caso, implica sentimento de pertença da comunidade em relação ao espaço em que está fixada, tomando-se por alicerce as questões culturais que podem levar ao protagonismo local diante das potencialidades e perspectivas que possam conduzir às práticas de gestão e organização do território, fortalecendo e renovando os laços comunitários como vetores para o próprio desenvolvimento.

Por ser uma comunidade quilombola que procura investir no capital humano local para que não fique estagnada no tempo e espaço, as manifestações sócio-

culturais e econômicas podem induzir ao desenvolvimento de “dentro para fora”, possibilitando que anseios e expectativas sejam imputados e conduzidos, gradativamente, a melhores condições de vida.

Na comunidade de Furnas do Dionísio, o legado histórico-cultural apresenta-se de grande valia para que se explore o potencial endógeno de desenvolvimento. Esse território quilombola, depositário de tradições, de histórias e de um vasto patrimônio identitário, reflete um forte sentimento de pertença que, por consequência, pode estimular atividades que venham a promover o desenvolvimento sócio-cultural.

O turismo, se adequadamente planejado, é uma importante alternativa de desenvolvimento, desde que a gestão seja participativa e articulada com vistas a benefícios tanto econômicos quanto sócio-culturais. Sob este enfoque, deve-se preservar hábitos e manifestações culturais dessa tradicional comunidade de remanescentes de quilombos de Furnas do Dionísio, garantindo-se a coesão da malha de relações entretecida ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, promove-se a inserção da comunidade na economia regional a fim de imputar consequentemente o bem-estar sócio-comunitário.

Enfim, planejar significa ser e agir de forma responsável, orientando ações que contemplem o bem-estar coletivo. Seguindo este raciocínio, entende-se que toda e qualquer atividade deva ser realizada com ética e sem falsas promessas e meras palavras que assegurem expectativas ilusórias apenas para beneficiar instituições. No viés do novo paradigma de desenvolvimento inclusivo, significa ter como meta a melhoria da qualidade de vida e do índice de desenvolvimento humano, descentralizando ações e incorporando preceitos que envolvam a gestão participativa e integrada de todos os envolvidos no processo de planejamento e desenvolvimento do turismo com base local.

Referências bibliográficas

- AMORIM, C. R. (Org.). *Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território*. São Paulo: ITESP, 1998.
- AROCENA, J. *El desarrollo local: un desafío contemporáneo*. Buenos Aires: Universidad Católica, 2001.
- BARRETO, M. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas: Papirus, 2000.
- BENEVIDES, I. P. “Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local”. In: RODRIGUES, A. B. *Turismo e desenvolvimento local*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

- CARDOSO, O. H. Quilombo urbano *Família Silva recebe certidão de autorealhecimento pela FCP*. www.palmares.gov.br/com/html/comunidade-rs.htm. Acesso em 30-09-2004.
- CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura, o poder da identidade*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CLAXTON, M. *Cultura y desarrollo*. Paris: UNESCO, 1994.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- CUELLAR, J. P. *Nossa diversidade criadora*. Brasília: UNESCO/Mec/Papirus, 1997.
- CUNHA, M. C. *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HERMET, G. *Cultura e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- KLIKSBERG, B. *Capital social y cultura: claves esenciales del desarrollo*. In: Revista de la CEPAL (69), dezembro de 1999, p. 85-102.
- LEITE, C. D. “Furnas dos Dionísios”. In: *Revista Arca*. Campo Grande, n. 5, outubro de 1995.
- LIBERDADE CULTURAL NUM MUNDO DIVERSIFICADO. Relatório do Desenvolvimento Humano. Lisboa, 2004. Disponível no site: www.pnud.gov.br.
- MOURA, A. P. “Turismo e festas folclóricas no Brasil”. In: FUNARI, P. P. e PINSKY, J. *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- POUTIGNAT, P.; FENART, J. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.
- SILVA, S. J. P. *Flor do quilombo: lendas e narrativas de Furnas do Dionísio*. Campo Grande: Letra Livre, 2004.
- SWARBROOKE, J. *Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética*. São Paulo: Aleph, 2000.
- ULLMANN, R. A. *Antropologia: o homem e a cultura*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- VERHELST, T. *O direito à diferença: identidades culturais e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1992.

O turismo rural em áreas de agricultura familiar

as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local

ENRIQUE SERGIO BLANCO



O novo rural

Alguns municípios do Brasil, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, estão desenvolvendo diversos empreendimentos socioculturais, a partir da prática do turismo rural em áreas onde estão estabelecidas propriedades de agricultura familiar. A associação entre o turismo e o modo de vida das famílias rurais está demonstrando que essa é uma estratégia altamente promissora para o desenvolvimento local. Potencialidades que o meio rural sempre pôde oferecer, mas foram constantemente subaproveitadas por falta, tanto de políticas públicas locais como pela carência de uma mentalidade empreendedora baseada no associativismo e cooperativismo, agora estão sendo exploradas de maneira sustentável. Por isso, se pode dizer que uma nova construção social rural está surgindo em alguns municípios brasileiros.

As “novas ruralidades”^{*} aproveitam e expandem novas funções e atividades no campo, integrando e envolvendo as famílias rurais com o poder público e

^{*} Os conceitos de “novas ruralidades” e de “novo rural” são equivalentes no sentido de apresentar uma constante e crescente diversificação de atividades não-agrícolas, além das tradicionais atividades agrícolas, no espaço rural.

a iniciativa privada. É a conhecida pluriatividade* ou multifuncionalidade** do campo, como é classificado esse novo momento no meio rural brasileiro. Quando um membro, pelo menos, de uma família rural exerce alguma atividade não-agrícola, seja atividade principal ou secundária, fica caracterizada a pluriatividade. Desse modo, as atividades que estão sob o conceito de pluriatividade servem como complemento à renda total da família rural criando uma nova dinâmica no campo. Dependendo do que a região tem a oferecer, várias ocupações remuneradas podem ser consideradas pluriatividades, como as atividades da construção civil ou do comércio em geral.

Em relação à atividade turística, estão sendo criados múltiplos eventos com circuitos e rotas turísticas adequadas às tradições culturais e às condições naturais das regiões. Várias modalidades do turismo, como o turismo alternativo, turismo ecológico, agroturismo, entre outros, estão atraindo os moradores da cidade rumo ao campo. O turismo no espaço rural engloba todas essas formas de turismo e se associa aos agricultores familiares de maneira inovadora, valorizando e preservando o patrimônio rural. O produtor rural passa a ser um empreendedor e prestador de serviços turísticos, trabalhando diretamente na conservação do patrimônio ambiental e cultural de sua região. A relevância da atividade do turismo rural em áreas onde há a predominância da agricultura familiar pode ser constatada, à medida em que essa associação reverte em novas oportunidades de trabalho e renda, pois, nesses casos, a economia local é ativada por meio da diversificação de novas formas de trabalho no campo.

Ao apresentar os modos tradicionais e artesanais da agricultura familiar como produto turístico, o turismo rural amplia suas possibilidades, consolidando o modo de vida rural como um atrativo aos moradores das metrópoles. O estilo de vida, os costumes e o modo de produção das famílias rurais, ou seja, a cultura do campo, passa a despertar o interesse não só dos grandes centros urbanos, mas também dos municípios vizinhos. O compartilhamento de tradições gastronômicas e culturais que poderiam cair no esquecimento é resgatado e valorizado. Nessas regiões, o turismo tradicional de massa está dando lugar a essa nova forma de turismo mais pessoal e acolhedor. O turista convive e se relaciona diretamente com as rotinas diárias das famílias rurais, aprendendo, na prática, suas tradições,

* Para o presente artigo, focalizaremos a pluriatividade nos múltiplos empreendimentos socio-culturais que estão surgindo no campo, a partir da associação entre a agricultura familiar e o turismo rural, com a comercialização da produção das famílias rurais e o resgate do patrimônio rural local.

** A multifuncionalidade, segundo (Cazella, 2003, p. 83) é “o conjunto das contribuições da agricultura a um desenvolvimento econômico e social considerado na sua unidade”. Logo, tanto a pluriatividade como a multifuncionalidade no campo são conceitos complementares.

hábitos e costumes. Consequentemente, há o resgate da autoestima do homem do campo, pois a valorização da identidade cultural rural é incentivada pela presença dos turistas urbanos, estimulando a produção e o desenvolvimento local. Nesse sentido, as atividades não-agrícolas assumem um papel relevante na composição da renda total das famílias rurais, podendo ser consideradas atividades altamente estratégicas para o crescimento socioeconômico local.

Com efeito, as novas atividades rurais estão desenvolvendo a mentalidade do empreendedorismo rural, provocando uma clara mudança no modo de encarar a pluriatividade no campo, pois se as atividades não-agrícolas não eram consideradas como fatores relevantes para o aumento da geração de renda e do nível de emprego no campo, o mesmo não se pode afirmar agora (Graziano da Silva, 1997; Del Grossi; Graziano da Silva, 1998; Schneider, 2003b). Esse novo momento no meio rural brasileiro faz com que a pluriatividade seja uma estratégia altamente positiva para a manutenção das famílias rurais no campo, de maneira digna e sustentável. Um dos reflexos possíveis é a diminuição do fluxo migratório da população do campo rumo à cidade, por meio do aproveitamento da força de trabalho rural em atividades com maior nível de remuneração. Além disso, o incremento do turismo rural nas unidades de agricultura familiar promove a manutenção e a reprodução socioeconômica das formas tradicionais de produção familiar nessas regiões. As propriedades familiares passam a ser encaradas como sistemas produtivos e orgânicos onde são agregadas as novas atividades, necessariamente interligadas e integradas numa proposta concreta de sustentabilidade local, trazendo benefícios reais à geração de emprego e renda no campo.

A associação entre o turismo rural e a agricultura familiar tem despertado tanto interesse que o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou uma linha especial de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Pronaf Turismo Rural, para implementação de projetos em propriedades familiares, como cafés coloniais, pousadas, estabelecimentos do tipo pesque-pague e colha-pague, restaurantes típicos, entre outros. Outra medida foi a criação da Rede Traf (Turismo Rural na Agricultura Familiar), um grupo de articulação nacional envolvendo mais de 100 instituições, com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e o Ministério da Agricultura. O Governo Federal demonstra a intenção de dar prioridade ao desenvolvimento regional e descentralizar as políticas públicas, no sentido de atingir as populações locais de forma mais direta, evitando a burocracia e diminuindo a presença de instituições e organismos mediadores. Assim, várias iniciativas do poder público têm apoiado atividades voltadas para o desenvolvimento local. Prefeituras e diversas instituições estão se associando aos sindicatos de trabalhadores rurais criando cooperativas que procuram atender as necessidades das famílias rurais.

O resgate do patrimônio rural em Dois Irmãos

Um exemplo onde o turismo rural está associado à agricultura familiar por meio da parceria entre poder público, iniciativa privada e instituições da sociedade civil é o Município de Dois Irmãos, no Estado do Rio Grande do Sul, com a criação das Rotas Temáticas. A partir dessas rotas, os turistas têm acesso ao patrimônio ambiental e sociocultural de cada região, a partir da vocação de cada local, como a Rota das Missões, a Rota das Terras, a Rota da Uva e do Vinho, a Rota do Calçado, a Rota Farroupilha, a Rota de Yucumá, a Rota do Caminho das Águas e a Rota Romântica.

No caso de Dois Irmãos, o “Portal da Serra Gaúcha”, há o aproveitamento do fluxo turístico trazido pela Rota Romântica para o desenvolvimento do turismo regional no município. Dois Irmãos, um dos treze municípios que compõem a Rota Romântica, foi colonizado por famílias alemãs em meados do século XIX. A arquitetura da região ainda mantém a construção tradicional das casas em estilo bávaro e enxaimel do período renascentista. Aproveitando essas características regionais e acompanhando a estratégia turística do Estado, a Prefeitura de Dois Irmãos criou a Rota Colonial Baumschneis (Rota dos Baum: os colonizadores da cidade), em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Irmãos, a Emater/RS, o Sebrae e a Associação Rota Romântica. Desse modo, o Município de Dois Irmãos assume a mesma estratégia turística do Estado, mas de maneira regionalizada, com a criação de um circuito local integrado a uma rota temática principal. Essa estratégia permite que o município aproveite o fluxo turístico trazido pela rota principal para atender a um nicho turístico ainda mais específico.

A Rota Colonial Baumschneis é um circuito turístico local que aproveita, de forma sustentável, a tradição camponesa alemã que se desenvolveu a partir de um sistema agroalimentar familiar e regionalizado. Diversas unidades produtivas de estrutura familiar que compõem a paisagem da cidade estão se transformando em verdadeiros empreendimentos rurais familiares, incentivando o desenvolvimento socioeconômico da região. As atividades geradas pelo patrimônio rural formado por recursos naturais, gastronomia típica e diversas manifestações da cultura regional, está sendo valorizado, exatamente, por suas atribuições não-produtivas, revertendo positivamente para o resgate do patrimônio ambiental e cultural de Dois Irmãos. O encontro entre cooperativismo e o associativismo está presente nos 16 pontos de visitação que compõem a Rota Colonial Baumschneis, formada por pequenas e médias propriedades de agricultura familiar, fornecedores locais e marcos históricos da cidade. Em cada ponto de visitação, o turista vivencia e compartilha o modo de vida e de produção familiar da região, tendo contato com os hábitos e costumes regionais, reforçando e mantendo vivos os laços socioculturais

locais. Essa relação de proximidade entre os turistas e as famílias rurais resgata a autoestima dos colonos com a valorização de suas raízes históricas regionais. O interesse dos visitantes de outras regiões pelo patrimônio sociocultural local desenvolve nos moradores um sentimento de pertencimento e de orgulho em relação às suas próprias tradições e costumes que, de outra maneira, poderiam ser esquecidas e desvalorizadas.

Esse processo é resultado da parceria entre o poder público, a iniciativa privada, os sindicatos regionais de trabalhadores rurais e outras instituições, que trabalham em conjunto para identificar e estimular potencialidades, capacidades e vocações locais. Desde 1998, a prefeitura de Dois Irmãos está capacitando os proprietários rurais com cursos de qualidade de atendimento ao turista e realização de visitas técnicas, dentro e fora do Estado. Além dessas ações, a prefeitura criou, em 1991, o PRIT — Programa Rotativo de Incentivo ao Turismo, disponibilizando recursos às famílias rurais com juros de apenas 1%. Além do grande incentivo proporcionado pelas políticas públicas, o empreendedorismo no meio rural depende necessariamente da participação das entidades regionais. Outras instituições como as universidades federais e particulares, as cooperativas, a Emater e o Sebrae também trabalham em parceria, promovendo atividades de assistência técnica e extensão rural, identificando as potencialidades regionais de acordo com as capacidades empreendedoras dos agentes rurais. Há o investimento na capacitação e qualificação da mão-de-obra e na infraestrutura das propriedades, além da divulgação de circuitos e rotas turísticas identificadas com o perfil regional.

Valorizando a produção artesanal

Um dos maiores obstáculos à produção familiar é o seu caráter artesanal. Como não há uma produção regular e padronizada, não é possível atender à demanda gerada pelo mercado tradicional, dificultando bastante a comercialização e o escoamento da produção familiar. Porém, o que a primeira vista poderia ser uma barreira à agricultura familiar e à produção artesanal, passa a ser uma solução para atender a um nicho de mercado que consome tais produtos, pois esses bens possuem alto valor agregado em relação à qualidade nutricional (isentos de agrotóxicos) e ao cuidado na preparação de doces, biscoitos, compotas e outros. Logo, essas qualidades inerentes à produção artesanal, quando comparadas à produção industrial, criam um diferencial marcante e estabelecem um nicho de mercado altamente promissor.

Por isso, a criação das cooperativas é de fundamental importância para a comercialização da produção familiar, devido ao seu caráter não-industrial. Os

produtores rurais também se beneficiam com a venda direta de seus produtos em suas propriedades, evitando a ação dos atravessadores e intermediadores. Os sindicatos locais de trabalhadores rurais incentivam a criação dessas cooperativas. A Fetag/RS (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul), que reúne 357 sindicatos e conta com 394 mil propriedades de agricultoras e agricultores rurais, totalizando cerca de 1 milhão e 300 mil pessoas, desenvolve diversas ações para a organização da produção, estimulando a mentalidade do cooperativismo e do associativismo entre as famílias rurais. A Federação propõe modos inovadores de comercialização, a partir da criação das microcooperativas, e apoia a criação de feiras municipais e miniceasas para abastecer os mercados regionais. Os sindicatos rurais também apoiam a formação de parcerias entre os produtores rurais e as escolas públicas da região, a fim de prover a merenda escolar com a produção familiar. Disseminar essa medida, em parceria com as prefeituras, seria uma estratégia muito interessante, pois além de ser uma forma de escoar a produção, leva produtos com alto valor nutricional aos alunos das escolas.

Outra maneira de comercialização é a criação de eventos socioculturais que divulgam e valorizam a produção local. O Município de Dois Irmãos, por exemplo, assumiu a produção do café colonial como um dos símbolos tradicionais da região. Acompanhando e ampliando essa proposta, as famílias rurais mantêm uma produção regular de geleias, biscoitos caseiros, queijos, schmier (geleia tradicional alemã), tortas, bolos, compotas, refrigerantes naturais e doces artesanais. Os produtos são comercializados na própria Rota Colonial Baumschneis e nos eventos culturais da cidade, como as feiras de comidas típicas alemãs, as mostras regionais de orquídeas e de artesanato local e a Kerb de São Miguel, festa que comemora a colonização alemã de Dois Irmãos.

Dois Irmãos é um exemplo, dentre outros municípios, onde as estratégias do turismo rural estão sendo desenvolvidas em parceria com a agricultura familiar, levando o empreendedorismo ao campo. Dos 430 mil estabelecimentos rurais gaúchos, 394 mil (91%) são voltados para a agricultura familiar. Por isso, o desenvolvimento local é o parâmetro para as ações das prefeituras e das diversas instituições públicas e privadas da região, que procuram atuar sistematicamente e de maneira coordenada.

Conclui-se que a integração do turismo rural com a agricultura familiar está conquistando definitivamente os agricultores, os sindicatos, as instituições parceiras, as prefeituras e os moradores dos municípios gaúchos, trazendo novas formas de desenvolvimento sustentável à população rural. Como há o reconhecimento que, cada vez mais, a metrópole dependerá do campo, não se trata mais de submeter o meio rural às necessidades dos centros urbanos, mas desenvolver ações que atendam a todos os envolvidos. Nesse sentido, o cooperativismo entre o turismo rural e

a agricultura familiar é uma proposta de desenvolvimento local sustentável que promove benefícios concretos, tanto ao mundo rural como às metrópoles brasileiras.

A única ressalva que se poderia fazer é quanto ao risco de padronização das estratégias turísticas rurais voltadas à agricultura familiar. Um bom exemplo disso é a produção do café colonial. Ao contrário de Dois Irmãos, a maciça produção e comercialização do café colonial em algumas cidades vizinhas, onde o fluxo turístico é intenso, está transformando o que era uma produção artesanal de qualidade caseira, numa espécie de produto-rodízio — a produção quase industrializada do que, por essência, é artesanal. Assim, o maior atrativo do meio rural se perde, pois a produção artesanal dá lugar à fabricação comercial. O mesmo poderia se dizer em relação a outras atividades turísticas rurais associadas à agricultura familiar. O empreendedorismo rural tem trazido nítidos benefícios ao campo e deve ser intensificado, sempre mantendo os princípios do cooperativismo e do associativismo e a articulação entre os produtores, poder público e demais instituições locais, mas há limites para a extrema profissionalização dos atores rurais, evitando que as relações espontâneas entre os turistas e os moradores locais tornem-se artificiais. O campo não pode ser o simulacro da cidade, no sentido de que o turismo rural em áreas de agricultura familiar passe a reproduzir e oferecer ao turista os requintes industriais dos produtos e as facilidades de conforto e serviços que ele pode encontrar na cidade. Quando o turista vai ao campo ele procura encontrar uma realidade distinta da que vive diariamente. Por isso, o estilo e a cultura do campo, com seus costumes e tradições específicas regionais, devem manter suas peculiaridades, pois é exatamente o modo de ser das famílias rurais, integradas ao meio ambiente e ao patrimônio rural, um dos maiores atrativos dessas regiões.

Referências bibliográficas

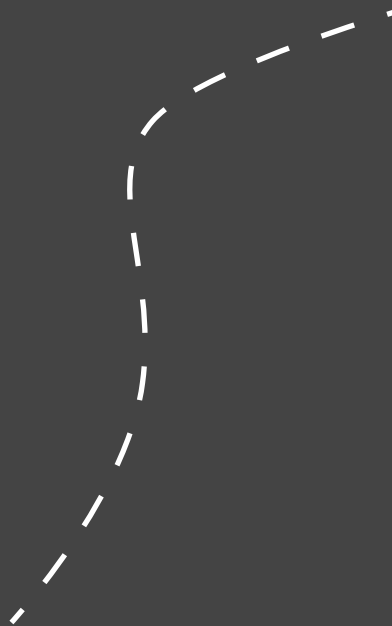
- CAVACO, C. “Turismo Rural e Desenvolvimento Local”. In. RODRIGUES, Adir B. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAZELLA, A. A. “Multifuncionalidade agrícola: retórica ou triunfo para o desenvolvimento rural?” In: CASTILHO, M. L.; RAMOS, J. M. (Orgs.). *Agronegócio e desenvolvimento sustentável*. Francisco Beltrão, 2003, p. 81-104.
- DALE, P. J.; SILVA, J. Graziano da; VILARINHO, C. “Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil”. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M.; FROELICH, J. M. *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998, p. 11-47.
- DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. Graziano da. “A Pluriatividade na Agropecuária Brasileira em 1995”. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. n. 36, v. 2. Poços de Caldas: Sober, 1998, p. 635-645.

- FIALHO, M. A. V.; ANDRADE, M. Lovois de. *Pluriatividade e estratégias socioeconômicas de agricultores familiares: um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti*. <http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/textospublicos.htm>
- SILVA, J. Graziano da. *O novo rural brasileiro*. *Nova Economia*. v. 7, n. 1. Belo Horizonte, 1997, pp. 43-81.
- SCHNEIDER, S. “Atividades não-agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul”. In: ALMEIDA, J. A., RIEDL, M. (Orgs.). *Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. 1ª edição. Bauru: EDUSC, 2000.
- _____. “Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 18, n. 51, São Paulo, p. 99-121.
- _____. *A Pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b.





Experiências brasileiras



Fomento ao turismo de base comunitária

*a experiência do Ministério do Turismo**

KATIA T. P. SILVA
RODRIGO C. RAMIRO
BRENO S. TEIXEIRA



Antecedentes

A criação do Ministério do Turismo, no ano de 2003, assinalou uma mudança de visão do Governo Federal com relação ao setor, terceiro maior gerador de divisas do mundo, conforme a Organização Mundial do Turismo (OMT), ao reconhecê-lo como um dos indutores do desenvolvimento do país com potencial de contemplar crescimento econômico com distribuição de renda e redução das desigualdades sociais e regionais.

Com base nesta definição política, o Ministério do Turismo implementa a segunda edição do Plano Nacional do Turismo – Uma Viagem de Inclusão, 2007-2010, que consiste em um instrumento de planejamento e gestão, elaborado de forma participativa, com o objetivo comum de transformar a atividade em um importante mecanismo de desenvolvimento econômico. Neste sentido o PNT configura-se como a política pública de turismo do Brasil, que em consonância com fatores econômicos, de responsabilidade da iniciativa privada, consiste em desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, considerando expli-

* Colaboraram com a elaboração deste texto os membros da equipe da CGPE/DCPAT/SNPDTur: Nilvana Soares, Karina Cobucci, Maria Fernanda Barrillari Fernandes e Rogério da Silva.

citamente nossas diversidades regionais, culturais e naturais; promover o turismo como fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e fomentar a competitividade do produto turístico nos mercados nacional e internacional.

“o modelo de desenvolvimento proposto pelo governo contempla e harmoniza a força e o crescimento do mercado com a distribuição de renda e a redução das desigualdades, integrando soluções nos campos econômicos, social, político, cultural e ambiental. (...) o turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.”. (BRASIL, 2007, p.15).

No âmbito do Plano, foram formuladas ações de fomento ao setor a partir da seleção de 65 destinos indutores prioritários e da execução de projetos de melhoria de acessos a destinos, de estruturação do desenvolvimento regional do turismo, de certificação de atividades no setor e de apoio à qualificação e à capacitação de produtos e de serviços.

O turismo é uma atividade capaz de atrair divisas, gerar emprego e melhorar o nível de vida das comunidades. Com base nas informações Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – e do Cadastro Geral Emprego e Desemprego do Ministério do trabalho, de acordo com a metodologia de cálculo adotada pelo MTur, entre 2004 e 2008 foram criados cerca de 1,5 milhão de novos empregos e ocupações nas Atividades Características do Turismo, conforme definido pela OMT*.

Ações como o fortalecimento e o fomento dos destinos turísticos do país, por meio principalmente do Programa de Regionalização, do PRODETUR e de ações de infraestrutura, da promoção e marketing, com destaque à promoção internacional do país pela EMBRATUR, da qualificação profissional, entre outras iniciativas do poder público Federal, Estadual e Municipal, contribuíram para a obtenção dos resultados alcançados em termos de geração de nos postos de trabalho no setor formal e informal.

Neste cenário positivo, identificamos que, em muitos territórios, ocorrem grandes vazamentos de renda**, precariedade de parte dos empregos gerados –

* No que se refere ao mercado de trabalho, as atividades características do turismo definidas pela OMT são: alojamento, alimentação, agências de viagens, transportes, aluguel de transporte, auxiliar de transporte, cultura e lazer.

** Os vazamentos de renda no turismo (*financial leakages*) ocorrem quando as receitas advindas de atividades econômicas relacionadas ao setor dos países-destino não se tornam disponíveis para (re)-investimento ou para o consumo de bens e serviços nesses mesmos países.

baixos salários e alta instabilidade/sazonalidade – e exclusão da população local do processo de desenvolvimento turístico. Minimizar e/ou reverter os fatores negativos impõe-se como um desafio que requer um diagnóstico e a formulação de ações alternativas e focalizadas no território ou no segmento em que esta situação ocorre com maior incidência.

No Departamento de Qualificação, de Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT), da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur), por meio da Coordenação-Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas (CGPE), pretende-se enfrentar o desafio de promover o desenvolvimento local por meio da execução de ações com foco no território e nos seus potenciais endógenos relacionados com a cadeia produtiva do turismo. Neste contexto, apóiam-se a formulação e a implementação de projetos que valorizam identidades culturais e, também, o incremento do capital social para a promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, concentra suas ações em áreas de menor dinamismo econômico e reconhecido potencial turístico, bem como regiões afetadas por grandes investimentos privados relacionados à infraestrutura turística.

Desse modo, propõe-se a utilização, de forma sinérgica, das potencialidades do atrativo para a melhoria dos resultados econômicos e da qualidade de vida local, com a valorização da cultura e a preservação do meio ambiente, evitando que o crescimento do turismo provoque uma concentração desordenada do capital produtivo e social, promovendo o acesso a bens e a serviços públicos bem como a integração com outros setores.

A título de ilustração, destacamos a formulação e implementação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, nas regiões do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – MA, de Jijoca de Jericoacoara – CE, da Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba e do Parque Nacional da Serra da Capivara – PI, no âmbito da cooperação com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID, por meio do qual realizamos a incubação de cooperativas populares em atividades econômicas da cadeia produtiva do turismo, em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/COPPE/UFRJ).

Turismo de base comunitária

O crescimento da atividade turística, assim como de outras atividades econômicas, requer planejamento e ordenamento para minimizar os impactos negativos

e, principalmente, potencializar os positivos. Entretanto, em diversas regiões do país, observamos que a expansão desordenada resultou na sobreposição dos impactos negativos, inclusive com prejuízo no médio prazo para a preservação da imagem do destino. A prioridade para a dimensão estritamente mercadológica, em detrimento dos princípios da sustentabilidade social, cultural, ambiental, provoca a desestruturação da cultura local, eleva os índices de vazamentos de renda, descaracteriza ambientes naturais, estimula a especulação imobiliária e exclusão territorial de residentes. Esses impactos são ainda mais deletérios nas localidades mais pobres onde a expansão do turismo é apresentada como alternativa de melhoria das condições sociais, mas se transforma em fator de agravamento da situação social.

Para se contrapor aos impactos negativos do turismo e aproveitar os benefícios da atividade, observamos que em algumas localidades, de diferentes países, por meio da mobilização e organização da sociedade civil, surgiram diversas iniciativas diferenciadas, baseadas nos modos de vida locais. Nestas experiências as dimensões da sustentabilidade são pré-requisitos para a estruturação da oferta das atividades turísticas, como as redes de comércio justo no turismo, as ações ligadas ao *pro-poor tourism* e ao turismo responsável, ações de desenvolvimento local endógeno e o fomento a práticas de economia solidária na cadeia produtiva do turismo. Nesta perspectiva, estruturaram-se as práticas de turismo de base comunitária, também conhecidas como “turismo comunitário”, “solidário”, “de conservação”, entre outras denominações.

Este tipo de organização e oferta do produto turístico possui elementos comuns como a busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor.

A discussão sobre turismo de base comunitária (TBC) no âmbito do MTur está relacionada à segmentação da atividade turística, e, em geral, são os representantes das comunidades locais que trabalham com turismo de base comunitária que provocam os diferentes setores do MTur para se posicionar no debate e/ou estabelecer uma diretriz de política pública para o fortalecimento desta oferta no mercado turístico. Assim, para discutir a proposta de mapeamento de experiências de TBC, submetida ao MTur pelo Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – LTDS, da UFRJ, que tem como uma das linhas de pesquisa o TBC, em 2007, realizamos uma reunião técnica sobre este tema no 35º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens. Participaram desta discussão: técnicos do Governo Federal, MTur (DCPAT e Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento

Turístico – DEAOT), Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério do Meio Ambiente – MMA; e representantes das iniciativas de TBC Acolhida na Colônia, Projeto Bagagem e Fundação Casa Grande.

Um dos resultados deste debate foi a avaliação da equipe técnica do MTur de reconhecer a importância do tema como de competência da área de Segmentação do Turismo. Assim, em consonância com as atribuições da CGPE/DCPAT de apoiar a formulação de projetos em que o turismo é indutor do desenvolvimento local e da geração de emprego e renda, decidiu-se por fomentar iniciativas de TBC, promover o conhecimento do tema, avaliar a viabilidade socioeconômica destas iniciativas por meio de um Edital de Chamada Pública de Projetos.

No edital da chamada pública, face à diversidade conceitual e das experiências referentes ao TBC, o MTur privilegiou a dimensão do protagonismo local. Entende-se que TBC são como iniciativas de estruturação e/ou organização de produtos e serviços turísticos protagonizados pelas comunidades receptoras, como alternativa de geração de trabalho e renda para os residentes.

O fomento às iniciativas de TBC ao mobilizar, organizar e fortalecer os atores locais residentes de destinos para a gestão e a oferta de bens e serviços turísticos visa tanto atrair turistas que demandam especificamente este segmento turístico, como agregar valor a destinos turísticos de cunho mais tradicional, por meio da oferta deste segmento, cujos elementos de preservação e valorização da cultura local, sua identidade e produção são de interesse dos visitantes. A interação entre a comunidade fortalecida em todos os aspectos da sustentabilidade e os visitantes externos é que pode gerar ganhos de bem-estar para a população local, assim como na experiência do visitante.

O produto turístico de base comunitária se diferencia por incorporar o modo de viver e de representar o mundo da comunidade anfitriã. Desta forma, prevê na sua essência um intercâmbio cultural com a oferta dos produtos e serviços turísticos, em que há oportunidade para o visitante vivenciar uma cultura diferente da sua e à comunidade local de se beneficiar com as oportunidades econômicas geradas e também pelo intercâmbio cultural.

Ao considerar a organização da produção turística com base territorial e protagonizado pelas comunidades locais, o apoio às iniciativas de TBC visa:

- contribuir para a geração de emprego e renda locais,
- fortalecer a governança local, em articulação com os demais atores envolvidos na atividade turística,
- diminuir os vazamentos de renda e fomentar o adensamento do mercado local,
- estruturar este segmento turístico, face a crescente demanda turística em níveis nacional e internacional,

- agregar valor a destinos turísticos, por meio da diversificação dos segmentos a serem ofertados,
- promover padrões de qualidade e de segurança da experiência turística, tanto para a comunidade anfitriã quanto para os visitantes.

É importante ressaltar que, para o alcance destes objetivos, é necessário obter um grau de qualidade na oferta de produtos e serviços turísticos que viabilizem a venda destes, bem como a sua consolidação no mercado. Este pressuposto orientou a formatação do Edital de Chamada Pública, ao definir linhas temáticas de apoio como a estruturação, promoção e comercialização, de acordo com a singularidade deste segmento.

Edital de chamada pública de seleção de projetos de TBC

Tendo em vista a organização de algumas comunidades em uma Rede de Turismo de Comunitário, a minuta do Edital de Chamada Pública de Seleção de Projetos de TBC foi submetida a uma consulta pública durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado nos dias 12 e 15 de maio de 2008, na cidade de Fortaleza – Ceará, bem como aos parceiros institucionais do Ministério do Meio Ambiente, para discussão, reformulação e adequação.

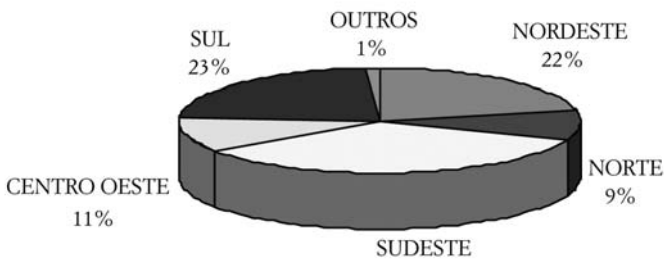
O Edital foi publicado no Diário Oficial no dia 4 de junho de 2008, com data limite para o recebimento de propostas por e-mail e postagem para o dia 18 de julho de 2008. Esforços técnicos e operacionais resultaram em ampla divulgação do edital em diversos veículos de comunicação, como os sites institucionais do MTur e MMA, sites de notícias, como o *Ambiente Brasil*, e apresentação no Núcleo do Conhecimento do III Salão de Turismo, realizado em São Paulo. Outro importante mecanismo foi a divulgação realizada pelos representantes da rede de interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo nos Estados.

De acordo com o edital, foram selecionados projetos de apoio à realização de atividades nas cinco linhas temáticas: 1) produção associada ao turismo; 2) qualificação profissional; 3) planejamento estratégico e organização comunitária; 4) promoção e comercialização; e, 5) o fomento às práticas de economia solidária. Os projetos poderiam se adequar em uma ou mais linhas temáticas, sendo que a solicitação de apoio financeiro poderia ser de R\$ 100.000,00 a R\$ 150.000,00 com prazo de execução de até 18 meses.

Processo de seleção

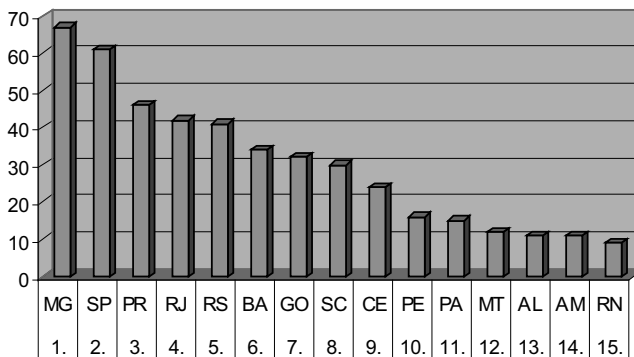
O previsão inicial era o recebimento de cerca de 100 projetos, com a seleção de 10 a 15 para apoio financeiro. Esta expectativa foi amplamente superada, com recebimento de mais de 500 projetos, distribuídos pelas macrorregiões brasileiras, de acordo com o gráfico abaixo. As regiões Sudeste (34%), Sul (23%) e Nordeste (22%) foram as que mais enviaram propostas, totalizando 80% dos projetos recebidos.

Projetos Recebidos por Região



Todas as Unidades da Federação e o Distrito Federal enviaram propostas, sendo que os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia foram os que enviaram maior número de propostas conforme gráfico abaixo.

15 maiores proponentes



Observamos uma grande variedade de instituições que apresentaram propostas entre elas o poder público municipal e estadual, organização sem fins lucrativos de naturezas diversas como ONGs representativas da organização do turismo de fundações de instituição de ensino superior, associações, cooperativas e diversas entidades comunitárias.

A organização dos procedimentos para a seleção foi coordenada pelo Comitê de Avaliação da Chamada Pública de Projetos MTur/n. 001, instituído por portaria ministerial. O processo de seleção das propostas ocorreu em duas etapas: (i) etapa de pré-seleção realizada por técnicos do MTur, com representantes do DCPAT, do PRODETUR e da Coordenação de Segmentação do Turismo, entre os dias 24 e 30 de julho de 2008, a qual resultou na seleção de 140 projetos. (ii) A etapa de avaliação de mérito foi de responsabilidade de uma banca de avaliação composta por técnicos representantes do Governo Federal do: MTur, MMA, MDS, MDA e MTE, especialistas das Universidades: da UFRJ, UnB e UEMS, e técnicos da área de turismo representantes da Empresa Brasileira de Turismo (BrasíliaTur) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES).

Dentre os critérios de avaliação das propostas foram priorizadas aquelas que apresentaram experiências anteriores com TBC, com recorte territorial bem definido, foco em grupos organizados já relacionados ao turismo e participação da comunidade local, seja como proponente, seja como parceiro, com o intuito de privilegiar o fomento ao desenvolvimento local.

A seleção de mérito foi concluída em 01 de agosto de 2008, com a reunião da Banca em Brasília por 02 dias para avaliação final das 140 propostas, das quais foram selecionada 50. Tendo em vista, a disponibilidade orçamentária e capacidade técnica e operacional do MTur, decidiu-se por apoiar 25 projetos com recursos do exercício de 2008 e o 25 para o apoio com recursos do orçamento de 2009.

Resultados finais

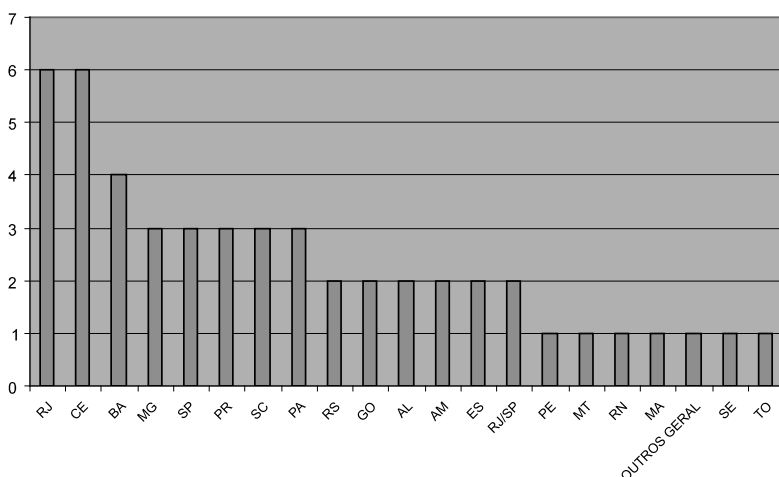
Os resultados finais foram divulgados no site do MTur em agosto de 2008, com abertura de prazo para questionamento dos concorrentes até 22 de agosto, sendo recebido alguns poucos pedidos de esclarecimentos de proponentes não contemplados, sem alteração da relação dos 50 projetos selecionados.

Embora não houvesse compromisso, *a priori*, de selecionar um número mínimo de projetos por região ou proporcional ao número de propostas recebidas, a distribuição geográfica dos projetos seguiu a distribuição proporcional dos projetos recebidos. Houve predominância das regiões Sudeste, Nordeste e Sul que responderam a 80% dos projetos selecionados, sendo que as regiões Nordeste e Sudeste tiveram 16 projetos aprovados cada, o que era esperado, pois são as

regiões com maior histórico de experiências em TBC. A tabela abaixo apresenta um comparativo entre os projetos enviados e os selecionados, por macrorregião.

As propostas selecionadas estão distribuídas em 19 Unidades da Federação, os estados do Rio de Janeiro e do Ceará concentram o maior número de propostas aprovadas, 6 cada um. Estes estados possuem longa tradição em iniciativas de base comunitária, principalmente no litoral e região do Cariri, no Ceará, e comunidades da capital carioca, Serra da Bocaina e litoral sul, do Rio de Janeiro. O quadro abaixo apresenta os projetos selecionados divididos por Estado.

Projetos selecionados por estado



É importante ressaltar que houve um elevado percentual de projetos (60%) que envolvem destinos que pertencem às regiões turísticas dos 65 municípios indutores do desenvolvimento do turismo priorizados pelo Programa de Regionalização do Turismo. Outro ponto em destaque se refere à interiorização dos projetos selecionados, dado que 82% dos projetos selecionados não se localizam em capitais ou regiões metropolitanas.

O espectro das atividades das propostas varia entre realização de planejamento estratégico e mobilização das atividades de TBC nas Comunidades, estruturação e oferta de cursos de qualificação e oficinas, fortalecimento de redes de turismo solidário, melhoria da qualidade da oferta dos produtos e serviços turísticos, promoção e divulgação de produtos e serviços turísticos, bem como realização de eventos, feiras e seminários voltados ao TBC.

A etapa seguinte à divulgação dos resultados consistiu no trabalho da equipe técnica da CGPE/MTur com as instituições proponentes para a adequação das propostas aos requerimentos formais de transferência voluntárias de recursos, o que coincidiu com a implantação de novas regras com o Portal do Sistema de Convênios – Siconv, para a formalização de convênios com o Governo Federal. Esta circunstância exigiu uma força tarefa composta pela equipe técnica do MTur e de representantes dos proponentes, para aprender a utilizar o novo sistema e se adaptar ao estabelecido na legislação vigente.

Apesar desta circunstância de ordem burocrática, 22 processos foram concluídos no SICONV, com a formalização dos convênios e o comprometimento financeiro de R\$3.3 milhões no exercício de 2008. Estes recursos financeiros foram transferidos, quase que integralmente, para as contas dos proponentes no primeiro trimestre de 2009, o que viabilizará a execução destes projetos no prazo de 12 a 18 meses.

A programação prevê a formalização de 28 outros projetos em 2009, dependendo da capacidade técnica e operacional dos proponentes em adequar as propostas selecionadas aos requisitos legais e a disponibilidade orçamentária do MTur, sendo que os procedimentos para o cumprimento desta programação iniciaram-se em fevereiro.

Dessa forma, paralelamente ao cumprimento das formalidades legais para o apoio das iniciativas de turismo de base comunitária, por meio da implementação destes projetos, temos o desafio de acompanhar e avaliar a viabilidade socioeconômica destas experiências, no cenário de desenvolvimento do turismo no país. Assim, acreditamos que a participação colaborativa neste debate com estudiosos do tema de diferentes perspectivas, contribuirá para a construção de um modelo diferenciado de acompanhamento e avaliação destes projetos apoiados, em que fatores qualitativos são considerados com os quantitativos na mensuração da efetividade e eficácia.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério do Turismo. Diretrizes Políticas – Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Brasília: *Ministério do Turismo*, 2004.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão*. Brasília: *Ministério do Turismo*, 2006.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Edital MTur n.º 001/2008. Seleção de Propostas de Projetos para Apoio às Iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Brasília: *Ministério do Turismo*, 2008.

Projetos selecionados no âmbito do edital de chamada pública MTur/n. 001/2008



Nacional

1. Apoio ao turismo de base comunitária (Associação Projeto Bagagem)

Norte

AMAZONAS

1. Fortalecendo o Turismo de base comunitária na RESEX do Rio Unini (Fundação Vitória Amazônica)
2. Turismo de base comunitária no baixo Rio Negro: bases para o desenvolvimento sócio-ambiental (IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas)

PARÁ

1. Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuça (Instituto Peabiru)
2. Ecoturismo base comunitário no Pólo Tapajó (Projeto Saúde e Alegria – CE-APS)
3. Projeto VEM: Viagem Encontrando Marajó (Associação das Mulheres do Pesqueiro)

TOCANTINS

1. Plano de Apoio ao Turismo de Base Comunitária em Taquaruçu/TO (Prefeitura Municipal de Palmas)

Nordeste

ALAGOAS

1. Projeto Plano de Desenvolvimento Estratégico (Associação dos Moradores e Amigos do Pontal da Barra – AMAPO)
2. Tramas em Riacho Doce (Instituto Magna Master – IMM)

BAHIA

1. Ações Prioritárias para a Organização e Inserção Comunitária na Implantação e Gestão de Atividades Ecoturísticas no Complexo Estuarino do Cassurubá (Associação de Estudos Costeiros e Marinhos – ECOMAR)
2. Base local Ecoturismo – Promovendo o turismo de base comunitária na Costa do Cacau, Bahia (Instituto de Turismo de Itacaré)
3. Formação de Lideranças para o Desenvolvimento do turismo de base comunitária (Associação dos Condutores de Visitantes de Lençóis)
4. Projeto Trilhas Griôs de Lençóis (Associação Grãos de Luz)

CEARÁ

1. AYTU – Turismo de base comunitária do povo Tapeba (Associação para o Desenvolvimento Local Co-produzido – ADELCO)
2. Promoção do Turismo Social e Cultural de Base Comunitária no Sertão do Cariri (Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri)
3. Rede de ecoturismo para a vida (Instituto Ambiental Viramundo / Instituto Brasileiro de Tecnologias Sociais – IBTS)
4. Turismo Comunitário: Afirmado Identidades e construindo sustentabilidade (Instituto Terramar)
5. Turismo Comunitário e Solidário no Assaré de Patativa (Universidade Patativa do Assaré)

6. Turismo rural comunitário do assentamento rural Tijuca Boa Vista (Centro Ecológico Aroeira)

MARANHÃO

1. Central de Turismo do Município de Santo Amaro/MA (Prefeitura Municipal de Santo Amaro)

PERNAMBUCO

1. Projeto de potencialização do turismo de base comunitária em Porto de Galinhas (Cooperativa Pernambucana de Prestação de Serviços e Assistência Técnica Agropecuária Ltda - COPERATA)

RIO GRANDE DO NORTE

1. Outro Turismo Acontece: Turismo solidário e cultura popular nordestina (Associação Zuzu Angel)

SERGIPE

1. Estruturação e Fortalecimento do turismo de base comunitária do Povoado Terra Caída (Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes - Sociedade Semear)

Centro-oeste

GOIÁS

1. Um Vale Verde de Verdade (Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado – IPEC)
2. Valorização da Cultura Popular para o turismo em Pirenópolis (Comunidade Educacional de Pirenópolis – COEPI)

MATO GROSSO

1. Guardiões do Pantanal (Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social – SETECS/MT)

Sudeste

ESPIRITO SANTO

1. Ecobase Ilhas Caieiras (Secretaria de Estado de Turismo/ES e Instituto Capixaba de Ecoturismo)
2. Nossa Terra Nossa Arte (Movimento Vida Nova Vila Velha – MOVIVE)

MINAS GERAIS

1. Boas práticas para o turismo comunitário (Centro de Pesquisas e Promoção Cultural – CEPEC)
2. Fortalecimento da rede de produção comunitária para o turismo em Brumadinho (Instituto Cultural Inhotim)
3. Implantação do Turismo de Vilarejo no Distrito de Cuiabá - Gouveia/MG - Circuito dos diamantes (Associação dos Moradores da Comunidade de Cuiabá)

RIO DE JANEIRO

1. Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural na região Costa Verde (Associação dos Moradores do Campinho)
2. Ecoturismo de Base Comunitária da Região da Trilha do Ouro (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica – SAPE)
3. O povo aventureiro: fortalecimento do turismo de base comunitária (Comitê de Defesa da Ilha Grande - CODIG e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ)
4. Projeto Vila Solidária (Ação Comunitária do Brasil)
5. Promoção do turismo de base comunitária em Paraty/RJ: capacitação em gestão sustentável e qualificação profissional em meios de hospedagem (Instituto Amigos da Reserva da biosfera da Mata Atlântica)
6. Reviver Paquetá (Casa de Artes Paquetá)
7. Tecendo redes de turismo solidário (Associação das Costureiras Autônomas do Morro do Cantagalo)
8. Turismo no Morrinho (Morrinho)

SÃO PAULO

1. Centro de capacitação em turismo e hospitalidade de base comunitária da vila da Prainha Branca, Guarujá (Prefeitura Municipal de Guarujá)
2. Turismo com base comunitária em Jquitiba: conciliando a preservação da mata atlântica com geração de renda e trabalho (VITAE CIVILIS - Instituto para o desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz)
3. Turismo Sustentável de base Comunitária na RDS da Barra do Uma (Associação Amigos de Bairro da Vila Barra do Uma)

Sul

PARANÁ

1. Deslocamentos: ecoturismo de base comunitária no litoral norte do Paraná (Sociedade de pesquisa em vida selvagem e educação ambiental – SPVS)

2. Fortalecimento do turismo de base comunitária na conservação de modos de vidas de comunidades tradicionais e preservação da biodiversidade nas comunidades de Rio Sagrado, Morretes (PR): Interconectando Turismo Comunitário com redes de Comércio Justo (FURB – Prefeitura Municipal de Morretes)
3. Turismo solidário: conservando a Floresta com Araucária (Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort – IAF)

RIO GRANDE DO SUL

1. Estruturação do roteiro caminhos rurais (Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico LTDA – Coodestur)
2. Turismo Rural Solidário: promovendo desenvolvimento comunitário sustentável (Grupo Interdisciplinar Ecopolis)

SANTA CATARINA

1. Destino Referência em Turismo Rural de Base Comunitária (Associação Acolhida na Colônia)
2. Saberes e fazeres artesanais das mulheres rurais de Joinville e Região de Santa Catarina (Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho)
3. Turismo: Estratégia de Sustentabilidade para sul de Santa Catarina (Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba – ACEVAM)

Projeto Bagagem: uma experiência de turismo comunitário em parceria com ONGs locais

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Associação Projeto Bagagem

RESPONSÁVEL
Cecilia J. S. Zanotti

Trata-se de uma organização não-governamental que visa contribuir com o desenvolvimento de comunidades no Brasil por meio do turismo comunitário. Sua estratégia é apoiar a criação de roteiros turísticos que beneficiem prioritariamente as comunidades visitadas por meio da geração de renda e da participação direta da população local.

A atuação do Projeto Bagagem se dá a partir da identificação de ONGs que são referência no Brasil por seus projetos em diversas áreas e, em parceria com elas, constrói um roteiro de turismo e convivência que se torna fonte de renda para as comunidades e aprendizagem para os participantes. Além disso, acompanha e apóia o processo de desenvolvimento do turismo nas comunidades, fortalecendo projetos produtivos, culturais, ambientais e sociais. Por meio do registro e da sistematização das metodologias utilizadas em todas as suas ações, o Projeto Bagagem busca a criação de materiais referência para inspirar novas ONGs interessadas em trabalhar com turismo comunitário no Brasil e dialoga com ministérios e secretarias para o fortalecimento dessa atividade no país.

O Projeto surgiu quando duas colegas de faculdade decidiram contribuir com a atuação de ONGs que já tinham resultados reconhecidos nacional e internacionalmente, gerando renda e visibilidade para essas iniciativas. O caminho seria levar grupos de pessoas para passarem as férias nas comunidades onde as ONGs atuavam, unindo aprendizagem e intercâmbio cultural com geração de renda, a partir da valorização do modo de vida local. Em julho de 2002, formou-se o primeiro grupo, com sete integrantes de diferentes estados do país, que parti-

ram para conhecer a mobilização de comunidades ribeirinhas dos rios Tapajós e Arapiuns apoiadas pela ONG Projeto Saúde e Alegria. Desde julho de 2002, nos meses de julho e janeiro, foram organizadas nove expedições para visita às comunidades amazônicas de Santarém/PA no Roteiro Amazônia Ribeirinha. Em julho de 2005, foi realizado um novo roteiro, Ceará Mar e Sertão, e sete visitantes conheceram as comunidades da Prainha do Canto Verde, em Beberibe/CE, e a Fundação Casa Grande em Nova Olinda/CE. Em julho de 2006 o roteiro Trilhas Griôs, na Chapada Diamantina, foi lançado em parceria com o Grãos de Luz e Griô, que já recebeu mais de 20 grupos desde então. Em setembro de 2004, com o sucesso das viagens, aumento do número de participantes por grupo e aumento no lucro de cada viagem, a iniciativa se estruturou como ONG (Associação Projeto Bagagem).

Atualmente fazem parte da Rede de Destinos do Projeto Bagagem os roteiros Amazônia Ribeirinha, em parceria com a ONG Projeto Saúde e Alegria, de Santarém/PA; Gurupá Terra das Águas, em parceria com a Fase Gurupá/PA; e Trilhas Griôs, em parceria com a ONG Grãos de Luz e Griô, de Lençóis/BA.

Em fase de construção, há os roteiros Conexões Caiçaras, em parceria com a Cooperguará Ecotur de Guaraqueçaba e com a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS, em Curitiba/PR; um roteiro na Baixada Maranhense, em parceria com a ONG Formação/CIP Jovem Cidadão, e um terceiro no Vale do Jequitinhonha, em parceria com o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento, de Minas Gerais.

As comunidades atendidas pelo Projeto Bagagem devem ser proprietárias dos empreendimentos turísticos e gerenciar coletivamente a atividade, além de serem as principais beneficiárias da atividade turística, que existe para o desenvolvimento e o fortalecimento da Associação Comunitária.

A principal atração turística é o modo de vida da comunidade, ou seja, sua forma de organização, os projetos sociais de que faz parte, as formas de mobilização comunitária, a tradição cultural e as atividades econômicas. O objetivo é proporcionar intercâmbio cultural e aprendizagem aos visitantes. Não se trata de apresentações folclóricas da cultura popular, mas sim de atividades que fazem parte do cotidiano que o turista vai experimentar, reconhecendo o valor dos mestres da cultura oral no turismo e proporcionando, ao visitante, uma reflexão sobre a própria identidade.

Por ano, são mantidas poucas viagens. O Projeto investe, sobretudo, na estruturação de novos núcleos de turismo comunitário. Com isso, nasce a idéia de se criar a Rede de Economia Solidária do Projeto Bagagem, composta pelos seguintes programas: Rede de Destinos de Turismo Comunitário; Rede de Agências Parceiras; e Rede de Saberes.

Além da capacitação das comunidades, o Projeto Bagagem criou uma Rede de Agências de Turismo Parceiras dos destinos criados, compondo a Rede de Agências Parceiras. Foram preparados também materiais com a sistematização de metodologias para o desenvolvimento do turismo comunitário no Brasil e iniciados diálogos com os ministérios e secretarias para que a criação de ações e programas de turismo comunitário passasse a ser uma realidade no âmbito das políticas públicas federais, compondo, assim, a Rede de Saberes.

Para os próximos anos, o Projeto Bagagem tem recursos aprovados pelo edital do Ministério do Turismo para coordenar a estratégia de Fortalecimento e Expansão da Rede Turisol, a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário. Está prevista a realização de quatro encontros de formação para os membros da rede: Turismo Comunitário e Comercialização, realizado em parceria com o Instituto Formação, do Maranhão; Agroturismo e Desenvolvimento de Territórios Rurais, a ser realizado pela Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia; Turismo Comunitário Educação e Cultura Oral, a ser realizado em parceria com o Grãos de Luz e Griô, de Lençóis/BA; e Gestão do Turismo Comunitário, a ser realizado pelo Instituto Terramar e pela Rede Tucum, no Ceará.

Uma série de publicações sobre os mesmos temas, com disponibilização gratuita no site, será uma outra maneira de democratizar as experiências que estão dando certo no Brasil. Além disso, uma viagem ao exterior para prospecção de parceiros comerciais e a abertura de uma operadora exclusiva de turismo comunitário para comercialização das viagens da Rede Turisol também fazem parte do projeto.

Foi aprovado, em parceria com a ONG Grãos de Luz e Griô, um projeto, com o Monumenta/Iphan, de expansão das Trilhas Griôs, roteiros de turismo comunitário, educação e cultura oral para mais cinco ONGs no país vinculadas à Ação Griô Nacional. O projeto vai gerar cinco novos roteiros de turismo comunitário em Recife e Olinda (PE) e Salvador e Cachoeira (BA), que valorizam os saberes de tradição oral dos griôs e mestres.

O Projeto Bagagem, atualmente, oferece quatro destinos, criados com seis ONGs parceiras e três em desenvolvimento, acumulando 316 visitantes até 2008. Dos R\$ R\$ 220.375,00 gerados até esse ano, R\$ 66.481,00 foram destinados diretamente às comunidades visitadas; R\$ 21.459,00 (10%), ao Projeto Bagagem; e o restante foram custos para a realização da viagem que não envolvem as comunidades. Também foi feito, em novembro de 2007, um encontro de Turismo Comunitário em Lençóis, em parceria com a Acolhida na Colônia, o Instituto Terramar, a Prainha do Canto Verde, a Fundação Casa Grande, a Associação Grãos de Luz e Griô e o Ministério do Meio Ambiente e um encontro de formação de jovens em Turismo Comunitário no mesmo local em abril de 2008, com integran-

tes das ONGs Grãos de Luz e Griô, CPCD e CIP Jovem Cidadão. Além disso, participantes do Projeto estiveram em um missão técnica à Europa, realizada em quatro países, e em reuniões com 13 organizações, agências de turismo e rede de agências.

Contatos

RESPONSÁVEL: Cecília Junqueira Zanotti

TELEFONES: (75) 9155-7664 / (75) 3334-1779 / (11) 8403-9844

E-MAIL: cecilia@projetobagagem.org

SITE: www.projetobagagem.org

Fortalecendo o turismo de base comunitária na Resex do Rio Unini

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Fundação Vitória Amazônica

RESPONSÁVEL
Carlos César Durigan

MUNICÍPIO/ESTADO
Barcelos, AM



O projeto visa, entre outras atividades, preparar os moradores da Reserva Extrativista do Rio Unini para a prestação de serviços turísticos dentro do Parque Nacional do Jaú e na reserva.

A 396 km em linha reta a montante de Manaus e a 496 km por via fluvial, Barcelos localiza-se na margem direita do Rio Negro, sendo o maior município do estado do Amazonas. De Manaus, o acesso pode ser feito por via fluvial, meio mais utilizado, com duração de até 36 horas e saídas três vezes por semana, ou por via aérea, com vôos regulares duas vezes na semana, que duram de cerca de uma hora.

Conhecida como a capital do peixe ornamental, Barcelos encontra-se às margens do Rio Negro e faz parte da bacia sedimentar amazônica. Possui relevo que varia de plano a suave ondulado. A hidrografia é formada por furos, paranás e igarapés tributários do rio Negro. Destacam-se também os rios Aracá, Padaueri, Demini, Quiunim, Caurês Jufaris e Jaú; os lagos Pedras e São Roque; e os paranás Floresta e Piloto. Como na maior parte das áreas ribeirinhas da Amazônia, existem solos de terra firme e solos de várzea, que, no período de cheias, podem alagar. A cobertura vegetal é a da floresta ombrófila densa, com



as matas de várzea e os igapós permanentemente alagados. Há na região uma grande biodiversidade, podendo-se destacar a icteofauna, base da comercialização de peixes ornamentais.

Brasileiros e estrangeiros visitam Barcelos em busca da prática da pesca esportiva. É possível também fazer outros tipos de passeios, como navegar pelos rios e igarapés, onde se pode avistar a variada fauna da região, sobretudo de pássaros. O horário dos passeios é determinante para que se avistem certas espécies, cada qual com um comportamento específico. Em Barcelos, está boa parte do Parque Nacional do Jaú, do Parque Estadual da Serra do Aracá e da Área de Proteção Ambiental de Mariuá, com mais de 1.400 ilhas, o que lhe confere o título de maior arquipélago fluvial do mundo.

Durante o mês de junho, acontecem festas folclóricas, nas quais se destacam as danças de bois-bumbás e as quadrilhas. No verão – período em que ocorre a vazante dos rios –, a cidade oferece praias à comunidade local e aos visitantes, além da tradicional Festa do Peixe Ornamental. A gastronomia local é rica em peixes, mas também tapioca com tucumã, castanha do pará, pimentas, entre outras iguarias. O artesanato em fibras naturais representa objetos utilitários, como cestas, bolsas e o tipiti (artefato utilizado para espremer a massa da mandioca antes de torrá-la). Não faltam lendas típicas da região amazônica, sendo que os caboclos locais estão sempre dispostos a contar sua versão. Além disso, o visitante irá encontrar na região a cultura ribeirinha e das comunidades indígenas típicas da região amazônica, onde a tradição oral é passada de geração a geração, com suas lendas, mitos, curandeirismo, xamanismo benzedores, pajés, entre outros.

Em Barcelos, há alguns hotéis e um albergue, além de restaurantes típicos. Outras forma de hospedagem são os barcos/hotéis flutuantes que promovem a pesca esportiva. Parte dos visitantes que chegam a Barcelos vem com apoio de agências de viagens ou de operadoras de Manaus.

O projeto prevê que, ao envolver as comunidades residentes da Resex na prestação de serviços ao turista do Parque Nacional do Jaú, o visitante poderá conhecer de forma mais próxima a vida dos ribeirinhos, interagindo com eles em festas folclóricas ou religiosas, na prática da pesca tradicional, na coleta da castanha e em outras atividades de trabalho.

Fundada em janeiro de 1990, a Fundação Vitória Amazônica, proponente do projeto, é uma Organização da Sociedade Civil – OSC, sem fins lucrativos, sediada em Manaus. Sua missão alia a melhoria da qualidade de vida dos habitantes à conservação ambiental da região amazônica, mediante o uso sustentável da biodiversidade, o respeito às culturas e à diversidade étnica regional. O objetivo é influenciar políticas e programas para a região amazônica com base nos conhecimentos acumulados a partir de sua experiência local. Sua área geográfica de

atuação é a bacia do rio Negro, com os trabalhos de campo atualmente restritos à sua porção meridional, nos municípios de Barcelos, Novo Airão e Manaus. Na Resex Unini, atua a Associação dos Moradores do Rio Unini – Amoru, que agrega 200 famílias.

Contatos

COORDENADOR: Carlos César Durigan

ENDEREÇO: Estrela D'alva, casa 146, loteamento Parque Morado do Sol,
Bairro Aleixo – Manaus/AM – CEP: 69.060-093

TELEFONE: (92) 3642-4559

E-MAIL: durigan@fva.org.br

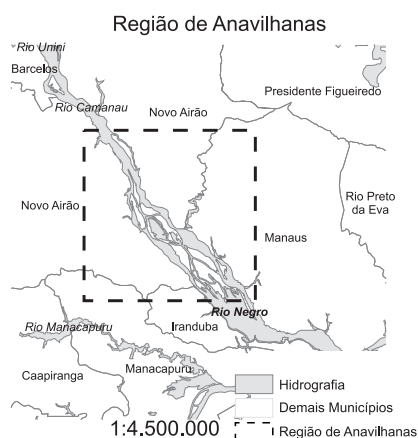
SITE: www.fva.org.br

Turismo de base comunitária no baixo Rio Negro: bases para o desenvolvimento sócio-ambiental

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Instituto de Pesquisas
Ecológicas (IPÊ)

RESPONSÁVEL
Eduardo Badialli

MUNICÍPIO/ESTADO
Manaus e Novo Airão, AM



A região do projeto abrange um mosaico de unidades de conservação situado nesta região, que totalizam cerca de 1.800.000 hectares: o Parque Estadual de Anavilhanas, os Parques Estaduais do Rio Negro – Setor Norte e Setor Sul, a APA Estadual da Margem Esquerda do Rio Negro – Setor Aturiá-Apuazinho, a APA Estadual da Margem Direita do Rio Negro – Setor Puduari-Solimões e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal do Tupé. O mosaico insere-se no Corredor Ecológico Central da Amazônia, maior área de proteção ambiental contínua do mundo.

O acesso à região do baixo Rio Negro é feito somente por via fluvial, partindo-se de Manaus, num trajeto de cerca de 50 km, que dura duas horas, de canoa motorizada. É possível alugar embarcações nas marinas localizadas no bairro da Ponta Negra.

A Manaus, chega-se por via aérea, pelo Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, que recebe vôos domésticos, de algumas cidades da América Latina e de Miami (EUA). Por via rodoviária, o acesso a partir das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste é feito por Belém. A BR-174 também liga Manaus a Boa Vista/RR e à Venezuela. Da maioria das localidades situadas na Região Norte, a

viagem é feita por barcos e aviões de empresas aéreas regionais. Há também ligações rodoviárias entre Manaus e cidades vizinhas.

Novo Airão está à margem direita do rio Negro, a 115 km de Manaus em linha reta. Faz limite com os municípios de Presidente Figueiredo, Manaus, Iraduba, Manacapuru, Caapiranga, Codajás, Barcelos e com o estado de Roraima.

O acesso desde Manaus é feito por via fluvial, numa viagem de cerca de oito horas, ou por via rodoviária, pegando-se a AM-070 (Manaus/Manacapuru) e, no km 80, a AM-352. Da rodoviária saem dois ônibus diariamente para Novo Airão.

A região do Baixo Rio Negro é formada por florestas de terra firme e também por florestas alagadas: as matas de Igapó, com destaque para as ilhas que formam o Arquipélago de Anavilhanas, localizado inteiramente no Parque Nacional. Esse arquipélago é constituído por aproximadamente 400 ilhas, centenas de lagos, rios e igarapés, todos ricos em espécies de vegetais e animais. Também é possível fazer caminhadas por diversas trilhas, tendo como guias os moradores locais e, no período da vazante (de agosto a dezembro), visitar cachoeiras no Rio Cuieiras e em Igarapé Araras.

Em Novo Airão, pode-se conhecer o serpentário com espécies vivas da região e nadar com botos vermelhos que recebem alimentação num restaurante flutuante. O município é conhecido ainda pelo Parque Nacional do Jaú, pelas ruínas de Velho Airão, pela produção artesanal sustentável da Fundação Almerinda Malaquias e pelo Parque Nacional de Anavilhanas. Nos roteiros ecológicos voltados para o turismo sustentável, os visitantes experimentam o contato direto com a natureza. Os passeios em canoa motorizada oferecem ao visitante a oportunidade de adentrar na floresta alagada, com possibilidades de observação de diversas espécies animais e vegetais típicos desse ecossistema.

As comunidades localizadas no Baixo Rio Negro mantêm uma relação direta no uso dos recursos naturais baseadas em um profundo conhecimento do ambiente, da agricultura, do extrativismo, da caça e da pesca. Assim, é possível visitar comunidades caboclas e indígenas para observar o cotidiano dessas populações. Recentemente, pesquisadores do IPÊ vêm desenvolvendo projetos que priorizam alternativas sustentáveis de renda para os moradores locais.

Um dos eventos importantes de Novo Airão é o Festival do Peixe-Boi, organizado pela prefeitura, com intuito de promover no entorno uma consciência preservacionista. O município também desenvolve projetos de geração de renda por meio de artesanato de fibra e madeira descartada da construção naval. O artesanato com fibras vegetais retiradas por meio de extrativismo é uma prática antiga, originada nas tribos indígenas que dominavam a região. Há uma oficina para tecer tapetes com motivos indígenas de palha de buriti, tucumã, timbó etc. Esse artesanato oferece uma mostra da fauna e flora locais e incorpora elementos

folclóricos da cultura cabocla, podendo ser encontrado no centro da cidade, na AANA – Associação dos Artesanatos de Novo Airão e na Nov’arte – Fundação Almerinda Malaquias. O município também é conhecido pela produção de embarcações artesanais.

O projeto é um modelo de ação integrado, que inclui pesquisa de espécies ameaçadas, educação ambiental, restauração de habitats, envolvimento comunitário, desenvolvimento sustentável, conservação da paisagem e discussão de políticas públicas. Um dos objetivos do IPÊ é conservar a biodiversidade respeitando as tradições das comunidades do entorno dos locais que precisam ser protegidos e onde são realizadas as pesquisas. O projeto conta com os seguintes apoios e parcerias: ICMBio – Cooperação Técnica para o Parque Nacional de Anavilhanas; Ipaam – Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – Cooperação Técnica para as Unidades de Conservação Estaduais do Baixo Rio Negro; Semma – Secretária de Meio Ambiente do Município de Manaus – Cooperação Técnica para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé; Usaid – Projeto Alfa, Aliança para a Conservação da Amazônia e Mata Atlântica; SDS/Ipaam e Fundação Moore – Projeto Rede de Conservação do Amazonas. Integram a equipe José Eduardo Badialli, Nailza Pereira de Souza e Sherre Prince Nelson.

Contatos

RESPONSÁVEL: Nailza Pereira de Sousa

ENDEREÇO: Base Manaus – Rua Constantino Nery, 2.525, bl. 2A/apt. 102A

Chapada – Manaus/AM – CEP: 69.050-001

TELEFAX: (92) 3656-5442

E-MAIL: nailza@ipe.org.br

SITE: <http://www.ipe.org.br>

Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Instituto Peabiru

RESPONSÁVEL
Gabriela Carvalho

MUNICÍPIO/ESTADO
Curuçá, PA



Inserido na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, o município faz limite, ao norte, com o Oceano Atlântico; a leste, com Marapanim; ao sul, com Terra Alta; e a oeste, com São Caetano de Odivelas e São João da Ponta. Na região existem duas unidades de conservação, a APA de Algodual (estadual) e a Resex de Maracanã.

Da capital Belém (a 130 km), o acesso é feito pela Rodovia BR-010 até o município de Castanhal, de onde se deve seguir pela Rodovia PA-136 até o local, num percurso que dura cerca de duas horas.

Os aeroportos mais próximos estão em Belém: o Aeroporto Internacional de Belém e o Aeroporto Júlio César. Apesar de não haver transporte marítimo regular ou de linha, também é possível chegar a Curuçá por via fluvial em embarcações fretadas.

Localizada na Costa Amazônica, a Reserva Extrativista – Resex Mãe Grande de Curuçá, de âmbito federal, tem sua principal atividade extrativista a pesca. A região está dentro da área considerada como os maiores manguezais do planeta, que se estende de Belém até São Luís, no Maranhão.

O visitante que chega a Curuçá encontra: baías e furos, que podem ser navegados em vela esportiva ou em embarcações locais; a base científica da Ilha de

Ipomonga, onde é possível realizar caminhadas por diferentes ecossistemas (manguezal, campos savanóides, floresta de terra firme, bacurizal e umirizal) e observar primatas, bichos-preguiça e pássaros variados; as falésias da Praia do Sino, com observação da formação geológica, diferentes ambientes de vegetação, caminhadas e passeios de bicicleta; a Ilha de Mariteua; a Ilha da Romana; as dunas, o farol e a barra do rio Curuçá; entre outros. Para entrar em contato com o cotidiano da região, o visitante pode ainda passear pelos manguezais, descobrindo os segredos da pesca artesanal, acompanhar as coletas de turu, mariscos e caranguejo e se hospedar em habitações caboclas, conhecendo seu modo tradicional de vida e experimentando a canoagem em casquinhas locais.

Na área do entorno, o visitante pode conhecer o Porto e a Vila do Abade, com seu mercado de peixe; visitar estaleiros para conhecer a fabricação de canoas (casquinha); conhecer a tradicional vila de pescadores e agricultores – Caratateua (pesca), Lauro Sodré (ostras e mariscos), Murajá (marisqueiras); observar a migração do caranguejo suatá durante o defeso (de janeiro a março), percorrendo uma trilha no mangue; passear pela Ilha de Mutucal, entre outros. Mais ainda, o visitante pode vivenciar práticas culturais rurais, como os sistemas tradicionais de cultivo de mandioca (plantio, casa de farinha), a fruticultura regional (bacuri, muruci, caju), o manejo regional de açaí, o aprendizado sobre o aquífero, o regime de chuvas (verão e inverno) e o acesso à água. Pode ainda visitar a estação experimental de carcinicultura (camarão), fazer trilhas nas comunidades Pedras Grandes e Muriazinho, tomar banho em Igarapé e conviver com a comunidade.

Dentre as manifestações religiosas locais, destacam-se três festividades. Em junho, acontece a festa em homenagem a São Pedro. Em setembro, é a vez da Festa de Nossa Senhora do Rosário, que começa com a realização da transladação da imagem da santa da igreja Matriz para a capela de Nossa Senhora do Rosário, com percurso de cerca de três quilômetros. Em dezembro, ocorre a festa em louvor a São Benedito. É comum a todas essas ocasiões a realização de procissões, ladainhas, arraial, leilões, derrubada de mastros de flores e festas dançantes.

Além disso, na última semana de junho, é realizado um festival no qual são apresentados os grupos de folia (romaria musical), quadrilhas juninas, lundu, bois-bumbás, pássaros e grupos de carimbó. Entre estes últimos, os de maior destaque, são os grupos Centenário, Samaritanas e Brasa Viva.

Já no Carnaval, o destaque é o bloco Pretinhos do Mangue, em que as pessoas se enlameiam para dançar.

O artesanato local – que pode ser conhecido com visitas a comunidades como a Caju, Marauá (barro), Abade e Mutucal (Dona Zizita) – é marcado por peças de caráter utilitário, como pequenas embarcações e apetrechos de pesca (espinhéis, tarrafas e currais), sem, contudo, constituírem elementos de identificação do município.

Em Curuçá, muitos moradores trabalham com plantas medicinais. A região é rica em história e lendas e também é um dos berços do Carimbó, dança e música típica da região. Com os pescadores locais, é possível conhecer a pesca, as variações de marés, os tipos de peixe, entre outros. A gastronomia típica é baseada nos recursos pesqueiros.

A simplicidade do modo de vida do pescador esconde tecnologias sociais sofisticadas, que o visitante pode conhecer na visita aos manguezais e nas pescarias. Nos roteiros criados pelo Grupo Tapiaim de Ecoturismo, é possível visitar casas de farinhas e comunidades organizadas por associações, nas quais, em conversas informais, os participantes contam como se organizam. Nos roteiros também é possível observar uma apresentação de carimbó e ter um contato próximo com pessoas que conhecem toda sua história. O visitante pode desfrutar desse contato direto, desde sua chegada até a sua partida.

Curuçá conta com um hotel urbano de nível médio e um hotel-fazenda também de nível médio, com capacidade para seis pessoas ou seis casais. Está em fase de planejamento a criação de hospedagem comunitária.

Existem dois bons restaurantes utilizados pelos visitantes. Durante os roteiros, é realizada uma refeição na praia, nas barracas de pesca, feita de modo muito tradicional. Os eventuais lanches também são preparados pela comunidade local, como tapioca, bolos e sucos.

Quanto aos transportes internos, em sua maior parte, são barcos de comunitários e vans de Belém.

O Instituto Peabiru, proponente do projeto, existe desde 2006, com a missão de “gerar valores para a conservação da biosociodiversidade da Amazônia”. O Grupo Tapiaim de Ecoturismo foi uma iniciativa dos próprios alunos de se organizarem após o término de um projeto chamado Casa da Virada. Atualmente, promove encontros para leituras, discussões e organização de visitas dos grupos que estão recebendo. Pretende-se neste momento fundar a Cooperativa de Ecoturismo de Base Comunitária. O Instituto Peabiru continua acompanhando o trabalho e algumas das visitas turísticas realizadas, além de dar apoio na divulgação e na venda dos roteiros. É importante ressaltar a parceria com a Estação Gabiraba, empresa de ecoturismo de base comunitária recém-criada, que também auxilia na parte de divulgação e venda dos roteiros.

Contatos

RESPONSÁVEL: Gabriela Carvalho

ENDEREÇO: Tv. Rui Barbosa, 555 – Reduto – Belém/PA – CEP: 66.053-260

TELEFONE: (91) 3222-6000

E-MAILS: gabriela@peabiru.org.br / peabiru@peabiru.org.br

SITE: <http://www.peabiru.org.br>

Ecoturismo de base comunitária no Pólo Tapajós

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Projeto Saúde e Alegria – Centro
de Estudos Avançados de
Promoção Social e
Ambiental/ Ceaps

RESPONSÁVEL
Davide Pompermaier

MUNICÍPIO/ESTADO
Santarém, PA



Região Norte



Seu objetivo é aumentar a renda gerada e o número de comunidades participantes, ampliando e consolidando o programa de ecoturismo por meio de um processo de mobilização, planejamento, organização e qualificação. Outras metas são estruturar e fortalecer a estratégia de promoção e comercialização do projeto, em articulação com a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – Rede Turisol, assim como fortalecer e expandir essa rede.

As quatro comunidades que participam do projeto se encontram no interior da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e no Projeto de Assentamento Extrativista Global Lago Grande, situadas a uma distância que varia de três a dez horas de navegação fluvial desde a sede do município de Santarém (a 765 km de Belém, capital do Pará). O acesso até Santarém pode ser por via rodoviária (distante 12 horas da capital), aérea (possui aeroporto com rota comercial regular) ou fluvial (barcos regionais).

As reservas estão situadas na região do Médio Amazonas, no coração da floresta. Os visitantes terão oportunidade de desfrutar de caminhadas pelas trilhas

naturais e interpretativas, dos passeios pelos rios, igarapés e igapós da região e poderão observar a riqueza da fauna e da flora amazônica.

O visitante também irá encontrar na região a cultura ribeirinha cabocla, remanescente de quilombolas e comunidades indígenas, nas quais a tradição oral é passada há gerações, com suas lendas, mitos e o curandeirismo. As comunidades ribeirinhas têm suas manifestações culturais expressas por meio de seus cantos, contos e festas. O tema das festas, em geral, é a conservação da floresta e dos rios, as espécies de peixes mais comuns, seus figurinos e letras das músicas. Também são preparadas comidas típicas com os peixes da região, a farinha e os temperos da Amazônia.

Os roteiros para a visita às comunidades que participam do projeto de ecoturismo de base comunitária do Saúde e Alegria são realizados com pequenos grupos (de 10 a 15 visitantes) a partir de Santarém, navegando-se pelos rios Tapajós e Arapiuns. Tem duração de cerca de dez dias, durante os quais os visitantes dormem em redes num barco ou em casa de habitantes. Nas comunidades são realizadas várias atividades que buscam integrar os visitantes e os moradores das comunidades, tais como gincanas culturais, oficinas de cestaria com grupo de artesãs, participação de programa na rádio comunitária, oficinas com as crianças e grupo de jovens, noites culturais e visitas a projetos de geração de renda.

Em Santarém, é possível encontrar uma grande variedade de serviços de hospedagem e alimentação, além de transporte público ou privado para a região do entorno. O distrito de Alter do Chão também tem sido muito procurado por visitantes que buscam conhecer as comunidades ribeirinhas da região. A disponibilidade de pequenas pousadas e restaurantes facilita a permanência dos visitantes que não se dispõem a pernoitar nas comunidades ribeirinhas. Para os que desejam conhecer mais de perto o modo de vida das comunidades, é possível pernoitar nos barcos ou nas casas dos moradores.

As quatro novas comunidades que integraram o projeto de ecoturismo do Saúde e Alegria, foco desta proposta, terão participação ativa em todas as etapas do projeto. O conjunto de oficinas e atividades de inventário dos atrativos locais será desenvolvido por técnicos do Saúde e Alegria em todas as comunidades, de modo a estimulá-los a manifestarem suas expectativas, suas dúvidas e seus medos em relação ao turismo. Assim, será possível conhecer a percepção da comunidade em relação ao turismo e construir indicadores para avaliar se as propostas formuladas atendem aos anseios dos participantes. A proposta de qualificação, a ser construída de forma participativa, deverá contemplar aspectos conceituais em relação ao turismo, aspectos socioculturais (relativos à interação entre visitantes e comunidade receptora) e aspectos operacionais (relativos à realização das atividades planejadas).

Contatos

COORDENADOR REGIONAL: Caetano Scannavino Filho

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: Davide Pompermaier

ENDEREÇO: Av. Mendonça Furtado, 3.979 – Liberdade – Santarém/PA –

CEP: 68.040-050

TELEFONES: (93) 3067-8000 / 3067-8005 (fax)

E-MAILS: psa@saudeealegria.org.br / caetano@saudeealegria.org.br /

davide@saudeealegria.org.br

Projeto VEM: Viagem Encontrando Marajó

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Associação das Mulheres
do Pesqueiro

RESPONSÁVEL
Patrícia Farias Ribeiro

MUNICÍPIO/ESTADO
Praia do Pesqueiro,
Ilha de Marajó, PA



Região Norte

Ilha de Marajó



A Praia do Pesqueiro, uma comunidade tradicional marajoara, está situada na Reserva Extrativista Marinha de Soure, distante 8 km da cidade de Soure na Ilha de Marajó/PA, a maior ilha fluviomarina do mundo, na região amazônica. Trata-se da primeira reserva extrativista marinha do Pará e em sua área predominam os ecossistemas de manguezais. O acesso à cidade de Soure pode ser feito via fluvial (cerca de 04 horas de viagem, em barcos regionais), ou via aérea (cerca de 35 minutos de viagem, em aviões de pequeno porte), partindo de Belém, capital do Pará.

Ao norte, o arquipélago do Marajó é banhado pelo Atlântico; e ao sul, pelos rios Amazonas e Tocantins. Possui campos alagados e uma avifauna muito peculiar, como os guarás, de coloração avermelhada, que decorre de uma dieta especializada em crustáceos, abundantes no ambiente de mangues. Contrastando como vermelho do guará, há também garças brancas.

As praias fluviais possuem areia branca, cobertas em algumas partes por coqueiros. A água varia entre salgada e doce, dependendo da maré e das cheias dos rios. Durante o inverno, o volume do rio vence a quantidade de água do mar, deixando a praia da vila pouco salina, quase doce. Já no verão a força se altera, e

a praia passa a ser banhada por água salgada. O resultado dessa dinâmica é uma abundante e diversa vida aquática, com diferentes tipos de peixes e crustáceos.

Além de praias, existem manguezais e dunas que compõem o ambiente natural e que convidam ao visitante a caminhadas às margens do rio, passeios nos manguezais e banhos nos igarapés. Há ainda a possibilidade de caminhadas noturnas, passeio montados em búfalos ou embarcados em caiaques, nos quais se pode aproveitar o silêncio e a calma para observar a fauna, como bandos de guarás e a vegetação típica do mangue. Há ainda a possibilidade de passeios em charretes.

No caminho da Praia Barra Velha, o visitante pode visitar a Fazenda Araruna. Cortada por um igarapé, a travessia pode ser feita no barco de um morador local. A praia é habitat natural de arraías, que com frequência ficam escondidas sob o solo das margens dentro do rio.

Subindo o rio Paracaury, que fica entre Soure e Salvaterra, há o passeio ao Furo do Miguelão, um atalho feito no meio da mata para que os moradores passem de barco a remo, ou pequenas rabetas (canoas motorizadas). Os habitantes locais comparam o caminho com a forma do movimento de uma cobra, devido à sua sinuosidade. O Furo do Miguelão é uma ótima oportunidade para tentar avistar animais da mata, como Pavão do Mangal, Guaribas (um tipo de macaco, também conhecido como bugio) e os Guarás. Todos esses passeios podem ser feitos em uma tarde, permitindo que metade do dia seja usufruída na praia do Pesqueiro. Uma outra opção é ir de barco a remo ou motor até a Vila do Céu, que tem uma praia longa, coberta por extensa vegetação. A forma mais fácil de acesso é por barcos, pois o acesso por terra é restrito e não há transporte público.

Quanto aos serviços oferecidos, a Vila do Pesqueiro não possui hotéis. Os moradores, por meio de sua associação, acomodam grupos de até dez pessoas em suas casas, onde o visitante pode compartilhar um pouco do dia-a-dia dos habitantes. As residências de moradores são escolhidas segundo critérios de limpeza, organização e, sobretudo, disposição em receber visitantes. O café da manhã é um momento de convivência importante, no qual são oferecidos aos hóspedes alimentos típicos, como a tapioca fresca com requeijão de leite de búfala. No jantar, outro momento para troca de conversas entre visitantes e anfitriões, são servidos pratos como peixe pratiqueira na brasa, bife de búfalo e outras iguarias com camarão.

Outro espaço de convivência é a praia. Há barracas com boa infra-estrutura, bebidas geladas, comida preparada na hora e banheiro. O administrador da praia também pode amarrar sua rede em algum dos quiosques de frente para a maré, interagindo com os visitantes.

Para os visitantes, é interessante também acompanhar a pesca artesanal ou o extrativismo da andiroba, caranguejo, coco e turu. Conhecido como o “viagra

marajoara”, o turu é uma minhoca que vive em troncos de madeiras podre, tido como um dos pratos mais requintados da região. Vem servido como os mariscos, fresco, com limão e sal. Também é imperdível o sabor das frutas amazônicas (cupuaçu, taperebá, bacuri, açaí).

O artesanato típico – importante herança deixada pelos índios que viveram no local – é outra atração, além da rica cultura e das tradições marajoara, retratada não apenas no artesanato, mas também na culinária, nas danças típicas (como o carimbó e lundu).

A Associação das Mulheres do Pesqueiro, proponente do projeto VEM – Viagem Encontrando Marajó, é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2002, que tem como objetivo elevar a qualidade de vida e gerar renda para seus associados na Vila do Pesqueiro. O projeto conta com o apoio do Projeto Turismo Consciente e do Sebrae.

Contatos

COORDENADORA: Patrícia Farias Ribeiro

ENDEREÇO: Vila do Pesqueiro, Soure, Ilha do Marajó/PA

TELEFONE: (91) 3741-2220

E-MAIL: contato@turismoconsciente.com.br

Plano de Apoio ao Turismo de Base Comunitária em Taquaruçu/TO

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Prefeitura Municipal de
Palmas

RESPONSÁVEL
Joel Borges

MUNICÍPIO/ESTADO
Palmas, TO



Região Norte



A cidade está próxima da BR-153 (Belém-Brasília). De Brasília, o acesso é feito pela BR-080, seguindo-se pela BR-251 até seu término, na BR-080. Deve-se ir até o município de Uruaçu, onde se continua pela BR-153 até Paraíso do Tocantins. Daí segue-se pela TO-080 até o destino final. De Goiânia, o acesso é realizado pela GO-080 até o município de São Francisco de Goiás, seguindo-se pela BR-153 até o Paraíso do Tocantins e pela TO-080 até Palmas. O aeroporto de Palmas ocupa um dos maiores sítios aeroportuários do Brasil e se localiza a cerca de 20 km do centro da cidade. Palmas está a 1.776 km de São Paulo, 2.124 km do Rio de Janeiro, 2.036 de Curitiba e 973 km de Brasília.

De Goiânia, o acesso é realizado pela GO-080 até o município de São Francisco de Goiás, seguindo-se pela BR-153 até o Paraíso do Tocantins e pela TO-080 até Palmas. O aeroporto de Palmas ocupa um dos maiores sítios aeroportuários do Brasil e se localiza a cerca de 20 km do centro da cidade. Palmas está a 1.776 km de São Paulo, 2.124 km do Rio de Janeiro, 2.036 de Curitiba e 973 km de Brasília.

Palmas apresenta uma vegetação típica de Cerrado e está localizada à margem direita do Rio Tocantins. A cidade possui 02 distritos: Buritirana e Taquaruçu. Destes, Taquaruçu, região serrana, é considerado pólo ecoturístico e atrai muitos visitantes, com sua característica bucólica em meio à natureza. Localiza-se a 32 km do centro de Palmas e seu acesso é feito pela BR-153 (Belém-Brasília), via Porto Nacional (TO-050), via Paraíso (TO-080), via Miracema (TO-245) e via Taquaralto (TO-030). O distrito de Taquaruçu faz parte da área rural de Palmas

e está situado na Área de Proteção Ambiental – APA Serra do Lajeado, com uma área de aproximadamente 1.500 km².

Em Taquaruçu, existem mais de 80 atrativos, mas apenas 11 estão abertos à visitação. Dentre eles, é possível citar a Cachoeira da Roncadeira, a Cachoeira do Escorrega Macaco, a Cachoeira de Taquaruçu, a Cachoeira do Evilson, a Cachoeira da Raizana, a Cachoeira Pequena, a Cachoeira do Rapel, a Cachoeira Caverna, a Cachoeira do Sambaíba, a Cachoeira do Vai-Quem-Quer e a Cachoeira da Boa Vista. Ainda próximo a Palmas é possível visitar o Mirante Serra do Lajeado.

Há possibilidade de se aumentar quantitativa e qualitativamente a oferta turística de Taquaruçu. Para tanto, existe interesse das agências de viagens e dos donos de hotéis de Palmas. O investimento em Taquaruçu com base na Economia Solidária resultará em benefícios para a população e para os visitantes. A médio prazo, possibilitará também que Palmas seja direcionada para o turismo de lazer e aventura, e não somente de negócios, como ocorre agora. A vocação turística de Taquaruçu é principalmente o turismo de aventura, no qual se destacam: enduro à pé, trekking, rappel, *mountain bike*, trilhas, tirolesa, escalada, parapente, entre outros. Essas atividades são amplamente utilizadas pela população da região e por visitantes. Ressalta-se ainda o potencial para observação de pássaros e turismo eqüestre.

Em termos de eventos culturais, Taquaruçu apresenta atrações como o Carnaval da Serra, o Festival Gastronômico, o Movimento pela Vida e a Festa do Milho. Para visitação, há a Casa do Artesão e a Casa Vitor (Museu), onde é retratada a história do primeiro residente de Taquaruçu. O distrito dispõe de pequenos restaurantes de moradores da região, onde é servida comida caseira, e de alguns meios de hospedagem.

Visando o desenvolvimento da atividade turística de Taquaruçu e de acordo com as orientações do conceito de turismo de base comunitária (TBC), o presente projeto pretende: criar cursos de aperfeiçoamento (educação ambiental e ecoturismo; técnicas de gastronomia; atendimento ao turista; vendas e negociação; condutor local; culinária específica para confecção de doces típicos e licores); promover um ambiente propício para a celebração de acordos entre artesãos e comerciantes de doces típicos e licores da região; desenvolver um programa de incentivo aos proprietários de atrativos que estão fechados, gerando emprego e renda para a comunidade local, de acordo com os preceitos do turismo ambientalmente sustentável; aplicar consultoria individual nos pequenos estabelecimentos de alimentos e bebidas, meios de hospedagem e atrativos turísticos ativos; e estruturar o Projeto Conheça Palmas: Orgulho de Viver em Taquaruçu, que proporcionará às crianças da rede pública de ensino o conhecimento dos atrativos turísticos sua localidade e de orientações de tratamento ao turista, com material de apoio, como as cartilhas de turismo e cartilha de orientação dos freqüentadores de atrativos.

Contatos

RESPONSÁVEL Geral: Sr. Secretário Joel Borges
CONTATO TÉCNICO: Thirzá Augusta Azevedo Silva
TELEFONE: (63) 3218-5339
E-MAIL: thirzaazevedo@yahoo.com.br
SITE: <http://www.palmas.to.gov.br>

Plano de Desenvolvimento Estratégico

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Associação dos Moradores
e Amigos do Pontal da
Barra – Amapo

RESPONSÁVEL
Jorgeval Mario Lisboa
Santos

MUNICÍPIO/ESTADO
Maceió, AL



Trata-se de um projeto de turismo de base comunitária urbana, num dos bairros mais tradicionais de Maceió, às margens da Lagoa do Mundaú.

Chega-se ao local pela ponte da AL-101 Sul, para quem vai de Maceió para Marechal Deodoro. Os meios de transporte disponíveis são ônibus urbano, táxi ou automóvel particular.

Pontal da Barra ocupa uma antiga restinga, entre o mar e a lagoa. O principal local onde o visitante pode desfrutar de atividades recreativas é a lagoa. Há um passeio de barco, de cerca de quatro horas, pelas nove ilhas e canais das lagoas Mundaú e Manguaba, com parada para banho, vista dos coqueirais, passagem pela prainha na Barra Nova e um almoço típico.

O patrimônio cultural do Pontal da Barra atrai muitos visitantes que chegam à capital de Alagoas. O local já era habitado por pescadores antes de Maceió tornar-se uma província. Os habitantes, na maioria pescadores, tiravam das águas o alimento e o sustento da família.

Já as mulheres artesãs desenvolveram, por influência dos pescadores, um bordado de origem portuguesa, o filé, procurado por visitantes de todo o Brasil. A técnica de montagem do filé é semelhante à da confecção de redes de pesca.

Como forma de hospitalidade, é permitido e incentivado ao visitante acompanhar e observar o trabalho das rendeiras e de outros artesãos que vivem nas ruelas do Pontal da Barra.

A Amapo, proponente do projeto, já vem desenvolvendo uma série de atividades sociais e voltadas à conservação das lagoas. Nesse projeto pretende-se equipar a comunidade de ferramentas eficazes de gestão e monitoramento de ações que promovam o desenvolvimento sustentável local, principalmente com fortalecimento da atividade turística do bairro. O objetivo é buscar o comprometimento da comunidade e parceiros com o plano gestor da localidade na busca de geração, circulação e crescimento da renda oriunda do setor turístico. Tudo será associado a ações educativas voltadas à conservação ambiental. Entre as propostas estão o desenvolvimento de um plano estratégico, que inclui planos de marketing, sinalização da comunidade e criação da marca da localidade, assim como um monitoramento contínuo para se avaliar o processo e o resultado final do projeto.

A Amapo possui articulações com empresas locais, mas parte, sobretudo, do planejamento participativo, a fim de envolver toda a comunidade no processo proposto.

Contatos

RESPONSÁVEL: Jorgeval Mario Lisboa Santos

ENDEREÇO: Praça São Sebastião, s/n – Pontal da Barra Maceió/AL

TELEFONES: (82) 3336-6284 / 8861-7757

E-MAIL: dagbenitez@oi.com.br

Tramas em Riacho Doce

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Instituto Magna Mater

RESPONSÁVEL
Patricia Mourão

MUNICÍPIO/ESTADO
Maceió, AL



O objetivo é capacitar a comunidade para: o atendimento e um melhor aproveitamento da oferta turística; a criação de serviços associados; a venda dos seus produtos; o planejamento do uso sustentável de seu território; a promoção da sustentabilidade econômica e cultural local; e o enriquecimento do destino turístico, com um roteiro diferenciado.

Riacho Doce está inserido na APA Costa dos Corais e dista cerca de 10 km do centro de Maceió, capital do Alagoas. À beira da AL-101, que margeia todo o litoral alagoano, está localizado no principal acesso a Maragogi, segunda principal região turística do estado.

O distrito possui uma das mais belas e tranquilas praias de Alagoas, com piscinas naturais que podem ser visitadas tanto de jangada como de barco. Riacho Doce nasceu de um arraial de pescadores, que até hoje exercem essa atividade. As mulheres, em torno de 40 anos, seguem o ditado popular “onde tem rede, tem renda” e são famosas pelo seu artesanato e pelos quitutes que produzem e vendem à beira da estrada que liga a capital a Maragogi, principalmente nos finais de semana, quando o movimento é mais intenso. Elas se desdobram na casa-de-farinha,



fazendo beiju, tapioca, pé-de-moleque e outras guloseimas, numa arte centenária, herdada de mãe para filha.

Além de localizado perto da orla de Maceió, onde há a maior concentração de hotéis e restaurantes do Estado (além de todos os outros serviços turísticos), Riacho Doce possui vários restaurantes, onde são oferecidos pratos típicos da culinária alagoana, além de várias pousadas e hotéis à beira-mar. Na parte alta, está a casa onde nasceu o ex-presidente Floriano Peixoto.

Entre as festas estão a da padroeira Nossa Senhora da Conceição, em dezembro, nas qual os fiéis saem em procissão, com a imagem da Virgem Imaculada Conceição.

Assim, esse é um ambiente interessante para o desenvolvimento de um projeto de turismo de base comunitária, onde o modo de vida da comunidade é um dos elementos de hospitalidade, por apresentar práticas e técnicas artesanais, passadas de geração em geração, seja na gastronomia, no bordado ou na pesca e que são generosamente disponibilizados aos visitantes. São histórias e saberes que só a tradição oral e o contato com a natureza ensinam.

Nos anos de 2001 e 2002, alguns projetos de capacitação foram realizados, pelo Sebrae e pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, para o desenvolvimento de produtos e para a melhoria da qualidade, do design e da produção das rendeiras de Riacho Doce. Essa comunidade é extremamente atuante, tendo também tido a experiência de orçamento participativo da Prefeitura e de ações reivindicativas em prol da sua melhoria.

A comunidade já tem, dessa forma, uma certa experiência com associativismo e desenvolvimento de projetos, mas não com o conceito de economia solidária e com a preocupação da inserção no mercado. Assim, em parceria com a Associação de Pescadores e Marisqueiros de Riacho Doce, este projeto garantirá a participação da comunidade no planejamento, na execução e na administração do mesmo.

Contatos

RESPONSÁVEL: Patrícia Mourão

E-MAILS: patriciamourao@uol.com.br / imm@institutomagnamater.org.br

TELEFONES: (21) 8121-6016 / (21) 3579-8500 / (82) 3354-3650

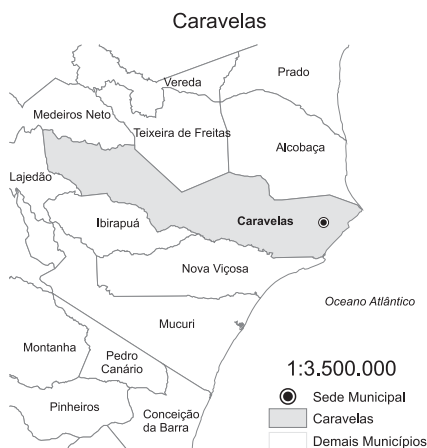
SITE: www.institutomagnamater.org.br

Ações prioritárias para a organização e inserção comunitária na implantação e gestão de atividades ecoturísticas no Complexo Estuarino do Cassurubá

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Associação de Estudo
Costeiros e Marinheiros
– Ecomar

RESPONSÁVEIS
Paulo R. de C. Beckenkamp e
Carlos A. F. de Oliveira

MUNICÍPIO/ESTADO
Caravelas, BA



Caravelas localiza-se no extremo sul da Bahia, fazendo parte da zona turística da Costa das Baleias e do Pólo Turístico do Descobrimento. É o principal porto de saída para o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. O acesso à sede do município se dá pela BA-001, que pode ser acessada pela BR-101. Os centros mais próximos são: Vitória (a 450 km), Salvador (a 800 km) e Porto Seguro/BA (a 260 km). O acesso por ônibus pode ser feito pelos municípios de Teixeira de Freitas/BA, Porto Seguro/BA e Salvador. O aeroporto local não opera vôos comerciais. Para se conhecer os atrativos naturais e culturais do Complexo Estuarino do Cassurubá, deve-se usar as embarcações disponíveis.

A área do Complexo Estuarino do Cassurubá apresenta atrativos naturais em dois ecossistemas: Manguezal e Restinga. Os manguezais ocupam uma área de 11 mil hectares, com a vegetação em estado conservado e incidência dos três tipos de mangues (Vermelho, Manso e Siriba). Nesse ecossistema habitam crus-

táceos, bivalves e peixes, usados também na culinária local. A Restinga, também em bom estado de conservação, está situada no entorno dos manguezais e apresenta uma grande biodiversidade de fauna e flora. Nos manguezais e na restinga, é possível desenvolver atividades de observação de fauna e flora, principalmente das aves, canoagem e navegação nos rios que formam o complexo, caminhadas em trilhas, ecociclismo, acampamento no ambiente natural e cavalgada.

Na área do complexo estuarino residem aproximadamente 300 famílias ribeirinhas, que apresentam um modo de vida tradicional, baseado na utilização dos recursos naturais locais. O visitante tem a oportunidade de participar de atividades culturais, como as festas tradicionais (de São Benedito e de São Cosme e Damião), visita à casa de farinha, a patrimônios arquitetônicos e às casas de pau-a-pique, degustação e apreciação da culinária local, compartilhamento sobre o conhecimento tradicional dos ecossistemas locais e o seu funcionamento, observação e vivência de técnicas tradicionais de pesca e mariscagem, participação em oficinas de aprendizagem da história e das técnicas da produção artesanal de apetrechos de pesca e doméstico local, bem como apreciação e compra de artesanatos.

Este projeto visa a implantação da gestão comunitária das atividades ecoturísticas no Complexo Estuarino do Cassurubá. Com a sua execução, a comunidade ribeirinha poderá organizar atividades que contemplem a observação e vivência direta do visitante com atividades locais. Os visitantes poderão se hospedar nos sítios ribeirinhos, realizando atividades recreativas e participando de oficinas.

Entre seus objetivos estão: mobilizar e sensibilizar a comunidade local sobre a importância da implantação do ecoturismo de base comunitária no Complexo Estuarino do Cassurubá; executar um programa de desenvolvimento humano para a prestação de serviços ecoturísticos com a comunidade ribeirinha e local; fomentar e subsidiar a organização social para o fortalecimento comunitário e a inclusão deles na prestação de serviços e gestão do ecoturismo; elaborar participativamente as diretrizes para o ordenamento do ecoturismo de base comunitária no complexo estuarino do Cassurubá; planejar e implantar trilhas interpretativas; elaborar participativamente projetos de bioconstruções para infraestruturas previstas nos pontos de apoio; entre outros.

Atualmente as famílias ribeirinhas que participam do projeto não oferecem qualquer serviço ou equipamento turístico. Será realizado, assim, um programa de desenvolvimento humano com 20 famílias ribeirinhas, que contemplará atividades como: curso de condutores de recursos naturais costeiros e náuticos, oficinas de culinária e manipulação de alimentos, oficinas de saúde familiar/higiene doméstica e oficinas de bioconstruções, agrofloresta e permacultura, de artesanato, de planejamento e monitoramento de trilhas interpretativas, de elaboração de sistemas de monitoramentos de qualidade e impactos socioambientais, entre

outras. O programa pretende ter como resultado: 20 condutores, 30 mulheres cozinheiras e 15 artesãos, membros das 20 famílias capacitados no desenvolvimento de infraestruturas e produções agrícolas sustentáveis, duas trilhas interpretativas implantadas e um projeto de construção dos equipamentos necessários para o atendimento turístico. Tudo será oferecido por uma organização comunitária a ser estabelecida e criada pelos ribeirinhos beneficiados, que terá como base os princípios da economia solidária.

Durante sua execução, será feita uma construção participativa do ecoturismo, gerada e gerenciada pela própria comunidade. O intuito é que a Ecomar dê este apoio de base, com a perspectiva de que a comunidade se torne forte e independente para criar e gerenciar suas próprias atividades sustentáveis no Complexo Estuarino do Cassurubá. Será criado um Conselho Gestor, que participará de diversas etapas do projeto. Sua formação será decidida durante o projeto, com as famílias beneficiadas, e seu principal objetivo é estimular a participação efetiva dos envolvidos no projeto em sua execução e em seu monitoramento.

Contatos

RESPONSÁVEIS: Paulo Roberto de Castro Beckenkamp (coordenador geral) e

Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira (responsável técnico)

ENDEREÇO: Rua Dr. José André da Cruz, 539 – Nova Coréia – Caravelas/BA –

CEP: 45.900-000

TELEFONE: (73) 3297-1866 / 9962-7928

E-MAILS: ecomar_abrolhos@yahoo.com.br / cferrazgp99@yahoo.com.br

Base Local Ecoturismo: promovendo o turismo de base comunitária na Costa do Cacau-BA

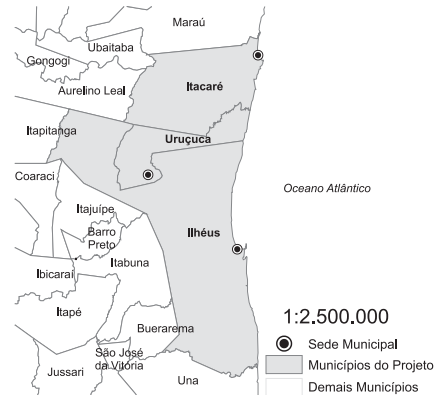
INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Instituto de Turismo de
Itacaré

RESPONSÁVEL
Eduardo Bruel Valente
Rocha

MUNICÍPIO/ESTADO
Ilhéus, Itacaré e
Uruçuca, BA



Ilhéus, Itacaré e Uruçuca



Estão incluídos no projeto comunidades dos municípios de Itacaré (Quilombola do Fojo), Ilhéus (vila turística da Lagoa Encantada) e Uruçuca (povoado de Serra Grande), localizados no litoral sul do Bahia. O objetivo principal do projeto é promover a inserção das comunidades locais das APAs Costa de Itacaré/Serra Grande e Lagoa Encantada no processo de desenvolvimento turístico da região da Costa do Cacau, visando a geração de oportunidades de incremento da renda familiar e a conservação dos ecossistemas que compõem a paisagem regional.

De Salvador (a 266 km) a Itacaré, deve-se pegar o *ferryboat* até a Ilha de Itaparica. Depois, pega-se a BA-001, passando pelas cidades de Nazaré das Farinhas, Valença, Camamu até Travessão, onde se segue até Ubaitaba. Daí até Itacaré são 52 km. Itacaré está a 60 km de Ilhéus, pela BA-001, estrada litorânea, considerada a primeira ecológica do país. Há ônibus regulares nesse trecho. De Salvador a Ilhéus (a 460 km), pode-se também pegar a BR-342 e a BR-101, com acesso pela

BA-262, via Uruçuca. Há também voos de Salvador a Ilhéus, o principal pólo de turismo receptivo da região.

Toda essa região encontra-se no domínio da Mata Atlântica. Com uma ampla planície costeira, compõe a paisagem manguezais, arrecifes, restingas, dunas e morros. Os atrativos naturais nos três municípios que compõem o território do projeto são bastante diversificados. Em Ilhéus, a Lagoa Encantada está rodeada por uma Área de Proteção Ambiental. Além da paisagem formada por um espelho d'água de 6,4 km² – cercado por fazendas e mata nativa, um fenômeno natural desperta a curiosidade dos visitantes: as ilhas flutuantes, que se movem de uma margem à outra da lagoa, ao sabor dos ventos e da correnteza, formada pelo ribeirões que a alimentam, como Lagoa Pequena e Serrapilheira. Em Itacaré, os atrativos naturais estão localizados no quilombo do Fojo. Já Uruçuca fica localizada em meio a fazendas de cacau e fora do litoral, mas há passeios interessantes, como o povoado de Serra Grande, a 300 metros do nível do mar e de onde se avista grande faixa do litoral até a cidade de Ilhéus. Além das Áreas de Proteção Ambiental, Uruçuca têm cachoeiras, onde podem ser realizadas trilhas.

Quanto aos atrativos culturais, destacam-se o artesanato e a culinária local, a cultura quilombola, a agricultura orgânica e as comunidades pesqueiras. Assim como no restante da Bahia, as manifestações culturais afro-brasileiras estão presentes na região, tais como os ritos do candomblé e as rodas de capoeira. Há também manifestações como as festas juninas e o carnaval, festejados pela população local.

A vivência do dia-a-dia com as comunidades pesqueiras, com o cotidiano nas terras quilombolas e da vila de Serra Grande são atrações que promovem o encontro dos visitantes com a comunidade local. As festas populares também são momentos privilegiados nesse sentido.

O projeto na Costa do Cacau prevê uma série de atividades educativas relacionadas ao turismo, incluindo a compreensão de seu significado, a interpretação do patrimônio local como oferta turística e a formação de empreendedores de serviços turísticos. Destacam-se projetos pilotos para atendimento ao turismo de aventura e para a observação de pássaros.

Em termos de estrutura, o visitante dispõe de diversas possibilidades de hospedagem e alimentação em Itacaré, desde pousadas e restaurantes simples até serviços mais sofisticados.

Todo o projeto está estruturado para ser desenvolvido de forma participativa, visando a adaptação das atividades aos costumes e cotidiano das comunidades participantes. Todas elas já desenvolvem atividades de recepção de visitantes e prestação de serviços turísticos e, por meio dos parceiros institucionais desta proposta, existe um vínculo de trabalho e atuação nestas comunidades.

Um Comitê de Acompanhamento, formado por 11 membros (dois representantes de cada comunidade, um representante do Instituto de Turismo de Itacaré, um representante do Instituto Ynamata, um representante do Sebrae, um representante da Escola Média de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac e um representante da NV Turismo), supervisionará o projeto. A cada dois meses, haverá reuniões de avaliação e planejamento, as quais serão realizadas alternadamente nas comunidades participantes do projeto. Caso haja necessidade de adequações com relação à proposta original, as mudanças serão planejadas e avaliadas pelo Comitê.

Contatos

RESPONSÁVEL: Eduardo Bruel Valente Rocha

ENDEREÇO: Rua Rui Barbosa 140, Centro, Itacaré/BA – CEP: 45.530-000

TELEFONE: (73) 3251-3416

E-MAILS: iti@intertelnet.com.br / iti.itacare@yahoo.com.br

SITE: <http://www.iti-itacare.org.br/>

Formação de lideranças para o desenvolvimento do turismo de base comunitária

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Associação de Condutores
de Visitantes de Lençóis

RESPONSÁVEL
Cristiane Andrade Santos

MUNICÍPIO/ESTADO
Lençóis, BA



Tem como principal objetivo capacitar as lideranças comunitárias para o exercício da gestão participativa e do turismo solidário, bem como para o planejamento estratégico que viabilize o desenvolvimento de empreendimentos geradores de renda para a população local, promovendo capacitações

que desenvolvam os conhecimentos, as habilidades e competências do grupo. Isso permitirá que os participantes analisem e discutam a situação da sua comunidade, identifiquem aspectos a serem melhorados, elaborem planos de ação e adotem uma postura de liderança política em prol do bem comum.

O município de Lençóis está situado na parte central da Bahia, a 440 km da capital Salvador. O acesso à cidade, a partir da capital do estado, é feito pelas rodovias BR-324 (até Feira de Santana) e BR-116; pela BA-052 e BA-488; ou ainda pela BR-242 e BA-850. A sede do município fica a 70km de Seabra, cidade-referência regional, de onde se chega pelas rodovias BA-850 e BR-242.

Três unidades de conservação abrangem o município de Lençóis: o Parque Nacional da Chapada Diamantina, a Área de Proteção Ambiental Marimbus/Iraquara (onde está situada a comunidade do Remanso, habitada por aproxima-

damente 350 indivíduos de etnia afro-brasileira, reconhecida como Quilombola pelo Ministério da Cultura) e o Parque Municipal da Muritiba.

O município conta com paisagem e recursos naturais e culturais, constituindo-se como um dos mais importantes Pólos de Ecoturismo do Estado. Região de nascentes, a Chapada Diamantina faz parte da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu, fundamental para o semi-árido baiano, e tem rica e parcialmente desconhecida biodiversidade. Lençóis oferece ao turista várias opções de caminhadas curtas ao redor da cidade e longos trekkings pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina. Para os adeptos dos esportes de aventura, uma excelente opção é fazer rappel, o bung jump e a tirolesa nas muitas grutas, poços e quedas d'água. Para os amantes de longas caminhadas em meio à vegetação, acampamento em ambientes naturais ou hospedagem em casas de nativos, a trilha do Vale do Paty é considerada uma das mais belas do mundo, podendo ser feita em até cinco dias.

O conjunto arquitetônico formado pelo imponente casario colonial do final do século XIX, cenário de importantes momentos da história política, econômica e cultural do estado da Bahia, tornou Lençóis uma Cidade Monumento Nacional. A cidade representa um entre os quatro Centros Históricos identificados pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia – Ipac na região, com 94 monumentos. A totalidade de seu conjunto arquitetônico, como patrimônio tombado, representa a memória de um ciclo histórico, o dos diamantes. Uma das maiores riquezas do município está na cultura do seu povo, expressa pelas mais diversificadas manifestações culturais, tais como o Jarê (uma derivação do candomblé), a Marujada, a Banda de Pífanos, o Reisado e o Terno de Reis, a Capoeira, a Lamentação das Almas, entre muitos outros, que, com suas cantigas, ladainhas, rodas, vestimentas e instrumentos, colorem e alegrem a cidade nos dias tradicionais de suas apresentações. A comunidade do Remanso vive historicamente da pesca e do garimpo, culturas eminentemente extrativistas, tendo nestas atividades sua principal fonte de renda. A comunidade conta com a parceria da ONG Grãos de Luz e Griô para o desenvolvimento do Turismo em Base Comunitária.

Na comunidade do Remanso o visitante tem a possibilidade de se hospedar em casas de nativos e acompanhá-los em suas atividades agrárias, tais como plantio, cultivo e colheita de mandioca, atividade de pesca e da fabricação da farinha de mandioca. O visitante hospedado na comunidade também poderá participar das manifestações culturais ali realizadas: jarê (candomblé do garimpeiro), forró, artesanato, entre outros.

O município de Lençóis dispõe de serviços turísticos de qualidade. São cerca de 3.000 leitos, em 54 meios de hospedagem. Os cerca de 100 estabelecimentos de alimentos e bebidas oferecem um cardápio variado, desde a gastronomia internacional até a culinária típica local, onde predomina a herança cultural garimpeira.

Completam a oferta de serviços turísticos 21 agências de turismo receptivo, que operam diversos roteiros na região, e uma Associação de Condutores de Visitantes de Lençóis, que reúne cerca de 180 profissionais, capacitados para guiar os turistas pelos diversos roteiros e trilhas da região. Na comunidade do Remanso é possível ficar hospedado nas casas dos moradores locais ou acampar em seus quintais.

O associativismo é o modo de organização mais comum entre as empresas de serviços turísticos. O Conselho do Pólo da Chapada Diamantina reúne as instâncias do setor público, a iniciativa privada, a sociedade organizada e o terceiro setor.

Contatos

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: Cristiane Andrade Santos

ENDEREÇO: Rua 10 de novembro, n. 22, Lençóis – Bahia

E-MAIL: acvl@gmail.com / cristianeandrade.santos@gmail.com

TELEFONES: (71) 3289-3516 / 8841-0717

Projeto Trilhas Griôs de Lençóis

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Associação Grãos de Luz e Griô

RESPONSÁVEIS
Lillian Pacheco e
Luciene Pereira da Cruz

MUNICÍPIO/ESTADO
Lençóis, BA



O município de Lençóis está localizado a 410 km a oeste de Salvador, com via de acesso pela BR-116 e pela BR-242. Há, diariamente, ônibus diretos de Salvador, com três horários de saída. A viagem dura aproximadamente seis horas. Há um aeroporto há 20 km de Lençóis, que atualmente está operando apenas vôos privativos. Para se ter acesso aos distritos de Remanso, Iuna e Capivara (comunidades-foco do projeto), é necessário utilizar carros fretados de agências parceiras, pois não existe transporte público.



O município se encontra no Parque Nacional da Chapada Diamantina, uma região prioritariamente de Cerrado, com áreas de sertão e Pantanal. O Parque Nacional da Chapada Diamantina, criado em 1985, abrange 152 mil hectares da Serra do Sincorá e arredores. Além de Lençóis, inclui os municípios de Andaraí, Mucugê e Palmeiras. A Chapada Diamantina é uma região de serras onde nascem quase todos os rios das bacias do Paraguaçu, do Jacuípe e do Rio de Contas. Essas correntes de águas brotam nos cumes e deslizam pelo relevo em regatos, despencando em cachoeiras e formando transparentes piscinas naturais. A vegetação é composta de espécies da caatinga semi-árida e da flora serrana, com destaque para as bromélias, orquídeas e sempre-vivas. Os visitantes que vêm para ter contato com

as Trilhas Griôs de Lençóis desfrutam das matas verdes, em busca de conhecimento das ervas medicinais, banhos em rios de água doce e banho de cachoeiras.

Em Lençóis há grupos de reisados, de capoeira, de maculelê, de baianas, de samba de roda, entre muitos outros, que, com suas cantigas, ladainhas, rodas, vestimentas e instrumentos, colorem e alegrem a cidade nos dias tradicionais de suas apresentações. Os visitantes têm também a oportunidade de conviver com o modo de vida dos habitantes das comunidades rurais de Lençóis. Por meio das trilhas, podem conhecer o pantanal Marimbus, vivenciando o dia-a-dia dos griôs, mestres e moradores e suas tradições orais, tais como: a arte de garimpar no museu vivo de Seu Cori, pescar com armadilhas (maio e muzuá), anzóis, tipos de peixes existentes, tipos de plantas aquáticas com um belo passeio de canoa com pescadores da comunidade.

Griô é um caminhante, cantor, poeta, contador de histórias, genealogista e mediador político. É um educador popular que aprende, ensina e se torna a memória viva da tradição oral. Os visitantes podem vivenciar essa pedagogia com os jovens do grupo cooperativista de música e tradição oral do Grãos de Luz e Griô, compartilhando histórias de vida, músicas, danças, mitos, cortejos nas comunidades, aulas espetáculos e produção de artesanatos. Em todas as caminhadas, o grupo se encontra com um griô. Desse encontro nascem conversas sobre a sua história de vida, muita troca e aprendizagem sobre seus conhecimentos e sabedoria. Banhos de rio ou cachoeira integram cada uma das trilhas que se fecham com um novo ritual, desta vez de despedida e avaliação do significado do dia para cada um. As rodas de conversas com os griôs se misturam com caminhadas, visitas às casas dos moradores locais, banhos de cachoeira e vivências com pescadores, erveiras, rendeiras, parteiras, garimpeiros e sanfoneiros. Tudo isso acompanhado de muito samba de roda e forró pé-de-serra típicos da Chapada.

Lençóis conta com uma boa infraestrutura turística, com variada oferta de hotéis, pousadas, restaurantes, bares e operadores de passeios e atividades diversas. Nas comunidades rurais, a Associação Grãos de Luz oferece hospedagem em pousadas familiares e barracas de camping, além de pratos típicos das comunidades e café tradicional.

A cooperativa de jovens de turismo comunitário da Associação Grãos de Luz também promove encontros mensais nas comunidades envolvidas, para acompanhamento e avaliação das atividades realizadas durante as Trilhas Griôs. Semanalmente o grupo se reúne para tomar decisões sobre que está acontecendo ou aconteceu na trilha e na comunidade.

Contatos

TELEFONES: (075) 3334-1040 / 9944-2223

E-MAIL: graosgrio@yahoo.com.br

SITE: www.graosdeluzegrio.org.br

Promoção do turismo social e cultural de base comunitária no Sertão do Cariri

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Fundação Casa Grande –
Memorial do Homem do
Kariri

RESPONSÁVEL
Francisco Aemberg de
Souza Lima

MUNICÍPIO/ESTADO
Nova Olinda, CE

Nova Olinda localiza-se no interior do sertão cearense, a 50 km de Juazeiro do Norte/CE e a 560 km de Fortaleza. O acesso é feito de ônibus vindo, desde todas as capitais do Nordeste, via Juazeiro do Norte, e de avião, desde São Paulo e Fortaleza. As viagens de ônibus (executivos e leitos, com ar condicionado, TV e serviço de bordo) duram em média de oito a nove horas, tanto de Recife como de Fortaleza, e desembarcando em Juazeiro do Norte ou Crato. Para se chegar a Nova Olinda, é necessário pegar transporte coletivo, táxi ou o serviço de transporte da Cooperativa dos Pais e Amigos da Casa Grande – Coopagra.

Nova Olinda, Juazeiro, Crato e outras 20 cidades ficam no Vale do Cariri, berço cultural do Ceará, ao pé da Chapada do Araripe, e distam de 10 a 40 minutos umas das outras. A Chapada do Araripe é uma reserva florestal de Mata Atlântica formada pela Bacia do Araripe e ocupa 8.000 km² na região fronteira dos estados do Ceará, de Pernambuco, do Piauí e da Paraíba.

Os visitantes podem desfrutar de caminhadas em meio ao ambiente natural e, dependendo da estação do ano, poderão banhar-se nos rios próximos. Mesmo sem uma estrutura voltada para esportes radicais, a região oferece inúmeras possibilidades para a prática de atividades “outdoor”.



Além disso, a região permite conhecer um pouco da cultura e das tradições dos povos do sertão do Cariri. O visitante poderá visitar as oficinas de artesanato e produtos típicos da região e conhecer ainda um sítio mitológico e arqueológico da pré-história do homem na região. Há ainda pequenas excursões para Juazeiro do Norte (para se visitar o fenômeno da religiosidade popular de Padre Cícero); Assaré (onde está o memorial do poeta Patativa do Assaré); Exú (local do museu do cantor e compositor Luiz Gonzaga); e Santana do Cariri (com um museu de fósseis).

Os serviços turísticos vinculados ao projeto de promoção do turismo social e cultural de base comunitária no Sertão do Cariri são ofertados pela Coopagran, formada pelos pais dos meninos e meninas atendidos pela Fundação Casa Grande. A Coopagran, com o direito de uso de imagem da marca “Casa Grande”, produz e comercializa souvenirs e artesanato, além de gerenciar o receptivo turístico por meio da lojinha, da cantina, da bodega, de pousadas domiciliares e do serviço de transporte. Os recursos gerados com o turismo de inclusão social desenvolvido pela Coopagran são divididos de modo a garantir um retorno para a comunidade: 10% são para administração da Cooperativa; 10% para o fundo de educação que financia o transporte escolar para aos jovens da fundação que chegam à universidade (a 42 km de Nova Olinda, nas cidades de Crato e Juazeiro do Norte); e 80% para reposição de matéria-prima, investimento de infra-estrutura e manutenção familiar.

Na Casa Grande, o visitante poderá conhecer os laboratórios usados pelas crianças, como o Memorial do Homem Kariri, que guarda em acervo peças arqueológicas e lendas da pré-história do homem Kariri; a Escola de Comunicação da Meninada do Sertão, com rádio, TV e editora; e o Teatro Violeta Arraes – Engenho de Artes Cênicas. Outra oportunidade de convívio com os moradores é a hospedagem domiciliar, oferecida pela Coopagran.

A Fundação Casa Grande – Memorial do Homem do Kariri é uma ONG, sem fins lucrativos, que nos últimos 20 anos transformou a realidade dos moradores do município de Nova Olinda. Por meio de suas inúmeras atividades educacionais e culturais, vem mobilizando crianças, jovens e adultos. Todo o processo de planejamento e gestão dos recursos da Fundação é aberto, podendo ser consultado a qualquer momento nos muros da sede.

Contatos

RESPONSÁVEL: Damião Aureliano Ferreira de Souza

E-MAIL: coopagranfcg@hotmail.com

TELEFONES: (88) 3546-1333 (telefax) / (88) 9934-0203

SITE: <http://www.fundacaocasagrande.org.br>

Rede de Ecoturismo para a Vida

INSTITUIÇÕES PROMOTORAS

Instituto Ambiental Viramundo
Instituto Brasileiro de Tecnologias
Sociais

RESPONSÁVEIS

Rogério da Costa Araújo e Igor
Moreira de Sousa Pinto

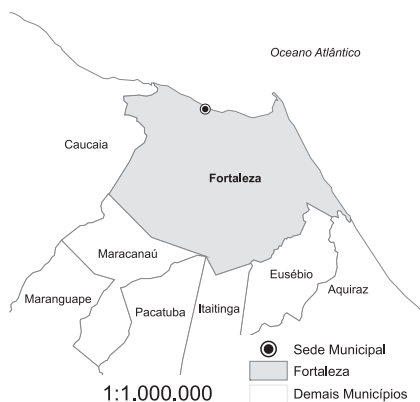
MUNICÍPIO/ESTADO

Fortaleza, CE



Região Nordeste

Fortaleza



Os objetivos do projeto são fortalecer a Rede de Ecoturismo para a Vida, consolidando Territórios Sustentáveis na Praia do Futuro, em Fortaleza/CE, por meio do ecoturismo de base comunitária. Participarão do projeto três comunidades tradicionais da orla e ribeirinhas, comprometidas com a sustentabilidade socioambiental da atividade turística, a geração de renda e o fortalecimento da cultura tradicional pesqueira e extrativista.

Trata-se de um projeto de turismo de base comunitária em um área urbana: a capital do estado. Localizada no litoral atlântico, Fortaleza tem 34 km de praias e é a capital com maior densidade demográfica do país. Predominam na vegetação o mangue e a restinga. O Parque Ecológico do Cocó é a maior área verde da cidade, com manguezais, lagoas, dunas, restingas, estuários e Mata Atlântica. Para se chegar a Fortaleza, há vôos das principais capitais do país.

A região onde se realiza o projeto, conhecida como Praia do Futuro, inclui as comunidades do Serviluz, Caça e Pesca e Lagoa do Coração, situadas no litoral leste de Fortaleza. São comunidades para onde migraram, em meados do século passado, populações principalmente do litoral oeste do Ceará (do Vale do Acaraú e de mu-

nicípios como Camocim, Amontada e Trairi). Nessa região, encontraram condições ambientais, sociais e culturais favoráveis à reprodução dos seus modos de vida.

A Praia do Futuro é caracterizada por atividades de lazer para população de todas as classes econômicas e de grande parte de moradores de Fortaleza. Grande parte dos moradores que vive no local é de renda baixa e depende do mar e dos equipamentos de lazer como fonte de renda.

Os principais atrativos naturais da região são passeios à Praia Mansa, a observação da fauna e da flora do Parque Natural e da APA das Dunas da Sabiaguaba, dos manguezais e das Dunas do Rio Cocó.

Entre os atrativos culturais estão o centro comunitário e uma barraca de praia que funciona como centro de recepção dos visitantes para a realização de trilhas no mangue e nas dunas (unidades de conservação), passeios de jangada, canoagem, conversa com os pescadores, visita a trabalhos comunitários, observação da fauna e da flora, pesquisas sobre o lugar, memória e história das comunidades, saberes do mar e do mangue.

Um Centro Comunitário e outros atrativos também proporcionam o encontro do turista com a comunidade local, incluindo conversas sobre as riquezas da fauna e flora e a história das lutas sociais, assim como opções de culinária e artesanato desenvolvidos por grupos locais.

Esta iniciativa partiu originariamente das comunidades organizadas por meio de Conselhos Populares, que definiram como prioridade desenvolver atividades ligadas ao ecoturismo de base comunitária como forma de fortalecimento econômico, social e cultural das comunidades e como disputa de hegemonia social quanto aos usos do território do litoral de Fortaleza, que vem sendo prejudicada pelo turismo de massas. Foram estabelecidas parcerias com as seguintes entidades de assessoria às organizações populares, ora proponentes: Instituto Brasileiro de Tecnologias Sociais – IBTS e Instituto Ambiental Viramundo – IAV, que vêm contribuindo principalmente com a capacitação dos grupos em temas como economia solidária e turismo sustentável.

Haverá um conselho gestor do projeto, com um representante de cada grupo, de cada ONG proponente e do parceiro direto. O conselho gestor irá planejar, monitorar e avaliar os objetivos e atividades previstas no projeto.

Contatos

Instituto Brasileiro de Tecnologias Sociais

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: Igor Moreira de Sousa Pinto

TELEFONES: (85) 3249-3068 / 8787-0244

E-MAIL: igormpinto@yahoo.com.br

Turismo comunitário: afirmando identidades e construindo sustentabilidade

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Instituto Terramar

RESPONSÁVEL
Jefferson Souza da Silva

MUNICÍPIO/ESTADO
Zona costeira de Ceará



A Rede Cearense de Turismo Comunitário, ou simplesmente Rede Tucum, é um projeto pioneiro de turismo comunitário voltado para a construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza, busca a sustentabilidade sócio-ambiental. Atualmente, conta

com a participação de dez comunidades costeiras, entre indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais, dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza e três ONGs que fazem o apoio institucional à rede – o Instituto Terramar (Brasil), a Associação Tremembé (Itália) e a Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde (Suíça). As comunidades participantes são: Alojamento Frei Humberto do MST (Fortaleza), Associação Mulheres em Movimento no Conjunto Palmeiras (Fortaleza), Batoque (Aquiraz), Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Assentamento Coqueirinho (Fortim), Ponta Grossa (Icapuí), Tremembé (Icapuí), Tatajuba (Camocim), Curral Velho (Acaraú), Caetanos de Cima (Amontada) e Flecheiras (Trairi).

A região oferece contato direto com dunas móveis e fixas, manguezais, lagoas, falésias, fontes de água doce e mares com diferentes tonalidades de azul. Passeios de jangada, catamarã, carros de boi ou buggy, trilhas e caminhadas eco-



lógicas, apreciação do pôr-do-sol e banhos de mar são algumas das possibilidades de interação com o meio ambiente.

Há também possibilidades de interação com a realidade local por meio de trilhas culturais, como casas de farinha comunitárias, passeios com carro de boi, rodas de contação de histórias, danças tradicionais (como o Toré e a dança do coco) e a pesca artesanal. O visitante pode desfrutar ainda da gastronomia típica, da estadia em pousadas familiares ou de caráter comunitário e de serviços turísticos complementares, como traslados e condutores locais capacitados, entre outros.

Tudo isso é possível porque as comunidades são acolhedoras e têm prazer em compartilhar momentos da sua vida cotidiana, buscando uma nova e uma diferente forma de se relacionar entre si e com o ambiente que as cercam. A gestão do turismo em cada comunidade é tratada em âmbito comunitário, por intermédio de associações de moradores ou outra forma de organização de cunho coletivo, sempre norteados pela lógica da economia solidária. Juntas, essas comunidades se fortalecem, fomentando a troca de experiências e a cooperação, compartilhando saberes e a construindo estratégias coletivas de superação dos desafios enfrentados pela zona costeira.

As primeiras discussões para o surgimento da Rede Tucum aconteceram em 2006, durante uma oficina realizada em Fortaleza. Desde então, as comunidades vêm se estruturando e participando de vários cursos, formações, planejamentos e elaboração de estratégias de promoção e marketing. A Rede Tucum constrói troca de experiências e saberes entre si e com outras realidades brasileiras e internacionais; define estratégias de rede e de parcerias para desenvolver a atividade turística comunitária e projetos dentro do conceito da economia solidária; promove estratégias de marketing e dos produtos de turismo comunitário e solidário; desenvolve habilidades e competências direcionadas para a gestão e o planejamento turísticos locais; e exerce incidência sobre políticas públicas de infraestrutura básica e de turismo. Para o mercado nacional e internacional, oferece um produto turístico genuíno e de qualidade, projetado para a interação entre povos e culturas, atento a proteger e valorizar culturas e territórios, economicamente integrados às atividades tradicionais e com a finalidade de produzir recorrentes benefícios à toda a comunidade. A Rede busca o fortalecimento da proposta de turismo comunitário, oferecendo belas paisagens aliadas ao compromisso social. Juntas, as comunidades se fortalecem, fomentando a troca de experiências e a cooperação, o compartilhamento de saberes e a construção de estratégias coletivas de superação dos desafios a serem enfrentados.

Contatos

RESPONSÁVEL: Vanessa Lima

ENDEREÇO: Rua Pinho Pessoa, 86 – Joaquim Távora – Fortaleza/CE –

CEP: 60.135-170

TELEFONES: (85) 3226-2476 / 3226-4154

E-MAILS: info@tucum.org / vanessa@terramar.org.br

SITE: www.tucum.org

Turismo comunitário e solidário no Assaré do Patativa

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Universidade Patativa do
Assaré

RESPONSÁVEL
Francisco Palácio Leite

MUNICÍPIO/ESTADO
Assaré, CE



Compreende a realização de um conjunto de atividades de aperfeiçoamento profissional e empresarial, o planejamento do uso sustentável do território turístico e de promoção e a comercialização do destino turístico e/ou dos seus produtos e serviços associados.

Assaré localiza-se no sul do estado do Ceará, na região da Chapada do Araripe. Fica a 600 km da capital Fortaleza e a 90 km da cidade de Juazeiro do Norte. O acesso à cidade pode ser feito de carro ou ônibus, pelas rodovias CE-060, CE-375 e BR-116. É possível ainda utilizar o transporte aéreo até Juazeiro do Norte, aonde chegam vôos regulares.

A trilha ecológica da caatinga na Fazenda Alto Canoas e os biomas de Mata Atlântica, de cerrado e de caatinga, são os principais atrativos naturais do município.

Em termos culturais, Assaré tem como destaque o memorial do poeta popular Patativa do Assaré. Ainda no sertão do Cariri é possível visitar o Memorial do Homem Kariri (Nova Olinda) e o Museu de Paleontologia (Santana do Cariri).



A relação do turista com os atrativos culturais e com o patrimônio se dá por meio do projeto Caminhos do Saber, que o leva a percorrer 100 km, passando por quatro municípios, onde se encontram as mais diversificadas formas de conhecimentos. Há também três museus: o Paleontológico (em Santana do Cariri), o de Antropologia (em Nova Olinda) e o de Literatura e Poesia (em Assaré). Durante o trajeto, além do contato com a paisagem natural, o visitante experimenta a culinária e tem contato com um artesanato diverso. Ainda durante o passeio destaca-se a barragem Canoas, hídrica com capacidade de 70 milhões de m³, onde é praticada a pesca artesanal e a criação de peixes em cativeiros. Às suas margens está situada a Fazenda Alto Canoas, onde existe uma trilha com vegetação de caatinga e pratica-se a agricultura irrigada, para se mostrar aos turistas e visitantes que é possível em pleno sertão produzir alimentos.

Os visitantes poderão participar de festas e manifestações culturais típicas, bem como experimentar as iguarias da culinária regional na casa de alguns moradores. Assaré também conta com uma pequena infra-estrutura para o turismo, reunindo pequenos hotéis e pousadas e alguns restaurantes com culinária típica local. Algumas agências locais de turismo operam passeios no município e nas cidades próximas.

Quanto à organização comunitária, se dá sob a coordenação da Universidade Patativa do Assaré e tem a parceria dos grupos organizados como os de pescadores e de piscicultores, que desenvolvem suas atividades no entorno da área de atuação do projeto. Os moradores das comunidades envolvidas participarão ativamente das atividades do projeto, quer nas capacitações, na construção do planejamento do uso do território, ou na gestão da Agência de Turismo. Quando não for possível a participação de toda comunidade em determinada atividade, o processo de escolha dos representantes será feito com base em critérios técnicos amplamente divulgados. Para acompanhar as atividades do projeto, avaliar suas ações e propor os ajustes necessários ao longo da caminhada, será constituído um Comitê Gestor, formado por três representantes de cada comunidade participante, totalizando nove membros.

Contatos

RESPONSÁVEL: Francisco Palácio Leite

ENDEREÇO: Avenida São Francisco, 173 – Centro – Assaré/CE – CEP: 63.140-000

TELEFONES: (88) 9927-0045 / 9966-4286 / 3535-1091

E-MAIL: universidadepatativa@hotmail.com

SITE: www.universidadepatativa.com.br

Turismo rural comunitário do assentamento rural Tijuca Boa Vista

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Centro Ecológico Aroeira

RESPONSÁVEL
Martha Verônica Magalhães
Castro

MUNICÍPIO/ESTADO
Quixadá, CE



Seu objetivo é desenvolver o turismo de base comunitária no Assentamento Tijuca Boa Vista por meio de ações de qualificação dos assentados para que atuem nas atividades turísticas e de preservação do meio ambiente, fortalecendo a agricultura familiar e a economia local, a partir do desenvolvimento rural sustentável e dos princípios da economia solidária.

O assentamento Tijuca Boa Vista encontra-se a 17 km da sede Quixadá-CE, sendo 12 km de rodovia asfaltada e 5 km de estrada de terra. Situado a 153 km de Fortaleza, está inserido numa área de 1.366 hectares, com 273 hectares de Área de Preservação Permanente, dispendo de vegetação de caatinga arbóreo-arbustiva.

Os principais atrativos naturais da região são as caminhadas em duas trilhas ecológicas interpretativas, passeios a cavalo, passeios de charrete e carro de boi, passeios de canoa, banhos de açude e rio, matas de caatinga a serem apreciadas e um belo pôr-do-sol.

Já os atrativos culturais são as instalações de produção culinária e de artesanato; a cultura artística da população local (como o festival de quadrilhas juninas);

as manifestações folclóricas; contações de história; os repentes e a dança; entre outros. O visitante terá ainda a oportunidade de conhecer as lendas, as receitas culinárias tradicionais, o artesanato (crochê, palha, renda, bordados), as crendices e rezas, os ditados, provérbios e modo de viver.

Toda a proposta de turismo do assentamento tem como foco a relação direta entre o turista, o habitante local e o ambiente compartilhado. Portanto, as atividades como a visita à sala de ordenha de caprinos, os canteiros de hortaliças, os viveiros de peixes, a visita aos currais de criação (ovinos, caprinos, bovinos), a participação nas atividades de colheita e pesca, a produção de laticínios e a participação na produção cultural (dança, quadrilha, folclore) aproximam os visitantes ao modo de vida tradicional e permitem o convívio dentro das atividades da agricultura familiar sustentável.

Inaugurado em 2008, o Hotel Pousada Boa Vista tem toda a sua administração vinculada à Associação de Moradores do Assentamento Tijuca Boa Vista. Os serviços turísticos ofertados aos visitantes são prestados na casa-sede, transformada em Pousada Rural e Restaurante Regional. Toda a matéria-prima consumida na pousada, como o leite, as verduras e o peixe, é comprada diretamente da Associação. Os passeios de canoa e de cavalo também contribuem para a geração de trabalho e renda para as famílias do Assentamento.

O projeto pretende realizar ações de capacitação e de acompanhamento para qualificar os assentados a atuarem nas funções inerentes às atividades turísticas de base comunitária, implantando ações que visam à estruturação organizacional do empreendimento comunitário. A gestão se dará por meio de um Comitê Gestor, com o objetivo de gerenciar o projeto de forma compartilhada entre os assentados e o Centro Ecológico Aroeira, visando garantir a transparência das ações, o monitoramento sistemático e o controle financeiro. O processo de planejamento, execução das ações e gestão do Projeto provocarão resultados intangíveis e tangíveis, porque ações educativas trabalham para além das especificações inerentes às atividades turísticas, tratando de mudança de atitude frente aos desafios, estímulo à criatividade, agricultura familiar, importância da cultura local, associativismo e benefícios de um projeto de base comunitária.

Contatos

RESPONSÁVEL: Martha Verônica Magalhães Castro

TELEFONES: (85) 3266-5757 / 8745-2627

E-MAIL: ce.aroeira@hotmail.com

Central de Turismo de Santo Amaro do Maranhão

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão

RESPONSÁVEL
Jorge Augusto Santos Silva

MUNICÍPIO/ESTADO
Santo Amaro do Maranhão, MA



Santo Amaro do Maranhão



Seu objetivo é potencializar e agregar valor aos serviços e produtos turísticos já existentes e possibilitar surgimento de outros, tendo como base uma estrutura física e logística a partir da implantação de uma Central de Turismo.

Santo Amaro do Maranhão localiza-se no litoral oriental maranhense, a aproximadamente 240 km de São Luís, a capital do estado. O acesso ao município pode ser por vias terrestre, fluvial e aérea. As rodovias que partem de São Luís são todas pavimentadas, mas o trecho final do percurso, que liga o município de Sangue a Santo Amaro do Maranhão, só pode ser feito em veículos com tração nas quatro rodas. A opção fluvial, a partir do município de Humberto de Campos, com uso de pequenas embarcações de pescadores, tem duração média de três horas, dependendo do tipo de barco e do itinerário.

Cerca de 40% das áreas urbanas e rurais do município fazem parte da área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a principal Unidade de Conservação do estado do Maranhão. Outros atrativos naturais, como o rio Alegre e os lagos Santo Amaro, Guapiriba e Travosa, que formam a maior reserva de água doce dos Lençóis Maranhenses, também podem ser visitados. O visitante poderá ter contato com vários ecossistemas, caracterizados por praias, dunas, campos,

rios, lagos e lagoas, situados em meio à mata de restinga e manguezais, numa área de 155 mil hectares. É possível realizar caminhadas e cavalgadas que podem durar poucos minutos ou até alguns dias.

Os principais atrativos culturais estão nas comunidades tradicionais de trabalhadores rurais, pescadores e criadores, como Rio Grande, Travosa, Bebedouro, São Francisco, Ponta Verde, Betânia, Boa Vista, Queimada Britos e Baixa Grande, entre outras. O visitante pode participar do plantio do caju e da mandioca para a produção de farinha e bolos; visitar a criação de suínos, búfalos e caprinos; assim como o extrativismo vegetal e a pesca artesanal, praticada no rio Alegre e nos lagos Santo Amaro, Guapiriba e Travosa. A atividade pesqueira tem um caráter fortemente sazonal, marcado pelo volume de água dos lagos, que transbordam na época chuvosa. No Centro de Produção Artesanal dos Lençóis que pertence à regional do Rosário, composta por 12 municípios (dentre eles, Santo Amaro), há venda de produtos artesanais e o visitante poderá participar de oficinas de cerâmica, argila e fibra de buriti.

Durante sua estada na região, o visitante terá a oportunidade de conviver com famílias das comunidades tradicionais que vivem no interior do Parque Nacional, compartilhando com eles o modo de vida e as suas atividades cotidianas da região. Todas as festas, ritos e demais manifestações culturais também estão abertos à participação.

A maior parte dos meios de hospedagem é de pousadas domiciliares, que proporcionam um contato mais próximo do visitante com os moradores. Elas surgiram na década de 90, quando foram formados os primeiros condutores de turismo e implantados outros serviços receptivos de Santo Amaro do Maranhão. Também é possível encontrar restaurantes familiares, que servem comida caseira. Para o transporte aos principais atrativos naturais da região, estão disponíveis carros com tração nas quatro rodas e pequenas embarcações, ambos adaptados para o uso turístico.

Emancipado em 1994, Santo Amaro conta com uma população de aproximadamente 10 mil habitantes e está na lista dos dez municípios mais pobres do Brasil, com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de apenas 0,512. A Prefeitura de Santo Amaro do Maranhão apóia, desenvolve e articula ações para fortalecer o turismo de base comunitária, apostando na atividade para colaborar com os esforços para se superar essa situação. Dentre os parceiros mais comuns nos últimos anos merecem destaque ONGs, Instituições de Ensino Superior, órgãos como o Sebrae/MA e os governos estadual e federal.

Contatos

RESPONSÁVEL: Jorge Augusto Santos Silva

ENDEREÇO: Praça do Mercado, 100 – Centro – Santo Amaro do Maranhão/MA –

CEP: 65.195-000

TELEFONES: (98) 3369-1099 / 3369-1123

E-MAIL: jorgesantoamaro@yahoo.com.br

Projeto de potencialização do turismo de bases comunitária em Porto de Galinhas

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Cooperativa de prestação de
Serviços Técnicos e Agropecuários
de Pernambuco – Coperata

RESPONSÁVEL
Patrícia Miranda

MUNICÍPIO/ESTADO
Ipojuca, PE



Entre os objetivos do projeto estão implantar e desenvolver uma proposta de turismo de base comunitária; formular um Plano Estratégico de Gestão da Comercialização dos artesãos nas comunidades locais, a fim de superar suas principais debilidades quanto à dependência de intermediários, à capacidade administrativa e à falta de pessoal capacitado; diagnosticar a produção artesanal e fomentar o resgate da cultura para a elaboração de uma identidade do artesanato local e regional; incentivar o uso de novas técnicas e materiais, caracterizando o produto como resultado de um processo de fabricação artesanal; implantar um sistema de divulgação pela produção de embalagens, material impresso e virtual; e desenvolver um Plano de Marketing para o lançamento dos produtos.

Ipojuca está situada a cerca de 62 km de Recife. Há linhas de ônibus regulares operadas por empresas locais diariamente, a cada 30 minutos, levando cerca de uma hora de viagem, e transporte alternativo, com vans. Quem vai de carro, deve seguir pela PE-101 Sul, no sentido do município do Cabo de Santo Agostinho. Para a praia de Porto de Galinhas, o motorista deve seguir por mais 1,5



km a partir da sede de Ipojuca. Durante esse último trecho, é possível ver a usina Salgado ao lado esquerdo e, à direita, a comunidade de Nossa Senhora do Ó.

O maior atrativo de Ipojuca são suas praias de areias finas, vegetação rasteira e coqueiros espaçados. Sua paisagem é marcada por trechos de mar aberto e trechos protegidos por arrecifes, que, na maré baixa, formam belas piscinas naturais. As oito praias de Ipojuca apresentam diferentes paisagens, favorecendo os mais diversos tipos de esportes náuticos. Dentre elas, está Porto de Galinhas (a 50 km de Recife), o maior pólo turístico do litoral sul de Pernambuco. Além de atrativo turístico, as praias de Ipojuca são locais de desova de tartarugas marinhas, que, nos meses de março e setembro, procuram as areias desses balneários para fazerem seus ninhos. Outros atrativos naturais do município são os manguezais dos estuários dos rios Massangana, Tatuóca, Ipojuca, Merepe, Maracaípe e Aquirá-Sirinhaém, onde se formam exuberantes bosques, que abrigam rica fauna de siris, ostras, caranguejos, aratus, guaiamuns, peixes e cavalos-marinhos; as ilhas do Francês e de Tatuóca, entre a foz dos rios Massangana e Tatuóca; cachoeiras diversas; o Neck Vulcânico, uma colina de 90 milhões de anos com cerca de 30 m de altura; e o baobá de Nossa Senhora do Ó – árvore com mais de 400 anos, plantada no local por escravos, cujo tronco necessita de 20 pessoas para abraçá-lo.

O patrimônio histórico-cultural do município é representado pela arquitetura religiosa dos núcleos urbanos de Ipojuca e Nossa Senhora do Ó e por elementos integrantes dos conjuntos arquitetônicos de antigos engenhos de açúcar, como as capelas dos engenhos Guerra, Tapera, Tabatinga e Maranhão; a capela, a casa-grande e restos da “moita” e do armazém do Engenho Gaipió, fundado no século XIX; e a “moita” do Engenho Canoas (séc. XVIII), onde funciona uma fábrica de mel e rapadura artesanal. O crescimento do turismo em Porto de Galinhas cria oportunidades de desenvolver a produção do artesanato local. Os artesãos expressam o símbolo da Vila em diferentes enfeites, como as galinhas esculpidas em coqueiros, os tecidos pintados à mão, as esculturas que imortalizam os seres marinhos e os trabalhos feitos em concha do mar, coco, semente, folha seca e barro.

Os visitantes que chegam a Ipojuca têm uma excelente oportunidade de entrar em contato com a cultura do local nas inúmeras festas populares e nos eventos comunitários realizados. Em dezembro, na Praia de Serrambi, acontece a Festa de Nossa Senhora da Conceição do Outeiro e, no primeiro domingo de fevereiro, a Festa de Nossa Senhora do Ó. Outras festas, como a de Santo Antonio de Camela, a de São Miguel, a de São Pedro, a de São Sebastião e a do Santo Cristo de Ipojuca, também são realizadas ao longo do ano, em Porto de Galinhas, na Vila de Camela, na Praia do Cupe e na sede municipal.

A infraestrutura de apoio ao turismo em Ipojuca está distribuída nos três principais pólos turísticos do município. O primeiro abrange o eixo Porto de

Galinhas-Maracaípe e detém 74,2% dos equipamentos de apoio ao turismo localizados no município. O segundo compreende o trecho Cupe-Muro Alto e o núcleo urbano de Nossa Senhora do Ó, constituindo, em certa medida, um prolongamento de Porto de Galinhas e abrigando 12,3% dos referidos equipamentos. O terceiro abrange Serrambi e Toquinho, tem como função predominante o lazer de segunda residência e detém 7,2% dos citados equipamentos.

Além dos meios de hospedagem (hotéis e resorts, pousadas e chalés privês) e alimentação, figuram os equipamentos de diversão (clubes sociais e locais de espetáculos), as locadoras de veículos (automóveis, buggys e aeronaves) e os promotores de passeios de jangada e barco. Os pólos turísticos de Ipojuca contam, atualmente, com os serviços de 180 bugueiros, 94 jangadeiros e 482 ambulantes cadastrados na Diretoria de Turismo e Meio Ambiente do município.

A instituição que promove o projeto, a Coperata, desenvolve ações de formação, capacitação e políticas públicas com várias instituições governamentais e não governamentais, tais como a Prefeitura do Recife, a Fundação Bradesco, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/AR-PE), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e a Universidade Federal de Pernambuco, entre outros.

Contatos

RESPONSÁVEL: Rosemberg Andrade

E-MAILS: agribusinesses@hotmail.com / coperata@hotlink.com.br

TELEFONES: (81) 3442-6087 (telefax) / 9719-8855

Outro Turismo Acontece: turismo solidário e cultura popular nordestina

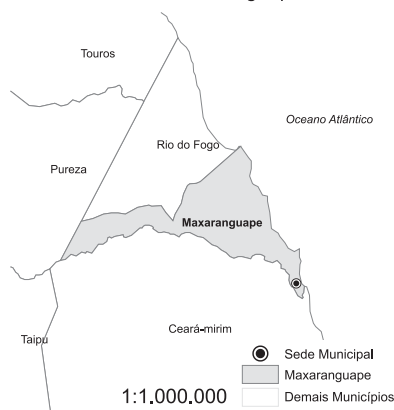
INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Associação Zuzu Angel

RESPONSÁVEL
Maria Rita de Cassia Oliveira

MUNICÍPIO/ESTADO
Maxaranguape, RN



Maxaranguape



Maxaranguape fica a 54 km de Natal, capital do Rio Grande do Norte. O acesso é feito pela BR-101 e pela rodovia estadual RN-160. De Natal a Maxaranguape, não há ônibus, mas somente táxis fretados, que fazem o transporte de pessoas do município e seus visitantes. A viagem dura cerca

de uma hora. Entre as comunidades do município participantes do projeto, o trajeto dura cerca de trinta minutos, a partir do centro do município.

Um dos municípios do Pólo Costa das Dunas, Maxaranguape tem a maior reserva de formação em recifes de corais em área litorânea, lagoas, cachoeiras, além do maior parque de dunas do estado e da biodiversidade característica de reservas naturais da Mata Atlântica. Em seus limites, há áreas sob gerenciamento especial constituído de um ecossistema protegido – manguezal com dunas – e uma Área de Proteção Ambiental Estadual dos Recifes de Corais – Aparc. Trata-se de um local campestre, de população rural. Todo o litoral do município é adequado para o banho de mar, natação e navegação devido às águas tranquilas das praias. Também é possível realizar caminhadas na orla ou em dunas, em meio à vegetação. Maxaranguape conta ainda com rios, onde pode ser realizada a pesca esportiva, e

lagoas de águas límpidas, cujas fontes são pequenas cachoeiras serranas, formando um complexo natural propício para práticas de turismo ecológico.

Várias formas de manifestações locais da cultura popular nordestina se encontram em Maxaranguape, tais como Boi de Reis, Lapinhas, Pastoril de Fitas e Pastoril de Rodas, Zambê, coco de roda e praieira de tambor do pau furado, entre outras. Essas manifestações são características do litoral norte do estado, onde também se organizam festas de santos tradicionais, como a dos padroeiros. Há uma culinária específica para cada festividade, com formas de preparo distintas e ingredientes característicos da população nativa. Para as festividades próximas ao litoral, como o Zambê ou a marujada, os pratos típicos são feitos com ingredientes provenientes do mar. Caso as festas sejam tipicamente rurais, como o pastoril de roda ou o tambor do pau furado, os pratos são sertanejos e, na maioria das vezes, preparados pela comunidades que realizam a festividade, geralmente em homenagem ao santo protetor.

Os visitantes podem participar de atividades da vida comunitária, como a pesca em jangada, o mergulho no banco de corais e as festividades religiosas praieiras e rurais das comunidades tradicionais. Desta forma, poderá entrar em contato com o folclore local, incluindo os diversos sortilégios para a vida amorosa e a visita às árvores do amor, que se entrelaçam em forma de coração e são o ponto de partida para lendas e contos ancestrais sobre encontro de amores perfeitos a partir de amarrações de fitas e outros fios nos troncos. O artesanato local está voltado para as rendas de bilros e labirintos, típicas do Nordeste. No projeto, há planejadas oficinas para os visitantes e intercâmbio cultural entre pessoas de diversas culturas, nacionais e internacionais, de modo a contribuir para o desenvolvimento e a formação da população local, seja com cursos ou com quaisquer formas de aperfeiçoamento do uso de tecnologias sociais.

Em Maxaranguape, há espaços disponíveis para acampamentos e opções de hospedagem domiciliar nas áreas rurais e praias, com moradores previamente cadastrados e capacitados para recepcionar os visitantes. O município dispõe de táxi e carros de locação. A partir do desenvolvimento do projeto, os visitantes poderão fazer passeios com guias “curupiras” (jovens das comunidades participantes, que atuam como agentes de defesa do meio ambiente do projeto). Os serviços serão organizados sob a coordenação da Associação Zuzu Angel e do Fórum da Agenda 21 de Maxaranguape, mas o projeto propõe também a criação de uma cooperativa de crédito e serviços do turismo solidário. Como o município ainda não conta com restaurantes para recepcionar os visitantes, a partir do desenvolvimento do projeto, serão constituídos dois restaurantes solidários, gerenciados pela população local: um no litoral, com pratos típicos das manifestações culturais litorâneas; e outro na zona rural, com pratos típicos das manifestações culturais do campo.

A Agenda 21 de Maxaranguape está articulada com a rede brasileira de Agendas 21, por meio da Associação Zuzu Angel, e também com o Conselho Estadual de Economia Solidária, a Rede de Mulheres Solidárias e a Rede de Pontos de Cultura do Ministério da Cultura – MinC.

Contatos

RESPONSÁVEL: Maria Rita de Cassia Oliveira

E-MAILS: mariaritam@hotmail.com / mariaritam@gmail.com

TELEFONE: (84) 8897-3699

Estruturação e fortalecimento do turismo de base comunitária do povoado Terra Caída

INTITUIÇÃO PROMOTORA
Sociedade de Estudos Múltiplos,
Ecológica e de Artes
– Sociedade Semear

RESPONSÁVEL
Carlos Roberto Britto Aragão

MUNICÍPIO/ESTADO
Indiaroba, SE



Seu objetivo é estruturar e fortalecer o turismo de base comunitária desenvolvido pela Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores do Povoado Terra Caída, de modo participativo e sustentável.

Indiaroba, no litoral sul de Sergipe, é um dos principais acessos a Mangue Seco, povoado do município de Jandaíra/BA, conhecido nacional e internacionalmente por suas belezas naturais. A 95 km da capital Aracaju, o acesso é feito pela BR-101, rumo à Linha Verde, e dura cerca uma hora e vinte minutos. Algumas operadoras de turismo oferecem transporte marítimo em embarcações partindo de Salvador ou Aracaju.

A comunidade de Terra Caída está inserida na Área de Proteção Ambiental Litoral Sul. A diversidade de seus recursos naturais, composta de manguezais, lagoas, dunas, restingas, estuários e remanescentes de Mata Atlântica, chamam a atenção dos visitantes. Dentre os atrativos merecem destaque as praias de Mangue Seco (do município vizinho de Jandaíra/BA); a terapia da mangaba e do massunim; a Fonte das Pedras; a pescaria no estuário; os passeios pelos manguezais de barco a vela; a Lagoa Vermelha; os passeios de jegue, charrete e bicicleta; as trilhas; e o turismo náutico de velejadores, nos rios e mares da região.



Os visitantes têm a oportunidade de conhecer de perto o modo de vida dos moradores durante suas festas e manifestações culturais, como as brincadeiras de roda e o samba de coco. Acompanhar o dia-a-dia do povoado e o ritmo lento da pesca artesanal, ouvir os causos e histórias dos pescadores e de moradores mais velhos são oportunidades únicas para os visitantes que buscam uma relação mais próxima com o local. Os pratos típicos da culinária local também compõem um cenário característico dessa pequena vila de pescadores. As atividades tradicionais e os usos e costumes dos moradores da região foram muito bem narrados por Jorge Amado, em seu livro *Tieta*.

Para ir a Mangue Seco, os pescadores oferecem transporte marítimo em barcos a vela ou a motor. As operadoras de turismo Ibero Star (Salvador), Nozes Tur (Aracaju) e Gazela (Estância) transportam os turistas e atracam suas embarcações em Terra Caída para almoço no restaurante da comunidade, que oferece comida típica de qualidade. O povoado conta com duas pousadas e casas de veraneio. As refeições podem ser feitas em restaurantes ou na casa de alguns moradores, que oferecem seus quintais e servem uma boa comida caseira.

O projeto buscará aprofundar os conhecimentos, capacidades e atitudes necessárias ao atendimento turístico que já ocorrem na comunidade; oferecer apoio técnico para melhoria dos serviços e produtos turísticos ofertados pela comunidade; apoiar a organização da produção associada ao turismo, como artesanato, agricultura familiar e pesca artesanal; construir o diagnóstico turístico e a organização comunitária de forma participativa; fomentar a prática de economia solidária já existente na comunidade; fortalecer a promoção e a comercialização dos produtos e serviços turísticos a partir da inserção do destino em roteiros turísticos já estruturados; e envolver a comunidade na cadeia produtiva do turismo em âmbito estadual e nacional.

Para sua gestão, em conjunto com a Sociedade Semear, será composto um grupo gestor comunitário, formado por representantes da associação, das pousadas, restaurantes e bares, barqueiros, artesãos, pescadores e jovens. Eles participarão do planejamento, execução e avaliação das atividades. Esse grupo pode ser modificado conforme as manifestações da comunidade, em oficinas participativas para eleição dos mesmos. As decisões sobre a gestão e os rumos do projeto serão tomadas em conjunto e comunicadas de forma transparente para a comunidade, que poderá aprová-las ou não e apresentar sugestões.

Contatos

RESPONSÁVEL: Danielle Rodrigues Dutra

ENDEREÇO: Rua Vila Cristina, 148, São José – Aracaju – CEP: 49.015-000

TELEFONE: (79) 9977-7598 / 3214-5800 (fax)

E-MAIL: danidutra@sociedadesemear.org.br

SITE: www.sociedadesemear.org.br

Um Vale Verde de Verdade

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Instituto de Permacultura e
Ecovilas do Cerrado – Ipec

RESPONSÁVEL
André Luis Jaeger Soares

MUNICÍPIO/ESTADO
Pirenópolis, GO



Região Centro-Oeste

O acesso a Pirenópolis é feito via rodoviária por linhas regulares de ônibus que partem de Brasília (a 140 km, com duração de três horas), Goiânia (a 120 km, com duração de duas horas) e Anápolis (a 65 km, com duração uma hora e meia). A cidade tem um aeroporto com capacidade para receber aviões de pequeno porte, mas não conta com vôos comerciais regulares. Pode-se ir até os aeroportos de Anápolis, Goiânia ou Brasília e continuar o traslado via rodoviária.



Cercada de morros, com cobertura de cerrado, aos pés da Serra dos Pireneus, Pirenópolis se destaca por manter a natureza preservada. É o município goiano que mais possui Unidades de Conservação (são oito ao todo). O ecoturismo é o ponto forte, com cachoeiras, rios, caminhadas pelos cerrados, florestas ciliares e animais silvestres, que podem ser visitados no Parque Estadual da Serra dos Pireneus. Além de atividades esportivas, como escalada, montanhismo, rappel, arvorismo, bóia-cross, *mountain bike*, mergulho, canoagem e tirolesa, no Ipec o visitante terá um contato com um projeto que usa a natureza local como base para uma produção sustentável e perene.

Por seus casarões, prédios e igrejas em estilo barroco, Pirenópolis foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan como

conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico em 1989. As tradições culturais estimularam o desenvolvimento de um original artesanato local, em que se destacam a fabricação de jóias de prata e móveis de madeira, a fiação de colchas e cortinas e a criação de objetos em barro e pedra. Algumas das manifestações da tradição cultural local são a Festa do Divino e a Cavallhada. Mas o valor cultural de Pirenópolis vai além, com a difusão, pelo Ipec, da permacultura (tecnologia voltada a uma produção ambientalmente compatível, visando a perenização dos recursos naturais nas próprias localidades).

O Ipec possui um alojamento que pode receber grupos pré-agendados especialmente interessados em conhecer suas atividades. Contudo, a maioria dos visitantes utiliza a estrutura de Pirenópolis, que oferece bons serviços de hospedagem e alimentação e conta com uma associação de condutores de visitantes.

Fundado em 1998, o Ipec surgiu para ser um modelo em sustentabilidade para o Cerrado brasileiro. Desenvolve e adapta soluções para problemas relacionados à sustentabilidade da ocupação humana, como captação e uso sustentável da água, sistemas de geração de energia renovável, habitação de baixo impacto, segurança alimentar, tratamento de resíduos e convivência integrada com o ecossistema. Desde sua formação, tem capacitado milhares de pessoas nesses temas, em cursos com reconhecimento nacional e internacional.

O Ecocentro Ipec desenvolve um projeto permanente em quatro escolas públicas da cidade, o Habitats na Escola. A atividade principal do projeto é transformar o pátio das escolas em laboratórios vivos, que estimulem a comunidade escolar a construir um futuro em que possam viver com os recursos necessários sem esgotar o meio natural. Estas escolas estão se tornando pontos de referência de educação para uma vida sustentável. O projeto inclui toda comunidade escolar e o bairro onde a escola está inserida, o que cria a oportunidade para a população local apropriar-se de tecnologias simples e de baixo custo, que podem incrementar muito a qualidade de vida da escola, de suas casas e do bairro, conectando a aprendizagem escolar com a vida cotidiana. O Ipec também oferece visitas monitoradas individuais ou em grupos, nas quais o visitante irá conhecer as tecnologias sustentáveis do Ecocentro e os sistemas permaculturais em funcionamento.

Contatos

RESPONSÁVEL: André Luis Jaeger Soares

ENDEREÇO: Fazenda Mar e Guerra – Rodovia GO-225, km 03

TELEFONE: (62) 3331-2111

E-MAIL: diogo@ecocentro.org

SITE: www.ecocentro.org

Valorização da cultura popular para o turismo em Pirenópolis

INSITUIÇÃO PROMOTORA
Comunidade Educacional
de Pirenópolis – Coepi

RESPONSÁVEL
Alessandra Helena
Schneider

MUNICÍPIO/ESTADO
Pirenópolis, GO



Região Centro-Oeste

O acesso a Pirenópolis é feito via rodoviária por linhas regulares de ônibus, que partem de Brasília (a 140 km, com duração de três horas), Goiânia (a 120 km, com duração de duas horas) e Anápolis (a 65 km, com duração uma hora e meia). A cidade tem um aeroporto com capacidade para receber aviões de pequeno porte, mas não conta com vôos comerciais regulares. Pode-se ir até os aeroportos de Anápolis, Goiânia ou Brasília e continuar o traslado por via rodoviária.



Localizado no sopé da Serra dos Pireneus, o município fica a 770 metros de altitude, às margens do Rio das Almas, bacia do Rio Tocantins. O Pico dos Pireneus, possui 1.385 metros de altitude e é parte do divisor de águas da Bacia do Prata com a Bacia do Tocantins. Constituído por um conjunto de morros sedimentares nas vertentes e nos fundos de vale, há uma cobertura vegetal de cerrado e veredas e, nas partes mais altas da serra, há o cerrado propriamente dito e campos. Pirenópolis é o município goiano que mais possui Unidades de Conservação (são oito ao todo). O ecoturismo é o ponto forte, com cachoeiras, rios, caminhadas pelos cerrados, florestas ciliares e animais silvestres, que podem ser visitados no Parque Estadual da Serra dos Pireneus. Entre os esportes de aven-

tura destacam-se escalada, montanhismo, *rappel*, arvorismo, bóia-cross, *mountain bike*, mergulho, canoagem, tirolesa, entre outros.

Para a hospedagem, há uma ampla estrutura turística da cidade de Pirenópolis. Existem várias pousadas com preços e serviços variados, desde as mais simples às mais sofisticadas. Também existem vários bares, nos quais o visitante pode usufruir de bons petiscos, bebidas e ter uma boa conversa.

Em 1996, foi fundada a Comunidade Educacional de Pirenópolis – Coepi, que se firmou como centro de educação complementar ao ensino formal, visando a preservação, a defesa e a conservação do patrimônio histórico, artístico e ambiental local e privilegiando a arte e a ecologia como caminho para transformação da sociedade e para a inclusão social. É uma instituição essencialmente comunitária, na qual seus diretores, professores, voluntários, funcionários e colaboradores são membros da comunidade e participam ativamente de todos os processos.

Por meio de seus núcleos temáticos, como Núcleo de Artes, o Coepi promove uma série de atividades culturais, visando a ocupação, a recreação e a formação sociocultural de crianças, jovens e adultos. Oferece oficinas de mosaico, barro, bijuteria, papel, dança, teatro e iniciação musical. O Núcleo de Educação Ambiental conta com espaço de pesquisa e uma área demonstrativa de técnicas agroecológicas (horta, composteira, minhocário, agrofloresta). O Coepi realiza também o Sarau Ambiental, que apresenta mensalmente palestras e shows musicais gratuitos no Teatro de Pirenópolis. Já o Núcleo de Tecnologia e Comunicação visa a capacitação na área de informática, a produção audiovisual, a construção de acervo digital das atividades institucionais e a realização do programa semanal “Coepi, 45 minutos com você”, na rádio comunitária Jornal Meia Ponte. Todas essas atividades tem como objetivo agregar valor à riqueza cultural de Pirenópolis, com seu casario colonial, as festas da Cavalhada e do Divino e o artesanato local, representado pela joalheria.

As atividades previstas para serem desenvolvidas pelo projeto serão executadas integralmente por membros das comunidades. As festas, os bares, as ruas, as praças, as cachoeiras são espaços onde os habitantes podem interagir com os visitantes, e o projeto visa intensificar esse encontro, valorizando a identidade cultural da região.

Contatos

COORDENADORA: Alessandra Helena Schneider

ENDEREÇO: Rua do Carmo, s/n – Pirenópolis/GO – CEP: 72.980-000

TELEFONE: (62) 3331-1990 / 3331-3677 / 8436-6786

E-MAILS: contato.coepi@gmail.com / alessandra@brcentral.tur.br

SITE: www.coepi.org

Guardiões do Pantanal

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Secretaria de Estado de Trabalho,
Emprego, Cidadania e Assistência
Social – Setecs/MT
e Colônia Z-5 de Pescadores

MUNICÍPIO/ESTADO
Barão de Melgaço, MT

RESPONSÁVEL
Terezinha de Souza Maggi



Região Centro-Oeste



Os objetivos do projeto são: ministrar cursos de monitores ambientais de pesca, com complementação ecológica para os pescadores locais (abordando relacionamentos pessoais, ética profissional, higiene e segurança no trabalho, técnicas e práticas de educação ambiental e teoria e prática do atrativo natural); oferecer às mulheres ou membros das famílias de pescadores cursos de hospitalidade e melhoria na oferta de produtos (alimentação, hospedagem, lazer, entre outros); montar uma programação para a promoção comercial e divulgação dos serviços prestados em forma de cartilhas e folders; oferecer melhor qualidade no transporte de turistas; e ampliar a rede de colaboração na colônia de pescadores, mantendo os contatos com restaurantes, pousadas, hotéis e pesqueiros da região de modo articulado.

De Cuiabá (a 135 km), o acesso a Barão de Melgaço pode ser por via rodoviária, numa viagem que dura três horas e meia, quando o tempo está seco. São 62 Km de asfalto, pela BR-364, e 73 Km de estrada de terra, pela MT-361. O trajeto também pode ser feito por via fluvial. O acesso a Cuiabá pode ser feito por vôos desde as principais capitais brasileiras até o Aeroporto da cidade. Daí, é preciso contratar um serviço de traslado ou alugar um carro.

Barão de Melgaço é considerado o mais pantaneiro de todos os municípios. Do total de sua área, pouco mais de 2% é formado por terra firme, sendo o restante pantanal, formado por terras alagadiças, entre rios, corixos e baías, com ricas fauna e flora. Algumas das atrações locais são os passeios de barcos e a pesca esportiva.

A maioria da população de Barão de Melgaço é distribuída em comunidades ribeirinhas, detentoras do chamado “conhecimento ecológico tradicional”, o que as torna profundas conhecedoras do ambiente, constituindo um valioso patrimônio cultural.

O visitante pode se hospedar nas casas dos pescadores que ficam às margens do rio, vivenciando seus usos e costumes do dia-a-dia e compartilhando da típica culinária pantaneira: o café da manhã, chamado de “quebra-torro”, galinha caipira com arroz e peixes fritos e ensopados.

Os serviços vinculados ao projeto Guardiões do Pantanal são ofertados pela Colônia de Pescadores Z-5. Atualmente consistem em pilotagem de botes que acompanham os visitantes ou pescadores amadores na pesca pelo pantanal como monitores. A hospedagem e a alimentação oferecidas pelos associados da Colônia já é realizada esporadicamente.

A Colônia Z-5 de Pescadores de Barão de Melgaço existe desde 1985 e tem uma presença atuante na vida dos pescadores, seja na fixação de preço mínimo por quilo de peixe como na comercialização direta entre a Colônia e os consumidores finais (restaurantes, hotéis, pousadas etc.). A Colônia também mantém um estreito relacionamento com os órgãos de proteção ambiental do estado, visando inibir a pesca predatória e realizar o controle das espécies que habitam a região. Atualmente, a Colônia de Pescadores conta com mais de 50 pescadores profissionais especializados em pilotagem de botes, os chamados “pirangueiros”.

Contatos

COORDENADOR: Rondenelly César Marques de Arruda

ENDEREÇO: Rua Transversal, s/n, Centro Político-Administrativo

TELEFONES: (65) 3613-5755 / 3613-5706

E-MAILS: gabinete@setecs.mt.gov.br / ronde@setecs.mt.gov.br

SITE: www.setecs.mt.gov.br

Ecobase Ilha das Caieiras

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Secretaria de Estado de Turismo/ES
e Instituto Capixaba de Ecoturismo

RESPONSÁVEL
Felipe Ramaldes Corrêa

MUNICÍPIO/ESTADO
Vitória, ES



Região Sudeste

Vitória



A Base Ecológica de Turismo Comunitário (Ecobase) piloto será implantada no bairro da Ilha das Caieiras, próximo à foz do Rio Santa Maria da Vitória, baía noroeste de Vitória.

O acesso a Ilha das Caieiras é feito pela rodovia Serafim Derenzi, dentro da cidade de Vitória. Há ônibus regulares e, do centro de Vitória, o trajeto é rápido, com tempo médio de 15 minutos. Para quem vem do aeroporto ou dos principais hotéis que se concentram na Praia do Canto e na orla da Praia de Camburi, é possível acessar a rodovia via avenida Maruípe e, neste caso, o trajeto de ônibus leva em média 30 minutos (de carro, são 15 minutos). O bairro faz limite com a Estação Ecológica do Lameirão e com o Parque Natural Municipal Baía Noroeste, unidades de conservação que resguardam o remanescente de manguezal, sendo uma região de relevante potencial para o desenvolvimento prático dos conceitos do planejamento de ecoturismo de base comunitária.

O manguezal recobre 92,66% da estação ecológica, abrigando basicamente três espécies: *Rhizophora mangle* (mangue vermelho), *Languncularia racemosa* (mangue branco) e *Avicenia schaueriana* (mangue preto ou siriuba). O restante da

área é ocupado em sua maior parte por vegetação esclerófila litorânea e cultura rudimentar de subsistência. A fauna é representada, principalmente, por peixes, crustáceos, moluscos, aves e pequenos mamíferos. Devido à categoria da unidade de conservação – Estação Ecológica –, a visita ao mangue fica restrita à observação da fauna e flora por meio de atividades de educação ambiental.

A Ilha das Caieiras recebe cerca de 500 visitantes mensais, atraídos principalmente pelos restaurantes de gastronomia típica e pela manifestação cultural tradicional das desfiadeiras de siri, além do componente paisagístico da Reserva do Lameirão e seu mangue. O estilo de construção das casas é marcado pela simplicidade característica de caiçaras. Está sendo construído pela Prefeitura Municipal de Vitória o museu do pescador e implantado um ponto de leitura do Ministério da Cultura, promovido pelo Centro Cultural Ilha das Caieiras – Cecaes, ONG que atua na comunidade e é parceira do projeto. Há ainda o festival gastronômico, com comidas típicas da culinária capixaba moqueca, siri desfiado e torta capixaba – e é possível observar as desfiadeiras de siri em atividade nas portas das casas do bairro. Na área, existe um grande potencial para o resguardo e transmissão da memória oral e valorização da cultura e história dos pescadores.

Vitória conta com uma boa infra-estrutura e uma variada gama de serviços turísticos. No bairro onde se realiza o projeto, a oferta para turistas e visitantes se limita aos restaurantes de culinária capixaba e a uma pequena loja de artesanato. Atualmente o relacionamento entre a comunidade local e os turistas se dá por meio desses restaurantes, das rodas de samba e dos botecos do bairro, que agregam locais e visitantes.

A proposta do projeto é que as visitas ao mangue, em Ilha das Caieiras, sejam conduzidas pela comunidade local a partir de passeios de barco até as imediações do mangue e de catraia (barco sem motor) dentro do mangue. Fora da área de preservação permanente, poderão ser realizados banhos de mar, em pontos estabelecidos especificamente para essa finalidade. Para tanto, a comunidade deve se organizar em uma cooperativa ou uma associação comunitária, a partir de um modelo participativo. Serão beneficiados, assim, pescadores, donos de restaurante, ONGs, desfiadeiras, cooperativas e associações. Esse processo vem sendo conduzido pelo Instituto Capixaba de Ecoturismo, proponente do projeto, em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo e com o Centro Cultural Ilha das Caieiras, entidade que atua há oito anos na comunidade.

Contatos

RESPONSÁVEL: Felipe Ramaldes Corrêa

TELEFONE: (27) 3337-2615 (telefax)

E-MAILS: ecoturismo.es@terra.com.br / felipeturismologia@yahoo.com.br

Nossa Terra Nossa Arte

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Movive – Movimento Vida Nova
Vila Velha

RESPONSÁVEIS
Luciana Gomes e Luciane Zanol

MUNICÍPIO/ESTADO
Vila Velha, ES



Região Sudeste

Diversas companhias aéreas e rodoviárias permitem o acesso a Vitória, desde as principais cidades do Brasil. Outra opção é o acesso portuário. De Belo Horizonte (a 525 km), segue-se pela BR-262. Do Rio de Janeiro (a 520 km), pela BR-101 Sul e de Salvador (a 1.100 km), pela BR-101 Norte. Os outros municípios contemplados no projeto também possuem acesso terrestre às principais cidades do país, com serviços diários de ônibus. Vila Velha e Guarapari estão ao sul da capital; Serra e Fundão, ao Norte; e Cariacica e Viana, ao leste. Desde Vitória, o percurso até esses municípios de carro dura cerca de 30 minutos, sendo o mais próximo Vila Velha, a 4 km, e o mais distante Guarapari, a 60 km.



Dos sete municípios que o projeto abrange, cinco estão localizados no litoral e dois no interior. Inseridos no bioma da Mata Atlântica, apresentam restinga, mangues, alagados, lagoas e afloramentos rochosos. Compreendem diversas áreas protegidas (a exemplo do Morro do Moreno, em Vila Velha), que os visitantes podem conhecer por trilhas, escaladas e atividades como parapente. No litoral norte no município da Serra, há praias com concentrações de restinga. Sua zona rural impressiona pela paisagem montanhosa, principalmente pelo monte Mestre

Álvaro, que traz beleza cênica e lendas que se integram ao patrimônio natural e cultural. Fundão possui praia, região serrana e agroturismo. No litoral sul, localiza-se a cidade de Guarapari, onde se concentra grande diversidade de atrativos naturais e ambientes adequados para a prática do mergulho. Embora inserida na região metropolitana, Cariacica ainda conserva traços marcantes do contexto rural que a originou. O desenvolvimento da agricultura local fomenta a preservação ambiental responsável pelas unidades de conservação existentes no município. Já Viana ainda mantém o aspecto bucólico de uma cidade do interior.

A arquitetura jesuítica está presente tanto em Serra como em Vitória. Em Vila Velha, berço da colonização do solo espírito-santense, destacam-se as edificações do Convento da Penha e da Igreja do Rosário, que estão entre as mais antigas do país. O congo e a moqueca capixaba também são traços culturais marcantes em todos os esses municípios, assim como a Folia de Reis, a Festa de São Benedito e o artesanato, destacando-se as paneleiras de goiabeiras, as desfiadeiras de siri na Ilha das Caieiras e outros.

Os municípios do litoral, por já receberem um fluxo turístico, possuem boa estrutura de hospedagem, alimentação, serviços bancários, abastecimento, serviços mecânicos, médico-hospitalares, entre outros. Devido à proximidade entre os municípios do projeto, pode-se hospedar em um deles e realizar passeios nas cidades vizinhas, como a Rota dos Imigrantes (Cariacica, Itarana, Santa Teresa, Fundão, Itaguaçu, Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina e São Roque do Canaã), a Rota do Sol e da Moqueca (Vitória, Serra, Guarapari, Vila Velha e Anchieta) e a Rota do Mar e das Montanhas (Vitória, Viana, Marechal, Domingos Martins e Venda Nova).

Atualmente, as oportunidades de convívio entre os visitantes e as comunidades locais são incipientes e busca-se, com o projeto, incluir a comunidade local e valorizar seu modo de vida, promovendo maior participação nos benefícios da atividade turística e da troca de conhecimentos e valorização do saber tradicional. Prevê-se também a valorização do núcleo familiar e do modo de vida, uma vez que muitos grupos de artesanato são formados por mulheres e também por familiares, que utilizam o mesmo espaço de moradia para a produção coletiva. Essa proposta considera o fortalecimento dos núcleos familiares, incentivando sua integração, com aumento do tempo de convivência entre seus membros, valorização da mulher e combate ao trabalho infantil.

Uma das primeiras ações do projeto é a realização de um diagnóstico sobre as produções de artesanato associadas ao turismo na Região Turística Metropolitana da Grande Vitória, incentivando a produção com base nos critérios de economia solidária, com o objetivo de criar uma rede de turismo de base comunitária no Espírito Santo.

O Nossa Terra Nossa Arte tem uma Comissão de Acompanhamento, composta por representantes dos grupos envolvidos, e que se caracteriza por ser um espaço coletivo de discussão, tomadas de decisão, formações, capacitações, trocas solidárias e prestação de contas de toda a parte comercial do projeto. Alguns dos parceiros importantes para o fortalecimento da rede são o governo do estado e prefeituras, agências de desenvolvimento locais, associações, outras ONGs (como o Instituto Capixaba de Ecoturismo), movimentos populares (como Fórum Verde Vida em Vila Velha) e projetos de promoção da visitação turística (como o Projeto Visitar).

Com o projeto, busca-se criar uma rede em que cada ator compartilhe decisões e responsabilidades, fortalecendo os grupos participantes e o processo participativo. Assim, serão somados esforços, aproveitando a integração dos grupos para gestão e constante avaliação da Rede de TBC no ES.

Contatos

RESPONSÁVEIS: Luciane Zanol, Luciana Gomes

TELEFONE: (27) 3229-8822 / 9255-1853 / 8111-9675

FAX: (27) 3229-8822

E-MAIL: turismo@movive.org.br

SITE: www.movive.org.br

Boas práticas para o turismo comunitário

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Centro de Pesquisa e Promoção
Cultural – Cepec
Associação Amigos de Iracambi

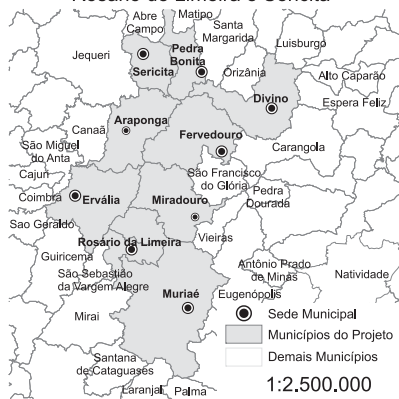
RESPONSÁVEIS
Allan Gustavo de Salles Tibúrcio
e Rosemary Jane Le Breton

MUNICÍPIO/ESTADO
Municípios da Serra do
Brigadeiro, MG



Região Sudeste

Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro,
Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita,
Rosário de Limeira e Sericita



A área de abrangência do projeto inclui os municípios de Araponga, Rosário de Limeira, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Divino, Sericita, Pedra Bonita, e Muriaé, municípios pertencentes ao Território da Serra do Brigadeiro, em Minas Gerais, e estabelece as bases de trabalho em Araponga e em Rosário de Limeira.

Entre os objetivos do projeto estão: proporcionar que as famílias envolvidas com a atividade de turismo no espaço rural reorganizem seu modo de vida, suas propriedades rurais e casas das famílias participantes, a fim de receberem visitantes adequadamente; criar condições de melhores padrões de moradia e aumento da renda familiar, agregando valor com a atividade de Turismo com Base Comunitária; aproximar a região do Território da Serra do Brigadeiro com as ações da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar – Traf nacionalmente e com as ações do Programa de Turismo Solidário; e criar mecanismos de comercialização e infraestrutura turística (sinalização e material de divulgação) para os produtos e serviços turísticos do projeto.

A Serra do Brigadeiro está na porção norte da Zona da Mata mineira, a cerca de 290 km de Belo Horizonte.

As principais vias de acesso ao território são a rodovia BR-116 (Rio-Bahia), que percorre os municípios de Muriaé, Miradouro, Fervedouro e Divino; a BR-262 (BH-Vitória), que cruza a BR-116 na altura do município de Realeza; a MG-262, que liga Belo Horizonte ao interior da Zona Mata, além de uma rede de estradas vicinais, pavimentadas ou de terra, que interliga os municípios do território.

Os municípios pertencentes ao Território da Serra do Brigadeiro são compostos por comunidades que detêm sua cultura ainda bastante preservada, podendo observar a utilização de alternativas centenárias na produção de alimentos e moradia, além de manter seu calendário de eventos, com inúmeras festividades religiosas, festas juninas, cavalgadas, peregrinações, folias-de-reis e o famoso forró do interior.

O projeto terá um permanente monitoramento, que será realizado pelas próprias lideranças comunitárias participantes ou por entidade parceiras.

Contatos

RESPONSÁVEIS: Allan Gustavo de Salles Tibúrcio e Rosemary Jane Le Breton

ENDEREÇO: Rua São José n. 237 – Centro – Araponga/MG – CEP: 36.594-000

TELEFONES: (31) 3894-1100 / 8459-4083

E-MAIL: contato@cepecmg.org.br

Fortalecimento da rede de produção comunitária para o turismo em Brumadinho

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Instituto Inhotim

RESPONSÁVEL
Roseni Sena

MUNICÍPIO/ESTADO
Brumadinho, MG



Região Sudeste

Brumadinho



De Belo Horizonte, Brumadinho (a 60 km) pode ser acessado pelas rodovias BR-040 (para o Rio de Janeiro e Zona da Mata Mineira), BR-381 (ligação entre São Paulo e o sul de Minas) e BR-262 (que liga a capital mineira ao Triângulo Mineiro, ao norte de São Paulo, ao Espírito Santo e ao Centro-Oeste). Há também opções de linhas de transporte público direto saindo de Belo Horizonte todos os dias, em diversos horários. Se o visitante optar por seguir de carro, a viagem de Belo Horizonte a Brumadinho dura, em média, uma hora.

O município está localizado nas encostas da Serra da Moeda e integra o Circuito Veredas do Paraopeba, formado por mais nove municípios. A região é cercada por montanhas e tem diversos atrativos naturais, com atividades relacionadas principalmente à abundância de água na região (cachoeiras, rios e cascatas). Dentro dos limites territoriais do município, passa o Parque Estadual da Serra da Rola Moça, uma das principais áreas verdes de Minas Gerais e o terceiro maior parque em área urbana do país. Nele, estão localizados alguns dos

principais mananciais de abastecimento de água de Belo Horizonte e algumas espécies da fauna ameaçadas de extinção, como lobo-guará, jaguatirica, raposa, preá, onça parda, entre outros. Situado numa área de transição entre o Cerrado e a Mata Atlântica, possui paisagens características desses dois biomas, além de Campos de Altitude e Campos Ferruginosos. O Instituto Inhotim, realizador do projeto, mantém um parque ambiental cuja área total é distribuída por dois acervos principais: a Reserva Natural, com 600 hectares de mata nativa conservada; e o Parque Tropical, com 45 hectares de jardins de coleções botânicas e cinco lagos ornamentais, que somam 3,5 hectares de área. Destaca-se a extensa coleção botânica presente, com mais de 3.000 espécies, sendo um dos acervos mais diversificados do Brasil.

Brumadinho conta com tradicionais bandas de música e com fortes manifestações ligadas às comunidades quilombolas da região, como o Congado, Moçambique e a Folia de Reis. Aberto ao público em 2006, o Instituto Inhotim é um complexo museológico original e representa hoje o principal atrativo cultural do município. Seu acervo vem sendo formado desde meados de 1980, com foco na arte produzida desde os anos 60. Suas dez galerias, espalhadas pelo Parque Ambiental, exibem pinturas, esculturas, desenho, fotografias, vídeos e instalações de renomados artistas brasileiros e internacionais. Esse é um dos maiores museus a céu aberto de todo o mundo e conta com serviços complementares para os visitantes, incluindo complexo gastronômico e loja, onde são comercializados produtos de Brumadinho e de seus distritos. Em Inhotim, o visitante pode adquirir produtos artesanais – como geléias e cascas cristalizadas de cítricos, doces em compotas e sobremesas, hortaliças, verduras e frutas orgânicas, mel e derivados e kit jardinagem – ou usufruir de pratos locais. Um dos objetivos do projeto Apoio a Iniciativas de Turismo de Base Comunitária em Brumadinho/MG é tornar possível a comercialização não apenas desses, mas também de outros produtos.

Na região, há uma boa infraestrutura de pousadas, espalhadas principalmente pela Serra da Moeda, e ótimas opções gastronômicas – desde a tradicional comida mineira até a mais requintada culinária internacional. Já na sede do município as opções são mais restritas. Quanto aos passeios turísticos, geralmente são organizados por agências de Belo Horizonte ou nos locais onde cada passeio é realizado.

O projeto está ancorado na capacitação de associações e produtores comunitários de Brumadinho e do entorno. Será oferecido um curso para representantes dessas organizações, em parceria com a Prefeitura Municipal de Brumadinho, o Sebrae e a Emater, cuja metodologia está voltada para que as associações sejam sujeitos do processo, na elaboração da proposta inicial, na identificação das demandas para capacitação e na elaboração de planos de negócios com auxílio de

consultores contratados. Participam do projeto: a Araras – Artesãos e Artistas Associados, a Associação dos Moradores e Amigos de Marinhos para o Desenvolvimento Sustentável – AMA Marinhos, a Associação Águas Cristalinas 2000, a Cooperativa de Produção Artesanal Mulheres do Rola Moça e a Associação Comunitária de Aranha.

Contatos

RESPONSÁVEL: Roseni Rosângela de Sena

TELEFONE: (31) 3227-0001 (Central de Atendimento)

FAX: (31) 3223-8224

E-MAIL: info@inhotim.org.br

SITE: www.inhotim.org.br

Implantação do turismo de vilarejo no distrito de Cuiabá, Gouveia/MG (Circuito dos Diamantes)

INSTITUIÇÃO PROMOTORA

Associação do Moradores do Distrito de Cuiabá

RESPONSÁVEL

Geraldo Arcanjo de Oliveira

MUNICÍPIO/ESTADO

Gouveia, MG



Região Sudeste

Gouveia localiza-se a 50 Km de Diamantina, no Circuito do Diamante, município do qual se desmembrou, e a 250 km da capital Belo Horizonte. Os principais acessos ao município são pelas rodovias BR-040, BR-135 e BR-259.

O município apresenta relevo montanhoso, de topos arredondados (mamelonar), condicionado por uma geologia composta por xistos e quartzitos da Serra do Espinhaço. Tem clima tropical úmido, amenizado pela altitude. Apresenta um regime pluviométrico intenso e rede hidrográfica decorrente do Rio Paraunas, que favorece atividades como banhos em cachoeiras (algumas delas são a do Barão, a da Capivara, a do Melo, a do Imbé e a do Barro Preto). O visitante também pode fazer passeios a cavalo e de bicicleta, caminhadas e esportes de aventura pelas serras de Santo Antônio, Salitre e Camelinho.

O patrimônio cultural local é representado pela memória da elite rural e de exploradores de pedras preciosas, mas também pelas tradições populares. Há



bandas de música e grupos de serestas, artesanato em cabaças, bordado em ponto casa caiada, danças e folguedos, festas religiosas e profanas e uma culinária representada pela iguaria Cobu, feita à base de fubá e abóbora e assada na folha de bananeira.

Com o projeto em Gouveia, pretende-se promover: qualificação e capacitação comunitária voltada para a economia solidária; gestão comunitária do negócio; atendimento aos visitantes; melhoria da qualidade da produção associada ao turismo; e valorização do patrimônio cultural e ambiental da comunidade de modo a competirem no mercado turístico regional. O projeto envolverá a Associação de Moradores, empresas locais e a prefeitura municipal.

Contatos

RESPONSÁVEL: Geraldo Arcanjo de Oliveira

ENDEREÇO: Rua A, 162 – Cuiabá – CEP: 39.120-000

TELEFONES: (38) 3543-2107 / 9981-0235

Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural da Região da Costa Verde

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Associação dos Moradores
do Campinho – Amoc

RESPONSÁVEL
Wagner do Nascimento

MUNICÍPIO/ESTADO
Região da Costa Verde,
RJ-SP

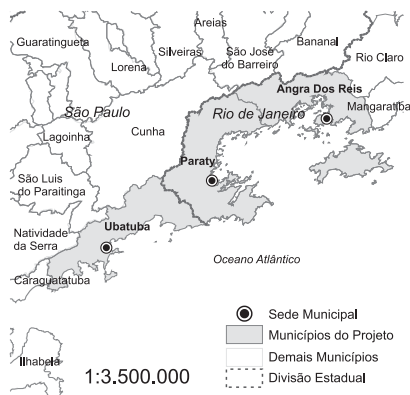
Realizado na Região da Costa Verde (Angra dos Reis/RJ e Paraty/RJ e Ubatuba/SP), é um projeto de turismo social e cultural de base comunitária no qual serão envolvidas 12 comunidades tradicionais, sendo 5 quilombolas, 2 indígenas e 7 caiçaras.

A chamada Região da Costa Verde estende-se por mais de 100 km do litoral sul do Rio de Janeiro e do litoral norte de São Paulo e inclui especificamente os municípios fluminenses de Angra dos Reis e Paraty e o paulista de Ubatuba. A região abrange 15 unidades de conservação e suas zonas de amortecimento, com uma grande diversidade como bioma da Mata Atlântica insular e continental, mangues, restingas, lagoas, cachoeiras, rios, mar, entre outros.

A sede da Amoc fica em Paraty, a 185 km do Rio de Janeiro, 246 km de São Paulo e 415 km de Belo Horizonte. O acesso é feito via rodoviária, com linhas regulares de ônibus partindo do Rio de Janeiro (duração de duas horas e meia), de São Paulo (duração de quatro horas) e de Belo Horizonte (duração de seis horas e meia). Angra dos Reis (a 60 km) e Ubatuba (a 55 km) ficam a uma hora de Paraty, e linhas regulares de ônibus interligam esses municípios.



Ubatuba, SP - Paraty e Angra dos Reis, RJ



O município de Paraty conta com um aeroporto de pequeno porte. Sem rota comercial regular, atende principalmente a pequenas aeronaves particulares. Outra opção de acesso é pelo mar, onde as embarcações encontram diversas opções nos ancoradouros das marinas, iate clubes, além do cais municipal.

O acesso às comunidades tradicionais do projeto pode ser feito a partir dos municípios onde estão sediadas, por meio de linhas regulares de ônibus.

Os serviços turísticos vinculados ao projeto relacionam-se, principalmente, às comunidades quilombolas e indígenas, nas quais o visitante encontrará o artesanato, feito com taboa, taquara, cipó, além da farinha de mandioca. O Quilombo do Campinho da Independência, em Paraty, por exemplo, conta com um restaurante comunitário, que oferece grande variedade de comidas típicas. Já nas comunidades caiçaras, o visitante encontrará pequenas pousadas familiares, restaurantes com variado cardápio de peixes, frutos do mar, banana e farinha de mandioca, além de serviços de transportes por pequenos barcos.

O objetivo principal do projeto é fortalecer as comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas, que participam do Fórum de Comunidades Tradicionais, como protagonistas do turismo cultural da região. Será contemplado o apoio à qualificação profissional, ao planejamento estratégico e à organização comunitária. A meta é que essas comunidades construam um plano de desenvolvimento do turismo cultural, fortalecido na sua forma coletiva e integrada, considerando e valorizando as especificidades culturais e sociais de cada comunidade. Assim, elas poderão atuar de forma mais intensa e equilibrada com outros atores nos diferentes fóruns regionais, como o Conselho do Mosaico Bocaina, cujo território se sobrepõe ao local de moradia dessas comunidades, e o Conselho Gestor do Projeto de Turismo Cultural.

Os atores sociais serão incluídos no projeto por meio de oficinas de diagnóstico com cada comunidade, para levantar problemas e potencialidades do turismo e discutir os cenários que a comunidade deseja para o futuro. Essas oficinas oferecerão os subsídios para a formulação de um planejamento de atividades e ações necessárias para a implementação de uma atividade turística sustentável em cada comunidade.

Contatos

COORDENADOR: Vagner do Nascimento

ENDEREÇO: Rodovia BR-101 (Rio-Santos), km 584

TELEFONES: (24) 3371-4866 e 3371-4823

E-MAILS: amoc.quilombo@bol.com.br/ nascimentoquilombo@hotmail.com/
ilianario@hotmail.com

SITE: www.quilombocampinho.org/amoc.htm

Ecoturismo de base comunitária da região da Trilha do Ouro

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Sociedade Angrense de
Proteção Ecológica – Sape

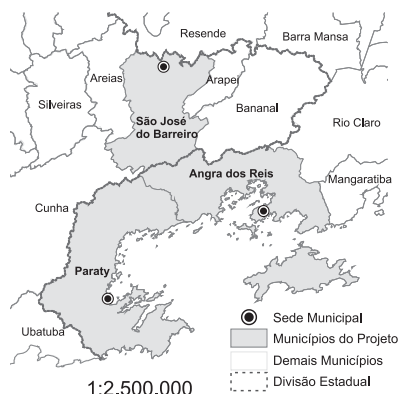
RESPONSÁVEL
José Rafael Ribeiro

MUNICÍPIOS/ESTADO
Angra dos Reis e Paraty, RJ
e São José do Barreiro, SP



Região Sudeste

Angra dos Reis, Paraty e
São José do Barreiro



A Trilha do Ouro tem início na pequena cidade de São José do Barreiro, no Vale do Paraíba paulista, e termina na Vila de Mambucaba, no litoral de Angra dos Reis, divisa com Paraty. Tem extensão de 98 km, cortando o Parque Nacional da Serra da Bocaina – PNSB, importante fragmento da Mata Atlântica, com alta diversidade e complexidade natural e refúgio ecológico de diversas espécies ameaçadas de extinção.

A sede da Sociedade Angrense de Proteção Ambiental é Angra do Reis, cujo acesso principal é rodoviário. Há linhas regulares de ônibus que partem desde as principais capitais. Rio de Janeiro fica a 134 km; São Paulo, a 300 km; e Belo Horizonte, a 392 km.

Angra dos Reis conta com um aeroportos de pequeno porte, não havendo rota comercial regular. Atende principalmente a pequenas aeronaves particulares. O visitante também pode chegar ao município por mar. Há iates e outras embarcações nos ancoradouros das marinas e nos iate clubes, assim como um importante porto comercial com capacidade de atracação de navios de grande porte.

Já São José do Barreiro dista 283 km de São Paulo, 167 km do Rio de Janeiro, 59 km de Angra dos Reis, 78 km de Paraty e 170 km de São José dos Campos/SP. Há linhas regulares de ônibus saindo de São Paulo ou de Resende/RJ.

O acesso até sede das comunidade que compõem o projeto Sertão de Mambucaba, Lajeado e Sertão da Onça depende das condições de tráfego das estradas, que não têm pavimentação.

Na Trilha do Ouro, o visitante encontra pousadas e pequenos restaurantes familiares. Os moradores oferecem animais para o transporte de carga e apoio como condutores. Há algumas agências e guias na região, que oferecem pacotes com diversas opções de roteiro, como caminhadas, cavalgadas, *trekking*, canoagem, voo livre, *mountain bike*, entre outras. A região também oferece amplo serviços de hospedagem, alimentação e passeios.

O objetivo do projeto é consolidar os pólos da atividade turística na região da Trilha do Ouro, estabelecendo em Sertão de Mambucaba, Lajeado e Sertão da Onça a operação do ecoturismo em rede, por meio da estruturação de alguns roteiros e da capacitação dessas comunidades. A proposta é beneficiar 120 pessoas, formando monitores ambientais das comunidades e aumentando o tempo de permanência do visitante na região. Com a coordenação da Sape, serão realizadas oficinas de orientação, capacitação e planejamento, visando mapear e organizar os potenciais roteiros de ecoturismo de forma adequada ao ordenamento territorial e ambiental, inserindo nesses novos pólos as atividades já em operação.

Além dos moradores de Lajeado e Sertão da Onça, em São José do Barreiro, e do Sertão de Mambucaba, em Angra dos Reis e Paraty, o projeto conta com o apoio da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale Mambucaba – APPRVM, da Fundação de Turismo de Angra do Reis, do Sebrae-RJ, do Parque Nacional da Serra da Bocaina e da Prefeitura de São Jose do Barreiro.

Contatos

COORDENADOR: José Rafael Ribeiro

ENDEREÇO: Rua Honório Lima, 48 – Centro – Angra dos Reis/RJ – CEP: 23.900-000

TELEFONE: (24) 3367-0862

E-MAIL: sape.angra@terra.com.br

SITE: Sape – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica

O povo do Aventureiro: fortalecimento do turismo de base comunitária

INSTITUIÇÃO PROMOTORA

Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Fapur e pelo Comitê de Defesa da Ilha Grande – Codig

RESPONSÁVEL

Teresa Cristina de Miranda Mendonça

MUNICÍPIO/ESTADO

Angra dos Reis - Ilha Grande, RJ



Região Sudeste

Angra dos Reis

A vila do Aventureiro está localizada na face oceânica sudoeste da Ilha Grande, subordinada administrativa e politicamente ao município de Angra dos Reis, região sudeste do estado do Rio de Janeiro.

Angra dos Reis dista 151 km da cidade do Rio de Janeiro (cerca de duas horas), 99 km de Paraty/RJ, 98 km de Barra Mansa/RJ, 174 km de Ubatuba/SP e 263 km de Santos/SP. De São Paulo, são 380 km; de Belo Horizonte, 573 km; de Vitória, 688 km; e de Brasília, 1.353 km.

O acesso para Angra dos Reis se dá pela BR-101, no trecho conhecido como Rio-Santos. Do cais de Angra até a Vila do Aventureiro inicia-se uma viagem de embarcação tipo traineira ou saveiro (sem horário específico) de cerca de 26 km (duas horas e meia de duração). O acesso pode ser feito também por trilha. Neste caso, o trecho mais curto é o que liga a Vila de Provetá à do Aventureiro, com cerca de 7 km e duas horas de duração.

Com 193 km², a Ilha Grande é um dos maiores patrimônios naturais do estado do Rio de Janeiro e um dos últimos locais preservados de Mata Atlântica



no Brasil. Lá estão presentes quatro áreas protegidas: o Parque Estadual da Ilha Grande – PEIG (1971), a Reserva Biológica da Praia do Sul (1981), a Área de Proteção Ambiental de Tamoios (1982) e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (1990).

A Vila do Aventureiro está localizada dentro da Reserva Biológica da Praia do Sul e toda a sua extensão de mar faz parte do Parque Estadual Marinho do Aventureiro. A localidade pode receber 560 visitantes por dia, conforme estabelecido no estudo de capacidade de carga, os quais representam, atualmente, a principal fonte de renda local. Além das praias (Aventureiro, Demo, Sul e Leste, com visita restrita), o “coqueiro deitado” é uma grande atração e cartão de visita da Praia do Aventureiro. Na região, há dois mirantes: a Pedra da Espia, de onde os antigos moradores observavam a chegada de cardumes, e o Mirante da Sundara, de onde se descortina uma panorâmica vista de todo o entorno. As trilhas no entorno, com destaque para a que liga a Praia de Provetá à do Aventureiro, também são grande atrações, assim como os passeios de barco até as praias de Lopes Mendes e Parnaioica. Outras atividades são o surf, o *snorkeling* e o mergulho.

O Povo do Aventureiro tem uma população tida como “caçara”, e sua história de luta e resistência são marcadas pela convivência com o Instituto Penal Cândido Mendes, implodido em 1994, e pela criação da Reserva Biológica da Praia do Sul, em 1981. Os visitantes podem ainda conhecer: a Igreja de Santa Cruz, uma das 12 da Ilha Grande, onde se realizam as reuniões comunitárias e as festas tradicionais, como a de Santa Cruz, e o Sítio Arqueológico da Ilhota de Leste, com uma oficina lítica utilizada por habitantes há 3.000 anos para amolar suas ferramentas e as casas de farinha e roças. O prato típico local é o peixe com banana.

A interação entre moradores e visitantes se inicia nas viagens de barco que saem de Angra dos Reis com destino ao Aventureiro e prossegue nas caminhadas guiadas a alguns dos atrativos locais. A pesca (“pegadeira”) de lula, que acontece no verão, com pico em março, assim como o surf praticado por muitos moradores, são atividades que envolvem moradores e visitantes. As festas religiosas também contribuem para esse relacionamento. Além disso, um dos serviços que promove o encontro entre a comunidade local e o visitantes são os campings oferecidos nos quintais das casas dos moradores e os bares, que são a extensão de suas casas.

Os meios de hospedagem no local são campings e quartos e suítes para aluguel. Há bares e locais de venda de refeições e bebidas. Quanto ao transporte de barcos, há operação de passeios para Parnaioica, Lopes Mendes, Caxadaço e Dois Rios, além do traslado Angra-Vila do Aventureiro-Angra. Há locais para aluguel de barracas de camping, de prancha de surf e de *snorkel*. Vale ressaltar que não existe energia elétrica na Vila do Aventureiro e apenas algumas casas possuem

geradores para suprir as necessidades mínimas da população e da demanda da alta temporada.

Criada em 2000, a Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro – Amav coordena e fiscaliza o turismo local. Surgiu com o objetivo de defender a comunidade dos conflitos oriundos da ameaça de expulsão da terra, não só devido à criação da Reserva Biológica da Praia do Sul, como também pela forte e ameaçadora especulação imobiliária presente em toda a Ilha Grande. Já a administração das UCs da Ilha Grande está a cargo da administração do Parque Estadual da Ilha Grande – Peig, subordinado à Diretoria de Biodiversidade e Áreas protegidas do Instituto Estadual do Ambiente – Inea.

Contatos

RESPONSÁVEIS: Teresa Mendonça e Alexandre Oliveira

E-MAILS: tecurismo@yahoo.com.br / oliveira@engenharia.org.br

TELEFONES:

Fapur – (21) 2682-1172 / (21) 2682-7832

IM/UFRRJ (coordenação) – (21) 2669-5661/ (21) 2667-4017 /

(21) 8881-1162 / (21) 7675-2531

Codig – (24) 3361-5810

Projeto Vila Solidária

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Ação Comunitária do Brasil

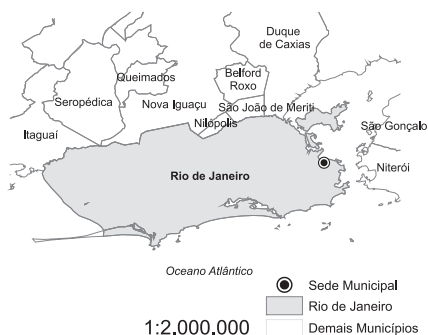
RESPONSÁVEIS
Rudolf Hohn e Marília Pastuk

MUNICÍPIO/ESTADO
Rio de Janeiro, RJ



Região Sudeste

Rio de Janeiro



O Complexo da Maré se encontra às margens da Baía de Guanabara, perto da Ilha do Fundão (onde está o principal campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e da Ilha do Governador e é limitado pela Avenida Brasil, uma das principais vias de acesso ao Rio de Janeiro. Também se pode chegar à Maré pela Linha Vermelha e pela Linha Amarela. A paisagem possui elementos interessantes, como a própria Baía de Guanabara, mas as águas não são balneáveis devido ao estado atual de contaminação. No entanto, um grande projeto de saneamento está sendo desenvolvido para o tratamento de esgoto na região, o que melhorará as condições de balneabilidade.

O projeto tem como objetivo desenvolver um pólo de turismo diferenciado na comunidade de Vila do João, assim como promover e consolidar empreendimentos inovadores, baseados nos preceitos da economia solidária, do comércio justo e da valorização da cultura afro-brasileira, sobretudo a angolana (tendo em vista que esse é o maior núcleo de cultura angolana da América Latina). Hoje algumas atividades já podem ser conhecidas por visitantes, como o bufê Marea-

ção, especializado em culinária étnica, que reúne tempero e preocupação social; a cerâmica negra da Maré, com fabricação e comercialização de bonecas banto e de artigos de vestuário e de decoração, no qual são utilizadas técnicas de pintura de tecidos típicas da África, como o *tie-dye* e o *batik*; entre outros. Trata-se de atividades que resgatam a memória e fortalecem a identidade local, favorecendo a alteridade entre visitantes e anfitriões.

Além disso, o projeto pretende incrementar as relações entre Brasil e África, incentivando o intercâmbio entre líderes/artistas de ONGs no Quênia (Lake Victoria and Nyanza Creative Arts Association – Lavinca) e em Ruanda, com o Núcleo de Moda e Estilo e o Núcleo Arte e Cultura da Ação Comunitária do Brasil. Os objetivos são trocar experiências, estreitar desenvolvimentos locais e novas estratégias na produção de camisas, acessórios e artigos de decoração.

Contatos

RESPONSÁVEIS: Rudolf Hohn (diretor-presidente) e Marília Pastuk (superintendente)

ENDEREÇO: Rua da Candelária 4, Centro – Rio de Janeiro/RJ

TELEFONE: (21) 2253-6443

E-MAIL: superintendencia@acaocomunitaria.org.br

SITE: www.acaocomunitaria.org.br

Promoção do turismo de base comunitária em Paraty/RJ: capacitação em gestão sustentável e qualificação profissional em meios de hospedagem

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Instituto Amigos da
Reserva da biosfera da
Mata Atlântica

RESPONSÁVEL
Clayton Ferreira

MUNICÍPIO/ESTADO
Paraty, RJ



Região Sudeste

Rio de Janeiro

Paraty localiza-se no extremo sul do estado do Rio de Janeiro, pertencendo à mesorregião Sul Fluminense denominada Costa Verde. Distante 185 km do Rio de Janeiro, 246 km de São Paulo e 415 km de Belo Horizonte, o acesso ao município é feito principalmente por via rodoviária. Há linhas regulares de ônibus partindo do Rio de Janeiro (duração de duas horas e meia), São Paulo (duração de quatro horas) e Belo Horizonte (duração de seis horas e meia).



O município conta com um aeroporto de pequeno porte, não havendo rota comercial regular. Atende, principalmente, a pequenas aeronaves particulares. Outra opção de acesso é pelo mar, com diversas opções nos ancoradouros das marinas, iate clubes e no cais municipal. Em algumas áreas do projeto, o acesso só é feito com barcos, como na Reserva Ecológica da Juatinga e em parte da APA

do Cairuçu, onde vivem diversas famílias e o turismo durante o verão é intenso. Pode-se conseguir transporte no atracadouro de Paraty ou com moradores em Paraty Mirim.

No domínio da Mata Atlântica, Paraty tem em seu território mata ombrófila densa, manguezais, restingas, dunas, praias e costões rochosos. Possui um relevo composto pelas vertentes do planalto atlântico, localmente denominada de Serra do Mar e Serra da Bocaina, compostas de granitos e gnaisses. Possui uma hidrografia encaixada em vales profundos nas vertentes, com vários afloramentos rochosos, o que propicia a existência de cachoeiras. Na pouca extensão de planície existente entre o mar e a serra, está a área urbana, mas também diversas praias, costões rochosos e manguezais. Mais de 80% do município encontra-se dentro de áreas protegidas, as quais estão inseridas no Mosaico de Unidades de Conservação da Bocaina, formado pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina, pela Estação Ecológica de Tamoios, pela Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, pela Área de Proteção Ambiental de Tamoios, pela Reserva Ecológica da Juatinga, pelo Parque Estadual Marinho do Aventureiro, pela Área de Proteção Ambiental Municipal da Baía de Paraty, por Paraty Mirim e pelo Saco do Mamanguá, incluindo ainda a terra indígena Guarani-Araponga e o Quilombo do Campinho.

As 300 praias e 65 ilhas que cercam Paraty são o principal atrativo para os visitantes, além das trilhas, das cachoeiras e do próprio relevo. Costuma-se praticar o mergulho livre e autônomo, bem como esportes náuticos em geral. A cidade também é famosa por seu centro histórico, tombado como patrimônio histórico, com conjunto arquitetônico formado por dezenas de casarios, igrejas, museus e pousadas. Há vários eventos no município, como a Feira Literária Internacional de Paraty – Flip, que tem a participação de comunidades tradicionais que habitam bairros distantes do centro.

As comunidades de tradição caiçara vivem tanto na zona rural como na orla. Seu modo de vida ainda inclui práticas culturais tradicionais, como a pesca no cerco e a agricultura familiar de mandioca, milho e cana de açúcar. A culinária local, como o azul marinho, as festas (Festa do Divino e São João), as crendices e o conhecimento de plantas medicinais são um patrimônio cultural local.

É nas praias que se dá a maior convivência entre visitantes e moradores. Nelas ficam os barcos dos pescadores, e os moradores passam o tempo livre, conversando ou jogando bola. Em algumas praias, como Trindade, existem diversas pousadas e bares, nas quais o visitante também tem a oportunidade de conviver e trocar idéias e experiências como os moradores locais.

A maioria das pousadas tem pequeno porte, com menos de 20 leitos, e é gerenciada pelo proprietário e sua família. Muitas delas estão próximas ou mesmo dentro de áreas de proteção ambiental. Também existem bares e restaurantes nas

diversas praias onde está o projeto, como Trindade, Sono e Ponta Negra. Paraty conta com um centro de informações turísticas de atendimento bilíngüe e um portal na internet.

Esse projeto de capacitação em gestão sustentável e qualificação profissional em meios de hospedagem foi elaborado pelo Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IA-RBMA, fundado em Ilhéus/BA, em conjunto com as associações Cairuçu e de Moradores Nativos e Originários de Trindade, visando a implementação de um Sistema de Gestão de Sustentabilidade e de qualificação profissional dos meios de hospedagem, formado em sua grande maioria de pequenas pousadas.

Contatos

COORDENADOR: Clayton Ferreira

ENDEREÇO: Rua do Horto, 931 – São Paulo – CEP: 02377-000

TELEFONES: (11) 2232-5728 e 2231-8555

E-MAIL: cnrbma@uol.com.br

SITE: www.rbma.org.br/rbma/rbma_2_iarbma.asp

Reviver Paquetá

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Casa de Artes Paquetá

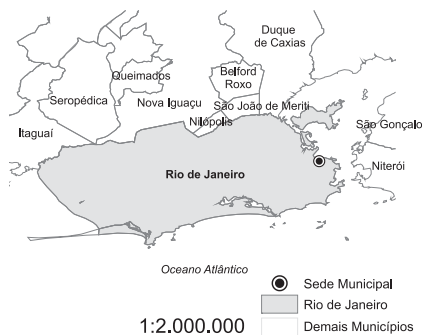
RESPONSÁVEL
José Lavrador Kevorkian

MUNICÍPIO/ESTADO
Rio de Janeiro, RJ



Região Sudeste

Rio de Janeiro



A Ilha de Paquetá localiza-se na Baía de Guanabara, a 17 km do centro do Rio de Janeiro. Situada em área de Mata Atlântica, está próxima à Área de Preservação Ambiental – APA de Guapimirim. Trata-se de uma ilha onde não circulam carros e cujos únicos meios de transporte são um trenzinho turístico, barcos, canoas, bicicletas e charretes. Com apenas 1,09 km², suas ruas não são asfaltadas. O embarque para a Ilha é feito no cais da Praça XV de Novembro, no Centro do Rio de Janeiro. Também está próxima dos demais municípios que circundam a Baía de Guanabara: Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias.

Paquetá possui diversas praias consideradas boas para banho, mirantes, trilhas, aves silvestres e pequenos mamíferos, além da fauna costeira típica. Existem trilhas no interior da mata e locais que favorecem uma ampla vista da Baía da Guanabara e da Ilha de Brocoió. O Parque Darke de Mattos também oferece diversas trilhas em seus dois morros (da Cruz e do Veloso), além de mirantes, sendo o principal o Mirante Boa Vista, no morro da Cruz. Várias rochas da Ilha recebem apelidos especiais da comunidade, vinculados à fatos culturais ou à aparência específica delas: Pedra da Moreninha, Pedra da Sorte, Pedra dos Namorados,

Pedra Carmem Miranda, Pedra Rachada, Pedra do Quira, Pedra do Sofá, Pedra do Queijo, Pedra da Baleia, Pedra da Caveira, Pedra da Pirâmide, Pedra da Bota e Pedra Itanhangá. O visitante conta ainda com a Árvore Maria Gorda, um raro exemplo de Baobá, de origem africana, com centenas de anos e medindo mais de 7 metros de circunferência.

Entre os atrativos culturais estão a Praça Pintor Pedro Bruno, com projeto paisagístico do próprio Pedro Bruno; a Igreja do Senhor Bom Jesus do Monte; a Praça Bom Jesus do Monte; o Poço de São Roque (fechado no século passado com a chegada da água encanada, hoje a comunidade reivindica a sua reabertura, de modo a manter vivas as suas lendas e tradições); o Coreto Renato Antunes (típico de pequenas cidades e vilas, onde são realizados eventos cívicos); a Casa de Artes Paquetá; o Centro Cultural da Ilha de Paquetá (com promoção regular de eventos artísticos e culturais); o Centro de Memória da Ilha (para consultas e pesquisas); o Solar Del Rei (propriedade que recebeu D. João em diversas oportunidades); a lendária Ponte da Saudade (onde, conforme a lenda, João Saudade, da nação Benguela, rezava diariamente para reencontrar sua família africana); a Casa de José Bonifácio; e o Cemitério dos Pássaros.

Nas praças, igrejas, praias e mesmo nas ruas de Paquetá, habitantes e visitantes se encontram em passeios a pé ou de bicicleta. O visitante também pode ter contato com a comunidade local nas atividades realizadas na Casa de Artes Paquetá, como eventos, recitais, cineclubes, serestas, exposições, cursos, entre outros.

O Centro Cultural desenvolve projetos sociais de capacitação artística e cultural da comunidade, principalmente para as crianças alunas das três escolas públicas de Paquetá. Esses projetos têm forte preocupação com a formação, inserção social da criança e sua cidadania, envolvem a família, a escola e interação com outros programas da Ilha. Projetos como o Turismo Cultural Didático, passeios culturais pela Baía de Guanabara e Ilha de Paquetá e pacotes culturais, organizados em parceria com a Paquetur, permitem que o turista conheça a rica identidade cultural da Ilha.

Em Paquetá, há diversos restaurantes, bares, hotéis e outros serviços turísticos, além de uma agência de turismo, a Paquetur.

A Casa de Artes Paquetá atua desde 1999 no local, com uma equipe envolvida diretamente na gestão do Centro Cultural e nos diversos projetos. Seu principal objetivo é a preservação e a revitalização da Ilha de Paquetá e de seu acervo cultural e natural, por meio de um projeto de desenvolvimento sustentável, que valorize e respeite sua identidade cultural, sua história, suas lendas, sua arquitetura, o paisagismo e o modo único de vida dessa comunidade. A proposta é estabelecer um permanente diálogo com o poder público no sentido de desenvolver políticas

de gestão participativa e programas de revitalização e inclusão social. No projeto, a comunidade será a protagonista, e o visitante, o morador, o veranista e a própria Ilha como principais beneficiários. Além de debates sobre o patrimônio cultural e natural, estão incluídas ações de capacitação, valorização do cooperativismo, do associativismo e da economia solidária, entre outros. O projeto tem a participação direta da Amapaquetá – Associação de Moradores e Amigos de Paquetá.

Contatos

RESPONSÁVEL: José Lavrador Kevorkian

ENDEREÇO: Praça de São Roque, 31 – Paquetá – Rio de Janeiro/RJ

TELEFONES: (21) 3397-0517 / 3397-2124 / 8807-0517

E-MAILS: casadeartes@ilhadepaqueta.com.br / joselavrador@ilhadepaqueta.com.br

SITE: <http://www.casadeartes.org>

Tecendo Redes de Turismo Solidário

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Associação das Costureiras
Autônomas do Morro do
Cantagalo

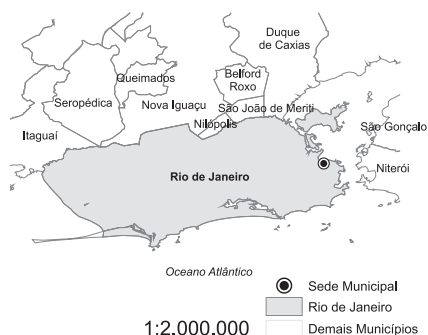
RESPONSÁVEL
Elisete Napoleão

MUNICÍPIO/ESTADO
Rio de Janeiro, RJ



Região Sudeste

Rio de Janeiro



Os objetivos do projeto, que age em conjunto com o Rio Arte Popular, são: gerar renda para os participantes; divulgar o trabalho dos artistas plásticos da região; estimular a produção artesanal socialmente sustentável em comunidades de baixa renda com alta visitação turística, comercializando camisetas e bolsas artesanais; entre outros.

O Morro do Cantagalo é uma área de favela nas proximidades de bairros como Ipanema, Arpoador e Copacabana. Além das praias, próximos ao projeto encontram-se também a Lagoa Rodrigo de Freitas.

Para o Rio de Janeiro, o acesso rodoviário partindo do Espírito Santo é realizado pela Rodovia BR-101, num trajeto de 512 km, que pode ser percorrido em aproximadamente seis horas. De Belo Horizonte, o acesso é feito pela BR-040 e leva cerca de cinco horas, numa distância de 453 km entre as capitais. De São Paulo, há duas opções: a BR-116 (acesso mais rápido e curto, com 441 km, percorridos em cerca de cinco horas); e a BR-101 (com deslocamento de cerca de oito horas, num percurso de 608 km, pelo litoral que une as duas capitais).

A cidade possui dois aeroportos, o Aeroporto Santos Dumont e o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim, um dos

principais portões de entradas do Brasil, localizado a cerca de 35km do local do projeto.

Desde 1999, os morros do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho vêm realizando atividades de turismo na comunidade a partir de uma visão alternativa, que promove o protagonismo dos atores locais. Esse tipo de turismo tem como objetivo mostrar que dentro da favela, onde vive grande parte da população carioca, existe cultura genuína, cultura de raiz, tradição, cooperativismo popular, criatividade e solidariedade.

O projeto surgiu da necessidade de fortalecer a Rede de Turismo Receptivo de Base Comunitária e Solidária do Cantagalo, Pavão, Pavãozinho, estimulando o protagonismo dos jovens da comunidade. Uma das metas é possibilitar que 65 jovens se desenvolvam na arte da pintura Naif, já desenvolvida por artistas da comunidade, e na arte da serigrafia.

O contato com o projeto é feito por intermédio de agências de viagens, que levam grupos até a Associação das Costureiras Autônomas do Morro do Cantagalo para conhecê-lo. Atualmente os produtos desenvolvidos não são comercializados, mas existem negociações para que isso aconteça.

A Associação das Costureiras Autônomas do Morro do Cantagalo realiza um trabalho de capacitação em corte e costura para a comunidade Cantagalo. O projeto teve início com um curso de costura ministrado para 15 jovens, que começaram a confeccionar camisetas e bolsas artesanais. Num segundo momento, essas peças foram estampadas com as telas dos artistas plásticos, numa união que resultou em produtos direcionados para os turistas.

Contatos

RESPONSÁVEL: Elisete Napoleão

ENDEREÇO: Rua Alberto de Campos, 12 – Ipanema – Rio de Janeiro/RJ

TELEFONE: (21) 2522-9699

E-MAIL: elisetecortearte@yahoo.com.br

Turismo no Morrinho

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
ONG Morrinho

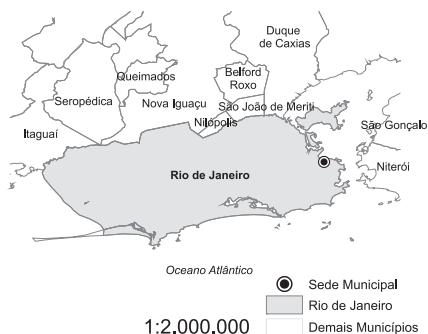
RESPONSÁVEL
Daniella Greco

MUNICÍPIO/ESTADO
Rio de Janeiro, RJ



Região Sudeste

Rio de Janeiro



O projeto Turismo no Morrinho situa-se na Comunidade Vila Pereira da Silva, o Pereirão, no bairro de Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro.

Para o Rio de Janeiro, o acesso rodoviário partindo do Espírito Santo é realizado pela Rodovia BR-101, num trajeto de 512 km, que pode ser percorrido em aproximadamente seis horas. De Belo Horizonte, o acesso é feito pela BR-040 e leva cerca de cinco horas, numa distância de 453 km entre as capitais. De São Paulo, há duas opções: a BR-116 (acesso mais rápido e curto, com 441 km, percorridos em cerca de cinco horas); e a BR-101 (com deslocamento de cerca de oito horas, num percurso de 608 km, pelo litoral que une as duas capitais). A cidade possui dois aeroportos, o Aeroporto Santos Dumont e o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim, um dos principais portões de entradas do Brasil.

O Morrinho surgiu quando Nelcirlan Souza de Oliveira, recém-chegado ao Rio de Janeiro, impressionou-se com a arquitetura e com o estilo de vida das favelas. Decidiu, assim, como brincadeira, reproduzir em seu quintal essa realidade, que passava a ser a sua própria. A ideia atraiu outros sete garotos, que juntos

criaram o atual Morrinho: uma maquete de 300 m², ao ar livre, localizada na comunidade Vila Pereira da Silva, no bairro de Laranjeiras.

O Morrinho reproduz, com a utilização de tijolos e materiais reciclados, um complexo de favelas cariocas em forma e conteúdo. O caráter único e inovador da maquete são reconhecidos atualmente por experientes críticos de arte como uma legítima manifestação artística contemporânea.

No ano de 2001, em uma visita à comunidade para a realização de um documentário sobre a maquete, os diretores Fábio Gavião, Marco Oliveira e Francisco Franca convidaram os criadores para participar do trabalho de captação de imagens. Dessa bem-sucedida iniciativa, nasceu uma parceria que se estende até hoje e atingiu o seu ápice com a criação da ONG Morrinho, que oferece formação e capacitação para jovens e adolescentes da comunidade, contribuindo diretamente para o desenvolvimento sociocultural e econômico da região e do entorno.

A ONG Morrinho propõe-se a fomentar a inserção competitiva de seus empreendimentos de maneira profissional, em um mercado cada vez mais globalizado, oferecendo formação e capacitação para jovens e adolescentes da comunidade. Atualmente a organização contempla quatro empreendimentos: a TV Morrinho (produtora independente e/ou contratada de materiais audiovisuais); o Morrinho Turismo (visita guiada à maquete); o Morrinho Exposição (caracteriza-se pela exposição de uma réplica em tamanho reduzido da maquete original de 300 m², já realizada em diversos locais); e o Morrinho Social (que pretende oferecer capacitação profissional para os moradores da comunidade com a realização de oficinas de audiovisual, arte-educação, cultura brasileira, juventude e cidadania, entre outras).

O bairro das Laranjeiras oferece infraestrutura turística, contando com hotéis, restaurantes e bares. O bairro conta ainda com uma agência de viagens, feiras e lojas de artesanato.

Contatos

RESPONSÁVEL: Daniella Greco

ENDEREÇO: Rua Pereira da Silva, 826/parte 1 – Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ –
CEP 22.221-140

TELEFONE: (21) 2246-1010

E-MAIL: turismonomorrinho@uol.com.br

SITE: <http://www.tvmorrinho.com>

Centro de capacitação em turismo e hospitalidade de base comunitária da Vila da Prainha Branca

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Prefeitura Municipal de Guarujá

RESPONSÁVEL
Alessandro Rodrigues
Pinto

MUNICÍPIO/ESTADO
Guarujá, SP



Região Sudeste

Guarujá

O objetivo do projeto é criar um centro de capacitação para o turismo de base comunitária na comunidade da Prainha Branca, com a oferta de cursos em: educação para o turismo e hospitalidade; artesanato, reciclagem e bioarquitetura; hospitalidade doméstica e comercial; planejamento participativo; entre outros.

Guarujá localiza-se na Ilha de Santo Amaro, região metropolitana da Baixada Santista/SP, a cerca de 90 km da capital do estado. A Praia Branca dista aproximadamente a 130 km de São Paulo. O caminho mais próximo é por Bertiooga, com acesso pela Rodovia dos Imigrantes (SP-160) ou Anchieta (SP-150), até a rodovia Piassaguera (sentido Guarujá), rumo à Rio-Santos (sentido São Sebastião). Essa viagem dura cerca de uma hora e meia. Vindo pela rodovia Trabalhadores, deve-se acessar a Mogi-Bertiooga no trevo da Rio-Santos e entrar à direita até Bertiooga, sentido balsa.

O acesso à Praia Branca é feito por trilha ou por embarcações marítimas de pequeno porte. Em Bertiooga, há uma balsa que deixa o visitante no início da



trilha. Pode-se chegar a esse mesmo local pelo centro do Guarujá, pegando-se a rodovia SP-061 até o ponto de desembarque da balsa, de onde se percorre o restante da trilha pavimentada, que dura aproximadamente 20 minutos.

A Prainha Branca, local do projeto, fica na parte nordeste do Guarujá. Encontra-se em meio a remanescentes da Mata Atlântica, ao sopé de uma das vertentes da Serra do Mar. Na área, existem nascentes, córregos, cachoeiras, vegetação de restinga, incluindo espécies arbóreas e arbustivas, praias e os manguezais ao longo do Canal de Bertioga. A grande importância dos atributos naturais resultaram no tombamento da Serra do Guararu, inclusive da Praia Branca. O visitante pode ainda praticar esportes em meio à natureza, como caminhadas nas trilhas, *rappel* na Pedra do Grito, futebol no campo comunitário, surfe, pesca, mergulho, canoagem e vela.

Um dos exemplos do patrimônio cultural é a gastronomia da Prainha Branca, organizada pela comunidade. Há também as ruínas da Capela Ermida de Santo Antônio de Guaiabê, construída por volta de 1550, por José Adomo, durante o governo de Tomé de Souza. Lá o Padre José de Anchieta catequizou os índios da região e, conforme os registros nas inscrições jesuíticas, vários milagres foram realizados. Pode-se visitar também o Forte São Felipe.

O contato com a comunidade local é feito principalmente a partir da prática da pesca. Na Prainha Branca, o sistema coletivo foi intensamente praticado até meados de 1948, ocupando e motivando todos os moradores da vila no cerco da tainha (o último registro desse tipo de pesca no local data de 1974). Havia toda uma tradição neste tipo de pesca, com uma divisão do trabalho e repartição dos peixes em três partes: o dono da rede ficava com o terço total e os dois terços restantes eram divididos em quinhões entre todos os participantes. O espia (uma pessoa que ficava na Pedra da Espia, localizava na ponta da Ilha, para anunciar a passagem do cardume e mobilizar os outros no arrasto da rede) recebia dois quinhões. A divisão era feita na própria praia. Hoje, por conta do declínio da pesca em todo o litoral, apenas alguns moradores ainda mantêm a atividade da pesca. A agricultura tradicional também promove a aproximação entre visitantes e anfitriões. A roça na Prainha aparece como atividade complementar, juntamente com o extrativismo de carvão e palmito e a caça. Os produtos cultivados são, em geral, a mandioca, a cana de açúcar, café, banana e cará. Parte dos produtos, como banana, lenha e peixe, é levada a Santos para venda. O caiçara antigo tinha uma relação de estreita intimidade com a terra e os recursos naturais. Ele conhecia muito as propriedades das plantas e as épocas para semear, colher e pescar. Além disso, o local possui manifestações culturais tradicionais, como as Festas Juninas, a Folia de Reis e a Festa da Santa Padroeira. Nas Festas Juninas, as quermesses são organizadas pelas entidades locais.

A Prainha Branca conta com aproximadamente sete pousadas e quatro restaurantes. A atividade de camping está proibida em toda a área, e o tombamento e a fragilidade do ambiente impedem novas construções.

A área também tem uma associação, a Sociedade Amigos da Prainha Branca – SAPB, que foi fundada em 1972.

Contatos

RESPONSÁVEL: Alessandro Rodrigues Pinto

ENDEREÇO: Av. Santos Dumont 800 – Santo Antonio – Guarujá/SP –

CEP: 11.432-440

TELEFONES: (13) 3308-7000 / 3344-4600

E-MAIL: alerpp@uol.com.br

Turismo com base comunitária em Jujutiba: conciliando a preservação da mata atlântica com geração de renda e trabalho

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz

RESPONSÁVEL
Gemima C. Cabral Born

MUNICÍPIO/ESTADO
Jujutiba, SP



Região Sudeste

A Aldeia de Artesanato de Jujutiba, foco deste projeto, localiza-se no centro de Jujutiba, que integra a região do Vale do Ribeira, ao lado da rodoviária. Localiza-se às margens da Rodovia Régis Bittencourt, a 63 km da capital, na região metropolitana da Grande São Paulo.

Jujutiba é privilegiada em termos de recursos naturais. Sua área, de 550 km², está totalmente inserida em mananciais, dos quais cerca de 80% estão cobertos por Mata Atlântica. Cercado por montanhas com mata densa, o município concentra lagos, cachoeiras, corredeiras e nascentes, além dos rios São Lourenço e Juquiá, e integra a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, em área tombada pela Unesco como Patrimônio da Humanidade. Assim, o visitante pode fazer caminhadas em trilhas, cavalgadas, *rafting*, observação da fauna e flora, banhos de rio e cachoeiras, ciclismo e acampar no ambiente natural.



Uma das principais manifestações culturais dessa região é o artesanato. Suas construções e igrejas, tais como a Igreja São Lourenço (a primeira do município), a Igreja Santa Cruz, a Capela de Santo Antonio e o Casarão, também merecem destaque. As diversas romarias e festas religiosas até Caucaia do Alto e São Sebastião, além das festas juninas, reúnem fiéis e estão sempre abertas aos curiosos de passagem. Os restaurantes da região oferecem um cardápio variado, misturando elementos da culinária regional, como a pupunha, os derivados do búfalo e a banana da terra, com receitas requintadas.

Há na região pousadas, camping, hotel, restaurante, pizzaria, lanchonete, restaurantes domiciliares e com pratos típicos, guias e monitores locais, transporte e traslados.

Turistas e comunidade convivem em todas essas atividades, como nas caminhadas guiadas, nas romarias, nas expedições de *rafting* e de *trekking* e no próprio cotidiano (trabalho, festas, lazer, artesanato etc.).

A Aldeia de Artesanato foi fundada há 15 anos. Conta com 15 pequenos negócios em chalés, construídos pelos pequenos empreendedores em terrenos do município e com uma Associação, que a organiza em forma de condomínio, ou seja, cada empreendedor paga uma taxa mensal para cobrir despesas com segurança, limpeza, entre outros. Este projeto foi elaborado com artesãos e artesãs, especialmente com a diretoria da Associação da Aldeia do Artesanato de Jujutiba. Para isto, foram realizados encontros e debates, a fim de formular um projeto que contribuísse para a geração de trabalho e renda e para a preservação dos mananciais e da Mata Atlântica. Os artesãos da Aldeia continuarão sendo protagonistas do projeto e a comunidade participará das decisões em todas as atividades realizadas.

Contatos

RESPONSÁVEL: Gemima C. Cabral Born

TELEFONES: (11) 4686-1814 / 4686-1965

E-MAIL: gemimaborn@vitaecivilis.org.br

SITES: www.vitaecivilis.org.br e www.ecoturismosl.org.br

Turismo sustentável de base comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Associação Amigos de
Bairro da Vila Barra do Una

RESPONSÁVEL
Luciene Diocenio Pinto

MUNICÍPIO/ESTADO
Paruíbe, SP



O objetivo do projeto é consolidar e ordenar essa atividade econômica, que atualmente se encontra dispersa e sub-aproveitada pela comunidade como fator de geração de renda. Protagonizado pela Associação dos Moradores da Barra do Una, o projeto também é um importante instrumento de consolidação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que possui menos de dois anos de existência.

Barra do Una está localizado no município de Paruíbe/SP, a 30 km do centro da cidade, no interior do Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatiss (a 128 km da capital São Paulo). O acesso é feito por linhas regulares de ônibus, partindo de Santos (com duração de uma hora) ou de São Paulo (com duração de duas horas).

Paruíbe reúne praias, cachoeiras, rios e, de modo geral, uma natureza bem preservada. No interior do Mosaico, o visitante poderá encontrar remanescentes da Mata Atlântica e ecossistemas associados, como manguezais, praias e restingas. A praia da Barra do Una está inserida dentro da Reserva de Desenvolvimento



Sustentável da Barra do Una, onde são praticadas atividades relacionadas ao ecoturismo, como caminhadas, trilhas, *mountain bike*, *motocross*, passeios de jipe, entre outros.

Entre os atrativos culturais estão sítios arqueológicos, como sambaquis, e as Ruínas do Abarebê (de uma igreja jesuíta do século XVI). Na zona rural, ainda pouco conhecida pelos visitantes, também encontram-se rios e cachoeiras e uma aldeia indígena. Já a Barra do Una é um vilarejo de pescadores artesanais, que guardam muitas das tradições e costumes caiçaras. Há danças como fandango e passadinho, praticadas em datas comemorativas nos centros comunitários. A festa do peixe já é tradicional na região, com grande participação das comunidades e veranistas.

O visitante tem contato permanente durante sua estada com essa pequena comunidade por meio dos serviços como alimentação, guia e passeios de barco, e também durante os eventos e festividades que valorizam a cultura e os costumes, como a Festa Caiçara, em novembro.

Dentro da RDS há pousadas e áreas de camping, além de bares, restaurantes e mercearias. Há uma pequena marina, com locais para atracamento. Há a opção de uso dos serviços de Peruíbe, que oferece boa infraestrutura hoteleira e de restaurantes e transporte.

Fundada em 2002, a Associação Amigos de Barro da Vila Barra do Uma é composta por moradores tradicionais – 45 famílias e cerca de 120 pessoas – e tem por objetivo a promoção da melhoria da qualidade de vida da comunidade de forma harmônica e integrada à conservação ambiental do território. A RDS da Barra do Una é pioneira em relação a essa categoria de Unidade de Conservação (de uso sustentável) no estado de São Paulo. Nesse projeto, tem como parceiro a Fundação para a Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo e o apoio da ONG Monge – Proteção ao Sistema Costeiro, além de entidades governamentais (municipal, estadual e federal), Polícia Militar Ambiental, entre outras.

Contatos

COORDENADORA: Luciene Diocênio Pinto

ENDEREÇO: Rua da Escola, s/n, Vila Barra do Uma, Peruíbe/SP

TELEFONE: (13) 3457-7001 (orelhão – deixar recado para Osmar) / 3457-9243

E-MAILS: assoc.una@hotmail.com / osmar.jureia@if.sp.gov.br /

valeriaribeiro@fflorestal.sp.gov.br / osmar_pontes@hotmail.com

Deslocamentos: ecoturismo de base comunitária no litoral norte do Paraná

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Sociedade de Pesquisa em Vida
Selvagem e Educação Ambiental
– SPVS

RESPONSÁVEL
Clóvis Ricardo S. Borges

MUNICÍPIOS/ESTADO
Antonina, Guaraqueçaba e
Morretes, PR



Região Sul

Entre os objetivos do projeto está a realização de ações para melhorar a qualidade de vida de moradores de unidades de conservação e de seus arredores, assim como de empreendedores, guias e consumidores do turismo de base comunitária. A proposta inclui a formação de uma cooperativa de pequenos empreendedores e o desenvolvimento do ecoturismo, que poderá ser uma importante atividade geradora de renda para as populações locais, promovendo também mudanças no conceito de desenvolvimento na região.

O estado do Paraná tem um dos menores litorais de todos os estados brasileiros. O Litoral Norte é composto por Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba e possui 300 mil hectares de floresta, que representam a maior área contínua de Mata Atlântica em bom estado de preservação da costa brasileira. A região da Área de Proteção Ambiental – APA de Guaraqueçaba é marcada pela Floresta Atlântica, em seu maior remanescente contínuo, bem como por cerca de 54 comunidades espalhadas pela área. Criada em 1985, essa APA tem



objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso racional de seus recursos naturais, em uma área que abrange parte dos municípios de Paranaguá, Antonina, Campina Grande do Sul e a quase totalidade do município de Guaraqueçaba.

O acesso à região desde Curitiba deve ser feito em direção ao litoral, no km 30. Pegar a estrada PR-408 em direção a Morretes/Antonina. Antes de chegar a Antonina, pegar a PR-440, sentido Cacatu e Guaraqueçaba. Um pouco mais adiante, pegar a PR-405, sentido Guaraqueçaba, seguindo por cerca de 80 km em estrada de saibro. Há barcos diários de Paranaguá a Guaraqueçaba, num percurso que dura cerca de três horas. O Litoral Norte do Paraná não possui aeroporto, contando com o aeroporto de Curitiba, a 74 km de Antonina, 68 km de Morretes e 141 km de Guaraqueçaba.

A região é composta por um mosaico de ecossistemas sob influência atlântica, marcada por ambientes marinhos, nos quais se destacam manguezais e marismas, restinga (influência marinha) e caxetais (influência fluvial), e ecossistemas terrestres, caracterizados pela floresta ombrófila densa e suas respectivas subformações (floresta de terras baixas, aluvial, submontana, montana e altomontana).

A pesca artesanal, mais do que uma atividade de subsistência e principal fonte de proteínas na alimentação da população caçara, é o retrato da identidade e da cultura locais. Atualmente, a cultura da pesca tradicional sobrevive com certa dificuldade, sendo sempre realizada no período certo de reprodução de espécies como a pescadinha mambeca, a pescada amarela, o parati, o bagre, o pampo, a cavala e a tainha. A atividade pode ser vivenciada pelos visitantes em roteiros oferecidos pela cooperativa, que inclui a opção de se degustar o peixe fresco, preparado logo após o retorno do passeio pelos restaurantes cooperados.

Outro atrativo cultural é o fandango, dança típica do litoral paranaense, que faz parte do folclore do estado. É apresentado para comemorar mutirões de plantio, aniversários, casamentos e outras confraternizações, adquirindo características particulares em comunidades diferentes. Tudo movido ao som dos violeiros e de outros instrumentos típicos, como a rabeca e o adufe.

Quanto à gastronomia típica, inclui peixe fresco, ostra, tainha recheada assada, bolinho de camarão e camarão ao molho. Produtos orgânicos, como geléia de banana orgânica, mel de abelhas nativas, própolis, pães, bolos, biscoitos e leite ordenhado direto da vaca, também podem ser encontrados. Base da alimentação da região de Guaraqueçaba e Antonina, a mandioca é comumente plantada nos sítios e propriedades agrícolas das proximidades, sendo colhida, ralada, prensada para drenagem e transformada em farinha em grandes tachos à lenha, denominados farinheiras. Da farinha proveniente da mandioca surgem subprodutos como tapioca, biju e rosquinha de polvilho.

No artesanato destacam-se obras de arte com matéria-prima natural (fibras, cascas, sementes e madeira) produzidas pelos cooperados, que aproveitam os insumos disponíveis na floresta sem causar impactos negativos. Entre as peças podem ser citadas esculturas em madeira, fibras naturais trançadas, móveis, objetos de decoração, réplicas de instrumentos de fandango, camisetas com temas locais em *patchwork*, esculturas em pedra sabão e trabalhos em bambu.

Os empreendimentos cooperados estão distribuídos por diversas comunidades de Guaraqueçaba e se dividem em núcleos, para facilitar a gestão e operacionalização dos seus roteiros e da própria cooperativa. Entre os parceiros do projeto estão a Agência do Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná – Adetur, a Associação Comercial Ilha do Mel – Acturim e a Associação de Condutores Águias Marumbi, da Cooperativa de Ecoturismo. Todos os habitantes da região do projeto serão envolvidos diretamente nas ações de capacitação e articulação em rede, tônica dominante da proposta. Empreendedores, agricultores, associados de cozinhas comunitárias, grupos de artesanato, grupos de fandango e prestadores de serviços em geral, associados à cadeia produtiva do ecoturismo de base comunitária, serão envolvidos no processo por meio das oficinas para a dinamização da rede de economia solidária/cadeia produtiva do TBC. Nos eventos culturais e na Feira do Turismo de Base Comunitária, no encerramento do projeto, todos os moradores e visitantes serão convidados a participar.

Contatos

COORDENADORA: Ana Paula Corazza

ENDEREÇO: Rua Isaias Bevilacqua, 999 – Curitiba/PR – CEP: 80.430-040

TEL/FAX: (41) 3339-4638

E-MAILS: spvs@spvs.org.br / ecoturismo@spvs@org.br

SITE: <http://www.spvs.org.br>

Fortalecimento do turismo de base comunitária na conservação de modos de vidas de comunidades tradicionais e preservação da biodiversidade nas comunidades de Rio Sagrado: interconectando turismo comunitário com redes de comércio justo

INSTITUIÇÕES PROMOTORAS

Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Prefeitura Municipal de Morretes

RESPONSÁVEL

Carlos Alberto Cioce Sampaio

MUNICÍPIO/ESTADO

Morretes, PR



O turismo comunitário é desenvolvido na área para possibilitar que experiências de planejamento para o desenvolvimento de base comunitária possam ser vivenciadas por meio da atividade turística, transformando a população autóctone na principal protagonista desse processo.

Morretes fica a 67 km de Curitiba e o acesso ao município, pela BR-277, dura cerca de uma hora. De São Paulo, o acesso é feito pela BR-116. Antes de se chegar a Curitiba, deve-se seguir pela PR-410. Os 400 km que separam as duas cidades são percorridos em aproximadamente cinco horas. De Florianópolis (a 275km), o acesso é feito pela BR-101 e leva em média quatro horas e meia. O



aeroporto mais próximo do município é Aeroporto Internacional Afonso Pena, a 18 km do centro de Curitiba.

Localizado em um vale na vertente paranaense da Serra do Mar, Morretes tem uma drenagem tipicamente encaixada, apresentando diversos cursos d'água e cachoeiras. Próximo ao município, encontram-se duas Unidades de Conservação estaduais, a Área de Especial Interesse Turístico – Aesit Marumbi e a Área de Proteção Ambiental – APA Guaratuba ambas, no domínio da Mata Atlântica e de ecossistemas associados.

Uma das atrações naturais é o Rio Nhundiaquara, que liga o litoral ao planalto e foi navegado pelos descobridores já em 1560. A Cascatinha, a 5 km da cidade, é circundada por um bosque às margens do rio Marumbi. No Salto dos Macacos e no Salto Redondo, o rio dos Macacos precipita-se de uma altura de 70 metros, sobre uma laje granítica, formando uma piscina natural. Já o Pico do Marumbi, com 1.539 metros, é o ponto preferido para a prática do montanhismo. No caminho, encontra-se a Cascata dos Marumbistas. Também pode-se visitar o Véu de Noiva, com aproximadamente 70 metros de queda; a Curva da Preguiça, um dos pontos de partida para o Salto do Tombo d'Água, cachoeira de aproximadamente 15 metros; o Morro do Sete, uma difícil caminhada, de cerca de cinco horas, que proporciona uma visão de grande parte da planície litorânea; e os Caminhos Coloniais, única ligação entre o planalto e o litoral paranaense em meados do século XVII.

Morretes também oferece diversos atrativos culturais, como as Igrejas de São Sebastião do Porto de Cima, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Porto e a Igreja de São Benedito. Na Casa Rocha Pombo, em estilo colonial da época dos jesuítas, funciona um centro cultural. No calçadão da Rua das Flores, o visitante vai encontrar casarios históricos, a casa onde pernitoou Dom Pedro II, o Marco Zero, um chafariz, coretos e o primeiro telégrafo da cidade. Vale conferir também a Ponte Velha, sobre o rio Nhundiaquara, e a Estrada de Ferro Morretes-Curitiba. Já o povoado de Porto de Cima, situado ao pé da Serra do Mar, tem estilo colonial e acervo artístico e histórico ainda bem conservados, além de uma praia fluvial, área para acampamento e pousadas. E a 13 km do centro de Morretes encontra-se São João da Graciosa, que tem venda de produtos artesanais.

As atividades de turismo comunitário realizadas na microbacia do Rio Sagrado normalmente acontecem aos finais de semana. Os visitantes vão para a localidade em grupos de aproximadamente 15 pessoas. Há a possibilidade de se conhecer o processamento de: mandioca (em um engenho de farinha construído há aproximadamente 150 anos, onde é demonstrado o processo de transformação artesanal da mandioca em farinha e biju); cana-de-açúcar (numa unidade de destilação e produção artesanal de licores, feitos a partir da permacultura); frutas e verduras (em uma cozinha industrial comunitária, onde são preparadas compotas

e conservas de frutas típicas do local e *chips* de mandioca e banana); café (produzido pelo processo tradicional, em um engenho antigo); entre outros. Produtos típicos, como a cachaça de banana de Morretes e o licor de canela, são vendidos em feiras artesanais, no centro da cidade de Morretes e nos próprios locais de visitação. Existem também atividades de agroecologia (nas quais os turistas são levados para conhecer cultivos de horta em uma propriedade particular, sem o uso de agrotóxico e com adubação orgânica) e a extração da fibra da bananeira, assim como o artesanato produzido com esse material.

Entre os eventos marcantes, destacam-se as Feiras de Trocas. Nelas membros da comunidade, donos de chácara e visitantes reúnem-se mensalmente, aos sábados   tarde, para trocar bens, serviç os e saberes. Esse movimento de trocas retoma a idéia do escambo, já que os bens, serviç os e informações são comercializados a partir de seu valor de uso e/ou necessidade, e não de seu valor monetário. Os visitantes também são orientados a levarem itens para serem permutados.

Para se hospedar, há instalações r sticas e aconchegantes ou casas de membros da comunidade. A alimentação   caseira e natural e, muitas vezes, alguns alimentos são colhidos do jardim no momento do preparo, tais como temperos, verduras e legumes (abóbora, palmito, cebolinha, salsa, fruta-do-conde, mamão, entre outros).

As principais organizações comunitárias da localidade são a Associação de Moradores do Rio Sagrado – Amorisa e a Associação Comunitária Candonga, que sedia uma cozinha comunitária. A atividade turística também foi impulsionada pela ONG Instituto LaGOE – Laboratório de Gestão de Organizações que promove o ecodesenvolvimento e pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Atualmente, articulam-se parcerias com a Universidade Federal do Paraná – UFPR e com a ONG Alianç  Empreendedora.

Contatos

RESPONSÁVEL: Carlos Alberto Cioce Sampaio

ENDEREÇO: Rua Antônio da Veiga, 140 – Victor Konder – Blumenau/SC

CEP: 89.012-900

TELEFONE: (47) 3321-0200

FAX: (47) 3322-8818

E-MAILS: carlos.cioce@gmail.com / morretesprefeitura@vcs.com.br

SITE: <http://www.furb.br/site>

Turismo solidário: conservando a floresta com araucária

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Instituto Agroflorestral
Bernardo Hakvoort

RESPONSÁVEL
Douglas Dias de Almeida

MUNICÍPIO/ESTADO
Turvo, PR



Região Sul

O objetivo é fortalecer um aspecto importante da cultura local, proveniente da área rural: o uso de recursos da floresta de araucária, como o pinhão, largamente utilizado no preparo de iguarias.

Para se chegar a Turvo, há linhas regulares de ônibus desde Curitiba (a 295 km), num trajeto que dura cerca de quatro horas.

Localizado na região central do estado, o município apresenta uma das maiores reservas nativas de Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*), uma das mais ameaçadas da Mata Atlântica. Na sede de Turvo ou a cerca de meia hora, há cachoeiras, como Salto Grande e Faxinal dos Saltinhos, e grutas, como a Toca do Tigre e a Colônia Velha.

A comunidade tradicional ainda pratica o sistema faxinal, em que os animais são criados soltos. Atualmente, o município vem se tornando um referencial em produção de plantas medicinais, tecnologias alternativas e proteção ambiental.

A comunidade envolvida no projeto abre suas propriedades para receber pesquisadores e outros produtores, a fim de relatar as experiências implantadas. Em



muitas oportunidades, também fornecem alimentação e hospedagem, de forma simples e natural, permitindo que os visitantes possam vivenciar o seu dia-a-dia. Assim, embora o visitante encontre no município infraestrutura de hospedagem e alimentação convencional, o projeto prevê em um futuro próximo a implantação desses serviços de forma organizada nas propriedades da comunidade.

O Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort – IAF, proponente do projeto, foi fundado em 1995, com o objetivo de promover melhores condições de vida aos agricultores familiares, por meio do desenvolvimento sustentável e dos princípios agroecológicos. Desde 1998, realiza o projeto Cadeia de Produção de Plantas Medicinais. Um dos resultados importantes com as comunidades rurais foi a criação da Cooperativa de Produtos Agroecológicos Florestais e Artesanais de Turvo – Coopaflo, formada pelos agricultores assistidos pelo IAF, com apoio de instituições como a Fundação Rurco e a TNC – The Nature Conservancy, além de empresas como a Natura e o Grupo Centroflora/Anidro do Brasil.

Contatos

COORDENADOR: Douglas Dias de Almeida

ENDEREÇO: Avenida Nossa Senhora Aparecida 903, Jardim Filadélfia – Turvo/PR

TELEFONE: (42) 3642-1319

E-MAIL: contato@institutoagroflorestal.org.br e iafturvo@yahoo.com.br

SITE: www.institutoagroflorestal.org.br

Estruturação do Roteiro Caminhos Rurais

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Cooperativa de Formação
e Desenvolvimento do
Produto Turístico Ltda –
Coodestur

RESPONSÁVEL
Luciene Lima Drescher

MUNICÍPIO/ESTADO
Porto Alegre, RS



O projeto abrange 11 bairros da zona rural da cidade de Porto Alegre (RS), denominada rururbana ou periurbana, que ocupa 30% do município. No século XIX, essa área era ocupada por grandes estâncias e hoje se encontram nela pequenas propriedades de expressiva agricultura familiar e agroecológica.

Porto Alegre encontra-se na Planície Costeira do Rio Grande do Sul, onde existem lagunas e depósitos fluviomarinhos. Conta também com um relevo de morros e colinas do Planalto Sul-Uruguaio. Sua paisagem é marcada pelo Rio Guaíba, por reservas naturais, parques e muitas praças. O clima e a topografia contribuem para uma grande biodiversidade, representada por espécies típicas da Mata Atlântica. A fauna é igualmente diversificada, especialmente nas ilhas do Delta do Jacuí e nos morros. Nesse contexto, o visitante irá encontrar diversas possibilidades, como a canoagem, passeios a cavalo, ciclismo, windsurfe, pescarias, acampamento em ambiente natural, praias ou mesmo uma simples caminhada.

Porto Alegre mantém vivas muitas das tradições gaúchas, e o visitante conta com dezenas de museus, igrejas, teatros, centro de exposições e centros de tradi-



ções. Na zona rural, destacam-se o café campeiro, o churrasco “fogo de chão”, as rodas de chimarrão, as festas típicas animadas com a famosa “gaita gaúcha” (um acordeão), as danças com vestimentas típicas (bombachas), entre outros.

Atualmente, mais de 40 empreendimentos turísticos compõem esse roteiro, no qual o visitante terá oportunidade de vivenciar um pouco dos usos e costumes da tradição gaúcha. Diversas atrações funcionam apenas em dias pré-determinados ou por agendamento de grupos via agências de viagens, disponíveis no site www.caminhosrurais.tur.br. Além disso o visitante poderá utilizar da boa infraestrutura hoteleira e gastronômica de Porto Alegre.

A Coodestur – Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico presta consultoria e assessoria para organizações públicas e privadas e atua no desenvolvimento de trabalhos orientados pelos princípios do desenvolvimento sustentável e integrado da atividade turística. Associa-se a esse projeto a POA Rural – Associação Porto Alegre Rural, entidade criada em 2006, com o objetivo de promover a integração entre os espaços rural e urbano. A Emater Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural e do Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) oferecem apoio técnico ao Caminhos Rurais de Porto Alegre.

Contatos

COORDENADORA: Luciene Lima Descher

ENDEREÇO: Rua João Teles, 524, sala 605 – Bom Fim – Porto Alegre/RS

CEP: 90.035-120

TELEFONE: (51) 3029-4682

E-MAILS: coodestur@coodestur.com.br / alinetur@yahoo.com.br

SITE: www.coodestur.com.br

Turismo rural solidário: promovendo desenvolvimento comunitário sustentável

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Grupo Interdisciplinar Ecopolis

RESPONSÁVEL
Giovani Paulo Zortea

MUNICÍPIO/ESTADO
Santo Antônio da Patrulha, RS



Região Sul

Santo Antônio da Patrulha pertence à região metropolitana da capital do estado, Porto Alegre. Dividido por duas bacias hidrográficas, o município tem como vegetação predominante campos e mata subtropical. Ao norte, limita-se com Rolante e Riozinho; ao sul, com Viamão e Capivari; a leste, com Osório e Caraá; e a oeste, com Taquara, Glorinha e Gravataí.

O aeroporto mais próximo de Santo Antônio da Patrulha é o Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre (a 76 km). De lá, o acesso rodoviário é feito pela BR-290 e pela RS-030, num percurso que dura cerca de uma hora e vinte minutos. Desde a capital catarinense Florianópolis, deve-se seguir pela BR-282 até o município de Palhoça. Daí pega-se a BR-101 até Osório e continua-se pela RS-030 até o destino final, num percurso de 393 km, que o motorista percorre em cerca de cinco horas.

Ao chegar a Santo Antônio da Patrulha, o visitante encontra diversos atrativos naturais. A Rota Monjolo, por exemplo, oferece trilhas em meio à vegeta-

Santo Antônio da Patrulha



ção nativa. A Lagoa dos Barros é um balneário ideal para a prática de esportes náuticos. Já a Gruta Nossa Senhora da Saúde é uma área natural de fácil acesso, localizada nas proximidades da Capela São Paulo. O município também tem um complexo de lazer, o Parque da Guarda, que apresenta quadras esportivas, piscinas térmicas, academia de ginástica e danceteria, rodeadas por canaviais, parreirais e mata nativa. O visitante pode conhecer ainda a Rota Caminho das Águas, com lagoas, rios, dunas, cascatas, rochedos, matas e praias.

A grande influência açoriana e, posteriormente, alemã e africana contribuíram de forma importante para o desenvolvimento do turismo cultural e religioso do município, com ênfase à gastronomia e ao folclore. Dessa forma, festejos como a Cavalhada e a Folia do Divino são grandes atrativos de Santo Antônio da Patrulha. O município também apresenta exposições permanentes, como a Sala Açorianos, com indumentária açoriana, fotografias e artesanato; a Fonte Imperial, monumento construído sob ordem de Dom Pedro I, que aproveita a fonte de água natural; o Casario Açoriano, conjunto de casas com estilo arquitetônico açoriano; a Fundação Museu Antropológico Caldas Júnior, com documentos, fotografias e jornais relacionados à história do município; e o Oratório de Santo Antônio, para os devotos e interessados. Do Casario Açoriano, pode-se pegar os Caminhos da Fé, uma viela com altares em homenagem aos santos, até chegar à Igreja Matriz de Santo Antônio, inaugurada em 1928.

No município e na região como um todo, o visitante pode conhecer ainda a Rota da Cachaça e da Rapadura. Essa Rota Turística inclui nove alambiques e quatro indústrias de rapaduras, localizadas no interior do município, especificamente em Montenegro e Palmeira do Sertão (entrada RS-030, no trecho Santo Antônio/Osório) e Costa da Miraguaia (mesma RS-030, no trecho Gravataí/Santo Antônio).

O contato com a comunidade local pode ser feito de diversas maneiras, seja nas visitas a locais de lidas rurais (com degustação de produtos coloniais e de frutas da época), na participação em eventos folclóricos (como a Cavalhada), nas visitas a museus ou no conhecimento do artesanato e da culinária locais. É interessante, por exemplo, ir à Rota da Cachaça, para degustar o aguardente típico da região e manter boas conversas com os produtores. O visitante também pode interagir de forma direta no processo da produção de derivados da cana-de-açúcar, cuja transformação, em Santo Antônio da Patrulha, é feita de forma tradicional e rústica, em engenhos que ainda empregam a tração animal tanto no cultivo como no beneficiamento de seus produtos. Além disso, uma especificidade cultural do município é o “Terço Capelão”, rezado por descendentes de africanos de forma cantada.

Há vários tipos de hospedagem em Santo Antônio da Patrulha. O município apresenta uma excelente estrutura para campings às margens da Lagoa dos

Barros, de onde os visitantes desfrutam de uma bela paisagem. Também existem pousadas familiares, que apresentam um ótima infra-estrutura, ainda que simples e familiar. Entre as hospedagens, encontram-se o Camping Lagoa dos Barros, o Camping Praia João Fernandes, o Hotel Boas Vindas e o Hotel Tropical. Para comer, há variadas algumas opções de restaurantes, bares, churrascarias, entre outros. O visitante conta ainda com postos de informações turísticas, estação rodoviária, agências de turismo (como a Tribus Turismo) e a Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo.

A Associação de Turismo Rural Solidário Morro Agudo, proponente do projeto, foi constituída em março de 2007, a partir de um trabalho realizado pelo Projeto Brasil Local para o fomento de ações de economia solidária. Daí surgiu a necessidade de se realizar um trabalho associado ao Turismo Rural Comunitário, e a organização passou a congregiar moradores, na maioria agricultores familiares. Logo depois, o projeto juntou-se ao Grupo Interdisciplinar Ecopolis, que tem sede em Santa Maria/RS e realiza pesquisa e ações de promoção à cidadania, voltadas para a sustentabilidade ambiental e social. São também parceiros nessa iniciativa a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS – Fetag/RS, o Projeto Brasil Local – Senaes, do Ministério do Trabalho e Emprego, o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas – Iepe da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do RS – FCE/UFRGS, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, a Emater/RS e o Pólo Universitário de Santo Antônio da Patrulha – UAB/MEC.

Contatos

PRESIDENTE: Giovani Paulo Zortea

ENDEREÇO: Rua Tuiuti, 792 – Bloco 08/Sala 402 – Santa Maria/RS –

CEP: 97.015-660

TELEFONES: (51) 3276-6935 / 9622-4407 / 9324-3876

E-MAIL: giecopolis@gmail.com

SITE: <http://www.giecopolis.org>

Destino referência em turismo rural de base comunitária

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Associação Acolhida na Colônia

RESPONSÁVEL
Valério Assing

MUNICÍPIO/ESTADO
Santa Rosa de Lima, SC



Região Sul

Santa Rosa de Lima



A Serra Geral corta de norte a sul o estado de Santa Catarina e possui um ecossistema diferenciado com relação ao restante do Brasil tropical. Florestas de araucária e rios congelados formam essa encantadora paisagem, cujas elevadas escarpas constituem uma barreira natural de transição entre a Mata Atlântica e os campos de altitude de cerca de mil metros. O Território das Encostas da Serra Geral é compreendido pelos municípios de Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rancho Queimado, Grão Pará e Gravatal, região que recebeu grande influência da colonização alemã.

A Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia tem sede em Santa Rosa de Lima, a 96 km de Florianópolis, 146 km de Lages, 365 km de Porto Alegre e 330 km de Curitiba. Fica a menos de uma hora dos demais municípios das Encostas da Serra Geral: 50 km de Rancho Queimado, 18 km de Anitápolis, 40 km de Gravatal e 22 km de Grão Pará.

Os aeroportos mais próximos são: Florianópolis (internacional) ou Lages (regional), ambos com rotas comerciais.

O projeto originou-se a partir do modelo *Accueil Paysan* de agroturismo, surgido no Sul da França nos anos 80. A experiência iniciou-se em 1999 no território das Encostas da Serra Geral (sudeste de Santa Catarina), nos municípios de Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Gravatal e Grão Pará (projeto piloto), motivada pela necessidade dos agricultores familiares de diversificar as atividades dentro das suas propriedades. O objetivo do projeto é consolidar a Acolhida na Colônia como referência nacional no turismo rural de base comunitária e fortalecer a Rede Turisol, organizando propriedades rurais para o mercado, capacitando agricultores familiares em termos de hospitalidade, realizando troca de experiências com agricultores de outros projetos, ampliando o número de propriedades associadas, diversificando a oferta turística das propriedades/municípios, desenvolvendo um sistema de gestão (reservas e monitoramento do fluxo turístico) para a entidade e monitorando a execução do projeto.

O trabalho desenvolvido pelos agricultores familiares da Acolhida na Colônia está fundamentado no turismo de base comunitária, no trabalho de longo prazo (com evolução gradual e adaptação das estruturas existentes), na qualidade, no respeito ao meio ambiente e na parceria entre meio urbano e rural. Para tanto, são realizadas palestras de sensibilização e seminários de capacitação. Os serviços turísticos vinculados ao projeto incluem compartilhar o modo de vida e o patrimônio cultural e natural a partir de serviços como hospedagem, alimentação, lazer e venda de produtos produzidos nas propriedades.

Contatos

COORDENADOR: Valnério Assing

ENDEREÇO: Rua Germano Hermesmeier, 164 – Centro – Santa Rosa de Lima/SC

TELEFONE: (48) 3654-0186 / 3654-0038 / Thaíse 9960-5761

E-MAIL: acolhida@gmail.com

SITE: www.acolhida.com.br

Saberes e fazeres artesanais das mulheres rurais de Joinville

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
Fundação Municipal de
Desenvolvimento Rural 25 de Julho

RESPONSÁVEIS
Irma Bertoldi e
Maria Ivonete Peixer da Silva

MUNICÍPIO/ESTADO
Joinville, SC



O objetivo do projeto é incorporar produtivamente, de forma associativa, mulheres de idades variadas, oriundas de áreas agrícolas empobrecidas, por meio da capacitação em saberes e fazeres artesanais. Pretende-se desenvolver estratégias de fomento de produtos artesanais com alto valor agregado a partir da dinâmica cultural da região e da atividade turística.

A partir da capital Florianópolis, o acesso a Joinville é realizado inicialmente pela BR-282, depois pela BR-101, por onde se segue até o município, numa distância de 176 km, que dura cerca de duas horas e meia de viagem. De Curitiba, o acesso é realizado pela BR-376 até o município de São José dos Pinhais, de onde se segue pela BR-101 até o destino. Esse percurso, de 138 km, é realizado em aproximadamente duas horas. De Porto Alegre, o acesso é feito pela BR-290 até o município de Osório, seguindo-se pela BR-101 até Joinville. A distância percorrida é 625 km, e a viagem dura aproximadamente oito horas.

A cidade conta também com um dos maiores aeroportos da região Sul, localizado a 13 km do centro da cidade. Nas proximidades, também há o aeroporto da cidade de Navegantes (a 75 km de Joinville), o de Curitiba situado (a 110 km) e o de Florianópolis localizado (a 163 km).



Joinville não é uma cidade litorânea, mas está ligada ao mar por meio das baías da Babitonga e Saguacú. O município tem vegetação no entorno e nos morros e sua área urbana é constituída por remanescentes de Mata Atlântica, numa planície localizada entre as densas florestas da Serra do Mar. As praias mais próximas ficam a apenas 30 minutos de automóvel. O barco Príncipe de Joinville sai de Joinville e leva até 50 pessoas a São Francisco do Sul pela Baía da Babitonga, passando por ilhas com vegetação tropical e pequenas praias particulares.

No centro da cidade encontra-se o Rio Cachoeira, que desemboca na Baía de Babitonga, passando pela Lagoa de Saguacú, e é um dos principais atrativos naturais do município. O ponto mais alto da cidade localiza-se na Serra Queimada, conhecido como Pico Serra Queimada.

O visitante pode conhecer ainda a Estrada do Piraí (na zona rural, com cachoeiras e córregos) e a Estrada Bonita (próxima ao Distrito Industrial de Pirabeiraba, conduz a uma autêntica colônia rural, onde se comercializam produtos típicos).

Nos últimos anos, o município enriqueceu seu calendário com festas em todas as épocas do ano, que oferecem bailes, danças folclóricas, desfiles e gastronomia típica. Em julho, por exemplo, acontece o Festival de Dança de Joinville e em novembro, a Festa das Flores, realizada no Parque da Expoville e cujo principal destaque são as orquídeas. Um dado interessante é que Joinville é a única cidade fora da Rússia a ter uma Escola do Teatro Bolshoi. Joinville também conta com o Museu Fritz Alt (antiga residência do artista onde se encontram expostas suas obras e objetos pessoais); a Estação Ferroviária, (um dos símbolos da cidade, construída em 1910); a Catedral Diocesana; e a Paróquia São Francisco Xavier.

Em termos de hospedagem e alimentação, o turista também encontra uma ampla estrutura, com diversas possibilidades de hotéis, pousadas e restaurantes.

A Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho – FMDR, proponente do projeto, é o órgão responsável pela agricultura do município de Joinville. Vinculada à Prefeitura Municipal de Joinville/SC, contribui para o desenvolvimento rural sustentável no município e na região. Desde sua criação, em julho de 1966, coordena e realiza atividades de ensino e capacitação agrícola, assistência técnica, extensão, prestação de serviços, fomento e abastecimento, agregando qualidade ao trabalho do pequeno produtor e oferecendo melhores condições para a manutenção da família no campo.

Contatos

RESPONSÁVEL: Irma Bertoldi/Maria Ivonete Peixer da Silva

ENDEREÇO: Rodovia SC 301, km 0 – Pirabeiraba – Joinville/SC

TELEFONE/FAX: (47) 3424-1188

E-MAIL: irmabertoldi@yahoo.com.br

SITE: <http://fmdr25.blogspot.com>

Turismo: estratégia de sustentabilidade para o sul de Santa Catarina

INSTITUIÇÃO PROMOTORA

Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba – Acevam

RESPONSÁVEL

Alexandre Martins Cristóvão

MUNICÍPIO/ESTADO

Praia Grande, SC

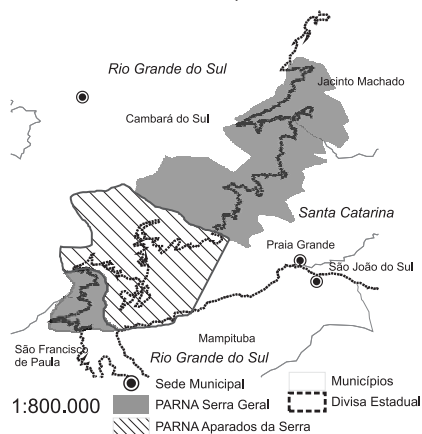


Conhecida como a cidade dos canyons, Praia Grande fica no extremo sul catarinense, na divisa com o Rio Grande do Sul. Encontra-se em uma região de importante interesse ambiental, onde existem os parques nacionais Aparados da Serra e Serra Geral. O acesso ao município é feito somente por via rodoviária. De Florianópolis, são 295 km (cerca de quatro horas de viagem) e de Porto Alegre, 200 km (três horas). O

acesso é feito pela BR-101/SC-450, trevo de São João do Sul (trecho asfaltado), por Cambará do Sul (RS-429), por Três Cachoeiras (RS-494), e por Torres, via Mampituba (Rua Nova).

A região abriga um patrimônio natural, formada por um relevo de canyons, resultante de processos erosivos e estruturais sobre o basalto e o arenito das vertentes do Planalto Meridional, conhecidas localmente como Serra Geral. Trata-se de uma região com drenagem rica, cujos rios são encaixados em vales profundos, o que favorece a formação de várias cachoeiras. Nas vertentes da Serra Geral, predomina uma vegetação típica da Mata Atlântica, com grande biodiversidade.

PARNA Serra Geral e Aparados da Serra



Assim, o visitante tem a possibilidade de praticar caminhadas em trilhas no interior de canyons, fazer *rappel*, *trekking*, *canyoning*, bóia-cross, cavalgadas e visitas a propriedades agroecológicas. A região está próxima a diversas Unidades de Conservação, como o Parque Nacional dos Aparados da Serra e a Reserva Biológica da Serra Geral.

Para conhecer o cotidiano e os hábitos culturais dos habitantes, o visitante encontra meios de hospedagem de pequeno porte, com estrutura familiar, o que permite uma convivência entre os visitantes e os moradores. A boa infra-estrutura turística da cidade inclui cabanas, um refúgio ecológico, pousadas, dois hotéis, balneários com área de camping, empresas de condutores locais, restaurantes, pizzarias e um café rural. Como Praia Grande é constituída por descendentes de portugueses e italianos, essa cultura colonial europeia pode ser conhecida por meio do artesanato (colchas feitas de retalhos de tecidos) e de outros produtos. Alguns desses serviços são prestados por membros da Acevam.

Proponente do projeto, a Acevam é uma associação que tem como missão “Facilitar o processo de conscientização, compartilhando vivências coletivas, solidárias e co-responsáveis, fortalecendo a agricultura familiar ecológica, o agroecoturismo e o consumo consciente”. Reúne 33 famílias de agricultores, num espaço coletivo de organização, autogestão e tomadas de decisão, realizando assembleias mensais. Ao ampliar suas atividades para o turismo rural, possibilita ao visitante que conheça os usos e costumes dessa propriedade.

Contatos

COORDENADOR: Alexandre Martins Cristóvão

ENDEREÇO: Rua Mário Bordignon, 1.274 – Harmonia – Praia Grande/SC

TELEFONE: (48) 3532-0333

E-MAILS: acevam@acevam.org / sady.reos@yahoo.com.br /

silvanaferrigo@ecovida.org.br

SITE: www.acevam.org

Resumos biográficos

ORGANIZADORES

Roberto dos Santos Bartholo Jr.

Professor do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, onde criou e coordena o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS, www.ltds.ufrj.br) e o Instituto Virtual de Turismo (IVT-RJ, www.ivt-rj.net). É editor do Caderno Virtual de Turismo, periódico científico do IVT-RJ. É líder dos grupos de pesquisa Gestão de Iniciativas Sociais (GIS), Turismo e Desenvolvimento Social (TDS) e Design de Serviços e Inovação Social (DESIS). É autor de vários livros, capítulos de livros e artigos nos seguintes temas: conhecimento, poder e ética, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, turismo e desenvolvimento social e gestão social. Endereço eletrônico: bartholo@pep.ufrj.br

Davis Gruber Sansolo

Atualmente é professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP) no Campus do Litoral Paulista. Formado em geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com mestrado e doutorado pela Universidade de São Paulo e Pós Doutorado na COPPE da UFRJ. Tem centrado suas atividades em docência, pesquisa e consultoria em Planejamento Ambiental, Turismo e Desenvolvimento Social e Educação Ambiental. Vem se dedicando nos últimos 20 anos aos temas relacionados a áreas protegidas no domínio da Mata Atlântica e da Amazônia. Endereço eletrônico: dsansolo@uol.com.br

Ivan Bursztyn

É pesquisador associado ao Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social, onde foi coordenador adjunto do Instituto Virtual de Turismo entre os anos de 2002 e 2008 e é responsável pela coordenação editorial do periódico científico Caderno Virtual de Turismo (CVT, www.ivt-rj.net/caderno). Possui graduação em Desenho Industrial pela PUC-Rio e mestrado em Engenharia de Produção na COPPE/UFRJ. Atualmente é doutorando no Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, com estágio de doutoramento no exterior no Politecnico di Milano na unidade de pesquisa Design e Inovação para a Sustentabilidade. Endereço eletrônico: ivan@lb.com.br

AUTORES

Alexandra Campos Oliveira

Graduada em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Tem como interesse de pesquisa temas ligados a Planejamento Turístico; Turismo e Desenvolvimento Local; Turismo, Cultura e Meio Ambiente. Endereço eletrônico: alexandratur@hotmail.com

Ana Bauberger Pimentel

Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela UFRJ e pós-graduada em Administração Hoteleira pela Scuola Internazionale di Scienze Turistiche (Roma). É sócia da Abaré Consultoria e atuante na área de turismo sustentável e certificação, ecoturismo e turismo cultural. É consultora e auditora da norma NBR 15.401 (Sistema de Gestão da Sustentabilidade) e diretora do Instituto EcoBrasil. Endereço eletrônico: anapimentelbr@yahoo.com

Anelize Martins de Oliveira

Bacharel em Turismo e mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco. Tem experiência na área de turismo, cultura e desenvolvimento local. Em função de estudos e trabalhos, desenvolve também a discussão a respeito de identidade étnica e territorialidade de comunidades quilombolas. Endereço eletrônico: anelizemartins@hotmail.com.

Breno Simonini Teixeira

Economista e mestrando em Gestão Econômica do Meio Ambiente pelo Centro de Estudos em Economia, Meio Ambiente e Agricultura, vinculado à Universidade de Brasília. É consultor especialista em projetos de turismo, técnico da Coordenação de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas do Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo do Ministério do Turismo. Endereço eletrônico: teixeira.breno@gmail.com

Carlos Maldonado

Especialista sênior da Organização Internacional do Trabalho em políticas de emprego e desenvolvimento de empresas. Doutor em Sociologia Urbana pelo Instituto de Urbanismo de Paris (França) e em Arquitetura pelo Universidade de Cuenca (Equador). É fundador e coordenador da Rede de Turismo Sustentável Comunitário da América Latina (REDTURS). Elaborou e dirigiu diversos projetos de pesquisa e de cooperação técnica sobre economia informal em mais de 20 países da América Latina e África. Publicou vários livros sobre temas de micro e pequenas empresa, assim como diversos artigos e manuais de formação, dentre

eles Negócios turísticos com comunidades (NETCOM). Endereço eletrônico: maldonado@ilo.org

Enrique Sérgio Blanco

Filósofo e Jornalista. Especialista em Filosofia e Educação a Distância. Coordenador de conteúdo do Sistema de Educação a Distância da Editora Artmed/Panamericana. Colaborador do Laboratório de Estudos em Linguagem, Educação e Cognição (LELIC) da UFRGS. Jornalista colaborador da Revista Senac & Educação Ambiental. Endereço eletrônico: enriqueblancos@yahoo.com.br

Fernanda Carneiro

Doutora em engenharia de produção pela COPPE/UFRJ. Tem como principais interesses de pesquisa: memória oral e comunidades. Endereço eletrônico: nandacarneiro@uol.com.br

Flávia Ferreira de Mattos

Psicóloga (IP/UFRJ), mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e possui pós-graduação Executiva em Meio Ambiente (COPPE/UFRJ). Atuou como monitora do Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo (FUNBIO) nos Pólos Delta do Parnaíba (MA/PI) e Mamirauá (AM). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social (EICOS/ UFRJ). Possui experiência na avaliação de projetos socioambientais e de turismo de base comunitária. Endereço eletrônico: flaviamattos40@hotmail.com

Gustavo Villela Lima da Costa

Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ. Tem como áreas de interesse: antropologia do turismo e do meio ambiente. Endereço eletrônico: guvillela75@ig.com.br

Hassan Zaoual

Professor titular de economia e diretor do Groupe de Recherche sur les Économies Locales (GREL), na Université du Littoral, Côte d'Opale (França), e também diretor da coleção Économie plurielle, da editora L'Harmattan (Paris). Devido ao alcance de seus escritos, traduzidos em vários idiomas, recebeu prêmios científicos: láurea do Instituto das Nações Unidas para a Formação e Pesquisa, prêmio da Fondation Jean Scott L'Erigène Unitar/Unesco e cátedra especial de professor no Institute of Development Policy and Management, da Universidade de Antuérpia (Bélgica). Endereço eletrônico: zaoual@free.fr

Helena Catão Henriques Ferreira

Professora assistente da área de Turismo e Cultura do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2004). É doutoranda no CPDA da UFRRJ, pesquisando os seguintes temas: antropologia do turismo, meio ambiente, unidades de conservação da natureza, patrimônio, memória. Endereço eletrônico: lelecatiao@gmail.com

Ivani Ferreira de Faria

Geógrafa, professora da Universidade Federal do Amazonas. Possui doutorado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (2007) com o tema Ecoturismo Indígena. Desenvolve projetos de extensão e pesquisa na área de Geografia, com ênfase em Geografia do Turismo e Geografia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: ecoturismo; planejamento participativo e comunitário; educação, cultura indígena e turismo e Gestão do território e territorialidades indígenas. Endereço eletrônico: ivanifaria@ig.com.br

Katia T. P. da Silva

Cientista social, especialista em políticas públicas, mestre em antropologia social pela UNICAMP e pesquisadora do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná – IPARDES. Atualmente é coordenadora geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas do Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo do Ministério do Turismo. Endereço eletrônico: katia.silva@turismo.gov.br

Luzia Neide M. T. Coriolano

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Membro do Conselho Estadual de Turismo do Ceará. Pesquisadora de Turismo, Território e Cultura - vinculada ao CNPq e ao Laboratório de Estudos do Território e do Turismo - NETTUR/ UECE. Autora e organizadora de livros, entre eles Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: atores e cenários em mudança (EDUECE, 2009), O turismo nos discursos, nas Políticas e no combate a pobreza (Annablume, 2006) e Turismo e Geografia: Abordagens Críticas (EDUECE, 2005), além de capítulos de muitos outros livros e revistas especializadas. Endereço eletrônico: luzianeidecoriolano@gmail.com.

Marcelo Marinho

Docente-pesquisador em Cultura e Desenvolvimento do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Possui doutorado em Literatura Comparada pela Université de la Sorbonne Nouvelle (UPIII) e pós-doutorado em Estudos Culturais pela Université du Québec à Montréal (UQAM). Atuou como professor convidado no Programa de Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Eötvös Loránd de Budapeste (ELTE-BTK). Endereço eletrônico: marinho@ucdb.br

Maria Goretti da Costa Tavares

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1999. Realizou Pós-doutorado no Laboratório MIT (Mobilités, Itinéraires, Tourismes) no Instituto de Geografia da Universidade de Paris 1, Panthéon-Sorbonne, Paris-França (2006 - 2007). Atualmente é Professora Associada 2 da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Atua na área de Geografia, com ênfase nas linhas de pesquisa: Políticas Públicas, Turismo e Organização do Espaço na Amazônia e Redes e organização do território na Amazônia.

Maria Tereza Duarte Paes

Professora Doutora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Departamento de Geografia (IG). Atualmente é Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (IG/Unicamp). Formada em Geografia pela Unesp (Rio Claro - SP), Mestrado em Sociologia e Doutorado em Ciências Sociais, ambos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp - SP) e realizou estágio de Pós-Doutorado no ano de 2007, na Université de Pau et des Pays de L'Adour (IRSAM/SET), na França. Endereço eletrônico: paes.tereza@gmail.com

Marta de Azevedo Irving

Professora e pesquisadora do Programa Eicos Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui doutorado em Oceanografia Biológica pela Universidade de São Paulo (1991) sobre gestão de ecossistemas costeiros sob a ótica de planejamento e controle de poluição. Pós doutorado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) de Paris e no Departamento de Ecologia e Gestão da Biodiversidade do Museu de História Natural de Paris (2004-2005) sobre a temática da gestão da biodiversidade e inclusão social. É autora de diversos artigos e organizadora de livros, sendo o mais recente *Parques Estaduais do Rio de Janeiro: Construindo*

novas práticas para a gestão (São Carlos: Ed. RiMa, 2008). Endereço eletrônico: marta.irving@mls.com.br

Maurício César Delamaro

Docente e atual chefe do Departamento de Produção da UNESP, Campus de Guaratinguetá. Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (1985), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997). Seus principais interesses de pesquisa são: sustentabilidade de destinos turísticos e turismo de base comunitária. Endereço eletrônico: delamaro@feg.unesp.br

Rita de Cássia Ariza da Cruz

Docente no Departamento de Geografia da FFLCH/USP em regime de dedicação exclusiva. Mestre em Planejamento Ambiental e Doutora em Planejamento Urbano com ênfase em turismo; ambas titulações obtidas na Universidade de São Paulo (Pós-Graduação em Geografia Humana). Autora dos livros *Política de turismo e território* (Ed. Contexto, 2000, 1a ed.); *Introdução à Geografia do turismo* (Ed. Roca, 2002, 1a ed.); *Geografias do turismo - de lugares a pseudo-lugares* (Ed. Roca, 2007, 1a ed.). Principal linha de pesquisa: Turismo e produção do espaço. Endereço eletrônico: ritacruz@usp.br

Rodrigo Correa Ramiro

Economista e mestre em turismo pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. É servidor do Ministério do Turismo desde 2003, onde atualmente é coordenador de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas do Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo. Endereço eletrônico: rodrigo.ramiro@turismo.gov.br

Rosana Eduardo da Silva Leal

Professora Assistente I do Núcleo de Turismo da Universidade Federal de Sergipe (NTU/UFS). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós Graduação em Antropologia (UFPE), com mestrado em Comunicação (UFPE) e Especialização em Ensino de História das Artes e das Religiões (UFRPE). É bacharel e técnica em Turismo (UFPE e CEFET-PE), com estudos sobre turismo, cultura e sociedade. Endereço eletrônico: rosanaeduardo@yahoo.com.br

Rosane Manhães Prado

Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no Departamento de Ciências Sociais / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e no Programa de Doutorado em Meio Ambiente. Tem doutorado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993), com passagem pela University of Michigan (bolsa sanduíche CNPq - 1990/91); e pós-doutorado com foco em Antropologia do Turismo no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Tem experiência de ensino e pesquisa na área de Antropologia, trabalhando ultimamente com os seguintes temas: meio ambiente, ecologia, turismo, Ilha Grande (RJ). Endereço eletrônico: roprado@terra.com.br

Teresa Cristina de Miranda Mendonça

Professora titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Possui graduação em Turismo, mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (EICOS/IP/UFRRJ) e doutoranda do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ). Apresenta como principais interesses para pesquisa: Turismo comunitário, Turismo e unidade de conservação e Antropologia do turismo. Endereço eletrônico: tecaturismo@yahoo.com.br



Produção editorial




letra e
imagem

Copidesque
Ana Gabriela Dickstein Roiffe

Revisão
Pedro Sangirardi

Tradução
Bianca Fontoura

Ilustrações
Alexandre Guedes



CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T846

Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras / Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyn, organizadores. – Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
il.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-61012-01-4

1. Turismo – Aspectos sociais – Brasil. 2. Turismo cultural – Brasil. 3. Ecoturismo – Brasil. 4. Cultura e turismo. 5. Comunidades – Desenvolvimento. 6. Desenvolvimento sustentável – Brasil. I. Bartholo Junior, Roberto S. (Roberto dos Santos), 1951-. II. Sansolo, Davis Gruber. III. Bursztyn, Ivan.

09-2681.

CDD: 338.479181

CDU: 338.48(81)



Este livro foi composto em Simocini
Garamond e Bauer Bodoni e impresso
por Nova Letra Gráfica e Editora em
papel reciclado 90g em junho de 2009.

ISBN 978856101201-4



Apresentar um marco conceitual para o turismo de base comunitária não é das tarefas mais fáceis. Muitas são as abordagens possíveis e as referências que podem guiar um discurso que busque definir esta atividade que em sua essência é diversa. A diversidade de contextos, histórias, lugares e personagens fazem de cada uma das iniciativas autopromovidas “comunitárias” únicas. Tentar compreender essa diversidade e extrair ensinamentos que possam subsidiar a formulação de políticas públicas é sem dúvida um grande desafio.

A presente publicação está organizada em duas grandes partes. A primeira parte é dedicada a um enfoque teórico que possa dar contribuições para conceituação do Turismo de Base Comunitária. Na segunda parte buscamos expor algumas características das iniciativas apoiadas pelo Ministério do Turismo no âmbito do edital 01/2008. Nossa intenção é dar visibilidade para a diversidade de projetos e seus promotores, divulgando alguns dos lugares e iniciativas que compõem o cenário do Turismo de Base Comunitária no Brasil.

Apoio:



Realização:



Laboratório de Tecnologia e
Desenvolvimento Social



Ministério do
Turismo

